



Trilhos

MEMÓRIAS.
POR VEZES,
QUASE UM DIÁRIO.

Luís Valente de Oliveira

VOLUME

4

12

ÍNDICE

VOLUME

4

CAPÍTULO XVII

O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

– 5 –

CAPÍTULO XVIII

O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS
NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

– 81 –

CAPÍTULO XIX

A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA
NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

– 189 –

CAPÍTULO XX

NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

– 257 –

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

– 572 –

PLANO GERAL DA OBRA

– 574 –



CAPÍTULO XVII

O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

Já me referi ao papel do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho na tentativa de abertura do regime marcelista. Ele representava, como disse, uma concentração de profissionais bem preparados, muitos deles tendo beneficiado de estágios no estrangeiro. Estavam cientes acerca do estado do país e dos seus problemas, mas nem eles, nem o Ministro que os chefiava, nem o Presidente do Conselho possuíam poder suficiente para contrariar as forças conservadoras que tinham no Presidente da República o seu símbolo e defensor. O Secretariado teria sido um instrumento decisivo numa “transição” que não tivemos. É certo que, em comparação com Espanha, tínhamos o complicadíssimo problema das colónias, herdado de posições irreduzíveis e de raiz republicana na sua luta oposicionista contra os governos do rotativismo do fim-de-século.

Nos anos sessenta, além dessa herança contra a qual se afrontavam os novos “ventos”, havia interesses materiais fortes que faziam tornar o Presidente renitente a qualquer mudança. Não adianta conjecturar como teriam sido as coisas se os lugares houvessem sido ocupados por pessoas diferentes. De uma coisa estou convencido; não tivessem surgido os obstáculos políticos intransponíveis que conhecemos, o Secretariado Técnico, com o trabalho que já tinha desenvolvido e com o papel que os seus membros desempenharam depois, teria sido instrumental para uma transição que evitasse a revolução, contribuindo para o desenvolvimento do país e para a sua inserção no espaço europeu.

Em Novembro de 1987, comemoraram-se os 25 anos da criação do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho com a realização de uma conferência sobre “Política de Desenvolvimento e Planeamento”. Antes, tinha já sido publicada uma edição comemorativa da revista “Planeamento”. Na intervenção que fiz, come-

cei por dizer que considerava o Secretariado um “centro de excelência”, dentro da Administração Pública, a quem os sucessivos governos muito deviam. Nessa altura, eu, como ministro da tutela, ainda beneficiava dos serviços e do estilo. É curioso verificar como certas instituições mantêm uma forma especial de exercer as suas funções, muito ligadas à personalidade dos seus primeiros responsáveis e ao modo como as conduziram. Tive ocasião de cultivar relações com todos eles e com muitos dos técnicos que guarneceram o seu quadro. Anos depois, permanecia o sentido de servir o País e a preocupação de o fazer de forma sempre actualizada. A respeito do Secretariado, pode-se dizer com propriedade que ele fazia parte do escol nacional. Por isso, comecei por homenagear os que tinham trabalhado e, naturalmente, aqueles que os renderam e que me davam bom apoio, então, em tantas tarefas ainda mais diversificadas. Elaborei sobre a evolução, entretanto, processada: a necessidade de temperar os resultados dos modelos matemáticos com uma observação aprofundada do mundo real e da sua evolução; a conveniência de estudar o comportamento dos grupos de agentes mais importantes; o papel do “acompanhamento” e das avaliações não somente “ex-ante”, mas também “ex-post”; a progressiva importância de olhar para os sistemas numa perspectiva de “learning-systems”; a obrigatoriedade de atender ao “como fazer” depois de definir “o que fazer”,... Insisti na importância de definir objectivos claros e de coordenar com eficácia os passos dados para os alcançar. Sublinhei a importância da eficácia: somos sempre julgados pelos resultados e não pelas intenções.

A coordenação – digo-o muitas vezes – é sempre reclamada por todos, mas ninguém gosta de ser coordenado. Por isso, ela tem sempre de ser feita não só “com luva de veludo”, mas procurando persuadir os coordenados a desempenharem a sua parte. É evidente que ajudará muito se dentro da luva houver algum dinheirito para distribuir... A coordenação tem de se passar a todos os níveis, mas permanece a necessidade de a fazer a nível central, mormente quando há grandes sistemas de âmbito nacional (infra-estruturas, energia, redes de equipamentos,...) que reclamam interligações para extrair o máximo de todos eles ou para não investir demasiadamente num deles quando ao fazê-lo num outro se podem otimizar as suas condições de operação, como sucede com as redes de equipamentos e infra-

-estruturas, tomadas no seu conjunto. Nós estávamos a preparar programas de investimentos vultuosos, apoiados pela Comunidade Económica Europeia. Não era natural que se repetissem tão cedo as oportunidades para responder de modo tão radical às nossas necessidades. Devíamos, por isso, ser muito criteriosos nas escolhas e eficientes no modo de concretizar as acções correspondentes.

Alguns anos depois, quis-se dar muitos passos demasiadamente compridos para as nossas pernas; ouvi algumas vezes dizer, como desculpa, “havia dinheiro”!... Nunca é bom adoptar soluções de facilidade. Os Noruegueses têm hoje muito dinheiro oriundo do petróleo e do gás que sabem não ir durar sempre. Por isso, não gastam todos os recursos hoje. Constituíram um grande fundo para precaver o futuro e gastam somente o que julgam adequado para manter o seu excelente nível de vida, melhorando-o marginalmente. Chama-se a isto previdência e competência. Era por isso que eu insistia sempre na definição de objectivos e de um quadro estratégico orientador, dentro do qual fossem definidas as iniciativas a levar a cabo. Justifiquei, porque tinha o nome do Ministério passado do Plano para o Planeamento. Dávamos mais importância ao processo do que ao documento.

*

O XI.º Governo Constitucional tinha tomado posse em 17 de Agosto, de modo que os prazos para apresentação e discussão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento deslizaram um pouco no tempo. A minha intervenção na Assembleia da República teve lugar somente no dia 16 de Dezembro.

Comecei por sublinhar a aceleração do tempo em que vivíamos muito determinada pela nossa adesão à Comunidade Europeia, pelos desafios que isso nos estava a impor mas, também, pelos meios adicionais que nos eram facultados. A Comunidade era, então e é ainda hoje, o maior bloco comercial e a maior concentração de valores científicos, patrimoniais e culturais do mundo. Nós já tínhamos comandado esse espaço há cinco séculos atrás, mas a nossa posição era periférica e os avatares da História tinham feito atrasar-nos tendo, agora e por isso, de fustigar o passo para acompanhar os outros e poder usufruir de níveis comparáveis de prosperidade. Não deixei de referir as reformas que a própria Comunidade deveria ter feito, no seu seio, para não perder a liderança em muitos domínios. Mas enunciei,

claramente, a aproximação aos padrões europeus como uma das Grandes Opções da economia portuguesa. Sublinhei que isso não era somente incumbência do Estado, mas também e, especialmente, dos empresários, dos cientistas, das universidades, das agremiações profissionais e, mesmo, da comunicação social. Para isso, tinha de se continuar com o programa de melhorias infra-estruturais, particularmente no domínio dos transportes, generalizadamente sentido como em estado não adequado. É interessante verificar como, hoje (2012), há uma série de jornalistas jovens que, arrogantemente, vêm criticar as opções então feitas; evidentemente não sabem nada de como eram as coisas nesse tempo, nem se informaram acerca das recomendações que nos eram feitas. Gostam muito de desmerecer do “cavaquismo”, como outros fizeram, antes, em relação ao fontismo, ignorando tudo acerca do enquadramento que justificou, em ambos os casos, uma atenção especial às Obras Públicas. Nessa altura, ainda se falava somente de uma auto-estrada no litoral, entre Lisboa e Porto; tudo o resto estava por fazer... A preocupação maior era viabilizar actividades económicas localizadas em todo o território e assegurar acessibilidade das populações aos principais equipamentos. A política de desenvolvimento regional também contava e, para isso, era preciso dispormos de uma rede de cidades “viáveis”. A valorização do potencial humano representava uma outra Grande Opção. Para levar tudo para diante precisávamos de uma profunda reforma institucional; queria-se inovar, descentralizando ou desconcentrando muitas funções. Isso foi apontado como prioridade. Sublinhei a coerência interna do conjunto das Grandes Opções e justifiquei por que eram os “grandes gastadores” os Ministros das Obras Públicas, Transportes, Comunicações, da Educação e do Planeamento e Administração do Território. O Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (P.I.D.D.A.C.) foi apresentado, distinguindo, pela primeira vez, o chamado “tradicional”, dos apoios ao sector produtivo que visavam, primordialmente, a modernização do tecido produtivo e a criação de emprego. Impunha-se essa distinção, porque os agentes beneficiários dos apoios eram entidades privadas e, também, porque o acesso a cada um dos esquemas era feito segundo regulamentos que não podiam deixar de ser complexos, para assegurar a transparência e justiça nas selecções feitas.

Expus e justifiquei, longamente, a questão da transferência de verbas para as Autarquias Locais, regulada pela nova Lei das Finanças Locais, aprovada no ano anterior com apazimento generalizado da Câmara. Tinha-se chegado a acordo relativamente ao montante do Fundo de Equilíbrio Financeiro (F.E.F.) que deveria acompanhar a evolução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (I.V.A.), forma de assegurar que os meios de que passariam a dispor as Autarquias estivessem em consonância com a evolução da riqueza criada no país. Era nessa base que se estava a actuar. Mas o assunto era sempre rodeado da manifestação de muita insatisfação. A verdade é que os meios tinham crescido de modo muito expressivo, tendo muitas Câmaras resgatado as dívidas que tinham contraído uns anos antes, quando o País teve de recorrer ao Fundo Monetário Internacional para pôr as suas contas em ordem. Tinha-se previsto um mecanismo de reequilíbrio financeiro para as Autarquias em situação particularmente grave. Nessa altura, somente quatro Câmaras tinham mostrado a intenção de a ele recorrer.

*

Eu cultivava as boas relações com os Comissários Europeus encarregados da Política Regional. O Comissário Bruce Millan e o Director-geral Eneko Landaburu foram com quem mais trabalhamos, eu e a Secretária de Estado Isabel Mota cuja inteligência, dedicação e entusiasmo nunca será demais enaltecer. Era natural que nós pretendêssemos mais meios para apoiar os sectores tradicionais e outros novos, porque Portugal, nessa ocasião era, seguramente, o Estado-membro que tinha de fazer um esforço mais expressivo para poder aproximar-se dos restantes. Cito somente dois exemplos em relação aos quais tivemos de apresentar justificações pormenorizadas para os vermos apoiados. Um foi o sector da Saúde. Lembro-me de uma visita que fizemos, num sábado de manhã, ao novo Hospital de Guimarães, então a arrancar a sua construção. O estaleiro foi o cenário para uma exposição acerca da rede de hospitais que o Ministério tinha em mente. O nosso argumento repousava na necessidade de avançar muito no que respeitava aos indicadores que comparei com os valores relativos a outros países europeus. O Hospital de Guimarães foi o primeiro, em toda a Comunidade Europeia, a beneficiar de uma ajuda substancial de fundos europeus para a sua construção. O

outro exemplo respeita ao Museu de Serralves. Estávamos muito longe de imaginar o sucesso que ele viria a ter. Mas nós não dispúnhamos de meios para lançar a construção. O argumento que utilizei repousou no carácter manufactureiro das indústrias da região: tecidos, confecções, calçado, mobiliário, ... todas elas necessitando de uma modernização em muitos domínios e, também, em matéria de *design*. O contacto com formas de expressão artística do nosso tempo era, em meu entender, fundamental para sensibilizar empresários e empregados para a necessidade de evoluir muito nesse domínio. É evidente que eu tive a sorte de o Comissário ser natural de Glasgow, cidade de estaleiros navais e de indústria pesada que entraram em crise profunda, tendo a recuperação económica e o ânimo dos habitantes sido estimulados por via das galerias que se instalaram, muitas vezes em quarteirões bem degradados. Não forcei a nota, mas não deixei de invocar o caso da sua cidade natal que, obviamente, nunca tinha recebido ajudas comunitárias para esse fim. Mas ele compreendeu que o meu empenhamento visava uma acção de maior profundidade do que, simplesmente, dispor de um novo museu no Porto. Foi desse forma que Serralves se tornou o primeiro equipamento ligado às artes que, alguma vez, foi subsidiado por fundos comunitários.

Mas, para nós, o importante era modernizar profundamente o nosso tecido produtivo e lançar novas actividades que o consolidassem, aproveitando, naturalmente, as nossas potencialidades, qualquer que fosse o sector em que eles ocorressem. Tinha sido concebido um Programa Nacional de Interesse Comunitário que articulava três sistemas de incentivos: i) um sistema de incentivos de base regional, semelhante ao que já vinha operando; ii) um sistema de fomento do potencial endógeno, domínio em que eu sempre insisti, como foi referido anteriormente, nomeadamente a respeito do Vale do Douro e iii) um sistema de apoio ao investimento turístico que teve, posteriormente, no Secretário de Estado Alexandre Relvas, o mais aplicado e entusiasta dos dinamizadores. Este último era uma versão muito orientada para Portugal do aproveitamento dos seus recursos endógenos. Tinha de ser, como todos os outros, muito criteriosamente aplicado; o sector apresenta algumas vezes iniciativas um tanto fantasistas; é preciso bom senso e rigor para ver quais são os empreendimentos verdadeiramente estruturantes. O SIFIT ajudou a “empurrar” muitos projectos interessantes.

O Comissário encarregado da Política Regional teve a deferência de vir assinar o Programa a Lisboa. Rodeámos o acontecimento da solenidade que merecia. Comecei por lhe dizer que o País estava cheio de marcas visíveis do apoio comunitário ao seu desenvolvimento e lembrei o cuidado que tínhamos tido na elaboração do regulamento interno, para acesso às regras gerais comunitárias e prescrevia outras que asseguravam uma selecção transparente das iniciativas em que eram aplicados. Referi que não havia um português que não soubesse o que era o FEDER e justifiquei por que tínhamos alargado o número de potenciais agentes beneficiários. Até essa altura, os apoios tinham ido exclusivamente para a construção de infra-estruturas.

Com o novo conjunto de três sistemas que o Comissário acabava de sancionar, passaríamos a poder apoiar a reconversão do nosso tecido produtivo, para cujo desenvolvimento tínhamos assegurado infra-estruturas de vários tipos. Pretendíamos alargar o número de empresários, de empresas e de empregados de maneira a poder crescer e a distribuir os frutos do crescimento, quer dizer desenvolver.

Aproveitei para agradecer aos funcionários que, no país e em Bruxelas, se tinham aplicado na criação deste Programa Nacional. Lembro-me que, uns anos mais tarde, no dia em que foi assinado um dos Quadros Comunitários de Apoio que, sob minha responsabilidade, tinha sido preparado e negociado, convidei todos os funcionários presentes para almoçar numa dependência da cantina da Comissão para lhes manifestar o meu apreço e reconhecimento. Um diplomata português que veio ao almoço disse-me, quando foi ocupar uma alta posição em Portugal, que nunca se tinha esquecido dessa hora de descontração, mas também de expressão de reconhecimento, porque nunca ninguém, português ou de outra nacionalidade, tinha tido uma iniciativa semelhante.

A verdade é que, sem o concurso competente e o entusiasmo daqueles que estiveram presentes e de muitos outros que não se justificava que fossem a Bruxelas, não teria sido possível apresentar uma proposta de Plano de Desenvolvimento Regional transformado, após a negociação, em Quadro Comunitário de Apoio, com a qualidade e o rigor com que o fizemos. Tendo, além disso, sido os primeiros a fazê-lo!

*

O caso de Portugal suscitava interesse por parte dos partidos europeus da mesma orientação do partido do Governo. Hoje, tem-se o hábito de trocar do facto de Portugal ter sido, então, “uma boa surpresa”. Devo lembrar que nem a Grécia, nem a Roménia, nem a Bulgária, nem a Eslováquia o foram alguma vez. Aquele facto levava a que o Grupo Liberal, Democrático e Reformista do Parlamento Europeu desse uma atenção especial a Portugal, querendo ver explicitadas as razões do nosso sucesso, até para elas poderem ser apontadas noutras partes da Comunidade. Foi dentro desse espírito que o Grupo organizou, no Porto (Julho de 1988), uma conferência sobre “Portugal e a Integração na Comunidade Europeia”.

Fiz uma intervenção, na qual insisti na perspectiva integrada que defendíamos para o desenvolvimento. A divisão das ajudas em três fundos – o FEDER -, o FEOGA - Orientação e o FSE – tinham de alargar o seu escopo tradicional, porque havia domínios como o Ambiente e a Ciência e Tecnologia que se assumiam, cada vez mais, como vectores de desenvolvimento, um orientado para a sua sustentabilidade e outro para a inovação e reformulação do tecido produtivo e que tinham de encontrar instrumentos de financiamento adequado com regras definidas e sem terem de ser “inventados” mais fundos que dispersariam a acção e dificultariam a sua coordenação.

Por isso, se defendia que o quadro de referência de todas as acções de desenvolvimento devessem ser planos integrados nos quais as diversas componentes mostrassem coerência interna face aos objectivos definidos. A perspectiva de projecto deveria ceder o lugar à perspectiva de programa que potenciase o jogo dos diferentes vectores. No caso de Portugal, isso era, ainda, mais justificado, porque havia Programas Específicos para a Agricultura e para a Indústria (o PEDAP e o PEDIP) que não poderiam ser vistos de forma desenquadrada das restantes contribuições espaciais ou sectoriais para o desenvolvimento. Procurávamos orientar-nos pela eficácia das soluções que, por natureza, têm sempre de ser integradas: há componentes de infra-estruturas que são indispensáveis, mas há outras, também, do foro dos recursos humanos, da inovação e do avanço dos conhecimentos que deverão ser asseguradas, tendo em

vista andar depressa e de forma consistente. Para isso é preciso garantir e explicitar a coerência dos objectivos definidos e da convergência dos instrumentos visados, a começar pelos financeiros.

Depois de esclarecer qual era a nossa filosofia de acção, passei em revista as ajudas comunitárias recebidas, desde o tempo das chamadas ajudas de pré-adesão. Enumerei os principais projectos e programas e referi pormenores ligados às datas de candidatura e aprovação e aos valores percentuais das participações, para pôr em relevo a contrapartida nacional; os valores das participações comunitárias oscilavam entre os 15% e os 70%, com um valor médio global de 41%. Isso significava que tínhamos de arranjar internamente os 59% restantes, o que representava um esforço financeiro apreciável. Mais tarde, os valores das percentagens comunitárias subiram expressivamente, para alguns fundos, com vista a andar-se mais depressa e a não impor uma contribuição exagerada ao nosso Tesouro. Referi que o esforço competia a quatro tipos de entidades: a Administração Central, as Empresas Públicas, as Regiões Autónomas e as Autarquias Locais – no que respeitava ao sector público. Isso tinha como propósito envolver o maior número de agentes possível e, também, distribuir o esforço. Havia, além disso, as empresas e os agricultores, mas esses beneficiavam de sistemas de incentivos bem identificados.

Nesse tempo, a maior fatia dos auxílios tinha como prioridade a acessibilidade; os projectos respectivos absorviam 49,1% das ajudas. Era natural que assim fosse. Já vimos que, noutra nível e a seguir a 1974, as Autarquias Locais, no âmbito dos GAT, também deram prioridade ao contacto com o exterior e dentro do espaço municipal. A seguir vinham as Obras Hidráulicas (22%) e, depois, a Energia (18,8%). Eram prioridades muito marcadas pela época e pelo nosso estágio de desenvolvimento. Mas havia diferenças regionais que explicitarei.

Esclareci a audiência acerca dos processos burocráticos a que recorriamos e ao esforço de avaliação “ex-ante” de todas as candidaturas, em articulação com os objectivos definidos para os diferentes programas. Não iludi as nossas dificuldades de execução – ter as coisas prontas quando prometemos – nem os esforços para fazer aproximar, no tempo, os pagamentos dos compromissos. Havia diversas formas de pagamento previstas pelas instâncias comunitárias que tinham as suas preferên-

cias, por parte dos diversos agentes. Referi-as e justifiquei-as. Relatei, em pormenor, como tinham decorrido as diversas missões de inspecção – física e documental – que a Administração Comunitária tinha realizado. Não escondi nenhuma das dificuldades encontradas, nem a anulação de uma comparticipação já comprometida em relação a um empreendimento que não satisfiz. Justifiquei porque tínhamos fixado uma folga de 17,09% acima do limite previsto para dispender. Ela facilitava a concorrência entre projectos, permitindo escolher entre os melhores, sendo certo que só se poderiam gastar os 100% da dotação prevista.

A exposição longa e minuciosa tinha somente um propósito: mostrar aos Parlamentares Europeus que a ouviram e, por intermédio deles, aos outros com quem eles iriam trocar impressões, que o processo estava totalmente comandado, em todos os seus passos e que os dinheiros europeus estavam a ser bem gastos em programas cuidadosamente preparados e previamente aprovados pelas instâncias comunitárias. O acompanhamento feito era rigoroso e realizado de modo a autorizar correcções de trajectória. Era preciso assegurar a todos os Parlamentares e, especialmente, aos membros da Comissão do Orçamento, que não facilitávamos nada em relação aos apoios ao desenvolvimento que nos eram concedidos. Assim se construía uma reputação.

*

Em Julho de 1988, o Partido Socialista fez uma interpelação ao Governo sobre Política Geral, Económica e Social. Como indica o título, era uma interpelação de “longo espectro”, quase um ano depois da posse do XI.º Governo e antes de se partir para férias. Tive, naturalmente, de intervir no âmbito das áreas que me estavam confiadas.

Dei relevo ao que tínhamos conseguido obter por parte da Comunidade Europeia para apoio ao nosso desenvolvimento. Comecei por dizer que o desastre antecipado pelas Cassandras, lá de fora e cá de dentro, não se confirmara. Pelo contrário, a adesão estava a decorrer em muito bons termos, com grande benefício para o nosso processo de desenvolvimento e para a nossa afirmação junto das instâncias europeias, porque participávamos activamente na afinação das diversas políticas, das actuais e das futuras.

Tinha sido adoptado o Acto Único Europeu e, no seu quadro, um conjunto de iniciativas com efeitos estruturantes: os fundos estruturais tinham sido duplicados e adoptadas alterações qualitativas às regras, tendo em vista conferir maior eficácia aos investimentos feitos. Referi os objectivos prioritários enunciados, a nova designação das regiões menos desenvolvidas e prioritárias (as regiões de objectivo 1), o valor do apoio expectável para Portugal (14% do total), o valor médio da comparticipação que poderíamos esperar (65%) e a necessidade de tudo fazer no quadro de contratos-programa, tal como eu vinha defendendo internamente, para as nossas relações com as Autarquias Locais e com outras instituições que beneficiavam do apoio de fundos públicos.

Sublinhei os princípios e as normas de intervenção estrutural comunitária: i) a definição de estratégias de desenvolvimento nacional e sectorial de médio-prazo, regionalmente diferenciadas; ii) a negociação do Quadro Comunitário de Apoio que constituía a resposta global à nossa proposta de Plano de Desenvolvimento Regional; iii) a intensificação da abordagem "por programas"; iv) a programação rigorosa das intervenções, o acompanhamento próximo da sua execução e a avaliação escrupulosa dos seus efeitos, e v) a existência de bons projectos que permitissem compor bons programas. Tudo isto, que representava a nova prática das relações comunitárias, era já praticado entre nós; tratava-se das "boas práticas" que, nós próprios, tínhamos antecipado em numerosas circunstâncias.

O nosso país estava, nessa altura, integralmente englobado nas regiões de objectivo 1. Referi o nosso empenhamento em apresentar uma proposta de Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) muito consistente, internamente discutida e articulada nas suas diversas componentes, como condição prévia para uma boa negociação do Quadro Comunitário de Apoio (QCA). Falei nos três tipos de documentos que tínhamos em preparação: i) o Relatório de Estratégia e as Grandes Opções de Médio-Prazo que levaríamos ao Parlamento; ii) o Programa de Desenvolvimento Regional; iii) os Programas Operacionais Sectoriais e Regionais. Referi o calendário previsto e, particularmente, o do PDR que marcava o início da negociação do QCA e que o Governo queria que tivesse lugar logo no início de 1989, uma vez que era ela que definiria os montantes e as datas relativas à utilização dos 1.300 milhões de contos para o período até 1992.

Destaquei as alterações que contemplávamos para a utilização dos fundos estruturais, tornando mais flexível e eficaz a sua aplicação. Percorri, sucessivamente, o FSE, o FEOGA-Orientação, o PEDAP, o PEDIP, o FEDER e a linha orçamental específica que apoiava o PEDIP. De seguida, referi os sectores prioritários para aplicação dos fundos: ainda a melhoria da acessibilidade interna e externa, tendo em vista as condições de operação das actividades produtivas; o sector da Educação que tínhamos negociado como objecto de apoio; as Telecomunicações, como sector estratégico (programas STAR e SISAT); as Pescas e a Agricultura; o Turismo (SIFIT); o Ambiente (o ENVIREG); a diversificação das fontes energéticas (o VALOREN, o PEDIP e o SIURE) e a Saúde que, como já referi, não fazia parte dos sectores apoiados, mas, em relação ao qual, tinha sido aberta uma excepção para Portugal. Voltei a referir a Ciência e Tecnologia como sector prioritário, nomeadamente em matéria de bolsas que tão bom reforço da nossa comunidade científica haveriam de proporcionar. Era importante que a Assembleia da República e o País ficassem perfeitamente elucidados acerca do esforço multimodo que vínhamos fazendo para acelerar o processo do nosso desenvolvimento e dos sucessos que estávamos a conseguir. Debaixo do ponto de vista pessoal, foi dos períodos mais gratificantes da minha vida. Trabalhava-se muitíssimo na Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional e nas Direcções-gerais, nas Comissões de Coordenação Regional, na REPER em Bruxelas e nos Gabinetes de Planeamento dos Ministérios Sectoriais com quem trabalhávamos. Tínhamos conquistado o respeito e a confiança do Comissário e do Director-geral da Política Regional. Sabia-se que Portugal se aplicava no trabalho com inteligência e determinação e que alcançava os resultados que pretendia. Era tudo isso que se impunha que ficasse claro perante os Deputados. Nós sabíamos que deveríamos dar tanta atenção à gestão da abundância como à sua criação e devotar tantos cuidados à economia como à sociedade.

*

Os subsídios nunca podem ser considerados como instrumentos viabilizadores de empreendimentos ruinosos. Cada investimento tem de viver por si próprio e de justificar-se como relevante. Os subsídios só devem permitir antecipá-los ou fazê-los andar mais depressa.

*

Todos nós conhecemos os atributos excepcionais do Algarve para toda a sorte de iniciativas, mesmo além do Turismo. Uma delas, que surgiu em 1987, foi a construção de uma Aldeia Olímpica para treino de atletas de alta competição. O clima permitia acalentar as maiores ambições e os muitos equipamentos de diversão existentes na região auguravam o maior sucesso à iniciativa. Mas nunca se congregaram as vontades para levar a cabo uma iniciativa tão apelativa. Não são os recursos naturais o factor mais importante para o arranque de uma iniciativa que os mobilize; é sempre a capacidade de iniciativa e de organização dos responsáveis que hão-de materializar as grandes ideias.

*

Um dos grandes inconvenientes da Península de Setúbal, em finais de 1987, eram as deficientes ligações telefónicas de que as empresas ali localizadas dispunham. Hoje, a tecnologia permite o acesso a outras formas de ligação. As telecomunicações não costumam fazer parte dos requisitos enunciados para a localização das empresas, porque se admite que são fáceis de instalar. Todavia, as deficiências neste domínio são muito penalizadoras da prosperidade das empresas.

*

Os investidores estrangeiros, em 1987, tinham pânico dos trabalhadores comunistas, na Península de Setúbal. Por isso, sugeri convidar *leaders* de opinião para participarem em sessões de difusão de informação num hotel localizado em Tróia. As questões de imagem são difícilímas de corrigir. Hoje ninguém pensa nessas “sensibilidades”, mas essa imagem era importante, porque pretendíamos arranjar uma linha de crédito especial para o investimento na Península de Setúbal, no quadro do PROSET (Programa Regional de Ordenamento da Península de Setúbal) e para fazer o *marketing* da mesma, era importante arredar todos os aspectos intangíveis negativos nos quais aquele se incluía.

*

Nós queríamos canalizar os fundos disponíveis para o desenvolvimento das regiões, canalizando o aforro e chamando à participação instituições especiais de crédito, tudo isto tendo em vista a revitalização do tecido produtivo por via da promoção do investimento. Era esse o propósito da criação da SODERA, Sociedade de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A., com sede em Évora. Ela viu a luz do dia através da Portaria n.º 559-A/87, de 6 de Julho de 1987.

*

Em meados de Outubro de 1987, foi aprovado em Bruxelas, o PEDIP (Programa Específico de Desenvolvimento Industrial Português). A maneira como tudo decorreu foi excelente, embora devêssemos mostrar contenção na expressão do nosso contentamento, porque a seguir viriam outros programas em relação aos quais pretendíamos obter condições, se possível, ainda mais interessantes. Começou, então, uma época de grande dinamismo na modernização das unidades industriais já existentes e no lançamento de expansões ou mesmo, de novas empresas. O PEDIP contribuiu muito para o clima de entusiasmo que os empresários viveram nessa altura.

O PEDIP apoiava: infra-estruturas; a formação profissional (através do Fundo Social Europeu); um sistema de apoios financeiros e a melhoria da produtividade das pequenas e médias empresas (através de estudos de mercado, estudos de viabilidade e dotação de capitais próprios). Foi um programa bem-sucedido que teve no seu responsável o segredo do dinamismo que imprimiu às muitas empresas que a ele recorreram.

*

Tínhamos pouco tempo para preparar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento de Estado para 1988. A nossa posse só tinha tido lugar no dia 17 de Agosto de 1987. Havia que acelerar a sua preparação. Por isso comecei a falar com todos os Secretários de Estado que os Ministros apontaram como agentes de ligação. Lembro-me de que o Secretário de Estado Durão Barroso queria muito que se incluísse a política de cooperação como factor de desenvolvimento. Era evidente

que ele não tinha outra fonte de recursos para levar a cabo a política do Ministério dos Negócios Estrangeiros em relação aos países africanos.

Insisti na definição de objectivos ligados aos instrumentos de acção que estavam ao nosso alcance. Não há nada menos eficaz do que reservar dinheiro para acções cujo contorno ainda não está definido, a começar pela explicitação do que se quer alcançar. Mas também é limitado o interesse da fixação de objectivos sem elaborar sobre a natureza dos instrumentos que permitem atingi-los.

Já nessa ocasião se dava conta do emperramento da máquina fiscal. Era imperiosa a reforma fiscal que tinha sido anunciada. E a rigidez do sistema burocrático tinha de ser quebrada, despedindo os incompetentes, encerrando serviços que não exibissem produtividade suficiente e pagando melhor a quem demonstrasse dedicação e zelo.

Entre as coisas concretas em relação às quais procurávamos os meios para os levar a cabo, nesse ano, figuravam: a via longitudinal do Algarve; o sistema do Alqueva; a regularização do Tejo; a construção do grande canal do Mondego. Quando saí do Ministério, todas estas obras estavam nos carris, tendo sido definidos os objectivos, os instrumentos de acção e as fontes dos fundos necessários. Mas é preciso ter a consciência de que todas estas coisas levam tempo!

*

Além das Grandes Opções do Plano que deveriam acompanhar o Orçamento de Estado anual na sua apreciação no Parlamento, os propósitos de harmonização regional e os fundos europeus de que dispúnhamos levaram-nos a tomar a decisão de elaborar um Plano de Desenvolvimento Regional a médio-prazo. A decisão de o propor ao Primeiro-Ministro foi tomada com a Secretária de Estado, no dia 6 de Outubro de 1987. Nunca mais deixou de haver o documento, aliás indispensável para acesso àqueles fundos.

*

Em 1987, não era costume incluir nas candidaturas ao FEDER nem o sector da Educação nem o da Saúde. Os países do sul da Europa insistiam muito em que o primeiro deles – edifícios das escolas, equipamentos de laboratório, etc. – fosse

contemplado. Desenvolvi a minha melhor argumentação para convencer o Comissário de que a saúde também é uma componente do desenvolvimento. Mas é evidente que já tinham sido feitos todos os esforços para não apresentar candidaturas de projectos isolados, mas, sim, projectos inseridos em programas que tinham diversas valências, desde as ligadas à animação do tecido produtivo – nas quais se incluíam os transportes – até às que visavam o incremento do bem-estar dos habitantes (nomeadamente a saúde) e a preparação do futuro, de que era componente básica a educação.

Eu insistia, frequentemente, para que fosse a óptica do programa a enquadrar os diferentes projectos e para que, do lado dos meios para os levar a cabo, se deveria recorrer a práticas de “financial engineering”, combinando diversas fontes: os subsídios do FEDER, as receitas próprias, os empréstimos junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) e de outros bancos, o FEOGA-Orientação e o Fundo Social Europeu, quando fosse adequado fazê-lo.

As candidaturas deveriam tornar clara a articulação das diferentes fontes de fundos e demonstrar a bondade da sua articulação. E era importante combinar subsídios com empréstimos de modo a conseguir soluções praticáveis. Tive, aliás, uma reunião (11/12/87) com representantes do BEI, a quem indaguei da possibilidade de o termos como parceiro, ao abrigo do que eles chamam um “umbrella agreement” para financiar as Autarquias, com envolvimento da Caixa Geral de Depósitos com quem elas tinham uma relação privilegiada. O BEI foi, até, sensível à aplicação de um esquema desse tipo para a reabilitação de edifícios históricos. E era mesmo possível obter uma taxa de juro mais interessante por via do FEDER que subsidiaria a bonificação do mesmo. Não me lembro de alguém ter lançado mão deste esquema.

*

Com uma tão generosa distribuição de incentivos por tantas actividades económicas, quem não as tinha protestava. Foi o caso do Ministério do Comércio e Turismo que, em Conselho de Ministros, referiu ser Portugal o único membro das Comunidades que não dispunha de estímulos ao Comércio. Lá se começou a contemplar a formação no sector e, mais tarde, vieram os incentivos às infra-estruturas do Turismo em que Portugal apresentou programas e execuções exemplares.

*

As queixas contra os formulários muito “burocratizados” das candidaturas aos fundos europeus eram recorrentes. Haveria alguma simplificação a fazer, mas, no fundo, o que os candidatos queriam era o dinheiro nas suas mãos e sem grandes preocupações, nem estratégicas nem garantísticas. E as “burocracias” respeitavam especialmente a estas duas formas de olhar para o projecto: Serviria ele para alguma coisa? O agente dava garantias de não usar o dinheiro noutras coisas que não naquilo que constava da candidatura?

*

Em Dezembro de 1987, começou-se a falar na hipótese de duplicação dos fundos estruturais para Portugal, ao mesmo tempo que se aprovava um novo regulamento FEDER, se tomava a decisão de elaborar um novo Plano de Desenvolvimento Regional e se intensificava a abordagem integrada dos nossos planos das áreas homogéneas. Começávamos a participar em iniciativas comunitárias várias: o STAR, o STRIDE, o RESIDER, etc. Os nossos técnicos conheciam os responsáveis por cada um deles e faziam-nos sugestões operacionais para aproveitarmos todas essas fontes para modernizar o nosso tecido produtivo ou as nossas infra-estruturas. Tudo isso vinha reforçar a reputação de “bom aluno”, o que, em país de cábulas, é um opróbrio.

*

Já em 1987 estava claro que o Turismo seria uma actividade económica da maior relevância para Portugal e que deveria ser estimulado em alguns tipos de infra-estruturas de apoio. Era esse o objectivo do Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo, criado pelo Decreto-Lei n.º 420/87, de 31 de Dezembro. O seu regulamento de aplicação veio a ser estabelecido através da Portaria n.º 976/87, de 31 de Dezembro.

*

Os termos da equação do desenvolvimento da Península de Setúbal que mais a complicavam eram, de um lado, as entidades patronais que tinham dificuldade

em se encaixar nas novas regras impostas pela revolução e, do outro, a população da zona, totalmente desenraizada: ainda não era dali e já não era do Alentejo de onde tinha emigrado. O plano de emergência que levámos a cabo era isso mesmo: de emergência. Serviu, fundamentalmente, para matar a fome e fazer não perder a esperança. Visava a ocupação de quem pudesse fazer alguma coisa pela qual recebesse, assegurando, assim, o funcionamento de um mecanismo de distribuição. Puseram-se, desse modo, a trabalhar uns milhares de pessoas. Entre estas, figuravam as mulheres para as quais havia disponíveis numerosos empregos pouco exigentes em termos de formação. Por outro lado, pretendia-se levar o maior número – de adultos e jovens – a criar o seu próprio emprego. Não é fácil, quando a tradição local é de grandes empresas com o seu centro de iniciativa e de comando afastadas dos trabalhadores.

Tem de se lançar mão de todas as estruturas sociais existentes. A maior parte tinha sido tomada de assalto pelo Partido Comunista e simpatizantes. Com vigor e situadas fora desta malha, subsistiam praticamente isolados os centros paroquiais e as unidades de apoio técnico da segurança social. Foi nelas que nos apoiámos, especialmente.

Numa operação como a da reabilitação da Península de Setúbal, não é mobilizadora a apresentação de grandes estudos relativamente ao futuro longínquo. Isso não mobiliza as pessoas que tendem a não acreditar em quadros idílicos longínquos. São as iniciativas de curto-prazo aquelas que, por um lado, conduzem a alguns resultados visíveis e que, por outro, por produzirem frutos tangíveis, ajudam a credibilizar as propostas feitas para o médio-prazo.

*

Os sistemas de incentivos foram muito cuidadosamente negociados em Bruxelas. A sua aplicação foi regulada pelos seguintes diplomas: i) Pelo Decreto-lei n.º 15-A/88, de 18 de Janeiro, o Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) que contribuiu para o desenvolvimento equilibrado das regiões. ii) E pelo Decreto-Lei n.º 15-B/88, de 18 de Janeiro, o Sistema de Incentivos ao Potencial Endógeno que visava fortalecer as regiões com base nos seus próprios recursos.

Mas a sua adequação estava em avaliação permanente. No final do ano, em Dezembro, entendemos que as pequenas alterações que foram surgindo tornavam complicadas, por via das remissões, a consulta ao quadro legal vigente. Fundimos tudo num único diploma, o Decreto-Lei n.º 483-B/88, de 28 de Dezembro, que permitia tomar conhecimento completo das regras, porque todas as sucessivas adaptações tinham sido fundidas. Nessa altura, o Sistema de Incentivos de Base Regional era financiado a 70% pelo FEDER o que fazia dele um instrumento muito apetecido... e, por isso, com regras a serem consultadas todos os dias. Daí a fusão e a publicação de um novo diploma. Havia uma portaria que o acompanhava – a n.º 839/88, de 31 de Dezembro – que aprovava o seu Regulamento de Aplicação; era-lhe, naturalmente, dada uma forma legislativa menos solene.

*

Depois de criados, os sistemas de incentivos precisavam de ser regulamentados. O Sistema de Incentivos de Base Regional foi-o através da Portaria n.º 36-A/88, de 18 de Janeiro.

*

As Grandes Opções do Plano para 1988 foram, como já disse, aprovadas pela Assembleia da República e tornadas públicas através da Lei n.º 3/88, de 26 de Janeiro.

*

Quando se começam a gizar planos de desenvolvimento agrário com alguma inovação em matéria de culturas a serem introduzidas ou novas práticas a serem adoptadas, segue-se sistematicamente uma lamentação relativamente à falta de serviços de extensão rural. E, todavia, trata-se de um domínio em que a produção teórica e, especialmente, a aplicação prática é muito vasta. Lembro-me de ter ouvido um alemão, chamado Pössinger, com larga obra desenvolvida no Brasil e em Angola, a dissertar de forma muito convincente sobre aquilo que havia a fazer. Pareceu-me que o primeiro passo a dar era ir viver o técnico para junto dos agricultores. Se calhar é aqui que começam as dificuldades de aplicação prática...

*

Uma das coisas mais difíceis de fazer em Portugal é definir prioridades para um determinado tecto orçamental. Até à última hora “tudo é prioridade”, na esperança secreta de que, quem define aquele tecto se condoa e arranje dinheiro para tudo. Só quando veem que vai mesmo haver cortes é que começam a estar mais abertos à definição de critérios de hierarquização que, em todos os casos, são definidos por quem concede os dinheiros, porque a autodisciplina não é o nosso forte.

Tive dúzias de vezes que dizer: “Como não definem critérios, fá-lo-ei eu!”. Ficavam muito contentes, porque lhe tirávamos a angústia de cima e poderiam continuar a dizer mal do decisor, o que, em todos os casos, não é despendendo...

*

Lembrei-me disto a propósito de um caso com o Serviço Nacional de Bombeiros em que todas as propostas tinham a “prioridade A”. Acabou por se arranjar um conjunto de critérios lógicos e tudo funcionou a contento. Mas nenhum deles disse em público que a proposta do colega era de prioridade B ou C. Esta nossa arte será de influência cultural moura ou indiana? Visigótica não é, com certeza...

*

O interior de Portugal não está cheio de riquezas fáceis de mobilizar para o seu desenvolvimento. Os recursos são poucos e de escala pequena. E, como acontece sempre nestas ocasiões, exigem uma mão-de-obra preparada para apresentar no mercado produtos de alta qualidade.

Fiz (12/2/1988) uma grande reunião, na Guarda, para a qual convidei os Secretários de Estado da Agricultura, Dr. Álvaro Amaro, oriundo da zona e do Turismo, Dr. Licínio Cunha, além de todos os Autarcas e das chefias dos serviços sectoriais locais. O objectivo era, fundamentalmente, sensibilizá-los para uma verdade incontestável. É que todos tinham de fazer mais do que os outros, porque a zona era belíssima, mas muito pobre. O Secretário de Estado do Turismo referiu-se aos três eixos com alguma homogeneidade da oferta e que ele distinguiu do modo seguinte: 1.^o Eixo Guarda/Celorico/Luso, 2.^o Guarda/Belmonte/Fundão/Castelo Branco e 3.^o Vale do Douro. Vistas as coisas passados vinte e cinco anos detecta-

-se que houve alguma especialização nesta estruturação: o primeiro eixo é de penetração; o segundo desenvolveu a vocação das judiarias, cada vez mais na moda, com tudo o que lhe possa andar associado; e o terceiro integra, no distrito da Guarda, as parcelas de montante de um espaço com uma personalidade ímpar. Quero dizer que aquelas três linhas organizavam bem um espaço que haveria de ser percorrido por grandes eixos rodoviários; nessa ocasião ainda não se falava nem sonhava com tanta abundância; éramos, mais sóbrios. E quando foi completado o IP5 ficámos contentíssimos, porque quem tinha passado a vida a fazer um trajecto pelo fundo dos vales passou “a ver o País de cima”, porque o novo trajecto abriu horizontes largos.

O Secretário de Estado do Turismo referiu-se a modalidades praticáveis na área: o turismo no espaço rural; o turismo de habitação; o agro-turismo, etc. Mencionou os novos apoios que, no âmbito do FEDER, estavam disponíveis. E elaborou sobre o maciço central da Serra da Estrela e os incentivos especiais de que dispunha. Mas ainda não havia um “produto” turístico específico para a área, porque, manifestamente a neve dura pouco... Ele incentivou os presentes a definirem um produto compósito que pudesse congregiar muitas componentes, mobilizáveis ao longo do ano e para as diversas sub-regiões.

Os Presidentes das Câmaras elaboraram todos sobre o tema: as condicionantes do ordenamento e do ambiente (estas eram para eu ouvir...); os novos eixos que eram necessários; as comissões regionais de turismo que não faziam nada do que eles recomendavam; e uma coisa em que estavam certíssimos respeitava à promoção que deveria ser vista no seu conjunto e não partida aos bocados.

Aprendi, por exemplo, que Sabugal resultou da fusão de cinco antigos concelhos e castelos! Não lhe faltava, por isso, património histórico para mobilizar. O que é preciso é inventar uma “narrativa” (como agora se diz) para reter os turistas a ouvi-la. Todos se consideravam isolados. Hoje a questão está resolvida. Mas o problema está mesmo nas “narrativas”...

Foi a vez de se entrar no sector da agricultura. As potencialidades eram melhores do que aquilo que poderíamos imaginar. Desde a intensificação da produção de pequenos ruminantes através da melhoria das pastagens no Sabugal até ao aproveitamento do vinho de mesa da Meda, que estava a dar os primeiros passos

em algumas empresas privadas, foram sugeridas muitas hipóteses. É preciso que sejam os locais a sugerir as componentes da estratégia. Como sempre, queriam mais pequenas barragens para melhorar os regadios.

O Secretário de Estado da Agricultura prometeu empenhar-se no guarnecimento dos lugares vagos na administração do sector e na florestação das matas públicas. Estas reuniões eram densas, mas tornavam evidentes as pequenas potencialidades de zonas longínquas e pobres que têm, contudo, a animá-las Autarcas informados. É sempre bom ouvi-los e receber lições de dedicação.

*

O acesso aos fundos comunitários e especialmente ao FEDER reclamava ideias claras, identificação dos instrumentos de acção mais eficazes, definição de prioridades, programação, afectação de recursos internos às contrapartidas nacionais, etc. Tratava-se, em todos os casos, de operações de organização exigentes. Eu insistia sempre nisso, nas minhas intervenções públicas, porque havia gente que pensava que aqueles fundos eram totalmente da minha decisão discricionária.

Um dia, em que eu fazia a apresentação do programa de afectação dos fundos para determinado distrito, no salão nobre de um Governo Civil, vieram segredar-me que um Deputado do meu próprio partido estava a fazer no átrio, uma espécie de comício, cujo tema era “o ministro está sentado numa pipa de massa; ele poderá dar para cá, dez, vinte ou mais vezes o que está a anunciar... É só ele querer!...” Lá tive de voltar a explicar as regras que condicionavam as decisões de todos, a começar pelas minhas próprias... É evidente que, nesse caso, havia má-fé. O Deputado em causa ficou, uns anos depois, surpreendido quando o deixei ficar com a mão no ar, sem o cumprimentar, no átrio de um hotel de Lisboa. Felizmente, como muitos outros, desapareceu do “radar político”...

*

A Península de Setúbal ocupava a atenção do Governo em permanência, por causa da situação que nela se vivia. Fizeram-se numerosos estudos e planos. Era preciso coordená-los e dar-lhes execução. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/88, de Fevereiro, criou para isso, o Gabinete da Operação Integrada da Península de Setúbal.

*

Numa reunião da Operação Integrada de Desenvolvimento de Setúbal (2/3/88), ouvi elogios à qualidade do programa que tinha sido definido e recomendações em relação à constituição da equipa que haveria de o levar a efeito, corrigindo eventuais desvios e estabelecendo o indispensável diálogo com os agentes que haveriam de intervir. Como fundamento das suas recomendações, o presidente do NERSET disse da sua preocupação, por nós sermos bons a desenhar planos e programas, mas muito maus a executá-los. Era na concretização que deveríamos concentrar a nossa atenção.

*

De vez em quando abordávamos, em Conselho de Ministros, o modo como se estava a processar a absorção dos fundos comunitários.

Preferíamos os programas aos projectos isolados, porque o impulso da modernização da Sociedade Portuguesa seria maior. Em princípios de 1988, pretendíamos ver o apoio alargado a novos sectores: a educação e a saúde. Competia-me a mim convencer as instâncias comunitárias, a começar pelo Comissário Bruce Millan. A estratégia tinha de ser concretizada por pequenos passos. Primeiro, mostrar competência na execução das regras comunitárias e ganhar confiança. Depois, expor a nossa concepção de desenvolvimento integrado com componentes directamente ligadas à produção e outras de natureza formativa – educação e formação –acompanhadas de outras de carácter social – a saúde. Para nós o desenvolvimento tinha de ser integrado, olhando para muitas dimensões, impondo-se referir exemplos bem-sucedidos da nossa forma de actuar. Felizmente, tínhamos muitos casos interessantes a que alguns de nós haviam estado ligados pessoalmente – a Secretária de Estado e eu próprio. E tornou-se claro que o Comissário partilhava do nosso ponto de vista. Fomo-nos apercebendo de que o próprio Presidente da Comissão, Jacques Delors, também apoiava a nossa concepção o que, aliás, não era infundado, porque os resultados iam-se vendo.

Em relação aos equipamentos de educação e de formação fomos introduzindo alguns nos nossos PIDR (Planos Integrados de Desenvolvimento Regional), mas, em relação aos da saúde havia dúvidas que tinham de ser desvanecidas. Propus

que numa das visitas do Comissário a Portugal fossemos ao Porto onde, na Comissão de Coordenação, passámos em revista o que se estava a fazer na Região; no dia seguinte de manhã, um sábado, como já disse, fomos para o terreno fazer algumas visitas. Entre elas estava o novo Hospital de Guimarães, de construção já relativamente avançada, mas aguardando ainda decisão relativamente ao seu financiamento parcial por Bruxelas. Foi o primeiro equipamento de saúde a ser financiado em Portugal e no resto da comunidade. Isso deveu-se ao modo como se tornou clara a sua inserção num programa multidimensional em que se conjugava o PEDIP, para a reabilitação das empresas industriais, com o FEDER para ligações viárias e com o FSE para a formação. Faltava uma componente expressivamente social – a saúde. O Comissário aceitou a nossa argumentação não no local, onde se limitou a observar, mas passados uns dias, a partir do seu gabinete em Bruxelas. A boa fundamentação da nossa proposta e o entusiasmo dos executantes é que justificam a excepção que foi aberta e a sua repetição em quadros semelhantes àqueles que tínhamos exposto e que o Comissário tinha visitado e, posteriormente, apoiado.

*

O absurdo da apresentação de projectos isolados tinha atingido o cume. Todos os anos eram analisados, em Bruxelas, 12.000 projectos no âmbito do Fundo Social Europeu. Ou havia uma grelha quase automática para os classificar ou teria de se admitir uma grande variabilidade dos resultados. Em qualquer das hipóteses chegar-se-ia a resultados menos do que sub-óptimos, se não mesmo medíocres. Por isso, as instâncias comunitárias pretendiam chegar a 150 programas para toda a Comunidade. Portugal poderia ter três: i) um para o ajustamento estrutural das regiões, contemplando no Plano de Desenvolvimento Regional uma componente para a educação e formação; ii) um para a inserção profissional dos jovens e iii) outro para a reinserção dos desempregados de longa duração. Quer os domínios escolhidos, quer as formas de actuar foram definidas por Portugal, obviamente sujeitas à aprovação prévia por Bruxelas. Tudo se deveria fazer em articulação com o PEDIP (Programa Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa) que visava, fundamentalmente, a modernização do nosso te-

cido industrial. Era importante demonstrar que o Fundo Social Europeu não era uma nova forma de assistência social. Revelava-se determinante reorientá-lo no sentido educacional e técnico-profissional e, também, no que tocava à formação profissional orientada para programas específicos (daí a articulação com o PE-DIP). Desta forma, conseguir-se-iam reduzir as frentes de ataque ao F.S.E., sempre suspeito de favoritismos e de práticas pouco transparentes.

*

Da preparação da O.I.D. da Península de Setúbal constava a elaboração de um estudo orientador da acção que foi confiado ao Prof. Jorge Gaspar. Como se tratava de obter um auxílio expressivo de Bruxelas, eu solicitei que, antes da apresentação formal, houvesse uma apreciação do seu texto para não se estar com longas discussões de negociação em torno de uma proposta que, nessas circunstâncias, teria de voltar a percorrer uma longa cadeia de intervenientes nacionais. O nosso documento surpreendeu pela qualidade. Incentivaram-nos a apresentá-lo rapidamente, porque queriam servir-se dele, como exemplo, noutras regiões da comunidade.

*

Em Abril de 1988, depois de ouvir extensamente os meus colegas, preparei com a Secretária de Estado Isabel Mota, uma lista dos grandes projectos nacionais que deveria ser apresentada a Conselho de Ministros. Porque, à luz de hoje, essa lista é interessante, reproduzo-a a seguir: Alqueva; alargamento da Ponte de 25 de Abril; novo aeroporto de Lisboa; arranjo da zona de Belém (Centro Cultural incluído); segunda ponte sobre o Tejo; Ponte do Freixo, rede nacional de gás natural. Como se vê, com excepção do novo aeroporto, tudo foi concluído, nem sempre do modo como eu gostaria, mas de qualquer forma construído. E alguns projectos eram bem complexos...

*

Preocupava-nos, obviamente, a questão dos fundos comunitários e a sua conjugação de modo a otimizar o seu uso. Havia alguns que estavam reservados a infra-estruturas, mas, nomeadamente os programas específicos (PEDIP e PEDAP),

poderiam apoiar, durante um tempo limitado, algumas despesas correntes. Era isso tudo que se impunha definir. Na reunião de 12/07/88 foi obtido acordo em torno de uma forma de expressão matricial, na qual as colunas eram os diferentes programas e as linhas os diversos fundos. Tinha que se mostrar, sem sombra para dúvidas, que tudo estava devidamente “agarrado”. Todos os Ministros se envolveram na discussão; a matriz passou a ser o nosso quadro de referência.

*

Eu costumava aproveitar as cerimónias de inauguração de qualquer equipamento para reflectir em voz alta sobre alguma matéria que eu gostava que passasse à discussão. Foi o que aconteceu durante a inauguração de um novo edifício situado nos jardins da Comissão de Coordenação da Região do Norte. O tema foi, então, a importância da avaliação nas suas três vertentes: *ex-ante*, *ex-post* e *ad itinere*. O que não se avalia e não se acompanha pode sair-nos facilmente das mãos. Tudo tem de ser justificado e agarrado para ser levado a bom termo.

*

Tive (22/04/88) uma grande reunião sobre o Programa Integrado de Desenvolvimento Regional da Cova da Beira. Trata-se de uma zona periférica, na ocasião muito isolada, com algumas potencialidades que se impunha aproveitar. A minha preocupação era sempre envolver o maior número de agentes e aproveitar as capacidades locais. Estes estavam particularmente concentrados na Universidade da Beira Interior. Era preciso interessá-la no exercício. Foi apresentada uma proposta assente nos seguintes eixos prioritários: 1.^o) comunicação rodoviária e ferroviária; 2.^o) aproveitamento hidroagrícola, 3.^o) viabilização da implantação das unidades agro-alimentares; 4.^o) reestruturação da indústria de lanifícios e 5.^o) turismo.

Em relação ao primeiro eixo, ninguém falava ainda das auto-estradas que hoje cruzam a área; éramos mais modestos. Do segundo eixo faziam parte as barragens da Capinha e da Meimoa; o canal condutor geral da segunda já estava em construção e permitiria dominar 3.800 hectares de perímetro agrícola regado; falou-se na barragem do Sabugal com uma queda de 200m mas dispendiosa. As redes secundárias de rega e enxugo e os caminhos agrícolas da Meimoa esta-

vam concluídos ou em conclusão; havia um bloco, com financiamento do KFW e com 800ha que seria lançado em 1989, prevendo-se a sua conclusão em 1990. Havia um projecto de extensão rural com 18 campos de demonstração e, novamente, com financiamento alemão. Pretendia-se introduzir novas culturas e novos processos culturais e dar uma grande expansão ao castanheiro, tanto para aproveitamento do fruto como da madeira. Abordou-se a questão do escoamento da produção (cooperativa ou agente privado). Pretendia-se formar um “mercado de origem” Cova da Beira para valorização dos produtos e instalar um campo de observação das variedades de cerejeira, fruteira com condições excelentes na área. Houve quem afirmasse que o emparcelamento era indispensável e quem o achasse muito difícil. A reestruturação da indústria têxtil enfrentava uma série de dificuldades a que, aparentemente, uma portaria recente, para modernização do sector, não respondia cabalmente.

Falaram o Reitor da Universidade e todos os Autarcas. Estavam interessados no sucesso do programa, mesmo quando demonstravam impaciência relativamente a algumas obras que se arrastavam há mais tempo do que o desejável. Como era costume nessa época, os Autarcas da raia queriam todos a abertura das várias fronteiras com Espanha; o assunto foi resolvido, de uma penada, poucos anos depois. E como também era costume, todos pediram dinheiro para mais estradas, mais pontes, mais rectificações de traçados, etc.

Estas reuniões eram indispensáveis para muitos fins: levantar problemas e enunciar soluções; dinamizar órgãos da administração pouco dinâmicos ou mesmo adormecidos; criar ânimo nos agentes locais, consolidar redes de cooperação que não estavam estabelecidas ou que não acreditavam no sucesso do trabalho conjunto. Notava-se, claramente, no final da reunião, que havia um novo ânimo. Era preciso ter disponibilidade para as repetir com frequência porque os Portugueses têm uma grande propensão para o desânimo.

*

Em 14 de Abril de 1988, tive uma longa sessão de trabalho com o meu colega João Maria de Oliveira Martins, Ministro das Obras Públicas, para vermos como se aproveitariam melhor os fundos estruturais e outras fontes financeiras disponí-

veis, um exercício que ainda hoje é indispensável, devendo ser feito em relação a cada projecto. Foi, então, que ficou decidido: afectar o FEDER às vias de comunicação (estradas e caminhos-de-ferro); os empréstimos do Banco Mundial e do Banco Europeu de Investimento para o material circulante; o programa STAR para as telecomunicações; o FEOGA-Orientação para a telefonia rural, estimando-se em 40.000 telefones a instalação necessária (ainda não havia telemóveis!...) e para os novos instrumentos de distribuição postal. Havia muitas outras necessidades que não podiam ser satisfeitas pelos fundos que eu coordenava. Exemplo disso eram as compensações a dar a 1200 trabalhadores excedentários nos portos de Lisboa e de Leixões. O exercício prolongou-se relativamente a cada projecto. Ao fim da tarde, estavam estabelecidas as fontes possíveis de financiamento para cada um dos mais importantes. Os Secretários de Estado assistiram e participaram. O trabalho subsequente deveria ser conduzido sob sua orientação.

Um outro exercício de coordenação que fizemos respeitou às unidades que, dentro do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações tinham responsabilidades no domínio da Ciência e Tecnologia: o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, o Centro de Estudos de Telecomunicações (CT T – Aveiro). Analisámos o modo como deveriam candidatar-se aos programas de apoio existentes. Eram sectores interessantes para começar a envolver as empresas na encomenda de projectos de investigação, nomeadamente em domínios como a tecnologia de construção, a poupança de materiais na construção e de energia na “exploração” das construções, a construção de material ro-lante para os transportes, etc. O Ministro estimava que 90% das encomendas seriam susceptíveis de ser comandadas pelas empresas por terem um carácter muito próximo da aplicação de conhecimentos já disponíveis. Refiro esta reunião para chamar a atenção para o facto de a cooperação ter de ser exigida ao mais alto nível, entre Ministérios. A estrutura de cada Ministério tratará de seguir aquilo que os ministros acordarem, se tiverem o cuidado de tornar manifesto o seu acordo.

*

Em Abril de 1988, ainda se falava da informatização do FEDER como se fosse de uma modernização radical e de grande inovação!

*

A primeira vez que se falou no aproveitamento do Convento dos Lóios, em Arraiolos, para nele instalar uma pousada, foi no dia 10 de Maio de 1988 e o proponente foi o Dr. Carmelo Aires, Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo. Como se sabe, a obra foi realizada com grande qualidade arquitectónica, sendo um dos equipamentos do sector do turismo com maior procura.

*

Nós fomos pioneiros na aplicação de fundos estruturais em sectores onde eles não estavam inicialmente previstos. Um deles foi a Educação. Em 3 de Junho de 1988 tive a informação de que as instâncias competentes da tutela do Fundo Social Europeu tinham autorizado a aplicação de subsídios ao apoio do ensino secundário (escolas, laboratórios e outros investimentos) e não somente ao ensino profissionalizante. Isso significava uma possibilidade de reorientação de verbas do PIDDAC, no sector, de cerca de 20 milhões de contos. Tudo resultou de se passar a considerar a Educação como um instrumento de desenvolvimento, tal como nós vínhamos a insistir, há muito tempo.

*

Um dia em que se discutia um plano integrado de desenvolvimento do Alentejo, um agricultor, oriundo de uma família de industriais, recomendou com insistência que se tratasse da preparação dos pastores. Estes, pura e simplesmente, não eram ensinados. Faziam como viram outros fazer. Contrapôs a situação em Espanha, onde os centros de formação para a agricultura tomavam muito a sério a formação dos pastores. O mesmo agricultor insistia em que, além do que se fazia nas herdades, as estações experimentais tomassem a peito a melhoria das espécies de gado, nomeadamente dos pequenos ruminantes com grande futuro na zona. Mas o que o preocupava deveras era a questão da disseminação da informação e a formação em gestão. Queixava-se de que a maioria não sabia fazer contabilidade de custos e propunha a designação de empresas agrícolas de referência que elaborassem contabilidade demonstrativa que servisse de modelo para quem quisesse aprender.

Lembrei-me muito das dificuldades semelhantes que eu tinha tido no Douro e das diligências que fiz para melhorar a situação. É nas pessoas, na sua educação e formação, que se deve sobretudo, apostar. Sem isso, o investimento em maquinaria tem as dimensões de um investimento em quinquilharia... Não sabem aproveitá-lo.

*

Eu tinha muita preocupação em que se cumprisse rigorosamente os compromissos que assumíamos em relação aos fundos comunitários e, particularmente, em relação ao FEDER. Quando estava em afinação o PROSET (Setúbal) havia uma pressão inconveniente para cativar e anunciar uma verba importante para realizações na Península de Setúbal. Não me arrependi de ter insistido em que o anúncio fosse feito somente depois de todas as iniciativas terem sido negociadas com os sectores e terem os respectivos agentes assumido o compromisso da execução de todas as acções constantes do plano. Sem essa negociação, corria-se o risco de anunciar o preenchimento de uma boa parte da nossa quota do FEDER sem ter assegurada a sua realização. Tudo isso em troca do anúncio de uma verba “redonda” que toda a gente esqueceria no dia seguinte...

*

As despesas do PIDDAC eram coordenadas por mim, mas acompanhadas, de muito perto, pelo Ministro das Finanças. Tudo era considerado: o que vinha dos fundos comunitários e o que correspondia à contrapartida nacional; a inflação e o que eram despesas de capital e despesas correntes; tudo era articulado entre si para não haver derrapagens. No dia 21 de Junho de 1988, assentámos no que seria considerado como equilibrado para 1989: que as despesas de capital do PIDDAC crescessem 2%. Só no caso do Fundo Social Europeu vir a financiar o sector da Educação é que se podia admitir crescer mais algumas décimas. Dez anos depois tudo foi diferente!... Como havia dinheiro de fora, não se impuseram limites de prudência...

As despesas correntes do PIDDAC, em relação às quais tinha havido, no passado, muita elasticidade teriam de diminuir 10%! Só dessa forma poderia crescer o investimento público.

*

Procurámos aproveitar todas as sugestões vindas de Bruxelas e que tinham sido aplicadas com sucesso noutras partes da Europa. Foi o caso do programa RESIDER, concebido como Programa Comunitário para a Recuperação da Indústria Siderúrgica em declínio. Tínhamos, pelo menos, a Península de Setúbal, como elegível. Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/88, de 3 de Junho, foi criada a comissão que deveria promover a utilização dos fundos disponíveis, através de projectos devidamente fundamentados.

*

Nas discussões sobre o PIDDAC, os ministros estavam divididos em dois grupos: o dos que tinham acesso aos fundos comunitários, tendo de assegurar somente a contrapartida nacional nos seus orçamentos; e os que não tinham, vendo-se obrigados a arcar, na sua totalidade, com os custos dos investimentos que lançavam. Os sectores da Saúde e da Educação começaram por estar no segundo grupo, mas, a pouco e pouco, foram passando para o primeiro. Havia sempre a sugestão irónica de que eu deveria explicar em Bruxelas que a Segurança Interna, a Defesa e a Justiça também eram sectores ligados ao desenvolvimento e que, por isso, deveriam ser elegíveis para os fundos comunitários... Mas era evidente que se tinha de encontrar solução para as suas necessidades de investimento. Até para a mudança do sistema da cifra, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, que tinha de ser completamente modificado, para preparar a nova situação que viria em 1992. O Ministro das Finanças chamava a atenção para o facto de o crescimento do PIDDAC, apesar de moderado (ele dizia que era muito grande...) apertar todo o financiamento. Na política monetária e cambial íamos perdendo soberania, restando-nos a política orçamental, que ele considerava como uma expressão de soberania “condicionada”, tais eram as regras a que tínhamos de obedecer para usufruir dos fundos comunitários. E chamava-nos, continuamente, a atenção para as projecções do défice que não eram muito animadoras: ele queria que ele fosse 3,6% mas temia que as pressões exercidas sobre o investimento, o fizessem subir para 4,75%. Apesar de tudo, eram valores suportáveis, porque a economia estava a responder muito bem. O papel do Primeiro-Ministro, no encontro de

uma posição de equilíbrio, era fulcral. O valor total do PIDDAC com o qual eu deveria trabalhar resultava sempre de uma combinação entre ele e o Ministro das Finanças. Mas era evidente que ninguém saía contrafeito com esse acerto.

*

Já me referi às dificuldades associadas à extinção de qualquer instituição que um dia haja sido criada. Em Julho de 1988, ainda eu andava às voltas com a extinção da Empresa Pública dos Parques Industriais. Em zonas mais dinâmicas tinha-se conseguido vender um ou outro talhão; isso nos locais em que não teria sido necessária a acção da EPPI. Em Beja e em Évora as coisas enredavam-se. Os nossos interlocutores eram as Câmara Municipais. Não havia ninguém a querer comprar os talhões ou os pavilhões, nem para armazenamento de bens de consumo corrente, como aconteceu num outro caso. Todos estavam expectantes em relação ao que viria. Ninguém ousava empreender. Este é o principal problema do subdesenvolvimento.

*

Quando se começou a definir o destino do Porto de Sines, logo começaram a surgir expressões de interesse em “auxiliar-nos”. Era preciso estar atento porque eles tinham por detrás, correntemente, quem quisesse mais qualquer coisa. Por isso, eu defendo que o Estado deve ter pouca gente nessas funções de natureza estratégica, mas que ela deve ser muito boa e, por isso, bem paga. Não se pode ficar nas mãos de peritos que não sabemos a quem respondem. Estes são indispensáveis em trabalhos especializados que alimentam os exercícios de integração que uma reflexão estratégica reclama. Mas esta deve ser conduzida por quem tenha legitimidade para a fazer, com assessores que só respondem perante si.

*

Havia um programa comunitário para as telecomunicações chamado STAR. Nós tínhamos a certeza de que não haveria desenvolvimento sem ligações fáceis a todo o mundo. Por isso criámos um sistema de incentivos a servi-

ços avançados de telecomunicações chamado SISAT. Isso foi feito através do Decreto-Lei n.º 249/88, de 15 de Julho.

*

Havia a vontade de valorizar todos os recursos endógenos das regiões, maneira mais consistente de assegurar as actividades ao longo do tempo. No Alentejo, os mármorees eram um deles.

Em Julho de 1988 tive uma reunião com autoridades locais e com empresários, em Vila Viçosa, centro de uma zona com excelentes pedreiras. Um dos problemas era tipicamente nacional. A exploração era feita de qualquer maneira, por todo o lado se vendo escombreciras cujo material eu pretendia ver aproveitado, nomeadamente na construção de estradas, não tendo conseguido perceber as objecções que muitos punham a essa utilização. A verdade é que há mármorees lindíssimos, algum deles saindo de Portugal, já com denominação de Carrara... porque a etiqueta conta muito e nós ainda não aprendemos a criar e a valorizar as nossas próprias marcas. Fico sempre fascinado com os grandes blocos que se extraem e com o cenário único que são os paramentos das pedreiras cujas cores vão evoluindo por acção do tempo e que sempre me pareceram locais adequados para servir de cenários a óperas “gigantescas”, porque estamos a falar de paredes com muitas dezenas de metros de altura e com uma variação de tonalidades única.

Tínhamos, entretanto, desenvolvido uma mão-de-obra especializada, criando milhares de postos de trabalho directos e indirectos e usando tecnologia muito avançada, porque nos estávamos a equipar de novo. Um dos problemas era de natureza ambiental e ligado às famosas escombreciras que eram repetidamente referenciadas como um atentado à paisagem, o que era verdade. A concentração das explorações ocorria nos concelhos de Vila Viçosa, Estremoz e Borba. Pretendia-se construir um centro com múltiplas valências: exposições, centro de conferências, formação profissional e laboratórios. Lançada a ideia, o centro foi inaugurado poucos meses depois.

Havia algumas extracções clandestinas, mas as Autarquias não queriam ser “polícias dos mármorees”... Um problema real eram as estradas municipais que suportavam a passagem de cargas excessivas, não tendo as Câmaras meios para assegurar

a sua manutenção. Mas os empresários do sector não se queriam responsabilizar nem pela abertura de novos eixos, nem pela conservação dos existentes que eles contribuían para degradar. Era uma “equação” de solução complicada.

O centro construído em Borba asseguraria três funções indispensáveis: a investigação, o desenvolvimento e a demonstração. Tanto as autoridades locais como os empresários entendiam a necessidade da sua articulação. Mas, como sempre, queriam contribuir com o mínimo que pudessem. Havia, ainda, a necessidade de se proceder a estudos geológicos de grande amplitude e, então, para esses é que eles não estavam nada abertos a pôr o seu dinheiro; achavam que isso era responsabilidade das instâncias centrais!...

*

O facto de o PDRITM (Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes) ter corrido bastante bem, induziu nos técnicos do Banco Mundial, mais do que a disponibilidade, a vontade de prosseguir com a parceria com Portugal e com os mesmos agentes com quem tinham já colaborado.

Recebi, em meados de Julho de 1988, uma missão do Banco Mundial que vinha oferecer o seu apoio a um projecto que abordasse o *marketing* dos produtos agrícolas e mais infra-estruturas, por toda a gente ser de opinião que faltavam muitas, nomeadamente no domínio da acessibilidade. Entendiam que a zona estava numa fase de transição entre a economia de subsistência e a economia de mercado, havendo que estimular uma mudança de mentalidades. Um dos técnicos insistia nas produções que não fossem excedentárias na Comunidade Europeia e, por isso, não estivessem sujeitas a “quotas”; mas sublinhava a importância da qualidade. O chefe da missão afirmava que a agricultura seria sempre importante, com o que eu estava inteiramente de acordo. E acrescentava que a agricultura poderia ser a forma mais interessante de gerir o ambiente, com o que eu estava ainda mais de acordo.

Quando hoje (2014), se preconiza que a prevenção dos fogos florestais se fará melhor por via da gestão de espaço rural, está a confirmar-se o acerto da nossa forma de olhar para as coisas em 1988.

Faltavam instituições e canais de ligação aos mercados. Entretanto, no sector dos vinhos e, especialmente no dos vinhos de mesa, muitos produtores aprenderam a aproximar-se dos mercados. Mas ainda não sabem articular-se entre si para fazer face a grandes mercados como o da China, o dos Estados- Unidos ou o do Japão. Eles já traziam na cabeça o projecto que estariam na disposição de apoiar. Ele teria como componentes principais: i) os pequenos regadios tendo em vista a criação de gado e a produção de carne; ii) o desenvolvimento de novas produções que tivessem os mercados europeus como destino; iii) a construção de novas infra-estruturas regionais e iv) a construção de estradas rurais e de sistemas de abastecimento de água. Esta proposta vinha no seguimento do que já havia sido esboçado no PDRITM, mas não tinha sido suficiente, por falta de fundos. Gostariam de que a estrutura de coordenação do projecto fosse a mesma, mas insistiram muito na extensão rural que tinham verificado ser insuficiente e feita por “burocratas”!... Mas essa é uma deriva fatal em Portugal. Os extensionistas gostam imensamente de se refugiar nas secretarias... Por isso eles propunham, muito acertadamente, que a extensão rural fosse conduzida por agentes do sector privado. Com o que eu estava de acordo...

O PDRITM II foi por diante, tendo-se salientado por ter suscitado a adesão de muitos viticultores do Douro, responsáveis por mais de cerca de 1.000 hectares de novas vinhas. A coordenação do projecto continuou a ser da responsabilidade da Comissão de Coordenação da Região do Norte, tendo à frente o Eng. Luís Braga da Cruz e o Eng. Mário Fernandes Martins a coadjuv-lo.

*

Nós acompanhávamos de perto a elaboração dos regulamentos comunitários que nos interessavam, particularmente do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) que tão importante se revelava para apoiar a nossa acção. Em fins de Julho de 1988, estava assente que a regra seria apoiar programas e não projectos, a não ser que estes fossem de dimensão muito expressiva (25 MECU, ou seja, cerca de 4,3 milhões de contos), o que se compreendia. De qualquer forma, justificámos, porque nos era mais conveniente um tecto mais baixo para os projectos e dispusemos as coisas, internamente, para generalizar a perspectiva



FIG. Plantação de novas vinhas.
PDRITM II.

de programa na qual os projectos deveriam ser inseridos. Era a minha convicção (e não só minha) de que os programas ajudavam a justificar melhor os projectos. Ainda hoje (2014), noutras funções ligadas a portos europeus, eu insisto para que os candidatos a apoios inscrevam as suas propostas em quadros estratégicos que mostrem a lógica de cada acção e do seu conjunto.

*

Em 1988 foi concluída a preparação do PRODEP (Programa Operacional para o Desenvolvimento de Educação em Portugal). Estava-se em condições de negociar com a Comissão Europeia, com a possibilidade de começar a actuar já em relação ao ano de 1992. O Programa tinha a particularidade de mobilizar os três fundos disponíveis: o FEDER, desde a educação básica até à universitária; o Fundo Social Europeu para educação geral e pré-profissional; e o FEOGA para as escolas agrícolas. Tratava-se de um programa ambicioso: 420 milhões de contos para quatro anos! O problema, como sempre, era a contrapartida nacional. Foi durante a discussão desta candidatura que se começou a ver que havia uma sobreposição inconveniente entre as funções da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e as do Instituto Nacional de Investigação Científica, a primeira na tutela do Ministério do Planeamento e o segundo na do da Educação. Começaram a guerrear-se entre si e a trazer a público as suas disputas. A sobreposição, mesmo parcial, das funções era erosiva das relações do Ministério com o INIC e com as próprias universidades. Numa ocasião em que era pedida coordenação, estava a verificar-se uma dispersão de esforços e tentativas de protagonismo dos responsáveis, arregimentando nomes respeitáveis para cada grupo. Não se podia deixar prolongar a quezília.

*

Por sugestão da Secretária de Estado Isabel Mota, convidei o Prof. Robert Solow, Prémio Nobel da Economia, 1987, para vir conversar connosco acerca do nosso Plano de Desenvolvimento e do que estávamos a fazer no quadro da Comunidade Europeia. Convidei para a conversa uma dúzia e meia de personalidades ligadas à preparação do documento e académicos, entre os quais estava o Prof. Miguel

Beleza, que viria a ser Ministro das Finanças (5/1/90 – 31/10/91) e que conhecia pessoalmente o nosso convidado.

Pedi as instalações do Forte de S. Julião da Barra, onde tudo se passou no melhor dos ambientes. Chegar ao terraço do Forte num dia de verão, às nove horas da manhã, deslumbra qualquer um. Comecei por fazer uma introdução, dizendo o que estávamos a fazer, referindo as prioridades que tínhamos definido para a acção, depois de ter enunciado os problemas que entendíamos serem os nossos. O Prof. Solow começou por fazer uma pormenorizada descrição da situação americana, no que à sua política económica dizia respeito. Tudo estaria suspenso até à primavera de 1989, por causa das eleições presidenciais de Novembro de 1988 (Presidente George H. W. Bush). A procura interna oscilaria, em 1989, entre 2% e 3%, prevendo-se uma quebra, o que ele achava bem, porque tinham surgido alguns sinais de pressão sobre a inflação. O maior problema seria o risco de recessão após a entrada de uma nova administração. Eles tinham tido seis anos de crescimento, com aumentos dos activos, mas também da inflação. Achava que o nível do endividamento privado era demasiado alto e que a limitação de liquidez conduziria à falência de empresas. Temia que, se a recessão viesse, ela fosse profunda. O défice orçamental iria aumentar e, por isso, um aumento substancial dos impostos seria a política correcta se a economia estivesse em más condições. Antevia que os aumentos seriam sobretudo sobre os combustíveis. Referiu-se à dívida dos países latino-americanos e à necessidade de um perdão parcial; tradicionalmente quem suporta essa dívida é a indústria americana (que é também quem lucra com ela) que iria, de novo, ter de arcar com impostos para a pagar. O dólar teria de ser desvalorizado e ele achava que era melhor sê-lo mais cedo do que mais tarde. Em relação à balança comercial, sabia que o facto de ela ser equilibrada para os Estados Unidos significava que era desequilibrada para muitos outros; referiu-se, particularmente, ao Japão que estava a expandir as suas exportações à custa de tecnologias que os europeus e os americanos tinham inventado. Fez considerações acerca dos investimentos na indústria que têm um tempo de maturação relativamente longo. E aconselhou-nos a atrair investimento estrangeiro, o maior que pudéssemos, incluindo o japonês (automóveis e electrónica, nomeadamente). Voltava, frequentemente, a referir-se aos Estados Unidos e à

recessão potencial que os ameaçava; se assim fosse, assistiríamos a uma nova vaga de protecționismo. Esclareceu que, no seu país, os subsídios não vinham do Governo Federal, mas dos Estados Federados. Voltou-se para o sector do Ensino, lamentando que os Estados Unidos não tivessem um ensino secundário comparável com o do Japão. Insistiu muito na importância do sector da Educação, chave da prosperidade futura mas lento a experimentar progressos.

Perguntou como iríamos nós absorver os fundos estruturais. Naturalmente aumentando a formação de capital fixo; mas esta era já muito expressiva, observou. Recomendou que não deixássemos de absorver todos os fundos comunitários que pudéssemos; e, referindo-se às prioridades que eu tinha apontado na minha apresentação, achou que elas eram “fully right”.

Interrogou-se acerca da evolução do consumo privado e do nível a que ele seria tolerável. Perguntou se nós tínhamos os instrumentos de política adequados para controlar o ritmo de evolução do consumo privado e de prever a taxa de crescimento do consumo real para o fim do período que estávamos a planear. Como se sabe, o descontrolo das coisas veio a surgir cerca de uma década depois. Perguntou, ainda, se seria possível propor um “semi-forced saving”. Respondi-lhe que, de certo modo, isso estava a acontecer no investimento em habitação... mas com taxas de juro que estimulavam outras formas de consumo.

O Prof. Miguel Beza referiu-se à nossa integração financeira na Europa. Esclareceu que a evolução dos preços das matérias-primas e da alimentação não tinha conduzido ao “superavit” esperado. Disse que o nosso padrão de consumo não era típico, por se seguir a um período de recessão. E não pôde ter sido mais enfático a defender uma evolução do consumo a ritmo muito moderado. Recomendou uma grande selectividade dos investimentos, tal como já vínhamos a praticar. Chamou a atenção para a evasão fiscal que reclamava uma administração fiscal mais competente e para alguns indícios de corrupção que se podiam observar. Em relação ao investimento industrial, sobre o qual eu tinha insistido, ele atribuiu a falta de entusiasmo na sua concretização a uma “stagnant atmosphere”. Mas era esta que se impunha alterar.

As recomendações finais do Prof. Solow seriam aplicáveis passados vinte anos! Reduzir a inflação, reduzir a procura nominal, reduzir o défice, reduzir o consu-

mo privado e o consumo público e promover um equilíbrio entre custos e benefícios a todos os níveis. Estávamos de acordo.

O encontro terminou com um almoço simples, mas muito elegantemente servido. Quando o acompanhei à porta, ele disse-me: “É assim que os economistas deveriam ser sempre tratados...”.

*

Em 1988, discutia-se, em Bruxelas, a elaboração de regulamentos que ordenassem a afectação dos fundos estruturais. A ideia era dispor de um regulamento horizontal em que ficassem definidos os poderes da Comissão Europeia, o montante mínimo dos projectos dos diferentes sectores e as regras a usar durante o período transitório e se identificassem os níveis de coordenação interna e externa. Nós tínhamos de ter ideias claras a este respeito, porque as discussões seriam com a própria Comissão e com todos os outros países que beneficiassem daqueles fundos. A seguir, viriam os regulamentos específicos de cada sector. Que não pudessem ter problemas tão delicados como o primeiro.

Todos os Ministros queriam estar presentes nas instâncias de coordenação de fundos e nessas discussões. Havia os que queriam ver incluídas nos critérios de distribuição as taxas de desemprego, os que pretendiam ver baixar os limiares dos projectos elegíveis, os que preferiam adoptar a lógica de programa em vez da de projecto (como era o meu caso), os que se manifestaram por uma ampliação da subsidiariedade em relação a Bruxelas, os que queriam mais flexibilidade, os que eram a favor de um alargamento dos sectores elegíveis para apoio... Havia as sugestões mais diversas que era preciso articular, dando ao Ministro dos Negócios Estrangeiros uma proposta consistente para ele negociar em Bruxelas. Como se pode imaginar, eram muito vivos os Conselhos em que se tratava destas matérias; todos sabiam que a sua capacidade de realização dependia muito das ajudas que vinham de Bruxelas e do modo como elas haveriam de chegar aos seus orçamentos.

No Conselho em que nós afinámos a nossa posição (20/9/88), também se falou – no âmbito da chamada Europa dos Cidadãos – das questões da circulação de estudantes, da permanência de não-activos e da televisão sem-fronteiras. Hoje, ficamos admirados como tudo correu tão depressa e como o Programa Erasmus se traduziu

no sucesso que, hoje, testemunhamos. Já ouvi, muito a sério, alguém exprimir a opinião de que ele foi a realização de maior repercussão da Comunidade Europeia; se não foi a maior, foi seguramente, muito grande, no domínio intercultural: a facilidade com que, hoje, os jovens se movimentam, com que se encaixam em escolas e ambientes diferentes e com que passaram a falar não só o inglês, mas outras línguas comunitárias, o qual representa um activo muito importante, particularmente numa época (2014) em que as dificuldades económicas e o excesso de atratividade da Europa fazem despertar algumas expressões de nacionalismo sempre mais expressivas nos países mais prósperos e mais individualistas.

*

O trabalho na Península de Setúbal continuou. Foi elaborado um prospecto com os incentivos, com as obras que se estavam a realizar e com outros tipos de apoio, nomeadamente no campo da formação profissional. Havia curiosidade em reacção à Operação Integrada de Desenvolvimento (OID). E começaram a aparecer intenções de investimento por parte de brasileiros, de franceses (na produção de ostras), holandeses, alemães e espanhóis. Os portugueses interessavam-se especialmente pelo sector do turismo.

Os frutos demoram sempre a ser colhidos. A verdade é que, em poucos anos, a Península de Setúbal deixou de merecer letras gordas nas primeiras páginas dos jornais.

*

Em relação à concretização do PROSET (Programa de Desenvolvimento da Península de Setúbal) deparámo-nos com uma questão complexa: a disponibilidade de terrenos para instalar novas unidades industriais. Os preços dos terrenos que estavam livres passaram, em poucos meses, de mil para três mil escudos por metro quadrado. Havia numerosas instalações de unidades que tinham sido encerradas e que surgiam como “cadáveres” na paisagem. Mas as complicações jurídicas para as aproveitar eram tão grandes que ninguém se abalçava a enfrentá-las. E os estudos feitos para a instalação de unidades fabris com exigências de espaço ficavam alterados pela triplicação do valor

dos terrenos. Era o mercado a funcionar, mas de forma muito oportunista. As Câmaras Municipais tinham de se envolver mais. Estava fora de causa o congelamento do valor dos terrenos por decisão do Governo, como era sugerido por alguns “colectivistas” mais açanhados... Por outro lado, e em relação ao crédito a conceder, os bancos olhavam para as candidaturas apresentadas para esta área como se elas respeitassem a empresas localizadas em qualquer outro ponto do território ou mesmo com mais severidade de análise. Por isso, tinha que ser a colectividade, em geral, a suportar uma pequena bonificação, em nome da resolução da situação crítica que se vivia na zona. O tratamento era idêntico também no que respeitava aos *plafonds* de crédito.

*

Quando se beneficia de fundos estruturais europeus é fundamental cumprir com o combinado internamente, mas é também muito importante saber como correm as coisas nos outros países que beneficiam do mesmo tipo de apoios. Chegámos a beneficiar do atraso dos outros que os não usaram; houve transferência acrescida para Portugal.

Em 14 de Novembro de 1988 fiz uma reunião de coordenação cujo primeiro ponto foi avaliar a situação dos “concorrentes”. A Espanha estava atrasada na preparação das candidaturas: o que tinha prometido para 2 de Janeiro só seria entregue em 30 de Junho. Na Itália havia complicações devidas à diferença de capacidades entre o norte e o sul. Na Grécia a situação era caótica. E na Irlanda não havia nenhuma tradição de planeamento e eram avessos a fazê-lo.

O andar à frente também tem os seus inconvenientes. Em relação aos programas STAR e VALOREN, em que fomos os primeiros a entregar as candidaturas, ficámos quatro meses à espera!... Não se pense que a “máquina” de Bruxelas é irrepreensível... Mas eu preferia andar na dianteira e ir resolvendo as questões com os “eurocratas” do que ser apontado como negligente. Colhemos benefícios de imagem e, também, materiais pelo facto de estarmos sempre atentos.

Nessa data, tínhamos em curso: o PEDAP; o PEDIP; o PNICIAP; o STAR; o VALOREN; a OID do Norte Alentejano e o programa de turismo para os Açores. Como programas novos, iriam entrar: a OID da Península de Setúbal; o programa da

Madeira; o RESIDER; o RENAVAL, o PRODEP; o programa de acessibilidade dividido em dois subprogramas, um para a Área Metropolitana de Lisboa, outro para o resto do território; um programa de telefonia rural; o PEDICT; um programa para os centros de emprego; um outro para as infra-estruturas públicas para o turismo, em articulação com o SIFIT; um programa de desenvolvimento das regiões fronteiriças e alguns programas de iniciativa regional a integrar no Plano de Desenvolvimento Regional.

Pelo enumerado feito e diante da variedade de temas, compreende-se que eu tivesse um cuidado particular em relação à coordenação. Felizmente tinha comigo a Secretária de Estado Isabel Mota e os Directores-gerais Nuno Vitorino e Madureira Pires que estavam sempre em cima do acontecimento e mantinham relações frequentes e muito cordiais tanto com a Direcção-geral da Política Regional (Eneko Landaburu) como com os técnicos da nossa Representação Permanente (REPER). Não há milagres! A solução é o acompanhamento diário dos assuntos.

Uma das dificuldades que tivemos em relação aos investimentos municipais é que eles reclamavam mais despesa corrente e nem sempre esta era avaliada e tida em linha de conta nos anos seguintes. O problema voltava à minha mesa, na minha qualidade de Ministro da Administração do Território. E era aí que o FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) nunca chegava para as encomendas... Quando se projecta e concretiza um determinado empreendimento tem que se explicitar sempre quanto é que a sua exploração irá custar. Anos mais tarde (... uma época de “farturas”) construíram-se estádios em abundância que, passado pouco tempo, se verificou não haver meios para assegurar a manutenção, quanto mais para a sua exploração...

Com a variedade de programas que referi, compreende-se que era muito importante assegurar boas relações com os outros sectores. Não era eu que tinha de dizer o que eles iriam fazer; mas havia que assegurar a coordenação tanto da elaboração dos programas e das candidaturas como – e mais difícil – a sua concretização.

Por outro lado, havia que velar pelo equilíbrio entre sectores e regiões, porque os conflitos surgiam a todo o momento. A integração dos projectos deveria ser feita em cascata, começando pelos de maior dimensão que são, correntemente, os mais difíceis; a preocupação da escala tem de ser constante, porque há sempre a

tendência para querer contentar muitos com pequenos melhoramentos, sendo os meios limitados; e é certo que “óleo que tem de untar muita engrenagem não chega para mover a máquina”... como eu repetia em todas as sessões de preparação e de análise de operações integradas de desenvolvimento.

Em determinada altura, houve a ideia de conceder “subvenções globais” para promover o desenvolvimento de zonas relativamente vastas. Eu era a favor da existência dessas subvenções para as cinco regiões do continente e para as duas insulares. A dificuldade residia sempre na negociação entre sectores. Estando a desconcentração dos ministérios (e, portanto, dos sectores) desigualmente avançada; abaixo do escalão regional era praticamente inexecutável a coordenação entre componentes sectoriais distintas.

A Secretária de Estado, nas reuniões de coordenação, recomendava que “se fossem fechando gavetas”, quer dizer, logo que um programa estivesse pronto dever-se-ia ir negociá-lo imediatamente, sem estar à espera dos outros. Isto determinava uma emulação não despidianda entre os responsáveis por cada um deles.

*

Em 1988, quando em 18 de Novembro fiz o balanço do que se estava a passar com o FEDER, a Secretária de Estado informou-me de que iríamos fechar o ano com percentagens de compromissos e de execução bem acima da média de todos os países beneficiários.

*

Um técnico do Banco Mundial, Eugénio Lari, visitou-me, em 22 de Novembro, para analisarmos o prolongamento do PDRITM (Plano de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes) e consolidarmos mais dois empréstimos de 50 milhões de dólares cada um, tendo em vista prolongar o primeiro. Tinha como propósito construir 16 pequenas barragens, completar algumas estradas com trechos omissos e apoiar a florestação e a construção de escolas. As coisas tinham corrido bem com o primeiro projecto. Os bancos de investimento gostam sempre de prolongar no tempo as suas relações com parceiros que cumprem o que prometem. Assim aconteceu connosco.

*

Em 2 de Dezembro de 1988, em despacho com a Secretária de Estado, ficou estabelecido que se tinha de fazer, novamente, uma reunião de coordenação com os principais sectores para articular os grandes projectos entre si. E, por outro lado, solicitar uma estimativa recente e bem fundamentada dos custos de cada um. Eram relativamente frequentes os desvios em relação a estimativas antigas, a concentração de grandes investimentos na mesma área e a falta de articulação entre os grandes equipamentos (sectoriais) e as vias que haveriam de os servir. A coordenação é uma operação que tem de ser recorrente e feita com intervalos relativamente curtos. Por outro lado, não é raro os sectores proporem uma coisa para as GOP (Grandes Opções do Plano) e sugerirem outra durante a fase de execução. Donde a importância de um acompanhamento próximo e de um grande rigor no processo de aprovação técnica e financeira das obras. Tinham de ser seguidas, com escrupulo, as regras da Contabilidade Pública e do Tribunal de Contas, para evitar acidentes arreliaidores, mais à frente.

*

A seguir à duplicação dos fundos estruturais (1994) houve uma espécie de “embriaguez” de optimismo e de dinheiro. Por outro lado, os juros eram baixos e o sector bancário era estimulado a conceder empréstimos para tudo: para a casa, para o recheio, para o carro, para as férias, para o consumo corrente... Os privados viviam a crédito e o sector público com uma folga que nunca tinha conhecido. Poucos se controlaram. Tudo isso não podia acabar bem!

*

A exploração generalizada do sector da construção tinha consequências imprevisíveis e, algumas vezes, perniciosas. Numa reunião realizada em 5 de Dezembro de 1988, tendo como objecto o acompanhamento das obras dos Campos do Baixo Mondego, fui confrontado com o problema da extracção ilegal de areias em talhões em vias de emparcelamento. Ninguém sabia quem o fazia!... Era evidente que muitos o sabiam, mas tinham sido “convencidos” a olhar para o lado.

Como era corrente, havia dificuldades em relação às associações dos agricultores; não se constituíam as associações de regantes, nem se definia o preço da água... Deixava-se a decisão para “amanhã”... Entretanto, passava o tempo sem se retirar os frutos do investimento já feito.

Nessa reunião constatou-se que já não haveria cheias no vale central do Mondego, mas que ainda subsistiam riscos em 6.000 hectares dos vales secundários. Já tinha sido equacionado o projecto do vale do Arunca, mas ainda não havia sido tomada a decisão acerca dos vales do Foja e do Pranto. Reclamava-se que o sector público o fizesse com rapidez. Combinei que o faríamos quando eu visse sinais de mobilização das vontades para aproveitamento económico dos talhões já disponíveis e postos ao abrigo do risco de cheias. Insistiam que o importante era o “domínio da água”. Faziam poucos esforços para definir as culturas que melhor partido tirassem das obras já feitas.

O desenvolvimento reclama, naturalmente, muitas obras. Mas o mais difícil é a mudança das mentalidades e a agregação das vontades dos destinatários. Diziam que havia que sentar à mesma mesa os técnicos e os agricultores, mas, localmente, não se fazia nada para isso; tinha que vir alguém de fora para o conseguir...

Reclamavam que se lhes dissesse quais as culturas que deveriam fazer. E protestavam, porque a rede de drenagem havia sido feita sem se definirem essas culturas. Ficaram admirados quando o director-geral lhes disse que essa drenagem tinha sido feita em função do tipo de terreno e não das culturas que lá iam ser plantadas. Tudo era possível, com excepção, naturalmente, em relação às zonas que não poderiam ser senão para arrozais. No fundo estavam a arranjar justificações para a sua inércia ou a transferir responsabilidades para quem dissesse o que deveria ser cultivado. O peso da tradição é muito grande no mundo rural e a ausência de espírito de iniciativa compromete muito o aproveitamento dos recursos existentes. Insisti, glosando uma afirmação do Director-geral António Miguel Cavaco: “o que está feito no Mondego é o melhor que a técnica actual permite”. Era preciso aproveitar o que já estava realizado. E em relação aos melhoramentos conseguidos em matéria de enxugo e cujos custos para o agricultor eram considerados altos, fui um pouco cínico e disse-lhes que “tudo é caro quando tem de ser pago”.

Para levar a bom termo este tipo de reuniões é preciso ter presente que há que conciliar “velocidades de reacção” muito diferentes e que o propósito da maior parte dos interlocutores é levar o Estado a pagar o mais possível daquilo que é preciso fazer. No final, habitualmente, ficamos todos bons amigos, mas convém estar precavido em relação às estratégias de transferência de encargos.

*

O Plano de Desenvolvimento Regional demorou a ser feito. Eu insistia no envolvimento dos Autarcas Locais e na compatibilização das suas diversas iniciativas. Era evidente que todos queriam um hospital, uma escola secundária, um pavilhão gimnodesportivo, um tribunal, etc., etc. Por isso era importante o trabalho das Comissões de Coordenação Regional. A existência de Agrupamentos de Municípios, organizados em torno de bacias hidrográficas, simplificava muito a resposta aos problemas do saneamento básico. Todos percebiam o “ciclo da água” e as suas imposições naturais. Mas, em relação aos equipamentos, ninguém cedia mesmo que fossem justificados os limiares aconselháveis para cada tipo. Quando se estava próximo de uma solução que se encaixasse nos montantes de verbas previamente fixados, eu participava em reuniões, sem tempo marcado, para se conseguir um novo estágio no processo de iteração que é, necessariamente, o da elaboração de um tal plano. Foi o que aconteceu no princípio de Dezembro de 1988, na Região do Norte. Todos os autarcas intervieram. Havia sugestões para deixar cair imediatamente, como eram os aeródromos em muitos concelhos do interior. Mas a maioria das pretensões eram relevantes. O que tinha era de ser definida uma ordem de prioridades. Nessa ocasião, ainda se falava em ver qual deveria ser melhorada primeiro: se a ligação Vila Real-Bragança se a Vila Real-Chaves. O “tempo das faturas” só veio depois de 1995!...

Lembro-me de, nessa reunião, o Presidente da Câmara de Montalegre ter protestado em relação a essas prioridades; para ele o eixo mais importante era o que liga Chaves a Braga. Afirmava que os seus Municípios não queriam viver numa “reserva”!... A auto-estrada finalmente escolhida ficou bem mais a sul, ligando Vila Pouca de Aguiar a Guimarães.

O Presidente da Câmara Municipal de Guimarães alertou para as dificuldades que tinha em adjudicar pequenas obras. O mercado de obras públicas estava de tal maneira saturado que o que ele designava como “obras de médio vulto” já não tinham quem se interessasse por elas. Os médios empreiteiros iam todos para o Algarve, onde a construção de hotéis e de edifícios de apartamentos mobilizava muitos construtores do Norte.

*

Em 9 de Dezembro de 1988, tive uma reunião com a Associação de Municípios do Oeste para lançar as bases da elaboração de programas de médio-prazo para os doze Municípios em que participou a Secretária de Estado. O interesse tinha de ser despertado por via do acesso a fundos comunitários que lhes permitissem abalançar-se a empreendimentos com expressão e com utilidade. Não se tratava somente de infra-estruturas, mas também da parte institucional. E tínhamos como horizonte o período até 1994. Limitávamo-nos, contudo, às iniciativas municipais; as sectoriais centrais escapavam à decisão dos Autarcas. Mesmo assim, estavam em causa cerca de 40 milhões de contos.

Deveria haver um gabinete para gestão e acompanhamento do programa que tinha que ser pago pela Associação. Haveria uma auditoria externa por uma empresa especializada. E o trabalho seria acompanhado por uma comissão constituída pela mesa da própria Associação, por um representante da Direcção-geral de Desenvolvimento Regional e outro da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Incentivei-os a que produzissem instrumentos de divulgação do trabalho em curso, para conhecimento dos Municípios.

*

As instituições devem adoptar a perspectiva de “learning systems”. Têm de ir aprendendo com o que fazem e propor as mudanças necessárias para enfrentar novos desafios e para desempenhar cada vez melhor as responsabilidades que lhes estão atribuídas. Esta atitude reformista é também adequada para não ter de enfrentar as dificuldades das rupturas que terão de ocorrer quando se deixa passar tempo de mais sem mudar nada.

Por isso, em despacho com a Secretária de Estado Isabel Mota, em 14 de Dezembro de 1988, ficou decidido incumbir de analisar e propor as modificações necessárias para actualizar a estrutura e as funções do Departamento Central de Planeamento (CCP) e da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR) um pequeno grupo constituído por: Prof. João Ferreira do Amaral, Prof. Manuel Porto e Dr. Madureira Pires. Cumpriram o seu papel a preceito.

*

No dia 19 de Dezembro de 1988, tive, em Coimbra, uma grande reunião sobre o Plano de Desenvolvimento Regional, nas então novas e excelentes instalações da Comissão de Coordenação Regional. Segundo me informou o Presidente da Comissão, Prof. Manuel Porto, estavam presentes 77 Presidentes de Câmara. Era visível o interesse, mesmo o entusiasmo.

Enunciei o meu objectivo de os auscultar e de ouvir as suas recomendações. O Prof. Manuel Porto referiu-se à aproximação do interior em relação ao litoral, à melhoria da acessibilidade física e das telecomunicações, ao reforço da importância de certos “lugares centrais”, à promoção do aproveitamento dos recursos endógenos e ao cruzamento entre iniciativas sectoriais e espaciais. Referiu-se a onze programas sectoriais em curso e às numerosas operações integradas de desenvolvimento em que estavam ocupados na Região: Raia Central com 11 Municípios, Pinhal Interior com 18 Municípios, Cova da Beira, Baixo Vouga e muitos mais. Preocupava-o o sector da Saúde. Falaram de seguida muitos dos Presidentes presentes. Alguns queriam ver aumentadas as participações para as várias obras, o que não era possível face às negociações feitas em Bruxelas. Outros queixavam-se de atrasos nos pagamentos, o que se verificou não ser tão grave como diziam. Uns recomendavam a instituição de uma rede regional de estradas entre a nacional e a local, porque achavam difícil compatibilizar a acção de Municípios vizinhos em relação a eixos que ultrapassavam o território de cada um; eu estava de acordo com eles mas sem a regionalização administrativa seria difícil encontrar uma entidade responsável por essa rede. Outros achavam complicado fazer a articulação entre o PDR (Plano de Desenvolvimento Regional) e os PDM (Planos Directores Municipais); pedi-lhes que se sentassem à mesma mesa os

interessados e “fizessem o caminho, caminhando”. Muitos queriam mais verbas para a Cultura. Alguns recomendavam o ordenamento agrícola e florestal, com o que eu estava de acordo. Todos se queixavam dos excessos da burocracia. Este tipo de reuniões só acabava quando não houvesse mais perguntas. Devo dizer que se saía delas cansado, mas satisfeito, porque se via vontade de lutar e entusiasmo. Foi uma época boa para exercer o cargo que eu tinha!

*

Em 20 de Dezembro de 1988, reuni em Évora com os Presidentes das Câmaras do Alentejo, para tratar do Plano de Desenvolvimento Regional. Acompanhou-me a Secretária de Estado.

O Presidente da Câmara de Moura, depois de eu ter dito ao que ia, respondeu-me que as Associações dos Municípios de Évora e de Beja já se tinham reunido para ver de que forma poderiam colaborar. Tinham elaborado um documento que passou a ler.

Começavam por afirmar a “extrema debilidade” do Alentejo, mas também a sua vontade de participação; apresentaram uma candidatura para estudos, porque não tinham nas Câmaras recursos habilitados para os fazer. Insistiam especialmente em três empreendimentos: o Alqueva, Neves-Corvo e Sines. Preocupava-os a desclassificação das estradas e a reconversão em curso da CP. Queriam apoio para a modernização tecnológica, nomeadamente no domínio das rochas ornamentais. Insistiam na componente cultural do PDR, especialmente para mobilizar a riqueza patrimonial do Alentejo como contribuição para o desenvolvimento. E insistiam na regionalização, como forma de melhor resolver os seus problemas de desenvolvimento.

Falaram de seguida vários Presidentes que estavam na reunião. Houve um que manifestou apreço pela minha intervenção inicial, mas como não gostava nada da Comunidade Europeia e eu tinha falado em fundos comunitários e seus regulamentos, quis que eu esclarecesse se era ministro português ou um eurocrata. Lá lhe disse que o que eu queria era aproveitar os fundos que estavam ao nosso alcance, e com cujas regras de aplicação tínhamos acordado, o que pareceu satisfazê-lo. Mas, manifestamente, ele não gostava nada de Bruxelas, porque voltou

ao assunto com insistência fazendo sorrir alguns dos colegas (... ou camaradas). Invocou as longas reuniões que tinham tido para afinar a resposta que eu já tinha ouvido. E acabou apresentando uma moção reclamando a construção da Barragem do Alqueva. A exploração dos mármorez voltou em várias intervenções; não os apoquentavam muito as escombadeiras, insistindo na detecção de novas jazidas. Reclamaram o encerramento das pedreiras clandestinas e queriam um centro tecnológico dos mármorez que acabou por ser construído em Borba e que eu tive o gosto de inaugurar. Alguns sublinharam a importância do turismo e da atracção de investidores estrangeiros para o sector. Achavam que a base de Beja que servia para a instrução de pilotos deveria ser aproveitada para a aviação civil. Queriam auxílios financeiros para realizar as contrapartidas nacionais das ajudas comunitárias. E lamentavam o esvaziamento dos GAT cujos técnicos tinham ido trabalhar para empresas privadas; eles sabiam perfeitamente qual tinha sido o meu papel na criação dos gabinetes. Em relação a Neves-Corvo queriam que se passasse também à metalurgia do estanho, o que está agora (2014) a montar-se. Queriam receber compensações financeiras pelas minas cujo produto contribuía para o crescimento nacional, a exemplo do que se tinha feito nos Concelhos onde se localizavam as grandes barragens.

Fiquei admirado por se terem reunido cinco vezes em Mértola para prepararem a resposta que me entregaram. Tinha sido criado o que chamaram “o espírito de Mértola” que eu, naturalmente, saudei e agradei.

*

No dia seguinte, 21 de Dezembro, fiz o mesmo exercício em relação ao Algarve. A reunião foi em Albufeira.

Os Presidentes das Câmaras do Algarve manifestaram a sua preferência pelas subvenções globais que lhes permitiriam fazer muitas pequenas coisas. Eu percebia por que as queriam, mas insistia na apresentação de projectos com dimensão expressiva, porque não acredito na pulverização excessiva das iniciativas, aliás, difíceis de acompanhar e controlar. Não gostavam muito da colaboração entre Municípios vizinhos. Quiseram que eu esclarecesse que não estávamos a voltar aos investimentos intermunicipais que tinham marcado o início da década de

80, por iniciativa do Ministério das Obras Públicas e que reclamavam concertação entre várias Autarquias. Perguntaram se aquela reunião onde estávamos significava uma genuína vontade de assegurar a participação das Autarquias; no passado tinha havido arranques sem continuidade; lembrei as vezes que já nos tínhamos encontrado; o Algarve era, manifestamente, da oposição e os seus Autarcas queriam que isso ficasse claro.

Mas houve quem apoiasse a candidatura de projectos com dimensão expressiva, tanto em matéria de estradas como de abastecimento de água e de esgotos que, compreensivelmente, os preocupavam. Era evidente que não queriam orientar todos os seus recursos para as contrapartidas nacionais. Reclamavam, como é habitual, complementos expressivos da Administração Central, o que estava totalmente fora de causa. Houve quem confessasse abertamente a sua dificuldade em se encaixar na nova maneira de encarar os projectos; até então havia autonomia de decisão municipal e, em alguns sectores, subsídios que não impunham muitas regras; agora viria dinheiro, mas sujeito à observância de tantos preceitos, acompanhamentos e avaliações que tornavam isso como que um entrave à sua acção. A questão da chamada “via longitudinal do Algarve” veio, naturalmente, à baila; ainda não se falava em auto-estrada portajada ou não; tratava-se somente de encontrar forma de melhorar o seu traçado e de remover os seus estrangulamentos.

Os Municípios do Barrocal e da Serra tinham problemas distintos a resolver. Eram a criação de novas actividades e a acessibilidade os seus maiores problemas. Os do litoral pensavam, especialmente, no turismo e em matérias a ele ligadas.

O associativismo entre Autarquias aborrecia a todos. O melhor exemplo disso deu-o o Presidente da Câmara de Vila do Bispo que me perguntou se eu queria que ele se associasse ao mar ou ao Serviço Nacional de Parques e Reservas e Conservação da Natureza... tal era o isolamento a que se sentia votado e a pouca vontade que tinha de emparceirar com os vizinhos...

Na mesma reunião participaram também o Núcleo Empresarial da Região do Algarve e a Universidade do Algarve. O primeiro queria apoios financeiros para proporcionar terrenos em zonas industriais a baixo preço e a melhoria rápida da Via Longitudinal do Algarve. A segunda, no domínio do PDR, só queria melhores acessos aos edifícios da instituição, localizados em polos distintos.

*

O acesso ao FEDER deu muitas esperanças aos Autarcas, mas colocou o ministro em posição desconfortável. Nessa ocasião, o fundo europeu cobria 70% dos custos das infra-estruturas ou equipamentos que fossem aprovados. Mas eles não dispunham dos 30% complementares, porque tinham dívidas, nomeadamente à Caixa Geral de Depósitos que, tendo de ser pagas, não lhes deixavam margem nenhuma. Recebi muitos com este problema que faziam sempre pressão invocando problemas de ambiente que queriam resolver mas não podiam. A raiz do problema que tinham estava nas dívidas que haviam contraído. Mas eu é que tinha de encontrar a solução de “engenharia financeira”, porque nenhuma das obras que haviam escolhido poderia ceder o seu lugar a outra... Uma situação que o Primeiro-Ministro costumava caracterizar como de “mais olhos que barriga”...

*

No dia 4 de Janeiro fiz uma reunião de coordenação dos fundos estruturais, com vista à apresentação do futuro Plano de Desenvolvimento Regional. Estavam presentes os sectores e as regiões.

A Secretária de Estado fez a exposição inicial. Tinha sido indicado pela Comissão Europeia um valor global de orientação de 1.300 milhões de contos que nós deveríamos tomar como meta, procedendo à distribuição internamente, não dando azo a que o fizessem eles, embora tivéssemos que a negociar. Convinha-nos a maior flexibilidade e, por isso, queríamos que parte das ajudas fosse para as chamadas “subvenções globais” que nós pretendíamos que fossem tantas quantas as regiões, para financiar o que ficasse de fora das Operações Integradas de Desenvolvimento. O privilégio seria, portanto, dado a quem se encaixasse nesses exercícios de racionalização dos investimentos e de resposta às necessidades que são sempre de natureza multissectorial, reclamando complementaridades diversas. Os sectores apresentaram as suas pretensões: as Obras Públicas, a Educação com o seu PRODEP, a Indústria que, além do PEDIP, queria meios para concretizar os grandes projectos de geração de energia, o Emprego que defendia uma gestão regional para os seus programas apoiados pelo Fundo

Social Europeu, a Agricultura e Pescas e o Instituto Nacional de Estatística que estava sob a minha tutela e tinha um ambicioso programa de reformulação do Sistema Estatístico Regional que era elegível.

A longa troca de impressões levou-me a fixar alguma doutrina: a prioridade seria dada às OID; para os restantes empreendimentos seriam previstas subvenções globais para cada região; tinham de ser definidas com clareza as entidades executivas de cada programa sectorial ou espacial, a quem pedir contas pela sua execução; tinha de haver uma distinção entre os gestores das OID (com tarefas marcadamente de coordenação) e os responsáveis pelas diferentes obras que eram essencialmente executivos.

Estas reuniões eram de uma importância enorme para assegurar o êxito do Plano e da utilização das ajudas.

*

A Lei n.º 115/88, de 30 de Dezembro, veio aprovar as “Grandes Opções do Plano para 1989/1992” e as “Grandes Opções do Plano para 1989”. Longe estavam as discussões sobre a legalidade das GOP de médio-prazo. E já ninguém se queria lembrar de qual tinha sido a causa da queda do X Governo Constitucional e do sismo partidário que ela causou. A existência de maiorias estáveis no Parlamento (de um partido ou de uma coligação) dá outra calma à governação. Em Portugal (e em outros países...) os governos minoritários são sempre fonte de instabilidade.

*

Em Janeiro de 1989 estávamos a discutir a apresentação do nosso Programa de Desenvolvimento Regional para o período de 1989-1993. Vivia-se uma fase optimista. Os fundos comunitários que nos iriam ser atribuídos duplicariam: em 1987 tinham sido 145 milhões de contos; em 1992 previa-se que fossem 290 milhões. Era imperioso investi-los com muito critério; daí as regras apertadas que definimos e o escrutínio rigoroso que fazíamos dos projectos. Ainda sentíamos o peso da “dieta” que tivemos de fazer ao longo das três décadas anteriores!

*

As visitas de representantes de instituições financeiras internacionais eram frequentes. Já me referi, por diversas vezes, às boas relações que mantínhamos com o Banco Mundial. O mesmo acontecia com o Banco Europeu de Investimento. Eles queriam, naturalmente, cumprir a sua função, emprestando dinheiro, especialmente para projectos rentáveis em países seguros, que lhes dessem a garantia de que os empréstimos seriam reembolsados. Mas tinham as suas preferências sectoriais, definidas após cuidadoso estudo da situação de cada país.

No dia 19 de Janeiro de 1989 recebi uma missão do BEI com quem analisei essas áreas, para ajuizar da possibilidade de acelerarmos o nosso programa de investimentos com os meios de que dispúnhamos. O nosso interesse, e o deles também, era encontrar formas de articulação entre os subsídios dos fundos estruturais e os empréstimos que nos fariam. As taxas de cobertura dos fundos não eram, nessa altura, tão elevadas como vieram a ser posteriormente, o que nos punha problemas severos de formação das nossas contrapartidas. Eu procurava a conjugação de meios de origem central e local, mas mesmo assim era difícil.

Acertei com eles que os empréstimos se dirigiriam para a rede rodoviária nacional (então em fase muito incipiente de concretização), para projectos ambientais, para a modernização dos caminhos de ferro e para a electricidade, particularmente as formas renováveis de geração. Far-se-iam empréstimos globais (“global loans”) sectoriais que os responsáveis respectivos teriam de gerir. Os empréstimos seriam de médio-prazo. Haveria, em relação a cada projecto, uma conjugação de subsídios com empréstimos e com fundos nacionais de modo a reduzir o risco dos empréstimos. Eles cobrariam, naturalmente, uma comissão pelo apoio técnico concedido. As taxas de juros eram muito interessantes.

A Secretária de Estado Isabel Mota, que assistia sempre a estes encontros, bem tentou que eles alargassem o âmbito dos empréstimos aos sectores sociais – educação e saúde – mas eles furtaram-se à ideia dizendo que se tratava de sectores muito sensíveis, preferindo exercer a sua acção em relação a sectores produtivos ou essenciais para o crescimento e melhoria das condições de produção. Não era nada que não soubéssemos, mas a nossa obrigação era tentar uma abertura. Foi por fazê-lo, muitas vezes, que conseguimos algumas excepções.

*

Eu acompanhava, o mais de perto que podia, a elaboração dos diversos instrumentos de planeamento do desenvolvimento, quer nacionais quer regionais. No dia 27 de Fevereiro de 1989 fui a Portalegre para fazer a avaliação do que tinha sido a preparação da Operação Integrada de Desenvolvimento do Alto Alentejo. Além de todos os Presidentes das Câmaras Municipais estavam os principais intervenientes, à frente dos quais, o Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo e os seus quadros. Acompanhava-me a Secretária de Estado Isabel Mota. Foi o Dr. Carmelo Aires (presidente da CCRA) que recordou as datas e os acontecimentos que marcaram o processo. Disse do orgulho que todos sentiam em ter chegado ao resultado que iam apresentar, feito com a colaboração de todos e sem auxílios exógenos. Agradeceu aos Autarcas e recordou que, para tal, tinham realizado 36 reuniões do Conselho Coordenador da Comissão, todas frutíferas. Chamou à OID um “exercício prático de vivência democrática”, o que era, seguramente.

Passámos em revista os diversos subprogramas. Da indústria, das infra-estruturas para o desenvolvimento, do turismo e da agricultura. Havia dificuldades financeiras por parte das Autarquias por causa das dívidas que tinham junto do Instituto Nacional da Habitação e da EDP. Isso comprometia a realização da sua contrapartida aos fundos estruturais. Sugeriu-se a criação de um mecanismo de fundo de maneio apoiado pela Caixa Geral de Depósitos.

Havia um problema de circulação de informação (Relembro que as Câmaras estavam muito rudimentarmente dotadas de computadores. Ainda não havia nada do que há hoje.). Falavam todos com familiaridade em definição de prioridades, em acompanhamento e em avaliação. Tinha havido uma homogeneização de conceitos e de linguagem. As dificuldades orçamentais foram, aliás, invocadas por alguns sectores. Mas o representante da Junta Autónoma das Estradas também afirmou que não havia atrasos nem problemas potenciais; as obras estavam em fase de adjudicação.

Falaram todos os Presidentes das Câmaras Municipais. Recordo o pragmatismo do Presidente da Câmara Municipal de Campo Maior, Rui Nabeiro, que era da oposição, mas que, acima de tudo, punha o desenvolvimento da sua terra.

Os sindicatos insistiam na inversão da evolução do desemprego e manifestaram preocupação no campo da segurança e higiene do trabalho.

O Presidente da Câmara de Avis justificou a prioridade que atribuía à recuperação das muralhas e referiu-se às suas relações com a Associação de Regantes do Sorraia.

Foi criticada a eliminação de tantas passagens de nível. “Qualquer dia *nâ* há comboios!”, dizia, com sotaque alentejano, um dos presentes.

Em matéria de estradas queriam “obra de raiz” e não “remendos”. Tinham os mesmos direitos do que os outros!

Dentro das prioridades da Câmara do Crato estava a recuperação do Convento de Flor da Rosa. Mantinham conversas com a ENATUR. Numa outra visita, fui ao local de manhã cedo, numa ocasião em que se levantava a neblina para deixar despontar um sol de inverno que deixava dourado um grande paramento de pedra calcária ao lado da entrada. Era uma cor mágica de uma construção intemporal. O processo seguiu e eu acabei por visitar o monumento já quase restaurado e a pousada que lhe está anexa, numa fase muito adiantada. Tudo começou com a OID e com a preocupação de mobilizar os recursos endógenos para o desenvolvimento.

Uma obra ansiada há muitos anos era a Barragem do Pisão. No âmbito da OID iria ser iniciado o seu estudo de viabilidade. Permitiria a rega de 7.000 hectares. Ainda não foi construída.

Havia atrasos na construção da Barragem da Apartadura. Era preciso assegurar que ela não parasse. Foi inaugurada em 1993.

As escolas e o sector da educação, em geral, estavam contemplados na OID. Portalegre queria vias de comunicação em abundância e uma nova zona industrial. Estavam articulados com o PEDIP, como devia ser. O representante do IAPMEI (Instituto de apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais) confirmou a necessidade de maior acessibilidade e de abastecimento de energia sem quebras que eram correntes, nessa altura. O Instituto de Emprego e Formação Profissional tinha formado cerca de 2.000 trabalhadores, o que era um esforço apreciável (no início estavam previstos somente 400).



FIG. Convento do Crato. Alentejo.

O representante do Turismo sublinhou a importância do sector para o desenvolvimento do Alentejo. Hoje vemos que tinha toda a razão.

Havia uma Estação Nacional de Melhoramento de Plantas em Elvas que eu visitei oportunamente. Nessa ocasião, a carência de habitações em Elvas levava os técnicos que vinham de fora a ir residir em Badajoz (!). Fiquei bem impressionado com o que faziam, especialmente nos domínios das oleaginosas (grão-de-bico e fava), do triticale, da cevada e das prunóideas. Eles estavam muito isolados, mas lutavam bravamente para manterem um nível elevado da investigação e da difusão dos conhecimentos. A idade média dos investigadores era alta. Tenho receio de que a instituição tenha perdido vitalidade por falta de “alimentação pela base”, dos seus quadros. Ela correspondia à minha ideia de apoio ao desenvolvimento numa região periférica: descoberta e difusão dos conhecimentos de ponta.

Eu sempre fui muito a favor do aproveitamento da floresta. Na área da OID há a Serra de S. Mamede cuja capacidade, nesse domínio, era conhecida; as essências adequadas eram o sobreiro, a azinheira, a noqueira e o castanheiro. Havia programas já elaborados que se defrontavam com um estrangulamento: a ausência de podadores. Era preciso formá-los, mas temia-se que eles fossem orientados para outros trabalhos agrícolas.

Estas reuniões acabavam sempre em ambiente optimista... quase eufórico. Estava-se a preparar o futuro e as pessoas sentiam isso e participavam generosamente. Não havia hora fixa para terminar. Eu só saía depois de ouvir todos e de definir, em voz alta, as orientações que se impunham. Gostava muito desses encontros!

*

Em 1989 ainda havia o Conselho Nacional do Plano. Eu tinha feito parte dele, como representante do Governo, em 1980 e anos seguintes e não depositava grande confiança nas suas recomendações. Era mais uma câmara de ressonância política do que um órgão consultivo em matéria de planeamento. Os pareceres eram bons. Mas aqueles que saíam do plenário a que eu pertencia eram dominados pelas posições quer dos Autarcas, quer dos representantes da oposição. Eu não me poderia escusar a fazer parte dele porque nessa altura era Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte e isso representava uma oportunidade para dizer o que íamos fazendo.

No dia 7 de Março fui ao Conselho fazer o ponto da situação em matéria de preparação do Plano de Desenvolvimento Regional e das negociações dos fundos estruturais. Acompanhou-me a Secretária de Estado. Eu fiz uma apresentação geral e ela debruçou-se especialmente, sobre os programas operacionais que estavam então em discussão: o chamado programa das acessibilidades, o PRODEP (Educação) e o CIÊNCIA. Referiu-se, em particular, à preocupação de distribuição regional, por estarem no Conselho alguns representantes de Autarquias.

De um modo geral, todos queriam mais informação.

O meu amigo Álvaro Monjardino que representava o Governo Regional dos Açores saudou a elaboração do PDR, documento de negociação que trouxe tranquilidade a todos os interessados, por ficarem a saber tudo quanto havia sido proposto. Pretendia, naturalmente, que fosse feita uma referência específica mais extensa à ultraperiferia (nomeadamente à situação dos Açores) “e aos custos da insularidade”. Comentou que, em seu entender, a Europa estava a ser pouco estratégica e pouco política e demasiadamente económica; mas esta é a tendência que ainda hoje persiste; não só porque é mais fácil como é a que motiva mais a curto-prazo. Há unidades de “prospectiva” que produzem excelentes relatórios de geo-estratégia; são particularmente criativas no “desenho de cenários” que é a técnica mais corrente de figurar o futuro. Mas os decisores, tanto da Comissão como do Parlamento, não ocupam muito tempo a analisá-los e, especialmente, a tirar conclusões que “enformem” a sua acção política. As decisões, para meu gosto, são correntemente tomadas muito em função do curto-prazo. Ora, o verdadeiramente importante inscreve-se em movimentos de longo-prazo que deveriam merecer maior estudo e discussão.

Pela primeira vez, ouvi o Deputado Carlos Carvalhas a dizer que lhe parecia correcta a posição negocial do Governo; o PDR era para ser negociado, mas constituía somente um PDR (eu não sei muito bem o que é que isto queria dizer...). Estava de acordo com a nossa posição maximalista. Recomendou atenção à coordenação, porque eram numerosos os sistemas de incentivos.

O representante da Intersindical (Dr. Coimbra) chamou a atenção para que o PDR, apesar de o sector da habitação não ser financiado pelos fundos comunitários, deveria conter uma extensa referência àquilo que se iria fazer nesse sector. E queria

que nos órgãos de acompanhamento da execução estivessem também representantes dos agentes económicos e sociais, aquilo a que ele designou por “forças vivas”; não concordava que esse acompanhamento ficasse limitado a “funcionários”. Insistia em que houvesse um programa operacional para higiene e segurança no trabalho e queria que o PEDIP fosse acompanhado, na sua execução, por representantes sindicais.

O representante do movimento cooperativo – Dr. Bento Gonçalves, que tinha sido Secretário de Estado dessa área – protestou por não haver no PDR uma única referência ao sector, nem o apoio que ele merecia. Como se sabe, ele tinha sido objecto de grandes atenções nos dez anos a seguir ao 25 de Abril. Comigo na tutela ainda mereceu alguma atenção, mas as cooperativas que tinham estrutura para vingar foram para os seus sectores: o leite, o vinho, algum tipo de habitação para a classe média, ... Mas as outras perderam muito dinamismo. Ele queria que o sector cooperativo fizesse formação profissional e, desse modo, tivesse acesso ao Fundo Social Europeu.

Como eu imaginava, a auscultação ao Conselho Nacional do Plano não acrescentou muito ao PDR. Mas tinha de ser cumprido o preceito e foi-o.

*

Em 9 de Março de 1989, a Secretária de Estado apresentou-me uma lista de nomes para preencher o lugar de Director-geral do Departamento Central do Planeamento que iria ficar vago porque o Doutor João Ferreira do Amaral queria regressar à carreira académica por, nessa ocasião, haver vagas a preencher no seu Instituto.

Passámos muito tempo a analisar as sugestões. Assentámos no nome do Doutor Fernando Pacheco que surpreendia pela sua juventude, mas ainda mais pela sua inteligência e infatigável capacidade de trabalho. A actividade que desenvolveu confirmou o acerto da nossa escolha. Veio a ser Secretário de Estado em governos seguintes, realizando sempre um trabalho rigoroso e competente.

*

A preparação do Plano de Desenvolvimento Regional era a primeira vez que era feita como proposta integrada nacional a apresentar às instâncias comunitárias

para negociação dos apoios que nos seriam concedidos. A resposta chamava-se mesmo Quadro Comunitário de Apoio. Nós tínhamos de nos destacar pela pontualidade e pela qualidade do documento apresentado. Isso facilitava a discussão. Eu lembrava-me do que me tinham dito em Washington, aquando da negociação do PDRITM: “Vocês sabem muito bem o que querem!” Era isso que eu pretendia que voltasse a suceder: ter fundamentação sólida para todas as propostas.

Para que o nosso documento não suscitasse reparos, debaixo do ponto de vista político, era importante apresentá-lo e discuti-lo com as diferentes forças representadas no Parlamento. Assim foi feito. A primeira sessão de discussão teve lugar no dia 13 de Março de 1989.

O primeiro partido a ser ouvido foi o Partido Comunista. Disseram que não iriam fazer recomendações. Achavam que o PDR deveria ser tratado como uma questão do Governo. Por isso não se contentavam com o cumprimento do direito de consulta; queriam um debate formal no plenário da Assembleia da República e de outro no seio do Conselho Nacional do Plano. Está a ver-se o que queriam: uma nova oportunidade para criticar longamente o Governo, nos moldes de uma discussão do Orçamento Geral do Estado. Disseram que antes do PDR era preciso ter regiões administrativas. O método de preparação do PDR tinha sido todo ele governamentalizado e não se havia dado o tempo suficiente para todas as Autarquias se pronunciarem. Impressionou-me que tivessem declarado logo que não iriam fazer recomendações nenhuma. Afinal só queriam fazer “chicana” política...

No mesmo dia e a seguir, foi a vez do PDR. Tinham lido atentamente a documentação que lhes havia sido enviada. Queriam que fosse dada maior autonomia às componentes regionais; deveriam ser destacadas. Observaram que muitos dos investimentos propostos já tinham sido apresentados nas GOP e no PIDDAC (“como devia ser”... respondi-lhes eu; impunha-se a coerência em tudo quanto apresentássemos). Sublinharam o facto de ser a primeira vez que se fazia um documento como este. Queriam acompanhar de perto as chamadas “subvenções globais” e quem decidisse a afectação dos meios atribuídos, o que naturalmente iria acontecer. Acharam que o documento deveria ser muito mais exaustivo, o que me parecia inconveniente, retirando-nos a capacidade de re-afectar verbas sem ir a Bruxelas, o que daria muita rigidez ao processo de concretização de progra-

mas. Achavam inconveniente apoiar tantas infra-estruturas turísticas em zonas periféricas (40%); achavam isso irrealista. A experiência acabou por demonstrar que não o foi. Não concordavam que, no âmbito do PEDIP e do SIBR (Sistema de Inventivos de Base Regional), se continuasse a apostar nas indústrias exportadoras; deveriam ser outras porque essas já eram bem-sucedidas... Eram-no de facto mas por causa dos baixos salários; havia que prepará-las para outros voos! Queriam saber com minúcia quais eram os incentivos à modernização do comércio. O Deputado Ivo Pinho achava que a estratégia de desenvolvimento estava “excessivamente fragmentada”. Preferia que houvesse agregação das acções em grandes eixos e não se fizesse referência a tantos empreendimentos concretos. Outros queriam exactamente o contrário!...

A auscultação da oposição continuou no dia 16 de Março com o CDS que insistiu numa maior participação das Autarquias e criticou o atraso no processo de regionalização do Continente. Gostaria de ver explicitados os instrumentos que propúnhamos para a fixação das elites na periferia.

Finalmente, o PS começou por afirmar que a importância real do documento não era posta em causa. Mas queriam um envolvimento maior do Parlamento e das Autarquias (“um envolvimento total da realidade nacional”!...). A opinião dos partidos deveria ser colhida através dos “trabalhos parlamentares normais” e não por meio destas auscultações feitas pelo ministro a delegações de meia dúzia de Deputados. As prioridades deveriam ser mais analisadas e discutidas. Não queriam ser injustos, mas, como tinham Deputados muito preparados, achavam que o apropriado era uma discussão em plenário. Entendiam que estava em jogo uma grande negociação com Bruxelas, mas que, por outro lado, deveria haver uma grande negociação com o País.

Por um lado diziam que muitos dos empreendimentos propostos já estavam no PIDDAC. Por outro, queriam discutir tudo, pondo tudo em causa.

Em suma, não queriam pronunciar-se sobre o PDR, tal como lhes foi apresentado, porque não gostavam nada de assumir compromissos. Mas pretendiam aproveitar-se da discussão para fazer um ataque político ao Governo. Tiveram que se contentar com o cumprimento escrupuloso do estatuto da oposição.

*

Para expor as linhas gerais do Plano de Desenvolvimento Regional e suscitar contributos para o mesmo fui, no dia 15 de Março de 1989, ao Conselho de Concertação Social. O Presidente da Confederação do Comércio, após a minha exposição, queixou-se logo acerca da exiguidade das verbas. Fez as suas contas, englobando todas as empresas comerciais existentes. Como a verba a distribuir eram 15 milhões de contos por mês, do FEDER, considerando todas as empresas, o que daria 300 escudos por mês a cada uma. Tive que lhe chamar a atenção para o facto de as ajudas serem somente para as que tivessem projectos para se modernizar e não uma contribuição automática para todas elas. Ele sabia isso muito bem, mas gostava de usar a queixa como argumento.

Apesar de eu estar naquele momento no Conselho, a UGT começou por afirmar que o Governo ignorava os parceiros sociais; acrescentou que obtinha mais informações dos seus colegas em Bruxelas do que junto da Administração Portuguesa. Disse que a proposta de PDR era puramente governamental (o Governo é que a coordenava, apresentava, geria e era responsável perante a Comissão, mas ele gostaria de ter uma subvenção global que fosse atribuída à sua organização...). Concedeu que, nas Operações Integradas de Desenvolvimento, o acompanhamento por parte dos parceiros sociais estava a funcionar, mas não tinha a certeza de que isso viesse a acontecer em relação ao PDR; por isso, manifestava a sua inquietação...”por si las moscas”... (como diriam os nossos vizinhos). Achava que o documento ignorava a coesão social; perguntou se Portugal iria praticar o “dumping” social. Queria que o PDR se referisse a uma política de rendimentos de forma elaborada. Estava de acordo com a nossa intenção de orientar, para o sector da Educação, parte das ajudas do Fundo Social Europeu, mas queria ver uma coordenação entre ele e o sector da Formação Profissional. Como já tinha acontecido no Parlamento, pretendia que houvesse fundos comunitários orientados para projectos de Higiene e Segurança no Trabalho

A Confederação da Agricultura (CAP) chamou a atenção para a tendência corrente de comparar a nossa agricultura com a comunitária. Isso era um erro, porque a nossa não tem excedentes. Por outro lado, na Comunidade Europeia a agricultura estava a experimentar uma mudança radical; em 2000 haveria menos 4 milhões

de agricultores na Comunidade. A faixa etária dos agricultores portugueses era muito elevada. Previa que fossem abandonadas extensas áreas de cultivo. Reclamou a intensificação do regadio, nomeadamente do perímetro do Alqueva. Pôs a alternativa da construção de pequenos regadios.

A CGTP-IN começou por dizer que o PDR padecia de uma falta de perspectiva social. Não havia, por parte do Governo, qualquer forma de política social. Deveria ficar consagrada uma efectiva participação dos parceiros sociais em todas as fases do PDR. Aproveitou para dizer que a participação de trabalhadores na gestão do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) era insuficiente; deveriam ter muitos mais elementos.

Como se pode ver, as intervenções foram relativamente previsíveis. Mas não contribuíram em nada para a melhoria do documento. Eu não podia deixar de ficar preocupado com esta falta de empenhamento numa participação que realmente contribuía para a melhoria das nossas propostas. Queixas e “politiquice” é como se pode resumir a audição. Eu preferia ter ouvido sugestões criativas no seu conteúdo e na forma. O devotamento ao país reclama que, nessas circunstâncias, se faça tudo para sair do “trivial”.

*

A ultimização do P.D.R., além dos inúmeros contactos bilaterais, meus e da Secretária de Estado, envolveu também o Conselho de Ministros, na sua reunião de 16 de Março de 1989.

O Ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, sublinhou essa grande colaboração e a importância do documento. O Ministro das Finanças chamou a atenção para potenciais “colisões” de alguns pressupostos do PDR com outros documentos do Governo, como o PCEDED; tinha a certeza de que os serviços da Comissão Europeia passariam a pente-fino o que estava em todos os nossos documentos, sendo por isso importante que fossemos nós a fazê-lo primeiro. A preocupação principal era não ser mais optimista no PDR do que nas projecções macro-económicas que tinham sido apresentadas. Por isso deveríamos moderar as perspectivas enunciadas, o que, obviamente, foi feito.

*

Em 16 de Março de 1989 o Conselho de Ministro aprovou o nosso primeiro Plano de Desenvolvimento Regional que eu viria a apresentar formalmente em Bruxelas no dia 20 do mesmo mês, num acto que teve destaque público. Quem o recebeu foi o Comissário Bruce Millan.

*

Para coordenar a OID da Península de Setúbal foi destacado o Eng. Rui Milhomens. Era um entusiasta relativamente à missão que tinha. Eu gostava de trabalhar com ele directamente, porque nunca me expunha um problema sem ser acompanhado de uma sugestão de solução. E nunca regateava um esforço suplementar para que a acção fosse bem-sucedida.

Entre muitas outras sessões de trabalho, recordo a que tive com ele no dia 28 de Março de 1989. As coisas estavam a correr bem, debaixo do ponto de vista técnico. Havia contactado com Autarcas, Sindicatos, Associações Empresariais e Imprensa. Só tinha havido a resistência de uma entidade, a qual ele me solicitou que recebesse. Mantinha-se em contacto com o nosso representante na REPER, em Bruxelas, e informou-me acerca do andamento da nossa proposta; sabia que o Comissário nos visitaria dentro de dias e, se houvesse algum reparo, queria que eu actuasse junto dele. Tinha procedido, em conjunto com as Câmaras a um ajustamento do número de projectos apresentados (31) para os 14 que ele achava realistas; os Presidentes concordaram e fez-se a selecção dos melhores. Manteve a Governadora Civil e os Deputados do Distrito informados acerca do que se estava a passar. No âmbito de um projecto chamado RENAVAL, para ultrapassar a crise da indústria respectiva, tinha havido a proposta de construir 11 parques industriais! Em Portugal, quando uma ferramenta de actuação surge, todos a querem utilizar; mas a multiplicação anula as potencialidades da mesma; por isso, teve de fazer numerosas reuniões para anular alguns desses parques e tentar descobrir outros instrumentos que contribuíssem para ultrapassar a crise de emprego que no sector se experimentava. Por esta descrição sumária se pode ver porque é que eu estimava trabalhar com ele.

*

Em 10 de Abril de 1989 tive uma reunião com a Secretária de Estado em que se definiu o montante dos incentivos de capital a dar à empresa FORD para fazer a sua nova fábrica em Palmela. Seriam seis milhões de contos em três fatias iguais. Não haveria incentivos fiscais: o Ministro das Finanças era avesso à ideia e, no entanto, ela poderia ser muito estimulante. O projecto teria de ir para notificação em Bruxelas e aprovação do co-financiamento. Era a primeira vez que se punha à Comissão Europeia um problema desta dimensão. Quando hoje vejo o resultado, não posso deixar de ficar contente.

*

A Comissão Europeia tinha organizado uma reunião, em Maastricht, para fazer uma avaliação dos Programas de Desenvolvimento Regional apresentados pelos países beneficiários do FEDER. Estiveram presentes, além de Portugal, a Espanha, a Grécia, a Itália e a Irlanda. Em representação do nosso país foi a Secretária de Estado que, no dia 14 de Abril, me fez um circunstanciado relato da forma como tudo decorreu.

Em Espanha, o PDR ainda não tinha sido aprovado em Conselho de Ministros. Não haviam sido, ainda, consultados nem os presidentes das autonomias, nem os parceiros sociais, nem o Parlamento. Na Grécia, o processo estava muito confuso; o Parlamento não tinha tido intervenção, só os onze comissários políticos nas regiões haviam sido consultados. Em Itália, os três ministros com intervenção nos fundos (“Bilancio”, “Sviluppo Regionale” e “Mezzogiorno”) tinham já aprovado o documento, mas não haviam sido consultados alguns órgãos de consulta previstos. Na Irlanda foram criados órgãos desconcentrados para a preparação do PDR e sua execução; havia um conselho especial presidido pelo Primeiro-Ministro; o Conselho de Concertação Social fora ouvido e tinha sido colocado nos jornais um anúncio pedindo à população para enunciar propostas para incluir no PDR; das cerca de 3.000 respostas recebidas somente 5% se revelavam úteis. Não tencionavam apresentá-lo para aprovação ao Parlamento, embora fosse para auscultação, reservando-se o Governo a faculdade de acolher o que entendesse. A revisão da proposta seria feita depois das negociações em Bruxelas.

Portugal tinha sido o país que havia apresentado o plano com propostas mais concretas, mais variadas e com maior grau de desconcentração; tudo isto tinha implicado, naturalmente, maior participação e, portanto, mais trabalho. Também mais ninguém havia elaborado programas inter-fundos, como nós fizemos.

A Comissão ainda não tinha respostas. O responsável pelo FEDER queixou-se de não ter funcionários suficientes para analisar as propostas. Assistia-se a uma disputa pelo poder dentro da própria Direcção-geral. Era a primeira vez que eu via uma coisa destas. Depois fui testemunhando outras. A última a que assisti (2014), teve requintes florentinos. Só há uma constante em todas elas: a obediência indiscutida em relação ao Comissário, donde vem "o sol e o mau-tempo"...

O nível de intriga dentro das Direcções-gerais, em Bruxelas, é elevado e constante. Compreende-se essa competitividade. Os vencimentos são bons e o nível de exigência não é exagerado. Mas consomem-se muitas energias de forma inconsequente. Os Directores-gerais deveriam ser instruídos para procurar assegurar maior eficácia na acção, o que passa por contratar profissionais dos sectores em causa, não repousando em "génios universais" que são capazes de servir em qualquer posição e em qualquer domínio...

*

Em Bruxelas, cada reunião tem sempre de ser seguida com grande atenção, nunca perdendo a memória das reuniões anteriores. É que sucede, algumas vezes, "comme par hasard", que se recomeça uma negociação de dinheiros abaixo do patamar que já tinha sido alcançado em encontros precedentes... Isso deve-se à necessidade de "estender a manta" a outros países que deram conta de como ela era curta e, entretanto, se mexeram politicamente... Isso tem como consequência inevitável tentar cortar em outros que não protestam muito. Lembrei-me muitas vezes do conselho do meu amigo António Cardoso e Cunha: "As negociações em Bruxelas são como a feira da Malveira! Quem não chora não mama!"...

Vem isto a propósito da informação que me foi transmitida em 27 de Abril de 1989 a respeito do montante que nos estava destinado. Estávamos a contar com 9.200 MECU para o Plano de Desenvolvimento Regional, mais cerca de 400 MECU para o PEDIP, o que perfazia cerca de 9.600 MECU. Com a maior naturalidade começaram

a reunião, que se presumia ser a final, mencionando 6.500 MECU, mais 15% o que daria quase 7.500 MECU mais 400, no total, quase 8.000 MECU. Faziam as contas aplicando umas taxas de crescimento que mencionavam as verbas do passado e a cada país em separado. Não havia regulamentos a aplicar para a elaboração desses cálculos. Ao fim de dois dias já nos diziam que, atendendo à nossa boa taxa de execução e a mais não sei quantas coisas, fixavam o auxílio em 9.000 MECU. Eu insisti no valor que justificávamos. Mas uma redução de 6% já dava para conversar, desde que viesse acompanhada da certeza de que seríamos elegíveis, sem discussão, para beneficiar de verbas não utilizadas por outros. Eu tinha a certeza de que executaríamos tudo aquilo a que nos comprometêssemos e que, portanto, alcançaríamos o patamar que correspondia às nossas expectativas iniciais.

Nos regulamentos não havia qualquer espécie de condicionalismo macroeconómico para acesso aos fundos estruturais. Mas a Direcção-geral da Política Regional (XVI) gostava de usar como argumento (“ameaça”) as reservas que a DG II poderia pôr à eventual existência de desequilíbrios macroeconómicos nas nossas contas. O que se invocava era a exigência dos países “pagadores” nessa matéria. Isso teve como consequência eu ter determinado que o Departamento Central do Planeamento elaborasse um documento mostrando a coerência entre a estratégia de desenvolvimento (PDR), a política macroeconómica (PCEDED) e as orientações de política económica comunitária. Fez-se também um documento complementar respondendo às dúvidas suscitadas durante a discussão. E decidimos levar a efeito um estudo para o qual todos contribuíram (Ministérios das Finanças, do Planeamento, da Indústria, da Agricultura e do Emprego), além do Banco de Portugal e com pareceres dos Professores Robert Solow (Prémio Nobel) e Richard Eckaus (MIT), além de serem invocadas afirmações do Vice-Presidente Christophersen e do Director-geral para a coordenação dos instrumentos estruturais, Giovanni Ravaasio. Quando nós dizíamos que não havia condicionalidade entre as variáveis macroeconómicas e os fundos atribuídos, a resposta dizia que isso era verdade, mas que, não havendo condicionalidade, deveria haver “consideração”... a imagem dada era a do semáforo: se ele passasse a amarelo era preciso cuidado e se fosse vermelho, então, era necessário uma acção radical. Mas eu achava que quanto mais investíssemos acertadamente, melhor se comportaria a nossa economia e melhores

indicadores macroeconómicos tínhamos. O que eu não podia aceitar era que, em nome de umas vagas cautelas, se aproveitasse o ensejo para nos reduzirem as verbas de que tanto necessítávamos. Nem cortes nem protelamento das decísões que é uma outra técnica de poupança a que, por vezes, se recorre. Por isso me apliquei a demonstrar a coerência entre a política económica, reafirmando o princípio da adicionalidade que me levava a diversificar os agentes portugueses que investiam, assegurando-me de que tinham meios para o fazer.

*

Sucedem, muitas vezes, que os ministros responsáveis por dois sectores se entendam bem e decidam cooperar mas as estruturas dos ministérios respectivos conservem a inércia de um velho desentendimento e façam tudo para não cooperar ou, mesmo, para se contrariarem. É o caso corrente entre as estruturas da formação profissional dos Ministérios da Educação e do Emprego. Eu tive sorte, quando passei pelo primeiro, porque o Secretário de Estado da População e Emprego, era o Dr. João Padrão, uma pessoa de trato muito afável e manifestamente inteligente que estava empenhado em resolver problemas e não em criá-los ou em manter questiúnculas.

Vem isto a propósito de um aviso que me fez, em 3 de Maio de 1989, o Eng. Luís Braga da Cruz, a propósito da falta de cooperação entre as estruturas regionais daqueles dois ministérios no campo da formação profissional. Este era um domínio a que nós atribuíamos a maior importância e para cujas acções havia dinheiros do Fundo Social Europeu. A nossa competitividade estava como está sempre, muito ligada ao nível de formação da nossa mão-de-obra que era necessário elevar porque não queríamos que as nossas vantagens repousassem fundamentalmente nos seus baixos custos. O Director Regional da Educação até era um técnico prestigiado e com bom senso. Mas a ameaça, que as estruturas suspeitavam, da redução do número de efectivos se houvesse cooperação entre as duas, faziam-nas guerrear-se mutuamente, com uma acrimónia difícil de entender. Ele vinha solicitar a presença dos ministros numa reunião com as estruturas regionais para mostrar como existia entendimento ao mais alto nível, pressuposto de outro ao nível deles. Pouco se viria a conseguir.

*

Em 16 de Maio de 1989 começou-se a tratar do financiamento e exploração do novo Mercado Abastecedor de Lisboa. Para isso houve uma reunião com os Ministros das Finanças e do Comércio e Turismo. Teria que haver uma alteração do PIDDAC e uma abordagem plurianual. O terreno estava, então, avaliado em 2,4 milhões de contos. Admitia-se comprar o terreno em 1989 e proceder à construção, distribuindo os encargos pelos orçamentos de 1990, 1991, e 1992. Pretendia-se que ele beneficiasse, o mais possível, das verbas do FEDER. Nessa altura, ainda não se tinha decidido se a AGA (“Álcool e Géneros Alimentares, S.A.”) faria a exploração do equipamento já construído. Tratava-se de um serviço determinante para a melhoria do abastecimento e da transparência na formação dos preços e, também, do estímulo de certas produções, nomeadamente hortícolas e frutícolas.

*

As grandes organizações internacionais são muito propensas ao desenvolvimento de um clima de intriga permanente, em que se fazem e desfazem reputações, sempre invocando o interesse dos países representados, mas a maior parte das vezes focando-se no interesse pessoal de quem arma o “imbróglio”. As instâncias comunitárias em Bruxelas, não fogem à regra. É o poder que está em causa, sendo ele o de um comissário, de uma formação política ou de um Director-geral. Para meu gosto, perde-se tempo (e energia...) demasiado nesses jogos florais.

Em 30 de Maio de 1989 fui alertado para uma mudança de estratégia no domínio dos fundos estruturais. Iria haver, no Conselho Europeu seguinte uma proposta de alteração muito expressiva, conferindo maior intervenção potencial aos Estados-membros. Isso acontecia porque uma determinada Direcção-geral tinha exorbitado nas suas tentativas para “comandar” todo o processo. Lembro-me de uma vez ter surpreendido um Director-geral a dizer: “Eu financio esse projecto!...”. É preciso estar sempre atento, porque a tendência para a personalização do poder é mais corrente do que deveria ser.

*

A Secretária de Estado do Planeamento tinha ido a Bruxelas para ultimização do Quadro Comunitário de Apoio. Reunimos em 2 de Junho de 1989 para fazer o balanço. Como ela dizia: “muitos elogios em relação ao Plano de Desenvolvimento Regional, mas dinheiros poucos...”. Quando se faz uma negociação destas tem de se estar preparado para enfrentar uma afirmação de poder da Comissão. As regras gerais são definidas. Nós encaixámo-las nelas, há a afirmação solene de que o princípio da subsidiariedade é para aplicar mas, na hora em que se definem os últimos pormenores, há sempre quem proponha a co-decisão para a afectação de fundos a um dado programa ou projecto. A verdade é que a Comissão é “the master of the purse”... e gosta muito de o fazer sentir. O pior, para nós, é que a parte não-co-financiada do nosso PIDDAC era muito elevada (50%) e nós queríamos fazer o máximo, o que só seria possível se muitas das nossas propostas fossem consideradas como elegíveis para apoio comunitário.

Na conversa não se tinham discutido verbas. Essa parte estava reservada para a minha ida. A Secretária de Estado achava que a troca de impressões tinha sido um pouco abstracta e não conclusiva. A Comissão queria constituir uma reserva cuja afectação deveria ser precedida por uma auscultação, o que mostrava bem a afirmação de poder que estava a tentar fazer. Tudo expresso em forma redonda, o que nos impacientava, porque tínhamos pressa. Insistiam muito no quadro económico e na adicionalidade; a DG XVI (Política Regional) dizia que era a DG II (Política Macroeconómica) que não “desarmava”; nós teríamos de referir o nosso PDR ao cenário macroeconómico por eles apreciado e aprovado. Tudo isto contribuía para não podermos assumir compromissos cá dentro e que eram importantes, do nosso ponto de vista: hospitais, barragens agrícolas, rede de gás natural; mercado abastecedor de Lisboa, etc. Queriam empurrar-nos muito para a contracção de empréstimos junto do Banco Europeu de Investimento; mas estes representavam dívidas que tinham de ser saldadas e nós queríamos obter o máximo de subsidiação possível para reduzir a parcela do PIDDAC não-co-financiado. De outra forma, não poderíamos realizar tudo o que tínhamos em mente.

Havíamos sistematizado as propostas em três eixos que eles acharam muito genéricos. Mas, para nós, dava-nos flexibilidade dentro de cada eixo. Propuseram que os nossos sub-eixos passassem a eixos, porque dessa forma controlariam mais de perto onde os dinheiros europeus seriam aplicados. Este género de negociações é lento por natureza. O resultado é sempre um compromisso entre o que o Estado-membro pretende e o que a Comissão entende dever dar. Nós beneficiámos de um alto nível de confiança, mas, mesmo assim, eles achavam que o controlo era melhor... Foi um longo dia de “arrumação” de eixos e de sub-eixos, quer dentro do FEDER, quer no Fundo Social, quer no FEOGA – Orientação. E, também, em programas como o CIENCIA e o PEDIP nas suas articulações com programas-quadro comunitários, estes completamente comandados pela Comissão.

Se nós não soubéssemos muito bem o que queríamos fazer e como as diversas partes se articulavam com o todo, teríamos ficado totalmente dependentes do entendimento que do nosso Plano de Desenvolvimento tinham os funcionários da “Portuguese Desk” que, aliás, nos conheciam bem, porque nós cultivávamos essas relações com explicações exaustivas acerca do que queríamos fazer.

*

Aproveitando uma reunião do Conselho de Ministros do Ambiente no Luxemburgo, realizada em 2 de Junho, na volta fui a Bruxelas visitar o Vice-presidente Christorpherson e o Comissário Millan, fundamentalmente, para lhes agradecer a diligência com que tinham tratado o primeiro “round” do “breakdown” dos fundos respeitantes ao nosso Quadro Comunitário de Apoio. É que, sem essa aprovação teríamos ficado meses à espera dos fundos comunitários!... Isso aconteceu, antes de férias, porque nós não abrandámos na pressão. A reunião com o primeiro foi mais genérica; ele venceu que o sucesso depende sempre da colaboração e insistiu em que houvesse um representante da Comissão no chamado Comité de Orientação. Com o segundo foi tudo analisado ao pormenor, fixando-se as datas em que nos seria, especificamente comunicado. Como já disse, as nossas relações com Bruce Millan sempre foram as mais cordiais porque se basearam sempre no escrupuloso cumprimento de tudo quanto se combinava na sequência das propostas que eu não deixava de fazer. Não havia surpresas e as coisas aconteciam quando se tinha prometido que acontecessem.

No final destas visitas, passei pelo gabinete do Comissário Português, António Cardoso e Cunha. Ele não tinha responsabilidades sobre os sectores que me estavam confiados. Mas a experiência mostra que é sempre muito conveniente manter o nosso compatriota na Comissão informado acerca das nossas dificuldades e dos nossos sucessos. Ele pode ser de grande valia. Sempre adoptei essa forma de proceder, quer com ele, quer com o Comissário João de Deus Pinheiro que se lhe seguiu. Ambos eram, aliás, meus amigos pessoais.

*

O PIDDAC de 1990 tinha que ser preparado ainda em Junho de 1989. Começámos por uma proposta folgada (270 milhões de contos) que depois ia sendo desbastada até chegar ao montante que acabaria por compatibilizar as propostas dos diversos ministérios. Havia um pico de despesas em 1990/91 que teria de ser atenuado. Isso fazia-se, deslizando alguns investimentos para o futuro, mantendo em estagnação investimentos não-co-financiados por fundos europeus. O processo fazia-se por aproximações sucessivas com os diversos sectores. O primeiro passo era dado entre o Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (GEPAT) e os seus pares nos restantes ministérios. Seguia-se uma fase de negociação entre Secretários de Estado. Eu haveria de intervir em Julho, ainda antes de férias e depois de uma troca de impressões com o Primeiro-Ministro. Como se pode imaginar, ninguém cedia nada. Eu é que tinha de inventar as soluções de compromisso.

*

Em fins de Julho de 1989 tivemos um sobressalto! O nosso Quadro Comunitário de Apoio teria visto algumas das suas componentes cortadas em termos que nos pareciam severos e isso apesar de todas as explicações que tínhamos dado e do acompanhamento diário que fazíamos da situação. Assim: o PRODAC para o qual tinha sido prevista a verba de 776 MECU, teria 307; a auto-estrada do Estoril que precisava de 52 MECU teria 26; o PRODEP com 524 MECU solicitados teria 290; os Programas Regionais, no montante de 1.335 MECU teriam sido cortados para 871, todos nas Autarquias e o Fundo Social previsto em 2.591 teria sido reduzido para

1.690. Era preciso actuar imediatamente. Decidimos que alguém fosse, antes de férias, falar com um representante da Administração Comunitária e apressámos a entrega de todos os programas operacionais que ainda não tinham sido enviados. As informações não eram oficiais. Estávamos a 20 de Julho (quinta-feira) e não haveria notícias formais antes de 26 (quarta-feira). Era preciso actuar antes de tudo estar cristalizado.

Afinal, tinha havido uma negociação e todas as regras então acordadas haviam sido cumpridas. A Administração estava agora a ensaiar um corte num período em que tinha havido a duplicação dos fundos estruturais. Pus toda a gente ao barulho: o Primeiro-Ministro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Comissário Português, o Secretário de Estado da Integração Europeia e os funcionários, que na REPER, em Bruxelas, seguiam o assunto de perto.

Este género de coisas acontece por vezes, em Bruxelas. Deixa-se cair uma notícia mais ou menos alarmante para se ser pressionado e depois sair em beleza, face ao que poderia ter sido... Esta é mais uma razão para estar sempre em cima dos acontecimentos. Tenho a minha explicação para estes factos; mas ela não é lisonjeira e mostra-se tão transparente que não julgo necessário explicitá-la.

*

Procurávamos cobrir com incentivos à sua instalação e desenvolvimento os principais sectores que poderiam fortalecer o nosso tecido produtivo. Assim, pela Portaria n.º 736/89, de 29 de Agosto e em conjunto com o meu colega da Indústria e Energia, foram criados os dois programas seguintes: (I) o Programa Integrado de Tecnologias de Informação e Electrónica (PITIE) e (II) o Programa de Desenvolvimento das Indústrias de Bens de Equipamentos (PRODIBE).



CAPÍTULO XVIII

O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

O abastecimento de água às populações continuava na primeira linha das nossas preocupações. Tratava-se de um problema generalizado, mas que assumia dimensões especiais nas grandes aglomerações metropolitanas que se tinham espalhado e crescido muito nas duas décadas anteriores. Era, nomeadamente, o caso da Área Metropolitana de Lisboa, onde o mandato do conselho de gerência da Empresa Pública das Águas Livres (EPAL) tinha chegado ao seu termo, impondo-se a sua substituição.

Tive, então, a oportunidade de dizer que, em empresas como ela, não chegava ser um bom gestor, em termos gerais. Era, obviamente, importante que o fosse, mas a complexidade técnica que a optimização dos meios a conjugar impunha reclamar que os nossos responsáveis tivessem uma grande familiaridade com o sector. Estava em causa abastecer de água uma população de dois milhões de habitantes, distribuídos por dezassete municípios! Era preciso inovar, nomeadamente como vinha a fazer Londres, através de um novo tipo de instituições que estavam, nessa data, em fase de consolidação.

*

Houve, também, o “render-da-guarda” no Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza e no Gabinete de Protecção e Segurança Nuclear. Cada um deles tinha a seu cargo áreas que possuíam grande complexidade e que estavam a começar a adquirir sensibilidade política especial.

A Assembleia da República tinha acabado de aprovar a Lei de Bases do Ambiente na qual estava prevista a criação do Instituto Nacional do Ambiente que era preciso instalar e guarnecer. Numa instituição nascente, o perfil do seu primeiro dirigente

conta muito; por isso, era preciso que ele fosse uma personalidade com prestígio no meio. Interessava-me, particularmente, que ele tivesse experiência na área da educação ambiental que eu entendia como tarefa prioritária. Assim foi feito. Tive ocasião de justificar, com detença, a razão de ser da escolha de cada novo responsável.

*

O Direito do Ambiente, como campo do conhecimento, estava a dar os primeiros passos (1988). Criou-se uma Associação Portuguesa para o Direito do Ambiente que, pouco depois da sua constituição, organizou, em Lisboa, uma conferência internacional. Fui felicitar os seus membros e encorajá-los a prosseguir com a sua acção que já tinha demonstrado ser dinâmica, como tanto precisávamos que fosse.

*

A primeira vez que fui a Alcanena não consegui ver o rio Alviela que, todavia, ainda contribuía com alguma água para a agricultura e para uso doméstico na área circundante. Já tinha sido uma das principais fontes para abastecimento de Lisboa. Eu não vi o rio, porque sobre ele existia uma espessa camada de espuma fétida que o escondia e denunciava a total ausência de cuidado no que tocava aos produtos químicos usados na curtimenta de peles que assegurava a base económica de toda a área. Nós queríamos, obviamente, preservar a prosperidade das empresas de curtumes e o emprego que elas criavam, mas não se poderia tolerar que isso fosse feito à custa da morte de um curso de água e da poluição de tudo quanto se situava a jusante.

O sistema de despoluição do Alviela tinha merecido prioridade de acção nos anos antecedentes. Eu fui, em 4 de Fevereiro de 1988, ao local, sublinhar a importância da conjugação de esforços entre o Governo, a Câmara Municipal e os empresários na definição e concretização daquele sistema. O local onde se concentravam mais os efeitos era na freguesia de Vagueiros cuja Junta tinha assumido, anos antes, o papel de porta-voz dos protestos. Finalmente, tinha-se conseguido despoluir um rio! Mas isso não era feito somente com o auxílio de uma estação de tratamento de efluentes; a parte importante da despoluição residia nas formas preventivas

de abordar a questão; as medidas curativas usadas em exclusivo, são caríssimas. Por isso, o melhor é não poluir! Mas, naquele dia, accionava-se a aparelhagem que assegurava a parte final do tratamento. Tinha-se gasto um milhão de contos, o que na altura era um montante muito avultado. Mas, o mais importante tinha sido conseguir convencer os industriais a entrarem em diálogo com a Administração; eles próprios já tinham verificado que haviam sido ultrapassados os limites e, portanto, eram os primeiros interessados em dar a volta à situação.

Sei de casos, noutros sectores, em que a agregação de esforços se tem revelado tão complicada que os empresários resolveram funcionar em “circuito fechado”; abastecem-se de água tratada (portanto cara) e curam dos seus próprios efluentes, reciclando-os e só consumindo o diferencial correspondente às perdas ocorridas ao longo do processo. É uma solução individualista, muito à portuguesa. Mas os que o fizeram, sublinharam sempre as delongas insuportáveis dos processos negociais e a relutância de alguns que só à força de multas se hão-de demover da sua posição... Ou, então, sairão do mercado, porque a falta de sensibilidade que exibem para estes aspectos denuncia, também, pouca abertura para a inovação e, essa, será fatal para a continuação da sua actividade.

*

Há numerosos aspectos teóricos, de alta complexidade e com as maiores repercussões práticas, que deveriam ser estudadas fora das épocas de crise, de modo a se poder enquadrar numa teoria ou numa “quase teoria” os problemas que surgem e que têm de ser resolvidos, seguramente com bom senso, mas sem um grande encaixe, em matéria de princípios. Vem isto a propósito do caso da exploração dos caulinos de Barqueiros que tanta celeuma deu. O caulino de boa qualidade e, neste caso, produto de exportação muito apreciado, jazia sob camadas de terra arável de alto valor. A exploração era, correntemente, feita em termos pouco cuidados, tanto em matéria de reposição da paisagem como quanto às técnicas de exploração e retirada do produto. Começava por se pôr a questão da propriedade do solo e do subsolo. Quem era dono do campo também o era das camadas profundas sobre as quais ele se estendia? Extremaram-se posições e o caso passou para a praça pública sempre antepondo os pobres explorados (os habitantes lo-

cais) aos poderosos exploradores (os exportadores de caulino). O que deveria ser objecto de resolução administrativa – se houvesse um quadro jurídico de referência claro – passou imediatamente para as mãos do Governo com as Autarquias de permeio e as forças políticas locais a tomarem posição. As coisas complicaram-se, porque um dos proprietários era parente de uma alta figura pública que teve o escrúpulo de nunca se meter em nada.

Este é um exemplo da conveniência de se dispor de quadros jurídicos de referência mais claros e de aplicar sistematicamente o princípio da subsidiariedade: as diversas partes interessadas, convocadas pela autoridade local, deveriam entender-se acerca da forma de exploração de um recurso que era interessante para a economia nacional e para a empresa que a queria explorar, mas que também o deveria ser localmente. Ou que, pelo menos, não gerasse, a este nível, tantos malefícios que fossem capazes de concitar os ânimos de quem se via somente a ter de os suportar, sem ver em nada beneficiada a sua situação.

Ao longo destas páginas, tenho falado muito nas vantagens do “diálogo”. Os Portugueses não gostam muito de o praticar. Preferem exercer a força da sua posição, esquecendo-se de que esta é transitória. Dentro de poucos anos – ou mesmo meses – a roda dos votos inverte as posições e aí estão os outros a tirar desforço de quem não os ouviu, serenamente, para resolver um problema que a todos respeitava.

*

Já em 3 de Julho de 1987 se discutia, em Conselho de Ministros, a grande inconveniência da transmissão pelas televisões, de imagens de fogos florestais. A evidência mostra que elas induzem muitos pirómanos ou candidatos a sê-lo, a praticarem os seus actos criminosos. Sucede que os fogos florestais ocorrem no verão que é uma “estação baixa” de notícias. E os fogos florestais sempre fazem muita vista, algumas vezes com imagens de gente desesperada e a chorar que é uma coisa de que os realizadores gostam muito.

Não me chocaria que a Assembleia da República dispusesse no sentido da proibição de transmissão de tais imagens. Não pode ser um ministro nem o Governo a fazê-lo. Só se a Assembleia se dispusesse a afrontar uma crítica feroz de quem gosta de notícias sensacionalistas e baratas, apesar de ignorarem o interesse na-

cional (económico, social, ambiental, etc.) é que teríamos resultados positivos. Mas, aí, esbarra-se com a liberdade de informação... mesmo quando outros valores que deveriam ser mais altos se apresentam.

*

A água no Algarve é sempre um factor importante. O Turismo cresceu em quantidade e em nível de exigências; o consumo experimentou um incremento geral; e as fontes novas não se inventam. Há, evidentemente, lençóis freáticos extensos, mas a sua gestão tem de ser muito bem comandada. A situação no Algarve não é tão séria como em Israel, mas, de qualquer modo, a água subterrânea deve ser sempre olhada como reserva estratégica.

O esquema geral de abastecimento do Algarve até é simples de entender: duas médias barragens a sotavento e outras duas a barlavento, ligadas entre si por um canal de difusão para os núcleos habitacionais; o sistema do Alqueva funciona como rectaguarda aos reservatórios do sotavento; onde houver possibilidade, na Serra, devem ser construídas barragens para reter a água que chove. A questão, na essência, é resolver o abastecimento numa zona onde chove pouco e se consome muito. Por isso, fomos atendendo a cada nova obra na medida em que havia meios para a erguer. Mas sempre no quadro do esquema geral que tinha sido bem arquitectado. Um dos problemas maiores tinha a ver com a poluição, nuns casos de origem animal como era o caso das pocilgas de Monchique, noutros de invasão da cunha salina por sobre-exploração dos aquíferos subterrâneos.

A gestão dos recursos hídricos é um domínio complexo que não se limita somente aos aspectos técnicos. Há uma componente psicológica a que é necessário estar atento. Por isso o sector se apresenta como de alta complexidade política.

*

Os Portugueses dispõem de uma costa lindíssima e variada, desde as longas praias com dunas até às arribas rochosas mais espectaculares.

Pouca gente valoriza as dunas. Parece que elas sempre estiveram ali e que suportam toda a sorte de desmandos. Ora não é assim! Elas são muito sensíveis e precisam de acções deliberadas para a sua protecção e manutenção. A construção de estradas

marginais deve ser vista com a maior parcimónia. Atrás delas poder-se-ão construir parques de estacionamento, mas pensar que elas são imóveis e que aguentam tudo é uma prova de ignorância. Por isso, logo no primeiro despacho com o novo Secretário de Estado do Ambiente, insisti para que fosse dada prioridade à revisão, no sentido mais disciplinador, do chamado Decreto de Protecção das Dunas.

*

Uma iniciativa que pegou, na área do Ambiente, foi a da bandeira azul nas praias marítimas e fluviais. Os Autarcas empenharam-se e as populações aderiram, nas suas preferências pelos locais que lhes asseguravam ter água de banho de boa qualidade e mais uma série de atributos positivos que distinguiram os locais que a receberam. Foi, naturalmente, necessário desencadear uma campanha de informação explicando como se processava o concurso que a atribuía. Mas, em 1987, já tínhamos praias com bandeira azul, do norte ao sul do país. Tinham concorrido sessenta e dois concelhos.

*

O Gabinete do Alqueva tinha sido criado em 1977. Foi o Eng. Nobre da Costa (1978) quem mandou parar o processo, tal como o da compra do Palácio Valle Flor, por manifesta falta de fundos. Mas, agora (1987), eu entendi que talvez se pudesse voltar a analisá-lo. Em 29 de Setembro, solicitei a preparação de dois memoriais – um com o historial do processo e outro com a descrição da obra – para me ir municiando, com vista à formulação de uma proposta de retoma. Estava em curso um estudo de impacto ambiental da barragem do Alqueva, sem a Rocha da Galé, nem a parte espanhola, nem o estuário do Guadiana. Todavia, a EDP já dispunha de dados sobre os custos de produção de energia. As peças começaram a ser reunidas.

*

A seguir às estradas, a prioridade expressa pelos Presidentes de Câmara recaía sobre a água e o saneamento básico. As necessidades, em matéria de ETAR (Estações de Tratamento de Águas Residuais), eram tantas que só uma acção conjunta das Autarquias Locais e do Governo conseguiria mudar, em tempo adequado, a situa-

ção. Por isso, insisti no recurso à figura dos contratos-programa para resolver o problema: cada um trazia os meios que podia; o projecto deveria estar bem elaborado tecnicamente para poder passar nos dois crivos (o local e o central); as estimativas de custos eram apreciadas por ambos os contraentes; o faseamento das obras fazia-se muito em função das disponibilidades e, assim, se iria avançando na resolução de um problema muito sério. Havia uma questão que a experiência me tinha ensinado: não se deveriam fazer obras sem formar o pessoal que iria explorar o equipamento instalado. Por isso eu insistia muito nesta componente.

Lentamente, o país ia mudando de face, em matéria de saneamento, o que é de louvar, porque muitos decisores políticos não gostam nada de “obras enterradas”, por elas não se verem, nem poderem ser inauguradas com espavento.

Em conexão com isso, defini com o Secretário de Estado a prioridade legislativa: a apresentação de uma proposta de lei da qualidade da água.

*

Nas minhas conversas sobre o Alqueva, tive no Eng. Joaquim Rosado Gusmão um interlocutor da maior competência. Foi nele, aliás, que o Ministro Álvaro Barreto delegou a colaboração com o Ministério da Agricultura. Poucas vezes me sucedeu ter a possibilidade de “folhear”, à minha vontade, um acervo de tanta informação e reflexão. Ele era alentejano, o que contribuía para o seu entusiasmo. Mas era, também, um técnico de primeira água.

*

O caso do depósito de resíduos radioactivos num “cemitério” localizado em Aldeadávila estava a causar grandes perturbações, nomeadamente em relação ao Douro vinhateiro que está a jusante do local. Um alto funcionário comunitário assegurou-nos que a Comissão Europeia não iria apoiar a iniciativa, mas recomendou-nos que déssemos oportunidade ao governo espanhol de “salvar a face”, não fazendo, por isso, declarações bombásticas. A entidade que mais inflexível se mostrou foi o ministro espanhol da Indústria. Nós optámos pela discrição e o assunto evoluiu de forma favorável, para nós.

*

Os Alemães costumam preparar as coisas com tempo. Eles iriam ocupar a presidência da Comunidade Europeia no primeiro semestre de 1988. Por isso, o ministro alemão do Ambiente, Klaus Töpfer, veio a Lisboa, em finais de Outubro de 1987, para auscultar o Governo Português acerca das suas prioridades nesse domínio e para ver qual o tipo de apoio que teria, da nossa parte, para algumas das suas iniciativas. Eu conhecia-o há bastante tempo e tinha dele uma excelente impressão que vi confirmada durante a presidência alemã e depois de ele sair do ministério e ter ido ocupar um alto posto nas Nações Unidas, em Nova Iorque, precisamente na área do Ambiente.

Começou por me convidar a fazer uma visita oficial à Alemanha e propôs-me um intercâmbio de especialistas no domínio do Ambiente. No que respeita às Universidades não costuma haver problemas porque os especialistas falam inglês que é a língua franca da cooperação. Mas o intercâmbio que nos interessava era mais nas áreas executivas – autarquias, departamentos regionais, zonas industriais – e aí a língua é realmente uma barreira. Por isso, eu acho que os Portugueses têm de falar, correntemente, duas ou três línguas estrangeiras, porque as oportunidades surgem para trabalhar em países onde a prática do inglês não é tão corrente como se poderia julgar. Mas o objectivo fundamental da visita era mesmo auscultar-nos em relação às áreas que mais interessava ao Governo Alemão, ver avançar. Queriam: um calendário para chegar às normas reguladoras das grandes centrais de combustão, antigas e modernas; um programa para lidar com a poluição com conteúdo de enxofre que eles sofriam particularmente, carregada por ventos de leste; regras para contrariar os efeitos das chuvas ácidas; regras para impor a diminuição da poluição pelos automóveis (a Alemanha tinha, nessa ocasião, 27 milhões de veículos automóveis!...); melhoria das tecnologias, em geral, impondo as mais “amigas do ambiente”; apoio ao desenvolvimento tecnológico no campo das águas.

E, referindo-se às minhas propostas, estive de acordo em que nos debruçássemos sobre a poluição causada pelos suínos, a erosão da costa, a cooperação na gestão da água, os fogos florestais, ...

Prometeu realizar um encontro conjunto dos Ministros do Ambiente com os Ministros da Agricultura, o que não sucedeu comigo em funções.

*

Tivemos que alterar muitos procedimentos correntes das empresas menos atentas aos aspectos ambientais. Uma dessas medidas disciplinadoras foi o Decreto-Lei n.º 280-A/87, de 17 de Julho, que estabeleceu medidas relativas à notificação de substâncias químicas e à classificação, embalagem e rotulagem de substâncias perigosas. Na altura, foi um grande passo.

*

Eu sempre favoreci a realização de parcerias para levar a cabo realizações que envolvem vários tipos de agentes. Desse modo eles sentem as coisas como suas; por isso olham para elas com maior atenção.

Foi o que aconteceu na bacia hidrográfica do rio Ave, em relação a acções diversas que tinham em vista a defesa e a promoção da qualidade da água. O Decreto-Lei n.º 316/87, de 26 de Agosto, definia o regime de cooperação técnica e financeira entre o Estado e as Autarquias Locais, relativamente a investimentos e outras acções.

Coisa semelhante sucedeu com o Decreto-Lei n.º 317/87, de 26 de Agosto que definia as bases de um contrato-programa entre o Estado e os Municípios interessados no subsistema regional de abastecimento de água do Carvoeiro (Distrito de Aveiro).

O mesmo através do Decreto-Lei n.º 318/87, de 26 de Agosto, em relação ao abastecimento de água ao Porto, onde eram estabelecidos os compromissos entre o Ministério do Planeamento e a Câmara Municipal do Porto.

Ainda no campo do saneamento básico, o Decreto-Lei n.º 319/87, de 26 de Agosto que alterou o esquema de bonificação de crédito para as obras que melhorariam a situação no Algarve, por via da bonificação das taxas de juro e da flexibilização das operações.

Mas, no âmbito da cooperação técnica e financeira entre a administração central e uns 60 ou mais municípios, associações de municípios ou empresas concessionárias de serviços, também foi estabelecido o regime respectivo para a celebração de contratos-programa de natureza sectorial e plurisectorial. Isso foi feito através do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro.

*

Eu procurava informar-me acerca de todos os aspectos que suscitassem dúvidas, tendo em vista a proposta que eu queria fazer de relançar o Alqueva. Como já referi, o Eng. Joaquim Gusmão era um dos meus interlocutores mais estimados. Tivemos (30/10/87) uma longa conversa acerca da transformação de uma zona de sequeiro em regadio. Ele disse-me para eu estar preparado para que o processo fosse longo. Referiu-me que as “huertas” de Valência poderiam ser consideradas como um “regadio perfeito”, mas que tinha demorado cem anos a fazer-se! Recomendou-me particular atenção aos aspectos fundiários e à definição de quem explora a terra com carácter de continuidade. Era sua opinião que não haveria problemas em relação às culturas – milho, girassol e soja – que estavam previstas, porque a sua adaptação à zona seria fácil. Mas insistiu muito na lentidão do processo de adaptação ao regadio. Era o que ele tinha visto por esse mundo fora. Chamou a atenção para a importância de outras barragens: Roxo, Alvito e Odivelas. Recomendou que se definissem campos experimentais para a introdução de novas culturas. Ela iria exigir um grande esforço de extensão rural. E esta é de resultados lentos. Fiquei com a impressão de que raras vezes a reconversão das culturas acontece na mesma geração de agricultores, por dificuldades de adaptação. Daí a lentidão do processo.

*

Já me referi ao descuido generalizado em relação à ocupação de leitos de cheia. Os desastres são particularmente nocivos em zonas muito urbanizadas como é o caso da Área Metropolitana de Lisboa ou do Algarve. Mas acontece em todo o país. Por isso, a Portaria n.º 849/87, de 3 de Novembro classificou como zona adjacente ao Rio Zêzere, toda a zona inundável contígua às suas margens e que se estende até à linha alcançada pela maior cheia com probabilidade de ocorrência no período de um século (cheia dos 100 anos). Que pode acontecer no próximo inverno!...

*

Passei todo o dia de sábado, 14 de Novembro de 1987, a percorrer todo o perímetro do Alqueva. Fi-lo quase “incógnito”, uma vez que quem me acompanhou foram

somente o Presidente da Comissão de Coordenação do Alentejo e um seu técnico. Visitámos alguns dos principais pontos sensíveis para a construção de infra-estruturas. Levávamos um mapa onde íamos vendo os principais problemas a enfrentar. Parámos quando anoiteceu, para fazer o ponto da situação.

*

Já falei no carácter excepcional da nossa costa. Era preciso proteger as zonas mais sensíveis. Foi o que aconteceu com a criação da Área da Paisagem Protegida do Litoral de Esposende, através do Decreto-Lei n.º 357/87, de 17 de Novembro que impôs medidas de protecção ao cordão da praia arenosa e de dunas primárias e secundárias de grande instabilidade e risco de erosão, existentes naquele Concelho. Propósitos semelhantes teve o Decreto-Lei n.º 373/87, de 9 de Dezembro que criou o Parque Natural da Ria Formosa que protegia o litoral desde a praia do Ancão até à Manta Rota. Mais tarde, a Portaria n.º 6/88, de 6 de Janeiro, veio regulamentar a constituição, formas de nomeação e de funcionamento dos respectivos órgãos.

*

Nessa ocasião e em relação às empresas públicas quem fixava os preços de venda era o Governo. Assim aconteceu em relação à água vendida pela EPAL, através da Portaria n.º 925-0/87, de 4 de Dezembro. Era evidente que, se as receitas não dessem, as indemnizações compensatórias teriam de ser maiores...

*

Deve haver poucos domínios como o do Ambiente, em que a juventude tenha absorvido mais rapidamente as preocupações de protecção. Até os dinossauros ajudaram!...

Em finais de 1987, foi veiculado, através do meu ministério (que tinha a tutela do Ambiente), um convite para representantes do Ministério da Defesa de Portugal irem à Alemanha participar num seminário sobre a tomada de consciência nas Forças Armadas das questões do Ambiente. Os alemães são, definitivamente, muito mais formais do que nós em matéria de aprendizagem de temas tão difusos como este.

*

Em Fevereiro de 1988, estava em elaboração adiantada uma proposta de Lei de Bases do Ambiente. Como sabiam que ela estava prestes a sair, o P.C.P. e os Verdes fizeram constar que iriam fazer uma interpelação ao Governo, clamando urgência e, naturalmente, preparando o caminho para que se viesse a dizer que ela ficou pronta porque eles nos puseram a faca ao peito. A isto chama-se fazer “alta política”...

*

Na reunião informal dos Ministros do Ambiente que teve lugar a 26 de Fevereiro de 1988, em Kreuth, na Baviera, o tema principal foram as relações entre a Agricultura e o Ambiente. Ela foi presidida pelo Ministro alemão Klaus Töpfer.

A questão não atingia níveis agudos entre nós, a não ser pontualmente, mas em certos países como a Holanda, a Alemanha, a Bélgica e a Dinamarca, a situação era muito preocupante, especialmente por se ter exagerado irrazoavelmente em matéria de uso de fertilizantes. Os lençóis freáticos estavam seriamente contaminados; a correcção da situação iria ser caríssima e muito demorada.

O Comissário Clinton-Davis fez menção às mudanças por que estava a passar a agricultura europeia e à necessidade de interligar os benefícios auferidos pelos agricultores com as responsabilidades que deveriam assumir. O objectivo da Política Agrícola Comum (PAC) que visava produzir mais e mais tinha acabado. Isso acarretaria consequências variadas. Nessa ocasião, 2/3 do orçamento comunitário iam para a PAC (especialmente a secção garantia) e dirigiam-se, também, a 2/3 do solo agrícola comunitário. Tinha chegado o momento de introduzir na acção considerações ambientais que viessem salvar o sector de um declínio inexorável. A cooperação entre os dois sectores – agricultura e ambiente – era imperiosa. As consequências da intensificação da exploração agrícola estavam à vista. Era preciso um maior controlo da utilização da terra para fins agrícolas; a exploração teria de se processar sob condições de protecção adequadas. Especialmente o uso exagerado de nitratos tinha de experimentar condicionamentos que nos furtassem ao desastre. De igual forma, os pesticidas deveriam passar a ser muito controlados.

A ministra dinamarquesa fez uma extensa referência ao relatório Brundtland (da primeira-ministra da Noruega) que estava a causar um grande impacto público e que todos nós já tínhamos lido.

A ministra belga debruçou-se especialmente sobre os preços dos produtos agrícolas e sobre a prática do “set-aside”, medida muito sensível que tem, da minha parte, uma antipatia visceral. Que se faz aos 15% ou 20% das terras postas em pousio?

As terras cultivadas não são assim tantas, em toda a Europa. Ela preferia actuar estruturalmente, como eu, em vez de actuar sobre os preços e as compensações aos agricultores, através de esquemas sempre especiosos se não mesmo crípticos. Apoiávamos ambos a formação dos activos no sector agrícola e, através dela, a sua sensibilização para os problemas ambientais. Também nos juntámos para recomendar o apoio à investigação que tinha um campo vastíssimo de aplicação, desde a engenharia genética aos pesticidas e às bioindústrias.

O ministro holandês fez, como seria de esperar, uma circunstanciada exposição. Era evidente que, no seu país, certas explorações agrícolas tinham um carácter industrial evidente. Preocupava-o a sensibilização da opinião pública e a questão dos excedentes que ainda não tinha sido verdadeiramente atacada. O amoníaco libertado nas explorações agrícolas holandesas era impressionante e responsável por um terço das chuvas ácidas no país. Os pesticidas deveriam ser objecto de uma investigação cuidadosa; acabavam todos por ir para os lençóis freáticos e isso punha os maiores problemas em matéria de água de consumo. Recomendava que se olhasse para o ambiente como um factor de produção.

O ministro italiano levantou questões mais próximas das nossas: a erosão; os incêndios florestais; a necessidade de levar por diante acções de prevenção; os efeitos negativos das práticas agrícolas intensivas; a protecção da paisagem. Insistiu, também, em aspectos a que eu era particularmente sensível, como é o caso da formação dos extensionistas e da informação superabundante dada aos agricultores que tem de ser sempre redundante.

O Reino Unido preocupava-se com a reforma da PAC. Ela não tinha sido desenhada para os seus agricultores e, por isso, eles não tinham benefícios semelhantes aos dos seus pares continentais dos países fundadores da Comunidade Europeia. Achava que as considerações ambientais deveriam ser fundidas na

reforma da PAC; sempre o cuidado de não gastar nada que não tivesse retorno a casa (“I want my money back”, dizia a Senhora Thatcher...). Não queriam que fosse desenvolvida nenhuma política ambiental autónoma para obviar às consequências negativas da PAC.

A Irlanda apoiava as medidas atenuadoras das consequências ambientais negativas da PAC. Nessa ocasião (1988), 10% do PIB irlandês ainda era gerado na agricultura e 15% da sua mão-de-obra estava ocupada no sector primário. Grande diferença em relação ao Reino Unido! Queria uma discussão aprofundada das questões levantadas pelo pousio, no que eu o apoiava inteiramente.

A Grécia não considerava as ligações entre o Ambiente e a Agricultura como de importância maior. Para ela as consequências eram principalmente locais e circunscreviam-se ao domínio dos resíduos. Novamente a erosão dos solos, a desertificação e os incêndios florestais figuravam como problemas sérios. Eram os problemas do sul a dominar.

À Alemanha não chocava que houvesse uma redução da produtividade agrícola desde que houvesse, também, uma redução da carga poluidora e a melhoria do ambiente. Aconselhava um aumento do preço dos fertilizantes e dos produtos fitossanitários. Defendia pagamentos compensatórios aos agricultores para proteger o ambiente e só apoiava a introdução de melhorias, no campo da produção agrícola, se elas fossem positivas debaixo do ponto de vista ambiental.

A Espanha preocupava-se com a erosão e, especialmente, com a perda de massas florestais mediterrânicas.

A França, tradicionalmente grande beneficiária da PAC, não queria abordar a questão das relações entre Ambiente e Agricultura com o que chamou “demasiados a-prioris”, quer dizer com muitas posições de princípio. Queria soluções pragmáticas (chamava-lhes acções positivas...) que não beliscassem demasiadamente os réditos dos seus agricultores mas, também, que não a colocassem mal perante os seus ecologistas que começavam a ser muitos e muito aguerridos.

Eu participei activamente, tanto em relação às sugestões para ultrapassar os problemas mediterrânicos como para conciliar o Ambiente com a Agricultura. Portugal não padecia dos graves problemas ambientais das agriculturas muito produtivas do norte. Por isso, estava relativamente “solto” para fazer propostas conciliatórias que

foram devidamente apreciadas. Foquei-me, nomeadamente: no problema da redução da frutificação devido à poluição atmosférica (citrinos e oliveiras); na poluição do meio rural por descargas industriais nefastas (tínhamos tido, em Águeda, vacas mortas por terem bebido água contaminada com cádmio); nos efeitos negativos da descarga de efluentes zootécnicos e agro-industriais (particularmente das pocilgas); nas práticas agrícolas que conduziam à erosão dos solos; e nos efeitos benéficos potenciais de uma biotecnologia moderna e aprofundada, por via da investigação.

O ministro Klaus Töpfer era um condutor exímio de reuniões. Fez um resumo com recomendações práticas que facilitaram muito a vida do Comissário Clinton-Davis. Este saiu do nosso encontro com um caderno de sugestões muito fundamentadas para apresentar ao Conselho de Agricultura com o qual haveria de reunir-se em breve.

Fiquei com uma ideia muito positiva desta nossa reunião. Isso deveu-se, particularmente, ao conhecimento que todos tinham das questões tratadas e do seu real empenhamento em encontrar soluções práticas que atendessem aos problemas específicos de cada Estado-membro.

*

A Serra de Aire e Candeeiros, de solo pobre, cheio de algares onde a água se some, possui uma vegetação única. Por isso ela foi designada como Parque Natural e dotada de um Plano de Ordenamento. O Regulamento do Parque e o Plano foram aprovados pela Portaria n.º 21/88, de 12 de Janeiro.

*

O país dispõe de numerosas albufeiras de todos os tamanhos que têm por fim a produção de energia, a rega ou o abastecimento de água às populações. Mas elas não deixam de ser reservatórios de água apetecíveis para a prática de numerosas outras actividades e muito procurados para construir, nas suas margens, casas para lazer ou mesmo para viver em permanência. A pressão sobre essas albufeiras estava a revelar-se demasiada. Havia que regulamentar a sua exploração e condições de ocupação. Foi o que se fez através do Decreto-regulamentar n.º 2/88, de 20 Janeiro.

*

O lobo é uma espécie ameaçada de extinção na Europa, nomeadamente na Península Ibérica. Mas ele causa prejuízos, particularmente aos agricultores com gado. De modo que era preciso, em certas zonas, autorizar batidas. Foi o que fiz, em conjunto com o meu colega da Agricultura e Pescas, pela Portaria n.º 160-A/88, de 15 de Março. Autorizava-se a caça ao lobo até fins de Março, às quintas-feiras e aos domingos. A partir daí eles poderiam procriar. Mais tarde e pela Lei n.º 90/88 de 13 de Agosto, a Assembleia da República veio legislar sobre a protecção do lobo ibérico (*canis lupus signatus*). Com maior generalidade, o Decreto-Lei 316/89, de 22 de Setembro veio regulamentar a aplicação da convenção da vida selvagem e dos “habitats” naturais na Europa.

*

Como se sabe, os Lisboetas, mal a primavera aquece um pouco, vão em quantidade para as praias, tanto da Costa do Estoril como da Costa da Caparica. Mas tanto uma zona como a outra são muito ocupadas e tinham ainda na década de 80, um saneamento básico sofrível. A qualidade das águas de banho (“eau de baignade”) era, todavia, fundamental como componente da qualidade de vida das populações. Resolveu-se por isso criar o Gabinete de Saneamento Básico da Costa do Estoril, especialmente para assegurar a manutenção daquela qualidade. Fizemos isso através do Decreto-Lei n.º 91/88, de 12 de Março. Foi criado junto da Direcção-geral dos Recursos Naturais, com personalidade jurídica e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tal era a agilidade que nós queríamos para a sua acção. Abrangia os concelhos da Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra. Se Portugal dispõe hoje de tantas “bandeiras azuis” nas suas praias é porque a qualidade da água foi definida como objectivo prioritário.

*

Foi então (Março/1988) que se começou a falar na construção de um navio para controlo da poluição. A Comunidade apoiaria com 1/3 do custo. Se fosse só uma embarcação isso custaria cerca de 400.000 contos; mas nós gostaríamos de que ele fosse equipado com um helicóptero, o que faria montar o total para 800.000

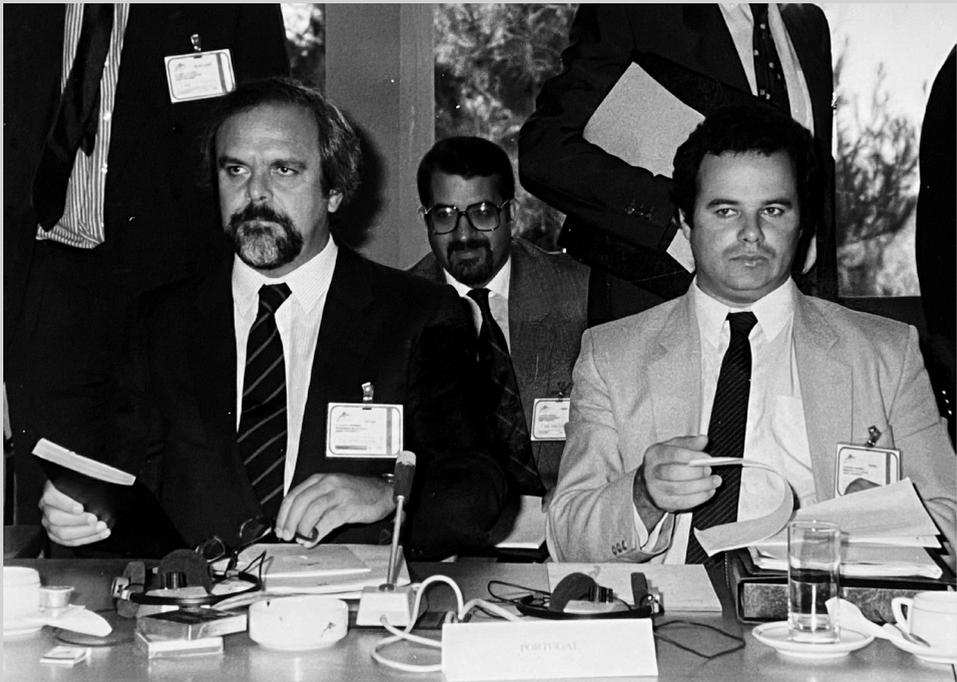


FIG. Numa reunião internacional na área do Ambiente, com António Pinto e Macário Correia.

contos. Era preciso arranjar cerca de 530.000 contos e, mais difícil ainda, decidir a que instituição ficaria ele afectada. Para mim teria de ser a Marinha que dispunha do “know how” para a maior parte das tarefas. Mas havia instituições e forças políticas que pretendiam que fossem outros. O navio poderia acumular com funções de patrulhamento da Zona Económica Exclusiva e com o apoio às pescas.

*

O Secretário de Estado Macário Correia era um aplicado anti-tabagista. Sob a sua iniciativa foi elaborado um novo Decreto-Lei sobre o fumo e o uso do tabaco, retomando todas as medidas legislativas anteriores e revogando o que fosse necessário através de medidas transitórias. Quando nós comparamos os hábitos de hoje com os de então, vemos o longo caminho percorrido em campos tão difíceis como são os comportamentos e os vícios. E as pessoas foram aceitando a introdução de numerosos condicionamentos... Basta comparar com o que se passa em Espanha para ver como somos muito mais flexíveis e racionais na adopção de novas práticas.

*

Os critérios de definição das fronteiras das Administrações de Recursos Hídricos são muito simples. As bacias hidrográficas impõem-se de forma inequívoca. As linhas de fecho das diversas bacias vão definindo as bacias que se agregam até formar entidades que justifiquem uma administração autónoma. É evidente que uma região administrativa não deve ser formada por partes de bacias hidrográficas, mas, tanto quanto possível, agregar bacias inteiras. Isto é muito importante quando se discutem os limites das regiões administrativas, o que estava sempre presente quando se analisavam os limites das Administrações dos Recursos Hídricos (ARH) que deveriam tratar da gestão do ciclo da água completo no respectivo espaço.

Deve-se curar de definir o estatuto dos diversos órgãos gestores ao mesmo tempo para evitar que haja fuga de quadros de uma entidade para outra. Quando analisámos a questão da definição das ARH, pôs-se logo a questão da inevitável atracção que elas exibiriam, por serem empresas públicas do tipo A. As outras

instituições regionais seriam sugadas dos seus melhores quadros, que descobririam, subitamente, uma inelutável vocação “hidráulica”, que até aí, tinha permanecido discreta.

Tudo isto para dizer que uma reforma administrativa tem de ser feita de forma integrada e não sectorialmente. As deformações potenciais das reformas parcelares conduzirão a desequilíbrios muito difíceis de remendar.

*

A Fonte da Telha, nessa ocasião (1988), era um péssimo exemplo de abuso de construções clandestinas. Eu próprio, acompanhado do Secretário de Estado José Macário Correia, fomos lá ver o que se passava porque a nossa determinação era ser inflexíveis, como veio a suceder. Tínhamos que limpar cerca de 20 hectares com aproximadamente 800 habitações. Somente 100 eram primeiras habitações. Houve, descaradamente, 300 falsas invocações desse atributo. Não podia haver contemplações. Há muita gente pronta a abusar, sem atender ao interesse geral ou à legislação vigente.

*

A acção junto das zonas de concentração de barracas próximas da costa e em outros locais aprazíveis, depois do período de indisciplina da década anterior (1988), repousava fundamentalmente na capacidade para dialogar com agentes que abusivamente tinham tirado vantagem da indisciplina vigente e que não queriam perder tudo o que tinham conseguido e de que estavam a usufruir.

Assim, para se obter uma declaração de vontade de disciplinar a ocupação do território, por parte dos membros da “Comissão Protectora das Barracas da Zona Litoral do Concelho da Marinha Grande” (!...) foi preciso dar em troca o compromisso de que se construiria um parque de campismo com água e esgoto...

Deve ser a coisas deste género que o Dr. Álvaro Cunhal chamava a “conquista das mais amplas liberdades”!...

*

Nas minhas conversas preparatórias sobre o Alqueva, lucrei muito com as conversas que tive com o Eng. Faria Ferreira, um competentíssimo engenheiro hidráulico, antigo Director-geral dos Recursos Hídricos. Não havia aproveitamento ou projecto de aproveitamento que ele não tivesse visitado ou estudado. Era uma verdadeira enciclopédia do sector!

*

No âmbito do combate aos fogos florestais, o Ministério deu apoio, durante o meu mandato, ao Departamento de Mecânica dos Fluídos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Por isso, numa das minhas deslocações à área fui visitá-lo. Já estavam integrados numa rede europeia com o mesmo fim. Queriam investigar mais sobre a biomassa. Precisavam de estabelecer uma parceria com o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica. Como é costume, queixaram-se acerca da exiguidade das bolsas da JNICT para levar a bom termo a investigação em que se ocupavam. Pretendiam facilidades relativamente à prestação do serviço militar dos investigadores e ao desembarço alfandegário rápido do material para os centros de investigação. Falaram pouco dos resultados da investigação. Ainda hoje não se veem muitos. Compreende-se a impaciência dos que criticam o investimento em unidades de pesquisa que olham mais para dentro do que para fora.

*

As substâncias perigosas são muitas mais do que parecem ser. O Decreto-Lei n.º 124/88, de 20 de Abril, definiu medidas relativas à notificação de substâncias químicas e classificações, embalagem e rotulagem daquelas substâncias.

*

Agora (2014), fala-se muito acerca dos perigos do amianto nas escolas e da urgência da sua substituição. O amianto ganhou foros de arma política. Mas a proibição da sua comercialização e da utilização de produtos contendo fibra de amianto já tinha sido estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 138/88, de 22 de Abril.

*

Os fogos florestais tornaram-se uma preocupação recorrente. O Decreto-Lei n.º 139/88, de 2 de Abril, já estabelecia medidas de ordenamento das áreas percorridas por incêndios florestais. Já se inventaram dezenas de medidas e os fogos continuavam. A minha convicção é que a questão só se resolverá por via da gestão dos espaços florestais que estão largamente ao abandono, tendo-se o país tornado extensivamente silvestre.

No ano seguinte voltei à carga, desta vez em relação às zonas protegidas. O Decreto-Lei n.º 180/89, de 30 de Maio, estabeleceu regras de ordenamento para os espaços percorridos pelos fogos florestais nessas zonas.

*

Há profissões que desaparecem, fazendo muito falta. Uma delas é a de guarda-rios. Acabaram porque se achou que se gastava muito com eles. Eu sou de opinião que se deveria gastar mais, mas aplicar o dinheiro em agentes sabedores, treinados para observar e para propor obras ou acções que protegessem os nossos cursos de água, alertando para a possibilidade de ocorrência de acidentes e prevenindo-nos contra desastres evitáveis quando atalhados a tempo.

*

Hoje, não se pode imaginar o trabalho que deu definir regras para a localização de sucateiros e de cemitérios de automóveis. Em certos locais, parecia que em cada curva havia um. Era evidente que eles procuravam as curvas para se tornarem mais visíveis. O estabelecimento de um conjunto de preceitos visando a sua localização e disfarce ocupou muitas horas ao Secretário de Estado do Ambiente, a mim próprio e a muitos técnicos, autarcas e representantes associativos. Hoje parece haver menos desses cemitérios. Mas eu fico com a impressão de que isso sucede porque a China consome cada vez mais sucata e a quer mais rapidamente. Algumas vezes a resposta a um problema vem inesperadamente de onde menos se espera e sob a forma menos previsível.

*

Fazendo o balanço da limpeza dos clandestinos da Fonte da Telha, em Maio de 1988, verificámos que o ritmo de demolição era de 20 a 25 casas por dia. Isso devia-se, naturalmente, à fraquíssima qualidade dos abarracamentos. Mesmo, assim, o entulho produzido era imenso e tivemos problemas com a escolha dos locais de depósito. Com a destruição da Fonte da Telha, víamo-nos livres de 3400 construções clandestinas!...

*

O saneamento básico de Lisboa merecia grande atenção. Na sua parte central ele assentava num grande interceptor do Trancão até Algés. Em Maio de 1988 tive uma reunião com o Presidente da Câmara de Lisboa, Eng. Nuno Abecassis. A estação do Vale do Alcântara estava avançada, bem como a de Beirolas. A de Chelas estava um pouco mais atrasada. O pior é que o sistema funcionava com base na articulação entre todas. A coordenação é sempre a mais difícil das tarefas.

*

O Secretário de Estado do Ambiente comunicou-me, durante um despacho, que tinha mandado proceder ao cálculo da equivalência da poluição causada pelas pocilgas em Portugal; ela era de 2,2 milhões de habitantes; a dos lagares de azeite era de 3 milhões e a da agricultura, no seu conjunto, era de mais de 7 milhões. Isto dava a dimensão dos problemas ambientais em zonas que, à primeira vista, poderiam parecer neutras ou quase, neste domínio. Não é só a indústria que polui. Toda a actividade humana tem consequências neste domínio.

*

A gestão da água punha problemas vários. A Direcção-Geral dos Recursos Hídricos e a Direcção-Geral do Saneamento Básico tinham sido fundidas numa única Direcção-Geral dos Recursos Naturais. O objectivo era integrar o “ciclo da água”, tendo como quadro espacial as bacias hidrográficas. Pretendia-se, como em todos os sectores, aplicar o princípio da subsidiariedade. Por isso, em tempos, eu havia sido tão insistente em fazer coincidir as fronteiras regionais com os limites

daquelas bacias. Os rios unem e não separam, a não ser em casos muito especiais como o Douro Internacional, em que o “canhão” é quase intransponível; mesmo hoje só se atravessa o rio pelo coroamento das barragens.

Ao nível regional, era evidente que tinha de haver uma articulação fluída entre as Comissões de Coordenação Regional e as Administrações Regionais da Hidráulica que deveriam ter um carácter expressivamente executivo, sendo predominantemente técnicas e não políticas. As CCR é que deveriam articular os diversos utilizadores da água e procurar chegar à formulação de orientações políticas. Mas estava fora de dúvida que o sector da água era vital e, por isso, deveria estar presente no Conselho Regional. Mesmo em zonas com uma das mais altas pluviosidades da Europa (Serra Amarela) a gestão competente dos recursos hídricos impõe-se. Portugal apresenta uma variedade enorme de situações, como já ficou ilustrado neste texto. Precisamos de saber manter os níveis de competência que, manifestamente, temos neste sector para aplicação interna e para prestação de serviço em outros países que têm condições muito mais severas do que as nossas e onde podemos ser de grande utilidade.

Passámos muito tempo a desenhar a organização para gestão do sector. Aquilo a que se chegou integrou as respostas às principais ordens de problemas, particularmente a necessidade de evitar a compartimentação do uso da água.

*

Os Conselhos Europeus dos Ministros do Ambiente eram, naturalmente, políticos, mas decidindo sobre assuntos eminentemente técnicos. Tinham, por isso, de ser preparados com grande auscultação dos serviços, mas também da Indústria, sobre quem recaía a maior parte das consequências daquilo que fosse decidido. No Conselho de Junho de 1988 iriam ser fixados os valores dos principais poluentes produzidos pelas grandes centrais de combustão (“large combustion plants”). A proposta alemã continha cinco pontos: i) um sobre a redução do SO₂, em relação aos quais tínhamos fornecido os valores por nós aceitáveis e coincidentes com os constantes do programa Corine; ii) outro sobre o NO_x, em relação a cujos valores fazíamos comentários iguais aos anteriores, iii) um ponto sobre medição e controle em relação ao qual os proponentes sugeriam uma dispersão muito

apertada, difícil para nós de assegurá-la; iv) a definição do limiar de aplicação em relação ao qual nós aceitávamos o valor de 50Mwt, mas que o Reino Unido queria ver elevado para os 100Mwt o que nos causava problemas e v) uma derrogação de aplicação a Espanha, em que ela insistia muito, mas a que nós nos opusemos de forma absoluta. A firmeza da nossa posição surpreendeu os Espanhóis que queriam poluir sem grandes limitações. Os ventos dominantes levariam a poluição para leste; mas há alguns dias, por ano, em que o vento sopra de leste; era a versão do nosso tempo do “nem bom vento, nem bom casamento”...

Refiro esse ponto para se ter a ideia de que, na maior parte destes conselhos, estão em discussão matérias que têm as maiores repercussões sobre a nossa vida diária. Por isso eles reclamam uma grande atenção na sua preparação que tem de envolver os técnicos da Representação Permanente, os nossos serviços e o próprio ministro que tem de se preparar muito bem para aguentar a discussão, para intervir e para, eventualmente, contribuir para a formulação de uma posição comum.

Já me referi à importância das trocas de impressões havidas durante os almoços. A maior parte dos assuntos mais sensíveis começou por ser abordada nesses ambientes restritos. No almoço desse conselho foi abordada a complexa questão do depósito e armazenamento de “lixo” tóxico, em países que não pertenciam à Comunidade Europeia. Havia a Directiva de Seveso, que a orientava, mas que era interpretada com grande amplitude de entendimento e não contemplava o depósito dissociado da fábrica. Todos nos sentíamos responsáveis pelas consequências causadas a países terceiros. Éramos, maioritariamente, a favor da eliminação desses resíduos pelos próprios países que os produziam. Estava em causa, nessa altura, um depósito de resíduos na Guiné-Bissau! Tive ocasião de falar sobre o assunto, com conhecimento de causa, o que surpreendeu alguns dos meus colegas que sublinharam isso mesmo. Mas era difícil ir contra a autorização dada pelo próprio país que, obviamente, ganhava alguma coisa com isso, no curtíssimo prazo. Era o longo-prazo que estava em causa e a consciência de que há uma só Terra e que todos somos responsáveis por tudo o que nela se passa. A Comunidade Europeia não podia exportar os seus problemas para o Terceiro Mundo; tinha que os resolver dentro de portas.

Nesse mesmo sentido a Espanha fez uma comunicação oral sobre a reabilitação das zonas costeiras, Começou por se referir, o ministro espanhol, ao trabalho da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas sobre a Carta Europeia do Litoral. Surpreendi os meus colegas quando lhes disse que tinha sido eu a elaborar e a apresentar, em Nápoles, a primeira versão dessa carta que, entretanto, tinha sido aprovada, em 1982, pelo Parlamento Europeu. Todos os países com costa aprovaram uma acção comunitária visando a protecção e a gestão costeira. Mas teria de haver muito mais discussão sobre o assunto pelo que se constituiu um grupo que ficou encarregado de juntar todos os textos das diversas iniciativas que tinha havido sobre o tema, com vista à preparação de um plano de acção que pudesse ser aprovado por todos. A Alemanha, a Holanda e a Dinamarca estavam muito interessadas em aprofundar a questão em relação ao Mar do Norte; O Reino Unido queria mais estudos; a Itália estava de acordo com o espírito da iniciativa. Nós apoiámo-la com determinação.

Quando a convergência de posições era difícil de conseguir em conselho, recorria-se ao que era chamado o processo do “confessionário”. O ministro do país-membro que presidia ouvia os seus colegas um a um e depois, já em conjunto, fazia uma proposta que se esperava merecesse o acordo geral. O meu colega Klaus Töpfer era particularmente hábil nesta função. Mas se não houvesse a possibilidade de subscrever uma posição comum, tinha de ficar patente que haviam sido feitos os maiores esforços para que tal tivesse acontecido. Em dez anos de conselhos, poucas vezes assisti ao recurso extremo do “confessionário”.

*

Há zonas particularmente importantes para certas espécies animais e vegetais. É o caso do Paul de Arzila, no vale do Mondego, situado a pouco mais de uma dezena de quilómetros de Coimbra e que constitui um espaço privilegiado para numerosas espécies de aves aquáticas e migratórias, aves sedentárias e lontras. Por isso, foi criada a Reserva Natural do Paul de Arzila pelo Decreto-Lei n.º 2/7/88, de 27 de Junho.

*

No Conselho dos Ministros do Ambiente de 28 de Junho de 1988, realizado no Luxemburgo, entre outros pontos, foram discutidas as consequências ambientais das práticas biotecnológicas. A Dinamarca era uma fervorosa defensora da existência de directivas que protegessem o ambiente das potenciais agressões determinadas por práticas biotecnológicas não controladas e de outras do foro da engenharia genética; a opinião pública dinamarquesa estava muito sensibilizada em relação a estas matérias.

O Comissário chamou a atenção para o facto da biotecnologia se vir a tornar, seguramente, um dos maiores domínios industriais do futuro. Daí o interesse da definição de directivas que nos pusessem ao abrigo de consequências negativas inesperadas dessas actividades. Não era só uma questão de saúde pública. Era, especialmente, a libertação para a Natureza e a comercialização de micro-organismos sobre os quais não se sabia, ainda, o suficiente. Eu aproveitei para insistir em temas da Bioética no qual vinha trabalhando em Portugal, em particular com o Prof. Luís Archer, meu estimado conselheiro para este domínio.

*

Em 27 e 28 de Junho de 1988 houve, no hotel Sheraton do aeroporto de Frankfurt, uma reunião dos ministros do Ambiente da Comunidade Europeia. O meu colega Klaus Töpfer gostava da solução; os ministros aterravam praticamente na sala de reuniões e, no dia seguinte, depois do almoço, voltavam aos aviões que os levavam de regresso.

Desta vez, tratava-se de um conselho da maior importância, porque o tema era a água e havia uma diferença profunda na natureza das prioridades dos países do norte e do sul. Só muito raramente os primeiros tinham problemas de quantidade e, por isso, davam toda a prioridade às questões da qualidade. Muitos dos segundos tinham uma severa escassez de recursos, pelo menos em parte do seu território e, por isso, queriam também abordar o tema da quantidade. Portugal tinha os dois problemas, embora em matéria de pluviosidade estejamos bastante bem. O que é preciso é guardar a água do inverno para o verão e isso custa dinheiro, em barragens e em canais, o que significa que temos água mas que ela é, necessariamente, cara.

Portugal dispõe de recursos hídricos duplos da média europeia e triplos da média peninsular. Mas o seu aproveitamento reclama obras e boa gestão.

Nós apresentámos duas comunicações para discussão porque também nos interessava a questão da gestão dos recursos hídricos. Por isso, queríamos uma abordagem geral ao tema: quantidade, qualidade e gestão. Tratava-se de gizar um conjunto de normas gerais mas a Comunidade dava privilégio à questão da qualidade.

Começavam a surgir, então, os problemas da poluição difusa (nitrificação dos aquíferos devido ao uso exagerado de fertilizantes; efluentes de suiniculturas; esgotos urbanos, etc.).

Estavam, então, identificadas 109 substâncias perigosas, havendo directivas europeias somente para uma dúzia delas. Nós manifestámos a nossa preferência pela abordagem sector por sector, por se poder ser mais eficaz no tratamento dos efluentes. E levantávamos, obviamente, o problema dos “vertidos” transfronteiriços. Tínhamos a experiência do que tinha custado evitar a contaminação do Douro pelo eventual armazenamento de “lixo” nuclear em Aldea d’Ávila e ainda sofríamos, no Guadiana, a ausência completa de tratamento dos esgotos de Badajoz. A aproximação da concretização do Acto Único e da coesão tornavam a questão transfronteiriça um problema comunitário e não simplesmente bilateral. Mas era bom que todos estivessem cientes da existência do problema em relação a todos os países situados a jusante das fontes poluidoras. O tema da água, para nós, apresentava-se com todas as suas cambiantes. E sabíamos que se não incorporássemos no ponto da qualidade, o impacto da gestão, do recurso a diferentes tipos de modelo de gestão e o desenvolvimento de uma filosofia de gestão, não conseguiríamos voltar tão cedo com eles à mesa das negociações. Sabíamos que havia, ainda, um problema de formação, nomeadamente no campo do tratamento dos esgotos, mas essa era uma questão quase somente “mediterrânica” (em relação à geografia comunitária de então) e, por isso, concentrámo-nos nas outras três. Nós tínhamos relações com a Organização Mundial de Saúde mas as directivas dela dimanadas eram meras recomendações (1985) enquanto que as da Comunidade (1980) eram mesmo vinculativas. Por isso, nos interessava que estas respondessem bem aos nossos problemas.

Insisti, ainda, em outros dois aspectos gerais: (a) a investigação, nomeadamente, sobre erosão, desertificação, florestação e novos materiais; (b) a protecção contra catástrofes e a sua prevenção.

O Comissário Clinton-Davis sublinhou o facto de reuniões como esta, de “brain-storming”, não serem comuns no Conselho de Ministros. Este era suposto ser uma instância de decisão e não de reflexão. Mas concordou que a complexidade do tema, aconselhava ao debate e à definição de linhas de orientação para o trabalho da própria Comissão.

Alguns dos meus colegas sublinharam a lentidão da afinação das directivas comunitárias e, por conseguinte, a importância de se começar a prepará-las rapidamente. E todos estivemos de acordo em relação à abordagem por sectores (em vez de o fazerem substância a substância). A Holanda, com graves problemas de poluição de aquíferos, temia um envolvimento muito grande da Comunidade; achava que se deveria ser selectivo para nos tornarmos eficazes.

E a Grécia, com 16.000Km de costa e sem descargas químicas importantes, não queria que as medidas a tomar fossem idênticas para todo o território comunitário. Estivemos de acordo na adequação da gestão por bacia hidrográfica e na importância da gestão integrada dos recursos. A poluição dos mares, para onde vai toda a poluição, foi também objecto de uma chamada de atenção. E os rios com trajecto internacional deveriam ser objecto de regras jurídicas comunitárias para a sua gestão.

*

Em Portugal não há muito terreno arável. A maior parte tem até pouca aptidão para a agricultura. Mas há algumas zonas de muito bom solo agrícola que seria muito melhor se fosse regado. As nossas culturas de verão precisam de água e para dispor dela na ocasião oportuna é necessário construir barragens e canais de diversos tamanhos e, em alguns casos, obras de enxugo. Além de se ter de ensinar os agricultores de sequeiro a adaptarem-se ao regadio, há um parâmetro fundamental a fixar: o preço da água. A generalidade dos interessados pensa que ela fica de graça!... E, por isso, não cuidam de aprender a usá-la, nem a escolher as culturas que justifiquem o seu uso (e o seu custo...) Por isso, sou muito a favor do estabelecimento de convénios com potenciais

beneficiários, antes de começarem as obras, para definir os aspectos que são determinantes para uma boa gestão dos perímetros regados.

Neste momento (2014), ainda temos algumas boas áreas para a expansão do regadio (Vales do Tejo, do Sado, do Mira e do Vouga, pelo menos), mas é preciso começar pela fixação do preço da água. Isso terá muita influência na selecção das especulações a praticar e até na escolha dos agricultores que irão exercer a sua actividade nessas áreas. É que se passa para “máquinas de outra cilindrada!”...

*

Eu apanhei com as primeiras reacções contra a aplicação de medidas de protecção ambiental. Isso aconteceu, por um lado, porque houve os primeiros estudos de impacto ambiental e, por outro, porque se fizeram muitas mais obras, especialmente estradas. O traçado das vias de comunicação foi o primeiro dos domínios em que se treinaram os profissionais das avaliações de impacto ambiental e, por isso, eu ouvi, algumas vezes, os desabafos do meu colega das Obras Públicas, queixando-se dos atrasos e dos aumentos de custo que eram impostos pelas recomendações daqueles técnicos. Quando uma coisa é novidade, há sempre os fundamentalistas a querer mostrar que existem e que têm de ser ouvidos. Mas, do outro lado, há também os que querem fazer as coisas como sempre fizeram e do modo mais barato que conseguirem. Por isso se apelava tanto para o bom-senso (coisa difícil!...) e para a formulação de soluções de compromisso.

É evidente que eu tinha de estar do lado dos que defendiam os preceitos ambientais. Mas também me via obrigado a estabelecer pontes para tentar resolver os numerosos problemas que surgiam, particularmente em relação ao traçado das novas estradas.

Curiosamente, em relação ao ordenamento do litoral e às medidas avançadas para o proteger, tive sempre a maior receptividade por parte dos técnicos da Direcção-Geral dos Portos. Havia, na maior parte das situações, convergência de interesses. A política de justa medida tem de ser pacientemente construída. A fuga para o exagero é sempre mais fácil e protege quem a pratica. Mas havia a consciência generalizada de que o X Governo tinha sido muito inovador em matéria ambiental e que se deveria prosseguir nesse caminho. Eu tinha, patentemente, o apoio do Primeiro-Ministro a esse respeito.

*

A agricultura é um sector muito atraente mas sujeito a muitos factores aleatórios. Em 1988 tinha havido chuvas anormais; não poderiam ser consideradas como calamidade, mas foram suficientes para reduzir a produção de cereais para 30% a 35% das quantidades habituais. Por outro lado, tinha havido uma seca, também fora da regra, nos Estados Unidos. Tudo isso convergia para um aumento dos preços dos cereais e das rações. Os seguros, no sector da agricultura, ou não funcionam ou funcionam muito mal. Obviamente, porque os riscos são elevados e as companhias se desinteressam de um domínio que as levaria a cobrar prémios difíceis de aceitar pelos segurados. Mas, nestas circunstâncias, o Governo ficaria em muito má posição, se não revelasse alguma sensibilidade perante o sucedido. Foi o que fez.

*

Hoje é à força de muita publicidade, nomeadamente da realização de grandes festivais que atraem milhares de jovens que portugueses e estrangeiros se deram conta da joia natural que é a costa alentejana. Mas em 1988 não era assim. Muita gente ficou surpreendida pela criação da Área da Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, pelo decreto-Lei n.º241/88, de 7 de Julho. Visitei os locais antes de propor o projecto de diploma. Percorri a costas nas suas praias e arribas e a zona interior imediata. Foram as impressões que então colhi que constituíram o cerne do preâmbulo da minha apresentação.

*

Há, em Portugal, o mau hábito de algumas instituições públicas não pagarem a outras os bens ou serviços que lhes são fornecidos. Era o caso EPAL a quem diversos organismos públicos deviam 685 mil contos, sendo 580 mil dos hospitais de Lisboa. É a velha pecha “do que está em Portugal é dos Portugueses” e, por isso, não se paga nem se temem as consequências por não o fazer. Tive que escrever cartas muito cuidadosas aos meus colegas que tutelavam essas instituições para que não causassem danos complicados à gestão da EPAL que tinha muitas iniciativas para levar por diante, não podendo fazê-lo por falta de meios. Não se podia cortar a água aos hospitais!... Era isso que os responsáveis sabiam.

*

Em 1988, inaugurou-se a produção de relatórios do estado do Ambiente feitos com base regional. Mas era preciso harmonizar os procedimentos para que eles pudessem ser comparados e se tivesse uma visão global do país, apreciada através das situações regionais, mais pormenorizadas e elaboradas com maior conhecimento de causa. Encarreguei o Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território de o fazer, o que teve lugar a contento de todos. Estava, assim, ensaiada na prática a metodologia de articulação central-regional com todas as vantagens da responsabilização regional e com a intervenção de coordenação indispensável do escalão central.

*

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INDC) ganhou, rapidamente, muita relevância. Em 15 de Julho de 1988 tive a informação de que, no primeiro semestre, o número de queixas tinha sido de cerca de 2.000 e que o índice de resolução dos casos andava pelos 50%, o que significava entre 30 e 40 por dia.

*

Eu sou dos que pensam que a agricultura pode ter um futuro em Portugal desde que nela se invista, nas coisas e nas pessoas. Um dos factores que pode contribuir para a melhoria da produção tem a ver com o regadio. Neste momento (2014), ainda há alguns grandes perímetros susceptíveis de melhoria por acção conjugada de regadio e de enxugo. Mas, em 1988, eu tinha a tutela dos recursos hídricos e do planeamento do desenvolvimento, seguindo, por isso, com interesse, o que ia acontecendo no sector. Em Julho soube que a barragem do Funcho (Algarve) iria estar concluída no final do ano; a rede de rega primária não estaria pronta nessa altura mas estava a andar bem, tal como a rede de rega secundária que dominaria cerca de 4.000 hectares.

Discutia-se, então, a construção da barragem dos Minutos (Montemor-o-Novo). Custaria à volta de 2 milhões de contos, irrigando 4.000ha, dos quais 80% era de excelente aptidão agrícola. Além disso abasteceria de água a sede do concelho.

O problema comum a todos estes regadios é que se tem de fazer as contas e fixar um preço para o metro cúbico da água fornecida; os beneficiários acham sempre que não o podem pagar. Ou as culturas não são adequadas ou as técnicas de amanho das terras são deficientes. Porque com bom solo, com água e com o nosso clima deveríamos ser campeões na agricultura. Alguma coisa está desajustada...

*

Os Portugueses não atribuem uma grande importância à poluição sonora. Hoje (2014), a questão assume níveis intoleráveis em certas zonas urbanas de Lisboa, do Porto e de outras cidades onde se resolveu imitar “la movida” e “el botellon”; vindos de Espanha para consumo das almas dos portugueses tranquilos que passariam bem sem ser inquietados até às tantas da madrugada com tanto barulho.

Em Julho de 1988 e apesar de haver legislação – o Decreto-Lei n.º 271/84 relativo aos espectáculos ruidosos ao ar-livre e o Regulamento Geral do ruído, D.L. n.º 251/87 – impunha-se legislar urgentemente sobre o ruído causado por verbenas e quermesses...

Pois, apesar de tanta regulamentação, quando fui Presidente da Assembleia Municipal do Porto (2009/2013), não havia sessão em que não tivéssemos de ouvir as justas queixas de quem não podia dormir devido á música e aos descatos provocados pelos jovens folgazões na parte central da cidade. As pressões dos donos dos bares deveriam ser enormes, porque as queixas se mantiveram durante todo o tempo e as justificações também, para manter abertos os estabelecimentos. Invocava-se ser isso muito importante para o turismo... Isso fazia-me lembrar um sueco que me dizia gostar muito do Algarve porque ali podia beber e conduzir... o que não era, de todo, tolerado na sua terra...

Temos, algumas vezes, de tomar decisões que não agradam a todos. A respeito do ruído, temo que o problema não seja tanto de regulamentação, mas de fiscalização. Mas isto levar-nos-ia longe em relação a algumas práticas enraizadas no nosso meio.

*

Hoje (2014), já nos conformámos todos com as limitações impostas aos fumadores. Mas, em 1980, ainda se fumava em toda a parte, sendo hábito, em certos jantares elegantes, pôr um pequeno cinzeiro ao lado de cada dois convivas, não se interrompendo o acto de fumar durante todo o jantar. Nos nossos dias isto pode parecer bárbaro, mas era assim. Nos cinemas de Londres, em 1970, fumava-se durante a projecção, ficando a roupa impregnada do cheiro do tabaco; ainda hoje se pode ver, nos teatros antigos, os cinzeirinhos colocados nas costas das cadeiras da frente. A luta contra o hábito de fumar foi longa e conquistada passo a passo.

Em agosto de 1988 punha-se a questão de reformular o Dec. Lei n.º 226/83 que tratava destas matérias. Curava-se: alargar a composição do Conselho nele previsto, fazendo incluir representantes dos sectores da Juventude, do Ambiente e da Defesa do Consumidor; escolher como seu presidente uma personalidade independente e autónoma da Administração; alargar a proibição de fumar nos elevadores, museus, bibliotecas e alguns transportes públicos; impor a referência, em cada maço, aos teores de nicotina e alcatrão; fixar valores de contra-ordenação mais elevados; condicionar um pouco mais a publicidade. Quanto se andou nesta matéria!...

Isto mostra que a legislação tem de ser sempre consonante com o que a sociedade está em posição de aceitar. Nesta matéria, os espanhóis, os gregos e os holandeses aceitam menor grau de exigência. Os restantes europeus preocupam-se mais com as consequências do hábito de fumar. Era evidente que esta não era uma questão de Defesa do Consumidor, tal como tinha nascido. Deveria ser tratada em paralelo com o alcoolismo e a toxicodependência, numa perspectiva multi-sectorial, porque os instrumentos tinham de vir de vários lados

*

Hoje (2014), quase pensamos que as auto-estradas sempre lá estiveram. Mas, em 1988, ainda se discutia com vivacidade os estudos de impacto ambiental da auto-estrada para o Estoril e Cascais e o atravessamento da Serra de Aire e Candeeiros. Na primeira, o grande problema era a sua ponta final que estava localizada próximo de uma área protegida, sendo os nós muito intrusivos. A concessionária – a BRISA – tinha aceite uma dúzia e meia de sugestões, todas escarpelizadas, com minú-

cia, pelo INPRCN. O Secretário de Estado do Ambiente acompanhava pessoalmente as tentativas para se chegar a soluções que a todos satisfizessem. A própria BRISA tinha-lhe solicitado que fossem definidas as condições gerais para os lanços Torres Novas/Fátima e Pombal/Condeixa, antes de começarem a elaborar os projectos respectivos. Mas os serviços são sempre muito avessos à explicitação prévia dos requisitos a observar. Preferem criticar depois. Mas isso obriga, quase sempre, os projectistas a fazerem o trabalho duas vezes, ou mais. Perde-se tempo e dinheiro! Era preciso que a administração fosse guarnecida por técnicos mais bem preparados e dispendo de tempo e de meios que lhes permitissem definir, com conhecimento de causa, os parâmetros que devem ser previamente fixados.

*

Não sei se por eu ter a tutela da Conservação da Natureza, recebia, de vez em quando, exposições de grupos naturistas a reclamar a regulamentação da prática da sua devoção, enaltecendo-a naturalmente e chamando frequentemente a atenção para a sua importância para o turismo. Não era desporto, de modo que não dirigiam as suas cartas ao Ministro da Educação, nem era comércio para o fazerem para o Ministro do sector. Era filosofia de vida e por isso, entendiam que deveria ser um ministro “transversal” a tratar do assunto. Ficou combinado com o Secretário de Estado do Ambiente encarregar alguém de fazer um esboço da regulamentação adequada e, depois, passar o assunto para o Ministro da Justiça. Mas tudo deve ter demorado tanto tempo que eu nunca cheguei a receber a sugestão solicitada.

*

Em Agosto de 1988 iriam processar-se novos concursos para a extracção de areias do Rio Douro. Estava-se numa época alta da construção civil e, por isso, a procura de inertes era muito grande. Mas tinha-se a informação de que a fiscalização era insuficiente, permitindo a exploração selvagem. Ficou estabelecido que o Secretário de Estado faria um despacho com os termos de referência da encomenda de um relatório sobre a problemática da exploração de areias e cascalhos dos leitos dos rios e de areias das dunas. Ele deveria definir os princípios a que tinha de

obedecer a exploração dos inertes e a partir dos quais se deduziriam as formas de o fazer, de a fiscalizar e de a pagar.

*

O Parque de Monsanto é um espaço muito apetecido por toda a sorte de promotores, mesmo daqueles que deveriam zelar pela manutenção de um espaço que é único. Trata-se de uma propriedade municipal, mas sujeita ao regime florestal. Por várias vezes tivemos que nos opor a tentativas de alienação de parcelas que começam sempre por ser da bordadura. Uma vez, contudo, foi mesmo uma localizada no coração, com a promessa de que tratariam com muito cuidado, da envolvente. Neste género de pressões, há que reagir com firmeza. Se se admite o princípio de abrir uma excepção, não se será capaz de estancar a avalanche.

*

No final da época dos fogos florestais de 1988 parecia que se estava a conseguir dar a volta ao problema pela via do combate. O tempo de reacção ao chamado “fogo nascente” tinha diminuído muito; as pessoas pareciam estar mais conscientes em relação ao valor da floresta; na Região do Centro o número de horas de helicóptero usado no combate havia descido de 280 (1987) para 200 (1988); tinha havido uma grande melhoria das ligações rodoviárias intra-municipais... As Comissões Especializadas de fogos florestais (CEFF) tinham sido dinamizadas. Mas ninguém limpava as matas...

Passados quase trinta anos, é tempo de constatar que o combate ao fogo não é suficiente para resolver o problema. Hoje, (2014), fala-se muito em prevenção. Estou a animar encontros em que se discute a questão, procurando as melhores formas de assegurar a ocupação do território e a sua vigilância. Parece certo o ditado antigo “o medo guarda a vinha!”; forçoso é constatar que, em relação às matas, não há o menor indício de medo!... Esse é um factor que não pode ser minimizado.

*

A Lei de Bases do Ambiente – Lei n.º 11/87, de 7 de Abril – criou o Instituto Nacional do Ambiente. A Assembleia da República definiu-o como sendo um organismo

não executivo dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, “destinado à promoção de acções no domínio da qualidade do ambiente, com especial ênfase na formação e informação dos cidadãos, apoio às associações de defesa do ambiente, integrando a representação da opinião pública nos seus órgãos de decisão”. O Governo tinha de regulamentar por decreto-lei o INAMB. Foi o que se fez através do Decreto-lei n.º 34/89, de 30 de Janeiro.

Estas iniciativas da Assembleia, feitas sem conjugação com o Governo, trazem sempre dificuldades quando se trata de definir o modo de operar das instituições criadas. Como é hábito, o Ministro das Finanças reage sempre à concessão da autonomia financeira, por receio da introdução de qualquer fonte de indisciplina em matéria de dinheiros. Mas acabou por ficar tal como a Assembleia da República tinha fixado. Alguns ministros anteciparam dificuldades que não vieram a materializar-se, pelo menos enquanto eu tive a tutela do instituto. E este era importante para darmos os passos que demos no domínio da criação de uma preocupação ambiental generalizada. Ficou uma comissão de fiscalização a assegurar a correcção da gestão, tal como queria o Ministro das Finanças.

É evidente que o Instituto poderia criar um ou outro embaraço ao Governo, pelo menos nos sectores com mais implicações ambientais: a Indústria, o Comércio, a Saúde... Já tinham todos tido a oportunidade de analisar e de introduzir as modificações que foram consideradas como atendíveis. O projecto de diploma tinha ido quatro vezes à reunião dos Secretários de Estado... e eu havia feito diligências pessoais com um ministro ou outro. O Primeiro-Ministro percebeu que se havia procurado responder às preocupações mais expressivas. A partir daí o projecto avançou. Este é um exemplo das dificuldades acrescidas que tem um ministro com um pelouro “transversal”. Os titulares de sectores “verticais” têm que negociar sempre com o Ministro das Finanças, mas muito raramente com os restantes colegas. O Ministro das Finanças, esse, tem de dialogar com todos, mas fá-lo sempre, pela natureza das coisas, em “posição cavaleira”. E isso torna mais fácil o acolhimento da disciplina que tem de impor.

*

As chamadas “centrais mini-hídricas” rapidamente ganharam um favor enorme entre os investidores. Naturalmente, pelo valor que lhes era pago pela energia “renovável” que injectavam na rede. Em finais de Setembro de 1988, havia 265 pedidos pendentes para concessão. Os investidores estavam agrupados em quatro grandes conjuntos. Entre eles havia investidores portugueses, espanhóis e franceses. Mas elas suscitavam reacções por parte dos ambientalistas. Se limitássemos a 40MWT a potência concedida as licenças solicitadas passariam a uma dúzia. Portanto, o que estava na mente dos investidores não eram tão “mini” aproveitamentos como se poderia imaginar à primeira vista. Já tinham alguma expressão. E estavam a adoptar a forma de associações de produtores independentes para concorrer. Muitas foram por diante, contribuindo para colocar o país em boa posição na escala dos que usam energias renováveis.

*

Em princípios de Outubro de 1988 houve, em Delfos, uma reunião dos Ministros do Ambiente da Comunidade Europeia. A minha primeira ida a Delfos, tinha ocorrido no final dos anos 70, numa viagem privada. Quando lá cheguei, desabou uma trovoadas de verão que foi forte e curta, deixando as oliveiras daquelas encostas carregadas de gotas de água que brilhavam ao sol, que logo abriu. A vista do topo da montanha é de tirar o fôlego. Eu interpretei os raios e os trovões como uma mensagem de boas-vindas dos deuses que por ali pairavam há três mil anos... As horas que lá passei deixaram em mim uma impressão imperecível. Desta segunda vez cheguei de noite, indo directamente para uma estalagem sem grande graça, onde a reunião iria ter lugar.

O meu colega grego propôs uma agenda focada nos recursos financeiros para a concretização da política comunitária do ambiente. Importava que saísse do nosso encontro uma palavra forte que fosse ouvida pelos Chefes dos Governos que, ainda durante esse semestre, se haveriam de reunir em Rodes, numa cimeira que ficou na memória. Foi nela que o Primeiro-Ministro português propôs a designação de regiões ultras-periféricas para as ilhas europeias com dificuldades de ligação com a parte continental dos respectivos países; ainda hoje ela é usada.

O relatório Bruntland (do nome da primeira-ministra norueguesa que tinha sido a sua relatora) havia saído recentemente e, por isso, deveria ser objecto de uma análise especial. Todos declarámos preferir medidas de prevenção às medidas de cura dos males já feitos. Importava estabelecer uma divisória entre as que deveriam ser tomadas ao nível dos Estados-membros e aquelas que seriam gerais para a Comunidade. Mas éramos todos partidários da subsidiariedade... Inclinávamo-nos, por isso, para o estabelecimento de princípios gerais para a comunidade e de planos de acção para cada país. O Comissário insistiu, particularmente, na qualidade do ambiente. Tínhamos passado os tempos de crescer incessantemente sem olhar aos malefícios que isso, eventualmente, pudesse causar. Daí a importância das avaliações do impacto ambiental e da transposição das directivas que tinham sido aprovadas neste domínio.

Eu pronunciei-me a favor da integração da componente ambiental nos programas de desenvolvimento logo desde o início da preparação dos planos de desenvolvimento. Isso facilitaria as escolhas e a afectação de fundos, além de contribuir para a correcção das avaliações “ex-ante” em que eu vinha insistindo, há muito.

A inclusão de um artigo sobre o ambiente no Acto Único tinha sido um passo muito importante para a evolução neste domínio. Mas todos pretendíamos que a Cimeira de Rodes ficasse na memória como uma reunião “do Ambiente”. Por isso queríamos que a duplicação dos fundos estruturais que já tinha ocorrido, fosse aproveitada para melhorar a qualidade do ambiente. Os fundos estruturais tinham sido concebidos como instrumentos de desenvolvimento; mas, para nós, a qualidade do ambiente era uma componente essencial do desenvolvimento.

*

Quando uma lei é aprovada no Parlamento, reclama-se a sua tradução em diplomas que a operacionalizem, habitualmente designados diplomas como regulamentadores. A Lei de Bases do Ambiente, aprovada em 1988, necessitou de sete desses diplomas sobre: 1.) o impacto ambiental; 2.) a protecção do solo; 3.) a Reserva Ecológica Nacional; 4.) a Lei-quadro das Áreas protegidas; 5.) um conjunto de nove diplomas respeitantes à água; 6.) a transposição da Convenção de Berna, sobre a protecção da Natureza para o Direito Português e 7.) o diploma de criação do Instituto Nacional do Ambiente (INAM).

Sem estes “braços” operacionais uma lei não tem efeitos práticos. E não convém nada deixar passar um lapso de tempo muito grande entre a publicação de uma lei e os seus diplomas regulamentadores. Por isso, a preparação destes últimos deve começar ainda durante a fase da discussão da primeira. É que muitos ficam impacientes e fazem-no sentir, habitualmente através dos órgãos de comunicação social.

Na mesma ocasião estava em curso a preparação de uma nova versão do regulamento geral sobre o ruído.

Tínhamos aberto, também, a possibilidade de construção das chamadas “mini-hídricas”. Havia entrado 297 pedidos, excedendo todas as expectativas. Mas tinha surgido um problema: nenhum desses pedidos cumpria inteiramente a portaria que os regulamentava. Teve de se rever o seu conteúdo, escrupulosamente, para ver se haveria alguma deficiência de redacção. Se fossem construídos esses aproveitamentos todos, estimávamos que 55% das necessidades de energia de então seriam satisfeitas.

Quanto ao domínio público hídrico, havia regras para definir em que tal consistia, mas não estavam delimitados os espaços correspondentes. Era preciso fazê-lo. Como se vê, por esta pequena amostra, não nos faltava trabalho na Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais!

*

Numa reunião, em fins de Outubro de 1988, com os Autarcas da Associação de Municípios da Lezíria, quis saber quais seriam os empreendimentos que propunham para incluir no PIDDAC do ano seguinte. Fiquei admirado quando me disseram querer incluir: a reparação de diques; a limpeza dos canais que estavam assoreados por jacintos de água e por canas e a dragagem das valas... Diziam que a situação era de pré-catástrofe!... Que havia máquinas que estavam paradas e, possivelmente, não operativas. Os órgãos do Poder Local não podiam arcar com os custos da manutenção e não havia uma associação de regantes constituída. Este género de reuniões deixavam-me num estado muito angustiado. O Estado tinha feito as obras; ninguém se tinha organizado para as manter; os beneficiários

tinham tirado bom proveito da existência da água; quando a ruína estava iminente clamavam pela intervenção do Estado para evitar o desastre; era evidente que ninguém tinha constituído nenhum fundo para assegurar a operacionalidade permanente das infra-estruturas construídas...

Isto tudo é mais português do que eu gostaria que fosse!... Desde que haja dinheiro, consegue-se fazer obra nova. Mas a sua manutenção, ao longo do tempo, reclama organização e a isso somos avessos. Mais complicado, ainda, é pagar, todos os anos, para um fundo que assegure a permanência dos benefícios e a recuperação profunda da obra, porque todas as infra-estruturas têm uma duração que pode ser estimada e ao fim da qual se tem de proceder a grandes trabalhos de reabilitação. Quem financia uma obra, tem de curar de estabelecer a fórmula adequada para prover a todos estes aspectos. A experiência mostra que a constituição de uma associação de regantes consome mais energias e demora mais tempo do que o projecto e construção do mais sofisticado perímetro regado!...

*

No dia 25 de Outubro de 1988, houve uma reunião do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos devotada ao Ambiente e às suas relações com o Ordenamento do Território e com o Turismo. Estava particularmente em causa a situação no Algarve. Encontrávamo-nos em plena fase de expansão; tanto os promotores como os Autarcas estavam ainda acostumados a alguma permissividade. Era necessário pôr as coisas nos eixos. Este, aliás, era um tema recorrente.

O Primeiro-Ministro introduziu o assunto chamando a atenção para a necessidade de se dispor de uma política de ambiente equilibrada, o que, aliás, vinha acontecendo. Sublinhou que ainda estávamos em condições de evitar muitos males que outros já tinham; referia-se, particularmente, a Espanha, mas poderia ter alargado a toda a costa mediterrânica da margem norte. Propôs que se adoptassem medidas de emergência para o Algarve.

Como Ministro do Ordenamento do Território e do Ambiente, coube-me intervir logo a seguir, percorrendo o que se tinha conseguido realizar até à data.

Antes de generalizar a discussão o Primeiro-Ministro propôs que nos concentrássemos em três pontos: 1.^o) os recursos hídricos e a Espanha, para aproveitar a pró-

xima visita do Presidente Felipe Gonzalez e introduzir o tema na cimeira seguinte; 2.º) a elaboração do relatório do Governo sobre o estado do Ambiente, cujo conteúdo eu deveria definir por despacho; 3.º) a componente “pedagógica” da política de ordenamento do território e o conjunto de medidas específicas relativas ao Algarve. O Primeiro-Ministro considerou importante a viragem que se tinha operado em matéria de política de ordenamento que, disse, ser equilibrada e ter bom senso. Recomendou que se evitassem os conflitos interdepartamentais e se sensibilizassem os diferentes actores, porque a política ambiental era de todo o Governo e não somente de um único ministério. Chamou a atenção para a importância de não se criarem complicações burocráticas, evitando instituir novos órgãos da Administração e privilegiando a colaboração entre os diversos ministérios. Pediu que fossem definidas prioridades tendo sugerido que, entre elas, figurasse o Algarve, o sector das águas, os esgotos e o aproveitamento dos regadios já existentes. Num registo mais político chamou a atenção para os símbolos que faziam movimentar os grupos que mais expressivamente se exprimiam: os que preconizavam prioridade de tratamento para as habitações clandestinas e os que lutavam pelo lince da Malcata (vinte e seis anos volvidos, a preocupação é agora dos caçadores que temem que os lince comam a caça...). O ruído tinha começado a merecer a nossa atenção; principalmente o causado pelas motoretas; o problema é que se a moto-reta não fizesse um ruído infernal não era motoreta para portugueses...

Era de esperar que alguns ministérios reagissem com pouca abertura às novas condicionantes que queríamos impor. Era o caso do Ministério da Indústria que achava que as GOP eram “muito ambientais” e que preferia que se desse prioridade ao tratamento de lixos; o Ministro temia que as exigências do ambiente pudessem levar ao fecho de algumas empresas menos sólidas; dizia que nem todas as empresas eram como as de celulose. Referiu que, em relação à chamada Lei das Pedreiras, não havia capacidade para cumprir as normas, especialmente no que tocava à fiscalização. O Ministro do Turismo exprimiu a sua preocupação com o ambiente por ele ser um factor fundamental para as actividades do seu sector; chamou a atenção para a existência de estruturas paralelas às das Câmaras, mas comandadas por técnicos municipais que elaboravam os estudos de impacte que, noutra cadeira, eles próprios aprovavam (!). O Ministro das Obras Públicas con-

firmou que a perspectiva da preservação do ambiente tinha custado a entrar nos projectistas e construtores, mas que, naquele momento, a questão estava largamente ultrapassada, todos os intervenientes tendo percebido a importância que estava em causa; em relação ao ruído de automóveis e aviões, os seus níveis estavam em queda por mérito dos seus construtores; o mesmo não se passava com as célebres motoretas cujos fabricantes “asseguravam” um nível de ruído “condigno” aos clientes mas quando ele não era suficiente, havia sempre o recurso de furar o tubo de escape... Foi a evolução económica que fez declinar as vendas das motoretas e aumentar a compra de automóveis. Em tudo quanto respeita aos transportes, subsiste sempre a questão da fiscalização, que põe problemas de meios que são complexos. O meu colega estimava que o agravamento dos custos das obras para se respeitarem os condicionamentos ambientais andava entre 15% e 20%, o que era expressivo mas não podia deixar de ser atendido. O Ministro da Agricultura chamou a atenção para os conflitos de competências que, neste domínio, surgiam com frequência no seio da Administração e para a necessidade de se acelerar o ritmo dos licenciamentos necessários. O Ministro das Finanças recomendou a adopção de um discurso forte e conveniente junto da opinião pública, o que já tinha começado três anos atrás.

Este era um tema que suscitava interesse generalizado. Por isso todos exprimiam as suas opiniões e inquietações.

*

É corrente os Ministros da Indústria porem-se em oposição às exigências do ambiente por quererem diminuir as facturas dos industriais, nomeadamente em matéria de energia. Apesar das minhas boas relações com o meu colega Luís Mira Amaral, ele fazia-se sempre eco das queixas que lhe eram apresentadas pelos empresários em relação à “burocracia” dos departamentos responsáveis pelo sector. Dizia, muitas vezes, que “a política do ambiente não pode ser vista como um centro de custos para a administração pública”... E reclamava sempre que as novas instituições ligadas ao ambiente deveriam ser mais pequenas e com menos poderes. Isto numa ocasião em que em Portugal se estavam a dar os primeiros passos no sector e em que o nosso desfasamento em relação às médias europeias era expressivo.

Eu pensava, ao contrário, que se deveria insistir com os empresários para que eles olhassem para os novos condicionamentos como oportunidades de inovação. Quanto à carga da burocracia eu estava, obviamente, de acordo com ele. Muito se perde em confiança quando se opta por dificultar em vez de agilizar. Nem falo acerca dos que põem dificuldades para cobrar facilidades. Estes têm de ser irradiados, sem contemplação, dos lugares que não sabem ocupar.

Eu tinha um aliado nestas discussões que era o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o João de Deus Pinheiro. Lembrava que a política do ambiente era uma política nova e que nós tínhamos de aprender a viver de outra maneira. Recordava que a recente cimeira de Rodes tinha tido como tema, exactamente, o “O Ambiente e a Ecologia” e que o caminho ia mais no sentido da disciplina do que no da permissividade. Mas protestava, com razão, contra a burocracia e dizia que “os serviços públicos são gasosos, por natureza. Ocupam todo o espaço disponível”... Tínhamos por isso de estar precavidos contra essa tendência.

*

Em 6 de Dezembro de 1988 tive uma reunião com os Secretários de Estado da Administração Local e do Ambiente a respeito da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da sua protecção.

A protecção do solo é mais global do que a sua utilização superficial. A poluição do solo pode ser profunda. Em Águeda, por exemplo, cumpria-se escrupulosamente a protecção da RAN e a água dos lençóis freáticos da zona era imbebível!... Havia em circulação um diploma sobre protecção do solo, oriundo do Ministério da Agricultura que apenas considerava aquela utilização superficial e tinha um pendor muito administrativo. Nós deveríamos conferir-lhe uma índole mais “ambientalista”. Foi isso o que decidimos fazer, incumbindo para tal um pequeno grupo de especialistas que logo ali designámos.

*

Eu era e sou muito favorável ao aproveitamento da energia hidráulica por meio das chamadas “mini-hídricas”. Estas representam uma forma muito “descentralizada” da produção susceptível de ser aproveitada pelas Câmaras Municipais ou

por pequenas empresas dispersas pelo país e especialmente pelo Centro e Norte. Em Dezembro de 1988, tive a informação de que mais de 80% dos pedidos de concessão para a construção deste tipo de empreendimentos estava nas mãos de quatro grupos de empresas e que mais de 85% da energia a produzir por este tipo de aproveitamentos estava nas mãos dos mesmos quatro grupos!

Eram eles que se sabiam organizar melhor ou as exigências tecnológicas reclamavam uma tão grande concentração? Haveria a garantia de se manterem quatro concorrentes ou adivinhava-se um movimento de concentração em direcção a uma situação monopolista? Quem sabia da matéria eram poucos ou era escassa a capacidade de iniciativa dos muitos? Tratava-se somente de aproveitar sofregamente um incentivo que existia ou correspondia à descoberta súbita de que ocorria um recurso abundante e disperso que estava desaproveitado? Que caminho escolher entre uma situação de regulamentação excessiva e outra de liberalismo destemperado?

Tem de se estar atento a todos os sinais para tentar encontrar a melhor solução para a colectividade, mobilizando naturalmente a capacidade de iniciativa latente, mas não abrindo a porta a fórmulas especulativas que acabem por privilegiar administrativamente uns tantos, não beneficiando a maioria.

*

Em 15 de Dezembro de 1988, chegou-nos um exemplar do “Bruntland Commission Report” sobre o ambiente. A Senhora Bruntland era a Primeira-Ministra da Noruega e muito sabedora e devotada à preservação do ambiente. Deixou obra de mérito neste campo, tanto como chefe do governo do seu país como, mais tarde, na qualidade de responsável, na Organização das Nações Unidas, pelo sector.

Tive ocasião de a conhecer e de falar com ela, tanto em Bergen como em Lisboa, onde ela veio em visita oficial muito dominada pelas questões do ambiente e pelas... exportações norueguesas de bacalhau, em cuja lista Portugal figurava como primeiro cliente. Em Bergen tinha havido um encontro dos Ministros do Ambiente para analisar, previamente à publicação, as recomendações que ela tinha produzido. Foi aí que eu fui apresentado ao Rei Olavo V no que seria o seu último acto público; passado pouquíssimo tempo teve um acidente vascular cerebral do qual acabou por falecer.

Decidimos, o Secretário de Estado do Ambiente e eu, dar a maior divulgação ao relatório e discuti-lo em sessões de “brain-storming”. Era preciso difundir e tomar conhecimento do que representava, então, a última palavra nos domínios que abordava.

*

Com o “aquecimento” do mercado da habitação, muito estimulado pelo crédito fácil que os bancos concediam, passou-se, em Portugal a vender tudo: o bom, o mau e o péssimo. Mas as pessoas, no seu entusiasmo por ser donas de uma casa, não olhavam para mais nada; nem para a localização, nem para os atributos da construção; tudo o que aparecia no mercado, acabava por ser vendido... As arrelias viriam mais tarde...

Para evitar que as transacções fossem feitas na ignorância total dos compradores decidi, como já disse, encarregar o Instituto de Defesa do Consumidor de elaborar um “Guia do Comprador de Habitação e do Inquilino”. Pelos vistos, ele veio preencher uma lacuna, porque apesar da primeira edição ser de muitos milhares, seguiram-se várias edições sucessivamente esgotadas.

Alguns pensam que a Defesa do Consumidor é um domínio inventado para molestar os donos das cadeias de supermercados ou das mercearias. Ele é muito mais do que isso e atravessa numerosos domínios em que há contratos a celebrar e em que, algumas vezes, eles são iludidos por uma das partes não cumprir – a maior parte das vezes conscientemente – as obrigações que contraiu. Sempre a tomei como um instrumento para termos uma vida melhor e uma sociedade mais respeitadora dos direitos de todos.

No dia 3 de Janeiro de 1989 tive uma reunião com o Dr. Lucas Estevão Presidente do Instituto para estabelecer a linha geral do Guia. Este não deveria ser alarmista nem colocar nenhuma suspeita infundada sobre a classe dos construtores e promotores da habitação, mas deveria ser claro em relação aos aspectos construtivos e legais que os compradores deveriam assegurar-se de que estavam a ser cumpridos. O guia deveria ser meramente um auxiliar no processo da tomada de decisão, fazendo-o com objectividade e fundamento.

Eram muitos os aspectos a tocar. Por isso foi constituído um grupo de trabalho. Mas

havia algumas facetas muito técnicas e, mesmo, especializadas; ficou combinado que esses capítulos seriam encomendados a engenheiros, arquitectos e juristas com prática nos sectores em causa. Fizemos uma estimativa do custo dessas encomendas e do livro, no seu conjunto. Fixámos um tecto para a produção do manual. Tudo isto foi acompanhado pelo Secretário de Estado da Construção e Habitação.

*

Houve um navio, o Reijin, que teve um acidente na costa portuguesa. Tinha causado problemas ambientais enormes. Em 3 de Janeiro de 1989 tudo se complicou, porque ele se partiu em três partes, com explosão e fogo a bordo. Por isso, voltou à discussão a questão da aquisição de um navio para lutar contra a poluição. Havia ideias relativamente à sua construção mas faltava resolver a questão financeira. Todavia, estava provado que bastariam os custos de um acidente para justificar o dispêndio com a nova embarcação. Mas a minha opinião era de que o assunto se deveria enquadrar no desenho de uma estrutura geral que assegurasse a protecção de toda a costa portuguesa. Não demorou muitos anos para que se verificasse que era ajustada a minha proposta. Ainda não dispomos de uma tal organização (2014)! Quando “trovejar”, há-de improvisar-se uma resposta...

*

Começámos a preocupar-nos seriamente com a poluição devida ao monóxido de carbono. Na sessão de despacho que tive com o Secretário de Estado do Ambiente, em 23 de Janeiro de 1989, fui informado de que, em Dezembro e em Lisboa, tinha havido 27 dias (em 31) nos quais os valores medidos tinham ultrapassado os valores-guia da Directiva Comunitária respectiva. Por isso, logo ficou estabelecido que se devia solicitar ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações uma acção inspectiva mais rigorosa sobre os veículos da Rodoviária Nacional, da Carris e dos táxis, além de promover uma campanha com a respectiva inspecção dos automóveis privados. Circula muito veículo negligenciado, em matéria das condições de combustão.

*

Em reunião (30/01/89) com os meus colegas da Administração Interna e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações fiquei a saber que uma forma de alguns agentes poluidores se verem livres de líquidos tóxicos era metê-los em camiões-cisternas e passeá-los nas estradas com a torneira mal fechada. Ao fim de poucas horas o problema estava, para eles, resolvido. Tratava-se, literalmente, de uma eliminação “linear” do agente tóxico. A chuva que viesse a seguir que fizesse a sua obrigação... O pior era se fosse no verão!...

Além disso, para disfarçar, a placa obrigatoriamente afixada com o nome do produto transportado nunca condizia com o conteúdo da cisterna.

Não digam que os Portugueses não se sabem defender!...

*

Em 25 de Janeiro de 1989 recebi os dirigentes da EPAL (Empresa Pública das Águas de Lisboa) com os quais eu queria definir linhas orientadoras da acção. Elas foram, em resumo, as seguintes: i) as autarquias deveriam participar nos investimentos feitos pela empresa, não se limitando a enunciar as necessidades sem se comprometerem com as soluções; ii) a política de preços é que deveria comandar a política de investimentos; iii) a Empresa, na sua acção, não deveria visar o lucro, mas era indispensável que curasse do equilíbrio das suas contas; iv) todas as operações que visassem o fornecimento de água deveriam ser regidas por contratos que especificassem as condições em que ele seria feito, v) a Empresa deveria colmatar, rapidamente, todos os “buracos” que foram sendo acumulados ao longo do tempo, nomeadamente os causados por instituições públicas que não pagavam a água (os hospitais tinham uma dívida escandalosa!...); vi) a Empresa tinha capacidade para estender a sua acção em termos sectoriais e espaciais e, por isso, deveria aproveitá-la; vii) a definição das condições deveria ser feita, como é óbvio, previamente aos investimentos; viii) a Empresa deveria mobilizar a mais-valia dos conhecimentos que foi adquirindo e a vocação manifestada que tinha para celebrar acordos de cooperação intra-municipal (ela tinha na sua mão o fornecimento de água que é um bem essencial, susceptível de pouca discussão); ix) a Empresa deveria aproveitar as oportunidades que se oferecessem para celebrar

parcerias com outras empresas de serviços, como no domínio do “factoring”, da condução de fibra óptica, da domótica, do gás, etc... Ficaram, assim, definidas as linhas de uma estratégia de acção.

Como sempre sucede em Portugal, o conselho de administração gostaria de ficar com a autorização para fazer acções de cooperação com os PALOP, particularmente com Angola e Moçambique. Acedi, naturalmente, a que o fizesse na qualidade de consultor, devidamente pago pelos seus serviços e com a condição de que todas as acções fossem reportadas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que tinha a responsabilidade pela coordenação da cooperação. Discutimos, naturalmente, as bases em que estavam a elaborar o seu orçamento, nomeadamente o referencial de inflação utilizado e a fixação do aumento global da massa salarial. Estes eram, então, parâmetros fixados escrupulosamente pelo Ministério das Finanças e a que eu não podia fugir; mas havia sempre comparações com outras empresas públicas que tinham conseguido condições mais interessantes do que aquelas que tinham sido fixadas. Mesmo com o risco de alguma incompreensão, eu tinha de me manter firme nesta matéria.

*

Em 1 de Fevereiro de 1989 tive uma reunião com os Secretários de Estado da Agricultura e do Ambiente para abordar um aspecto dos Recursos Hidráulicos do Sotavento Algarvio. Dever-se-ia contemplar uma área de regadio, até à Quarteira; 7800ha seriam abastecidos pela barragem de Odeleite; os restantes teriam de ser regados com água vinda do Guadiana; as águas subterrâneas davam para pouca coisa e, em meu entender, deveriam representar uma reserva estratégica, como já disse. Ficou claro que a barragem deveria ser construída rapidamente. Isso demoraria cerca de três anos. Os projectos já estavam prontos tanto o da barragem, como o da conduta-geral, como o da ETA (Estação de Tratamento de Água). Como sempre sucede, ainda não havia o acordo dos agricultores, nem os beneficiários potenciais se tinham comprometido. Era preciso que, pelo menos, 50% o fizessem. A intervenção dos engenheiros civis é sempre mais fácil e mais rápida. Tudo o que tem a ver com o comprometimento dos agricultores leva anos a ser conseguido. A barragem viria a ser inaugurada em 1997.

*

No dia 2 de Fevereiro de 1989 reuni com a Ministra da Saúde e com os Secretários de Estado da Saúde e do Ambiente. Tinha sido constituído o Conselho de Prevenção do Tabagismo a que iríamos dar posse. A sua constituição havia sido iniciativa de ambos, tendo como animador incansável o Secretário de Estado Marcário Correia. É inacreditável a mudança de hábitos que se tem operado neste campo; até em casas particulares, há quem vá para a varanda fumar! E as pessoas, especialmente os jovens, estão muito mais conscientes em relação aos perigos associados ao tabaco.

Tratámos também da eliminação de resíduos sólidos e líquidos dos hospitais. Os resíduos radioactivos são de vida muito curta e passado meia hora estão neutralizados. Em relação aos resíduos sólidos, havia um levantamento feito hospital a hospital com referência à existência ou não de incineradores próprios; o problema é que não dispúnhamos de profissionais competentes para trabalhar com esses incineradores. Preocupava-nos também os resíduos dos laboratórios de análises clínicas que não tinham tratamento generalizado. Estabelecemos as linhas gerais da legislação que obrigaria todos os produtores de resíduos a tratá-los adequadamente; a formação seria feita na sequência. Mas, naquela ocasião (1989), havia em Lisboa somente dois incineradores de resíduos hospitalares.

Tratámos, ainda, da chamada “Portaria do Tabaco”. Já existia uma do Secretário de Estado do Ambiente relativamente à nicotina e ao alcatrão que foi considerada como suficiente. Em relação aos “dizeres” que deveriam figurar nos maços de cigarros ter-se-ia de os rever para estarem de acordo com a directiva europeia correspondente.

Havia, também, um diploma que estava já a circular relativamente às radiações ionizantes proposto pela Comissão que tinha isso a seu cargo.

E um outro sobre antibióticos e leite sem antibióticos.

As relações entre a Saúde, a Defesa do Consumidor e o Ambiente são numerosas. Só uma boa articulação entre os responsáveis pelos três sectores permite uma acção eficaz e oportuna. Como tudo o que mexe com comportamentos e com hábitos adquiridos, são áreas sensíveis e de grande visibilidade na comunicação social.

*

Em relação à Defesa do Consumidor, área a que eu conferi uma atenção especial, não nos faltava legislação. Ela tinha sido produzida com diligência e com convicção, ao contrário do que sucedia na Grécia e na Itália que não dispunham sequer de uma instituição para zelar pelo sector. O que a nós nos faltava eram meios para a aplicação do que havia sido legislado e para a punição dos prevaricadores. Não escondo que havia algumas pressões para não se dar muita prioridade ao assunto. Tínhamos, por isso, de gizar algumas acções de formação dos comerciantes, envolvendo a Direcção-geral do Comércio Interno e de tornar o consumidor português mais informado e mais preocupado com a qualidade do que lhe era oferecido. Em relação ao preço ele sabia defender-se bem, mas a respeito da qualidade precisava de ser alertado. A dificuldade é que, ao contrário dos holandeses que são quase “fanáticos” em relação ao associativismo, os Portugueses não o são nada e, por isso, a sua mobilização é pouco eficaz. Por outro lado, o público não vê com bons olhos que o INDC “bata” nos prevaricadores. Valerá a pena estudar porquê. Em princípios de 1989, estávamos a dar atenção: à segurança dos consumidores; à segurança infantil; à constituição de um tribunal arbitral para diminuir os pequenos delitos do comércio, para o que pretendíamos instalações da Câmara Municipal de Lisboa; às telecompras; às vendas por catálogo; ao aumento da qualidade dos nossos produtos e à preparação de um livro branco sobre a defesa do consumidor. Deveríamos adoptar uma política de comunicação mais agressiva, de modo a chegar aos consumidores mais eficazmente e, particularmente, ao sistema educativo, onde havia uma falta de conhecimento generalizada em relação à defesa do consumidor.

*

Quando, no âmbito da Defesa do Consumidor, eu quis saber quanto valia o mercado da publicidade (1989) informaram-me que ele andaria à volta dos 70 milhões de contos por ano, com 15 milhões para a televisão. Eram verbas muito expressivas que não fizeram senão aumentar até aos dias de hoje.

*

A Mata Nacional do Choupal, em Coimbra, representa uma área de lazer de enorme importância para a cidade. Sofria, então (anos 80), alguns atentados e negligências de que muitos se queixavam. Por isso passou para a gestão do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. Isso foi feito através da Portaria n.º 79/89, de 2 de Fevereiro.

Em Aveiro, a exploração caótica das saibreiras da zona do Vale das Maias, estava a ter consequências desastrosas sobre as captações de águas que serviam a cidade. Foi necessário criar uma zona de protecção biológica do aquífero. É disso que trata a Portaria n.º 151/89, de 1 de Março.

*

Eu sou dos que pensam que nós temos de aproveitar todos os nossos recursos, incluindo os das áreas agrícolas e florestais. Por isso, há que fazer ainda muito pelos nossos perímetros susceptíveis de irrigação e de drenagem. Acabar o perímetro do Alqueva e tratar das lezírias do Tejo, do Sado e do Mira são prioridades que ainda hoje (2014) se mantêm. Em 8 de Fevereiro de 1989, tive uma reunião para fazer o inventário do que estava por realizar. Naquelas áreas estão os nossos melhores terrenos agrícolas. No encontro tratou-se da melhoria das fundações dos diques da lezíria de Vila Franca. O grande dique tinha um desenvolvimento de 60Km e precisava urgentemente de que lhe fosse deitada mão. A montagem e operação de estruturas de conservação não são o nosso forte. Os beneficiários estão sempre à espera do Estado para fazer as obras; eles colhem, naturalmente, os benefícios. Há pouca discussão acerca deste tema. Surpreendi alguns beneficiários que eu admito estejam de boa fé e que nunca tinham pensado que uma tal tarefa lhes deveria competir e não ao Estado. Ou, então, eram muito dissimulados; os “sonsos” correspondem a uma categoria nacional com peso e muito generalizada...

*

Suponho que não é só em Portugal que há “andaços” na comunicação social. Tornam-se populares, é fácil fazer artigos e vender papel, de modo que os respectivos temas podem ficar em cartaz por muito tempo. Um deles foi dizer mal dos eucaliptos,

dos malefícios que causam, dos réditos exagerados que dão às empresas de celulose, etc.. Raríssimas vezes surge um artigo referindo como e onde é que eles devem ser plantados, que variedades são mais adequadas, como são excelentes as condições que o nosso país oferece para a sua plantação, etc. Algumas vezes insinua-se que os responsáveis pelas campanhas para denegrir o eucalipto são comandadas pela Suécia que, por causa do frio, não têm tão boas taxas de crescimento das árvores como nós temos ou pelos países tropicais que produzem matéria-prima mais barata, mas de muito pior qualidade. Não acredito em nenhuma destas versões.

Agora (2014), começa a ver-se, aqui e ali, um eucaliptal bem plantado em terrenos adequados e com boa preparação. Mas a maior parte nasce, sem qualquer disciplina, a partir dos tocos dos eucaliptos que foram cortados. Pelo contrário, os eucaliptais das empresas de celulose estão em terrenos adequados e bem plantados; por isso eles quase não sofrem os efeitos dos incêndios.

No dia 13 de Fevereiro de 1989, recebi o Dr. António Celeste que me foi entregar um manual sobre a plantação de eucaliptos. Anunciou-me que ia promover um programa na televisão, esclarecendo as condições em que o eucalipto não era nefasto mas adequado. Referiu, nessa ocasião, que há no mundo cerca de 400 variedades de eucaliptos, com exigências de água muito diversas. Em Portugal, são conhecidas somente 5 dessas variedades.

*

Há muito tempo que deixei de ouvir manifestações contra os eucaliptos. Ou há outros assuntos mais importantes ou, então, passou o tema de moda.

Um dos mais populares, neste momento (2014) é dizer mal do betão. O pior é que já há pacíficos cidadãos, muito a leste de tudo, que não hesitam em repetir os chavões que ouvem na televisão, esquecendo-se de que a sua qualidade de vida actual muito deve ao “famigerado” betão. Obviamente que não estou a dar acolhimento aos exageros... que também os houve.

*

No dia 2 de Março de 1989 houve, em Bruxelas, um Conselho de Ministros do Ambiente. O Comissário, nessa ocasião, era um aristocrata italiano, Ripa di Meana, um

tanto excêntrico. Sempre muito elegantemente vestido, um tanto “casual”, para os costumes formais da Comissão, usava uns óculos com aros verdes, para mostrar a sua devoção ambientalista. Era casado com uma senhora della Rovera, da mais antiga aristocracia italiana, que tinha publicado recentemente um livro intitulado “Mi prima quaranta anni” que estava a fazer sensação, tanto em Itália, como em Bruxelas. Mas ele não se importava nada com as revelações que ela fazia. E intervinha sempre com um ar “nonchalant”, mas sabendo muito bem o que dizia.

Nesse Conselho, entre muitas outras coisas tratou-se da gasolina sem chumbo, da utilização confinada de micro-organismos, de um programa de pesquisas sobre os raios ultra-violeta, da utilização de um rótulo com a indicação de que os produtos em causa não continham CFCs (cloro flúor carbonetos), dos substitutos dos CFCs, dos movimentos transfronteiriços de detritos perigosos, da definição de “país de trânsito”, da celebração de uma convenção para regular a utilização dos CFCs, da candidatura da França para ser a sede do secretariado do organismo que haveria de velar pela aplicação da convenção, etc.

Por este enunciado pode-se ver a variedade de temas desses conselhos. Era vulgar, quando se passava de um ponto para outro da agenda sair a “segunda linha” dos participantes, (os técnicos) sendo totalmente substituída por outros técnicos. E isto várias vezes, ao longo do dia.

Nessa ocasião, o ministro português ficava sentado entre o holandês e o britânico que traziam sempre “speaking notes” preparadas de antemão. E quando havia um novo assunto, surgido na sequência da discussão, havia sempre um especialista sentado na tal segunda fila que lhes passava papelinhos com o que eles haviam de dizer.

Como se sabe, a Senhora Thatcher era engenheira química e gostava de mostrar que sabia dos compostos que estavam em discussão. Por outro lado, o uso ou a proibição do uso do CFC tinha implicações variadas na indústria britânica que ela bem conhecia e acompanhava. Como ainda não havia telemóveis, o meu colega britânico era, de vez em quando, chamado ao telefone, num gabinete ao lado da sala do Conselho, onde lhe dava explicações minuciosas acerca do que se estava a passar. Esses telefonemas eram insistentes e o pobre do “junior minister” que não era engenheiro químico e substituíu o seu chefe sénior que não me lembro

de ter visto senão em Londres, tomava nota dos nomes de todos os compostos orgânicos falados para lhe reportar o que se tinha passado. Chegava sempre com instruções que transmitia baixinho aos seus técnicos e diplomatas. Mas como eu estava ao lado não podia deixar de ouvir o que se ia passando. À hora do almoço eu metia-me com ele dizendo-lhe: o que me vale é que o meu primeiro-ministro não é engenheiro químico!... Ele sorria e piscava o olho, mas passava sempre um mau bocado, porque ela insistia em ser informada, várias vezes ao longo do dia, acerca do que se estava a decidir. Dava instruções peremptórias, a ajuizar pelo modo como ele as transmitia aos seus técnicos.

*

Em 5 e 6 de Março de 1989, a Primeira-Ministra Margaret Thatcher convidou muita gente para uma grande conferência com o título “Saving the Ozone Layer”, em Londres. Ela teve lugar no centro de conferências, então recente, em frente da Abadia de Westminster. Estavam presentes representantes de 124 países, 80 dos quais eram ministros. À sessão inaugural assistiu o Presidente do Quênia. O título tinha-lhe sido sugerido por Nicholas Ridley, por este estar convencido – segundo ele me disse – que se obteriam resultados a curto ou médio prazos. A alternativa teria sido “o efeito de estufa”, mas ele achava que este era um tema de longo prazo. O Secretário de Estado (Ministro) do Ambiente, Nicholas Ridley, mais tarde feito Barão Ridley of Liddesdale, era um “tory” da linha mais conservadora. Foi responsável pela introdução da chamada “Poll Tax” que muito contribuiu para a queda de Mrs. Thatcher. E ganhou a alcunha de NIMBY (Not in my backyard) por se ter oposto à construção de um bairro económico junto de uma sua propriedade. Hoje (2014), seria considerado como um eurocéptico; naquela ocasião disfarçava. Mas nunca o vi em Bruxelas. Quis ter uma conversa comigo e, manifestamente, gostou de o fazer, porque ficámos mais de uma hora a trocar impressões. Foi, então, que ele me disse terem sido da sua responsabilidade o tema e o título da Conferência e o incentivo para que ela tivesse lugar com a amplitude que estava a ter. A Conferência começou com um discurso solene da Senhora Thatcher que observava tudo e dava orientações sobre pormenores a um grupo de assistentes que a rodeavam em permanência. E o Presidente do Quênia, de figura imponente

te e com um ajudante de campo fardado a rigor mostrou que a pompa britânica tinha sido bem absorvida nos trópicos.

Farei de seguida um apontamento sobre o conteúdo da Conferência, mas antes disso quero deixar notícia acerca da parte social. Ao fim da tarde, a Primeira-Ministra deu um cocktail rápido; os ministros presentes, postos em linha passaram sem conversa a cumprimentá-la, posto o que ela se foi embora. Os representantes dos diversos países foram, então, para um jantar presidido pelo Príncipe de Gales que teve lugar no Museu Britânico, numa grande sala onde, entre outras coisas estavam esculturas da cultura lícia (antiga Ásia Menor). Aconteceu que, no verão anterior, eu tinha passado uma semana a percorrer a costa turca entre Marmaris e Antalya, tendo pernoitado em Kas e em Fethiye. A partir de Kas, aproveitei para ir a Kale (a terra de S. Nicolau), onde visitei os túmulos e sarcófagos esvaziados das suas esculturas que fui encontrar, pouco depois, ao jantar nesse dia. Fiquei impressionado com a coincidência.

Quando cheguei ao Museu Britânico encontrei-me com o Ministro de Moçambique que tinha a tutela do Ambiente. E como a seguir foram chegando os meus colegas da Comunidade Europeia, fui-os apresentando ao Ministro Moçambicano. Verifiquei que, ao fim de quatro ou cinco apresentações, ele se afastou, não querendo manifestamente ser “patrocinado” pelo Ministro Português junto dos colegas europeus. A descolonização ainda era recente. Tem de haver sempre muito cuidado em qualquer coisa que possa assumir, mesmo sem o ser, a forma de paternalismo da antiga potência colonizadora. Não o vi mais, nem durante a Conferência, nem depois.

A conferência começou com referências factuais, para homogeneizar a informação: Em 1920, os CFCs tinham sido inventados; em 1943 começaram a desenvolver-se os aerossóis; em 1949 foi a vez dos halogéneos; em 1987 tinha-se celebrado o protocolo de Montreal. Em 1989, as aplicações dos CFCs distribuía-se da seguinte forma: 25% para aerossóis, 28% para espumas; 25% para a produção de frio; 16% para solventes, 2% para a extinção de fogos e 4% para diversos usos. Em matéria de consumo (dados de 1986), os Estados Unidos consumiam 311.500 toneladas por ano, a Comunidade Europeia 298.000 e o Japão 113.800.

Os CFCs tinham atributos muito atraentes: eram estáveis, não inflamáveis e de fraca toxicidade. Mas a sua libertação na atmosfera destruía a camada de ozono. E as medidas feitas em relação à vida das moléculas dos chamados CFC-12 indicavam que ela era de 100 anos. Os “buracos” de ozono tinham sido descobertos primeiro no Antártico e depois no Ártico; as radiações solares directas, sem a protecção da camada do ozono, tinham efeitos nos olhos (cataratas), na formação de tumores cancerígenos e no sistema imunitário, entre outros. Havia um longo rol de consequências negativas na baixa atmosfera.

Não irei relatar todas as intervenções que ouvi com atenção. Referirei somente as que mais me impressionaram.

O representante da Índia não queria aceitar qualquer limitação ao uso dos CFCs. O Ocidente e o Japão tinham tirado bom proveito deles e experimentado um grande desenvolvimento, em numerosos campos. Eles, os do Terceiro Mundo, deveriam usá-los até terem alcançado um nível de desenvolvimento similar ou, então, os países desenvolvidos deveriam transferir para eles, sem custos de nenhuma espécie, as novas tecnologias que fossem descobrindo para substituir o uso dos CFCs. Quer na saúde, quer na produção de frio ou em qualquer outra utilização. Como se pode imaginar, esta posição, dita sem nenhuma ambiguidade, deixou muitos países chocados. Mas eu devo dizer que, como técnica comercial não estava mal vista: exigia-se o máximo para ficar no meio... era evidente que eles não tinham investido em nada: nem na investigação, nem no desenvolvimento dos CFCs. Mas aprenderam a produzi-los e a usá-los em muitos domínios. Passar sem eles ser-lhes-ia penoso. E é evidente que não tinham meios humanos nem materiais para conduzirem, por sua conta e risco, a investigação que haveria de levar à descoberta de substitutos dos CFCs. Alguns dos presentes sorriram, mas a intervenção teve o efeito que o seu protagonista queria: chocar a audiência e pôr muita gente a pensar no assunto.

Outros foram mais moderados. O México afirmou a sua vontade de cumprir “esrupulosamente” o protocolo de Montreal, mas instou os países industrializados a acelerarem a investigação, colaborando com os países em desenvolvimento na adopção das novas tecnologias e dos novos produtos. A estratégia a seguir deveria privilegiar os países que tinham assinado aquele protocolo.

O representante do Panamá disse que o seu país estava “crucificado” entre a sida, a dívida externa e o rompimento da camada de ozono numa parte do mundo onde os raios solares desabam na vertical sobre o solo. Não tinham meios, mas queriam escapar ao inferno...

A Suíça insistia em que a resposta fosse universal, porque o problema era universal. E chamou a atenção para o facto de ser o país que tinha a mais longa série de observações da camada de ozono.

O Comissário Ripa di Meana propôs que se fosse mais longe do que o consignado no Protocolo de Montreal e invocou a decisão do Presidente Bush (pai) de reduzir 85% da produção de CFC até 1995 e conseguir a sua eliminação total até 2000. Tudo isto em nome de “save the planet for tomorrow”.

O representante das Maldivas referiu que o seu país desapareceria se houvesse uma subida do nível do mar!

A Itália invocou a sua qualidade de ter sido o primeiro país a pronunciar-se pela necessidade de se ser mais exigente.

Os membros da Comunidade Europeia falaram todos no mesmo sentido. Actuação imediata, reforço da investigação, partilha dos seus resultados, responsabilização geral, necessidade de uma liderança política forte com envolvimento de todos os países...

O representante dos Estados Unidos fez uma intervenção acalmadora. Disse que apesar da infra-estrutura ligada aos CFCs ser imensa, já havia várias alternativas à vista e algumas delas seriam comercializadas nos primeiros anos 90. A indústria estava a movimentar-se rapidamente e a verdade era que a produção dos CFCs já não estava a gerar grandes receitas. Por isso, as transformações iriam decorrer a bom ritmo.

A ICI (Imperial Chemical Industries), um empório dentro das indústrias químicas britânicas, também deu o seu depoimento. A ICI apoiava o protocolo de Montreal, mas achava que se deveria ir mais além, eliminando os CFCs nas suas utilizações correntes. Havia muita investigação em curso para procurar alternativas seguras; só não se tinha uma ideia precisa acerca da data em que estariam disponíveis. A influência dos CFCs na camada de ozono era muito complexa e, por isso, reclamava a cooperação internacional entre governos e

indústrias para se andar mais depressa, evitando a repetição de passos que já tivessem conduzido a resultados seguros.

O Delegado da Sekido fez uma exposição acerca dos CFCs na indústria electrónica. Numa atitude confiante terminou dizendo “seek and you shall find”.

A Sainsbury, grande empresa de supermercados inglesa, também se pronunciou afirmando que iria reconverter todos os produtos que vendia e que usassem aerossóis ainda no ano de 1989.

A organização da Conferência fazia, assim, intervir os representantes dos governos e as grandes indústrias químicas.

Um outro ministro júnior, que eu conhecia bem, Lord Caithness, em nome da Grã-Bretanha, referiu-se ao trabalho de um centro da Universidade de Cambridge que acompanhava a evolução da estratosfera e a constituição de um “Ozone Review Group” em cujo trabalho ele depositava muita confiança.

Até a Rússia reconheceu a importância do tema e recomendou (obviamente) a cooperação internacional ao mais alto nível.

E a China afirmou que o seu governo estava decidido a atacar os problemas do ambiente. Nessa altura, a China consumia somente 2% do total mundial. Referiu-se, naturalmente, à situação dos países em vias de desenvolvimento “que não tinham capital acumulado” e que precisavam, portanto, da ajuda dos países desenvolvidos. Não foi tão longe como a Índia. Recomendou a troca de informações e o estabelecimento de um fundo internacional para financiar a descoberta de substitutos dos CFCs. O objectivo deveria ser expandir os conhecimentos e partilhá-los com os países em desenvolvimento.

O ministro francês fez uma intervenção muito estruturada, como era seu costume: quando foram descobertos os CFCs, toda a gente pensou que se tratava de um produto-milagroso; agora via-se que eles eram extremamente perigosos; lembrou que, apesar de haver essa consciência generalizada, alguns países não tinham assinado o Protocolo de Montreal; estávamos diante de uma “corrida de fundo” mais do que de um “sprint”; se não resolvêssemos a questão dos CFCs como haveríamos de conseguir ultrapassar os problemas do CO₂, do aquecimento e do efeito de estufa? Concluiu dizendo que era preciso organizarmo-nos.

Foi nesta conferência que eu ouvi, pela primeira vez, tratar-se a presidente da mesa por “Madam Chairperson”... Pode ir longe a afirmação do género!...

Enfim todos prometeram prosseguir nos esforços para eliminar o uso dos CFCs e procurar substitutos amigos do ambiente.

O meu colega Nicholas Ridley tinha razão quando propôs o tema à sua Primeira-Ministra. Este assunto apresentava soluções à vista. Os temas alternativos não se sabia quando a teriam.

Houve, ainda, no último dia, uma sessão limitada aos membros da Comunidade Europeia. O Comissário do Ambiente resumiu as linhas de orientação da acção: a informação deveria circular facilmente entre todos os Estados-membro; deveria ser dada atenção à implementação das medidas que já haviam sido decididas; deveria fazer-se o rol das substâncias que tinham de ser objecto de banimento; ter-se-ia de definir os níveis e os tempos para se operar a redução do consumo dos diferentes produtos; deveria ser avaliado o calendário de entrada em uso dos substitutos; a questão do apoio financeiro e técnico aos países em desenvolvimento não poderia deixar de ser atendida; deveriam ser dadas instruções para que o COREPER acompanhasse de perto a evolução do programa de acção estabelecido.

*

Internamente, trabalhávamos para dar sequência ao Protocolo de Basileia sobre o transporte de resíduos perigosos. Não o fazíamos somente para ficar bem vistos internacionalmente. Aplicávamo-nos a sério, porque sabíamos que a “criatividade” dos transportadores portugueses era imensa, não integrando considerações ambientais nas soluções que adoptavam para não cumprirem a lei.

*

Como já disse, nessa época era moda denegrir os eucaliptos. A imprensa tinha na formulação de uma opinião negativa, uma responsabilidade apreciável, porque, à falta de assunto, vinha com notícias alarmistas frequentes acerca da falta de água que se iria fazer sentir em todas as regiões onde se plantassem eucaliptos. Por isso, eu pedi para falar com o Eng. Ernesto Goes que tinha publicado um livro sobre a matéria e que alguns conhecidos meus me haviam recomendado como

um dos bons especialistas que trabalhavam em Portugal. O nosso encontro teve lugar no dia 27 de Março de 1989.

Informou-me que existem, no mundo, entre 600 a 700 espécies de eucalíptos, todas oriundas da Austrália, com excepção de meia dúzia. Adaptaram-se à grande variedade de circunstâncias que encontraram em todo o globo. Em Portugal, existem 121 espécies distintas de eucalípto. Mas só a Globulus se expandiu enormemente – 90% dos povoamentos – por ter condições excepcionais para se desenvolver. Só em locais onde não há água é que ela domina por completo. As raízes são pouco profundas (da ordem de 1 metro), mas o raio é extenso (15 a 20 metros). Não há sub-bosque nas zonas secas voltadas a sul, mas ele cresce nas encostas voltadas a norte. O eucalípto é idêntico ao pinheiro em termos de exigência de água. Quanto à dispersão da árvore, o distrito de Aveiro deve ser o que tem mais eucalíptos e, curiosamente, sem contestação local. Ela aproveita as oportunidades que tem para crescer; no verão defende-se e não cresce. É uma árvore muito antiga, havendo fósseis dela em muitos lados. Como se expandiu muito, teve que se adaptar à “pobreza” de algumas áreas. Há eucalíptos arbustivos nos desertos e eucalíptos para as montanhas, com crescimento rápido acima dos 500 metros de altitude.

Os eucalíptos não se dão bem em terrenos calcários. Portugal é o país do mundo com melhores condições para a Globulus; no continente europeu não há outra área comparável; em Espanha, só a região Cantábrica e a Galiza, até 350/400 metros de altitude, podem sê-lo. Não há esgotamento do solo pela plantação de eucalíptos, uma vez que muitos antigos eucalíptais deram bons pinhais, boas vinhas e bons pomares. A própria folha que cai produz cerca de 500Kg/hectare/ano de matéria orgânica.

Aconselhou-me a apoiar a investigação sobre a árvore, os seus atributos e as suas exigências. As empresas de celulose conduziam uma investigação competente muito orientada, naturalmente, para os aspectos que mais lhes interessavam. Referiu que nós deveríamos conhecer profundamente as espécies que constituíam recursos nossos. Disse que os australianos sabiam mais acerca do nosso pinheiro bravo do que nós próprios.

Falou das técnicas de florestação e de desbaste, considerando as segundas mais importantes do que as primeiras. Disse que havia muito pinhal em perigo de arder e de não crescer. Como a monda é cara, era a favor da instituição de um subsídio de desbaste. Afirmou que a floresta sem rendimento representa somente despesa e isso não nos interessa.

Abordámos o problema dos fogos florestais. Disse que o segundo fogo é fatal para uma mata. Tive ocasião de comprovar isso, no ano passado (2013) quando visitei Vila de Rei, onde desapareceram numerosas actividades ligadas à floresta; resinagem, serração, etc.; em substituição, fez-se um museu dos incêndios florestais!... O primeiro incêndio deixa cinzas que favorecem crescimentos óptimos a seguir; no segundo fogo, a destruição é total, porque não sobreviveram pinhas, não há sementes e, portanto, a morte é definitiva... a menos que se plante tudo de novo, outra vez.

Defendeu as explorações mistas, agrícolas e florestais, apoiando-se em números que forneceu.

Eu podia manter este género de conversas durante horas, porque via que o interlocutor falava com conhecimento de causa. E, no que às minhas responsabilidades interessava – como Ministro da Ciência – eu não podia estar mais de acordo: somos nós quem deve saber mais acerca dos nossos próprios recursos; por isso temos que estudá-los e investigá-los com aplicação.

*

O “boom” da construção na década de 1985/95 determinou uma procura enorme de inertes, do norte ao sul do país. Não era só a areia; o cascalho também constituía objecto de uma procura acrescida com o cortejo corrente de formas de corrupção variada para satisfazer o mercado e ganhar dinheiro. Quanto mais se procurava proteger as ocorrências naturais de inertes, mais activa se revelava a exploração selvagem e a corrupção. Foi preciso ocorrer o grave acidente de Entre-os-Rios para parar e pensar. E, naturalmente, deixar arrefecer a febre construtiva, então muito espalhada.

A predação está-nos na massa do sangue! É possível produzir inertes de granulometria variada, a partir de pedreiras. Mas isso custa gasóleo e fica, portanto

mais caro. Só quando se proíbe, sem contemplações, é que se procuram soluções diversas mais sustentáveis. É uma questão de educação ou de feito?

*

A navegabilidade do Tejo foi referida muitas vezes. Eu conhecia, das leituras de História que houve uma sugestão nesse sentido apresentada a Filipe I (II de Espanha) numa ocasião em que ele permaneceu longos meses em Lisboa, chegando, então, a pensar em fazer da cidade a capital de Ibéria!... Isso não foi feito e, em meu entender mal, porque Lisboa era então a maior cidade da Península e Madrid um pequeno burgo. Mas as coisas evoluíram do modo que sabemos e o rio Tejo tem fundos baixos...

Eram, especialmente, os industriais na zona de Tomar que gostariam de ver um canal navegável até à zona de Santarém para daí terem acesso a Lisboa para exportarem produtos cerâmicos pesados em barças. Não me parece que nessa altura ainda houvesse tráfego que justificasse manter, por dragagem, fundos adequados cavados num canal inserido no leito do rio. Mas até bem a jusante daquela cidade, talvez fosse interessante dispor de algumas pequenas plataformas logísticas articuladas com o porto de Lisboa, para acolher contentores que se destinassem a locais situados na margem norte e que não atravancassem os terminais existentes na capital. Eles navegariam em barças desde um ponto até ao outro. Solicitei estudos que justificassem abrir um canal e assegurar a sua manutenção. Os proponentes queriam somente saber se os fundos comunitários contribuiriam com alguma coisa e se o ministro responsável olharia com simpatia para a solução. Todavia, nunca produziram nenhum estudo nem fizeram nenhuma proposta concreta.

Não me parece que haja interesse num canal profundo até Santarém. Mas, dentro da área da jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, suponho que há virtualidades no recurso a um transbordo por barças até pontos onde se faça o escoamento de contentores pelas boas auto-estradas existentes na área. A verdade é que ninguém voltou a insistir na ideia. E o Governo tem, seguramente, muitas outras alternativas para aplicar os fundos europeus.

*

Nós tínhamos pressa, no Ministério, em que houvesse um Código de Publicidade actualizado e eficaz. Em 11 de Abril, pedi ao Secretário de Estado do Ambiente que fizesse acelerar o processo. Disse-me das dificuldades que estava a encontrar por parte dos representantes do Comércio e da Comunicação Social. A parte da Defesa do Consumidor estava concluída há semanas. As outras não tinham sequer começado.

*

O rio Trancão, em Sacavém, era a epitome de um curso de água quase morto. Impunha-se a sua despoluição, mas o montante requerido era exorbitante, não havendo meios para lhe fazer face. Havia uma centena de indústrias a despejar os seus efluentes no rio: curtumes, matadouros, agro-alimentares, galvo-plásticas e mais não sei quantas. A população afectada correspondia a 10% dos habitantes de Portugal e havia partes de sete concelhos a servir-se do rio como de um esgoto! Eu tinha pedido um estudo de caracterização do problema que se verificou ser difficilimo de fazer.

Em 11 de Abril, verifiquei que ainda era preciso escarpelizar a situação, sector a sector, para poder encomendar um estudo de solução técnica assente em termos de referência minimamente consistentes. Ainda não era a resposta o que tínhamos entre mãos; era somente uma caracterização do existente e, mesmo assim, incompleta. Mas já era suficiente para nos apercebermos de que a solução só seria encontrada através de uma operação de longo-prazo. Por isso era urgente!

*

Em 11 de Abril, em despacho com o Secretário de Estado do Ambiente, tratou-se da hasta pública para exploração das areias do rio Douro que, até então, era feita na maior das indisciplinas, Havia uma das empresas exploradoras que a fazia com a condição de fornecer areia de graça a quatro Câmaras Municipais ribeirinhas. Está-se a ver o tipo de fugas que esta modalidade permitia. O preço a considerar na hasta pública deveria ser decomposto e comportar uma parcela explícita que seria orientada para a reparação de estradas e de “estradas” demasiadamente solicitadas pelas cargas que as atravessavam.

Nessa reunião verifiquei que as condições de licitação estavam prontas. Não se pode imaginar o grau de resistência que se teve de enfrentar para dar um pequeno passo no sentido de disciplinar a actividade. E, nessa ocasião, ainda se estava no princípio do “boom” da construção. Mal se adivinhava, então, até onde a sofreguidão da exploração haveria de conduzir...

*

Em 17 de Abril de 1989, fixei com o Secretário de Estado do Ambiente o conteúdo da nossa participação na Conferência de Bergen, convocada pela Primeira-Ministra Bruntland para Maio do ano seguinte! Recordo as datas para mostrar como se tomam vésperas, nos países do Norte. Não se confia no improviso. Tudo tem de ser preparado com tempo. A nossa comunicação deveria tocar quatro temas; i) a economia sustentável; ii) a energia; iii) a indústria e iv) a participação pública. Tudo na perspectiva da protecção do ambiente. Deveriam ser elaborados quatro pequenos relatórios com existência autónoma, mas preparados como componentes de uma comunicação geral que contivesse a nossa posição e se destinasse a contribuir para uma declaração que fixasse a posição europeia naquelas matérias. Como já disse noutra lado destas memórias, fui eu quem negociou o primeiro apoio comunitário para assegurar a navegabilidade do Douro. E, graças ao empenhamento do Eng. Daniel Pinto da Silva, muitos dos melhoramentos previstos foram realizados. Ainda hoje (2014), falta concretizar muita coisa, especialmente alguns novos empreendimentos cuja necessidade foi determinada pelas obras entretanto realizadas.

Em 19 de Abril de 1989, reuni-me, no Gabinete para a Navegabilidade do Douro com o meu Colega das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, João Maria de Oliveira Martins. Eu pretendia sensibilizá-lo para a necessidade de prosseguir com o esforço já feito. Ele compreendia o sentido da minha intervenção.

Abordámos a questão da barra do Douro. Ele dizia que não chegava fazer dragagens e tinha razão; era necessária uma obra de fundo, mas o movimento da barra não justificava um grande investimento. Havia, porém, razões de segurança na margem direita do Douro que se adicionavam às que estavam ligadas às condições da passagem da própria barra. As obras vieram a ser reclamadas com

insistência uma dezena de anos depois. Mas a solução inicial foi contestada por um grupo de notáveis com residência nas vizinhanças. Depois de reformulado o projecto, a obra veio a ser concretizada, de acordo com uma proposta da autoria de um grande engenheiro de portos e obras costeiras, o Eng. Fernando Silveira Ramos e do Arq. Carlos Prata.

O primeiro recebeu, pelo projecto, o Prémio Secil. Tive o gosto de participar na cerimónia de entrega do prémio e de usar da palavra nessa ocasião. Era visível a satisfação do premiado. Mas a verdade é que a ideia de uma obra de fundo na barra foi reafirmada na sua fase conclusiva no encontro de 19/04/1989. É evidente que a aspiração vinha de há muito tempo atrás.

Verificou-se, então, que havia interessados na concessão do porto fluvial de Sardoura para pedra, madeira e aglomerados de madeira que, no total, perfaziam um milhão de toneladas. Chamou-se, nessa ocasião, a atenção para a necessidade de moderação na extracção das areias da albufeira de Crestuma. Estimava-se que as quantidades de areia a ser dragada na barra fossem da ordem dos 200.000m³ em dois ou três anos. Ainda havia quebramentos de rocha a fazer no leito do rio.

E insistiu-se, particularmente, na necessidade de encontrar uma forma institucional adequada para a exploração da via navegável e dos seus portos. Ainda hoje (2014), se anda à procura da melhor fórmula, a última sugestão tendo sido a sua integração na APDL (Administração dos Portos do Douro e Leixões). Tenho sempre alguma relutância em fundir numa mesma administração a responsabilidade por dois modos de transporte com tecnologias e culturas distintas. Vamos ver como acabará tudo isto!...

*

A barragem de Azibo, em Macedo de Cavaleiros, é um exemplo da falta de articulação entre os engenheiros hidráulicos e os agrónomos e as autoridades locais. Poucas barragens devem ter sido tão estudadas nas suas fases de pré-projecto e de projecto. Tudo foi analisado, desde os recursos hídricos até às características dos solos a irrigar. Discutiram-se longamente os atributos do perímetro regado e da rede de distribuição primária e secundária. Realizaram-se inúmeras reuniões entre os técnicos e os potenciais beneficiários. A barragem foi finalmente construí-

da. Rega-se pouco com a sua água. Formou-se um lago aprazível e construíram-se “maisonnettes” à sua volta; fez-se uma praia muito frequentada no verão. Mas não se aumentou a produção agrícola por via de uma maior disponibilidade de água. Tudo decorre de não se ter conseguido constituir uma associação de regantes que operasse com competência. Dizem-me que a barragem veio tarde, quando já não havia lavradores para usar a água; já só há banhistas para molhar os pés e especuladores para construir casas de férias...

*

O Comissário grego Varfis, que tinha a tutela da Defesa do Consumidor, não deu grande atenção ao sector. Logo a seguir veio o belga Van Miert que eu tive ocasião de conhecer em várias funções. Tinha sido um ministro belga prestigiado e voltou a ser um Comissário influente e respeitado. Tudo porque atacava de frente os problemas e tentava resolvê-los com transparência, sempre dizendo a razão de ser das suas decisões.

Em Abril de 1978, tive a informação de que ele iria dar muita atenção à Defesa do Consumidor; havia acabado de anunciar um vasto programa de acção e autonomizado um serviço que ficou com essa responsabilidade. Passámos a dispor, então, de cinquenta funcionários, devotados ao sector.

Karel van Miert era uma pessoa especial. Gostava de árvores, como eu. E para dar largas ao seu entretenimento preferido comprou uma vasta área próxima de Bruxelas onde plantou bons exemplares que passou a podar e a cuidar. Morreu em cima do escadote quando se ocupava a podar uma delas. Quando caiu já estava morto. Deve ser a melhor forma de ir para o outro mundo; ocorrer tal enquanto se está profundamente entretido a fazer alguma coisa de que se gosta.

*

Uma zona belíssima, na zona de Portalegre merecia protecção. Foi criado o Parque Natural da Serra de S. Mamede, através do Decreto-Lei n.º 121/89, de 14 de Abril.

*

Em 22 de Abril de 1989, teve lugar, na Figueira da Foz, o Congresso Nacional dos Produtores Florestais. O Secretário-geral da Confederação da Agricultura Portuguesa, José Manuel Casqueiro, tinha-me convidado para ir encerrar os trabalhos. Eu mantinha relações cordiais com ele; era um homem corajoso e frontal; morreu muito cedo. O discurso que, então, pronunciei está publicado. Não irei repetir o seu conteúdo. Mas refiro que, entre outras coisas, ele continha uma defesa da plantação de eucaliptos nas zonas adequadas para o fazer e na variedade seleccionada de acordo com o local. Insisti no estudo, na investigação e no aumento dos conhecimentos sobre a árvore e sobre as condições em que poderia ser explorada, tornando-se útil. Eu sabia que o discurso era aguardado com alguma expectativa e, por isso, preparei-me para fazer uma intervenção consistente e fundamentada. No final, o anfitrião disse-me do seu contentamento por eu não ter mastigado as palavras. A sessão de encerramento acabava com um jantar.

O tema interessava aos produtores florestais e aos utilizadores dos seus produtos. Por isso o meu amigo Eng. Sousa Veloso, editor e apresentador de programas na televisão, que tão bons serviços prestou à agricultura do nosso país, lá estava, tendo vindo atenciosamente comunicar-me que iria filmar todo o discurso. Logo percebi que ele proporcionaria matéria para vários programas e, por isso, fiquei contente. Mas ele já não trabalhava nos quadros da R.T.P. Era uma espécie de “free-lancer” que fazia equipa com um simpático operador de câmara que eu conhecia, há muitos anos, do Porto e que, para poupar, usava um equipamento velhíssimo que iluminava o filmado já não com arcos-voltaicos, mas com umas lâmpadas que, mais do que dar luz, assavam quem estivesse a dois metros delas que era a distância a que ele se pôs de mim. Eu comecei por aguentar o desconforto, mas o discurso era longo de maneira que a meio já a filmagem se estava a tornar insuportável. Interrompi o discurso e disse para a assistência. “Já sei o que vai ser o jantar! Ministro no churrasco!”. A assistência não esperava o comentário e riu-se, aplaudindo. Mas o nosso Eng. Sousa Veloso, que era um modelo de cortesia, ficou embaraçadíssimo. O operador também se riu e retirou-se para uma distância de três metros e meio... e eu lá acabei de fazer o discurso. Fiquei arrependido por ter feito o comentário, porque o entrevistador que eu muito admirava, anos

depois ainda me pedia desculpas... Mas não sei se conseguiu comprar um equipamento mais moderno...

*

Em 29 de Abril de 1989 fui a Coimbra participar no 1.º Colóquio do Direito do Medicamento, a convite do seu organizador, Prof. Mário Frota. Fiz um discurso que está publicado. Abordei o assunto na óptica da defesa do consumidor. Nessa altura isso ainda era uma atitude pioneira.

*

No dia 2 de Maio de 1989, houve um Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos com dois pontos na agenda: a defesa do consumidor e o gás natural.

Como já disse, era eu quem tinha a tutela do Instituto Nacional da Defesa do Consumidor. Por isso, coube-me fazer a intervenção inicial. Mas logo que a acabei, o Primeiro-Ministro, numa manifestação de deferência que eu apreciei, chamou a atenção: para a importância estratégica de dispormos de uma política clara neste domínio; para a sua interdisciplinaridade que fazia com que nenhum ministério estivesse de fora das preocupações do sector e para a urgência de dispormos de um código de publicidade que fixasse regras claras. Enquanto o não tivéssemos deveriam ser definidas medidas preventivas.

O Ministro do Comércio mostrou alguma preocupação com o estabelecimento de muita regulação para o sector. Não existiam limites para a defesa do consumidor e esta não podia ser deixada nas mãos de quaisquer associações. Tinha receio de que pudéssemos estar a levantar problemas para os quais não tínhamos respostas. Mas entendia que ela tinha de ser promovida. Está a ver-se porque fiquei eu tão satisfeito com o apoio explícito do Primeiro-Ministro antes de se ter generalizado a discussão.

O Ministro da Agricultura disse que o tema era da maior actualidade, mas recomendou que tivéssemos cuidado em não pautar a nossa acção pelo que se fazia em países muito desenvolvidos; deveríamos ter em linha de conta o nosso estágio de desenvolvimento, mas estava de acordo com que se zelasse pela qualidade; citou, como exemplo, as casas de matança de frangos, em relação às quais ele

estava a empreender uma acção disciplinadora que iria prosseguir brevemente, fechando mais de duzentas unidades que não cumpriam com os requisitos convenientes. Nessa ocasião, só tínhamos dois matadouros “europeus”: o de Beja e o de Alcains; todos os outros reclamavam uma reestruturação. Mencionou muitos outros casos e manifestou a sua vontade de levar a cabo uma acção determinante. O Ministro da Indústria salientou a importância que deveríamos dar à metrologia e solicitou apoio do FEDER para uma acção nesse campo e, de um modo geral, para apoio aos laboratórios que tratassem de assegurar a “qualidade” dos produtos. Recomendou cautela quanto ao ritmo de introdução das exigências, com o que estávamos todos de acordo.

O Ministro das Obras Públicas pronunciou-se no mesmo sentido e recomendou que se começasse pelas empresas públicas, para ser dado o exemplo e para mostrar o empenhamento do Governo. Propôs que, em cada ministério, fosse criada uma “célula” para tratar dos assuntos respectivos numa perspectiva da defesa do consumidor. Cada sector punha os seus problemas específicos.

O Secretário de Estado da Presidência referiu-se à falta de demarcação nítida entre publicidade e patrocínio publicitário; disse que, em seu entender, a publicidade feita pelas empresas públicas era das piores e sublinhou a dimensão deontológica da actividade.

O Ministro das Finanças aderiu à acção, mencionando a sua importância para o sector bancário e para os seguros.

Antes das conclusões tiradas pelo Primeiro-Ministro, eu assegurei aos meus colegas que a preocupação fundamental era a da qualidade que deveria ir sendo crescente, sem semear o pânico entre os produtores e apoiei expressamente a sugestão de criar uma célula da defesa do consumidor em cada ministério; desse modo o ministro respectivo controlaria o ritmo e os resultados. Chamei a atenção para o facto de as agências de publicidade não terem sido, alguma vez, regulamentadas.

O Primeiro-Ministro manifestou o seu total apoio ao desenvolvimento de uma acção que visasse a melhoria da produção de bens e serviços e que ela fosse comandada pelo governo. Aceitou a sugestão de ser criada, em cada ministério, uma “antena” para a defesa do consumidor e incentivou a que fosse elaborado um código de publicidade, ao mesmo tempo que se actualizasse o guia do consumidor

que já existia, mas reclamava um aprofundamento de conteúdo e forma. Sugeriu que fosse estimulada a realização de seminários onde se debateria o tema.

O outro ponto que foi analisado no mesmo Conselho respeitava à introdução do gás natural em Portugal. Era necessário diversificar as fontes energéticas que abasteciam o país, ao mesmo tempo que se minimizasse o risco associado ao predomínio do petróleo. No Plano do Desenvolvimento Regional já se tinha contemplado a possibilidade de introdução de gás natural, mas tratava-se de um investimento pesado; era uma forma de energia que iria aparecer, pela primeira vez, no mercado. Pensou-se de imediato em abrir o sector à iniciativa privada, face aos montantes que estavam em causa. Mas havia uma adaptação a fazer na P.G.P. (Petroquímica e Gás de Portugal). Tinham de ser feitos estudos de mercado, de avaliação de consumos potenciais e das economias a conseguir com o projecto. Havia já um conjunto de diplomas que iriam, nessa tarde, à reunião de Secretários de Estado, previamente à sua apreciação em Conselho de Ministros. O calendário de execução do projecto era crucial em todos os seus aspectos: legislativo, financeiro, de expropriações, etc. Uma das fontes de financiamento teria de ser o P.D.R., em cujo quadro se encontrariam os incentivos necessários. Havia muitas indústrias que protestavam contra os altos preços da energia; especialmente a indústria da cerâmica seria um cliente certo, por se considerar que o preço do gás seria mais barato do que as fontes então correntes.

Todos os ministros saudaram a introdução de uma nova forma de energia, animadora da concorrência. Sabíamos que as empresas de gás têm estratégias comerciais habitualmente muito agressivas. Mas não se deveria entregar o novo sector a uma empresa de electricidade. Sabia-se já do interesse no projecto por parte dos seis maiores consórcios europeus do ramo. E havia uma série de empresas, no país, interessadas na distribuição de gás, começando por fazê-lo com ar propanado, antes de passarem ao gás natural. A P.G.P. deveria mudar de estatuto passando a sociedade anónima. Previa-se, desde logo, uma ligação a Espanha, através de um troço que não seria rentável mas dava a segurança da ligação a uma rede. A Espanha, nessa altura, recebia gás somente a partir de Barcelona e de dois pequenos portos, Cartagena e Huelva. O gás vinha da Argélia e da Líbia. A energia encaixava-se muito bem numa parcela de 15% do FEDER reservada para projectos realmente estruturantes.

Quase todos se manifestaram a favor, mas chamaram a atenção para alguns aspectos que também interessava analisar. Este era um projecto estratégico olhado com bons olhos pela NATO. Era conveniente conceber uma rede susceptível de abastecimento sob a forma gasosa, mas prever um terminal para abastecimento sob a forma liquefeita, depois gaseificada para ser injectada nas redes. A escolha desse terminal dependeria dos fundos dos portos alternativos, mas também da sua posição em relação à rede de “pipe-lines” a construir. Houve, também, quem defendesse a solução “do-nothing”; ou, pelo menos, analisá-la como é das boas regras. Era evidente que tudo dependeria do apoio comunitário, sem ele não teria havido rede de gás em Portugal. A análise e negociação deste ponto cabia naturalmente, a mim próprio por ser o ministro com a responsabilidade pela coordenação dos fundos europeus. O projecto foi feito.

*

A 6 de Maio de 1989 teve lugar, em Cáceres, um conselho informal dos Ministros do Ambiente da Comunidade Europeia, presidido pelo ministro espanhol, Javier Sáenz de Concelluela, com quem, como já referi, eu tinha relações cordiais. Fui de carro e fiquei assustado com o aparato de segurança que me aguardava na fronteira. Apresentou-se um capitão que me disse ser o oficial encarregado da minha protecção; ele seguia no automóvel da frente, havendo um outro atrás do meu. Como fui o primeiro a chegar à cidade e não havia ninguém com quem conversar, pedi ao oficial para ir a uma livraria no centro. Ele olhou para mim com um ar perplexo e disse-me. “Señor! Estan todas cerradas!” Percebi imediatamente que a última coisa que ele queria era escoltar-me nas ruas estreitas do “casco viejo”. Não me deixava entrar no quarto, todas as vezes que eu lá ia, sem fazer uma inspecção prévia aos aposentos. Vivia-se em Espanha, sob muita tensão, nessa época. Os atentados da ETA ocorriam onde menos se esperava e quinze ministros europeus eram um alvo com visibilidade potencial. Por isso tantas cautelas! O anfitrião tinha seleccionado dois temas para o encontro: i) o meio ambiente e o coberto vegetal e ii) a constituição da Agência Europeia do Ambiente. Começou por justificar a sua importância.



FIG. Reunião informal dos Ministros do Ambiente da Comunidade Europeia. Cáceres (Maio, 1989).

O Comissário Ripa di Meana fez considerações acerca da destruição do coberto vegetal e da erosão acelerada pela acção do homem. Referiu-se às ligações entre a Política Agrícola Comum e o Ambiente e ao programa CORINE como instrumento de acção muito adequado. Esperava uma colaboração muito activa por parte dos Estados-membros, não somente expressa em dinheiros, mas também em projectos, em coordenação de acções e na tomada de posições públicas consonantes com a importância do tema. Tocou na questão da protecção civil e dos fogos florestais, pedindo mais coordenação comunitária nas duas áreas.

Eu achei que, como vizinho, deveria ser o primeiro a falar. Referi-me à protecção do solo contra a erosão, às monoculturas extensivas, aos incêndios florestais e suas conseqüências, às chuvas ácidas, à poluição das águas e ao carreamento de materiais poluentes e não poluentes para lagos e lagoas. Também aflorei o problema das florestas tropicais e da Convenção de Lomé e insisti, tal como tinha feito o Comissário, na necessidade de uma maior coordenação das políticas comunitárias.

A minha colega belga, Miet Smet, disse que a cobertura vegetal era a base de todas as formas de vida e que, por isso, era vital protegê-la. Referiu-se às chuvas ácidas, às práticas agrícolas mal orientadas, aos incêndios de florestas e de culturas, à exploração acelerada das florestas tropicais e à necessidade de serem definidas regras mais severas em numerosos domínios ligados ao ambiente. Eram os pontos que acabaram por ser referidos por todos.

O ministro britânico, em relação ao aquecimento global, disse que o clima britânico estava realmente a mudar: "Now, we grow vines!" era, realmente, uma mudança!... O grego, dramaticamente, disse que se não mudarmos, "a natureza será o caixão do Homem!"... Ela é-o em quaisquer circunstâncias... O ministro dinamarquês, sensatamente, disse que não era de opinião que, de cada vez que surgisse um problema novo, se tivesse de encontrar um instrumento novo; deve haver formas gerais de abordar os problemas. Pareceu-me uma recomendação cordata. Em relação aos países tropicais e aos seus problemas disse que não chegava transferir meios; era preciso também transferir tecnologia. De novo concordei, recomendando que tudo se fizesse com um acompanhamento muito próximo da acção. O ministro francês começou a sua intervenção focando um tema que é muito da minha predilecção: ordenar os ecossistemas mediterrâni-

cos. As margens do Mediterrâneo, há dois mil anos, eram verdes! Foi a acção do Homem, que destruiu a floresta mediterrânica para fazer navios, casas e lenha para cozinhar, fabricar artefactos e aquecer. Tenho feito a proposta de reflorestação das margens do Mediterrâneo em numerosos conselhos onde me tenho sentado. Não pude deixar de o apoiar. Ele referiu uma coisa que é verdade em relação aos fogos florestais: o primeiro quarto de hora é vital! Depois disso, o fogo escapa-nos. O ministro holandês manifestou-se a favor da reflorestação da Europa. Eu voltei ao tema para propor a protecção da história natural de Europa e, particularmente, do litoral; propus que, sob a égide da Comissão Europeia se fizesse uma troca de experiências no domínio da protecção das florestas contra o fogo. O presidente espanhol recomendou que as florestas (“los bosques”) fossem progressivamente passados para a tutela do “ambiente” em vez de permanecerem sob a da “Agricultura”.

O Comissário referiu-se aos projectos de directivas sobre nitratos e fosfatos que já estavam prontos e que iriam ao Conselho formal de Junho seguinte. Isto para responder às questões da poluição dos solos e dos aquíferos e das chuvas ácidas. Esclareceu que a questão dos incêndios florestais era gerida pelo seu colega da agricultura. Ele não disse mais nada a este respeito; mas o que estava subentendido era que ele alijava a responsabilidade sobre o assunto, porque ela era de um outro membro da Comissão; não lhe ocorria tomar a iniciativa de ir falar com o colega para resolverem, em conjunto, um problema que a ambos tocava. Assisti a alguns outros exemplos semelhantes da sectorialização das responsabilidades. Um dia, talvez em 2010, descobri que o Director-geral dos Transportes não conhecia nem sequer sabia o nome do Director-geral do Ambiente; e, todavia, não faltavam seguramente temas para animadas conversas entre os dois!...

Em relação ao segundo ponto da agenda – a criação de uma Agência Europeia do Ambiente – houve um acordo generalizado em torno da sua criação. Ela deveria apoiar a Comissão e os Estados-membros e contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos sobre as matérias em relação às quais tínhamos de decidir. Era preciso definir os “focus points” nacionais. Recomendámos a produção de publicações de acordo com um programa muito dinâmico. A Agência deveria ser cientificamente independente, mas estar administrativamente subordinada

à Comissão embora trabalhasse “em rede”. No entanto, os objectivos da Agência tinham de ser bem esclarecidos; ela não se destinava a preencher os vazios já detectados no funcionamento da DG XI (Ambiente). Deveria ter como missão principal “ligar e conectar”; chamando à colaboração instituições já existentes em diversos países. A prioridade seria a constituição de um banco de dados.

Eu aproveitei para fazer de imediato a proposta para a sede da Agência se vir instalar em Lisboa. Houve um movimento de simpatia, mas esse era um domínio que nos ultrapassava. Teria de ir ao Conselho Europeu que procuraria assegurar o equilíbrio na distribuição das diferentes instituições. A Lisboa viria a caber a EMSA (European Maritime Safety Agency) que tão relevantes serviços tem vindo a desempenhar no seu domínio. A Dinamarca veio, logo a seguir, a oferecer-se para sede da localização da Agência, e imediatamente depois a Grécia ... O assunto tinha de facto de subir ao Conselho Europeu (Primeiros-ministros)...

O Comissário esclareceu que, em nenhum caso, a Agência teria funções de fiscalização e controlo.

Em Maio de 1989, o Comissário Ripa de Meana propôs que houvesse uma reunião informal dos ministros do Ambiente com os seus colegas da Polónia, da República Democrática Alemã, da Checoslováquia, da Áustria e da URSS.

Todos sabíamos do estado deplorável do Ambiente nesses países. E também conhecíamos os efeitos nefastos da negligência vigente no estado do ambiente dos países vizinhos ocidentais. Tínhamos sofrido, em Abril de 1986, as consequências do acidente de Chernobil. A reunião proposta nunca se veio a concretizar, mas, já depois da reunificação da Alemanha, houve um Conselho de Ministros do Ambiente em Schwerin, no Mecklenburg (antiga RDA) presidida por um novo ministro alemão do Ambiente, oriundo da antiga Alemanha de Leste.

No jantar final em Cáceres eu fiquei sentado ao lado da ministra belga, Mit Smet, com a qual eu mantive sempre relações muito amistosas. Com a pompa espanhola, o jantar teve lugar numa sala enorme com um pé direito a condizer e com as paredes forradas de retratos de reis e de príncipes que nos olhavam bem de cima. A mesa dos ministros estava no centro, as cadeiras tinham um espaldar de, pelo menos, um metro e setenta e por trás de cada um de nós estava postado um criado de libré. Era, realmente, intimidatório. Quando nos sentámos, a ministra



FIG. Com a Ministra do Ambiente da Bélgica (Cáceres, 1989).
Com o Ministro do Ambiente da Irlanda (Mérida, 1989).

vira-se para mim e diz “Quando for no teu país, o jantar não vai ser assim, pois não?”... Eu assegurei-lhe que nós não tínhamos tradições imperiais tão vivas (afinal estávamos na Estremadura, terra de conquistadores...), nem um sentido de aparato e de fausto tão apurado... ela suspirou, dizendo ter ficado mais sossegada... No dia seguinte (sábado), o ministro espanhol proporcionou-nos a todos uma visita a Mérida com uma volta guiada ao recente museu da autoria de Rafael Moneo que me deixou deslumbrado. Não se sabe o que mais apreciar: se as peças que o museu alberga se a própria construção. Fiquei rendido à qualidade do arquitecto, passando a visitar todas as suas obras, onde quer que as encontre (Madrid, Estocolmo, etc.). E a falar dele com os dois outros prémios Pritzker, do Porto, que são seus amigos pessoais e conhecem bem a sua obra.

Na qualidade de decano do Conselho e na de vizinho, fui encarregado pelos meus colegas de fazer o discurso final de agradecimento ao anfitrião. Fi-lo, naturalmente, em espanhol, o que deixou os da casa totalmente desvanecidos. Afinal é com pouco que se vai construindo um bom ambiente humano, muito apropriado para tratar do outro Ambiente que suscita sempre tantas complicações.

*

A questão da hidráulica agrícola em Portugal é um problema difícil de resolver, porque os agricultores não têm nenhuma pressa em associar-se para fazer a exploração do recurso que lhes é posto à disposição pela construção das barragens e dos canais de distribuição de água. Estes são construídos pelo Estado, mas a fixação do preço da água e a gestão dos perímetros regados só poderão ser eficientemente feitas se o forem de perto e pelos utilizadores do recurso. Admite-se que estes prevejam o pagamento de verbas que assegurem a exploração e a manutenção dos sistemas. Há alguns maus exemplos de perímetros cuja manutenção foi negligenciada, perdendo-se muito do valor inicial das componentes do sistema hidráulico respectivo.

Na minha qualidade de responsável pela tutela dos recursos hídricos, fiz numerosas reuniões, quer no meu gabinete, quer em Câmaras Municipais, quer nos próprios perímetros regados, para estimular a constituição de associações de regantes. No dia 8 de Maio de 1989, a reunião foi em Lisboa com os Secretários de Estado

da Agricultura (Álvaro Amaro) e do Ambiente (José Macário Correia) e com os Directores-Gerais dos Recursos Naturais e da Engenharia Agrícola e outros técnicos. Começámos por passar em revista as barragens de algum vulto que estavam construídas, mas ainda não devidamente aproveitadas. Iniciámos a volta pelo Mondego: as obras estavam concluídas havia quinze anos, a associação de regantes tinha três meses; decidimos que ela fosse tomando conta das obras, bloco a bloco, para tornar a questão mais abordável. Em Macedo de Cavaleiros, havia disponível um bloco, com 1600 hectares; era preciso construir o canal principal com 4 km para levar a água ao bloco dos Cortiços com 1300ha. Como digo noutro lado, a albufeira é hoje um “espelho de água”!... A da Vigia e a de Odivelas estavam em condições de ser passadas para as associações. A primeira tinha tido um problema nas tubagens que já estava ultrapassado. Na segunda tinha havido um deslizamento de areias para o canal; era preciso fixá-las nas encostas para entregar a obra “como um brinco”... Em Mira, tinham de ser feitos, ainda, investimentos vários já do foro da conservação, porque a obra original havia sido construída há muito tempo e, como não foi passada para os utentes, tinha acumulado desgastes; e não estavam previstas verbas no PIDDAC para as fazer!... E assim sucessivamente...O Secretário de Estado disse das suas dificuldades, particularmente na fixação do preço da água. Na realidade, os utentes achavam que ela devia ser de graça!

Havia um Conselho Técnico Conjunto das duas direcções-gerais antes referidas. Mas ele não tinha reunido durante muito tempo; insistimos em que o fizesse com um período de rotina relativamente curto, porque as situações que reclamavam atenção eram numerosas. Havia a desculpa de que a passagem das obras para a tutela da Agricultura não dependia somente da vontade política dos ministros, reclamava numerosos actos administrativos complexos. Decidimos logo ali que fosse dada prioridade ao preenchimento de todos os pré-requisitos necessários, ainda durante a fase final da construção das infra-estruturas, de modo a não haver hiatos. Aliás, em minha opinião, nem se deveria começar com as obras sem um compromisso firme dos regantes, plasmado através da constituição das associações de regantes respectivas. Diziam-me que isso era impossível, porque os lavradores queriam ver para crer e só depois disso se atravessariam num compromisso. Fiz todos os esforços que pude para que os processos corressem, pelo

menos, em paralelo; aparentemente só era praticável a sequência, depois de o Estado mostrar que tinha cumprido com a sua parte. Ficou-me uma dúvida tenaz relativamente à diligência dos técnicos do Ministério da Agricultura; tinham sempre desculpas eloquentes para justificar os atrasos, todas elas baseadas na falta de abertura dos agricultores. Impacientava-me muito o arrastar dos pés. Mas as pessoas diziam-me que era um problema muito complexo, com raízes no passado longínquo.

A mudança é sempre difícil. E não é por vontade pública que ela ocorre. A questão dos ritmos diferentes de reacção existe, realmente. E é preciso entendê-la para gizar formas eficazes para assegurar a sincronia... ou quase... Ficou-me a consolação de que nas obras em que eu já tinha tido ocasião de intervir – Odeleite e Beliche – as coisas estavam a correr melhor do que o costume.

*

O chamado “Interceptor da Costa do Sol” era uma obra fundamental para assegurar o saneamento básico da área e despoluir as praias que constituem um dos lugares de lazer mais procurados da parte norte da Área Metropolitana de Lisboa. Era preciso negociar com o Banco Europeu de Investimento uma nova fatia do financiamento que teria de ser articulada com as contribuições do Fundo de Turismo (jogo), do Orçamento do Estado e das Autarquias Locais. Nessa altura, faltava realizar um montante que seria da ordem dos 3 milhões de contos. Se o “puzzle” do financiamento ficasse montado até ao verão, a obra estaria concluída em 1991. Estávamos em 18 de Maio de 1989. As conversas de negociação com tantos agentes são sempre laboriosas e demoradas. Todos querem as obras, mas pretendem pagar sempre o mínimo que puderem.

*

Em 18 de Maio de 1989, em despacho com o Secretário de Estado do Ambiente, tive a informação de que nas praias do concelho da Marinha Grande tinham ido abaixo 900 barracas clandestinas. Tinham sido limpos 14 km de costa. Não houve uma notícia nos jornais. Já não era novidade... Fiquei, naturalmente, satisfeito por se achar isso normal. Já ninguém protestava!...

*

Os cemitérios de automóveis, em 1989, ainda eram um problema. Havia sucata espalhada por toda a parte e via-se!... Estimava-se que a Siderurgia Nacional absorvesse 80% e que os restantes 20% fossem para os pequenos fundidores. Mas, até se admitir que não havia mais nada de aproveitável para “canibalizar”, os restos dos automóveis e outras peças metálicas ficavam em exibição, sempre em locais muito visíveis, à espera de um comprador potencial. A obrigação de os fazer desaparecer ou de os “disfarçar” era das Câmaras, mas elas faziam-no com relutância.

*

Uma boa execução do PIDDAC só se consegue com um bom acompanhamento das diferentes acções. Para isso é que havia os Gabinetes de Planeamento em cada ministério. Eu recebia o meu Director-geral, Eng. António Pinto, com frequência, para saber onde era requerida a minha atenção. Em 22 de Maio de 1989, analisei com ele a execução nos sectores do Ordenamento do Território e do Ambiente e Recursos Naturais. Íamos, nessa altura, com 40% de avanço em relação ao calendário previsto. Isto passava-se com a esperança de que pudéssemos ir buscar meios acrescidos em sectores que não eram capazes de executar o prometido. Tal como o país fazia em relação a Bruxelas e, neste caso, com bons resultados para nós.

Na mesma reunião e em relação ao abastecimento de água ao Sotavento Algarvio foi decidido criar uma instância gestora da distribuição de água “em alta” para garantir o pagamento do empréstimo contraído junto do BEI. A Estação de Tratamento de Águas teria de ser paga por essa entidade.

*

Eu sempre achei que as pequeníssimas barragens e centrais hídricas constituíam um aproveitamento interessante de recursos, sem grande impacto sobre o meio em que se inseriam. Era evidente que elas teriam de ser analisadas nas consequências que poderiam, eventualmente, determinar sobre a área em que eram construídas. Mas nos meios ambientalistas, o óptimo era não fazer nada!... De modo que eu tinha de insistir para que fossem produzidas as respectivas autorizações de construção. Em despacho de 7 de Junho com o Secretário de Estado

do Ambiente, foi-me comunicado que a primeira “mini-hídrica” autorizada nesta leva seria para Arouca e que as seguintes viriam a um ritmo de duas ou três por semana. Folguei, naturalmente, com a notícia.

*

Foi em 14 de Junho que ficou decidido alargar a Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano à zona dos mármore e a Ponte-de-Sôr. Estava em causa, especialmente, construir um centro de apoio às rochas ornamentais com funções de investigação e de formação que tão bons resultados haveria de prestar. Ainda tive o gosto de assistir à cerimónia de inauguração do CEVALOR.

Muitas vezes visitei as próprias pedreiras. Fica-me a mágoa de não ter encontrado uma solução eficaz para o problema das escombrelas que estão espalhadas por toda a zona. Pretendi que elas fossem usadas para constituir a base das novas vias construídas, mas havia sempre pretextos para as excluir quando comparadas com o “tout-venant” que também estava disponível e que era mais barato. Mas invocavam-se razões técnicas que eram sempre apresentadas de forma pouco convincente. Nem pagando um pouco mais consegui dar sumiço a tanta pedra.

*

Lisboa está, como toda a gente sabe, em zona sísmica. Portanto, com algumas virtualidades no domínio da geotermia. Em determinada ocasião houve uma proposta para fazer na Zona do Centro Cultural de Belém um furo para obter água quente para o complexo, por essa via. A localização tinha muito a ver com o efeito de montra.

Além de várias ilhas nos Açores, o aproveitamento da energia geotérmica é possível em várias partes do Continente. Havia um projecto em Chaves, comandado pela respectiva Câmara Municipal. E o abastecimento de água quente a hospitais como o de S. José ou o de Santa Maria tinha sido objecto de um projecto apresentado à DG XII, ao abrigo das chamadas demonstrações de energia.

É verdade que as contas, neste como em outros domínios, têm sempre de entrar em consideração com os custos associados a soluções alternativas mais baratas. Mas não fica mal investir em soluções inovadoras que podem ser interessantes

somente em termos tecnológicos e não económicos, mas que projectam as capacidades de um país e que, em determinada ocasião, podem dar lugar a evoluções com interesse prático. Relembro como a barragem de marés de La Rance, na Bretanha, projectou a tecnologia francesa em todo o mundo no campo da energia, mesmo sabendo-se que o que nela se investiu tinha sido mais do que o correspondente à adopção de soluções tradicionais. No caso da França, estas eram, evidentemente, a geração nuclear; mas a contrapartida tinha a ver com uma forma nova, aproveitando recursos naturais sem impacto ambiental negativo de maior.

*

Hoje, estamos razoavelmente equipados com estações de tratamento de águas residuais. Ainda subsistem algumas situações em que as águas negras de pequenas povoações são lançadas sem tratamento para pequenas linhas de água, mas as grandes aglomerações estão providas de estações de tratamento modernas e – tão importantes como as obras – guarnecidas com pessoal que sabe manobrar com elas. Isto não foi sempre assim. Em 1975, tive ocasião de acompanhar um perito do Conselho da Europa numa visita a um concelho do Alto Minho que, mal entrou na ETAR, se voltou para mim escandalizado, dizendo que o efluente estava a seguir o circuito oposto ao que deveria!...

Em 14 de Julho de 1989, tive a notícia de que a adjudicação da ETAR de Coimbra ainda seria feita nesse ano, estimando-se que as obras estariam prontas no Outono de 1991.

*

Tenho-me referido, algumas vezes, às obras de hidráulica agrícola que, por serem de alguma dimensão, estavam confiadas ao ministério da tutela dos recursos hídricos. No dia 14 de Julho, tratei do perímetro do Mira, onde se localizam aluviões de primeira categoria; do melhor solo agrícola do país. A extensão então prevista para regadio era de 13.000 ha; no máximo estavam a ser regados 5.000. Era preciso: fazer obras de recuperação dos canais; promover a ligação entre os técnicos e os agricultores e, especialmente, saber onde paravam 20 técnicos que, segundo o que estava escrito, deveriam apresentar-se no local todas as manhãs, mas que

se tinham sumido; incitar os agricultores a frequentar um centro experimental agronómico que existia na Fataca, mas que nunca via ninguém a visitá-lo; promover o funcionamento da cooperativa que era tida, por todos os consultados, como um desastre; fixar o preço da água que era de 1 escudo por metro cúbico, suficiente para pagar as despesas de exploração, mas totalmente desajustado se quiséssemos nele incluir a reabilitação dos canais ou mesmo a sua manutenção, sem grandes obras. Impunha-se uma reunião com o sector da Agricultura. Tudo tem de ser acompanhado de perto. Acabou por se transferir a operação para o Programa Específico de Apoio à Agricultura Portuguesa (PEDAP) e o seu acompanhamento para o Ministério da Agricultura.

*

Há equipamentos de base que temos de possuir, sob pena de não podermos fazer face a situações inesperadas que a nossa vulnerabilidade faz agravar. Foi o caso do petroleiro “Marão” que, em princípios de Julho de 1989, bateu na entrada da barra de Sines derramando uma mancha de rama de petróleo com 7 por 2 milhas de extensão que ficou a pairar a cerca de uma milha da costa. O pior é que, nessa ocasião, nós não dispúnhamos de nenhum navio apetrechado para a luta antipoluição. Tinha que ser contratado, sob pressão, no estrangeiro com todos os custos associados a uma situação de emergência.

*

Em 18 de Julho de 1989, tive a notícia, transmitida pelo Secretário de Estado do Ambiente, de que tinham reunido, pela primeira vez, os dez directores-gerais mais ligados à defesa do consumidor (concorrência, comércio interno, pecuária, etc.). Este é um sector em que, tal como no Ambiente, se tem de insistir com paciência, mas, também, com firmeza. Mais cedo do que muitos esperam, os resultados aparecem. E será bom que eles surjam sem ser na sequência de nenhuma fatalidade.

*

A falta de cumprimento do estipulado em contratos que são assinados põe-me muito enervado. Quando o faltoso ou “atrasado” é o Estado o enervamento exte-

rioriza-se, porque na maior parte dos casos isso se deve a atrasos em verificações burocráticas, em transferências e outras operações que é evidente terem de ser feitas, mas que se impõe que o sejam com diligência. Tratei de muitos casos destes. Em todos eles houve sempre falta de zelo.

Em 4 de Agosto de 1989, tive uma queixa em relação à construção da Barragem de Apartadura. Estava a haver atrasos nos pagamentos e estimava-se que ainda não tivesse o dinheiro até ao final do ano. Entretanto, o empreiteiro tinha 400 mil contos de material no estaleiro dos quais 300 mil correspondiam a equipamento novo de que estava a pagar juros pela sua aquisição recente, expressamente para aquela obra. No local trabalhavam mais de cem homens. Mas não era só a minha direcção-geral que estava atrasada. Era também a Junta Autónoma das Estradas, o que tornava a situação do empreiteiro insustentável.

Deu-me um “fúria” como diziam no meu gabinete. Eram muito raras e, por isso, quando acontecia, todos sabiam que era a sério. Mas foi preciso mostrar o meu agastamento para se encontrar uma forma de não pôr o empreiteiro a também fazer de banqueiro... ou, então, a cobrar-se para fazer dos dois...

Não é só na vida privada que as boas contas fazem os bons amigos. O Estado tem de ser sempre o bom amigo de todos os Portugueses, nomeadamente daqueles com quem celebra contratos. O Estado tem de ser sempre uma pessoa de bem. O princípio da confiança no Estado nunca pode ser beliscado.

*

Para minha surpresa, a proposta para o envolvimento de militares na luta contra os fogos florestais, nas zonas próximas dos aquartelamentos onde estavam colocados, enfrentou grandes renitências. As Forças Armadas estavam reservadas para outros tipos de combates. Para os fogos florestais havia os bombeiros e eles que se organizassem de modo eficiente. Foi preciso a calamidade atingir dimensões escandalosas, como viria a acontecer, para que todos fossem envolvidos no que passou a representar, todos os verões, um verdadeiro desastre nacional. Ainda hoje (2015), me ocupo da questão, mais orientado para a gestão dos espaços rurais e para a formação de gestores florestais que talvez seja a resposta mais eficaz. Não me conformo com a atribuição de culpas a inimputáveis e a constatação de

que nada se pode fazer, três ou quatro anos depois de os fogos terem acontecido, várias vidas se terem perdido e muito património ter sido reduzido a zero por negligência ou maldade de quem os ateia.

Nessa altura, estavam a ser contados 400 fogos por dia em Portugal! É das temas mais frustrantes de tratar. De um momento para o outro a situação explode, raramente havendo explicações aceitáveis. Não há raios, nem outras formas de geração “natural”. A grandíssima maioria é de origem criminosa ou, pelo menos, de negligência intolerável.

*

Em Julho de 1989, tive um aviso angustiante: “Os negrilhos de Trás-os-Montes e das Beiras estavam todos a secar”! Não se sabia a origem da moléstia. Só se via era o resultado através dos “cadáveres” das árvores, ao alto e sem folhas à espera de apodrecimento e do vento que as derrubasse. Falei nisto ao meu Colega da Agricultura que prometeu envolver os serviços florestais na resposta prática de que os proprietários estavam à espera.

*

As áreas naturais mais sensíveis mereciam-nos uma preocupação para acção imediata e não somente a intenção de elaborarmos planos de orientação para a sua ocupação e exploração. No dia 13 de Setembro de 1989, ficaram estabelecidas, com o Secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais, as bases de um contrato-programa respeitantes ao Parque de Montesinho, a levar a efeito em parceria com as Autarquias Locais.

*

O Gabinete de Estudos do Planeamento e da Administração do Território produziu um Relatório do Estado do Ambiente. Era um documento importante para sensibilizar a população para o sector e para tornar patente o que se estava a fazer. Como ele cruzava informações da área do Ambiente com as do Ordenamento do Território e com muitas acções apoiadas pelos fundos estruturais eu quis que ele fosse analisado pelos três Secretários de Estado, em conjunto comigo. Foi o que

aconteceu no dia 15 de Setembro de 1989, ocasião em que também analisámos as linhas gerais da nova Lei de Bases do Ordenamento do Litoral. O Leitor lembrar-se-á de que fui eu que apresentei em Nápoles, aquando de uma reunião do Bureau Político da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, uma proposta sobre este mesmo assunto que haveria de conduzir à Carta Europeia do Litoral. A nossa preocupação com o tema do Ambiente levou-nos a ocupar algum tempo a criticar a proposta física de apresentação do Relatório, nos seus aspectos gráficos. Queríamos todos que ele fosse atraente e, por isso, lido e absorvido.

*

No dia 19 de Setembro de 1989, teve lugar em Bruxelas a reunião do Conselho dos Ministros do Ambiente. O primeiro encontro a seguir às férias é sempre muito dinâmico por nele se lançarem as bases de uma actividade que durará todo o ano. Dessa vez, começou-se com a análise da criação da Agência Europeia do Ambiente. Tratava-se de uma discussão de orientação sobre os seus objectivos e funções, sobre a participação eventual de países terceiros e sobre as relações entre a Agência, a Comissão Europeia e os Centros Nacionais responsáveis pelo Ambiente. Nos nossos dias (2015), a Comissão impulsiona a criação de agências encarregadas de funções executivas variadas; há já algumas e parece que o movimento irá prosseguir, apesar da irritação discreta das direcções-gerais que veem serem-lhes subtraídas exactamente as funções em que assentava uma boa parte do seu poder; não é a elaboração de funções normativas que as preencherá plenamente.

O Reino Unido recomendou logo que a Agência deveria ser um organismo “leve”. Isto queria dizer que se não intrometesse na acção dos governos e, especialmente, do seu. Deveria reunir e coordenar a produção de dados estatísticos e pouco mais. Mas quis logo saber onde seria a sua sede, oferecendo-se para a albergar e para fornecer um director-geral britânico. A antecipação conta muito nas instâncias europeias. Como se sabe, a sede da Agência acabou por ir para Copenhagen, num país muito “environmentally conscious” e muito eficaz em tudo aquilo em que se mete. O ministro britânico informou-nos da existência na Grã-Bretanha, de cerca de cem organizações capazes de contribuir, com o seu saber e competência para a solução dos múltiplos problemas que o Ambiente põe. Faltava-lhes, contu-

do uma rede que a todas articulasse. Em relação aos países terceiros, achava que eles deveriam aguardar pela consolidação da rede comunitária. Quando muito poderiam participar na qualidade de observadores.

Eu apressei-me a dar apoio à constituição da Agência. Ser dos primeiros a intervir tem mais impacto do que ser dos últimos, a menos que se trate de domínios em que se verifique ser importante ver como os outros reagem ou quando se tiver uma proposta muito importante a fazer. Pareceu-me que seria importante a elaboração de funções normativas, a produção de estudos e recomendações, a colaboração com Estados vizinhos cuja influência nefasta poderia cair sobre nós (já tinha acontecido Chernobyl- 1986), etc. Portugal, por meu intermédio, apoiou expressivamente a criação da Agência.

A Itália deu a sua “aprovação plena”. Mas queria melhor explicitação das funções, sobretudo em matéria de gestão de dados. Preconizou a concentração da Agência em temas comunitários, evitando-se uma dispersão da sua actividade. E queria a definição de um plano de actividades para os primeiros três anos. Insistiu, particularmente, na definição das relações entre a Agência e as instituições nacionais, até porque, tal como a Grã-Bretanha, a Itália padecia da “fragmentação” dos centros dedicados ao Ambiente. No seu entender, a Agência deveria ser o que designou como organismo de segundo grau, repousando nos contributos nacionais (1.º grau) que fossem fornecidos. Queria abrir a países terceiros, nomeadamente os mediterrânicos, o que eu compreendia muito bem.

A Dinamarca manifestou-se muito positivamente em relação à criação da Agência, mas logo acrescentou ser seu entendimento que ela deveria articular redes nacionais. Queria estimular a recolha de dados, dentro dessa rede e recomendava que fossem incluídos, desde logo, países mediterrânicos e os bálticos (estes últimos ainda não tinham integrado a Comunidade). Disse logo que pretendia ver a Agência localizada na Dinamarca, mas que entendia que esse era assunto para decisão dos Chefes de Governo.

A Espanha também era candidata à localização da sede da Agência Europeia do Ambiente. Disse logo do seu enorme interesse pela salvaguarda do ambiente e sublinhou a importância da informação para o exercício das funções de vigilância e controlo.

A República Federal da Alemanha também queria a sede da Agência. Estaria na disposição de a ver localizada em Estrasburgo. Não vou comentar esta liberalidade alemã. Insistiu na definição dos objetivos da Agência e suas funções que deveriam ser de recolha de informação, de vigilância e controlo, acrescidas das de apoio técnico e científico. Sublinhou, particularmente, a divulgação de tecnologias em matéria de ambiente que deveriam competir à Agência. Disse da importância da independência científica da Agência e da criação de uma rede em que ficasse assegurada a descentralização de funções, evitando duplicações e sobreposições. Não queria que resultasse a criação de uma “Fortaleza-Europa” em matéria de informações; daí a importância da formação de redes.

A Bélgica insistiu em que a Agência fosse constituída o mais rapidamente possível. Entendia como prioritárias a reunião e coordenação das informações providas das instituições nacionais e a elaboração de estudos. Apoiava a celebração de contratos com países terceiros, privilegiando os países da EFTA e os da Europa de Leste (novamente a influência de Chernobyl).

A Grécia apoiou, recomendando que se evitasse a duplicação de informação. A Irlanda apoiou, insistindo na independência da nova instituição. A Holanda apoiou, também, vincando que o termo-chave da sua constituição deveria ser o “valor acrescentado” e recomendando que o texto não fosse demasiadamente restritivo, porque as funções da Agência iriam ser acrescentadas. O Luxemburgo apoiou e disse que, como funções da Agência, deveriam ser incluídas a elaboração de normas e a afinação e divulgação de novas técnicas. A França disse que não deveríamos ser tímidos em relação à nossa iniciativa, confiando na dinâmica que estávamos a espoletar.

A Comissão agradeceu o encorajamento que uma posição tão expressiva dos Estados-membros lhe estava a dar. Recomendou-se que a Agência tivesse uma grande autonomia em relação à Comissão, não vindo a representar uma sua extensão e que dispusesse de um Comité Científico guarnecido pelo que de melhor houvesse na Europa.

Raras vezes vi um tão grande entusiasmo em torno da criação de um novo instrumento institucional comunitário.

*

Os Portugueses parece não serem muito sensíveis à poluição sonora. Toleram decibéis acima de tudo o que é suportável. Mas chegavam-me algumas queixas que eu tomava muito a sério, porque estimo muito o valor do silêncio, como elemento de conforto. Em reunião de despacho com o Secretário de Estado (26/Setembro/89), ficou decidido fazer um aditamento ao Decreto-Lei em vigor, respeitante aos altifalantes colocados em cima de viaturas para fazer publicidade das mais diversas coisas, sempre aos berros!...

*

Não convém ter demasiada confiança em relação à qualidade dos efluentes que a Espanha nos envia. Já referi, noutra lado, que Badajoz não tratava os seus esgotos, porque era mais barato enviá-los tal e qual saíam para o Guadiana que, supostamente, tinha capacidade de depuração suficiente. Não tinha! Mas não havia a jusante nenhuma povoação espanhola importante que reclamasse. Tínhamos de ser nós a fazê-lo.

Em Setembro de 1989, chegaram-nos queixas em relação à qualidade da água do Tejo. Aí, com suspeitas mais sérias. Ficou decidido (26/9/89) que fossem montadas estações de observação da qualidade da água em Vila Velha do Rodão, para o Tejo e, também para os rios Minho e Guadiana. O Douro, o maior caudal da Península, poderia ficar para uma fase posterior, face à escassez de meios.

*

Quase não se dá por ela, mas a poluição pelos efluentes das pocilgas é terrível. Há mesmo albufeiras inteiras (como a da barragem da Bravura) que se veem inutilizadas, na qualidade da sua água, por explorações porcinas que não tratam as suas águas negras.

Compreende-se, por isso, o meu interesse pelo aparecimento de "digestores" dos efluentes das pocilgas e pela constituição de uma empresa, na Serra de Monchique, para a construção de uma estação de tratamento cujo projecto era candidato ao VALOREN. Não percebi as renitências da Lourinhã em relação à construção de uma instalação para a produção de biogás, com base no tratamento daqueles efluentes.

*

Um dia destes (2015), vi que estavam a ser cautelosamente lançados no seu meio natural alguns exemplares do lince da Malcata criados em cativeiro. Os primeiros passos para a salvaguarda da espécie foram dados em 26 de Setembro de 1989, quando aprovei a afectação de 760.000 ECU para comprar pouco mais de 400 hectares que deveriam ser repovoados com a flora original para poder albergar os primeiros animais que pudessem ser postos em liberdade. É evidente que aquela verba resultava de uma candidatura nossa, devidamente justificada junto da DGXI que conferiu a maior importância à nossa pretensão.

*

Em 26 de Setembro de 1989, reuni com o Grupo dos Incêndios Florestais para fazer o balanço da época de fogos que estava a terminar. O Coronel Maia e Costa disse logo no princípio que, apesar de ter sido pior do que a média a situação na Região do Norte e melhor no Algarve, o ano teria sido uma catástrofe sem as medidas de precaução que tinham sido tomadas. As principais causas, como sempre, foram: (a) os fogos com origem criminosa; (b) as queimadas; (c) o turismo selvagem; e (d) o lançamento imprudente de acendalhas, nomeadamente na faixa central das auto-estradas.

Foram revistas as medidas que tinham dado bom resultado: 1.) a informação da população; 2.) a prevenção por via da limpeza das matas e das bermas das estradas, 3.) a construção de aceiros, estradões e reservatórios de água; 4.) a detecção rápida dos focos de incêndio através dos postos de vigia cujo número se propunha que aumentasse; 5.) a melhoria da vigilância por parte da Guarda Nacional Republicana; 6.) o combate pelas corporações de bombeiros que tinha sido bom, mas que reclamava melhorias de organização, nomeadamente em relação às funções de comando por parte dos inspectores e de preparação dos comandantes operacionais, 7.) a utilização mais racional dos meios aéreos de combate aos fogos; 8.) uma maior acuidade das previsões meteorológicas, 9.) a melhoria da investigação sobre a propagação dos fogos florestais (tinha-se constatado que o Instituto Superior de Agronomia tinha decidido criar uma cadeira sobre fogos florestais); 10.) o patrulhamento das matas pelo Exército que deveria ser ampliado e não depender

de solicitação pela GNR; 11.) impunha-se a melhoria da actuação da Polícia Judiciária; e 12.) deveria ser estimulada a colaboração com os aeroclubes na detecção aérea dos fogos florestais que estava a dar bons resultados.

O que me confrange é ver que 26 anos depois (2015), as recomendações para a acção são idênticas.

Acontece que, em 1989, apesar de as condições meteorológicas terem sido mais gravosas, a área ardida nesse ano era aproximadamente a mesma dos verões anteriores. O pior é que tudo pode descambar de um momento para o outro, como se viu em anos seguintes. Os rescaldos não estavam a ser feitos convenientemente e os reacendimentos que eram vulgares, representavam a origem dos maiores desastres. Lamentava-se o alheamento das populações pela luta contra os fogos florestais contraposto ao interesse demasiado das televisões, à míngua de notícias durante os meses de verão.

Infelizmente, constatava-se que as maiores concentrações de incêndios se verificavam nas zonas de mais elevadas densidades demográficas. Não era difícil estabelecer uma correlação: os fogos florestais não tinham, maioritariamente, causas naturais!... O próprio Secretário de Estado da Justiça admitia que “havia pirómanos a mais”, mas que não se poderia ser mais severo do que já se estava a ser na punição do crime de fogo-posto.

O diagnóstico desta moléstia estava mais do que feito. Aumentavam-se os meios de luta contra os fogos florestais, mas estes também cresciam. Ainda hoje (2015) e sem desempenhar funções oficiais neste campo, ocupo-me deste tema. A conclusão aponta sempre no mesmo sentido: sem uma gestão florestal adequada e permanente será difícil reduzir os enormes riscos que as matas desordenadas representam.

*

Em Outubro de 1989, começou-se a tratar da localização e da definição dos termos de referência para a construção de uma estação de resíduos tóxicos e perigosos. Portugal tinha, nessa altura, menos de dois milhões de toneladas por ano desse tipo de resíduos. Não se justificava construir mais do que uma estação.

*

Em 25 de Outubro de 1989, tive uma reunião na Comissão de Coordenação da Região do Norte para tratar de problemas ligados com a protecção da Natureza. Apoiei a parceria celebrada entre a Comissão e o Serviço de Protecção da Natureza (SNPCRN) para elaborar um plano de ordenamento para o Parque Natural do Gerês; esse instrumento não seria somente “físico”; iria, também, conter uma parte de estratégia, conciliando a conservação com a promoção (exploração). O público, em geral, não sabe que dentro da área do parque há 114 povoações que, nessa ocasião (1989), albergavam 8.500 habitantes; eles tinham que viver da agricultura que praticavam.

Um problema complicado respeitava à reabilitação da zona ardida que era vasta. Outro respeitava ao uso das albufeiras para desportos náuticos; a albufeira que tinha mais pressão era a da Caniçada; impunha-se produzir um quadro legal (decreto-lei) para definir os seus usos.

Passámos em revista o funcionamento das comissões regionais da Reserva Agrícola Nacional. A do Minho estava a funcionar bem. Estabeleci que a sua actualização deveria começar pela defesa das grandes veigas onde a produção agrícola era mais importante. Insisti, todavia, em que as reservas – a Reserva Agrícola Nacional, a Reserva Ecológica Nacional, a Reserva Hídrica Nacional e a Reserva Florestal Nacional – deveriam ser abordadas de forma integrada. Afinal, tratava-se de preservar recursos naturais que se articulavam uns com os outros e todos eles em conjunto para bem das populações.

Tínhamos a sensação incómoda de não chegar ao que importava verdadeiramente. O licenciamento das grandes indústrias é que era retido no crivo da análise; mas 90% da poluição provinha das pequenas e médias unidades que passavam facilmente naquela malha. Como chegar lá sem parar a produção industrial nem a condicionar insuportavelmente pela via burocrática? O Regulamento de Instalação e Laboração dos Estabelecimentos Industriais (RILEI – Decreto-Lei n.º 33/87) estava em revisão. Nós não poderíamos perder a oportunidade de contribuir com uma achega facilmente praticável para assegurar que, do ponto de vista ambiental, tudo fosse feito de forma correcta. Eu era a favor de facilitar o licenciamento, mas com uma responsabilização grande do promotor.

*

Em 9 de Novembro, em reunião de acompanhamento da elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve surgiu, pela primeira vez, uma chamada de atenção para a necessidade de se desenvolver legislação adequada para regulamentar as actividades de arqueologia submarina. A costa algarvia é frequentada desde tempos imemoriais. Nela houve naufrágios devidos a tempestades e a combates. O fundo do mar está cheio de peças que podem iluminar a escrita da história. Por isso é preciso protegê-las.

Uma outra realidade é o património natural. No último verão fomos todos surpreendidos pela actividade de um casal estrangeiro que tinha montado um esquema para exploração de coral, espécie protegida, mas não fiscalizada. Tem de se estar atento a todas as informações e desenvolver mecanismos de protecção. Há sempre predadores à espreita.

*

Em 14 e 15 de Novembro de 1989, houve em Copenhaga um seminário sobre Desenvolvimento Sustentável promovido pela minha colega dinamarquesa do Ambiente, manifestamente no quadro de uma campanha para mostrar a todos os colegas a aptidão do seu país e da sua administração para acolher a sede da Agência Europeia do Ambiente.

Eu fui de véspera, num avião da TAP que fazia a ligação directa de Lisboa a Copenhagen. Quase a chegar ao destino o comandante veio comunicar-me que tinha caído sobre a pista uma camada de nevoeiro densíssimo e que talvez tivéssemos de ir para Hamburgo, o mais “limpo” dos aeroportos da área. De qualquer forma iria tentar aterrar e convidava-me para ir para o “cock-pit” para assistir à operação. Lá fui e quando dei por ela, no meio das nuvens, aterrámos. Foi o último avião a fazê-lo naquele dia. Devo dizer que fiquei com uma admiração enorme pelo piloto a quem, naturalmente, felicitei; não pôs em causa a segurança dos seus passageiros, mas manobrou nas piores condições de visibilidade. Um grande profissional!

Muitos dos meus colegas chegaram só no dia seguinte que, inesperadamente, amanheceu limpíssimo com o céu azul e aquela luz de inverno, fria, que torna tão peculiares as paisagens urbanas nórdicas. O seminário decorreu num centro

de congressos situado no porto e resultante da adaptação exemplar de um velho armazém de retém de mercadorias. A arquitectura despojada destes países vai magnificamente nas adaptações a novos usos de construções austeras antigas. Todos felicitaram a anfitriã pela qualidade do espaço.

A minha colega Lone Dybkjær tinha uma presença serena, mas com imensa autoridade. Bonita mulher, apresentava-se com grande simplicidade, mas com extrema elegância. Tinha uma palavra amável para os seus interlocutores. Mas quando chegava ao trabalho, com a sua objectividade e sentido de rigor, não deixava dúvidas a ninguém que se havia preparado muito bem e que sabia o que queria. Começou por fazer uma referência ao Relatório Bruntland, da antiga Primeira-Ministra norueguesa com quem a maior parte de nós tinha tido oportunidade de estar. Disse que ele era, simultaneamente, alarmante e desafiante. Era para responder aos desafios que nós ali estávamos. Referiu-se à destruição a que assistíamos da camada de ozono e da urgência de lhe pôr um alto. Tínhamos que insistir na descoberta de novas tecnologias e na orientação para o efeito de verbas suficientes. Era-lhe caro o conceito de “green municipalities”, porque achava que o esforço deveria começar de baixo, através do comportamento responsável dos cidadãos e das autoridades locais, nomeadamente através da educação ambiental a nível local. Disse da importância da cooperação internacional, por o problema não conhecer fronteiras, e invocou a necessidade da solidariedade internacional. Mas nós também deveríamos ser sensíveis aos problemas dos países em desenvolvimento que tinham certamente outras prioridades, mas que deviam ser ajudados a responder, também, aos problemas postos no domínio do Ambiente. Queria que houvesse a fixação de indicadores (“labells”) relativos ao estado do ambiente de cada país.

A Itália estava representada por Susanna Agnelli que, mais tarde, veio a ser Ministra dos Assuntos Exteriores. Tinha uma presença admirável! Sublinhou a importância da solidariedade. Disse que o capital ecológico poderia ser delapidado muito mais depressa do que recuperado. Por isso, deveríamos mudar de atitudes rapidamente e ajudar a salvar a Terra que era única. Os consumidores deveriam preparar-se para pagar um pouco mais pelos produtos naturais. Apoiava a investigação, a informação e a formação das pessoas. A prevenção era melhor do que a terapia.

Houve quem preconizasse o planeamento a longo-prazo para avaliar e tratar da poluição e sublinhasse a importância tanto da qualidade como da quantidade. O crescimento teria de ser “verde”. A cooperação Norte-Sul deveria ser estimulada. Aos factores ecológicos teria de ser atribuído um preço para se ter ideia dos valores em causa. Estávamos todos a viver um período de riqueza que nunca se havia visto antes, mas não deveríamos estragá-lo por acções irreflectidas e irreversíveis nos seus efeitos. Era preciso evitar custos e erros desnecessários. As contas nacionais deveriam ser reformuladas para se entrar em linha de conta com a degradação dos recursos. Foi enaltecida a importância do princípio do poluidor-pagador, em todas as circunstâncias. Defendeu-se a criação de um World Atmosphere Fund. As zonas costeiras mereceram uma atenção especial. Falou-se longamente acerca da conveniência de distinguir os países em devedores e credores, em termos ecológicos.

A minha amiga Mit Smet, ministra belga, preconizou a constituição de um fórum alargado, onde estivessem presentes muitas outras entidades, além dos ministros do Ambiente. Entre outras coisas, disse que o sistema judiciário belga não estava preparado para lidar com os problemas ambientais; era preciso fazer um esforço de formação dos seus agentes. Queria estimular a auto-responsabilidade da indústria. Eu intervim várias vezes não só para apoiar coisas que os outros participantes já haviam dito como para chamar a atenção para a importância: de se dispor de “tecnologia apropriada”; de se fazer investigação nomeadamente sobre os recursos locais; de se estimular o investimento dos países desenvolvidos nos que estavam em desenvolvimento; da transferência de tecnologia e da descentralização de actividades.

O Reino Unido apoiou, com grande entusiasmo, a ideia do “Green Municipality Project”, indo do “street corner to the strathosphere”...

Tinham sido convidados países de fora da Comunidade Europeia, mas com uma sensibilidade especial para os problemas ambientais, como era o caso da Noruega e da Suécia.

A República Federal da Alemanha chamou a atenção para o facto de, nos locais onde há pobreza, a conservação da Natureza passar para segundo plano. Daí a necessidade de tratar destas questões internacionalmente, fora das fronteiras

nacionais (novamente a recordação de Chernobyl...). Chamou a atenção para as virtualidades das companhias de seguros como instrumentos de controlo.

O representante da Suécia começou a sua intervenção com uma frase forte: "Economic history is the economic history of unsustainable development". Donde a necessidade de se atribuir valores a tudo, nomeadamente aos factores ecológicos. O Director-geral do Ambiente da Comissão Europeia, Laurents Brinkhorst elaborou sobre os custos do "non-Bruntland" e sobre os Tratados Lomé III e Lomé IV. No primeiro, tinha-se feito muito menos do que o suficiente. No segundo, que seria assinado no princípio de 1990, voltava-se a insistir na reflorestação das regiões tropicais e na importância da cooperação internacional; neste tratado abordava-se o crescimento das áreas urbanas como objecto de atenção prioritária. Sempre original nas suas exposições, arranjou um abecedário: A-Aid; B-Bergen (leia-se Relatório Bruntland); C-Cooperation/Coordination, D-Dialogue; E-Encouragement; F-Finance, G- Green National Product e H-Happiness.

Nas suas conclusões a ministra dinamarquesa propôs uma variante para este dicionário: A-Action, B- Bergen; C- Cross-section; D-Dependency, E-EEC/EFTA; F-Future, G-Goals e H-Hope.

Foram dois dias muito intensos! Mas, para a anfitriã, foi um grande sucesso. O objectivo principal foi alcançado: a Agência Europeia do Ambiente ficou localizada em Copenhaga. E a afirmação da importância da Ecologia e da Preservação do Ambiente foi generalizada: todos os presentes fizeram a sua profissão de fé!

*

No dia 17 de Novembro de 1989, tive uma grande reunião em Viseu para fazer, no coração da área mais flagelada, uma avaliação da acção de luta contra os fogos florestais. Foram fornecidos muitos dados quantitativos. Estavam instalados 174 postos de vigia, o que era considerado razoável; tinha havido mudança de alguns para locais mais adequados. O número de brigadas móveis tinha aumentado. A articulação com as Câmaras Municipais tinha melhorado. Mas o número de fogos não parava de crescer! Nesse ano, 50% das causas de incêndio tinham sido identificadas, contra apenas 5% no ano anterior. O número de chamadas para os bombeiros tinha sido de 43.875! A área total queimada havia sido de 126.237 hec-

tares, com uma área média por fogo de 2,8 hectares. O número de fogos por dia tinha sido de 320. Os custos totais da operação montavam a mais de 2,5 milhões de contos. Os meios disponibilizados, em relação ao ano anterior, tinham crescido 40%! As exportações ligadas à floresta eram de 250 milhões de contos por ano. Mas todos os presentes estavam de acordo: os fogos florestais combatem-se antes de surgirem! Ainda hoje se diz isto mas os fogos continuam. Os fogos florestais correm o risco de representar um dos símbolos da nossa impotência para nos organizarmos devidamente.

Eu fiz um resumo dessa tarde de reunião. Não era muito diferente dos que tinha feito em anos anteriores nem dos que faria hoje se fosse chamado a coordenar uma reunião análoga. Não há falta de vontade! Há, realmente, incapacidade para actuar a longo-prazo.

*

No dia 28 de Novembro de 1989, realizou-se, em Bruxelas, o Conselho de Ministros do Ambiente.

O primeiro ponto tratado foi a criação da Agência Europeia do Ambiente que tanto nos tinha ocupado nos meses antecedentes. Eu tive ocasião de dar um apoio expressivo à sua criação e à necessidade de articulação com países vizinhos, por razões óbvias e com países em desenvolvimento em relação aos quais havia um grande desfasamento entre a sua capacidade tecnológica e a poluição que criavam ou a exploração de recursos naturais que faziam sem as devidas cautelas.

Houve quem tivesse recomendado uma forma de proceder gradual, dando relevo à criação da rede e tendo cuidado em não afogar a Agência com demasiadas responsabilidades. A criação ou reforço dos nós nacionais deveria ter prioridade, logo seguida pelo estabelecimento de centros temáticos localizados onde já houvesse competências suficientes. A informação do público deveria merecer atenção, bem como a promoção do desenvolvimento de novas técnicas.

Passou-se muito tempo a discutir procedimentos: a unanimidade deveria ser requerida somente para a aprovação do plano plurianual. O resto deveria ser aprovado por maioria simples. Estes aspectos procedimentais ocupam sempre muito tempo nas discussões dos órgãos de decisão comunitários. Eu tinha sempre

receio em relação à unanimidade que era, sistematicamente, bloqueadora das decisões. A Alemanha, sensível a este argumento, propôs como suficiente uma maioria de dois terços. Era, para mim, mais adequado.

Houve muitas vozes a aconselhar prudência nas relações a estabelecer com países terceiros; tinham receio de que as facturas das acções a desenvolver viessem a ser apresentadas à Comunidade. Essas relações deveriam, em qualquer caso, ser consideradas como experimentais e muito flexíveis, mantendo nós a possibilidade de recuo se a experiência não fosse satisfatória.

Deveria haver um comité científico com 12 membros (a Comunidade, então, ainda era a 12) um por cada Estado-membro.

Quem exercia a presidência era a França, sempre bastante hábil a encontrar compromissos. Insistiu muito nas relações com países terceiros, ponto que eu aprovei por razões óbvias: a poluição não conhecia fronteiras administrativas. Recomendei que se desse prioridade, nessas relações, aos países vizinhos.

Para sair do impasse em que se estava em relação aos países terceiros sugeri que em vez de “participar” se usasse o termo “cooperar”. Foi aceite a proposta e aprovado o “compromisso” da presidência.

A Comissão agradeceu o trabalho do Conselho, afirmando que dispunha de uma excelente base de trabalho que iria passar a desenvolver.

Também se discutiram as relações entre mercado interno, fiscalidade e ambiente. Tinha sido um tema proposto pela Itália. Sustentava que não se poderia construir um mercado único sem introduzir a dimensão do Ambiente, incluindo a definição de taxas e de incentivos e insistindo na introdução de tecnologias limpas. Defendia a introdução de taxas sobre os carburantes que agravassem os efeitos de estufa. Deveríamos articular-nos com a OCDE que tinha lançado um grupo de trabalho para definir as formas de utilização de instrumentos económicos para orientar o Ambiente.

O proponente sugeriu que o Conselho solicitasse à Comissão a elaboração de um “documento operativo”, contendo alguns desses instrumentos sobre os quais nos pudéssemos pronunciar.

O Comissário elaborou longamente sobre o tema. A construção do Mercado Único não poderia agravar o problema dos detritos nem as soluções que já estavam em

curso a esse respeito. Estava de acordo com o emprego de instrumentos económicos que iria mandar estudar para nos apresentar.

Eu sugeri que, para se ser eficaz, se começasse por articular a acção dos sectores mais importantes: o Ambiente, as Finanças, a Indústria, a Energia e os Transportes. Os restantes viriam a seguir porque o tronco da solução seria determinado pelo consenso a que aqueles conseguissem chegar.

*

Em 6 de Dezembro, reuni no meu gabinete os principais intervenientes na realização de obras imediatas para prover uma solução para o atravessamento do rio Gilão, em Tavira, cuja ponte tinha sido destruída durante as recentes chuvadas extraordinárias que tinham desabado sobre o Algarve.

Foi decidido: colocar imediatamente 30 metros de uma ponte Bailey montada pela Engenharia Militar; por ela circulariam peões, ambulâncias e carros de bombeiros; todos os outros teriam de dar a volta por uma ponte situada a montante; em articulação com a Câmara Municipal de Tavira deveria começar-se a pensar na reconstrução da ponte e numa ligação a jusante; para esta talvez se pudesse usar a estrutura metálica acabada de desmontar em Vila do Conde e que tinha sido substituída por uma nova ponte de betão; para a reconstrução da ponte deveria encontrar-se uma solução de parceria entre a Junta Autónoma das Estradas e o Instituto Português do Património Cultural; tudo deveria ser objecto de um contrato-programa que fixasse as responsabilidades técnicas e financeiras de cada parte.

*

O meu colega alemão, Klaus Töpfer, Ministro do Ambiente, gostava de fazer reuniões no Hotel Sheraton do aeroporto de Frankfurt. Desta vez foi uma Conferência sobre Ambiente e Saúde. O ministro deu as boas vindas e deu a palavra ao Director-geral da World Health Organisation que chamou a atenção para as mudanças profundas que a Europa estava a atravessar. O tema do encontro era considerado tão importante pelos anfitriões que na sessão de abertura participou o Presidente da República Federal da Alemanha, Richard von Weizsäcker. Uns anos



FIG. Com Klaus Töpfer,
Ministro Alemão do Ambiente.

mais tarde ele veio em visita de Estado a Portugal e eu tive a oportunidade de lhe relembrar esta reunião. Ele voltou a insistir na importância do tema.

O Presidente começou por falar das relações entre o Homem e a Natureza e as possibilidades que ele tem de a ferir, pondo em perigo as nossas próprias condições de vida. A saúde é um bem precioso que deve determinar um empenhamento especial na avaliação das suas relações com o ambiente. O que nos ameaça a todos e também nos liga deve ser mais importante do que tudo o resto. Não nos devemos fechar sobre nós próprios. Há riscos grandes associados à tecnologia nuclear e ao efeito de estufa que deveremos procurar comandar. E as soluções devem ser de âmbito mundial. A produção crescente de lixo e o seu tratamento têm de merecer atenção. O mesmo em relação às doenças do sistema respiratório e suas relações com os transportes e a poluição atmosférica. As chuvas ácidas têm consequências graves. A Europa é demasiadamente pequena para poder deixar de cooperar na busca de soluções que a todos interessem. Nós temos que proteger a Natureza. A liberdade é o nosso bem mais precioso, mas nós temos de fixar limites à poluição em nome do interesse comum. A acção do homem tornou-se cega, sendo necessário avaliar as consequências da sua acção, definindo o que podemos e o que não devemos fazer. Apesar dos avanços conseguidos os riscos são pouco previsíveis; e é preciso dar maior importância à prevenção, na certeza de que esta é melhor do que a cura. Há urgência no estabelecimento de uma cooperação multisectorial, nomeadamente nos domínios das técnicas e das estratégias para reduzir a poluição. A qualidade de vida deve ser um objectivo permanente. A ética tem de passar a ser um tema a discutir nas relações entre o ambiente e a saúde. Os países em desenvolvimento esperam muito de nós e não podemos desiludi-los. Estamos, realmente, a atravessar uma fase de luta entre o presente e o futuro.

O Presidente pronunciou o seu discurso com profunda convicção. Impressionou-nos muito a todos.

Como sucede frequentemente na Alemanha, o anfitrião tinha convidado para intervir um grande número de sumidades alemãs, todas falando com grande conhecimento de causa e erudição. Assim aconteceu, também dessa vez.

Foi chamada a atenção para os riscos de nos tornarmos escravos do desenvolvimento, sem o comandarmos. A qualidade de vida é mais importante do que o

desenvolvimento. Temos de definir novos valores para procurar novos equilíbrios. Deve-se estabelecer uma cooperação estrita e activa.

O anfitrião, Klaus Töpfer, pronunciou um discurso cuidadosamente preparado. Chamou a atenção para os grandes progressos da medicina e para as consequências do enorme aumento da esperança de vida. Referiu-se à importância dos oceanos, às variações do clima e à influência do CO₂. O número de novos produtos químicos não pára de crescer. É preciso avaliar as consequências da sua utilização, nomeadamente no que respeita às suas relações com a saúde. Temos de estar atentos às novas doenças que vão surgindo. A informação deve merecer-nos muita atenção. Devemos procurar conhecer os valores-limite de tudo para poder estabelecer um equilíbrio entre a necessidade e o risco. Seguramente que, em muitos produtos, a produção tem de aumentar, mas devemos avaliar os riscos que lhes estão associados. As questões são transversais e, raramente, somente nacionais; daí a importância da cooperação. Não devemos pretender aumentar o nosso bem-estar à custa do sacrifício da Natureza, porque isso é ilusório. Os nossos conhecimentos são insuficientes para compreender a Natureza; temos de investigar mais. Deverá haver um Centro do Ambiente e da Saúde, colocado na órbita da Organização Mundial da Saúde. Deve dar-se um lugar especial à prevenção.

A República Federal da Alemanha enviou à Conferência um outro Ministro, o da Juventude, Família, Mulheres e Saúde, para dar os sinais que pretendiam transmitir. Ele chamava-se Lehr. Sublinhou a necessidade de humanizar as duas políticas. A do ambiente e a da Saúde. Queria um Ambiente mais sã, julgando que a Europa poderia desempenhar um papel pioneiro. Insistiu na importância da investigação científica e da informação. Julgava que a eficácia da acção dependia muito da vontade das populações.

O Presidente da World Health Organisation, o japonês Dr. Nakajima, também falou. Disse que o crescimento das substâncias perigosas estava a ser mal comandado; pediu mais medidas de protecção e de gestão. Os problemas do desenvolvimento atravessavam fronteiras; era preciso reforçar a cooperação internacional. O desenvolvimento sustentável reclamava investigação científica e uma aproximação integrada. A protecção da Natureza impunha-se para

assegurar saúde para todos. Anunciou a intenção da W.H.O. de organizar brevemente uma jornada sobre saúde e ambiente.

Um professor alemão (Sabwartz) chamou a atenção para as grandes diferenças regionais, dentro da Europa, em matéria de esperança de vida e de condições de vida. Faltava informação. A qualidade do ar, em muitas partes do território, era péssima; o óxido de azoto tinha duplicado em 20 anos; as doenças respiratórias, nomeadamente as bronquites crónicas, tinham aumentado; no Rühr, em 1986, um ligeiro “smog” tinha feito crescer o número de casos observados; as alergias da pele tinham-se tornado mais frequentes. Apoiava a adopção de uma política de valores-limite dos produtos tóxicos. Falou dos índices de CFC (Cloro-Fluor-Carbonetos) no leite materno que tinham aumentado nas mães que incluíam muita carne na sua dieta. Ouvi-lo assustava qualquer um!...

Houve intervenções de todos os representantes dos Estados presentes. Como ironizou o representante austríaco, era certo que os pequenos países iriam fazer longos discursos... de modo que estivemos algumas horas a ouvi-los, a todos, grandes e pequenos.

Para poder controlar rigorosamente o tempo eu tinha escrito a minha intervenção. Comecei por afirmar que Portugal era, muito justamente, considerado como um país “consciente” em matéria de ambiente. Referi os principais domínios sobre os quais tínhamos actuado, dando relevo especial ao ciclo da água. Disse porque, sendo abundante, a água era cara em Portugal: chove especialmente no inverno e consome-se mais no verão. Tínhamos transposto as directivas comunitárias existentes para o sector. A poluição do ar e o ruído também nos haviam merecido atenção. Justifiquei por que era Portugal a favor do estabelecimento de uma Carta Europeia do Ambiente e da Saúde que, afinal, era o propósito do nosso encontro; o que recomendássemos ali iria percorrer o circuito estabelecido para apreciação e aprovação de legislação comunitária. Pronunciei-me favoravelmente em relação ao projecto de Carta que tinha circulado, sublinhando os seus pontos mais importantes: a necessidade de mais informação e sua disseminação; a importância da educação ambiental, especialmente dos grupos etários cujos comportamentos poderiam ser mais gravosos; o prosseguimento dos esforços de investigação, especialmente em domínios sensíveis; e o valor da defesa dos con-

sumidores. Recomendei que o ruído fosse incluído de forma mais explícita e pedi que o quadro institucional referido no projecto de Carta fosse mais claro e com grande sentido operacional, valorizando a rede das instituições nacionais numa acção próxima dos problemas; ao escalão central deveriam caber especialmente funções de coordenação que é, sempre, o mais difícil.

O projecto de Carta seguiu os seus trâmites.

À margem da reunião, eu falava sempre com o maior número possível de participantes. Em conversa com o Dr. Nakajima ele disse-me que tinha recorrido ao Brasil para apoiar a acção do WHO em Angola. Portugal não tinha respondido, no domínio da produção das estatísticas necessárias. Quando cheguei a Lisboa tive uma longa conversa com a minha colega da Saúde a quem informei deste “recado” e com quem combinei a sequência dos trabalhos de elaboração da nossa parte no quadro da Carta e que envolveriam, por parte do Ministério da Saúde, o Gabinete de Estudos e Planeamento, a Direcção Geral da Saúde e a Escola de Saúde Pública. O coordenador destas três entidades seria um professor de medicina. Falámos em dois ou três nomes.

*

Em 11 de Dezembro, tive numa reunião de despacho com o Secretário de Estado do Ambiente na qual se combinaram muitas coisas:

i) A sequência a dar ao encontro de Frankfurt sobre a Carta Europeia do Ambiente e da Saúde e à minha conversa com a Ministra da Saúde. ii) A necessidade de elaborar um opúsculo sobre a importância do ruído na qualidade do ambiente, o qual visaria, em primeira mão, a preparação da opinião pública para o assunto. iii) A criação de balcões de informação de legislação sobre o ambiente. iv) A elaboração de um relatório para apresentação em Conselho de Ministros, sobre as recentes inundações do Algarve. v) A decisão de proibir o uso de detergentes não biodegradáveis ou com enzimas. vi) A aplicação de uma Directiva Europeia sobre o fósforo que tinha sido recentemente transposta. vii) A elaboração de um projecto de Decreto-Lei sobre a qualidade do ar. viii) A elaboração do Decreto-regulamentar sobre a Ria Formosa, contendo o próprio regulamento do Parque Natural. ix) A próxima apresentação em Conselho de um projecto de Decreto-lei

contendo a nova lei orgânica do Gabinete de Protecção e Segurança Nucleares que tinha sido elaborado com a colaboração da Direcção-geral da Administração Pública. x) A transposição da Directiva das Aves, um despacho que tínhamos preparado sobre a aquacultura e o ambiente e que reclamava um prazo de carência que fixámos num ano. xi) O projecto de Decreto-lei com a nova lei orgânica da ATRIG (Autoridade Técnica para os Riscos Industriais Graves). xii) A actualização das coimas previstas na Convenção de Berna que Portugal tinha assinado. xiii) Uma análise de um parecer da Procuradoria-Geral da República, muito pouco conclusivo e cheio de condicionantes sobre as indemnizações a conceder aos empreiteiros em relação ao molhe do Porto de Sines; estes pediam 800.000 contos e nós avaliávamos o valor a dar em 300.000 contos; a diferença era grande; o parecer ajudava pouco. Tinham sido concedidos quatro novos alvarás para centrais “mini-hídricas”. xiv) A autorização de uma “escada-de-peixes” na ponte-açude de Coimbra. xv) A homologação de um contrato-programa com a Câmara Municipal de Loures para a realização de várias obras no rio Trancão. xvi) A homologação de um contrato-programa com a Câmara Municipal de Castelo Branco para a construção da conduta de abastecimento de água ao concelho; tinha havido uma importante contribuição do FEDER. xvii) A construção de acessos à nova Ponte do Pereira em Montemor. xviii) A resposta a um pedido de entrevista à CONFECOOP. xix) A realização de um espelho de água em Chaves que ficou condicionado a dois factores: só poderia ser feita com obras fixas e depois de concluído o programa de saneamento básico. xx) O lançamento da estação de tratamento de resíduos tóxicos e perigosos que levaria mais de dois anos a construir, mas de que era preciso ter urgentemente o caderno de encargos; a urgência era particularmente determinada pelo que se estava a passar no campo dos resíduos hospitalares. xxi) A nomeação de um vogal para a EPAL. xxii) A preparação da visita do Secretário de Estado a S. Tomé e à Guiné, em relação às quais os pedidos formulados antes e os problemas existentes tinham de ser avaliados ou resolvidos antes da deslocação se realizar.

Tinha de se ser metódico para abordar tantos temas e tão variados em pouco tempo, dando resposta a todos.

*

No despacho de 28 de Dezembro com o Secretário de Estado, verifiquei que tinham sido homologadas mais cinco “mini-hídricas”. Já tínhamos, então, vinte preparadas para ser lançadas. Tratei do diploma sobre estudos de impacto ambiental que tantas compatibilizações tinha requerido. Combinei a visita, para a primavera seguinte aos Parques do Gerês, de Margaraça e da Malcata. Informei-me acerca do estado de adiantamento da elaboração do plano de ordenamento do parque da Malcata. Resolvemos retomar a ideia de lançar um programa de protecção contra as cheias na Região de Lisboa. Chegou-me informação sobre o problema dos cheiros das fábricas de tripas, que eu conhecia por experiência pessoal, mas que não era nada fácil de tratar. Só agora (2015) parece começar a estar debelado.

*

Em 31 de Janeiro de 1990, o Primeiro-Ministro chamou-me para me perguntar se eu tinha qualquer objecção a que fosse criado um Ministério do Ambiente e Recursos Naturais. O tema tinha vindo a assumir importância política crescente, em boa parte devido à resposta que havia sido dada ao longo dos últimos cinco anos, ele entendia dever corresponder a esse novo peso e imagem, elevando a área a ministério. Pediu-me sugestões de nomes para ocupar o cargo de ministro e trocámos impressões acerca do perfil do futuro titular.

No dia 5 de Janeiro de 1990 tomou posse, como Ministro do Ambiente e Recursos Naturais, o meu amigo Prof. Doutor Fernando Real, reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro com quem, durante muitos anos, eu tinha trabalhado de perto. A primeira vez que isso aconteceu foi quando eu era Ministro da Educação e o Prof. Fernando Real o presidente da Junta de Investigações Científicas do Ultramar (JICU). Depois, comigo na Comissão de Coordenação da Região do Norte, foram inúmeras as ocasiões em que mais do que colaborarmos, conspirámos em conjunto, em prol do desenvolvimento da Região do Norte e de Trás-os-Montes, em particular. Tenho gratas recordações do nosso convívio. Era um geólogo distintíssimo.

*

Durante a época do Natal tinha havido cheias no Ribatejo. Elas causam sempre muita emoção em quem vive fora e, especialmente, na televisão, mas não assustam as populações locais, muito habituadas à subida e descida das águas. A televisão, todavia, gosta muito de filmar as estradas cortadas, as escolas fechadas e outros transtornos passageiros similares. Os habitantes olham com naturalidade para o fenómeno tal como se fossem egípcios do Vale do Nilo... Até recebem os bombeiros e os operadores da televisão com jantaradas comidas por todos, visivelmente com agrado, filmadas e exibidas.

Havia que decidir acerca dos escalões de intervenção a declarar: a) para o estado de prevenção seria somente um despacho simples do Ministro da Administração Interna; b) para o estado de alerta deveria ser um despacho conjunto do MAI e do Ministro do Planeamento que, nessa ocasião, tinha a tutela dos recursos hídricos; c) para o estado de emergência já era reclamado um despacho do Primeiro-Ministro ou uma Resolução do Conselho de Ministros. Foi por esta última modalidade que se optou. Fiquei encarregado de propor um texto que falasse no controlo das cheias, na descarga das barragens que deveria ser articulada com Espanha e na articulação de todos os serviços potencialmente intervenientes. Assim foi feito. Admitia-se a hipótese de, posteriormente fazer uma declaração de calamidade que teria de revestir a forma de Resolução do Conselho de Ministros.



CAPÍTULO XIX

A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

Um dia apresentei uma proposta de Decreto-Lei visando a criação de um Instituto de Ciências do Mar que acabou por ver a luz muitos anos e muitos governos depois. O objectivo não era absorver as competências de alguns dos institutos existentes, mas antes articular a sua actividade, quer entre si, quer com outras novas que era preciso desenvolver. Pois os meus colegas, transmitindo, naturalmente, as dores dos institutos que tutelavam, foram eloquentíssimos na defesa do que eles (não) faziam. Os mais enofrados foram o INIP (Instituto Nacional de Investigação das Pescas) e a Escola Náutica do Infante D. Henrique que se sentiram ameaçados na sua autonomia por não fazerem nada ou fazerem pouco. Mas até o Ministro das Finanças opôs objecções, em matéria de gastos, não querendo entender que o objectivo era articular actividades para obter melhores resultados. O único que veio em meu apoio foi o Ministro da Educação, que deveria estar mais bem informado acerca da vida tranquila que as instituições que reagiam viam ameaçada.

É evidente que o Secretário de Estado deveria ter ocupado mais tempo em conversas bilaterais com os seus pares dos outros ministérios. É, todavia, sintomático que os que mais protestaram foram os que menos faziam. Como já disse, teve que se esperar alguns anos até o assunto estar maduro.

*

Tendo em vista uma exposição em Conselho de Ministros acerca da política de Ciência e Tecnologia que eu propunha, reuni com o Secretário de Estado e com o Presidente da JNICT. Tive ocasião de insistir na prioridade que, em meu entender, deveria ser dada à formação avançada, em boas escolas europeias e americanas. Insisti em que não se privilegiasse o vínculo dos cientistas ao Estado; não eram

necessários funcionários-investigadores; precisávamos de que eles fossem para as empresas ou para laboratórios que trabalhassem para empresas.

Os projectos de investigação deveriam ser apresentados e cuidadosamente analisados. Lembro-me de um reitor ter protestado comigo por causa do que ele considerava os “famigerados” projectos. Entendia que o privilégio deveria ser dado ao prestígio do investigador a quem seria oferecida liberdade de investigar o que quisesse. Suponho que não cheguei a convencê-lo da necessidade de prestação de contas da afectação de dinheiros públicos.

Recomendei calma (disse: não embandeirar em arco...), porque sabia que os dinheiros que, para nós, haveriam de vir seriam sempre muito regateados por outros, dentro do Governo e criticados ferozmente por muitos mais fora dele. Apesar de tudo, eu pretendia a assunção de um compromisso firme do Governo, em relação ao sector. Nada é mais negativo do que o financiamento “en accordéon” que não permite levar a cabo um plano que, pela natureza das coisas, não pode deixar de ser de médio-longo prazo.

Eu pretendia que ficasse explicitada a nossa contribuição para o CERN (Centre Européen de Recherche Nucleaire) que era, então, de 400.000 contos anuais. Impunha-se, naturalmente, extrair do CERN muito mais, nomeadamente no campo da formação.

O documento a apresentar em Conselho deveria ser sintético, de modo que todos o lessem e claro nos seus propósitos. Nesta área são comuns os relatórios opacos que irritam por serem pretensiosos e não são eficazes, porque as pessoas não ficam a saber o que se lhes pede para aprovarem.

*

A criação de uma Associação das Ciências do Atlântico era um tema recorrente nas minhas reuniões de trabalho com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia. Queríamos que ela tivesse sede em Lisboa. Mas, para isso, era preciso oferecer as instalações e sustentar um pequeno secretariado. Tratava-se de começar pela inventariação dos problemas relevantes para o desenvolvimento dos países da bacia atlântica e que pudessem ser abordados de uma forma comum. Mas o Secretário de Estado Espanhol opunha-se à ideia.

*

A investigação científica feita em Portugal lucrará sempre em ser conduzida em rede com instituições internacionais de ponta. Em fins de Dezembro de 1987, insisti para que as nossas contribuições para o Fundo CERN (Centre Européen de Recherche Nucleaire) estivessem em dia, de modo a podermos mandar sempre mais investigadores, com vista à sua formação.

*

Durante o meu período de responsabilidade como Ministro da Ciência o meu correspondente espanhol era o Ministro da Educação. Consegui estabelecer relações com o Consejo Superior de Investigaciones Científicas, parceiro da JNICT, mas sempre os achei muito pouco voltados para o exterior, apesar de terem valores reais em muitas áreas. A perspectiva “imperial” mantem-se em muitos comportamentos. O Ministro Espanhol com quem me entendi melhor foi o Javier Solana que tutelava a Educação e a Ciência, mas já estava com os olhos postos nas relações internacionais e no papel de relevo que viria a ter como responsável pela política externa da União Europeia. Homem culto, muito vivo e atento e com uma enorme simpatia pessoal.

*

Foi no meu tempo que se iniciaram as idas à China (Cantão) para reforçar laços no domínio da Ciência. Tudo estava articulado com Macau e era sempre por lá que se passava, mesmo quando se tratava de assegurar uma colaboração no domínio do Direito. Eles pretendiam obter a tradução de algumas obras de Direito Português para Chinês. Quando propus isso a uma universidade portuguesa, o reitor, com grande sentido das proporções (...) foi contra, dizendo que se eles quisessem deveriam aprender primeiro português vendo, então, aberto um mundo que os haveria de surpreender... Não faço comentários. Conseguiram-se os nossos intentos, através da Universidade de Macau. É por isso que eu sou favorável à manutenção de laços estreitos com as instituições do nosso antigo território. Elas podem estabelecer muitas pontes com a China, não só para efeitos práticos comerciais imediatos, mas também no estudo e compreensão da filosofia (neo-confucionismo)

da mentalidade dos Chineses, tão diversa da tradição individualista ocidental e que vai ser preciso entender profundamente se quisermos olhar para as relações com a nova potência de maneira profunda e integrada.

*

A primeira ideia para fazer um Parque de Ciência e Tecnologia foi levá-lo para a Península de Setúbal, por razões óbvias. Era preciso animar a área e ajudar a constituir empresas inovadoras que ajudassem a renovar o seu tecido produtivo. Além de ter posto técnicos a estudar, pedi ao meu colega francês para me proporcionar a visita de especialistas ligados à construção e exploração de Sophia Antipolis (localizada perto de Nice) para irmos formulando a nossa ideia. Vieram três, encarregados de aspectos diversos da operação. Para ilustrar as dificuldades correntes, na manhã em que eles se dirigiram para Setúbal e na volta ao fim da tarde, o tráfego tinha-se encarregado de ser ainda pior do que era habitualmente. Recebi-os já ao fim do dia. Não podiam ter sido mais sintéticos e mais taxativos. Para um parque de ciência vingar e exercer plenamente as suas funções deve dispor de: (a) boa acessibilidade física; (b) boa acessibilidade em termos de telecomunicações; (c) proximidade de uma universidade onde trabalhem muitos dos seus quadros e (d) um bom ambiente geral. Em matéria de acessibilidade disseram-me mesmo que alguns dos seus visitantes, empresários ou investigadores tomavam o helicóptero no aeroporto de Nice para se dirigirem a Sophia Antipolis (que fica a menos de 50 km por uma estrada, aliás razoável).

A ideia de levar a tecnopolis bem para dentro da área em crise ficou logo arredada.

*

Como deve ser de rigor, eu tinha a maior abertura nas minhas conversas com os Secretários de Estado. Não devia ficar nada de importante de reserva. Foi, assim, que em 26 de Janeiro de 1988, eu insisti com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia para que o Presidente da JNICT, Prof. Mariano Gago fizesse comunicações aos cientistas e aos jornalistas mais positivas e concretas, não se refugiando em formulações que causavam alguma perplexidade.

*

Em relação à formulação do Sistema Nacional de Informação Geográfica, havia necessidade de compatibilizar a estrutura antiga do Instituto Geográfico e Cadastral com a nova. Tanto o antigo responsável como o novo eram pessoas muito bem educadas, mas que não conseguiam chegar à apresentação de uma proposta comum. Vieram dizer-me que ambos tinham “óptimas conversas, mas grandes desentendimentos”. Eram dois mundos que se confrontavam, com punhos de renda. Manifestamente, tinha de ser eu a tomar as decisões. Conversei com ambos em separado e, depois, em conjunto. Procurei uma solução de equilíbrio que foi aceite, com alívio, pelas duas partes. Ninguém perdeu a face.

*

Já referi que uma das minhas preocupações, em matéria de política científica, era fazer com que Portugal participasse activamente em projectos com parceiros que estimulasse as nossas equipas e com quem estivéssemos integrados nas redes internacionais de investigação. Por isso, em 29/02/88, encontrei-me, em Paris, com o Senhor Fels, Director-adjunto do EUREKA, uma rede muito cara ao Presidente François Mitterand e na qual eu pretendia ver Portugal inserido activamente. O EUREKA não dispunha de fundos adicionais, mas facultava contactos que nós não podíamos desperdiçar. Assim aconteceu. Fomos um parceiro estimado pelos outros membros. A nossa actividade foi-se desenvolvendo, particularmente durante o tempo em que o Ministro da Ciência francês foi François Fillon, posteriormente Primeiro-Ministro e com quem desenvolvi laços de cooperação e de cumplicidade que eu sempre estimei particularmente. Trata-se de um homem muito inteligente e hábil, com uma grande capacidade de realização. A França tem, muitas vezes, ministros auto-suficientes e arrogantes. Mas quando converge a formação numa das suas “Hautes Écoles” com uma visão alargada do mundo e com a frequência assídua dos meios internacionais, o resultado é insuperável. Tive a sorte de encontrar, ao longo da minha vida, numerosos exemplos do que eu posso designar como a “excelência francesa”. Tenho pena de ter visto morrer cedo alguns deles e de as circunstâncias da vida não terem favorecido a manutenção dos laços que, para meu gosto, foram demasiadamente transitórios.

*

Aproveitei a estadia em Paris para ter uma sessão de trabalho com o meu amigo Embaixador José Augusto Seabra, nosso representante junto da UNESCO. Esta é uma organização gigantesca, com uma dispersão de meios de acção enorme, onde muita gente procura abrigo para os mais diversos projectos que, raras vezes, conseguem os fundos de que precisam. Mas é preciso saber o que se quer da organização para poder orientar as solicitações. Foi esse o objectivo do nosso encontro.

Estava a iniciar-se a chamada Década do Desenvolvimento. Foi criado um comité. Era preciso designar o delegado português. Logo disse que me parecia que a pessoa indicada fosse o próprio Embaixador; era isso que eu iria recomendar ao meu Colega dos Negócios Estrangeiros. Não há nada pior do que a dispersão de meios e de representações. O Embaixador seria assistido nessa sua acção por representantes para a Ciência e para o Ambiente (MPAT), para a Educação e para a Cultura. Mais do que qualquer outra coisa, esse comité seria um “bailleur de fonds” que nos pudesse servir para apoiar as acções que tivéssemos em mente. O Embaixador gostaria de ver avançar projectos sobre o interculturalismo, o desenvolvimento regional e a cooperação com países como Cabo Verde.

Propus ao Embaixador que desenvolvéssemos um trabalho de fundo para definir em que é que Portugal deveria insistir nas suas relações com a UNESCO, para que a organização não fosse simplesmente um palco para as “grandes missas” que eram os encontros anuais dos Ministros da Educação e um pequeno palco para encontros praticamente inconsequentes de intelectuais de áreas muito variadas, cuja falta de focagem continha o germe da sua inoperabilidade. Pedi-lhe, particularmente, que favorecesse que uma instância adequada da UNESCO fosse uma “vitrina” eficaz da ciência portuguesa, em todos os sectores, nomeadamente no das áreas sociais para as quais o sabia mais sensível.

Eu tinha-lhe pedido para organizar, numa sala do refeitório da UNESCO, um almoço com os cientistas portugueses a trabalhar em França, e especialmente em Paris, para que eu lhes dissesse o que estávamos a fazer neste domínio em Portugal. O Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia acompanhou-me, tendo os dois partilhado o encargo da exposição pormenorizada que insistimos em fazer. Sublinhámos que não dependiam do Ministério as unidades científicas. Nós só

curávamos de coordenar os meios postos à disposição do sector, através da JNICT. Tínhamos dado prioridade à formação de investigadores e insistíamos num esforço de coordenação apertado, com vista a obter o máximo dos meios que nos foram atribuídos. Os laboratórios continuavam a depender ou das universidades ou dos ministros sectoriais onde tinham sido criados. Gostaríamos de estimular a investigação feita dentro das empresas ou encomendada pelas empresas. Tínhamos como objectivo a cooperação externa que induzisse sinergias nas nossas próprias unidades. O programa mobilizador que tínhamos definido havia tido a preocupação de não tolher a criatividade dos cientistas portugueses mas havíamos definido sectores prioritários. Em nosso entender, já não existiam só promessas, mas também algumas realidades. Tínhamos tentado envolver as universidades, mas estava fora de causa criar novos grandes Laboratórios do Estado. Devia-se explorar, sobretudo, a investigação dentro das universidades e nas associações sem-fins-lucrativos. Queríamos, naturalmente, apoiar a chamada “investigação pura” mas pretendíamos ver surgir algumas aplicações que permitissem sustentar toda a estrutura financeira do sector. Disse, claramente, que não achava equilibrada a distribuição de 2/3 da investigação correspondente ao sector público e 1/3 ao sector privado e referi concretamente a subida sustentada das verbas orientadas para o sector, ao longo dos três últimos anos.

Na minha audiência estavam os nomes mais sonoros da comunidade científica portuguesa radicada em França. Sucedia que todos tinham emigrado para lá antes do 25 de Abril. Não havia, ainda, nenhum bolseiro ou investigador expatriado depois dessa data. Surpreendeu-me a falta de informação que tinham em relação ao estado do país. Pareceu-me que a maior parte tinha cortado as amarras há muito, não estando particularmente interessados em voltar a lançá-las.

Comecei por me felicitar, interiormente, por ter decidido fazer aquela sessão. No final, todavia, fiquei com o gosto amargo de ter falado a ilustres patrícios que já tinham optado por outra vida. Um ou dois ainda vieram cá beneficiar-nos com a sua experiência e saber. Os outros estavam demasiadamente marcados por uma experiência negativa, na maior parte com origens político-ideológicas, não querendo conceder que o país já havia mudado ou estava em processo de mudança. Queriam estatutos especiais; temiam que Portugal fosse absorvido pela Comuni-

dade Europeia, perdendo a sua identidade; pretendiam respostas para a garantia da continuidade dos projectos, para a hipótese de regressarem a Portugal; gostariam que eu esclarecesse o que aconteceria aos projectos de ciências humanas, uma vez que me tinha referido especialmente a outros temas; queriam saber da minha sensibilidade em relação á criação de polos em áreas seleccionadas e à criação de centros de excelência europeus... Concluí que, para a maior parte, Portugal já não estava nos seus horizontes. Haviam saído traumatizados e insistiam em referir-se ao quadro português como ainda sendo aquele que um dia os repeliu. Eram Portugueses e, por isso, mantiveram sempre a cortesia habitual. Mas era evidente que estavam amargos e não confiavam facilmente no que lhes era dito. Hoje (2014), penso muitas vezes no que acontecerá à nova geração de emigrantes muito bem preparados que estão a atravessar a fronteira. Se eles demorarem vinte anos a regressar, o mais natural é que já não estejam disponíveis para apostar, de novo, em quem não lhes assegurou as condições que eles pretendiam. Tudo isto é muito melancólico, especialmente para quem viveu intensamente numa época de confiança e de esperança.

*

Os investigadores que não eram docentes universitários ansiavam, há muito tempo por um estatuto que lhes garantisse segurança no seu emprego. O Decreto-Lei n.º 68/88, de 3 de Março veio regulamentar a carreira de investigação científica a aplicar a todos os serviços e organismos de investigação científica. Estabelecia cinco escalões: (a) o estagiário de investigação; (b) o assistente de investigação; (c) o investigador auxiliar; (d) o investigador principal e (e) o investigador coordenador. Como se vê pelos títulos, havia uma grande articulação com o consignado no Estatuto da Carreira Docente Universitária. Os investigadores eram regidos por muita legislação dispersa. Este diploma veio unificar muitos preceitos que reclamavam homogeneidade. Ele permitiu apaziguar muitas tensões e ansiedades.

*

O nosso programa para estimular a investigação científica não podia prescindir de um envolvimento activo das Universidades. Fiz muitas reuniões de ausculta-

ção e de incentivação. Uma delas teve lugar na Universidade do Porto (11/03/88), na qual juntei representantes das universidades da Região do Norte, aliás ligadas no quadro da AUIURN (Associação das Universidades e Institutos Universitários da Região do Norte) presidida pelo Prof. Fernando Real.

Chamaram a atenção para: a importância da formação de recursos humanos; a avaliação da investigação feita por instituições independentes; o financiamento sempre crescente do sector (o que veio a acontecer); o despertar da vocação de investigador durante a permanência dos alunos na universidade; a importância da análise de projectos candidatos aos dinheiros disponíveis; a necessidade de contemplar, de modo especial, as instituições jovens, nomeadamente as universidades reformadas; as infra-estruturas de arranque para as novas áreas de investigação; o papel dos institutos de inovação tecnológica como instrumentos de ligação às empresas; a resolução de pequenas questões ligadas quer a instalações quer ao pessoal de apoio; a rigidez das regras administrativas que escapavam muitas vezes aos investigadores; a formação de pessoal técnico de apoio aos investigadores; a necessidade de formação de redes, a começar pela própria universidade, dentro da qual o isolamento de cada unidade de investigação ou de formação é a situação mais corrente; a internacionalização das nossas instituições e dos nossos investigadores; o intercâmbio de investigadores e de estudantes; a importância de trabalhar em rede e com rede; a necessidade de se dispor de instâncias de acompanhamento da investigação em curso (avaliação *ex-ante*, *ex-post* e *ad itinere*).

Devo dizer que nenhum destes aspectos tinha sido esquecido na definição que tínhamos feito das linhas de política a seguir. Tanto o Secretário de Estado como o Presidente da JNICT participaram com os seus comentários nesta longa auscultação. Só o Reitor se referiu expressamente ao interesse da mobilidade dos investigadores entre a universidade e as empresas, o que está longe de ser uma operação simples por causa da estabilidade de uma das carreiras face à grande flexibilidade da outra. Mas a questão foi levantada.

Este tipo de reuniões é indispensável para auscultar e para transmitir informações. Não se pense que chegámos à situação actual sem uma lenta mas progressiva mudança de hábitos em estruturas que não gostam nada de mudar, quando isso implica perda de privilégios ou acréscimo de esforço.

*

Os Conselhos dos Ministros da Ciência, em Bruxelas, são como todos os outros, muito formais. Há uma agenda que tem de se cumprir, tendo a preparação dos assuntos sido feita pelos membros da Administração Comunitária em conjunto com os membros das Representações Permanentes. As intervenções dos ministros, durante as reuniões são muito previsíveis, porque o seu conteúdo já foi transmitido a todos os outros. Por isso, sentiu-se a necessidade de reservar o almoço para discutir abertamente temas que nós sabíamos que nos haveriam de ocupar, mais tarde ou mais cedo. A responsabilidade de condução dos trabalhos cabia sempre ao ministro do país que assegurava a presidência. Devo dizer que era essa, seguramente, a parte mais criativa dos nossos encontros.

No dia 11 de Abril de 1988, a discussão andou à volta dos temas a que deveríamos dar prioridade. Elenco-os para se ver como se geram as linhas de preocupação futura. Achávamos que deveríamos dar muita atenção à investigação no campo da biotecnologia. Ela iria ter, no futuro próximo, importância idêntica à que recentemente tinha tido a informática. Por isso, deveríamos lançar as bases para que a investigação no sector se expandisse nas melhores condições. Deveríamos saber o que estavam os japoneses a fazer neste domínio, porque tínhamos notícia de que estavam avançados. Aconselhámos a administração a fazer um inquérito junto dos cientistas do sector, mas, desta vez, também alargado aos “human scientists”, porque sentíamos que haveria, mais do que adjacências, secâncias entre os dois campos que mutuamente haveriam de exercer influência. Recomendámos que se fizesse um simpósio sobre bio-ética, domínio em que eu já vinha a trabalhar em Portugal. Aconselhámos a que fosse feito o levantamento dos centros de excelência europeus no campo das biociências que já então eram muitos; Portugal dispunha de alguns, havendo ideias para constituir outros a breve trecho o que, de facto, veio a acontecer. Para fomentar a cooperação, recomendámos que a investigação comum, dentro da Comunidade, adoptasse o modelo dos “consortia” que estimulava a formação de núcleos que avançavam rapidamente no seu trabalho.

Como se pode ver, em pouco mais de uma hora, foram produzidas orientações estratégicas que haveriam de produzir resultados excelentes, nomeadamente

para os Portugueses que passaram a fazer parte do grupo dos bio-cientistas mais conceituados na Europa.

*

Em meados de Abril de 1988, foi a Conselho de Ministros o projecto da nova Lei Orgânica da JNICT na qual havia a proposta de conferir ao seu Presidente o estatuto de reitor. Isso foi o pretexto para chamar a atenção para os grandes desequilíbrios que isso criaria, dentro da esfera dos dirigentes da função pública. Mas, o que me preocupou mais foi que, com base nessa pretensão, começou a levantar-se um coro de críticas em relação ao pendor demasiado “científico” e universitário e pouco tecnológico e industrial da política de Ciência e Tecnologia que vínhamos seguindo. Eu insistia na prioridade dada à formação de novos investigadores. Mas, como sempre sucede, havia quem ambicionasse os meios disponíveis para acções de natureza e consequências mais imediatistas. Não se pense que não há equilíbrios a fazer mesmo quando houve, anteriormente, acordo em torno de uma orientação política geral.

Vistas as coisas a esta distância (2014), folgo verificar que os resultados apontam para o acerto da prioridade em que eu acreditava, conjugada com um crescimento crescente dos meios atribuídos ao sector. Sem investigadores, não há investigação. A verdade é que o projecto de lei orgânica voltou para trás e teve de ser refeito, com grande relutância do Secretário de Estado. Ela deveria seguir o padrão geral.

*

O Ministro da Indústria pretendia ver o seu orçamento reforçado com verbas que estavam destinadas à Ciência e Tecnologia. Entendia que a inovação vinha, especialmente, da comunidade empresarial e não da comunidade científica. E, por isso, pretendia que os recursos passassem para a sua gestão directa. O meu receio era que eles desaparecessem sem deixar rastros, afectados na maior parte dos casos à compra de nova maquinaria que é a forma mais rápida de inovar mas que vai reforçar o sistema científico e tecnológico dos países que a fornecem, não estimulando a inovação de fundo de que nós necessitávamos.

Eu estava de acordo com a prioridade dada pelo Ministro da Indústria às cinco áreas seguintes: i) complexo electrónico (automação, robótica, tecnologias da informação); ii) tecnologias da energia; iii) biotecnologias; iv) tecnologias dos materiais (cerâmicas, materiais compósitos, etc.) e v) tecnologias do oceano e do espaço.

Mas eu pretendia estimular a encomenda, pelas nossas empresas, de estudos e projectos à nossa própria comunidade científica. Não me satisfazia a compra do que eu chamava a “quinquilharia” ao estrangeiro. As pessoas percebiam que eu estava a optar pelo caminho mais árduo, mas que era também o mais sustentado a longo-prazo. Daí a prioridade atribuída à formação da matéria cinzenta.

Não comandando os dinheiros, o Ministro da Indústria queria, pelo menos, ter conhecimento das acções apoiadas no âmbito do sistema científico e tecnológico e que tivessem como interlocutoras directas as empresas industriais. Eu não via inconveniente nenhum nisso, mas gostaria, também, de ver estimulada a encomenda de investigação das empresas aos centros de pesquisa. Ganhava-se, duas vezes, se ambas as partes fossem lestras.

*

Numa das minhas idas a Bruxelas para participar no Conselho dos Ministros da Ciência fui visitar uma exposição dos projectos “ESPRIT”. Em Abril de 1988 participávamos em 16 projectos, a maior parte deles através do INESC. Falei com muitas das equipas de projecto que tinham participantes portugueses. Em todas elas me foram feitas referências elogiosas acerca da sua contribuição. Em nenhum caso me foi referido que eles eram “sleeping partners”. Estavam bem acordados e participavam com entusiasmo.

*

Um dia auscultei o Ministro da Educação acerca das suas prioridades em matéria de investigação. Apontou as seguintes: pedagogia e psicologia, ciências do comportamento humano; tecnologias da construção; ergonomia e equipamento; gestão e ciências da administração; mudança e reacção à mudança; o papel da comunicação social na educação.

Os termos de referência das encomendas de estudos, o acompanhamento da investigação e a avaliação dos resultados, em meu entender, deveria caber totalmente a órgãos do Ministério da Educação.

*

A informação tem de ser sempre redundante, para se ficar com a certeza de que haverá poucos destinatários a escapar à malha que queremos constituir. Por outro lado, tratando-se os destinatários de altos responsáveis das instituições-alvo, a comunicação tem de ser estabelecida ao mais alto nível. E não pode ser feita, como vi algumas vezes, com o ministro a abrir a sessão, deixando depois o encargo da transmissão de informação a um director-geral, por muito competente que este seja. Tudo é mais exigente, ainda, quando os destinatários são académicos responsáveis por laboratórios ou unidades de investigação. Por isso, em sessões com a comunidade científica eu reservava a manhã ou a tarde para uma longa troca de impressões em que quem mais lucrava era eu próprio, porque ficava a saber o que é que pensavam os meus interlocutores acerca das propostas que eu lhes fazia e aprendia muito mais, dado que eles elaboravam sempre sobre outros assuntos que os preocupavam.

No dia 25 de Abril de 1988, visitei a Universidade Nova de Lisboa para auscultar os seus responsáveis acerca da forma como as suas unidades de investigação aproveitavam os meios que lhes estavam destinados. A preocupação fundamental residia no modo como os investigadores iriam buscar o complemento indispensável para os meios que lhes eram destinados e que cobriam somente 50% das despesas. O objectivo era mesmo esse. Levá-los a ir “vender” os seus projectos a quem neles pudesse estar interessado: empresas ou instituições que lucrassem com a investigação feita (no domínio da saúde, por exemplo) e que, por tirarem benefício dos novos conhecimentos adquiridos, estivessem em posição de pagar os outros 50% e, mais importante do que isso, acompanhar e avaliar a investigação em curso. Mas era a negociação desses 50% que aborrecia os investigadores e até as autoridades administrativas que os apoiavam, porque era, evidentemente, mais fácil gerir 100% do que ter de justificar, antes, durante e depois os 50% que eram supostos ser mais exigentes em matéria de resultados.

Estavam de acordo em relação à constituição de centros de excelência, porque tinham confiança nas suas próprias capacidades, não pondo dúvidas em que seriam bem classificados. Isso era, naturalmente, muito bom. Eu entusiasmava-os a criar as massas críticas indispensáveis por via da formação de redes que agregassem competências variadas e já disponíveis nos níveis de qualidade que eram recomendáveis. Havia quem propusesse a constituição de fundos autónomos para financiar 100% da investigação fundamental, para a qual muitos se sentiam mais atraídos. Eram as negociações com os potenciais utilizadores dos resultados que lhes causavam mais engulhos.

Foram numerosas as vezes em que lhes dei o exemplo do Weizmann Institute, em Israel. A experiência mostra que, após os 45/50 anos, um investigador já não inova muito, mas sabe muito acerca do processo de pesquisa. Por isso podem-lhe ser confiadas missões de contacto com os utilizadores potenciais, com quem eles podem discutir os assuntos com conhecimento de causa. Deveriam ser constituídos grupos de angariadores de projectos que tivessem essas altas valências e que pudessem estabelecer “pontes” eficazes entre quem precisa de conhecimentos e quem está em posição de os produzir.

Pretendiam apoio para concorrer a programas europeus. Eu estava de acordo quanto a isto. Os concursos em Bruxelas pressupõem não só um conhecimento profundo das suas regras como também o domínio da linguagem que os projectos devem usar para ultrapassar as diferentes barreiras dos avaliadores. É conhecido o sucesso de certo investigador na área dos caminhos-de-ferro que é um ganhador sistemático porque utiliza a linguagem que ele próprio definiu porque, como especialista, foi ele quem estabeleceu as regras dos concursos a pedido da Administração Comunitária. O conhecimento minucioso da forma de apresentação das candidaturas que corresponde à “música” que os avaliadores gostam de ouvir é indispensável para, pelo menos, ultrapassar as primeiras eliminatórias. Quando se chega a integrar uma “short list”, aí são outros os critérios. Mas, a ultrapassagem da fase vestibular reclama alguma preparação que se tem de adquirir. A forma mais fácil de o fazer é por via da participação em consórcios nos quais já haja parceiros com experiência na matéria, com a condição de manter sempre os olhos bem abertos.

Houve um meu velho conhecido que insistiu, muito justamente, na necessidade de se ser selectivo. Não podemos ser bons em tudo. Então, escolhamos os domínios em que temos possibilidade de ser os melhores. Por muito cruel que isso pareça ser, no campo da investigação interessam pouco o quinto ou o sexto lugares. Só nos primeiros se tem probabilidade de sobreviver. E tanto a expansão física como a humana da comunidade científica e dos seus equipamentos demoram tempo. Por isso, as parcerias com laboratórios estrangeiros mais avançados podem ser de grande valia para quem quer andar depressa.

A preparação das propostas de candidatura a esses programas reclama alguns meios, além do tempo exigido aos proponentes. Houve quem quisesse apoio para esse efeito. Eu insistia no sentido do risco, porque estou convencido de que se tudo se faz sempre com rede de segurança, o empenhamento e a ousadia são menores. Houve quem recomendasse a conveniência de o ministério organizar cursos de gestão de projectos de investigação, com o que eu estive de acordo. E houve, também, quem sublinhasse a importância do controlo da qualidade da investigação realizada, o que me agradou imensamente ouvir. Estava presente um empresário que era dirigente associativo e que recomendou que eu desenvolvesse também acções de sensibilização juntos dos empresários, tendo em vista a “encomenda” de conhecimentos que lhes permitissem inovar nos seus sectores. Queria mesmo a constituição de um fórum permanente de ligação. Acabaram por ser constituídos alguns, uns exclusivamente nacionais, outros internacionais. Eu continuo convencido, contudo, que a acção mais eficaz é a directa entre quem precisa de novos conhecimentos e quem tem capacidade para lhes fornecer.

Em determinada ocasião, houve um professor que constatou, em voz alta que “estas reuniões são úteis!”... Era esse o meu propósito.

Nestes encontros era sistemática a recomendação para se formar pessoal técnico, capaz de operar com o equipamento cada vez mais refinado que é usado. Havia a consciência de que esse equipamento é cada vez mais caro e de que tem de ser usado em permanência. Daí a partilha do seu uso por diversas instituições e a necessidade de uma análise muito criteriosa com vista à sua aquisição. Eram referidas muitas histórias de equipamento que tinha sido adquirido por pressão de alguém com capacidade para o fazer junto dos decisores e que, depois, tinha

ficado encostado, sem utilidade, porque não havia investigadores nem técnicos que nele soubessem mexer. Estas observações mostravam que a comunidade científica estava bem a par do que se passava nas instituições dos seus pares. Para escapar à acusação de favoritismo era preciso definir regras para o apoio público à aquisição do equipamento.

Houve quem me apoiasse na prioridade conferida à formação. Um professor afirmou, mesmo, que o sistema científico era de grande inércia, devendo começar-se por formar os seus membros, porque isso representava a tarefa que mais tempo demorava. O mesmo alertou para a velocidade lenta da progressão, pelo menos nos primeiros tempos, do sistema científico e tecnológico. Só depois de muito rodado é que ele começaria a produzir resultados visíveis.

Muitos insistiram na transparência de processos, coisa com a qual eu não podia estar mais de acordo. Alguns incitaram-me a injectar “doutores na indústria”. Até essa altura, o doutoramento era especialmente um passo indispensável e próprio de uma carreira académica. Hoje, felizmente, há numerosos doutores que foram directamente para as empresas, não contemplando sequer a ideia de ficarem confinados à actividade docente. Mesmo os que a exercem, querem sempre vê-la acompanhada de investigação realizada por encomenda ou por concurso. A verdade é que, depois destas reuniões, em que a abordagem directa das questões era de regra, as coisas não ficavam na mesma. Nunca dei o tempo nelas ocupado como mal empregue.

*

A questão das patentes relativas aos novos conhecimentos resultantes da investigação científica é um velho problema com que nos debatemos. Em fins de maio de 1988 tive uma reunião com o presidente da Associação Portuguesa de Criatividade para ver de que modo poderíamos apoiar o registo das novas patentes.

Não há unanimidade em relação a esta questão. Uma vez moderei um encontro internacional no qual um investigador de sucesso de uma importante unidade de investigação finlandesa afirmou, sem margem para dúvidas, que não registava nenhuma patente, porque isso seria comunicar aos seus concorrentes o caminho por onde estava a prosseguir na sua investigação. Preferia surpreendê-

-los com uma aplicação de que eles não conheciam nem a génese nem o trajecto, em vez de lhes ir apontando os passos que estava a dar. Mas a grande maioria dos investigadores não pensa assim. Prefere ir registando o que vai descobrindo, assegurando os direitos de utilização, durante o período fixado, daquilo que é o fruto do seu trabalho.

O registo de patentes é caro e complexo. Uma das causas da demora respeita à tradução em todas as línguas da Comunidade, coisa que eu sempre incentivei que fosse dispensada. Se isso complica tudo e se as vantagens de dispor de patentes são reais, não me faz impressão nenhuma que o inglês, como língua franca, seja o idioma utilizado para o registo.

O meu interlocutor recomendava-me que houvesse maior articulação da JNICT com o IAPMEI e o LNETI, em matéria de registo e difusão de patentes, coisa em que eu estava, obviamente, de acordo. Sucede que ele estava a propor-me o tipo de actividade que é mais difícil, em Portugal: a coordenação! Não creio que a criação de um fundo de apoio ao registo de patentes conduza a alguma coisa de sólido. Põem-se questões intermináveis de selecção dos pedidos a apoiar, o que conduz a processos burocráticos intrincadíssimos, num país que tem, manifestamente, o fascínio da burocracia. Parece-me que o caminho a seguir passa pela simplificação do processo (pedido de patente, exame da patente, concessão de patente e registo da patente) e, naturalmente, por tudo quanto possa ser feito para a redução do custo de cada patente, nomeadamente a pertença ao Instituto Europeu de Patentes. É óbvio que o registo de cada patente por um investigador individual será sempre oneroso; por isso devem ser as instituições a curar da protecção dos conhecimentos que os seus investigadores descobrem e, naturalmente também, da aplicação dos mesmos de modo a gerar proveitos que compensem tudo quanto neles se investiu.

*

O Conselho de Ministros da Ciência reuniu-se, no Luxemburgo, no dia 29 de Junho de 1988. Começou por se debater o pedido de fundos do projecto EUREKA para a sua concretização. O projecto era particularmente estimado pelo Presidente Mitterand e visava, especialmente, a investigação pré-competitiva. Mas

não estava dotado de fundos e essa era a sua maior debilidade. Havia um outro projecto chamado PORTEFEUILLE, que tinha começado em 1985 e visava uma gama de investigação mais competitiva; mas não teve grande sequência. O Conselho solicitou à Comissão um parecer sobre o financiamento do EUREKA; mas ela estava a demorar muito a produzi-lo; suponho que uma das dificuldades residia no facto de qualquer eventual financiamento do EUREKA ir ter de sair dos fundos já afectos aos projectos da própria Comunidade Europeia; por isso a comissão “arrastava os pés” na produção de um aconselhamento.

Os diferentes ministros solicitaram que os esforços (Comunidade e EUREKA) se integrassem; que se evitasse a burocratização do EUREKA; que se desenvolvessem mecanismos para assegurar o rigor dos seus procedimentos; que se visse da possibilidade de aumentar a contribuição da Comunidade para o EUREKA, mas sem pôr em causa nem o programa-quadro para a Ciência nem outros projectos comunitários... Era aqui que residia a dificuldade. O ministro alemão, que presidia, agradeceu ao Comissário Narjes os esforços feitos e formulou votos para que fossem encontrados os almejados meios. Para mim ficou claro que levar a cabo qualquer iniciativa, por muito interessante que ela seja, se não for dotada de meios logo desde o princípio e ficar à espera do que outros projectos lhe cedam, está votada às maiores dificuldades. Mesmo tendo grandes “padrinhos”!... Em resumo, todos apoiavam e prometeram dar a maior atenção, mas ninguém – nem a Comissão – disse onde se deveriam ir buscar os meios.

O Conselho devotou muito tempo à discussão sobre a difusão dos resultados da investigação científica. Sabia-se que o período observado para pôr em prática os resultados de uma dada linha de investigação oscilava entre cinco e dez anos (patentes, licenças, etc.). Dever-se-ia, por isso, procurar generalizar normas europeias a este respeito e simplificar o que fosse desnecessariamente complicado, nomeadamente a tradução para todas as línguas da comunidade dos registos das patentes, como já sugeri.

Houve um apelo para maior cooperação europeia no domínio da biotecnologia. Referiu-se a iniciativa japonesa “Human Science Frontier”, para constatar a necessidade daquela cooperação. O nosso Instituto de Biologia Experimental e Tecnologia (IBET), de Oeiras, haveria de nascer, formalmente, somente no ano

seguinte (1989), mas já tinha havido muitas conversas com o Prof. António Xavier e com o Prof. Manuel Carrondo (meu antigo aluno) com vista à sua constituição. Eu sabia, por isso, que nós iríamos participar do movimento de dinamização do sector. Não poderíamos deixar de o acompanhar.

Foi neste Conselho que se abordou, também, a investigação para a indústria aeronáutica. Era, então, um sector doente; só os Ministérios da Defesa de cada país eram os seus clientes; as companhias de navegação aérea tinham os seus fornecedores reduzidos a dois ou três gigantes internacionais.

Cada país pensava em si próprio, não conseguindo uma escala que permitisse que todos vivessem com futuro. Estimava-se que um terço das empresas do sector fosse mantido artificialmente em vida pelos respectivos governos; mas os clientes não tinham coragem de forçar a reestruturação da indústria, apesar de ser um sector muito importante para a Comunidade Europeia. Pretendíamos estender-lhe a lógica do Mercado Interno, forçando a articulação entre centros de pesquisa, sabendo que a investigação fundamental seria conduzida, forçosamente, em muito poucos deles. Mas havia numerosas aplicações que reclamavam atenção. Propôs-se, para isso, uma acção de coordenação das compras. O problema de fundo era a escala, confrontada com uma prática de divisão dos mercados de acordo com os seus Ministérios da Defesa e com as suas companhias de transporte aéreo. Nós não queríamos criar um novo AIRBUS, mas gostaríamos de contribuir para a instituição de uma nova solidariedade europeia, como propunha Jean Monet.

O menos entusiasta dos meus colegas nesta matéria, era o britânico. Dizia que estávamos muito longe de poder pensar num programa e que não haveria meios para o sustentar. É evidente que todos sabíamos que eles tinham negociações em curso com os americanos, no âmbito do AIRBUS. Ele acrescentava, generosamente, que não queria prejudicar nenhum dos programas que já estavam em curso por causa de uma nova ideia nascente. E, muito realisticamente, afirmava que esta área poderia “engolir” milhões sem haver resultados palpáveis.

No lado oposto estava a França que achava que a Comunidade se deveria preocupar com a aeronáutica e com a tecnologia avançada que lhe andava associada. Afirmava: “L’aéronautique c’est un mot, mais c’est aussi un monde!”. Referia-se

aos materiais, às estruturas e a um sem-número de aparelhos que poderiam ir sendo incorporados aos aviões. No seu entender, a Comunidade deveria ir forçando uma aproximação entre os construtores aeronáuticos europeus.

Eu recomendei que fossem seleccionadas umas tantas “tecnologias-chave”, para cuja investigação havia instituições europeias com prática e com recursos humanos suficientes para se ir avançando, ocupando posições no mundo da aeronáutica. Independentemente do interesse e da importância dos assuntos em discussão, os Conselhos eram sempre divertidos pelo teor das intervenções e pela atitude dos participantes. Tão significativa era a oposição entre o britânico e o francês como relevante foi a discussão do alemão, nesta matéria. As mentalidades e as posições não mudam assim tanto, ao longo da história!...

*

Em princípios de Julho de 1988, estavam em curso as candidaturas ao programa ESPRIT, muito apreciado pelos engenheiros informáticos e cujas equipas com elementos portugueses eu havia contactado em Bruxelas. Nós tínhamos uma participação em 13% do número de projectos, o que não era mau indicador. O que não era tão bom é que só participávamos em pequenos projectos. As grandes instituições europeias absorviam a maior parte dos fundos. Mas a nossa colaboração era muito apreciada. Por isso incentivei os que já estavam envolvidos a dar o salto para projectos (ou instituições parceiras) maiores e mais exigentes.

*

A minha convicção de que não há processo de desenvolvimento sustentável sem inovação e sem uma intervenção muito activa das universidades e de outros centros de saber e de investigação de novos conhecimentos, levava-me a ter reuniões com as universidades e com quem nelas mostrava ser dinâmico no campo da pesquisa. Em alguns casos o despertar para esta realidade demorou muitos anos, mas chegou. Hoje (2014) todos querem inserir-se em projectos de investigação, nacionais e comunitários. E isso é bom!

Em Julho de 1988 tive uma reunião em Évora com representantes da Universidade e dos Institutos Politécnicos e com empresários. O objectivo era provocar uma

colaboração entre todos e estimular, nos investigadores, a vontade de olhar para a sua actividade, não a confinando à elaboração das suas teses e provas académicas, mas ampliando-a nas suas ligações à realidade circundante e às necessidades que esta revelasse. Ouvei as habituais queixas em relação à falta de meios e a expressão das dificuldades em definir prioridades e objectivos. Os segundos mais facilmente surgem se se fizer um inventário das necessidades, tal como as enunciam os agentes económicos ou os próprios académicos que já encontraram os seus campos de investigação. A falta de meios poderá começar a ser ultrapassada se se fizer investigação por contrato com quem dela tiver necessidade.

Neste género de reuniões deve esperar-se um manancial de recriminações de natureza administrativa. E, também, a expressão da necessidade de haver uma discriminação positiva que ajude as instituições da periferia sem as comparar com as do centro. Esta é de difícil justificação para quem tem de tomar decisões, porque o país está, todo ele, em situação de carência, impondo-se a todos fazer mais do que o seu melhor. Pede-se um esforço maior às instituições da periferia, é certo, mas elas têm de encontrar a forma de mostrar que são indispensáveis para a aceleração do processo de desenvolvimento das áreas onde estão inseridas. Por isso eu insistia na colaboração entre as instituições de investigação e as empresas agrícolas ou industriais do seu entorno que deveriam solicitar as primeiras para as aconselharem acerca dos modos de se especializarem e ganharem quotas de mercado. Está fora de causa admitir que se possa começar a praticar investigação em patamares muito elevados de elaboração; deve-se começar por coisas praticáveis com meios modestos, até se adquirir a credibilidade necessária para ver afectados às instituições recursos avultados que lhes permitam dar voos arriscados. A confiança não se impõe! Tem de ser conquistada, passo a passo por exibição de competência.

Eu estimava mais que houvesse referência a projectos exequíveis que reclamassem alguns meios do que queixas por falta de apoio, sem ter exibido, antes, alguma capacidade de realização ou, pelo menos, de formulação de projectos realizáveis com os meios humanos de que dispunham. Na ocasião, eu tinha mais paciência para ouvir queixas do que tenho hoje. A idade torna-nos mais impacientes...

Por parte de alguns havia a referência à dificuldade em coordenar as funções docentes com os contactos com os utilizadores dos resultados da investigação ou, mesmo, com os destinatários das actividades de extensão de conhecimentos. Houve um universitário que pretendia que eu conseguisse a assimilação da extensão às funções docentes, contando aquela para o preenchimento do horário a que estava obrigado. Pode-se chamar a isto, a visão administrativa da função; no fim de contas, ele era um funcionário que queria continuar a sê-lo, talvez cumprindo escrupulosamente um horário. Um investigador não pode regatear o seu tempo! Mormente um investigador em zonas a desenvolver.

Recordo a intervenção de um industrial de mármore que referiu que nos colóquios a que ia, em Itália, estavam sempre presentes representantes das universidades de Roma, de Pisa e de Bolonha, especialistas naquele sector, colhendo informação acerca do que os empresários exprimiam como necessidades de maior conhecimento. Servi-me do exemplo para ilustrar o que pretendia ver generalizado.

*

Um diploma importante, para nós foi a Lei n.º 91/88, de 13 de Agosto, sobre a Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, para a qual remeteria o desenho da política nacional de Investigação e Desenvolvimento.

*

A nova Lei orgânica da JNICT demorou (em 1988) muito tempo a afinar, porque o seu presidente de então insistia, para boa condução da sua acção, em ver-lhe atribuídas numerosas funções de que os dirigentes dos Laboratórios do Estado não estavam dispostos a abdicar. O Secretário de Estado apoiava o Presidente, o que fazia transferir para o ministro as negociações com os outros sectores. Daí a demora na afinação do diploma.

Coisa diversa se passava no Instituto de Investigação Científica Tropical, cujo presidente, o Prof. Joaquim Cruz e Silva, muito competente, procurava facilitar a preparação do diploma equivalente, ao mesmo tempo que desenvolvia uma acção imaginativa dentro dos poucos meios que poderiam ser orientados para o IICT. Lembro-me das suas numerosas iniciativas, algumas das quais foi possível levar a cabo. Parte delas já foi referida noutros lados.

Quero, agora, justificar porque acho que deve ser dada ao Instituto muita importância e cada vez mais, à medida que os países tropicais de expressão portuguesa fiquem em posição de atribuir à investigação científica o lugar que ela merece. Nós dispomos de fontes importantes e também (cada vez menos) de alguma experiência que poderia ser mobilizada para reforçar as relações de cooperação a níveis que a todos interessam. É preciso não esquecer que seremos tanto mais importantes em África quanto mais europeus formos e, inversamente, teremos tanto mais peso na Europa quanto mais mostrarmos a nossa aptidão para lidar com os problemas tropicais, nomeadamente os africanos e os brasileiros. Por isso, se torna determinante o funcionamento dinâmico do IICT. Ele não pode ser relegado para o depósito da “quinquilharia colonial”. Ele deve ser, antes, considerado como um instrumento de cooperação inteligente, capaz de valorizar as relações de Portugal com os países tropicais e, por causa disso, com os países desenvolvidos da Europa, da América e do resto do mundo.

*

Em fins de 1988 foi aprovado um programa comunitário designado STRIDE (Science and Technology for Regional Innovation and Development in Europe). O total do programa eram 500 MECU; para Portugal viriam 100 MECU, mas o sistema era gerido a partir de Bruxelas e com regras muito tersas. Não havia dinheiro para formação mas apoiava infra-estruturas. Pretendia contribuir para um apoio qualificado às actividades de investigação descentralizadas. Tinha o defeito de ser constituído por verbas retiradas aos fundos estruturais. Para não desfalcarmos a nossa quota tínhamos que apresentar projectos com qualidade. Manifestámos interesse, mas quisemos participar na elaboração do respectivo regulamento. Em relação a tudo quanto acontece em Bruxelas, devemos sempre ser voluntários para participar no trabalho. Só assim teremos acesso, em primeiro lugar, à informação e, posteriormente, aos fundos. Não deveremos ficar expectantes, sem intervir.

*

Em 1988 discutia-se a criação de agências para a valorização dos resultados da investigação. Começou por se pretender uma parceria entre o Ministério do Pla-

neamento e Administração do Território, o Ministério da Indústria e Energia e alguns bancos comerciais com relacionamento intenso com as empresas industriais. Passaram-se horas a analisar a fórmula mais adequada. Começou por se tentar a criação de uma Fundação para a Inovação. Falámos com alguns banqueiros. Alguns mostraram-se cépticos. Acabou por assumir uma forma institucional diversa.

*

O Prof. Mariano Gago era muito inteligente, mas exibia uma tendência insuperável para ser sempre a estrela da companhia. Em Outubro de 1988 resolveu organizar uma viagem, acompanhado de doze jornalistas, às instalações do CERN (em Genève), onde tinha boas relações. Era evidente que o propósito se centrava, especialmente, em mostrar essa familiaridade e não tanto em explicar aos convidados as alegrias da Física Nuclear. Foi essa propensão que dificultou as relações com o novo Secretário de Estado, depois de ter sido uma das causas que levaram à dispensa do antigo.

*

A forma de organização dos diversos serviços deve ser revisitada para ver se está adequada ao que deles se espera. Nós dávamos compreensível importância ao funcionamento da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT). Por isso revimos as suas atribuições, os seus órgãos e serviços e as suas regras de gestão financeira e patrimonial. O Decreto-lei n.º 374/88, de 21 de Outubro, definia a nova lei orgânica da JNICT.

*

Na reunião de preparação do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia eu disse ao Secretário de Estado aquilo em que deveríamos insistir. Reafirmar a importância que atribuíamos ao sector da Ciência e Tecnologia; referir as nossas limitações orçamentais e a necessidade de manter os equilíbrios macro-económicos; insistir na importância de fazer crescer a parcela do investimento no sector por parte das empresas, uma vez que a parte pública já tinha experimentado um acréscimo expressivo; recomendar que as instituições de investigação adoptassem a prática

de contratar com as empresas trabalhos de investigação de que estas necessitassem; aproveitar os programas comunitários de investigação para obter meios e para nos inserirmos em consórcios internacionais que nos facultassem novos contactos e nos dessem visibilidade, ao mesmo tempo que mobilizassem os nossos recursos humanos, valorizando-os; estabelecer relações com as comunidades científicas dos demais países europeus, internacionalizando a nossa comunidade científica; envolver, sempre que possível, os cientistas portugueses fixados no estrangeiro, nomeadamente na Europa, mas chamando à colaboração todos aqueles que estivessem na disposição de o fazer. Estas eram as grandes linhas da actuação que nos propúnhamos levar a efeito.

*

No dia 12 de Outubro de 1988, reuniu o Conselho Superior de Ciência e Tecnologia no qual se sentavam personalidades ilustres nas várias instituições da Ciência, em Portugal. Comecei por expor as linhas gerais da política que propúnhamos, dando ao Secretário de Estado a possibilidade de elaborar sobre o orçamento e a sua distribuição por sectores. Estava o Conselho em pleno. Referirei, a seguir, alguns pontos das intervenções dos mais activos dos seus membros.

O primeiro a intervir foi o Prof. Veiga Simão. Lamentou que o subsídio do Estado para o LNETI (Laboratório Nacional para a Engenharia e Tecnologia Industrial) não chegasse para cobrir as remunerações do pessoal; mas essa era mesmo a intenção; levá-lo a cobrar às empresas parte dos serviços que lhes prestava. Queria que os investigadores da instituição recebessem compensações sobre os contratos celebrados. Alvitrava uma de três soluções: 1.) fechar algumas partes do LNETI; 2.) passar gente para o Quadro de Excedentes Interministeriais; 3.) ou aceitar o desafio. Era pela terceira que eu disse que deviam optar. Recomendava que se escolhesse entre a autonomia do LNETI e passar o Estado a ser “cliente” do LNETI. Em qualquer caso, o preço a cobrar pelos serviços prestados às empresas não poderia ser o real, mas, antes, um valor bonificado por um subsídio compensatório. Disse que a solução seria gerir o LNETI como uma empresa, sem as regras “dramáticas” da Administração Pública. O Prof. Veiga Simão era, sem dúvida, uma pessoa muito inteligente; mas estava, ainda, demasiadamente preso à ideia do Estado interventor e pagador.

O Eng. Artur Ravara chamou a atenção para os inconvenientes da oscilação dos valores do PIDDAC, de ano para ano. É o que, na gíria do sector, se designa como “financiamento” em accordéon”. Eu não podia estar mais de acordo. Deu a informação de que no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), do qual ele era o director, o orçamento assegurava 60% dos vencimentos do pessoal do quadro; o resto tinham eles de obter através dos serviços que prestavam e que eram pagos. O Prof. Carlos Portas, presidente do Instituto Nacional de Investigação Agronómica (INIA) fez considerações semelhantes, referindo que tinham triplicado as receitas próprias em quatro anos. Mas viviam, fundamentalmente, do pessoal científico retornado de África, o que lhe punha problemas severos, para o futuro. Na sua instituição tinham aproveitado o descongelamento de lugares para guarnecer os serviços localizados fora de Lisboa, o que me parecia bem numa casa que deveria prestar serviços em todo o país e tomar contacto com os problemas, onde eles se manifestassem. Outra coisa era a investigação para a qual era necessário alcançar uma massa crítica de investigadores e de meios materiais.

O Almirante Almeida e Costa lamentou a deriva para a área de prestação de serviços. Entendia mal que não houvesse novos projectos, porque estes nascem, vivem e morrem, impondo-se por isso uma alimentação permanente pela base.

O Comandante Pires de Matos recomendou que nunca se deixasse isolar a comunidade científica, com o que eu estava totalmente de acordo.

O Prof. Esperança Pina afirmou a importância da autonomia universitária. Recomendou acções integradas feitas em associação com governos estrangeiros; eu concordaria totalmente se, em vez de governos, ele tivesse usado a palavra instituições. Mas eu suponho que era esse o sentido do que ele disse. Não acreditava na política do duplo financiamento com as universidades, porque elas não tinham meios nenhuns. E afirmou que as Faculdades de Medicina não possuíam verbas para apoiar a investigação científica; foi possível elaborar projectos de investigação e apresentá-los a financiamento; nunca haverá os meios de que se precisa mas, apesar disso, alguma investigação conseguiu ver-se apoiada e prosseguir, ajudando muitos doutorandos a fazer as suas teses.

O Prof. Aloísio Coelho, do Instituto Nacional da Saúde, queixou-se de que não dispunha de investigadores.

O Prof. Sérgio Machado dos Santos – que tinha sido meu aluno e muito distinto – era Reitor da Universidade do Minho. Lamentou a falta de verbas destinadas às universidades e chamou a atenção para a assimetria que havia entre os critérios da JNICT e os do INIC (Instituto Nacional de Investigação Científica), do Ministério da Educação, que eram mais fáceis de satisfazer. Por isso havia um certo mal-estar entre as duas organizações, acabando por se concentrar numa única administração do sector. Propôs o lançamento de programas de infra-estruturas, o que eu entendia numa universidade nova; os programas mobilizadores tinham feito o seu papel, contribuindo para suscitar muitas iniciativas; era preciso dotar os grupos que as tinham dos meios necessários para as levar a cabo. Quando, hoje, vemos o dinamismo da Universidade do Minho, no campo da investigação, é preciso lembrarmo-nos de que isso ocorre porque, há muitos anos (cerca de 15) se começou metodicamente pela formação dos investigadores, pela sua internacionalização e, na altura em que foi possível, pela construção de instalações e seu guarnecimento com aparelhagem, a qual é sempre cara e de vida muito curta. Todavia, começou-se pelo mais importante: a formação!

O Prof. Ferreira do Amaral recomendou que no orçamento fossem incluídas outras despesas que não somente as ligadas à Formação Bruta do Capital Fixo (FBCF).

O Prof. João Moura reclamou mais apoio para as Ciências Humanas e Sociais e sublinhou a importância de serem estudadas as consequências da construção do Mercado Interno. Disse que não conseguia renovar os quadros do seu instituto, afirmando que não é com decretos que a Administração se renova mas com pessoas.

O Dr. Delfim de Carvalho chamou a atenção para a carência de investigação sobre recursos não renováveis, em Portugal, nomeadamente os geológicos. Recomendou, que ela fosse apoiada expressivamente, em nome do interesse nacional.

O Prof. António Lamas sublinhou a importância dos aspectos culturais do desenvolvimento.

Houve, ainda, quem tivesse chamado a atenção para a formação dos chamados técnicos intermédios cujo trabalho tão importante é para a condução de trabalhos de investigação.

Muitos protestaram contra o peso dos processos burocráticos, com o que eu estava de acordo. Mas eles são sempre de fascínio insuperável para os membros das administrações públicas.

Estas reuniões eram sempre inspiradoras e, ao mesmo tempo, uma fonte insubstituível de informação. Permitia-nos apreciar como “respirava o sistema”.

*

Em Novembro de 1988 foi tomada a decisão de lançar a formação de Gestores de Ciência e Tecnologia. A tradição era que o fossem os investigadores que faziam tudo: investigavam, organizavam, geriam, contabilizavam, apresentavam as candidaturas e os resultados e, além disso, faziam “lobbying” político.

Começar-se-ia pela realização de um seminário de envolvimento das instituições de investigação e de análise da formação que se impunha para o exercício desses cargos. Nele deveriam, obviamente ser debatidas as relações entre esses gestores e os próprios investigadores. Antes de definir um plano de acção, interessava-me definir uma estratégia. Por isso queria chamar os cientistas com experiência internacional.

Pode-se imaginar a satisfação que tive, anos mais tarde (2012), quando, na sessão de entrega do Prémio D. Antónia (Ferreirinha) à Prof^a Maria do Carmo Fonseca, do Instituto de Medicina Molecular, da Universidade de Lisboa, a ouvi agradecer à gestora da sua organização o trabalho que fazia, deixando-lhe o tempo livre para pensar exclusivamente na pesquisa de novos conhecimentos.

Como deste tipo de acções só se veem os resultados a longo-prazo, muitas vezes esquece-se que a iniciativa começou com a realização de um modesto seminário em que o mais importante foi ter-se reconhecido a necessidade de haver “gestores de instituições científicas” que deveriam ser devidamente formados para o exercício das suas funções.

*

Foi numa reunião de coordenação do Programa Específico para a Investigação Científica e Tecnológica, realizada em 14 de Novembro de 1988, que se falou, pela primeira vez, na criação de um polo de Ciências do Mar, em articulação com a Universidade do Porto. Vinte e cinco anos depois ele é uma realidade! Mas, estas coisas demoram muito tempo!...

*

Quando se tem um país, como o nosso, muito assimetricamente desenvolvido, com um litoral mais próspero do que o interior e com uma capital macrocéfala como Lisboa, não é fácil promover o equilíbrio, mesmo assegurando uma acessibilidade favorável à instalação de unidades produtivas nas zonas mais remotas. Se isso é difícil em relação à fixação de empresas manufactureiras ou mesmo agrícolas inovadoras, o exercício torna-se difícilimo quando se pensa em actividades com uma componente de investigação científica expressiva. Tentei fazê-lo com insistência, mas é evidente que a massa crítica existente condicionava muito as nossas ambições. Em Lisboa e Porto os grupos de investigadores ali fixados permitiam contar com a expansão da actividade em projectos relevantes. Coimbra, Minho e Aveiro representaram boas surpresas. No Algarve e em Trás-os-Montes só agora se está a ouvir notícias acerca do despontar de algumas potencialidades e de manifestações de interesse.

Mas, em 1988, eu tive algumas reuniões para definir componentes de investigação científica e tecnológica nos planos de desenvolvimento regional. Discutia-se a questão de saber se elas seriam completamente abertas, permitindo a competição entre grupos ou se haveria uma parte fechada a atribuir aos grupos menos robustos tendo exactamente como objectivo estimulá-los. Analisou-se a possibilidade de constituir conselhos consultivos regionais para orientar o investimento. E viu-se, com a JNICT, a possibilidade de ser ela a escolher os seus interlocutores nos domínios que mais promissores se revelassem em cada núcleo de investigação já existente. Obviamente, as relações com o tecido produtivo tinham que pesar nas escolhas; era importante a rede de relações internacionais de cada instituto, mas a nossa ambição também abarcava o apoio à inovação da malha empresarial envolvente. A segunda é muito mais difícil do que a primeira, porque esta passa-se entre pares ligados pelos mesmos interesses e aquela tem de vencer hiatos de confiança e de entendimento que, em quaisquer circunstâncias, são, pelo menos, demorados no seu preenchimento. Nós pretendíamos encontrar projectos relevantes na dupla dimensão das infra-estruturas e da formação dos investigadores.

A primeira questão a resolver respeitava à criação da massa crítica necessária para conferir autonomia e propulsão própria aos grupos de investigação a apoiar.

Nós não tínhamos dinheiro para implantar à força laboratórios e institutos onde não houvesse capacidade de acolhimento e vontade de avançar. Vistas as coisas, passados quase trinta anos, verifica-se que está tudo dependente de um pequeno núcleo de pessoas se não mesmo de uma pessoa só! O arranque da constituição dos núcleos de uma rede de centros de inovação e de descoberta de novos conhecimentos que permitam regenerar o tecido produtivo e avançar na criação de novas actividades competitivas não é tarefa fácil. Não chega dispor de algum dinheiro; é preciso ter “actores” não só com a capacidade científica requerida mas também com a energia necessária para criar, a partir do zero ou de muito pouco, os tais centros de impulso da modernização da produção.

Contentar-nos-íamos com a definição de acções regionais orientadas, desde que tivéssemos tomadores. Foi o que aconteceu com o centro de aquacultura localizado em plena Ria Formosa que agora (2014) parece começar a ter alguma visibilidade. Outros – Coimbra, Braga, Guimarães, Aveiro – encontraram muitos caminhos que se mostraram correctos. É evidente que Lisboa e Porto podiam andar pelo seu pé. A experiência demonstrou que a inclusão da componente de investigação científica nos planos regionais de desenvolvimento, sendo indispensável, não é fácil nem de definir nem de concretizar. Mas é indispensável que o maior número tenha consciência de que se não houver inovação permanente, os esforços um dia empreendidos estiolarão, podendo ocorrer mais facilmente situações de “coloniização” do que de desenvolvimento autónomo.

*

Em 17 de Novembro de 1988 houve, em Bruxelas, uma reunião do Conselho de Ministros da Ciência e Tecnologia, presidida pelo ministro espanhol que estava de turno. Ele propôs que procedéssemos à sistematização de alguns temas “horizontais”, com vista a maior eficácia da nossa acção que considerava, com razão, estar muito dispersa. A coordenação ou a consolidação são sempre difíceis, porque a tendência é para cada um afirmar a sua autonomia. Lá como cá! Pretendia que houvesse maior coordenação das políticas nacionais e não só no programa STRIDE que estava a ser objecto de análise. Eu propus que se fizesse uma reunião dos diversos intervenientes no programa ESPRIT que também estava a experimentar

algumas derivas dispersivas. Impunha-se uma avaliação do programa-quadro e um debate sobre as políticas nacionais de Ciência e Tecnologia que deveria, naturalmente, articular-se com o programa-quadro. Por outro lado, países como Portugal tinham interesse em assegurar que a famosa “coesão” também se verificasse neste campo, supostamente mais interessante para os países mais avançados. Tive ocasião de justificar esta pretensão e dei como bom exemplo o caso da nossa indústria aeronáutica, em Alverca, que tinha sido recentemente visitada por uma missão comunitária em cujos membros tinha deixado a melhor impressão. Defendi que a coesão fosse assegurada dentro do próprio programa-quadro.

A República Federal da Alemanha (ainda era assim chamada!...) fez a proposta, então ousada, de que os orçamentos para a Ciência e Tecnologia fossem 2% do PIB. Nós ainda não tínhamos alcançado metade... Mas as estatísticas relativamente às actividades do sector privado susceptíveis de serem classificadas como I&D ainda estavam em apuramento; era aí que residia a nossa maior debilidade.

O ministro italiano insistiu, particularmente, na formação dos investigadores e na mobilidade dos mesmos como instrumento para assegurar a coesão. Eu concordo, mas ele não pode ser o único.

O Comissário Narjes manifestou-se a favor da formação e da necessidade da excelência do potencial humano envolvido no sector. Em relação à proposta que fez sobre o ESPRIT, esclareceu que o ESPRIT I tinha envolvido cerca de 3.000 investigadores, mas que o ESPRIT II já chegara aos 6.000. Isso mostrava como o potencial das instituições científicas da Europa era grande e estava sedento de pretextos para ser mobilizado. Disse, também, da conveniência em se apoiar expressivamente o sector da biologia e da biotecnologia, com a qual todos concordávamos.

*

Nós tínhamos então (1988) e ainda temos hoje excelentes técnicos no campo da televisão de alta definição. Era preciso exportar o nosso saber-fazer.

Soube que estava de passagem por Lisboa o Dr. Roberto Marinho, presidente e fundador da Globo, no Brasil. Logo manifestei vontade ao Embaixador Alberto da Costa e Silva de ter um encontro com ele. Convidou-me para um almoço que dava em sua honra, dizendo-me que ao café iríamos para uma salinha à parte onde eu

poderia pôr-lhe o assunto. O Embaixador avisou-me logo: se ele disser logo que não, é não mesmo! Se ele não disser nada, é talvez.

Preparei-me para o encontro para o qual o Dr. Roberto Marinho estava avisado. Veio tomar café com dois executivos que não abriram a boca, durante toda a conversa, limitando-se a sorrir. Lá fiz a exposição que ele seguiu com atenção. Agradeceu-me no final, dizendo-me que tinha achado o assunto interessante. Pensei logo que isso deveria ser mais do que talvez...

Mas nada aconteceu nos meses seguintes. A cooperação com o Brasil, ao contrário do que seria de esperar, não é fácil. Serão reminiscências de reservas em relação ao colonizador? Ou não somos suficientemente grandes para nos considerarem à altura? Tive, ao longo da vida, numerosas acções que, no plano pessoal, correram sempre muito bem; mas, quando se chegava à matéria de facto, o melhor que se conseguia era adiar as decisões... o tal talvez...

*

Em 21 de Novembro de 1988 visitou Portugal o Vice-presidente Narjes, com quem eu tinha estabelecido relações cordiais. Foi com satisfação que me anunciou que no projecto Esprit II haveria 27 projectos aprovados em muitos dos quais participavam investigadores portugueses. Os projectos de aeronáutica por nós apresentados estavam a ser analisados, tal como eu tinha solicitado. Deveria haver uma insistência dos países com fortes “economias agrícolas” para que houvesse projectos de investigação nessa área, tendo em vista a sua modernização. Pedi-me que o nosso Primeiro-Ministro apoiasse na cimeira de Rodes, que iria ter lugar brevemente, uma declaração nesse sentido. E anunciou-me que o Primeiro-Ministro Grego, Papandreou, iria fazer nesse Conselho uma declaração forte de incentivação da investigação científica e tecnológica, o que eu transmiti, imediatamente, ao nosso Primeiro-Ministro. Eu tinha proposto que o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) fosse considerado como grande infra-estrutura europeia e que o Instituto de Investigação Científica Tropical também o fosse, no domínio da investigação tropical. Os Portugueses conhecem mal os campos de pesquisa do I.I.C.T., mas eles são numerosos e variados; lembro, particularmente, a importância dos trabalhos realizados em relação à “ferrugem” do cafeeiro que só pode ser investigada

em países não produtores, por causa dos riscos associados à sua disseminação. O Comissário Narjes acolheu bem as minhas propostas e justificações.

*

Foi em 9 de Dezembro de 1988 que, em despacho com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, estabelecemos a criação de um Conselho de Bioética para produzir orientações que consubstanciassem a política do governo nesta complexa matéria.

Logo decidimos que o presidente a convidar seria o Prof. Luís Archer que aceitou quando o abordei. Escolher-se-iam os outros membros de acordo com o presidente e designar-se-ia um secretário que se encarregaria de elaborar as actas das reuniões do Conselho.

Como costumo fazer, à primeira reunião presidi eu próprio. E aprendi imenso com o que ouvi. É certo que os membros do Conselho eram a “nata” dos nossos cientistas que se preocupavam com este tema. Adiante referir-me-ei a esse encontro. Ainda hoje, quando estou com algum dos participantes de então, eles recordam quão estimulante ele foi. Tive pena de não participar em muitas outras reuniões, porque o nível da discussão era elevadíssimo e eles já tinham pensado em todos os temas tratados, conhecendo bem as soluções que haviam sido encontradas nos outros países que já dispunham de orientações nesta matéria.

*

Punha-se, em Dezembro de 1989, a questão da substituição do presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Prof. Mariano Gago, cuja interpretação do cargo, demasiadamente autónoma, nos causava alguns problemas. Definimos, o Secretário de Estado e eu, uma “short-list” de três nomes da qual fazia parte o Prof. Carlos Salema que veio a ser o escolhido. Ele era professor do Instituto Superior Técnico e tinha sido meu contemporâneo em Londres, onde fizera o doutoramento noutra College. O Secretário de Estado conhecia-o bem, uma vez que eram, ambos, docentes do Instituto Superior Técnico.

*

No dia 19 de Dezembro de 1988, tive, em Coimbra, uma reunião com os investigadores científicos para lhes comunicar as grandes linhas do programa Ciência e ouvir sugestões. Acompanhou-me o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia. Os muitos professores presentes fizeram as suas recomendações. As ciências básicas, humanas e sociais também deveriam ter o seu lugar, o que eu confirmei. Era difícil apresentar projectos em poucos meses, ao que eu respondi que o melhor era começar se não nunca se aproveitaria nenhuma oportunidade que surgisse. As assimetrias eram causa e consequência do próprio processo de desenvolvimento, tendo eu respondido que é possível quebrar o ciclo vicioso, nomeadamente através da inovação. Não tínhamos força para vencer os “lobbies” instalados, o que eu neguei. Em Coimbra careciam de muitas instalações e equipamentos; pedi que fizessem uma lista hierarquizada por prioridades (quando hoje se vê o que se fez no domínio da oftalmologia e no Instituto Pedro Nunes, é forçoso concluir que uma vez iniciado o processo, ele adquiriu dinâmica própria). Queriam mais tempo; eu disse que ele nos fugia todos os dias. Recomendaram rigor na avaliação das candidaturas; eu não podia estar mais de acordo. Alguém dizia que a ciência de que Portugal precisava já estava inventada; discordei em absoluto. Alguém manifestou dúvidas em relação à transparência da avaliação das candidaturas; esta costuma ser uma desculpa para a falta de iniciativa; prometi que tudo seria feito através de órgãos independentes. Recomendaram a formação de investigadores; disse-lhes que essa tinha sido a minha prioridade. Comentaram que a desmotivação vinha da complicada máquina burocrática do Estado; recomendei que teimassem porque a persistência é uma qualidade. Queixaram-se de que na Região do Centro não havia empresas industriais capazes de mobilizar os resultados da investigação; respondi-lhes que o mundo é que deveria ser o seu mercado, mal sabendo eu que uma empresa do Instituto Pedro Nunes (a Critical Software) viria a ter como cliente a NASA! Recomendaram que se obrigasse as empresas públicas a gastar uma percentagem dos seus meios em investigação científica; disse-lhes que o melhor era serem eles a convencê-las a fazê-lo. Vieram com o exemplo da EDF (Electricité de France) que gastava 2% do seu orçamento em investigação encomendando 25% às uni-

versidades; respondi-lhes que não tinha sido o Governo Francês a definir essas percentagens. Alguém disse que não sabia o que investigar, porque ninguém lhe tinha explicitado as suas necessidades; respondi-lhes que os temas de investigação teriam de se procurados em conjunto pelas duas partes.

Grande parte destas perguntas eram desculpas mais para quem as fazia do que para o ministro. Felizmente que houve uns tantos que não se auto-desculpavam e ousaram empreender. É nesses que se tem de apostar. Em relação aos outros, todos passamos bem sem as suas culpas ou desculpas.

*

No dia 21 de Dezembro de 1988 tive uma longa reunião, na Universidade do Algarve, para suscitar o interesse pelas candidaturas ao programa Ciência que entraria brevemente em vigor.

O Reitor fez numerosas perguntas: As verbas do FEDER e do FSE vinham dentro do PIDDAC ou estavam fora? Os melhores candidatos a bolsas vêm, naturalmente, das universidades antigas; havia quotas para as novas? Não havia; eu embirro com quotas! Para atrair gente qualificada para as universidades recentes era preciso dar-lhes alojamento; havia essa possibilidade? Em relação à investigação sobre os recursos aquáticos, o ideal era dispor de um navio próprio; mas não tinham a veleidade de o conseguir; eu achei que ele estava a pensar de forma correcta. Quais seriam os critérios de selecção para as candidaturas nesse domínio? Ele entendia que a investigação no sector das pescas e da agricultura deveria ser feita em articulação com as empresas; eu não podia estar mais de acordo. Queriam comprar um espectrómetro de massa e algum equipamento na área da cromatografia; perguntei para que projectos? Na área de horto-fruticultura eram precisos campos experimentais; o FEDER poderia pagá-los ou teriam de fazer parcerias com os agricultores? Disse-lhes que me parecia mais viável a segunda hipótese. O registo de patentes era uma operação muito complexa; quem o poderia fazer? A universidade ou os próprios investigadores.

Quando saí, disse ao Secretário de Estado que destacasse um técnico sabedor para ir passar uns dias a conversar com os investigadores e com as autoridades académicas, de modo a trazê-los para o mundo real.

*

No dia 9 de Janeiro de 1989 passei toda a manhã em Oeiras a ouvir os planos de trabalho do Instituto de Biologia Experimental Tecnológica (IBET), nessa ocasião a dar os seus primeiros passos. Os principais animadores eram o Prof. António Xavier, modelo de académico que morreu com um cancro demasiado cedo; entendia-me particularmente bem com ele; e o Prof. Manuel Carrondo, um homem de imensa energia e capacidade de empreender que eu bem conhecia. Ambos impulsionaram a constituição e o arranque de uma instituição que tem sido modelar, no campo de biotecnologia e já perfez vinte e cinco anos de trabalho profícuo que se tem afirmado internacionalmente.

*

Em 1 de Fevereiro de 1989 e face à criação do IBET (Instituto de Biologia Experimental Tecnológica) na véspera, solicitei que fosse analisada, na JNICT, a possibilidade de lhes garantir 20.000 contos, contra a apresentação de um plano de trabalhos devidamente avaliado. Era preciso dar um sinal de encorajamento a quem tinha removido tantas dificuldades e conseguido reunir esforços para criar uma nova instituição. Hoje, podemos verificar que foi uma aposta certa.

*

Eu pretendia dar uma base estável ao orçamento para a área da Ciência e Tecnologia. Não é só em Portugal que domínios como este ou o da Cultura são objecto do chamado financiamento “em acordeão”, o que causa as maiores perturbações às instituições beneficiárias. Os projectos correntemente demoram anos. Devem naturalmente ser muito discutidos antes de ser lançados. Mas o seu financiamento raras vezes requer um ano; trata-se de uma área em que a regra é ele ser plurianual. Foi isso que me levou a promover a elaboração da Portaria n.º 72/89, de 2 de Fevereiro, que criava um grupo de trabalho, tendo como propósito a preparação do orçamento de Ciência e Tecnologia. Esse grupo deveria definir e estabelecer o processo e o calendário a observar, anualmente, na preparação do orçamento de Ciência e Tecnologia, em termos de permitir a sua articulação com a elaboração do Orçamento do Estado. Há muitos projectos



FIG. IBET. No início dos anos 90 por altura da inauguração da Unidade Piloto, onde podem identificar-se os fundadores Professor Manuel Carrondo e Professor António Xavier entre outras personalidades públicas.



FIG. IBET. Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica.
Unidade Piloto, agora denominada por *Late R&D Bioproduction Unit*.

cujo financiamento tem de ser plurianual; os planos de investimento contemplam isso com facilidade. Era preciso assegurar que neste sector tudo se fizesse de modo a evitar sobressaltos que são sempre muito danosos.

*

A investigação científica estava a experimentar uma dinamização visível. E, tal como agora, as biociências representavam uma das áreas mais activas. Alertaram-me para a falta de legislação, em termos de Bioética. Isso poderia comprometer algumas das actividades em curso. Resolvi, por isso, fazer uma sessão de “brain-storming” com investigadores eminentes que eu sabia terem-se interessado pelo tema.

Convidei os Professores Luís Archer, Daniel Serrão, José Rueff, Walter Osswald, Falcão de Oliveira, Caldas de Almeida, Luísa Figueira, Pereira Coelho e Guilherme de Oliveira e os Drs. Lopes Rocha, Freitas Gomes e Almeida Santos. Começámos a nossa reunião de manhã cedo e, sem telefones (ainda não havia os celulares...) ocupámos o nosso tempo até à hora de jantar. O Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia estava comigo. A reunião teve lugar em 17 de Fevereiro de 1989.

Fiquei com uma dívida de gratidão para com todos eles. Eram profundamente sabedores e dispuseram-se a transmitir-me as suas inquietações e recomendações com a maior generosidade.

Depois da minha introdução acerca dos propósitos do nosso encontro, iniciou as intervenções o Prof. Luís Archer, com quem eu tinha uma proximidade particular. Começou por abordar os problemas postos pelo uso e disseminação no ambiente de organismos geneticamente modificados, distinguindo a utilização que deles fazem a investigação e a indústria. Uma coisa são os organismos confinados ao laboratório, outra os que as indústrias ou a agricultura usam. Quando se modificam as sementes para elas crescerem mais depressa ou para terem mais proteínas estamos a alterar a Natureza. Pode o homem fazê-lo? E disseminar no ambiente o resultado dessa modificação? Tinha havido, recentemente, no Parlamento Europeu uma reunião para discutir os problemas éticos e jurídicos da manipulação genética. Era evidente que a engenharia genética não iria criar monstros; mas essa ideia tinha passado porque era sensacionalista. Alguma culpa disso coube

aos cientistas que foram honestos mas ingénuos, dando largas à imaginação dos “mensageiros”. Havia duas directivas que estavam, então, em fase de preparação relativamente ao uso confinado de microorganismos geneticamente modificados e à sua disseminação. Em breve seríamos chamados a discuti-las. Tratava-se de uma questão essencialmente política e a sua transposição pôr-se-ia daí a meses. Deveríamos designar uma entidade para centralizar as notificações e as orientações. A OCDE também estava a trabalhar na matéria e iria, seguramente, produzir orientações em breve. Dessa entidade, capaz de controlar e regular a actividade em causa não poderiam, obviamente, fazer parte os utentes dos processos. Ela deveria ser, por isso, independente.

A directiva da disseminação estava mais atrasada. Aguardava-se com expectativa o resultado de um “Bio-safety meeting” que estava prestes a ter lugar. Deu a informação de que, nessa altura, a legislação alemã proibia a introdução no ambiente de organismos geneticamente modificados. Foram ainda abordadas as relações com a imprensa nesta matéria e referida a disciplina que a Alemanha impunha a esse respeito.

Foi sublinhada a importância de ser a unidade reguladora completamente independente dos cientistas e dos industriais, ambas partes interessadas na matéria. Os interesses económicos neste domínio eram enormes. Foi dado o exemplo da luta contra as pragas, mencionando o caso das cepas resistentes ao oídio. Tudo para concluir que os aspectos políticos da questão não eram negligenciáveis.

Essas comissões de regulação começaram por integrar somente cientistas mas verificou-se que era melhor alargar o leque da sua composição. Nessa altura (1989) os países que mais tinham discutido a questão estavam a optar por um conjunto tripartido: um terço de cientistas; outro terço de juristas e um último terço de personalidades com reconhecimento público firmado. Era por aí que deveríamos ir.

Tudo isto tinha uma componente de pedagogia a fazer que não era negligenciável. Deveria pensar-se numa campanha destinada a esclarecer a opinião pública, sensibilizando-a para os riscos existentes em biotecnologia, mas sem alarmismos nem deturpações.

Tudo se encaminhava para a constituição de um Conselho Nacional de Bioética ou outra designação semelhante.

Tratou-se também da geografia do genoma humano e do programa de mapeamento genético europeu. Em França seguiam-se trinta famílias que haviam dado o seu consentimento. Nós deveríamos preparar-nos para também dispor de grupos de famílias a serem acompanhadas no tempo. Isso com a vantagem adicional de Portugal – tal como a Grécia – ainda dispõem de famílias numerosas o que asseguraria uma boa contribuição potencial para o estudo geral. Era evidente que o que tinha prioridade eram os estudos de patologia genética: os genes de pré-disposição para o cancro, as doenças cardio-vasculares, as perturbações mentais e coisas semelhantes.

O conhecimento do genoma humano revelava-se, por isso, muito importante, mas, não envolvendo experiências nem manipulações, não punha problemas éticos do tipo dos que tínhamos visto anteriormente. Mas em certos países, como a Alemanha, esse conhecimento tinha levantado reacções violentíssimas. Isso havia levado a Comissão Europeia a criar uma sub-comissão para os aspectos éticos, sociais e jurídicos da comissão que estava a tratar do conhecimento do genoma humano. Mas não era o trabalho de análise que preocupava os meus interlocutores; era o que se poderia vir a fazer mais tarde com esse conhecimento. Era importante antecipar os problemas. Punha-se a questão do método a utilizar para aprofundar esse conhecimento. Seria feito através de embriões? Foi referido que, no Porto, havia ratos com paramiloidose que eram animais preciosos para a investigação, mas que assustavam as pessoas.

O facto de se conhecer o genoma humano poderia permitir detectar doenças incuráveis ainda não reveladas. E isso teria influência sobre a empregabilidade das pessoas e sobre os seguros que elas quisessem fazer. Daí vinha a questão da confidencialidade dos dados; quem teria direito a conhecê-los?

Estava em causa, assim, definir interdições variadas e a legislação correspondente. Alguém utilizou a palavra “genocracia” para designar um regime alternativo da democracia e que, obviamente, era preciso analisar nas suas implicações sobre valores como a igualdade e a liberdade. Impunha-se reflectir sobre tudo isto. O que estava em causa era analisar os contornos de uma ética da responsabilidade; e, aqui, seria menos gravoso estar mais atrasado do que mais adiantado, para evitar precipitações. Impunha-se a serenidade. Mas o projecto genoma humano

era mundial. Todo o cuidado sendo pouco, não nos podíamos furtar à sua discussão, porque em toda a parte do mundo cientificamente desenvolvido estavam a decorrer investigações e trabalhos de aplicação que acabariam por nos envolver de uma forma ou de outra.

A questão dos animais de experiência foi, naturalmente, discutida.

Analisaram-se as questões associadas à terapia génica de células somáticas por recurso à engenharia genética. Aqui não se tratava somente de conhecer, mas também de tratar. E isso punha problemas. Quais seriam os limites de substituição de um gene mau por um gene bom? Não na linha germinal, mas nas células somáticas? Parecia que isso não punha problemas éticos; era uma mera extensão dos métodos de terapia já conhecidos e usados. Mas punha-se o caso das células da linha-germinal que transmitissem doenças. A questão suscitava oposições fortíssimas nos Estados Unidos e na Alemanha. Só a ideia da manipulação genética assustava! Como regular a investigação ou, pelo menos, fixar-lhe baias éticas? Referiu-se que a Assembleia Parlamentar do Conselho de Europa não queria que se mexesse em nada do que existia. E, todavia, há muitos anos que se estava a mexer sobre o genoma humano.

Comecei a ficar com a preocupação de chamar à discussão representantes do escol do pensamento nacional. Afinal o mundo à nossa volta evoluía e nós não estávamos a aprofundar as nossas próprias posições em relação a coisas que nos iriam desabar em cima. Distinguiram-se os conceitos de ética médica e de bio-ética. Impunha-se fazê-lo, porque, sendo ambas importantes, a primeira era mais urgente. Não convinha dramatizar muito esta questão, porque o gene não é tudo. Invocou-se Ortega y Gasset (“Eu sou eu e a minha circunstância”) para chamar a atenção para outros factores. Nós não somos só os nossos genes; há mais! Houve uma recomendação expressa para que, na formação dos técnicos de saúde, a todos os níveis, deveria constar uma disciplina ou uma acção pedagógica em moldes adequados para abordar o tema da ética e das relações com os pacientes. O tema da reprodução humana assistida foi tratado. Discutiram-se as implicações da manipulação de gâmetas e embriões. Passou-se em revista um conjunto de técnicas de inseminação artificial: fivete (fecundação *in vitro*), “gift” (administração dentro da trompa de gâmetas e espermatozoides), mães de substituí-

ção, etc. A opinião generalizada foi de que o problema médico praticamente não existia ou estava em vias de ser ultrapassado. Os problemas reais eram do foro psicológico, social e jurídico. Aí é que se deve insistir, numa discussão atenta que permita dilucidar situações realmente complexas. O problema dos dadores é real, bem como a objecção de consciência por parte dos médicos; estes, na generalidade, aceitam que a esterilidade seja uma doença e que, portanto poderá ser tratada. Mas há muitos problemas em relação aos quais não há doutrina firmada. Tudo isto poderá ter repercussões financeiras sobre o erário público. Quem suporta essas despesas? E a quem se atende em prioridade? Havia muitas interrogações. Será lícita a intervenção? Sob que formas? No quadro legal existente ou noutra a definir, com revisão parcial do código civil, do código penal e de outra legislação pertinente? Estavam em causa as técnicas de procriação assistida, pelos centros reprodutivos (na ocasião havia dois em Lisboa e um em Coimbra) e a constituição de um Conselho Nacional de Bioética. Deveria legislar-se ou não? Por parte de alguns havia algum receio de o fazer. Aconselhavam prudência. Achavam que não era um problema exclusivo dos médicos ou mesmo da comunidade científica. Interessava a todos e por isso deveria ser discutido por todos. A discussão passou a ter outra amplitude: o respeito pela vida privada e familiar, a privatização da filiação, o direito à felicidade, o individualismo e os seus exageros, o direito de procriar por métodos naturais, o princípio da liberdade, a protecção da criança, etc.

A inseminação artificial homóloga não levantava problemas, mas a heteróloga e a “post-mortem” eram susceptíveis de muita discussão. Confrontou-se o “desejo de ter filhos” com o “direito de ter filhos” nas suas numerosas implicações. Entendeu-se que isso não se deveria limitar a uma discussão de um grupo, mas ser muito generalizada. Era aceite que as pessoas tinham direito a procriar, mas não a procriar de forma assistida. Mas isso era um problema da sociedade inteira que merecia um longo debate para se chegar a um largo consenso.

Focou-se a questão de um outro ponto de vista: o padrão antropológico da relação parental é muito profundo. A paternidade afectiva deveria ser tida em linha de conta, na formulação de tal legislação que seria bom que avançasse por pequenos passos, mas sólidos, dando tempo ao tempo.

Passou-se à discussão sobre o “equipamento genético” e a sua expressão; 60% a 70% do nosso equipamento genético está silenciado, não se exprimindo. Mas ele pode transportar algumas doenças. Será lícito comunicá-lo ao próprio interessado? Isso traz, potencialmente, consequências da mais variada natureza: desde o aumento da taxa de suicídios até aos problemas da aplicação de dinheiros públicos para contrariar ou eliminar um risco que ainda não passou a certeza. A análise das “pré-disposições” constitui um dos mais ambiciosos sonhos da genética; e, também, um dos mais promissores. Mas não são somente “technicalities”; há implicações psicológicas, sociais e económicas da mais variada natureza. Poderão as companhias de seguros exigir análises de pré-disposição? Ou a polícia? Ou as empresas? Dever-se-ia discutir tudo isto numa base muito ampla e participar com empenhamento nas discussões que, sobre este assunto, decorriam na European Science Foundation. Era um problema da sociedade e não somente da comunidade científica.

Foram, também, analisadas questões menos abrangentes: O congelamento de embriões e os seus problemas. Os ovócitos não se conservam congelados, mas os espermatozoides sim, tal como os embriões. Fiquei estarrecido com o número de embriões congelados de que dispúnhamos. Quanto tempo é lícito tê-los congelados? E o que se faz aos que sobram das acções para que foram criados? Estes problemas não têm sido discutidos e eu temia as acções de “desenrascanço” lusitano que um dia poderiam vir a levantar uma celeuma em que ninguém seria responsabilizado. A destruição de embriões não estava tipificada legalmente como crime. Quem deveria escolher o destino a dar a esses embriões? Não havia regras jurídicas acerca da experimentação sobre esses embriões. E qual seria o papel do casal que os gerou? Teria de ser indemnizado por danos morais por terem desaparecido os “seus” embriões? Ter-se-á de proibir a experimentação feita sobre embriões? Ou o avanço dos conhecimentos implica que eles sejam usados?

Uma coisa é certa: havia um vazio jurídico em relação ao embrião! Foi sugerida a elaboração de uma “Carta dos Direitos do Embrião”. Tudo isto extravasava, em muito, as competências do Ministro da Ciência! Eu estimaria que houvesse uma discussão sobre o assunto em círculos competentes que não se deixassem tentar pela publicitação das suas dúvidas e certezas. São domínios muito sensí-

veis que, tratados por incompetentes, correm o risco de alarmar a população ou, pelo menos, os mais despertados. Está fora de causa, em meu entender, a definição de regras de cima para baixo, sem um consenso muito amplo sobre a matéria. Cheguei ao fim do dia com muitas mais perguntas do que levava de manhã! Quero deixar aqui registado o meu reconhecimento a todos os que, generosamente, participaram na reunião e ajudaram a aumentar o meu conhecimento e as minhas angústias sobre este domínio.

*

Antes de participar no Conselho de Ministros da Ciência, de 14 de Março, eu passei em revista os projectos em que estávamos a colaborar, mas onde queríamos mais protagonismo. Era o caso do MAST para as ciências marinhas que tinha somente 50 MECU e do MONITOR que se seguia ao FAST em actividades de análise e avaliação de projectos de investigação; eu pretendia que o INA (Instituto Nacional de Administração) fizesse cursos de formação de administradores da ciência. Já tinha falado com o Prof. Fraústio da Silva; seria um curso paralelo a um outro de administradores das artes que também deveria ser instituído. O programa VALE, para difusão e utilização dos resultados da Investigação e Desenvolvimento dispunha somente de 38 MECU, 30 para disseminação dos resultados, bases de dados e 8 para redes de comunicação por computador; nós queríamos incluir um nó do Porto na rede nacional de cálculo científico.

O Conselho foi o primeiro em que participou o Vice-presidente Filippo Pandolfi, que tinha ficado com o pelouro da Ciência. Entendi-me sempre muito bem com ele. Como era costume nesse tempo, ele tinha a liberdade de mandar decorar o seu gabinete a seu gosto. Escolheu um “designer” italiano; não podia ter ficado nem mais elegante, nem mais simples. Quando lá entrei dei-lhe os parabéns. Ele apreciou que eu tivesse reparado no bom gosto “milanês” que ele insistia em promover.

O Conselho começou com um debate em torno do Programa-quadro de I&D. Era preciso explicitar os objectivos globais e definir as necessidades de uma sociedade em evolução. O propósito geral era a melhoria da ciência e da competitividade industrial europeias. Pretendia-se chegar à fase pré-competitiva das aplicações da Ciência.

O Vice-presidente falou na chamada avaliação “mid-term” que achava que poderia ser realizada. Todos considerámos que ela seria positiva se não comportasse alterações de monta; as modificações radicais a meio-caminho desacreditam e o financiamento “en accordéon”, como já disse, é o pior que pode acontecer a um projecto. Insistimos na aplicação genérica do princípio da subsidiariedade. Deveríamos manter os apoios desde os que eram orientados para a chamada investigação fundamental até à fase pré-competitiva. Deveria: haver um alto grau de selectividade; procurar-se concentrar os apoios de maneira a obter resultados expressivos; tentar obter-se sinergias com outros programas, nomeadamente o EUREKA; dar relevo ao ambiente e à saúde; difundir regras de gestão muito profissionalizada do sector; assegurar um alto grau de coordenação a todos os níveis; e avaliar as acções empreendidas até à data.

O ministro alemão, Riesenhuber, disse que, para o seu país, a investigação fundamental não tinha prioridades por não se saber onde poderia ter lugar; pelo contrário, as fases avançadas da investigação aplicada até aos estádios pré-competitivos interessava-lhes, porque não punham problemas de concorrência e contribuíam para o avanço da indústria europeia. Declarou o seu apoio à investigação sobre o clima e o ambiente. Queria organizar uma reunião durante um fim-de-semana, sobre bioética, que acabou por ter lugar nos arredores de Frankfurt e onde eu tive ocasião de intervir activamente. Insistiu na cooperação transfronteiriça e numa rapidez maior na preparação das directivas comunitárias; achava que desde as decisões do Conselho até à publicação dos textos que as materializavam demorava tempo demasiado.

O ministro grego sublinhou a importância da investigação de base, mas insistiu no reforço da coesão comunitária. Esteve de acordo em relação ao carácter pré-competitivo dos programas de investigação comunitários. Quer dizer, disparou em todas as direcções.

O ministro francês disse que se deveria respeitar a regra da pré-competitividade, mas que a definição do que isso era deveria revelar-se elástica. Insistiu no carácter de continuidade do programa-quadro para evitar sobressaltos quer nas actividades quer nos orçamentos. Definiu as suas prioridades: telecomunicações e energia (fusão e cisão nucleares).

O ministro britânico disse da importância da investigação até à fase pré-competitiva, sempre voltada para a modernização da indústria. Queria uma gestão descentralizada do programa-quadro, tendo sublinhado a importância da subsidiariedade. Queria ver mais ligações entre a investigação apoiada pela Comissão Europeia e o EUREKA de modo a tirar-se vantagem da convergência de esforços. Manifestou-se a favor de uma aproximação “bottom-up” na definição do programa-quadro e disse quais eram as prioridades do seu país, em matéria de investigação: transportes, medicina e biotecnologia, supercondutividade e tecnologias de larga aplicação. Em relação ao “Point Research Centre” queria uma maior intervenção do “cliente”. O ministro belga considerava que o aumento da competitividade não deveria respeitar exclusivamente ao sector tecnológico. Sublinhou a importância da melhoria da qualidade de vida. A investigação não deveria constituir um monopólio dos grandes grupos, mas acolher todos quanto tivessem criatividade. Queria a concentração da investigação em sectores estratégicos e defendia o ambiente. Recomendava que o programa fosse evolutivo e adaptável.

O ministro dinamarquês disse que o consenso em torno do programa-quadro estava à vista. Mas recomendou que se desse mais atenção à investigação biológica e agrícola. Não gostaria de que acabássemos com um número enorme de pequenos projectos. Enunciou as suas prioridades: ambiente, clima e energia não nuclear. Queria a internacionalização da investigação, por dispormos, dentro da Comunidade, de meios notáveis nas nossas universidades.

O ministro espanhol recomendou flexibilidade para o programa que era, apesar de tudo, bastante longo (5 anos); deveria, por isso, acomodar a possibilidade de introdução de mudanças. Queria que se definisse com clareza o que era pré-competitividade. Referiu como prioridades: o ambiente e a biotecnologia. Insistiu na manutenção da qualidade da investigação e no intercâmbio de investigadores em empresas industriais.

O ministro italiano recomendou o desenvolvimento dos recursos humanos, a formação, a mobilidade e o reforço da coesão entre os Estados-membros. Deveria haver uma concentração de esforços na biotecnologia, na bio-electrónica e na fusão nuclear. Achava que o nosso programa-quadro deveria situar-se a montante do programa EUREKA. Queria que houvesse cooperação com países terceiros.



FIG. Na Casa do Infante com Roberto Carneiro, Secretário de Estado da Administração Regional e Local na Conferência das Regiões Periféricas Marítimas Europeias.

O ministro holandês preferia que houvesse uma intensificação dos programas existentes em vez da extensão a novas áreas. Para ele, a prioridade era a competitividade da indústria europeia. Como áreas da concentração de esforços deveriam eleger-se o ambiente, a qualidade de vida e as telecomunicações.

O ministro irlandês insistiu em que se assegurasse continuidade aos programas em curso. O programa deveria ser “deslizante” (“rolling program” ou “sliding program”) e deveria ser dado relevo à investigação “fundamental”.

O ministro luxemburguês defendeu a estabilidade e a previsibilidade do programa-quadro. As prioridades para ele deveriam ser: ambiente, qualidade de vida, saúde e segurança (nuclear, industrial, nas estradas, etc.).

Eu sublinhei a importância da formação avançada, da constituição de redes europeias de investigação articuladas através de projectos comuns, das ligações ao tecido produtivo, da qualidade da investigação e da concentração de meios nas áreas em que acordássemos.

Não foi difícil ao Vice-presidente Pandolfi extrair as conclusões operacionais do nosso encontro.

*

O Ministro alemão, Riesenhuber, estava realmente empenhado em realizar uma reunião marcante sobre bioética. Queria que ela tivesse o carácter de reunião informal e que fosse no seu país. Como já disse, ela teve lugar nos arredores de Frankfurt, no pequeno palácio de Krönberg, transformado em hotel de luxo. O edifício tinha sido construído para residência da Imperatriz Victoria, viúva de Guilherme I, mãe de Guilherme II e filha da Rainha Vitória de Inglaterra. Estava decorado como se fosse uma casa nobre inglesa cheia de bandeiras penduradas do varandim do átrio. Localizava-se no meio de uma floresta magnífica. Ali permanecemos uma sexta-feira e um sábado em regime de clausura.

O Ministro Riesenhuber era uma pessoa especial. Mantinha excelentes relações com os grandes industriais alemães, mas conservava o seu ar de cientista elegante. Alto e magro, gostava de se vestir em estilo “smart casual” e sempre de lacinho. Falava inglês com um “upper class accent” que ele obviamente cultivava com esmero e evidente sucesso.

Na sequência dessa reunião informal queria que se realizasse um encontro com três grupos de participantes: (a) biólogos e médicos; (b) juristas e (c) psicólogos e filósofos. Pedi-me para que fosse eu a abrir este encontro, mas sem participar nos trabalhos. Deveria expor os nossos objectivos e deixá-los trabalhar sozinhos. Posteriormente, avaliaríamos as sugestões que, em inteira liberdade, eles entendessem dever apresentar aos ministros.

*

Em 23 de Abril de 1989, participei num encontro, no Porto, sobre “Ensino Superior Politécnico e Desenvolvimento Regional”. Era preciso encorajar os docentes e discentes daquele nível de ensino, demonstrando que há muitas oportunidades para ser útil e para progredir na carreira. O importante é estar atento aos sinais que o mundo exterior nos envia e responder às necessidades que se tornarem patentes. O pior é cada um, cada grupo ou cada estabelecimento ficarem voltados para dentro e queixarem-se de que não lhes ligam. Detesto queixas!

*

Eu não desistia da ideia de construir perto de Lisboa um parque tecnológico onde se instalassem indústrias e serviços de ponta. Noutro local já me referi ao desaconselhamento que me deram os responsáveis pelo Parque Sophia-Antipolis, situado nas vizinhanças de Nice, para o fazer na margem esquerda, próximo de Palmela ou de Setúbal. Assim, tudo se encaminhou para uma zona localizada no concelho de Oeiras. Mas eu gostava que a iniciativa mobilizasse três autarquias: Oeiras, Sintra e Cascais.

Todavia, o Autarca de Cascais não se deixou entusiasmar pela ideia e o de Sintra pretendia que ela fosse uma mera operação fundiária. O único que entendeu perfeitamente o que estava em causa foi o Presidente Isaltino de Moraes, de Oeiras, que logo se pôs ao caminho, para França, Inglaterra e Irlanda para ver como funcionavam alguns desses parques que lhe tinham sido apontados como sendo dos melhores da Europa. Ao fim de uma semana tinha estado em cerca de uma dezena deles, onde havia indagado toda a gente acerca dos seus custos e resultados. Regressou cheio de entusiasmo e disposto a avançar com determinação.

A decisão para o desafiar para esta iniciativa, que deu origem ao Taguspark, foi tomada numa sessão de despacho com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Sucena Paiva, que teve lugar no dia 24 de Abril de 1989.

*

Em 27 de Abril, tive uma reunião com o Ministro da Educação e com os Secretários de Estado do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia. O ponto principal da agenda respeitava à pouquíssima investigação feita dentro das empresas ou encomendada pelas empresas.

Quando, hoje (2014), eu ouço exposições acerca da evolução do nosso sistema científico verifico que todos mencionam o ano de 1986 como aquele em que começou a crescer o orçamento para a Ciência e Tecnologia, o número de bolsas, o número de cientistas, o número e importância das instituições internacionais de que passámos a fazer parte, o número de projectos comunitários ou internacionais em que passámos a participar, etc. Raras vezes se menciona quem foram os responsáveis por esse arranque, mesmo quando eu estou presente na sala. Para dizer a verdade, já ninguém se lembra de que era eu o Ministro da Ciência, nessa ocasião. Eu fico, naturalmente, satisfeito por ver os gráficos projectados. Mas não me sinto nada sensibilizado por ninguém ter a curiosidade de procurar saber quem foi o responsável por esse lançamento. Fico interiormente contente por verificar que fui o pioneiro... Em 1989, a parcela atribuível às empresas, em matéria de I&D decrescia em vez de crescer mais depressa. O esforço do I&D era quase todo atribuível ao Estado, mesmo contando com alguns erros de classificação das despesas, posteriormente acertados.

Especialmente em relação à investigação universitária, a qualidade já então se revelava excelente. Era isso que o Ministro Roberto Carneiro e o Secretário de Estado Alberto Ralha se apraziam em constatar. Mas eu queria incentivar os investigadores universitários a saírem dos seus casulos e a procurar clientes no meio empresarial. Isso veio a acontecer mais tarde. Mas foi preciso inventar muita coisa nova: instituições de charneira, envolvimento em projectos dos programas-quadro comunitários, fomento da ida de doutores para as empresas... num processo que agora (2014) é corrente, mas que tomou o seu tempo a arrancar.

O Ministro Roberto Carneiro pretendia também envolver os institutos politécnicos na investigação. Hoje há alguns exemplos dessa participação; mas ainda estão longe do desejado. Queria que houvesse incentivos à mobilidade dos doutorados em articulação com a alteração do estatuto da carreira docente universitária que tinha em preparação. Gostaria que, nas instituições que o pudessem fazer, se encontrassem fórmulas de incentivo à constituição de massas críticas, achava que tudo estava muito disperso e, por isso, era tão difícil arrancar. Eu achava que não podia fazer nada a esse respeito; deveriam ser as próprias unidades de investigação a organizarem-se para se tornarem eficazes; isso acabou por acontecer e, em alguns casos, de forma notável. Queria repensar a formação pós-graduada. Aceitava os sistemas propostos para análise dos projectos e para avaliação dos resultados; mas queria que isso fosse feito por júris independentes, com a participação de avaliadores estrangeiros. Eu estava de acordo, naturalmente. Pretendia levar a cabo acções de divulgação da Ciência, em escolas secundárias e em clubes de ciências, mobilizando os alunos e os professores mais interessados nestas matérias. Achava que iriam dar bons resultados os concursos para jovens inventores. Queria que os despachos por homologação dos projectos de investigação fossem conjuntos quando se tratasse de projectos em que estivessem envolvidos investigadores que trabalhassem em universidades públicas. Mas achava que as universidades privadas que se pudessem abalancar às candidaturas de verbas do CIÊNCIA deveriam ser apoiadas; citou, concretamente, o caso da biotecnologia na Universidade Católica do Porto. Como se pode ver, eu tentava todas as colaborações para estimular a investigação científica em Portugal. Era óbvio que ela teria de repousar em investigadores que estavam nas universidades; os outros praticamente não existiam nessa altura. Mas, como sucede com frequência, quando se vislumbram alguns financiamentos no horizonte, todos querem beneficiar um pouco para os fins explicitados e para outros que, cronicamente, sofrem de falta de “oxigénio”.

*

Em 28 de Abril de 1989, reuni o Conselho Superior de Ciência e Tecnologia para apreciação de um documento que tínhamos elaborado com as linhas de orientação para o sector, plasmadas no programa CIÊNCIA.

Este Conselho era muito participado, porque composto por membros que tinham o hábito de o fazer. Todos entrevistaram com entusiasmo e demonstrando que tinham estudado cuidadosamente o documento que lhes tinha sido remetido. Os professores presentes reclamaram uma mais larga participação do Ministério da Educação. Os Laboratórios do Estado estavam representados pelo meu amigo Artur Ravara, director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil sempre muito meticoloso e prático. A Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento representada pelo Charles Buchanan queria reforçar os laços com as universidades norte-americanas. Houve quem tivesse mencionado as disparidades regionais e quisesse acções deliberadas para as atacar por via do fomento da investigação. A Fundação Calouste Gulbenkian estava representada pelo Prof. João Caraça; prometeu colaboração em financiamento, em participação institucional e em colaboração directa através do polo de excelência que a Fundação tinha, em Oeiras, no domínio da biotecnologia. As associações empresariais manifestaram a sua disponibilidade para levar as preocupações, mas também as virtualidades do nosso sistema científico até às empresas. Um dos presentes afirmou que as numerosas pequenas e médias empresas que estavam em constituição eram grandes consumidoras potenciais dos novos conhecimentos descobertos. Mas houve, também, quem sublinhasse a importância de cada universidade definir a sua própria política científica; era evidente que ninguém estava a querer impor temas de pesquisa a nenhum centro de investigação; o que se pretendia era promover a junção de esforços para ser mais eficaz.

*

No Conselho de Ministros de 4 de Maio de 1989 foi discutido o programa CIÊNCIA e o Orçamento da Ciência e Tecnologia. Como me competia, fui eu a fazer a exposição inicial. Os progressos eram visíveis mas a parte da investigação feita ou encomendada pelas empresas continuava a ser menor para não dizer insignificante. Hoje (2014), a própria Comissão Europeia, ciente da importância da inovação e da posição cimeira que a União Europeia ocupa no mundo, em matéria de Investigação Científica, fixou em 3% do PIB o valor indicativo para o orçamento respectivo mas esclarece que aquela percentagem deverá ser decomposta em 1%

para os dinheiros públicos e 2% para as empresas. Quando deixei de ser o responsável pelo sector, em 1995, tínhamos subido expressivamente o nosso valor global mas a parte das empresas, depois de ter descido, pouco subiu. Não é somente a escassez de meios o responsável; é, especialmente, uma falta de convicção que agora, quase trinta anos depois, dá sinais ténues de que está a mudar.

As intervenções dos meus colegas foram encorajadoras. Mas fizeram as suas recomendações, como seria de esperar.

Esboçou-se uma pequena discussão em torno das prioridades entre investigação fundamental ou básica e investigação aplicada. Eu costumo, nestes casos, citar Federico Mayor, que dizia que “não há ciências aplicadas, mas antes, ciência a aplicar”. E, nesta perspectiva, passa-se adiante numa disputa que não leva longe. Nessa altura, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil salientava-se pela parte muito expressiva de receitas próprias resultantes da venda de serviços. E havia um consistente esforço de investigação que articulava, de forma excelente, os conhecimentos básicos e as suas aplicações. O Ministro da Indústria recomendou, naturalmente, uma atenção especial à ligação ao tecido empresarial; mas isso estava nas nossas intenções, nomeadamente através de apoios à encomenda pelas empresas às instituições científicas e às universidades de trabalhos com manifesto interesse para as duas partes.

Estava-se, nessa ocasião, a dar os primeiros passos na criação do INESC (Instituto Nacional de Engenharia de Sistemas e Computadores). Já estava criado o IBET (Instituto de Biologia experimental Tecnológica). Ainda faltava muito para o INEGI (Instituto Nacional de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial) e muitos outros institutos verem a luz do dia. O Instituto Gulbenkian de Ciência era um nosso parceiro estimado, particularmente na área da Biologia.

Havia algumas propostas demasiadamente ambiciosas; uma universidade, por exemplo, queria verbas para doutorar dez investigadores em astronomia quando, para completar o guarnecimento dos seus quadros, precisava somente de dois. Nada faz prescindir uma crítica aturada das propostas que têm de ser cada vez mais bem fundamentadas.

Houve uma recomendação expressiva para favorecer o investimento em infra-estruturas dentro das universidades ou em instituições que elas criassem e ti-

vessem propósitos múltiplos: formar pela investigação, prestar serviços ao exterior, participar no trabalho de investigação inserido em redes internacionais ou em projectos europeus, etc. Em suma, tirar vantagens múltiplas dos poucos dinheiros de que dispúnhamos.

O Ministro das Finanças, como era expectável, recomendou “boa coordenação e melhor afectação de recursos”. Apesar dos meios não serem muitos, ele sublinhou o facto, que era verdadeiro, de eles representarem, para o Estado, um esforço grande. O Primeiro-Ministro começou por salientar que as GOP (Grandes Opções do Plano), com horizonte até 1992, eram um documento coerente com a trajectória macroeconómica traçada e que o PDR era um documento de negociação coerente com as GOP. Dentro do PDR havia programas operacionais, sendo o Programa CIÊNCIA um instrumento coerente quer com o PDR, quer com as GOP. Era difícil aprovar um orçamento específico para a Ciência e Tecnologia sem conhecer todos os outros com os quais ela teria de concorrer. Mas devia-se debater o programa CIENCIA e fazê-lo passar para a comunidade científica e para os empresários que não pareciam particularmente empenhados na descoberta de novos conhecimentos, mas que havia que convencer. Eu teria de promover uma arrumação dos temas mais fácil de articular com as instituições. De qualquer modo, ficou decidido que se deveria apresentar, dentro do Orçamento do Estado, uma parte destacável referente ao orçamento da Ciência e Tecnologia, dando-lhe uma expressão com visibilidade consonante com a importância que o sector nos merecia. Era uma política dos pequenos passos a tomar forma.

*

No dia 10 de Maio de 1989 dei posse ao novo presidente da JNICT, Prof. Carlos Salema e aos seus vice-presidentes. Foi substituir o Prof. José Mariano Gago, cuja inteligência nunca foi posta em causa, mas que tinha uma habilidade especial para arranjar questiúnculas e para tentar sempre afirmar a sua vontade, sendo pouco aberto a ouvir os outros. Isso causava-me uma perda de tempo enorme a acalmar situações e a responder a numerosas queixas externas, tentando sempre proteger o meu director-geral. Não o dispensei antes de terminar o seu mandato. Mas logo que pude, agradei a sua colaboração.

Nunca consegui apurar se ele me criou dificuldades, porque queria vir a ser o próximo Ministro da Ciência ou se o foi porque mas criou... a verdade é que veio a exercer aquelas funções com autoridade, mesmo com uma ponta de autoritarismo...

Ao Prof. Carlos Salema, muito distinto investigador, eu conhecia-o desde os meus tempos de Londres, onde ele se tinha doutorado no Queen Mary College.

*

A nossa entrada para o CERN representou muito para algumas empresas portuguesas. Era evidente que uma participação anual de cerca de 100.000 contos significava bastante no nosso magro orçamento. Mas o que já estava a acontecer exprimia o acerto da nossa decisão. Desde o princípio da nossa adesão, a SOREFAME, a MAGUE e a EFACEC já tinham facturado mais de 280.000 contos. E estava já em processo a transformação radical da A. Silva Matos, de Sever do Vouga, que passou de modesta unidade metalúrgica a grande fornecedora de depósitos para o CERN, com enorme exposição internacional e estímulo interno para progredir em termos tecnológicos. Muitos anos depois - já era Presidente da República o Prof. Cavaco Silva - acompanhei-o numa visita às instalações; pude testemunhar o bem que fez à empresa o ter passado a ser fornecedora de uma grande instituição internacional. Nessa ocasião este já tinha cerca de 4.000 membros a trabalhar em Genebra. Um dia fui visitar os cientistas portugueses que lá trabalhavam. Cabiam, então, todos numa sala de jantar pequena. Mas eram respeitados pelas contribuições que davam à investigação; alguns eram quase recém-licenciados mas não ficavam atrás dos que já lá estavam há muito. Hoje são umas largas dezenas e os fornecimentos das empresas portuguesas continuam, nomeadamente os da A. Silva Matos que tem confirmado a boa reputação que o seu primeiro contrato lhe granjeou.

Em Maio de 1989, tive notícia de que iriam inaugurar o novo acelerador de partículas em Novembro. Estimariam que lá fosse o nosso Primeiro-Ministro... nomeadamente para ajudar a convencer a Primeira-Ministra Margaret Thatcher a alargar um pouco mais os cordões à bolsa... Acabou por não se concretizar nem a ida do nosso Chefe do Governo, nem a persuasão da Senhora Thatcher...

*

Já falei, noutro lugar, de construção de uma “tecnopolis” na margem direita (a do aeroporto) da Área Metropolitana de Lisboa. Nessa altura (22/05/89) ela ainda não tinha nome. Veio a chamar-se “Taguspark” e lá está hoje com grande sucesso. Ela tinha de ser realizada com a colaboração dos Autarcas. A sua localização foi prevista para uma zona, onde confluíam os Municípios de Oeiras, Cascais e Sintra. Durante o processo, os dois últimos Concelhos não quiseram envolver-se, tendo ficado somente o primeiro. O seu presidente, Isaltino Morais, percebeu imediatamente o alcance que poderia ter para o desenvolvimento do seu Município, o acolhimento de uma zona, onde se fixassem universidades, centros de investigação e serviços de alta qualidade.

*

Preocupava-me, então (1989) e ainda me inquieta hoje (2014), a dificuldade com que agentes de meios diversos comunicam entre si, apesar de haver manifesto interesse em que o façam. Refiro-me, especialmente, às relações entre as empresas, de todos os tamanhos e as universidades ou centros de investigação onde se descubram novos conhecimentos ou onde as primeiras encontrem apoio para se aventurarem em novas iniciativas. Por isso, eu fomentava a realização de encontros entre os dois grupos, comigo a exercer as funções de moderador.

Foi o que aconteceu no dia 26 de Maio de 1989, na então chamada Associação Industrial Portuense. Estiveram presentes académicos, empresários, autoridades universitárias e responsáveis associativos. Todos estavam de acordo com os propósitos, mas tinham dificuldade em dar os passos necessários para que a aproximação se tornasse corrente. Não irei descrever a reunião. Deixo registados somente os pontos em que houve acordo: dariam resultado algumas acções de sensibilização como aquela que estava a ser feita; deveria fomentar-se a criação de “áreas de encontro”; deveria dar-se prioridade aos sectores considerados como estratégicos; os estágios, as bolsas de estudo e outras formas de mobilidade tinham de ser estimulados; havia carências de equipamentos, nos laboratórios, que deveriam ser resolvidas; seria bom que houvesse uma articulação dos três programas existentes e apoiados por fundos comunitários, o PEDIP, o

PRODEP e o CIENCIA; teria de ser fomentada a difusão dos conhecimentos disponíveis; deveria ser estimulada a formação de quadros, nomeadamente através da ampliação dos “numerus clausus”, em certas especialidades menos procuradas; deveria haver apoio à passagem de quadros das universidades para as empresas; conviria que as empresas formassem “ligas” de modo a conseguir-se a dimensão adequada para ganhar escala na “procura”; a quebra de isolamento dos técnicos que trabalham nas empresas deveria ser estimulada; o conhecimento mútuo, entre empresários e investigadores tinha de ser estimulado; para isso deveriam ser criadas estruturas de contacto permanente, uma espécie de instituições de interface que garantissem que “a corrente passava”...

Como conclusão, foi decidida a criação de um Conselho Consultivo Regional para a Ciência e Tecnologia para assegurar a ligação permanente que havia sido proposta e a formulação de sugestões para os problemas que fossem sendo detectados. Não foi longe esse Conselho. Teria sido possível se o ministro tivesse disponibilidade para vir, ele próprio, moderar todos os trimestres uma reunião. Deixado, assim, à iniciativa de um agente considerado como par de todos os outros, a iniciativa foi perdendo vapor. Mas todas as sugestões feitas eram válidas! Passados vinte e cinco anos, vemos que algumas coisas aconteceram. De forma diferente da que havia sido imaginada. Mas o grosso das propostas mantém-se válido.

De qualquer forma estamos já muito longe da resposta que recebi em finais dos anos 70, quando ouvi empresários e académicos sobre este assunto. Os primeiros diziam que os segundos eram pretensiosos e que só queriam uma avença, não se interessando pela resolução dos problemas que eles tinham que enfrentar. Os segundos achavam que aos primeiros só interessava o curtíssimo prazo e a resolução pronta de avarias ou de pequenos problemas tecnológicos, não se interessando por acções de médio-prazo nem pela descoberta de novos conhecimentos ou tecnologias.

Felizmente, estamos hoje muito longe destas recriminações mútuas. Mas o encontro entre as duas comunidades ainda surge mais por mérito individual do que como fruto do trabalho de organizações promotoras da colaboração sistemática entre elas. E, todavia, eu penso que todos lucrariam em vencer a desconfiança mútua, encontrando-se de forma descontraída e aberta, com a certeza de que a colabo-

ração beneficiaria ambas as partes. Hoje, há numerosos exemplos pontuais que se podem detectar. Mas ainda não se alcançou a dimensão de um “movimento”.

*

Em Portugal há “nichos” de excelência em matéria de investigação científica, apesar das dificuldades gerais. Era preciso chamar a atenção para os investigadores que tinham levado a cabo, nos seus institutos, trabalhos excepcionais que contribuíram para o desenvolvimento das ciências e tecnologias. Aproveitou-se a comemoração da data (1486) do feito de Bartolomeu Dias e, significativamente, deu-se ao prémio instituído para o efeito o nome de “Prémio Boa Esperança”. Foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/88, de 17 de Maio. Galaridouou distintos cientistas ao longo dos anos em que foi atribuído.

*

Havia muita gente, nessa ocasião, que não estava convencida da bondade dos investimentos na Ciência e Tecnologia. Achavam que Portugal sempre tinha comprado patentes e maquinaria nos países desenvolvidos da Europa e que não se justificava estar a gastar o dinheiro para descobrirmos, nós próprios, novos conhecimentos ou para gerarmos novas tecnologias.

Lembro-me de um grande industrial que não empregava engenheiros. Um dia perguntei-lhe por que procedia dessa forma. A resposta foi que comprava as máquinas na Suíça e que, no caso de elas se avariarem, lhe ficava mais barato fazer vir o engenheiro de Zurique, não incorrendo nos custos permanentes de contratar um técnico... É evidente que as suas fábricas foram para perto por falta absoluta de inovação. Só o patrão tinha licença para pensar e para promover qualquer tipo de modernização, comprando as máquinas que entendia como adequadas e que via nas exposições internacionais que frequentava anualmente. Acordou um dia completamente fora do mercado, culpando o Estado por não o ter protegido... e por ter iludido promessas de subsidiação que lhe tinham sido feitas no regime anterior. Foi um fim muito melancólico...

Eu entendia que a população deveria conhecer o que se estava a fazer em matéria de investigação e saber quem eram os intérpretes da descoberta de novos conhe-

cimentos. Numa sociedade que não valorizava a Ciência era preciso mostrar que dispúnhamos de investigadores capazes e que o seu trabalho haveria de contribuir para a melhoria da nossa situação material e do nosso bem-estar.

Por isso, resolvi reunir, em 30 de Maio de 1989, com uma meia dúzia de jornalistas que se interessavam por estas matérias. O objectivo era duplo. Dizer-lhes o que estava a ocorrer e tentar saber quais os modos mais adequados para comunicar com a opinião pública, nesta matéria, que não costumava gerar casos sensacionalistas e podia, até, ser um pouco hermética. Comecei por lhes transmitir o que se estava a fazer no país neste domínio. Disse-lhes que era natural que a investigação estivesse um tanto fechada sobre si própria e que os cientistas olhassem com reserva os contactos com os jornalistas. Mas impunha-se quer a divulgação científica quer a difusão do que entre nós estava a acontecer. Eu gostaria de saber quais as formas mais adequadas para estimular o aparecimento de um jornalismo da Ciência e mesmo de formar jornalistas especializados. Qual seria o programa mais ajustado? Referi-lhes que em França havia a Association des Journalistes de Science et Technologie, que no Reino Unido havia a British Association of Science Writers, que nos Estados Unidos a American Association for the Advancement of Science (AABS) tinham programas nesse campo e que, entre nós, havia um Centro de Formação de Jornalistas em Lisboa e uma Escola Superior de Jornalismo no Porto que eu, aliás, noutra posição, tinha apoiado.

Alvitrei começarmos por um curso de uma semana, com um módulo de contacto com problemas práticos. Fui logo aconselhado a que as diligências passassem pelos directores dos jornais a quem eu deveria convencer da utilidade da formação em causa. Referi a existência no MIT (Massachusetts Institute of Technology) e na Universidade de Harvard de um mestrado em Science Writing, para mostrar como, na América, estas coisas se tomavam muito a sério. Os docentes, na nossa acção, deveriam ser jornalistas e cientistas; admiti contratar jornalistas de ciência estrangeiros. Mas insisti em que o curso incluísse trabalhos práticos. Havia um Programa “Ciência, Tecnologia e Sociedade” que poderia contemplar este tipo de acções de formação e, para tornar a sua frequência mais apelativa, anunciei a criação de duas bolsas para mestrados como prémio a quem desse provas de competência e interesse neste campo. Não deveriam ser esquecidos os jornalistas da Rádio e da Tele-

visão, nem a imprensa regional. Era preciso começar por difundir elementos sobre quem estava a fazer investigação, onde e com que resultados expectáveis.

A produção de vídeos interessava-nos, obviamente. Citei-lhes um programa da TV-Globo, no Brasil, que tinha o título de “Globo-Ciência” e que passava, semanalmente, programas de meia hora.

Impunha-se encontrar interlocutores do lado da comunidade científica que estivessem dispostos a divulgar o que estavam a fazer. Alvitrei fazer uma reunião com jornalistas e cientistas como ponto de partida para uma colaboração mútua. E sugeri que fosse instalada na JNICT uma base de dados orientada para a sua exploração por jornalistas. Mas eu tinha de ter cuidado para que o sistema a instalar não fosse “dirigista” nem suspeito de querer comandar fosse o que fosse.

Hoje (2014), vemos que há programas na televisão, feitos com cientistas portugueses que mostram o seu trabalho e que são extremamente populares, nomeadamente os que estão a decorrer no domínio dos recursos marinhos ou das ciências médicas. E há miúdos que respondem a quem lhes pergunta o que querem ser quando forem grandes: “Cientista!”

*

Para mim, a inovação tem de chegar às pequenas e médias empresas para que a sua competitividade não repouse somente nos baixos salários que poderá pagar por serem os seus concorrentes os países que estão dispostos a esmagá-los, por não terem mais nada a que se agarrar. Mas se não é fácil convencer as grandes empresas a investir em Investigação e Desenvolvimento, o exercício em relação às pequenas reclama muitos instrumentos cujo ajustamento à variedade de situações que temos pela frente exige uma atenção grande aos seus potenciais intérpretes. Por isso eu procurava falar com quem me pudesse dar respostas consistentes.

Foi o que fiz no dia 5 de Junho de 1989 numa longa conversa com o Comendador Rocha de Matos, presidente da Associação Industrial Portuguesa. Ele sugeriu o envolvimento da EID (Empresa de Investigação e Desenvolvimento Electrónico, S.A.) da EIDE, para o sector electrónico ou da EIDB para o domínio da biotecnologia.

Estava particularmente ligado à EIDE que associou, na sua formação, a Centrel, com o LNETI e com a Tabaqueira; todos à procura de diversificar as suas activi-

dades tradicionais para novos sectores inovadores. Eu conhecia os responsáveis pelas empresas fundadoras destas novas entidades apostadas na diversificação e inovação. Dei-me como propósito falar com eles para me dizerem, em primeira mão, como estavam as coisas a correr.

O meu interlocutor sugeriu a via do chamado “mecenato tecnológico” no qual uma empresa de alguma envergadura acompanharia o lançamento de uma nova unidade inovadora, colhendo com isso alguns benefícios. Vimos, depois, como se poderia melhorar, em termos burocráticos, o funcionamento dos sistemas de incentivos já existentes.

E, em relação ao Plano de Desenvolvimento Regional, cujo conteúdo elogiou, dispôs-se a que a AIP fosse o veículo de contacto com as associações sectoriais, tendo em vista a definição de prioridades no que respeitava aos projectos de investigação a apoiar. Nós tínhamos já, na JNICT, uma grelha para proceder à análise dos projectos candidatos e a divulgação estava assegurada. Não me pareceu oportuno estar a envolver mais uma organização no processo, sem grandes garantias de que isso lhe acrescentasse algum valor.

*

Na sequência da minha entrevista com o presidente da AIP e em despacho com o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, decidimos apoiar a realização de doze programas de divulgação na televisão, sobre Ciência e Tecnologia, mostrando as capacidades das nossas próprias instituições de investigação para apoiar as empresas. Uma outra acção que foi decidida tinha a ver com uma exposição sobre o programa “ESPRIT” e com o que já tinha sido conseguido no seu âmbito. Já me referi às sessões anuais de exposição dos projectos, em Bruxelas, que em alguns anos coincidiram com a realização do Conselho de Ministros da Ciência e que eu visitava, sempre com grande aprazimento, por poder constatar que os investigadores portugueses eram muito estimados pelas contribuições que davam. Fazer uma exposição em Lisboa correspondia a replicar as muitas que eu já tinha visto em Bruxelas e que me tranquilizavam quanto ao rumo que se estava a percorrer.

*

Havia que definir prioridades para a investigação apoiada com dinheiros públicos. Para que todos soubessem quais eram as áreas a que seria dada maior atenção, foram criadas, no seio da INICT, três comissões coordenadoras de investigação nos seguintes domínios: i) Biotecnologia; ii) Novos Materiais; e iii) Tecnologias de Informação e Comunicação. A Portaria n.º 414/89, de 9 de Junho definiu-as. Ainda hoje (2015), suponho que elas continuam a representar prioridades; podemos arrumá-las de outro modo (por exemplo, o Mar), mas este é um arranjo ou uma combinação daqueles três domínios.

*

Muita gente duvidava que nós fôssemos capazes de concorrer com sucesso ao programa-quadro das acções comunitárias de investigação e desenvolvimento. A verdade é que estivemos sempre em crescendo. Havia, em 1989, um programa que acabaria em 1991; em 1990 começaria um chamado programa deslizante que iria até 1994. Os meios para 1989 já estavam todos comprometidos. A aprovação tinha de ser feita por unanimidade. Pretendia-se concentrar a acção; havia demasiados domínios e pretendia-se juntá-los sob três grandes “chapéus”: i) as tecnologias horizontais, susceptíveis de difusão em todos os outros sectores (eram exemplo a informação, a biotecnologia, as tecnologias industriais e os materiais; ii) a gestão de recursos naturais, o ambiente e energia e iii) os recursos humanos, portanto, a formação. Estávamos presentes em todos os três. Além disso, em programas não apoiados por verbas comunitárias, como era o caso do EUREKA, também nos estavam a correr as coisas de feição, porque nesse ano tínhamos mais sete projectos do que no ano anterior.

O segredo é estar informado, ainda na fase da concepção dos programas, e, depois, não desarmar nunca. A concorrência é muito grande e feita por gente que tem um treino enorme de “lobbying” e exhibe, de facto, capacidades.

*

Em 23 de Junho de 1989 participei na inauguração do Centro de Investigação Florestal da Soporcel na Torre Bela. Deu-me imensa satisfação ver um investimento



FIG. Museu nacional de Etnologia.

na área da Ciência e Tecnologia feito por uma empresa privada que tinha montado um laboratório exemplar e que queria crescer por via da aquisição de novos conhecimentos descobertos pelos seus próprios investigadores. Percorri as instalações com grande detença, porque tudo quanto me diziam era aquilo que eu pregava a outros todos os dias. Os responsáveis perceberam que a escala e a qualidade das instalações me tinham impressionado muito. Fiquei com a impressão de que exagerei no tempo e nas perguntas porque quando de lá saí já fazia escuro (em Junho!...) Fiz nessa ocasião, um discurso que está publicado.

*

No próprio dia de S. João (24 de Junho de 1989) realizou-se nas instalações da Faculdade de Engenharia o encerramento das comemorações do Dia do Engenheiro. O discurso que, então, pronunciei está publicado. Por isso não me irei referir ao que disse nessa ocasião.

Quero agora lembrar, somente, a importância que tem para o país que todos os profissionais participem activamente nos trabalhos nas suas Ordens e Associações. São eles que lhes podem dar vida útil e ajudar a antecipar o futuro. Algumas vezes ouço colegas a dizerem que não têm tempo para o fazer. As pessoas dispõem de tempo sempre que querem. Para isso, é preciso querer.

*

Em Julho de 1989 começámos a montar a estrutura administrativa do programa CIÊNCIA. Cedo ficou claro que nos conviria formar “gestores da ciência”, o que foi feito. Nessa reunião ficou decidido propor ao Primeiro-Ministro que nos candidatassemos à Agência Espacial Europeia (ESA – European Space Agency), o que veio a acontecer posteriormente. A sede da Agência é em Paris. Um dia fui no avião da manhã e, acompanhado do Almirante Cruz Júnior visitei o secretário-geral, depositando a nossa candidatura. Muita gente pensa que a integração na instituição só interessa a grandes países com satélites a circular no espaço. Ora, ela interessa, de facto, a todos aqueles que se querem desenvolver tecnologicamente porque os projectos que apoia e as redes de cooperação que estabelece ultrapassam todos os domínios e são fundamentais para quem pretender colocar-se na linha da

frente do desenvolvimento tecnológico. Nesse dia, o tempo que fazia em Paris era radioso e as pessoas antecipavam já o seu ar de férias próximas. Depois de dispensar o carro da Embaixada, o Almirante e eu demo-nos ao luxo de passear no Boulevard Saint-Germain, contentes por termos aberto uma porta tão importante para o nosso país.

*

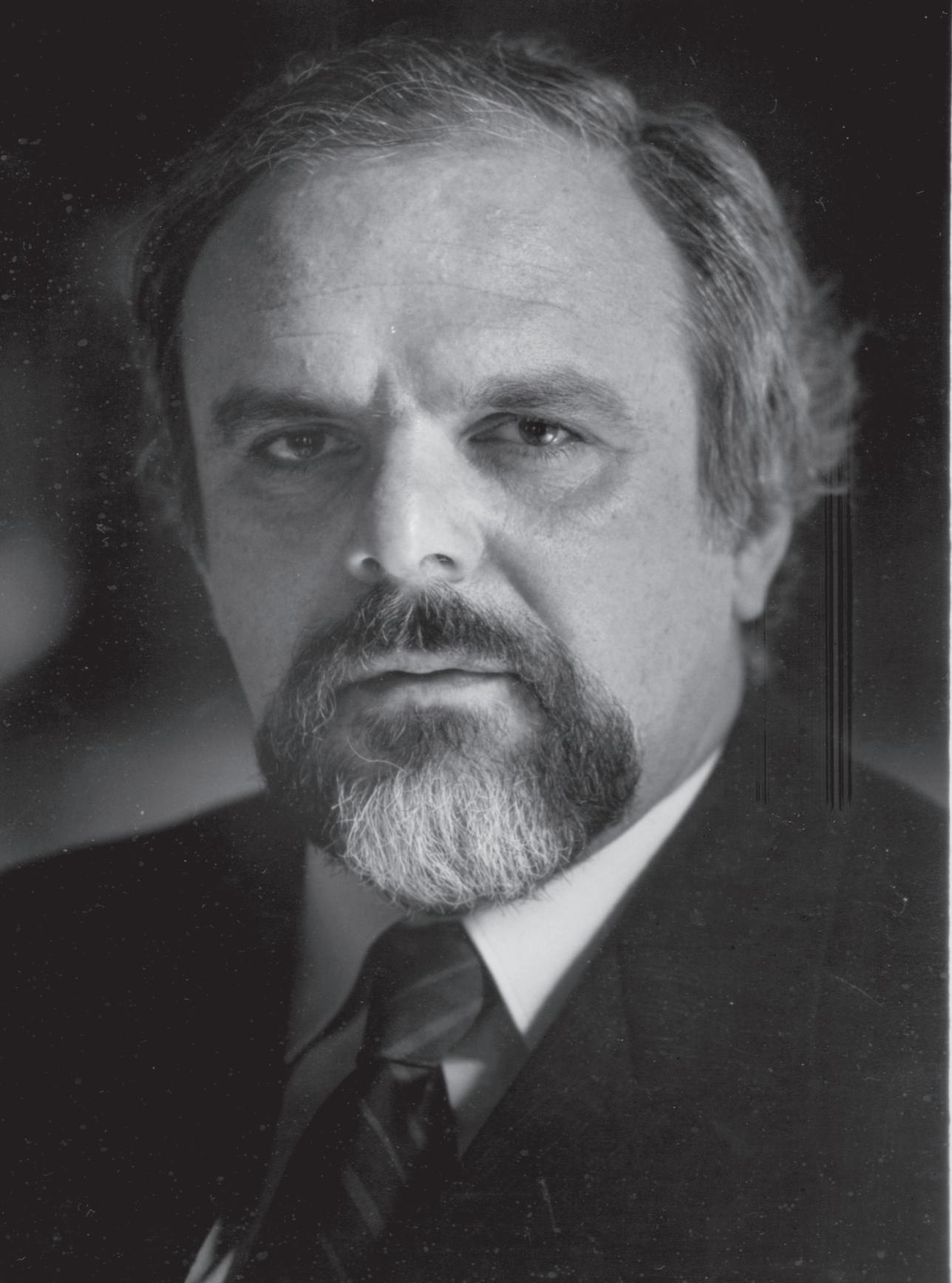
Em 19 de Julho de 1989 visitei a Universidade de Évora para estimular a sua intervenção na modernização da economia regional. O Reitor fez uma explicação exaustiva em relação ao que faziam no campo da formação e em alguma investigação. Tinham, nessa ocasião, oito pequenos projectos (24.000 contos no total apoiados pela JNICT). Tinham constituído a UNESUL, uma associação Universidade/Empresas que, queixou-se, vivia com muitas dificuldades. Achava que as candidaturas eram complexas e muito demoradas e que se estava a insistir, demasiadamente, na chamada “dimensão crítica” dos projectos que eles, sistematicamente, não alcançavam. Sugeri que se associassem a outras universidades ou institutos de investigação para obterem escala. A associação é uma das coisas mais difíceis de se conseguir em Portugal. O individualismo impera!

*

Em Portugal, quando se tem uma iniciativa, é vulgar verificar que ela é logo replicada por mais dois ou três que vêm dizer que já tinham tido a ideia antes. Foi o que aconteceu quando se tornou pública a intenção do Ministério do Planeamento construir um parque de Ciência na confluência dos concelhos de Oeiras, Cascais e Sintra. Logo vieram um instituto público e uma universidade clamar que a ideia era deles, que só não tinham levado avante, porque não dispunham de meios, que o Governo os devia apoiar e mais não sei quantos argumentos... A verdade é que ninguém sabia e eles, de facto, não tinham meios. Quase se pode dizer que era uma intenção “in petore”... O nosso processo estava avançado de mais para o podermos reformular com outros agentes. Por razões que não vêm agora ao caso, os concelhos de Cascais e Sintra desligaram-se do projecto. Mas a Câmara Municipal de Oeiras envolveu-se com entusiasmo e determinação na realização do que hoje é o Taguspark.

*

Quando eu fui Ministro da Educação e Investigação Científica tive a tutela da então chamada JICU (Junta de Investigação Científica do Ultramar). Ela foi permanecendo naquela posição até que, em 1989, o meu Colega da Educação me propôs que eu voltasse à minha responsabilidade antiga, agora que era ministro responsável pela Ciência. Entretanto, a instituição havia mudado de nome; era agora o Instituto de Investigação Científica Tropical. A transferência foi feita pelo Decreto-Lei n.º 249/89, de 8 de Agosto, que integrou também o Museu de Etnologia no Museu Nacional de Etnologia. Eu conhecia mal o seu presidente, o Prof. Joaquim da Cruz e Silva. Passei a fazê-lo através do trabalho que eu sustento que é uma das maneiras mais sólidas para conhecer uma pessoa. Por isso o estimo tanto ainda hoje.



CAPÍTULO XX

NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

Regressámos de férias com a certeza de que a parte mais difícil do Governo ia começar então. Era o tempo para a oposição se aplicar com força na sua acção. As eleições seriam daí a dois anos.

*

Em determinada ocasião (27/09/1989) vieram-me com a ideia de construir no Cartaxo uma zona industrial de 200 ha para localização de firmas alemãs. Eu temi que elas só viessem para usufruir dos baixos valores dos salários portugueses e que um dia acordássemos sem empresas nem parque industrial e com muito desemprego, por esses salários já não serem interessantes. Recomendei que se reforçasse a colaboração com as empresas alemãs, desejavelmente em regime de “joint venture”, mas torci o nariz a ter um “enclave” alemão no Vale do Tejo. Ainda hoje estou convencido de que fiz bem.

*

No Conselho de Ministros de 28 de Setembro de 1989, começou-se a reunião por analisar o acidente da Jamba, do qual tinham saído muito feridos o filho do Presidente da República, Dr. João Soares e um destacado membro do CDS, o Dr. José Luís Nogueira de Brito. Lamentávamos muito o acidente, mas o Governo tinha de ser prudente relativamente a qualquer tomada de posição sobre o assunto. O tema dos fogos florestais voltou à baila. Nesse ano, a média de ocorrências tinha sido de 300 fogos por dia, durante a época de verão. Lamentámos, particularmente, o incêndio da Mata do Gerês; mas esta não dispunha de aceiros, nem o mato tinha sido limpo. Era um verdadeiro “barril de pólvora”. O pior é que se tratava de uma mata nacional que deveria ser modelar.

Anunciavam-se greves no sector dos combustíveis e, especialmente, na Petrogal. As nossas reservas eram diminutas e, por isso, a greve poderia ter sucesso. Foi solicitado um plano para abastecer o país a partir de Espanha.

Como sucedia muitas vezes, tratou-se também de questões comunitárias, nomeadamente da construção do mercado único, da próxima conferência intergovernamental, da transposição para o Direito Nacional de numerosas directivas comunitárias (fazíamos, então, parte dos quatro países com maiores atrasos nessa transposição) e da coesão. Alguém lembrou que o Presidente Jacques Delors tinha dito recentemente que, sem coesão, não haveria União Económica e Monetária; nós, obviamente, concordávamos. Em relação à chamada Carta Social, o processo de elaboração estava em bom andamento, mas para ter aplicabilidade e valor jurídico era preciso a unanimidade de vistas; daí a dificuldade da sua formulação e potencial aprovação.

A Política Agrícola Comum (PAC) era um tema recorrente nas nossas reuniões. Desde os meus tempos na CCRN que eu me interessava por estes assuntos. Tive ocasião de intervir na discussão, lembrando a importância da investigação aplicada para a afirmação de uma nova agricultura, da extrema sensibilidade das questões ambientais no domínio da produção agrícola, das relações da Comunidade Europeia como abastecedora dos países de leste e da conveniência de se municiarem os nossos Deputados ao Parlamento Europeu com argumentos em defesa da nossa agricultura. O domínio da concorrência (*trade*) recentemente confiado ao britânico Leon Brittan (mais tarde, Lord Brittan of Spennithorne) era para nós muito importante e o responsável afigurava-se-nos vir a ser “um osso-duro-de roer”. Um dia recebi-o no meu gabinete; eu tinha tido o cuidado de comprar e de ler um livro dele recente; pedi-lhe um autógrafo e antes de passar à matéria a tratar, discutimos algumas das ideias contidas no livro; a conversa decorreu da forma mais cordial.

*

No dia 3 de Outubro de 1989, o Conselho de Ministros apreciou a proposta de Grandes Opções do Plano que eu tinha preparado. A discussão com os partidos, ao abrigo do estatuto da Oposição, teria de começar muito em breve. É evidente que os meus Colegas sabiam o conteúdo da proposta, porque ela tinha sido ela-

borada com as sugestões que eles tinham enviado. Mas havia uma questão de arrumação geral dos temas e de equilíbrio entre sectores. Foram feitas algumas sugestões para dar ênfase a uma ou outra iniciativa. Compreensivelmente, cada um pretendia ver valorizado o seu próprio sector. O mais expressivo, em termos gerais, foi o Ministro da Agricultura. Estava de acordo com o documento, mas aconselhava a que se fosse mais longe em relação à delicada sugestão da distribuição da riqueza e aos indicadores sociais. O progresso deveria ser apreciado, sobretudo através da evolução destes (alfabetismo, mortalidade infantil e outros indicadores do mesmo tipo). O Primeiro-Ministro conhecia, obviamente, a proposta, mas elaborou sobre este ponto, apoiando a recomendação e indicando que fosse inserida uma referência ao que estávamos a fazer no domínio do combate à pobreza. Recomendou, ainda, um maior desenvolvimento do que já lá estava sobre a constituição da Europa dos Cidadãos.

Apesar da proposta ter sido construída com os elementos enviados por todos, a discussão das GOP constitui sempre uma boa ocasião para aferir o que o Governo tem feito e o que se propõe fazer. Afinal, é o desenho do futuro o que, realmente, mobiliza os ministros para a acção.

*

No dia 9 de Outubro, recebi uma grande delegação de empresários britânicos, chefiada pelo Duque de Gloucester, que vinha a Lisboa para procurar estimular os negócios entre os dois países. O meu gabinete era, nessa ocasião, no Terreiro do Paço, na esquina com a Rua do Ouro. A minha sala de reuniões era, por isso, a chamada sala do Conselho de Estado que o havia sido durante décadas e que tinha dimensões e decoração que impressionavam. Quando ele entrou perguntou-me: “Is this your ballroom?...” A conversa com a delegação prolongou-se mais do que o costume e, à noite, na embaixada, fui muito festejado, porque todos tínhamos insistido em que a conversa fosse descontraída... tratando de assuntos sérios.

*

No dia 10 de Outubro de 1989, começaram as habituais reuniões com a oposição a propósito das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento de Estado para 1990.



FIG. Com o Duque de Gloucester
que chefiava uma reunião de empresários britânicos.

O primeiro partido a ser ouvido foi o dos “Verdes” e o Ministro das Finanças deu o arranque aos trabalhos. Disse como era importante a redução do défice e relacionou o acréscimo de fundos estruturais que iríamos ter com o investimento público acrescido que isso iria exigir para compormos a nossa contrapartida. Abordou o valor do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) que iria crescer, mas que também deveria ser usado para assegurar aquela contrapartida. Referiu-se ao valor dos vencimentos na função pública, aos juros da dívida pública, ao montante de divisas de que dispúnhamos e ao facto de o saldo primário ter sido positivo em 1987, 1988 e 1989, ao contrário do que se tinha verificado nos anos anteriores.

Disse que, nos sectores sociais, as nossas prioridades eram a Educação e a Saúde. Mas que a evolução teria de ocorrer no quadro de um equilíbrio das variáveis macro-económicas cujos valores das projecções passou em revista. Referiu-se aos sinais positivos que as medidas tomadas no quadro do PCEDED estavam já a mostrar na balança comercial. O défice da Balança de Transacções Correntes iria ser melhor do que o anteriormente previsto. A inflação iria variar entre 9,5% e 10,5%. A liquidez estava a regredir, o que ele considerava positivo.

Eu resumi as linhas de orientação das GOP, naturalmente muito entrelaçadas com o proposto no Plano de Desenvolvimento Regional, por razões óbvias ligadas ao aproveitamento dos fundos estruturais.

O Deputado dos “Verdes” acusou-nos de pormos o Crescimento à frente do Desenvolvimento. Em qualquer caso isso teria de ser feito para que o segundo pudesse ocorrer; mas eu insisti em demonstrar-lhe que os dois processos iam a par, como deve ser. Ele falou na preservação da vida e na garantia de não hipotecar as potencialidades de desenvolvimento futuro e de não degradar os recursos naturais. Chamou a atenção para o agravamento da poluição atmosférica em Lisboa, Sines, Estarreja e Setúbal pelo que insistia na agilização do funcionamento das comissões de gestão do ar. Falou da poluição dos rios, das reservas e parques naturais e da estação de tratamento de resíduos tóxicos e perigosos. Tudo muito previsível...

De seguida, veio a delegação do CDS. Alertaram para a redução do valor do quociente do défice pelo PIB que achavam melhor indicador do que o primeiro sozinho. Chamaram a atenção para a necessidade de olhar para o acréscimo da dívida pública determinado pelas contrapartidas nacionais das ajudas comunitárias.

Queriam a substituição da dívida pública externa por dívida interna. O Deputado Narana Coissoró protestou contra o excesso de burocracia. Outro membro da Delegação recomendou a autocorreção estrutural do défice externo. Quiseram saber o que se estava a fazer para a redução do valor da inflação. Estabeleceram a relação entre o investimento estrangeiro e a desvalorização do escudo. Afirmaram que era pelo investimento produtivo e pela formação profissional que se ganhava em produtividade e, daí, na melhoria das condições de concorrência; e não pela desvalorização forçada do escudo. Por isso, queriam uma desvalorização muito controlada enquanto houvesse uma inflação tão alta como a que subsistia. O Deputado Coissoró insistiu muito na definição de uma estratégia para a reforma administrativa que deveria constar das GOP, porque ela era, manifestamente, um obstáculo ao progresso. Protestou particularmente contra a burocracia na Justiça e na Administração Fiscal. Mas queria que houvesse nas GOP uma referência explícita à acção proposta no domínio da segurança interna, na educação, nos tribunais e em outros sectores. Respondi-lhe que, para isso, deveria consultar o programa de Governo, porque as GOP respeitavam, fundamentalmente ao Plano de Desenvolvimento e aos investimentos que se iriam fazer nesse quadro. Insistiu na aplicação do princípio da mobilidade na função pública. Recomendaram ainda grande atenção à nossa participação nos Jogos Olímpicos de Barcelona; não era este, manifestamente, o lugar para tratar disso.

O Partido Renovador Democrático (PRD) observou que a principal medida fiscal era, afinal, a redução dos escalões do IRS, o que achava pouco. Chamou a atenção para a pressão da procura global sobre a economia e para o facto dos juros da dívida pública se situarem muito acima dos depósitos a prazo. Folgaram por verem o resultado positivo dos investimentos feitos na agricultura. Queria mais crédito para a habitação e, ao mesmo tempo, a realização de uma campanha a favor da poupança. O PCP começou por abordar a modernização do sistema tributário. Não nos acompanhavam no optimismo que viam tanto na proposta de Orçamento como na das GOP. Interrogaram-nos sobre quais as garantias que tínhamos para a concretização dos objectivos macroeconómicos que nos propúnhamos alcançar. Achavam que faltavam verbas para os sectores da Saúde e da Educação e, muito especificamente, apontaram as barragens do Beliche e da Marateca que estavam

referidas nas GOP; o Deputado Octávio Teixeira queria saber quais tinham sido os critérios para a sua selecção. E, como seria de esperar, queriam saber se o valor do FEF cumpria ou não o que estava na Lei.

O PS prometeu que iria estar particularmente atento à nova legislação fiscal. Reflectiu sobre as aplicações propostas para os fundos estruturais. Recomendou que houvesse uma verdadeira mobilização do país para uma correcção estrutural muito activa; novamente afirmou que iria estar atento a este respeito. Falou na importância de uma inter-relação entre a Educação, a Formação Profissional e os agentes económicos. Queria que o chamado Mapa VII (investimentos) fosse apresentado de forma responsabilizada por distritos, para se tornar mais simples o seu acompanhamento. Como se vê, nenhuma contribuição de fundo.

*

No dia 13 de Outubro participei numa nova reunião da Comissão dos Descobrimentos.

A proposta para a realização de uma Exposição Internacional para 1998 estava quase pronta, mas ainda não havia terreno escolhido para a realizar. Tivemos a informação de que a Exposição de Sevilha se realizaria num espaço com 215 ha. Tomou-se a decisão de que muitas das infra-estruturas a construir para a EXPO'98 teriam uma utilização posterior, tal como veio a suceder. Começou a ser feita a lista dos países a convidar. Seria uma exposição internacional temática e não uma exposição universal; estas só têm lugar de 15 em 15 anos e não coincidia com 1998. Tinha de se definir uma orientação geral para a exposição: pender para o lado estatal ou para o lado mais promocional? Deveriam ser fixadas algumas orientações gerais arquitectónicas. E eu tinha ficado de saber se haveria ou não apoio da Comunidade Europeia, cuja resposta positiva eu transmiti ao grupo.

Eram, sempre, reuniões muito estimulantes graças ao Vasco Graça Moura e ao António Mega Ferreira.

*

Como era corrente, antes da discussão no plenário sobre as Grandes Opções do Plano e sobre o Orçamento de Estado havia uma longa sessão de preparação

com os Deputados do PSD. O Grupo Parlamentar, depois, decidiria quem deveria intervir e em que temas. As outras reuniões prévias com os membros do Parlamento eram feitas no âmbito do estatuto da Oposição. Esta era mais prolongada porque visava dar aos Deputados que nos apoiavam o material necessário para intervirem com eficácia.

A sessão começava com duas exposições: a do Ministro das Finanças e a minha. Depois começava a troca de impressões, na qual os intervenientes traziam à discussão os temas que achavam mais importantes ou sensíveis

O Deputado Silva Marques elaborou sobre as relações entre a inflação e o emprego. O valor deste último era muito bom. Ele fez numerosas perguntas sobre este tema. Queixou-se da falta de clareza com que eram geridas algumas empresas públicas e dos “excessivos privilégios” dos seus gestores. Recomendou que fosse acelerado o processo de descentralização e mais coordenado o de desconcentração.

Intervieram muitos outros Deputados. O tema da inflação era recorrente. Preocupava-os o financiamento ao sector privado e as restrições ao crédito que se verificavam. Houve quem alertasse para a perda de confiança dos empresários. A sugestão de novas obras não parava; todos gostariam de ver as suas circunscrições contempladas. Houve quem chamasse a atenção para os malefícios políticos do “emprego precário”, sugerindo que se enaltecesse o seu pendor “profissionalizante”. A questão da habitação preocupava-os, especialmente nas cidades maiores; o preço das casas era considerado exorbitante. Houve quem avisasse que o PCP iria fazer uma interpelação ao Governo sobre as pensões de reforma; a proposta era que o Governo se adiantasse, elevando-as.

Nessa ocasião ainda não era conhecido o “célebre” Mapa VII do PIDDAC. Aí é que estavam referidas as obras objecto de subsídio. O mapa era escrutinado linha a linha...

*

No dia 19 de Outubro de 1989, o Partido Socialista apresentou na Assembleia da República uma moção de censura ao Governo.

O discurso inaugural foi do Dr. Jorge Sampaio. Referiu-se ao estado da Democracia em Portugal que não achava bom; não importava somente o facto de o Gover-

no ser maioritário e eleito, importava a ética política e a cultura política que ele achava não estarem bem. Criticou algumas nomeações políticas e a hegemonia política associada a uma maioria absoluta. Lamentou ter a regionalização sido “silenciada”. Falou na política do ambiente associada à debilidade estrutural da economia portuguesa. Achava que os fundos comunitários estavam a ser mal aproveitados devendo antes ser orientados para uma especialização produtiva em novos sectores, novas tecnologias e novos produtos. Queria uma melhor utilização dos fundos agrícolas. E gostaria de ver rapidamente regulamentada a Lei de Bases do Ambiente. Criticou o facto de haver numerosas directivas comunitárias a aguardar transposição para o Direito Português. Queria um programa específico para as regiões especializadas no sector têxtil, então a atravessar uma situação de crise. Chamou a atenção para as desigualdades que se estavam a cavar, agravando a nossa situação tradicional de sociedade dual. Recomendou um apoio mais explícito à investigação científica.

O Primeiro-Ministro contrariou a visão catastrofista apresentada.

Os Partidos usaram o seu tempo para elaborar sobre o tema da moção.

*

Na última reunião de cada mês do Conselho de Ministros começava-se por fazer o balanço das questões comunitárias, quer internas, quer externas.

No dia 26 de Outubro de 1989, foi a primeira vez que ouvimos o Ministro dos Negócios Estrangeiros referir-se à reunificação da Alemanha. Ela tinha-se tornado praticamente certa. Isso teria, como hoje sabemos, as maiores repercussões, na própria Alemanha, na Comunidade Europeia e na Europa.

Estava-se, por outro lado, a assistir a uma aceleração da constituição da União Económica e Monetária. Por se pretender isolar o Reino Unido, no próximo Conselho Europeu de Estrasburgo, estava a ser praticado um jogo de “charme” sobre Portugal que nos dava uma força negocial acrescida; o importante, na Comunidade a doze, era chegar a uma situação de 11/1, em relação à Grã-Bretanha.

Por outro lado, falava-se em ajudas à Polónia e à Hungria. Admitia-se a hipótese de deslocalização de empresas alemãs para a Polónia nos sectores têxtil e do calçado, o que nos deixou preocupados. Como um terço da população activa po-

laca estava na agricultura, tínhamos como certo que seria por aí que começaria a ajuda europeia. Hoje, sabemos que os empresários portugueses daqueles dois sectores adoptaram uma estratégia certa, repousando na inovação e não insistindo na via da mão-de-obra barata. Mas, naquela ocasião, não se adivinhava que a capacidade para dar um tão expressivo golpe-de-rins seria possível. Refiro isto para dizer que é preciso estar sempre a olhar para fora para definir como vamos de fazer cá dentro.

Começava-se, nessa ocasião (1989), a falar em grandes redes transeuropeias. Como se sabe, só em 2014 é que foram aprovados nove eixos cruzando todo o território europeu. Mas, então, tanto o Reino Unido, como a República Federal da Alemanha como a Holanda eram muito avessas a qualquer ideia de planificação. O primeiro continua hoje a sê-lo!...

Mas, para a construção do Mercado Interno, as redes de transporte, de telecomunicações, de energia e até de formação profissional eram essenciais. Hoje poucos têm dúvidas.

Eu dei a notícia de que o Comité das Regiões tinha emitido um parecer favorável relativamente ao nosso Plano de Desenvolvimento Regional e ao nosso Quadro Comunitário de Apoio. Isso ajudava a afirmarmo-nos e a ver as nossas propostas sancionadas.

Havia que estimular as relações entre os membros do Governo e os nossos parlamentares europeus para que estes soubessem, no trabalho das diversas comissões, como ajudar a fazer vencer as nossas posições.

O meu colega das Obras Públicas estava, particularmente, empenhado naquilo a que ele chamava as “auto-estradas electrónicas”, domínio em que achava que nós estávamos atrasados. Falou na alternativa entre TGV e auto-estradas e perguntou se a prioridade iria para as ligações entre as cidades-capitais. Ninguém estava em posição de lhe responder. E a rede-transeuropeia de transportes ainda demoraria 25 anos a ser aprovada (2014), definindo dois níveis de ligações e os nós principais e conferindo ao conjunto um carácter multimodal.

O Ministro da Indústria e Energia alertou-nos para o facto de estarmos a “passar de moda”, dado o novo interesse pelos países do leste que iriam “estar na berra”. Tinha razão. Informou que o dossier da energia e do trânsito da energia estava parado o

que contribuía para as “imperfeições” do mercado da energia na qual a concorrência não tinha lugar. Alertou para a atenção dada às grandes empresas em detrimento das pequenas e médias, nas quais se concentrava o nosso interesse.

A reunificação da Alemanha foi analisada nas consequências que teria na evolução dos preços dos cereais. Como posição de estratégia negocial foi recomendado que Portugal se mantivesse sempre como aliado da Comissão.

Esta moda dos países da Europa de Leste estava a adquirir uma designação: era a reconstituição da “grande casa europeia”... Nas instâncias internacionais há, frequentes vezes, a adopção destas “grandes frases” que passam a figurar em todos os discursos e conversas; a seu modo são “muletas” desses discursos... Deveríamos estar abertos à cooperação bilateral com os novos países. A Hungria estava a solicitar apoio à formação de gestores. A Portugal foi pedido auxílio no que respeitava ao Poder Local e à formação dos GAT (Gabinetes de Apoio Técnico) de que eles tinham ouvido falar. Eu fiz um convite ao novo Secretário de Estado Húngaro da Administração Local que veio a Portugal; tive duas longas conversas com ele (“briefing” e “de-briefing”); o Secretário de Estado homólogo português fez o mesmo; ele viajou pelo país, conversando com Autarcas e com directores dos GAT. A experiência foi replicada na Hungria e, alguns anos depois (1997), numa missão da OCDE que fiz àquele país, sobre outro tema. Sabendo que eu estava em Budapeste, o Secretário de Estado, que era o mesmo, solicitou que eu fosse fazer uma palestra sobre o assunto para um conjunto de altos funcionários que reuniu no seu ministério.

Foram analisados muitos outros aspectos do que foi designado como um “profundo e demorado choque exógeno” na construção europeia, tal como ela tinha decorrido até então. As coisas nunca mais voltariam a ser as mesmas, nem em tamanho nem em natureza. Mas talvez não tivesse só consequências negativas para Portugal. Era preciso analisar tudo numa perspectiva estratégica de médio-prazo. Foi decidida a elaboração de um estudo que nos ajudasse a reflectir sobre o tema; neste campo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros deveria mobilizar as suas capacidades. Mas as consequências eram de natureza muito variada. Até nos medicamentos e nos prazos de duração das patentes respectivas elas se reflectiam. Que forma revestiria a colaboração? Seria um alargamento da EFTA (European Free Trade Association) que permitiria o enquadramento desses países? Dever-

-se-ia ampliar o Fundo EFTA? Ou seria outra a forma de cooperação? Como se sabe, foi-se avançando, resolutamente, para a integração desses países na própria Comunidade Europeia que haveria de transformar-se em União Europeia (Maastricht – 1993) tendo, hoje (2015), 28 Estados-membros. Quando estávamos a discutir o assunto em 1989 (Outubro) ainda éramos somente doze. O processo acelerou-se visivelmente.

Com a aproximação do Conselho Europeu de Estrasburgo deveríamos estar atentos aos novos ventos que sopravam, nomeadamente a questão dos “grandes eixos” que, quase subitamente, tinham passado a ter um quadro geográfico muito mais amplo; já não eram só as ligações à Península Ibérica que tinham prioridade; havia muitas outras.

No sector da energia as coisas eram para nós muito desfavoráveis, porque tínhamos a Espanha a montante impondo taxas de passagem que nos penalizavam. Hoje, ainda se importa energia de França, mas há compensações. O excedente espanhol produzido junta da fronteira portuguesa é fornecido a Portugal; as regiões espanholas vizinhas da França são abastecidas a partir das centrais francesas.

Em relação aos países do leste europeu seria bom avançar com cautelas em termos de comércio externo; não se deveria tolerar a constituição de “grandes descobertos”; poderia estar ali a formar-se uma nova América Latina, com todas as vulnerabilidades que isso poderia implicar; os países do leste não dispunham de meios para pagar a sua dívida, nem sequer as suas importações de bens alimentares; a situação variava de país para país, mas não estávamos em posição de correr grandes riscos. Nessa ocasião, 70% das nossas exportações iam para países da Comunidade Europeia (a doze); deveríamos diversificar, incluindo os Estados-Unidos e a África; nessa fase Angola pagava bem e dispunha de boas condições para importar mais.

Deveríamos fazer um esforço especial para atrair para Portugal mais investimento estrangeiro. Verificámos, então (1989), que não havia, em Portugal, nenhum banco alemão.

Nessa discussão inclinámo-nos para apoiar uma adesão dos países da Europa de Leste à EFTA; tratava-se de fomentar o comércio livre sem exigir a formulação de políticas comuns. Mas, depois, tudo se acelerou...

*

No dia 31 de Outubro, fui à Assembleia da República para uma reunião com a Comissão Parlamentar da Administração de Território, Poder Local e Ambiente. Acompanharam-me os Secretários de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território e do Ambiente e Recursos Naturais.

A reunião era feita no quadro da preparação do Orçamento de Estado, mas eu tinha feito, com os Secretários de Estado, um rol de assuntos laterais que poderiam vir à baila, o qual se baseava nas notícias vindas a lume durante as últimas semanas. Eu levava informação actualizada comigo, “just in case”... Curiosamente não foi levantado nenhum desses pontos.

Intervieram somente Deputados da Oposição, com grande protagonismo do Deputado André Martins, dos “Verdes”. Queriam muitas informações complementares, nomeadamente: um índice do PIDDAC para mais fácil consulta do documento; um quadro à parte com as verbas do FEDER; uma identificação de cada um dos contratos-programa celebrados; a relação das intervenções regionais que, sucedia, irem ser geridas por organismos eleitos e dependentes do Governo. Constatavam que: em matéria de FEF, nós nos limitámos a cumprir a lei; o IVA “continuava” a estar subavaliado, o que prejudicaria as Autarquias Locais; a retenção na fonte das verbas destinadas à EDP era muito inconveniente; não havia número suficiente de escolas beneficiando de programas de educação ambiental; não havia uma referência exacta ao valor que estimávamos para o imposto sobre a primeira venda de pescado; não estava explicitado o valor destinado ao pagamento do pessoal auxiliar das escolas; não havia referência ao que propúnhamos em matéria de tratamento de resíduos sólidos, quando toda a gente sabia que a maior parte das Câmaras não estava apetrechada tecnicamente para quaisquer operações situadas a jusante da recolha do lixo...

Queriam que tivéssemos apresentado já uma proposta global de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais com explicitação do que ficaria para as instâncias regionais. Sem isso cair-se-ia no casuísmo e isso era muito inconveniente. O dinheiro, para um dos intervenientes, era um mero “fermento”. Na realidade ele desempenhava as funções de um instrumento motivador e pedagógico para as sociedades... Não havia muitas tiradas tão filosóficas como esta!

O Deputado André Martins tinha ido ao Gerês. E ficou com imensa pena pelo que encontrou! Manifestamente o Governo não ligava muito às áreas que deveria proteger, incluindo um Parque Nacional com a importância daquele. Verificava que a proposta de Orçamento para 1990 crescia em relação a 1989, mas preocupava-o a aplicação dos diferenciais. Não existiam planos nacionais, nem regionais, nem locais; não havia ordenamento do território; não dispúnhamos de eleitos regionais para controlar a política de ordenamento; as Câmara Municipais eram obrigadas a elaborar PDM, mas o processo estava todo descoordenado e descontrolado, nenhuma delas ligando ao Município do lado; não havia uma estratégia nacional, mas, apenas, uma submissão à CEE; não estavam a ser criadas condições para a fixação das populações no interior; etc.

O enunciado de desgraças foi pacientemente contrariado, depois de ter sido registado em notas que permaneceram até hoje. Mas temo que tanto negativismo não contribuiu muito para a inteligência do processo que estávamos a interpretar. Tudo ou quase tudo estava pré-formatado, independentemente da proposta em análise. Esta não era, seguramente, nem perfeita nem intocável; mas não beneficiou nada do contributo de quem a deveria ter estudado para fazer uma meia dúzia de críticas certas.

Os partidos devem ter os seus Deputados sob observação e dispensar, na legislatura seguinte, quem não desempenhar bem o seu papel, mesmo que tenha repetido a “cassete” das vulgatas de cada um. Mais vale ter menos Deputados, dar-lhes melhores meios de trabalho e pedir-lhes mais contas.

*

Para efeitos semelhantes aos da reunião anterior fui, no dia 2 de Novembro, à Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano. Como de costume, não foram somente discutidas as GOP e a proposta de Orçamento; aproveitaram a presença do ministro para o “folhear” em relação a assuntos que dele dependessem. Assim, começou-se pelo estatuto remuneratório dos trabalhadores da Administração Local, uma vez que tinha sido actualizado o dos trabalhadores da Administração Central. Chamava-se a atenção para as dificuldades acrescidas das Autarquias em acompanhar, à sua custa, uma elevação paralela. Mas, depois, foi

feito um “zoom” para um caso muito específico: a potencial perda de mandato de uma Câmara, na sequência de uma inspecção que tinha sido feita. Queriam saber se haveria alguma forma de apoio pecuniário à reabilitação urbana feita no quadro dos PDM, então em plena fase de elaboração. Interrogaram-me acerca do sucesso que se estava a ter com a integração dos serviços municipais de electricidade na EDP: Resultava ele de qualquer pressão que eu estivesse a fazer e sob que forma? Também em relação aos contratos-programa celebrados entre o Ministro da Educação e as Autarquias: Primeiro tinham lugar os contratos e depois o planeamento ou era ao invés? Quando estaria pronta a legislação sobre os poluidores? O que é que se estava a fazer contra a poluição dos mares?

O que me surpreendia neste rol de perguntas era o seu carácter errático. Não havia nenhuma estratégia por trás. O Deputado tinha coleccionado notícias de jornal e juntado alguns pontos da sua lavra para despejar interrogações em torrente para demonstrar que o Governo não estava a atacar os problemas fundamentais da vida do país. Estaria a consegui-lo?

Outro grupo vinha queixar-se de que, depois do PDR elaborado, eu mantinha poucos contactos com as Autarquias. Teria perdido o interesse? E se houvesse cortes no QCA em relação à proposta contida no PDR quem sairia mais penalizada: a Administração Central ou a Local?

Outro queria saber se o projecto do gasoduto estava incluído ou não no QCA. Lamentava-se da exiguidade das verbas atribuídas ao Ambiente.

Houve um Deputado que verberou a minha postura “paternalista” em relação ao Fundo de Equilíbrio Financeiro e às Autarquias. Deveria estar angustiado com os desvios acumulados nos anos anteriores. A Carta Social não estava elaborada; o Ministério do Emprego e Segurança Social proclamava a sua prioridade mas ela não estava reflectida em matéria de direitos dos trabalhadores, da distribuição de rendimentos e da valorização dos recursos humanos. Iríamos reutilizar verbas do Fundo Social Europeu para este propósito?

Um outro queria saber se havia atrasos na negociação do projecto Ford-Volkswagen e nas decisões a tomar relativamente ao SIBR.

Haveria dinheiros para a despoluição da Ria de Aveiro, da Pateira de Fermentelos e da Barrinha de Esmoriz? E para o saneamento básico do Concelho da Feira?

Vistas as coisas através das notas que, então, tomei, sou forçado a concluir que não havia reuniões, dentro dos grupos parlamentares, nas quais se definisse uma orientação para a discussão destes dois importantes diplomas. Designava-se quem deveria intervir e ele que escolhesse os temas e a forma de o fazer. Isso não é suficiente para assegurar a eficácia de uma Oposição. E o papel desta é importante!

*

Como já referi, algumas vezes, a cooperação com os países africanos era estimada por muitos destinatários e alegremente correspondida por numerosos funcionários que iam matar saudades ou concretizar velhos sonhos ligados aos mitos da sua juventude. Nunca havia dificuldade para encontrar voluntários. As acções de cooperação eram coordenadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros que, no entanto, se via obrigado a lembrá-lo muitas vezes, porque a iniciativa espontânea dos diferentes sectores era tanta que, em algumas ocasiões, se esqueciam de comunicar uma ou outra realização, o que obviamente enfraquecia a posição negocial de quem tinha de assegurar a coerência do conjunto e de aferir o seu peso global.

Eu queria que, no MPAT, tudo estivesse coordenado e que houvesse informações periódicas acerca do que se estava a fazer. Designei o Gabinete de Estudos e Planeamento da Administração do Território (GEPAT) para o fazer. Aliás, o seu Director-geral, Eng. António Pinto, tinha vivido e trabalhado em Luanda (não me lembro se lá havia nascido...) de modo que conhecia bem as características de cada um dos destinatários...

No dia 11 de Novembro de 1989, fiz uma reunião, para o efeito, com todos os Secretários de Estado. Ficou decidido que montaríamos uma espécie de “observatório” que arrumasse as informações acerca dos pedidos de colaboração, do que estava a ser feito, do que já havia sido realizado, dos nomes e contactos de toda a gente que importava e, também, de algumas sugestões que parecessem mais interessantes. Todas as acções deveriam ser devidamente quantificadas. O Instituto de Investigação Científica Tropical deveria ser envolvido, porque continuava a ser uma instituição importante para nós e para eles. Estávamos abertos a uma cooperação tri-partida, especialmente com instituições internacionais. A coopera-

ção com o Instituto Geográfico e Cadastral era muito pretendida, mas ele estava, nessa ocasião, muito desguarnecido de pessoal técnico, sendo difícil considerar a admissão de novos elementos somente para a realização de acções de cooperação. O mesmo se passava em relação à EPAL. Gostaríamos de ser parceiros técnicos de equipas do Banco Mundial (WB) ou do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no convencimento de que poderíamos ser muito úteis para o desenho de acções que levassem a projectos objecto de empréstimos e para a sua execução. E isso apesar de sermos a antiga potência colonizadora... Já não havia reservas... Tudo quanto fizemos ou nos propuséssemos fazer deveria ser conduzido para as Comissões Mistas que se reuniam periodicamente e asseguravam a coordenação da acção.

*

No dia 7 de Novembro de 1989, houve uma reunião do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos que, entre outros temas, analisou as condições em que estava a evoluir o Comércio Interno.

Em termos de emprego, ele estava a expandir-se. Havia uma concentração de mais de 50% nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal e, também, de mais de 50% no ramo dos bens alimentares; 60% dos empresários do comércio tinham, então (1989), somente o ensino básico. O sector estava organizado em associações estabilizadas e com tradições; havia cerca de 100 associações do comércio retalhista, tendo muitas delas mais de 75 anos. O comércio grossista dispunha de mais de 30 associações. Estava a despontar um grande dinamismo nas grandes superfícies comerciais (hipermercados e centros comerciais). Os retalhistas defendiam-se constituindo centrais de compras. Nessa ocasião, Portugal tinha o valor mais alto da relação estabelecimento/habitante e o mais baixo da relação facturação/estabelecimento.

Na Alemanha e nessa altura o retalho estava nas mãos de cinco grandes empresas. Estimava-se que a verdadeira autonomia dos retalhistas portugueses viesse a desaparecer por volta do ano 2000.

As políticas de enquadramento de que o Governo poderia lançar mão eram a de defesa do consumidor e a de ordenamento do território.

Os salários no sector eram dos mais baixos, aliás em consonância com o pequeno valor acrescentado. Os benefícios potenciais viriam por via da grande concentração ou da especialização.

Havia a ideia de propor um sistema de incentivos visando a modernização do comércio mas nessa altura ainda não estavam definidos os seus contornos. Admitia-se que um montante de 6 milhões de contos de apoio se poderia traduzir num volume de investimento de 15 milhões de contos. Não se queria dispersar meios em investimentos de futuro curto; tinha-se a certeza de que a mudança que se impunha era muito profunda porque a maior parte dos agentes não estava habituada a mover-se em ambientes de grande competição, como era aquele que se anunciava. A classe dos comerciantes constituía uma referência cultural nos grandes e nos pequenos centros, com óbvio peso político. Mas o ramo estava a experimentar uma evolução muito rápida na sua estrutura e nos seus métodos e instrumentos de trabalho. Havia cerca de 300.000 lojas em nome individual! A mudança não poderia deixar de ter as maiores repercussões nos empresários e nos clientes. Para complicar a situação, a seguir à revolução tinha-se expandido muito o comércio paralelo, revelando-se difícil de combater. Até dentro das repartições públicas havia transacções de tudo: roupa e alimentos, aparelhagem electrónica e produtos de “toilette”; tudo...Tinha que se tratar da formação dos lojistas e do aspecto das lojas. Alvitrou-se a colaboração com o Instituto de Emprego e Formação Profissional que não tinha nenhuma tradição neste domínio. Havia um centro protocolar forte, dispondo já de 14 programas operacionais. Mas a idade avançada dos retalhistas não facilitava a sua actualização.

Cada vez se justificava menos o controlo dos preços; aliás era progressivamente mais difícil fazê-lo. Não fazia sentido conservá-lo.

A flexibilização dos horários de funcionamento era aconselhável. Os mercados abastecedores dos grandes centros contribuiriam para a moderação dos preços dos principais bens alimentares. Por isso havia que acelerar a sua construção. Já existiam cerca de 20 mercados de origem a operar.

O peso da alimentação no índice de Preços no Consumidor era altíssimo: 44%. Mas vínhamos de muito mais (56%). Todavia na Alemanha ele era de 16%, em Espanha de 30% e nos países do norte da Europa variava entre 12% e 15%.

Foi sugerida a introdução de um sistema de capital de risco a exemplo do NORPE-DIP e do SULPEDIP para o sector comercial. Havia acções específicas nos domínios da gestão de “stocks”, da poupança de energia, da imobilização financeira que talvez pudessem ser promovidas. Tinha-se a consciência de que as margens de intermediação entre o produtor e o lojista eram muito elevadas; como contrariá-las? Se se avançasse com a constituição de um sistema de incentivos, havia que tipificar muito bem os investimentos elegíveis.

A informatização dos estabelecimentos impunha-se. Alguns esperavam muito do reforço do associativismo no sector. Eu mantinha alguma reserva a este respeito, porque tinha tido contacto com numerosas associações e havia-me apercebido das suas limitações.

Esperava-se que a difusão de informação fizesse o seu papel. Um dos maiores obstáculos à mudança tinha a ver com a idade dos retalhistas, cuja média era elevada. O diagnóstico estava feito. Os remédios não eram fáceis de aplicar.

*

Por causa da discussão sobre as GOP e o Orçamento de Estado para 1990 também fui às Comissões Parlamentares da Educação e da Juventude. Isso ocorreu no dia 8 de Novembro.

O PCP manifestou dificuldade em fazer uma apreciação global. Disse que não tinha encontrado informação disponível, nomeadamente um estudo comparativo das despesas feitas nos sectores em anos transactos e no seguinte. Eu julgo que não deveria ser o Governo a fornecer esses quadros. Quando defendo a existência de menos Deputados com mais meios é neste género de coisas que estou a pensar: eles terem assistentes que os ajudem a fazer as pesquisas que lhes forneçam os argumentos com que pretendem avançar. O Deputado regozijou-se por saber que o número de investigadores científicos iria crescer. Mas aborreciam-lhe o que chamou de atitudes “paternalistas” em relação às empresas, traduzidas na outorga de incentivos.

O Deputado do PS queria que, dentro da verba destinada à Ciência e Tecnologia, estivesse destacada a parcela destinada à cooperação com os PALOP nesta área... Achava que as verbas destinadas às universidades deveriam ser transferidas para

elas sem passar pela tutela! Queria conhecer o parecer do Conselho Superior da Ciência e Tecnologia sobre o Orçamento em apreço; não era suficiente o que eu lhes disse relativamente à auscultação que eu tinha promovido a respeito do programa pluri-anual. Queria conhecer o número de bolseiros e o dos contratos passados entre empresas e universidades e quais as universidades que os tinham assinado. Queria, ainda, saber quais os montantes comunitários orientados para a Ciência e Tecnologia.

E, para rematar a lista das perguntas, pretendia saber quantas e quais as vagas que tinham sido descongeladas.

Devo dizer que não é com perguntas destas, desferidas em todas as direcções, que se melhora a qualidade da uma proposta de Orçamento. A minha opinião é talhante: sem formação dos políticos, no seio dos seus partidos, não haverá melhoria da qualidade da Democracia.

*

No final do ano de 1989, o processo de evolução nos países da Europa Central e do Leste estava a evoluir de modo acelerado. Antevíamos uma reactivação do Conselho da Europa, tal como tinha acontecido quinze anos antes em Portugal e em Espanha. A presidência seguinte do Conselho iria ser ocupada por Malta. Temíamos que a Coesão Económica e Social da Comunidade Europeia fosse passar de moda, face à expectativa que se vivia, então, nesses países. Não éramos capazes de antever a aceleração que o processo iria adquirir. Abordávamos estes temas nos Conselhos de Ministros. A questão tinha, naturalmente, muitas dimensões. E algumas afectavam-nos de perto. Era impressionante a prudência do Partido Comunista. Não se ouvia. Estava expectante. Mas não desapareceu, como alguns outros dos seus parceiros na Europa.

*

Em 20 de Novembro de 1989, começou na Assembleia da República a discussão em plenário do Orçamento de Estado para 1990 e das Grandes Opções do Plano. A apresentação de arranque coube ao Ministro das Finanças, Miguel Cadilhe. A sua intervenção está no Diário das Sessões da Assembleia. Por isso, só sublinho

a importância que ele deu às muitas reformas feitas, realçando que 1990 seria o quinto ano consecutivo de progresso do país. Enalteceu, particularmente, a taxa de crescimento do investimento que rondaria os 9% e o valor da inflação que se previa vir a situar-se entre 9,6% e 10,5%.

O Eng. António Guterres foi um tanto exagerado na crítica e sem nenhuma razão. Disse que a proposta de Orçamento sofria de um pecado original: o de ter sido elaborada pelo Miguel Cadilhe. Por isso, ninguém acreditaria nele... Como estava enganado! O tempo encarregou-se de demonstrar o contrário. Depois disparou em todos os sentidos: havia falta de coerência entre as políticas preconizadas pelo Ministro das Finanças e as defendidas pelo do Planeamento; entre as deste e as do Ministro da Indústria; e assim sucessivamente... Ele sabia que isso não era verdade, mas queria tirar efeito através das “caixas” dos jornais do dia seguinte. Não aprovo este tipo de argumentação. A história parlamentar portuguesa demonstra que quem sai mal deste género de “chicana” é o próprio Parlamento. Sou adepto de menos fulgor e de mais sobriedade. Todos ganharão, a começar pelo país

O Deputado Octávio Teixeira fez um vaticínio que hoje me surpreende. Disse taxativamente: “Este é o último orçamento do Cadilhe!”. E foi. Mas nada fazia prever que o fosse. Achava que a proposta era de propaganda eleitoralista, o que não era verdade. Recorreu aos chavões habituais na sua bancada: o OE era a expressão de uma injustiça social; os custos reais do trabalho tinham diminuído; os salários continuariam a ser baixos; à proposta faltavam rigor e transparência; a taxa de inflação implícita no orçamento era de 9%, quando a Comissão Europeia admitia que ela fosse de 11,5%; etc. etc. Para completar as críticas num sector que me era dirigido veio o Deputado Lino de Carvalho que disse que iria haver diminuição do FEF; que estavam propostas isenções de impostos locais sem contrapartidas, etc. Veio, de seguida, o Deputado Sérgio Ribeiro que afirmou estar a proposta cheia de enganos, erros e omissões, verberando a alienação de partes do capital social de algumas empresas e propondo que da Comissão de Acompanhamento do QCA, além da participação das autarquias, também deveria haver a dos sindicatos. Vieram outros que queriam o aumento do vencimento dos professores, que incentivavam a que houvesse muitas mais reformas, que defendiam um controlo rigoroso da procura como remédio contra a inflação, que exigiam uma diminuição ainda

maior das despesas militares, que reclamavam inovação nas tecnologias intermédias, que pretendiam a fixação das elites e a eliminação das bolsas de pobreza...

António Guterres voltou à carga para dizer que a proposta era de um liberalismo provinciano que, na Europa, só tinha dois defensores: a Senhora Thatcher e o Prof. Cavaco Silva. Afirmou que a regionalização tinha sido o maior fracasso do Governo; quero recordar que, na altura em que ele a poderia ter feito enterrou-a; a seu tempo me referirei a isso.

Não estou nada de acordo com os exageros desta forma de discutir o Orçamento de Estado. Dá ideia que há uma competição para ver quem mais bate, nunca pondo a hipótese da inversão das posições e, portanto, dos papéis. Eu toleraria isso em relação aos pequenos partidos que se sabe dificilmente chegarem ao Governo. Mas, em relação aos que constituem o chamado “arco da governação”, eu estimaria que houvesse menos folclore e mais rigor construtivo. O País precisa tanto de acertar!

*

Uma boa parte do período antes da agenda da reunião do Conselho de Ministros de 23 de Novembro de 1989 foi ocupada com uma análise do processo de desconcentração. Como se sabe, na descentralização passa-se o poder de decisão para órgãos periféricos que ficam com a capacidade de definir, nos sectores descentralizados, o caminho que querem seguir. Na desconcentração transfere-se a decisão para os órgãos delegados do centro e a capacidade de dar resposta aos assuntos que lhes são presentes, de acordo com orientações definidas pelo centro. Os dois processos devem marchar em paralelo para se extrair todas as vantagens da variedade que corresponde à descentralização com a indispensável coordenação com as políticas que têm de permanecer centrais, mas que lucram com uma tomada de decisões próxima dos destinatários, como forma de não saturar o centro com excesso de petições, ao mesmo tempo que se assegura uniformidade de tratamento daquilo que tem de ser uniforme. A desconcentração sem descentralização conduz a uma centralização acrescida por lubrificação das suas engrenagens. A descentralização sem desconcentração pode levar a situações de disparidades de processos sem convergência daquilo que deve permanecer central, assegurando unidade ao conjunto. Houve quem se pronunciasse a favor de uma desconcentração política para os go-

vernadores civis e de outra técnica para as comissões de coordenação regional. Tive ocasião de justificar porque não funcionaria um tal mecanismo; a coordenação dos órgãos desconcentrados poderá ser feita por governadores semelhantes aos prefeitos franceses. Mas a descentralização não é meramente técnica; é política! Todavia, as decisões descentralizadas reclamam fundamentações técnicas. Não se pode assim justapor duas hierarquias verticais, uma política e outra técnica, porque do que se trata é de fomentar a formação de patamares organizativos horizontais – o local, o regional e o central – devidamente articulados entre si por via de estruturas desconcentradas que hão-de assegurar o exercício de funções centrais colocadas mais próximo dos administrados. O mesmo orador referiu que era escusado que a desconcentração fosse sistematicamente feita para os distritos. Mas isso foi o que aconteceu em França, com a criação dos prefeitos-coordenadores para exercerem a sua jurisdição sobre vários departamentos criados pela administração napoleónica. Como em França não houve coragem (ou força política) para fundir departamentos tiveram que adoptar a solução de distinguir os prefeitos em duas categorias, uns com funções sobre um só de departamento, outros com responsabilidades de coordenação sobre conjuntos de departamentos.

Nós, agora (2015), como este Governo acabou com os distritos e com os governadores civis, estamos em melhor posição para criar somente governadores-coordenadores de funções desconcentradas para as regiões administrativas que finalmente vierem a ser criadas. Parece-me estar fora de causa que se tenha acabado com a figura do governador do distrito para ir criar um coordenador de funções desconcentradas por comunidade intermunicipal!...

Houve outro colega meu que chamou a atenção para os perigos da desconcentração, se ela fosse “empurrada” politicamente. Nesse caso, o resultado seria fazer crescer a administração pública sem controlo. Esta hipótese nunca se pôs, nem me parece que se venha a colocar, porque não corresponde a nenhum modelo lógico de organização administrativa.

Avisadamente, um outro colega disse que, em seu entender, o ritmo a que se fizesse a desconcentração tinha muito a ver com a disponibilidade de agentes devidamente formados, porque o exercício das suas funções exigiria níveis de preparação muito elevados e capacidades de coordenação evidentes. Só

não acrescentou que eles deveriam ser politicamente “neutros” (apartidários), porque teriam de servir com governos que, naturalmente, iriam mudando de cor política, periodicamente.

Um outro disse que a desconcentração não deveria favorecer a criação de novos “Terreiros do Paço”, com “tiranetes” à sua frente... Tratarei deste assunto em capítulo próprio. E acrescentou que o Estado Português sofre, tradicionalmente, de “esclerose múltipla” que seria potenciada por essa multiplicação de concentrações de poder. Mas esclareceu que essa tendência para a esclerose só se combatia com uma conjugação de desconcentração com descentralização. No que estava muito certo. Recomendou que o exercício da desconcentração, processado dentro de cada ministério tivesse um dos Secretários de Estado designado para seguir o processo. No que eu não estou de acordo! O processo de desconcentração não é simples; quem deve dar a cara por ele é o próprio ministro.

Outra ainda lamentava que, em Portugal, nunca se tivessem desenvolvido elites regionais e locais. A minha angústia é mais grave: acho que nunca se desenvolveu um escol nacional consciente das suas responsabilidades para com a massa, como já disse várias vezes nestas memórias...

Houve outro que chamou a atenção para as inevitáveis fricções entre os directores-gerais e os directores-regionais. Acho que é um risco, em relação ao qual os ministros devem estar atentos.

A discussão denunciou uma clivagem entre os que queriam ir procedendo a uma reforma administrativa e aqueles que não queriam que nada mudasse.

Um disse que a sua vontade de desconcentrar se debatia com as dificuldades que sentia em guarnecer com elementos competentes os lugares regionais de que dispunha no seu ministério. Defendia que o escalão regional fosse essencialmente operacional e executivo, deixando para o central a concepção das políticas e a sua estruturação. Mostrava dessa maneira a sua propensão centralizadora “pura”. Nos nossos dias tudo tem de ser muito mais “nuancé”. De qualquer forma, lá foi dizendo que se havia que desconcentrar, que tal fosse feito segundo um modelo paralelo ao das Comissões de Coordenação Regional, no que, em meu entender, estava certo.

Um outro colega, respondendo a uma questão anterior disse que os directores regionais deveriam responder ao ministro e não ao Director-geral. Eu acho que estas organizações não devem ser “arborescências”; a tendência é para avançar para fórmulas mais próximas das matriciais. O grau de complexidade dos problemas assim o exige.

De qualquer forma, ficou assente que tinha de haver as mesmas divisões espaciais para todos os sectores, que nem todos os modelos podiam ser os mesmos, nem o ritmo a que se processava a desconcentração igual; alguns reclamavam mais tempo do que outros.

Houve quem tivesse exprimido uma observação sensata: “Não estamos nós a complicar demasiadamente as coisas? Não se trata somente de desburocratizar, tentando olear os estrangulamentos à eficiência da máquina? Do que se trata não é de aumentar a operacionalidade da administração?”. Eu suponho que esta é uma excelente forma para começar a abordagem do problema.

Devo acrescentar que eu tinha preparado um documento-base para apoio e estímulo da discussão. Pelo meu relato, o leitor já descobriu que a “máquina” voltou ao “ponto-morto”. Fiquei com uma suspeita difusa de que um ou outro dos meus colegas não tinha reflectido muito acerca da matéria em causa e que disse a primeira coisa que lhe veio à cabeça e que reflectia, obviamente, mais do que uma impressão, uma predisposição para aceitar uma mudança que não o deixava completamente tranquilo; era um domínio desconhecido que estava a escapar ao quadro de referência que conhecia.

*

Nos dias 24 e 25 de Novembro de 1989 eu fui a Nantes, para participar numa reunião de ministros responsáveis pelo desenvolvimento regional e pelo ordenamento do território da Comunidade Europeia. O nosso anfitrião era o Ministro Jacques Chérèque, um boníssimo homem, amigo pessoal de Jacques Delors que participou na parte final do nosso encontro. Ele era engenheiro e tinha sido uma personalidade importante no movimento sindical enquadrado pela “Confédération Française Démocratique du Travail”. Era conhecido por ter inspirado a designação de “banana azul” pela qual ficou conhecida a maior concentração europeia



FIG. Em Nantes com Isabel Mota, Secretária de Estado.

de riqueza, de emprego, de indústrias, de inovação... que se estende de Londres a Milão com uma curvatura que segue mais ou menos ao longo do Reno.

Deu-nos as boas-vindas, mas passou logo a palavra ao Député-Maire de Nantes, Jean Marc Ayrault. O título diz da importância da pessoa; acumulava os dois cargos. Começou por afirmar que o ordenamento do território exprimia a solidariedade objectiva que unia os habitantes de uma região. Estávamos a atravessar uma época de grandes mudanças com o desenvolvimento visível da fachada atlântica da Europa (onde se localizava Nantes, bem entendido...). O oeste francês, onde nos encontrávamos, disse, era o celeiro da Europa. Mas o seu grande porto prolongava a sua influência além-mar. Sublinhou a importância do Arco Atlântico, organização que estava em constituição e à qual eu me referirei mais tarde. Falou do livro branco do Arco Atlântico que estava em elaboração e que não chamava somente a atenção para as potencialidades e sinergias existentes, mas que continha verdadeiras propostas de acção. Finalizou com uma tirada francesa de grande efeito. Iríamos, nos nossos trabalhos, tratar de três combates ligados entre si: “Le combat pour la liberté, le combat pour le développement et le combat contre les fatalités!”. É evidente que uma frase destas reclamava uma grande ovação. Foi o que ele teve.

O meu velho amigo Olivier Guichard, presidente do Pays de la Loire e antigo ministro do General de Gaulle, de Pompidou e de Giscard d’Estaing, disse que o que estava em causa era o reequilíbrio do território europeu que reclamava uma política regional esclarecida. Insistiu na importância das relações inter-regionais para a definição de acções com dimensão e sublinhou a necessidade de olhar mais para o Oeste Europeu. Era, outra vez, o apoio ao Arco Atlântico.

O Ministro Chérèque expôs depois as suas ideias. Esta era uma reunião inovadora, porque juntava, pela primeira vez os responsáveis pela política de desenvolvimento regional com os do ordenamento do território. Ao mesmo tempo era ambiciosa, porque lançava as bases para uma colaboração multilateral. Queria uma maior especialização das acções aos diversos níveis da administração. Dava testemunho de que as relações inter-regionais, que o Ministro Guichard tinha mencionado, estavam realmente a reforçar-se (referia-se, nomeadamente, à Conferência das Regiões Periféricas Marítimas – CRPM). Queria que o mesmo viesse

a passar-se com os ministros responsáveis pelas duas áreas. Os primeiros programas de acção conjunta estavam a surgir, com acções pragmáticas. Saudava os novos hábitos de concertação que despontavam e sublinhava a importância das trocas de experiência ao nível técnico. Apontava três eixos nos quais devíamos concentrar a atenção: i) a valorização económica comum em consequência da melhoria das redes de transportes; ii) a cooperação transfronteiriça e iii) o desenvolvimento de metrópoles com capacidade de influência a que chamou de Eurometrópoles.

O Comissário Bruce Millan, também presente, começou por dizer que o que se estava a fazer se estenderia para além de 1993. Que deveríamos continuar a realizar encontros como este, porque eles seriam úteis para a Comunidade Europeia enfrentar os seus problemas internos e também dois desafios que estavam a emergir: a situação na Europa de Leste e o reforço da acção em relação aos países da convenção de Lomé. Referiu-se às propostas da CRPM contidas no relatório do Presidente Jardim (Alberto João Jardim, Presidente do Governo Regional da Madeira, o qual era, nessa altura, o Presidente da CRPM), sublinhando a importância da parceria e da descentralização. Os recursos financeiros constituíam uma preocupação tanto dos países-membros como da Comissão; não era a favor do sistema de quotas, tal como eu próprio nunca fui, preferindo um sistema com balizas orientadoras, mas deixando funcionar uma competição salutar entre os beneficiários. Continuará a Comissão a apoiar a construção de infra-estruturas, mas tinha de dar mais atenção ao investimento produtivo e à criação de emprego (A posição que vemos hoje (2015) muito referida já era a orientação em 1989!). Disse da importância dos programas transfronteiriços, das áreas metropolitanas e das “inner cities” (núcleos centrais das conurbações) de que Londres e Marselha estavam a ser objecto de troca de experiência. Referiu-se ao papel da Ciência (programa STRIDE) e mencionou, especificamente, o novo centro tecnológico de Lisboa (Taguspark).

Todos os ministros presentes intervieram com vivacidade, porque se tratava de matéria em que tinham as mãos metidas. Os tópicos foram variados. Era evidente que as políticas em apreço constituíam instrumentos eficazes da política de redistribuição. O Arco Atlântico deveria ter como parceiro a Sul um Arco Mediterrânico (que põe problemas mais complicados...). As pressões políticas sobre

os fundos estruturais eram compreensíveis e, por isso, a existência de critérios objectivos ajudaria muito a desdramatizar a pressão. A reforma dos fundos com a duplicação dos meios atribuídos tinha sido importante. Era preciso atenuar os conflitos entre a política regional e as outras políticas da Comunidade Económica Europeia. Nomeadamente por via de uma coordenação eficaz. O estabelecimento de prioridades era essencial. A política das cidades era instrumental e muito importante. As acções transfronteiriças deveriam ocupar um lugar de relevo na nossa acção, bem como as relações com os países vizinhos (estava-se em 1989!). O ministro luxemburguês disse, mesmo, que as fronteiras eram “as cicatrizes da História”. Tudo se deveria fazer com atenção às questões ambientais.

O Comissário Millan voltou a intervir para defender a existência de um documento estratégico para o ano 2000. Referiu-se ao impacto que iria ter o novo túnel do Canal (1994) e à inevitabilidade de se dar mais atenção à Europa de Leste. Incitou a conferir-se mais relevo à troca de experiências entre casos bem-sucedidos de política das cidades (que, ainda por cima, não requeriam novos fundos...). Disse da importância do completamento das redes por construção dos “missing links”, no que foi apoiado pelo anfitrião (“valorisation des reseaux des secteurs porteurs”). Eu estive muito activo neste encontro. Afinal ele focava-se nas minhas matérias predilectas.

Na sessão de encerramento o Ministro Chérèque fez o resumo de dia e meio de debate. Sublinhou a necessidade de termos capacidade de antecipação na resolução dos problemas e de haver convergência dentro da Comunidade. As nossas acções comuns deveriam ser inovadoras. Deveria haver cooperação multi-lateral com vista a uma concentração de esforços nos transportes, na energia, nas telecomunicações. As políticas urbanas deveriam ser objecto da nossa atenção, bem como a dimensão ecológica do desenvolvimento.

Encerrou a reunião o Presidente Jacques Delors. Começou por dizer que o nosso encontro tinha vindo no momento certo, para tratar da dimensão espacial do crescimento. Tratava-se de avaliar a dimensão (“la portée”) do Acto Único e de definir uma nova interpretação do desenvolvimento económico e social. Visava-se criar um espaço económico e social comum. Pretendia-se: conciliar a competitividade com a cooperação, respeitar a diversidade europeia, combinar a

desregulação com a harmonização (uma vez que não há mercado que prescindia de um mínimo de regras); e praticar a regra da subsidiariedade. Não é possível definir uma só política de ordenamento do território. Deveria reforçar-se a cooperação através da articulação das políticas macroeconómicas e monetárias. A Ciência e a Tecnologia eram determinantes para um desenvolvimento moderno. O ambiente deveria ser uma preocupação constante, bem como a dimensão social das políticas. Dever-se-ia passar de uma abordagem por projectos à definição de programas. Mostrou-se muito sensível aos problemas das regiões encravadas ou desfavorecidas, aos problemas postos pelos países da Europa de Leste e do Mediterrâneo e à situação dos países africanos que olhavam para nós como fonte de todos os apoios.

Toda a exposição foi feita com a clareza, elegância de forma e empenhamento a que ele nos tinha habituado. O encontro de Nantes foi, realmente, dinâmico e muito útil.

*

No Conselho de Ministros de 30 de Novembro, começou-se por fazer o ponto das questões comunitárias, como era hábito, por ser o último do mês.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros referiu-se a numerosos temas: as negociações do têxtil com a Polónia e a, ainda, União Soviética; as negociações com os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico); a preparação do próximo Conselho Europeu que abordava a criação da União Económica e Monetária nos seus aspectos políticos e o reforço das instituições comunitárias; as redes transeuropeias e a livre circulação; a Carta Social que nos punha problemas da mais variada ordem e cuja aprovação deveria ser feita contemplando as nossas dificuldades; a criação da Agência Europeia do Ambiente; a realização de um encontro sobre o audiovisual; o combate à droga, as relações com a Europa de Leste e a eventual criação de uma instituição financeira para apoiar o processo; as negociações em curso com a EFTA; a criação do Espaço Económico Comum; as relações com os países mediterrânicos, especialmente os do Magreb, com a China e com os países da África Austral.

Como se pode ver a lista nem era pequena, nem monótona... Eu tive ocasião de acrescentar ao rol alguns outros pontos: a reunião que tinha tido em Nantes dos

ministros encarregados do desenvolvimento regional e do ordenamento do território; a reunião do Conselho de Ministros do Ambiente e a criação da Agência Europeia do Ambiente; a solicitação que tínhamos tido para dar apoio à Polónia na montagem de um sistema de incentivos; a eventual reorientação dos restos dos fundos estruturais não usados para apoio dos países de leste; o gasoduto e a sua dimensão ibérica; as redes europeias de transporte; as relações com a EFTA e o que se tinha passado na minha reunião de Copenhaga; e as solicitações que começavam a surgir, por parte da Suíça, para participação em domínios como o Ambiente e a Ciência. Neste particular, a posição da Comunidade era que a Suíça não podia seguir a política do “pick and choose”, que era tão do seu agrado; ela gostaria de promover associações com as políticas europeias que mais lhe interessavam, mas fazia orelhas moucas quando começávamos a falar em circulação de trabalhadores, migrações e outras coisas do género. Eu próprio tive de o dizer nesses precisos termos (mas a contragosto) ao Secretário de Estado suíço para a Ciência e Investigação Prof. Heinrich Ursprung, antigo reitor da Escola Politécnica de Zurique com quem acabei por estabelecer uma relação muito cordial. Já depois de ambos termos saído do governo, ele veio, a meu convite, participar num seminário que eu organizei em Vidago, patrocinado pelo Senhor Alexandre Soares dos Santos, no qual pude apreciar a profundidade do seu saber e competência. O meu colega da Agricultura, Álvaro Barreto, tinha sempre muitos assuntos a comunicar, dado o peso do sector na política comunitária. Dessa vez tratou-se de um famoso Regulamento 797 e de alguns aspectos específicos das isenções e participações que ele definia. Falou do contencioso que existia entre a CEE e o Canadá, no sector das pescas; havia um “lobby” canadiano exercido através de organizações ecologistas e de cientistas que protestavam contra o que chamavam a delapidação dos “stocks” do Atlântico Norte. Nessa ocasião, o maior défice que Portugal tinha era nas pescas (40 milhões de contos) devido ao bacalhau; vê-se, nos números, que efectivamente somos os maiores “comedores de peixe” da Europa ...

O Ministro das Obras Públicas referiu as muitas decisões que tinham sido tomadas no domínio das telecomunicações. Informou que a rede europeia de TGV iria ser analisada em Janeiro. As propostas de redes eram numerosas; ainda não se tinham reunido num proto-plano. A protecção do ambiente estava a entrar-

-lhe várias obras, ou a torná-las muito caras; começámos a falar na instituição de um regime formal de consulta pública que fizesse arredar os sobressaltos durante a fase de construção.

O Ministro da Indústria elaborou sobre os mecanismos de formação de preços transparentes e na potencial perturbação que os subsídios aos países da Europa de Leste poderiam causar.

O Primeiro-Ministro comentou os temas que tinham sido levantados e deu mais informações. As dificuldades que se estavam a sentir em relação à Carta Social Europeia tinham origem nas centrais patronais alemãs que estavam a impor condições de igualdade, para todos os países, quando a verdade é que tínhamos partido de situações muito díspares. Os países de leste seriam objecto de um plano de emergência e de um plano de ajustamento estrutural que envolvia numerosas instituições: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, OCDE, Banco Europeu de Investimento, etc. Tinha-se optado por mobilizar as instituições já existentes, em vez de se estar a criar um novo fundo de estabilização. Mas o assunto ainda estava em discussão. Incitou-nos a demonstrar, em Bruxelas, a deficiência da rede de vias de transporte na Península Ibérica; sobre a qual ainda se havia pensar alguns anos, antes de ver definida uma rede transeuropeia (2014). Também se referiu ao gasoduto e à necessidade de espicaçar um pouco a REPER para tomar uma parte mais activa no acompanhamento dos nossos assuntos.

*

No Conselho de Ministros de 14 de Dezembro de 1989, o Primeiro-Ministro referiu-se aos principais temas tratados no recente Conselho Europeu. Deveríamos estar atentos à evolução do dossier sobre “Mercados Públicos”. A Irlanda iria fazer das redes-transeuropeias um dos temas da sua presidência que se iria iniciar em Janeiro seguinte. O processo da União Económica e Monetária estava em aceleração e parecia-lhe imparável. Estava em fase final de decisão o processo de criação do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) com um capital de 10 biliões de dólares. E começou-se a falar na criação de uma Fundação Europeia para a formação profissional.

*

No dia 19 de Dezembro de 1989, no Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, fizemos uma avaliação do PEDIP (Programa Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa). Ele tinha sido muito apreciado em Bruxelas e sabíamos que estava a ser sugerido como modelo a outros países europeus.

Começou-se por relembrar a sua estrutura de concretização. Em relação ao sistema de fiscalização e controlo a adoptar definimos dois níveis: (a) no primeiro poder-se-ia recorrer a empresas de auditoria externa; (b) no segundo nível teria de intervir a Inspeção-Geral das Finanças.

Era importante cuidar de uma rede de informação. Se os potenciais beneficiários não soubessem da disponibilidade dos incentivos, não haveria candidaturas. E nós queríamos que houvesse muitas! Verificámos, nessa altura, que havia um conhecimento deficiente generalizado acerca dos auxílios comunitários, apesar de já estarmos a beneficiar deles há quatro anos. Por isso, sou de opinião que a informação tem de ser sempre redundante. É como um sistema de redes de malha de tamanho variado que retém os peixes de acordo com as suas dimensões.

O chamado Comité de Acompanhamento deveria ser composto por elementos competentes. O funcionário da DG XVI que acompanhava a implementação do programa sugeriu que o modelo fosse generalizado a outros programas. Disse que o iria divulgar em Espanha, onde também acompanhava programas similares.

Analisámos o estado de concretização das chamadas infra-estruturas tecnológicas. Avisaram-nos de que havia alguns ajustamentos a fazer. De outro modo, as candidaturas apresentadas iriam concorrer com outras num programa de âmbito mais geral. Era de todo o interesse evitá-lo.

Tornava-se necessário dar atenção à interface entre a Indústria e a Ciência ou, de outra forma, entre o PEDIP e o programa CIENCIA, para proceder a eventuais re-orientações de candidaturas com vista a tirar o maior benefício da orientação de cada um deles.

A formação fazia parte do PEDIP. Mas, no seu quadro, só nos preocupavam os cursos de média e longa duração. Os de curta duração causavam numerosos problemas de fiscalização. Tinha de se procurar outra sede para os encaixar.

Teríamos de conseguir beneficiar de uma garantia bancária para acelerar os pagamentos, sem risco. Estávamos condicionados a um limite de 20% para o investimento estrangeiro. Mas, naquela altura até havia projectos nacionais interessantes e, por isso, elegíveis. Havia uns que não eram excepcionais como projectos industriais, mas que se apresentavam como excelentes, debaixo do ponto de vista das exportações, o que era bom, segundo a óptica do PCEDED. Nessa ocasião, já se tinha detectado uma orientação expressiva da exportação para as máquinas e material de transporte.

Era importante maximizar os efeitos dos sistemas de incentivos existentes. Por isso, havia que articular o SIBR com o SINPEDIP, estabelecendo compromissos entre a perspectiva regional e a industrial; ou, de outra forma, lá por ser regional não se deveria aceitar fosse o que fosse; teria que haver uma “fasquia” de exigências abaixo da qual não se aceitariam os projectos candidatos. Era interessante observar que havia empresas novas a procurar instalar-se em zonas beneficiárias do SIBR. Tinha sido esse o objectivo. Articulando os dois sistemas, poderia dizer-se que o SIBR apoiaria mais a diversificação e o SINPEDIP a modernização. Os dois em conjunto poderiam mudar radicalmente o carácter do tecido produtivo nacional.

Queríamos, naturalmente, mobilizar os fundos disponíveis no Banco Europeu de Investimento. Por isso se incentivou a criação da NORPEDIP e da SULPEDIP. Nessa ocasião, já tinham concorrido à primeira 34 projectos e à segunda 29. Para nós o papel das sociedades de capital de risco era muito importante, mas entendíamos que elas deveriam ser exigentes em matéria de gestão, não tolerando as velhas práticas e impondo uma prestação de contas rigorosa.

Entendíamos que deveria ser dada prioridade à automatização no sector do calçado e ao “design” no mobiliário. Quando se vê o caminho percorrido até hoje (2015), verificamos que foram escolhas sensatas. É certo que o primeiro se está a impor pelo “design”, mas não o conseguiria fazer a preços interessantes se não tivesse reduzido muito o peso da mão-de-obra no produto final.

Nessa ocasião, as exportações estavam a portar-se bem, mas nós sentíamos que tinha de haver uma mudança estrutural dos produtos que enviávamos para fora. Não se poderiam manter os mesmos mercados, os mesmos produtos e os mesmos preços... Tinha, por isso, que se aproveitar o PEDIP para estimular uma alteração

profunda do nosso tecido produtivo. As mudanças que se estavam a operar no leste tornavam a mudança urgente. A China estava a chegar aos mercados; nessa ocasião não fazia sombra mas a sua dimensão e outros atributos faziam-nos temer a agressividade que veio depois. Nós ainda estávamos a fruir das alegrias da ocupação do mercado espanhol, aqui ao lado e capaz de absorver muitas das nossas produções. Mas era claro, para nós, que a estrutura industrial tinha de mudar. Além de usar o PEDIP, nós queríamos mobilizar até ao limite o empréstimo do BEI, apesar de alguns estarem convencidos de que ele não era necessário; todavia, a sua taxa de juro representava um factor de atracção não despreciando. Havia gente que nos incitava à criação de grandes grupos, dizendo que eles é que contribuiriam para uma exportação sustentada. Mas o PEDIP não tinha sido desenhado para estimular a formação desses grupos; visava, especialmente as PME. Tudo isto para demonstrar que havia acompanhamento, ao mais alto nível, dos programas que nos tínhamos comprometido a levar a cabo.

*

Eu conhecia o Prof. Raúl Miguel Rosado Fernandes há muitos anos. Tínhamo-nos encontrado numa conferência no Palácio de Mateus, em Vila Real, onde logo simpatizámos um com o outro; tínhamos perspectivas próximas em relação a muitos dos remédios a adoptar para resolver os problemas do país. E eu fiquei fascinado com a facilidade com que ele recorria a exemplos extraídos da cultura clássica (grega e romana) para estabelecer paralelismos com a actualidade. Voltei a encontrá-lo como reitor da Universidade de Lisboa, quando eu era Ministro da Educação. Em 1988 ele era o Presidente da Confederação da Agricultura Portuguesa (CAP). Possuía grandes propriedades no Alentejo e falava sempre com conhecimento de causa. Para fazer vencer os seus argumentos, algumas vezes dramatizava; mas fazia-o sempre com grande erudição, sentido de humor e correcção de forma, algumas vezes introduzindo uma linguagem colorida, para fazer vincar melhor o que pretendia ou para contrariar quem pensava de forma diferente. Era professor de cultura clássica e, nesse âmbito, tinha regido a cadeira de Retórica. Pela prática que eu testemunhei, deve ter sido um excelente docente...

Veio falar comigo no dia 19 de Dezembro de 1989. Tivemos uma longa conversa sobre o Alqueva. Eu não lhe revelei que estava praticamente tomada a decisão da retoma da construção, até porque eu sabia que ele era parte interessada. Algumas das suas terras seriam alagadas, outras muito beneficiadas. Pode-se dizer que eu o “folhee” sobre o assunto; tudo quanto me disse tinha fundamento e revelava um grande conhecimento da agricultura e, especialmente, da agricultura alentejana. Eu beneficiei sempre da sua inteligência e conhecimentos. O pretexto do encontro tinha sido a melhoria das estatísticas agrícolas. Mas era irresistível não o ouvir sobre o problema do sector que tão bem conhecia. Veio a publicar as suas memórias (1) que eu muito recomendo que sejam lidas.

*

No dia 17 de Dezembro de 1989, houve eleições autárquicas. Perdemos 24 Câmaras Municipais no continente e 10 nas Regiões Autónomas. Tinha havido uma transferência de votos do PCP para o PS. O PCP havia perdido votos nos locais onde não tinha o Presidente da Câmara e tinha deixado de ter a maioria absoluta em algumas autarquias. O PS foi o grande ganhador dessas eleições. Isso implicava que eu iria mudar de interlocutor na Associação Nacional de Municípios Portugueses. Tempos depois veio a ser eleito para presidente o Eng. Mário de Almeida, da Câmara Municipal de Vila do Conde, com quem eu mantive sempre relações correctas.

*

A propósito de uma discussão sobre as remunerações da função pública veio a propósito o peso do vencimento das Forças Armadas no Orçamento de Estado. Em 1989, o empolamento dos quadros devido à guerra do Ultramar ainda implicava cerca de 20 milhões de contos por ano!

*

Na reunião do Conselho de Ministros de 28 de Dezembro de 1989, a última do mês, fez-se o habitual balanço dos assuntos europeus. O Ministro dos Negócios Estrangeiros referiu-se ao mês particularmente activo que estava a terminar. Tinha havido uma reunião do Grupo dos 24 coincidente com uma da OCDE, onde

se abordou a situação da Polónia e da Hungria. Como digo noutro lado, o sector do Ambiente avançou muito com a aprovação de alguns programas.

Nessa ocasião admitia-se que a República Democrática Alemã poderia vir a constituir o 13.º Estado-membro da Comunidade Europeia, sem sequer o requerer. Como se sabe, a solução foi outra; houve a reunificação da Alemanha (a Comunidade era, então, a 12).

Tinha-se: celebrado um acordo de comércio e cooperação com a União Soviética; feito uma reunião com o Ministro dos Assuntos Exteriores da URSS sobre a situação económica do seu país e sobre a questão das nacionalidades; dado um mandato para os temas agrícolas no Uruguay Round; reunido uma delegação da CEE com outra da EFTA (admitia-se a hipótese de vir a constituir um Espaço Económico Europeu dos 12 + EFTA); falado na adesão da Turquia; aprovado um mandato negocial com o Conselho de Cooperação do Golfo; revisto o contencioso com os Estados- Unidos no domínio dos produtos agrícolas; aprovado o programa POSEIDON, especialmente desenhado para os DOM (Départements d'Outre-Mer), mas que constituía um precedente que deveríamos tentar estender à Madeira e aos Açores; assinado o Acordo de Lomé IV, cujo montante global tinha subido para 12,2 milhares de milhões de ECU; abordado o diálogo Europa-Países Árabes que tinha sido interrompido há 15 anos; constatado as divergências entre o Reino Unido e a Espanha por causa da situação no Panamá (invasão de um pequeno país pela força de um grande: USA vs General Noriega); aprovado o direito de permanência dos estudantes, reformados e não activos oriundos de um Estado-membro noutro Estado-membro; regulado o regime de concentração de empresas; tratado dos regimes de seguros de vida; e solicitado à Comissão um relatório actualizado sobre as redes transeuropeias.

Como se vê, tinha-se trabalhado muito no Conselho Geral dos MNE!

Mas em todos os outros domínios tinha havido avanços. Em outros capítulos destas memórias eu menciono os que me tocavam especialmente. Mas noutros sectores também se havia progredido muito. É costume, antes do Natal e das férias grandes, haver um grande impulso de actividade.

O programa ERASMUS II tinha sido aprovado para 500 bolseiros por ano (este é um dos mais frutíferos programas europeus) e havia uma resolução sobre o Ensino Técnico Profissional.

No sector da Agricultura tinham sido abolidos os controlos de fronteira para os produtos pecuários e reduzido o esforço de pesca em águas internacionais. O ECOFIN havia aprovado numerosas directivas sobre o Mercado Interno. O Ministro das Obras Públicas referiu-se à queda contínua das frotas dos países-membros e ao crescimento evidente das bandeiras de conveniência, especialmente do Panamá e de Chipre (Ainda haveremos de lamentar não ter sido disciplinadores, a este respeito). Pretendia-se a reactivação da indústria de construção naval europeia, mas ainda não era patente a política de “dumping” seguida no sector por alguns dos países do Extremo Oriente. Tinha sido aprovada uma directiva comunitária sobre a cabotagem interna e avançado com a discussão sobre a liberalização dos transportes aéreos e dos serviços de telecomunicações.

Tinham experimentado progressos apreciáveis sectores como a imigração, as drogas, os vistos e a livre circulação.

Em todos os sectores, a construção europeia procurava a adopção de regras comuns.

*

Em Bruxelas, todos os Estados-membros procuram estabelecer redes entre os funcionários da Administração Comunitária que sejam oriundos dos seus países para, por via informal, irem sabendo do que está no “pipe-line” em matéria de preparação de directivas que possam ter impacto expressivo nos seus interesses. É evidente que todos pregam que eles são funcionários comunitários não tendo qualquer vínculo aos seus países de origem. Mas é certo que muitos tiram benefício de saber “ainda no ovo” das intenções que vão tomando forma. Portugal não tem curado disso muito bem, ao contrário dos Espanhóis e dos Italianos, para não falar dos restantes. Tenho as minhas ideias acerca do modo de o fazer, recomendando que tudo se passe informalmente mas, ao mesmo tempo, muito profissionalmente. Trata-se de uma operação de recolha de informação que se se processar somente através dos canais formais corre o risco de estar parcial ou totalmente “cristalizada”, quando chegar ao nosso conhecimento. É preciso saber o que se passa numa altura em que ainda não haja ideias muito concretas ou, pelo menos, quando a solução ainda for dúctil. Fiz, por várias vezes, sugestões a este respeito. Ou por falta de tempo ou por carência de meios, que eu saiba, nenhuma iniciativa foi tomada a este respeito. Mas faço comparações com os outros...

*

Em Janeiro de 1990 fui chamado ao Parlamento por causa das cheias. Foi um pedido dos “Verdes” que teve como intérprete o Deputado Herculano Pombo, de quem eu já disse ter a impressão de ser um parlamentar que estudava a matéria e que não fazia intervenções infundadas. Queria, naturalmente, brilhar e mostrar que estava atento e era activo. Começou por afirmar que se tratava de matéria muito complexa para, depois, “dramatizar” em relação às consequências. Invoçou “maus comportamentos” anteriores em matéria de ocupação das linhas de água. Referiu-se ao assoreamento destas e exagerou dizendo que “tinha havido cheias mesmo onde nem sequer havia rios!”... Queria dizer onde os vales não escoaram a água da chuva por estarem obstruídos ou em virtude de práticas agrícolas erradas. Não era tanto assim mas tinha alguma razão em relação à obstrução negligente das linhas de água. A Natureza vingá-se sempre de quem se esquece das suas regras!

O Governo já tinha actuado oportunamente de modo que eu não tive dificuldade em sossegar o Deputado que estava a fazer o seu papel.

*

No dia 8 de Janeiro de 1990, tive uma conversa com o Dr. Rui Machete, da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, para ver das possibilidades de alargar a nossa cooperação, no domínio da Ciência, com os Estados- Unidos. O que me interessava era abrir as portas das grandes instituições americanas para estágios de doutorandos ou investigadores portugueses e a instituição de programas de investigação em que estivessem envolvidos centros ou universidades portuguesas. Analisámos a celebração de um protocolo com a National Science Foundation tendo, da parte portuguesa, ou a JNICT ou a FLAD. Ficou de ver com a NSF o que seria mais interessante. Como já disse a FLAD também mostrou disponibilidade para nos apoiar no novo Parque Tecnológico, o que veio acontecer e para fazer a triangulação numa cooperação Portugal/Estado- Unidos/África (Angola), no domínio da Ciência, algo que ainda não aconteceu até hoje.

*

O Conselho de Ministros do dia 9 de Janeiro de 1990 foi o primeiro após a remodelação do Governo. O Primeiro-Ministro solicitou a elaboração de um programa para a nossa acção, ao longo dos seis meses seguintes, com concentração em eixos visíveis e com importantes repercussões estruturais. Estávamos praticamente a meio do mandato. Era preciso dar um impulso novo à nossa acção.

Relembrou a todos – e não somente aos novos membros – as grandes linhas por que pautávamos a nossa acção: i) a modernidade; ii) a ideia de futuro, porque todos estávamos convencidos de que ele seria bom; iii) a importância do diálogo, com todos: autarquias, empresários, cooperativas,... todos; iv) a aposta na iniciativa privada, mas com a promoção de igualdade de oportunidades; v) a preocupação com a justiça social e com a solidariedade; vi) o dinamismo da Sociedade Civil que deveria ser aproveitado, sem qualquer manifestação de paternalismo do Estado; vii) a redução do peso do Estado; viii) o reforço da identidade nacional e ix) a segurança dos Cidadãos. Eram estas as grandes linhas que deveriam enformar a nossa acção.

Citou algumas áreas que deveriam merecer particular atenção: i) a educação e a cultura; ii) o ambiente (estava, particularmente, surpreendido pelo aparecimento de um novo partido verde inglês que logo adquiriu o peso de 15% dos votos, num sistema bipartidário com tanta tradição); iii) o ordenamento do território, no qual os resultados se começavam a ver, mas que deveria ser objecto ainda de maior atenção; iv) a Ciência e Tecnologia; v) os audiovisuais (Programas EUREKA, MEDIA, IMAGEM e a alta definição); vi) a juventude; vii) a droga; viii) o Cidadão; e ix) a defesa do consumidor. Fiquei ciente que três das áreas prioritárias estavam sob a minha responsabilidade directa, além de outras que eram transversais.

Estas revisões da nossa matriz e das nossas prioridades eram feitas de tempos a tempos.

*

Em 9 de Janeiro fui chamado à Assembleia da República para responder acerca do que o Governo estava a fazer para minorar os efeitos das grandes chuvas de fins de Novembro e, particularmente, das cheias que tiveram lugar a seguir.

O Deputado Gameiro dos Santos (PS) abriu a sessão, referindo que, na viagem que tinha feito ao Ribatejo, o Senhor Presidente da República tinha considerado a situação como de calamidade, por causa do rebentamento de alguns diques. Queria saber quais as obras que estavam previstas para protecção das margens do Tejo e para quando teríamos o plano de regularização do rio. O Deputado Rogério de Brito (PCP) acrescentou que o problema não era só do Ribatejo, mas também do Algarve e do Oeste. Recomendou que se instituísse um seguro agrícola (ele sabia perfeitamente que as companhias seguradoras não o faziam ou que seriam tão caros que nenhum agricultor ou, melhor, nenhum produto o poderia suportar). Falou muito na impermeabilização do solo no Algarve e nos estrangulamentos das valas de escoamento; queria saber quando se poderia contar com a regularização das margens do Tejo e do Sorraia.

Houve quem, muito acertadamente, dissesse que se deveria conjugar as medidas a tomar, nessa altura, em situação de crise, com as medidas estruturais de protecção. Houve quem relacionasse os incêndios florestais com as cheias por causa da destruição do coberto vegetal. E houve quem chamasse a atenção para o facto de a Assembleia da República estar sensibilizada para os efeitos nefastos da chuva intensa em todo o país e não somente no Ribatejo.

Em resposta, fiz a revisão de tudo quanto estava a ser feito, sublinhando a prioridade que dávamos às obras de carácter estrutural e, especialmente, à necessidade de evitar situações que favorecessem os desastres, como é o caso das ocupações dos leitos de cheia ou de negligência, como a falta de obras de conservação dos diques, por omissão das associações de regantes ou mesmo por ausência dessas associações, como já verberei nestas memórias.

Impressionavam-me sempre estas lembranças de Santa Bárbara quando troveja. Eu aposto, por sistema, na elaboração de planos de prevenção dos desastres previsíveis e da adopção de medidas adequadas para reduzir os efeitos dos imprevisíveis, como os sismos. As chuvas e, portanto, as cheias são razoavelmente previsíveis; não sabemos quando acontecem, mas sabemos com razoável precisão quais serão as precipitações prováveis em cinco, em cinquenta ou em cem anos. Poderemos, assim, proteger-nos adequadamente, gastando o que pudermos, consoante o grau de protecção que quisermos assegurar. Agora, nada nos protege contra a negligên-

cia de ocupar com móveis e electrodomésticos velhos os leitos de cheias e de deixar sem manutenção diques que, um dia, foram bem construídos, mas, depois, deixados sem fiscalização e sem manutenção, sem ninguém a cuidar deles.

Mas as recriminações contra o Governo continuaram: deveriam os Serviços Meteorológicos ter avisado as populações; as albufeiras estavam completamente cheias e houve quem tivesse dado ordem para fazer descargas (em Espanha isto era o costume...); os terrenos foram invadidos por areias; os serviços de protecção civil não estiveram em cima dos acontecimentos; o Deputado Hermínio Martinho queria que tivesse sido o Governo a mandar reparar os diques do Ribatejo; bem como a limpeza de valas de lírios-de-água infestantes que lá cresciam; os arranques das vinhas e dos pomares da margem direita do Tejo não deveriam ter sido permitidos (eles foram feitos pelos seus proprietários ...); e mais um rosário imenso de queixas por omissão do Governo em muitas coisas que estão, manifestamente, nas mãos dos Cidadãos ou das suas associações voluntárias fazer. Em Portugal dá jeito ter alguém em quem “malhar”... Depois esquece-se, porque o clima é bom e a natureza doce... o tal “torrãozinho” de que atrás falei...

*

Em 11 de Janeiro de 1990, em reunião com a Secretária de Estado, resolvemos incumbir ao nosso Gabinete de Estudos do Planeamento da Administração do Território (GEPAT) as funções de acompanhamento dos assuntos europeus que nos dissessem respeito. Era evidente que cada Secretário de Estado e cada Director-geral tinham as suas funções bem definidas, mas havia articulações entre políticas que deveriam ser acompanhadas por um órgão de *staff* que respondesse, directamente, perante o ministro. E há numerosa informação que não é veiculada pelas direcções-gerais, que respeita a outros sectores e que pode ter consequências sobre as funções que estão atribuídas ao ministério. Assim foi feito. Mais adiante referirei exemplos de diligências que foram levadas a efeito pelo Eng. António Pinto, Director-geral do GEPAT e que não tinham acolhimento específico em nenhuma das Secretarias de Estado.

*

Em 12 de Janeiro de 1990 tive uma sessão de trabalho com a Secretária de Estado da Modernização Administrativa, Dr. Isabel Corte-Real. Era uma profissional distinta e que não esmorecia diante da tarefa que tinha diante de si. Pretendia ir acabando com muitos procedimentos burocráticos desajustados. Começou por me dizer como estava encorajada pela boa colaboração que mantinha com o Secretário de Estado da Administração Local, área em que os seus propósitos tinham um campo de aplicação vasto. Falámos, depois, dos centros de formalidades para as empresas que tão bons resultados viriam a prestar e tão indispensáveis se tornariam para empresários, advogados e outros agentes; a ideia era desconcentrar e localizar as operações num único local, fundir todas as funções num só ponto e conseguir, desse modo, um serviço único de mediação. Um desses locais foi a, então, Associação Industrial Portuense; como, anos depois, vim a trabalhar lá, tive ocasião de testemunhar a utilidade desses centros; eles foram o resultado da persistência da Dra. Isabel Corte-Real.

Queria que aos centros de formalidades também se agregassem os serviços municipais; não tivemos sorte. Mas foi fácil alargar a cooperação às Comissões de Coordenação Regional que também tinham de se pronunciar em relação a certos empreendimentos. Ela, sensatamente, adoptou uma postura experimental; tratava-se de uma “missão”; se desse resultado, consolidava-se; assim se fez, com sucesso.

*

No dia 12 de Janeiro de 1990 recebi o Senhor Rainer Daehnhardt, um alemão fixado em Portugal e com uma verdadeira paixão pelo nosso país. Como dizem os ingleses, ele é um “character”! Vinha protestar contra a inércia portuguesa no tratamento do seu património e no estudo e conhecimento da sua História. Mantive contactos com ele, durante anos e tive a oportunidade tanto de ler alguns dos livros de sua autoria como de ver duas ou três exposições de peças do património nacional que ele organizou. É muito versado na História de Portugal e tem a paixão dos coleccionadores compulsivos. Eu sei o que isso é e os perigos que espreitam quem cai nessa tentação, mas também as pequenas alegrias que o coleccionismo proporciona.

O seu primeiro protesto respeitou aos 17 museus de arqueologia que Portugal mantinha encerrados e que eram uma fonte preciosa para numerosíssimos estudiosos. Recomendou que o que fosse achado no fundo do mar – e, segundo ele era muito – deveria ser repartido na proporção de 90% para o “achador” e 10% para a Guarda Fiscal; só dessa forma se estimularia a arqueologia submarina. O nosso Museu Militar era uma “preciosidade” que tinha de ser muito valorizada como factor de atracção dos visitantes estrangeiros. Alertou-me para o facto de sob o local onde estávamos – o Terreiro do Paço – existir a mais fabulosa colecção de armas anteriores ao séc. XVIII que nós pudéssemos imaginar e 250 arrobas de diamantes “engolidas” pelo terramoto, no dia 1 de Novembro de 1755. Chamou-me a atenção para a existência de um “portulano” que não vinha para Portugal, porque o IPPC (Instituto Português do Património Construído) reclamava 20.000 contos para o deixar entrar. Ele próprio tinha, na Alfândega, numerosos pacotes de livros que estavam à espera de uma peritagem do IPPC para não pagarem direitos que ele considerava como exorbitantes. Alertou-me para a existência de uma verdadeira rede de espionagem de antiguidades montada em Portugal; não me custou muito acreditar na informação... Lamentou a inexistência de um “arquivo de arrolamento”, para guardar as peças que estivessem em situação irregular. Falou-me, longamente, na sua colecção de portulanos; dizia que era a maior que existia no mundo. Tive, posteriormente, ocasião de ver algumas exposições que ele organizou. Disse-me que as casas portuguesas de filatelia tinham sido adquiridas por uma rede internacional com sede em Madrid; anos depois ouvimos falar dela, pelas más razões. E, para terminar, fez uma longa dissertação para estabelecer a distinção entre navegadores (os Portugueses) e os conquistadores (os Espanhóis e alguns outros...).

Durante a conversa eu ouvi fascinado tudo quanto ele me disse, de vez em quando solicitando um esclarecimento complementar. As exposições que visitei continham preciosidades deslumbrantes. Tenho pena de que, nos aspectos de museologia em que tanto se tem avançado, elas não fossem brilhantes e na divulgação também não. Depois da conversa, cheguei à conclusão que alguns amigos meus e muitos anti-quários conheciam o Rainer (como eles sempre o designavam). Raras vezes tenho visto alguém com tanto entusiasmo pelas nossas coisas. Não sei se o seu estilo “torrencial” ajuda muito a levar a água ao seu moinho.

Como se compreende, eu não tinha meios para explorar tantos filões. Aliás, nem era a minha área de responsabilidades. Ele solicitou para vir falar comigo porque alguém lhe havia dito que eu me interessava pelos temas que ele desenvolvia e alimentou a esperança de que eu pudesse ser de alguma valia. Eu conhecia o nome dele de muitas partes: de artigos na imprensa especializada e dos catálogos de exposições ou de leilões. Por isso o recebi. Fiquei com genuína pena de não ter possibilidades para experimentar seguir algumas das portas que ele entreabriu. Mas eu era somente gestor de dinheiros públicos, pelos quais tinha que prestar contas... É nestas alturas que nós temos pena de não ter um “poço de petróleo”...

*

Eu conhecia o Prof. Jorge Borges de Macedo deste 1970, quando coincidimos em Londres. Era um homem de uma erudição notável e um conversador magnífico. Por isso, quando eu podia, convidava-o para almoçar. Tinha um real prazer em estar com ele. Um dia disse-me e eu registei: “Em Portugal os únicos governos que sobrevivem longamente são os minoritários. Mesmo quando se está em maioria, para durar é preciso fazer de conta que se está em minoria e auscultar toda a gente”. Estou de acordo com o segundo período. Não sei se há evidência empírica para afirmar o primeiro.

*

Quando fui instrutor em Tancos, na Escola Prática de Engenharia, dei-me conta de que o conjunto dos sargentos instrutores de máquinas de terraplanagem era de primeira classe. Havia sido bem formados por uns tantos oficiais que nisso se aplicaram. Beneficiaram de cursos de actualização, alguns deles promovidos pelas firmas que vendiam as máquinas. A verdade é que os soldados que saíam com essa especialidade não tinham qualquer dificuldade em arranjar emprego. Testemunhei as visitas de alguns empreiteiros que queriam falar com os sargentos para saber quem eram os melhores. Um procedimento que vi, mais tarde, no Imperial College, em relação aos “graduados” e aos mestrados que lá eram formados. Aí, as grandes firmas buscavam informações junto dos professores ...

*

No Conselho de Ministros de 18 de Janeiro de 1990 tivemos a informação de que um petroleiro tinha deixado verter uma mancha de “crude” na Madeira que ameaçava especialmente Porto Santo. Chegou, efectivamente, a fazê-lo, mas com pouco impacto. Daí a uns meses houve uma deslocação do Primeiro-Ministro à Região. E lá tivemos, ele e mais dois ou três ministros, de dar umas braçadas numa água que a primavera ainda não tinha aquecido, mas que, verdadeiramente, de poluição não tinha nem vestígios... Tive pena foi de não prolongar a minha estadia na que é, seguramente, a melhor praia do arquipélago. Mas esta ocorrência fez-nos repensar a nossa organização para tratar destes assuntos, envolvendo a Força Aérea e o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica que, até aí, eram solicitados em casos de necessidade, mas não faziam parte do dispositivo permanente de luta contra uma ameaça que se tornou recorrente.

No mesmo Conselho tivemos a informação de que a produção cerealífera portuguesa em 1990 seria 40% da normal. Era já visível um estrangulamento no domínio dos prados e fenos. Teria de haver um recurso intensivo à importação. Mas o esquema de subsídios à produção era vicioso. Quanto menos cereal se produzisse mais o Estado ganhava! Tinha que se rever todo o sistema!

*

No dia 24 de Janeiro, um grande operador turístico do Algarve veio visitar-me para me alertar para os perigos que as falésias do Algarve estavam a correr. Começou, naturalmente, por me dizer da fama universal do seu empreendimento e do emprego que criava (400 empregados permanentes e 1000 sazonais). Era importante manter a atracção de uma zona de beleza ímpar. Mas a praia era pública e havia que conciliar o seu uso com a exploração de um *resort* de luxo. Os três tipos de erosão que atacavam as falésias eram: i) o mar que levava a areia da praia; ii) a chuva que atacava a rocha branda e friável e iii) o vento que ajudava a destruí-la. O enchimento da praia quer com areia quer com enrocamento era caro e pouco durável. O uso de esporões seria terrível, em termos ambientais; já se sabia que, para serem eficazes, deveriam ter 20 m de largura na base e 15 m de altura. A recarga da areia da praia custava 250.000 contos de cada vez e

era preciso fazê-la de dois em dois anos!... Não se deveria ter autorizado a utilização do espaço até à beira das arribas. E tinha de se limitar os acessos às partes da praia que pudessem sofrer com as derrocadas da falésia. Mas, para assegurar que haveria praia, tinha mesmo de se arcar com os custos da recarga de areia...

*

Em 25 de Janeiro de 1990, houve, antes da agenda, a tradicional avaliação, em Conselho de Ministros, do processo de integração europeia. O Ministro dos Negócios Estrangeiros fez referência às prioridades enunciadas pela presidência irlandesa: o ambiente, a ciência e tecnologia e a união económica e monetária. Isso tinha acontecido na primeira reunião do Conselho, na qual o presidente Jacques Delors havia reafirmado a vontade de realização do Acto Único Europeu. Em relação à construção da União Económica e Monetária, ele tinha sublinhado a importância da convergência das economias e das políticas monetárias. Tinha-se abordado a questão da República Democrática Alemã que poderia vir a integrar a Comunidade Europeia a todo o momento. Estimava-se, nessa altura, que as adesões seguintes demorassem tempo; lembrava-se que Portugal e Espanha tinham levado sete anos para negociar... Mas não entravam em linha de conta com o interesse político de ambas as partes em consolidarem uma Europa alargada. A integração foi bem mais rápida!... Queria-se uma cooperação política mais intensiva entre os Estados-membros. Os acontecimentos a leste originaram pressões tendo em vista uma “ancoragem” rápida na Europa; isso apesar das dificuldades económicas que eram patentes. Por essa razão tinha que se dar mais relevo a outras vias que não a convergência do chamado Objectivo 1. Avaliava-se o custo dos então chamados “mecanismos paralelos” em 14.000 milhões de ECU; era considerado como um absurdo! Tinham que ser procurados outros meios. O Conselho da Europa readquiriu um novo brilho como instrumento de acção, tal como tinha acontecido com Portugal e com Espanha; deveria ser-lhe solicitada uma colaboração intensa para preparar os Países de Leste para a adopção de um regime que tinham “desaprendido”... Iria haver em Lisboa, em Março, um encontro, sob a égide do Conselho da Europa, entre países da Comunidade Europeia e Países de Leste.

Recordo que, anos mais tarde (segunda metade da década de 90), participei em trabalhos na OCDE, no domínio do ordenamento do território. Neles vim encontrar um velho conhecido alemão que tinha sido encarregado pelo governo de Bonn de instalar o novo Poder Local na antiga RDA. Quando estavam eleitas as autoridades municipais estas ficavam à espera das decisões do poder central. Ele confessou-me que o mais difícil tinha sido convencer os diversos órgãos eleitos democraticamente a formularem soluções alternativas para os problemas, a discutir-las e a optarem por uma delas. Nos processos de centralização excessiva o que se perde primeiro é a capacidade de iniciativa e a vontade de assumir responsabilidades. Tudo isso tinha estiolado em cinquenta anos de um regime autoritário. Foi-se recuperando, a pouco e pouco.

Admitia-se que a presidência irlandesa viesse a estar muito “colada” à Comissão, sem grande autonomia de decisão. A primeira coisa que nos preocupava era uma eventual extensão do FEOGA e o aproveitamento das economias que se estavam a conseguir nesse fundo para ir em apoio da agricultura dos Países de Leste, a qual se tinha deixado atrasar enormemente. Estava claro que havia duas orientações contraditórias: ou se aprofundava a convergência entre os países já integrados, ou se acelerava o alargamento. Seria difícil arranjar meios para atacar com igual força as duas vias. Era quase inevitável o que aconteceu e que consistiu em não aprofundar muito para poder acelerar um pouco... Estava a pensar-se em dar prioridade às redes transeuropeias que favorecessem a integração, em liberalizar os transportes e em abrir os mercados públicos. Assim arrancaria, fisicamente, o alargamento.

Eu dei a notícia do que estava sob a minha responsabilidade: os trabalhos estavam a prosseguir dentro do calendário previsto; o PRODAC tinha sido aprovado, tendo tido lugar uma conferência de imprensa para divulgação do seu conteúdo e regras; estava prestes a ser aprovado, em Bruxelas, o programa CIENCIA; a estrutura de coordenação prevista já estava para apreciação na reunião dos Secretários de Estado; tinha sido aberto um concurso para fornecimento de equipamento informático para o órgão de coordenação; no balanço provisório dos fundos, verificou-se que o ano de 1988 tinha sido excepcional, em relação ao FEDER, apesar de ter sido um ano de transição.

A introdução da obrigatoriedade de tomar muito a sério os estudos de impacto ambiental não estava a ser fácil. Um ministro protestava dizendo que eles representavam uma forma de travão para não se gastar o FEDER, outro fez queixa em relação à Junta Autónoma das Estradas que passava por cima das suas recomendações, porque estas a faziam gastar muito mais, outro defendeu-a dizendo que nós estávamos a tentar aplicar critérios suecos ou suíços, quando estes tinham vinte anos de avanço nas práticas que agora nos eram exigidas. A Junta estava a ter cuidados redobrados nos estudos hidráulicos, na avaliação das consequências sobre a fauna e a flora afectadas... mas estava-se a reclamar da administração uma mudança radical e muito rápida. Era preciso ser mais elástico! Coisa semelhante também se estava a passar no domínio das vacarias e das suiniculturas, onde o ritmo de mudança deveria ser acelerado e onde as resistências eram, quiçá, maiores do que nas estradas.

O Primeiro-Ministro sublinhou a importância da coordenação das ajudas comunitárias e do seu aproveitamento. Falou-se acerca da tendência que se estava a observar de reforço da intervenção da Comissão e do Parlamento Europeu, em detrimento do Conselho; deveríamos, por isso, estar atentos. Discutiu-se a forma de aproveitarmos cabalmente o nosso “atlantismo”; tínhamos relações privilegiadas com os Estados-Unidos, com o Brasil e com África, sendo mesmo o país da Comunidade com menos conflitos comerciais com os Estados-Unidos. O financiamento da Comunidade iria ser reanalisado em 1992; correspondia, em 1990, a 1,3% do PIB dos Estados-membros. Tinha que se seguir de perto a questão dos mercados públicos que poderia evoluir a nosso desfavor. Era evidente que os contentiosos ambientais tinham de ser atentamente acompanhados; havia muitas resistências a fazê-los, por isso encarecer as obras; mas também havia “lobbies” políticos que se aproveitavam da popularidade do sector para fazer oposição ou, pelo menos, para causar perturbação. Havia sido criada a Agência Europeia do Ambiente; tínhamos que aprender a trabalhar com ela na resolução dos conflitos que surgissem. Mas também tínhamos de evoluir no que tocava à “sensibilidade” ambiental e à adopção de medidas que minorassem as consequências negativas das infra-estruturas e dos equipamentos que construíamos.

*

Íamos no nosso sexto ano de Governo. Os nossos concidadãos tinham experimentado uma elevação apreciável do seu nível e qualidade de vida, mas estavam inquietos. Havia um clima de mal-estar difuso. Por um lado, tinham melhorado muito em termos materiais. Por outro, a acção da Oposição e, especialmente, da comunicação social, era francamente deletéria. Achavam que se poderia andar mais depressa. Não havia “casos” a que se pudesse atribuir a causa desse sentimento de insatisfação; mas a verdade é que se sentia que ele pairava de forma imprecisa sobre nós. Havia quem o atribuísse – como sempre sucede nestes casos – a dificuldades de “comunicação”: nós não dizíamos ao Cidadão, de forma convincente, o que estávamos a fazer... Por isso, ele dava atenção a outras coisas, deixando de se identificar connosco... Com esta preocupação, convoquei, para uma conversa descontraída, o meu assessor de imprensa. Começou por dizer que os leitores dos jornais nacionais eram somente 200.000. Nessa altura não havia outros que não fossem de papel. O que significava que dez jornais “faziam a cabeça” de 200.000 leitores directamente e, indirectamente, das suas famílias e próximos. Havia que suprir a falta de contacto manifesta entre governantes e governados. Referiu-me que havia um jornal, o “Correio Agrícola”, que tinha 300.000 nomes e moradas que poderiam ser contactados em relação a uma política a que nós atribuíssemos muita importância. Era evidente que, se fosse possível, nós gostaríamos de aproveitar esse canal; seria mais um.

A verdade era que o Cidadão comum estava crispado e, portanto, disponível para acções de reivindicação. O pior é que nós não sabíamos qual era a causa da crispção. Diziam-nos que já não acreditavam na possibilidade de ver essa situação melhorar; mas ela já tinha melhorado muito! Era preciso quantificar as melhorias: mais salário, menos trabalho e outros indicadores semelhantes. O desafio era mobilizar a sociedade sem atropelar a democracia. Como fazê-lo sem entrar pela via da propaganda, pura e simples? Parecia-me que as pessoas estavam mais despertas para as críticas negativas do que para a avaliação do que tinha sido feito de positivo e em pouco tempo...

*

No despacho de 30 de Janeiro de 1990 com o Primeiro-Ministro, ele deu-me indicações para preparar a proposta de lei sobre a regionalização para se avançar com ela, tal como estava consignado no programa de Governo. No mesmo dia, combinei com o Secretário de Estado da Administração Local mandar elaborar pela “NORMA” uma sondagem à população para tentar averiguar o que ela sabia acerca do tema e como olhava para a questão.

*

Eu sou dos que pensam que a vida em Portugal é muito agradável, quando comparada com o que vai por esse mundo!... Mas poderia ser ainda melhor, se os Portugueses tivessem um comportamento cívico mais apurado. Em reunião com os meus Secretários de Estado, em 31 de Janeiro de 1990, analisámos as formas possíveis para mandar elaborar um Manual de Educação Cívica para uso das associações de utilidade pública. Deveria ser simples com referência a linhas de orientação geral, mas também com numerosas referências a situações práticas. Acabou por não ver a luz do dia e faz muita falta, especialmente quando nos comparamos, nesse domínio, com os países nórdicos.

*

A revisão constitucional tinha sido concluída. Isso implicava consequências, no plano legislativo, que tocavam todos os ministérios. Em alguns casos eram necessários simples ajustamentos, mas noutros era preciso produzir legislação de fundo. No Conselho de Ministros de 2 de Fevereiro de 1990, foi percorrido o rol da legislação necessária e feita a distribuição de encargos pelos que seriam responsáveis por cada grupo de leis. Era preciso que o governo conservasse a iniciativa legislativa e andasse depressa nesse domínio.

*

Em 1990 ainda havia jornais que tinham sido nacionalizados e assim permaneciam. No Conselho de Ministros de 2 de Fevereiro foi decidido anunciar que o Governo iria iniciar o processo de privatização dos meios de comunicação

social (só o Expresso era privado...). Hoje esquecemos que a organização do Estado, em 1990, ainda tinha muitos “resquícios” (que eram mais importantes do que deviam ser) dos tempos em que o modelo era o “soviético”. Apesar de tudo, saímos airosamente da situação. Quando hoje se vê como as coisas se passaram na transição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas para a Federação Rússia, podemos dar-nos por satisfeitos com a suavidade civilizada da nossa mudança. Basta lembrarmo-nos de que, em 1991, o Estado era proprietário da Rússia a 100% e que, em 1994, 75% dos seus recursos estavam em mãos privadas, na sua maior parte de “oligarcas” oportunistas (2). Entre estes contam-se alguns donos de jornais e de cadeias de televisão, muitos deles comandados directamente pelo Presidente bem entendido...

*

Em 6 de Fevereiro de 1990, reuni-me com o Vasco Graça Moura e o António Mega Ferreira para analisar de que forma a Ciência poderia ser contemplada na grande exposição que eles estavam a conceber. Acompanhavam-me o Ministro da Juventude e os Secretários de Estado da Administração Local, do Planeamento e da Ciência e o Presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Era, ainda, uma discussão “à bâtons rompus”, como dizem os franceses. Que pavilhões é que poderiam focar com carácter permanente? O Oceanário seria um deles; um Pavilhão do Conhecimento seria outro... Punha-se a questão de constituir um Instituto Superior de Estudos Atlânticos Africanos-Orientais, algo que acabou por não se fazer, embora tenha surgido a Fundação do Oriente com propósitos diversos, mas cobrindo alguma parte do domínio pretendido. Entendemos que deveria ser valorizada a vizinhança do rio e que seria bom que houvesse um espaço de utilização transitória chamado “Mercado do Oriente”, o qual deveria dispor de 50 ha; mas haveria que encontrar um promotor para desenvolver a ideia.

O António Mega Ferreira falou da discussão em curso com o Bureau International des Expositions (BIE), onde ele já tinha tido contactos, nomeadamente para definir o carácter da exposição; nós queríamos que fosse uma “exposição internacional” devidamente reconhecida como tal. Iríamos tentar que viessem pelo menos

70 países (acabaram por vir 146!...). Nessa ocasião, ainda não estava definida a localização, falava-se na zona de Belém e no seu conjunto monumental como uma boa hipótese... Mas o ambiente era de grande expectativa e optimismo.

*

Eu queria propor à Comissão dos Descobrimentos a realização, no Algarve, de um parque temático sobre a Flora dos Lusíadas, muito baseado no livro homólogo do Conde de Ficalho (3). Mas não queria fazê-lo num terreno sem árvores; pretendia ver se havia alguma mata já formada que pudesse ser utilizada. Em resumo, eu queria aproveitar tempo, arranjando um enquadramento já constituído. Chegou-me a resposta em 7 de Fevereiro: Havia a Mata do Barão de S. João, em Lagos. Era um perímetro florestal de 217 ha, domínio privado da Câmara Municipal mas sujeito ao regime florestal. A Direcção-geral de Florestas fazia apenas a gestão dos viveiros que lá estavam instalados. A mata era composta por muitas acácias velhas e más (as acácias são infestantes) e alguns pinheiros e sobreiros razoáveis. Transmiti a informação ao Vasco Graça Moura que ficou de arranjar um arquitecto paisagista. Eu próprio fiz no local, uma exposição à Comissão dos Descobrimentos que apoiou a ideia entusiasticamente. O paisagista apresentou uma proposta muito desajustada e demasiadamente interventiva. O que se pretendia era uma solução minimalista, onde se plantassem exemplares das diversas espécies referidas no livro, devidamente identificadas ao longo de um sistema de veredas a percorrer a pé; tudo num esquema de manutenção fácil. Acontece este tipo de equívocos, algumas vezes. Por isso eu sou tão teimoso na definição de termos de referência escritos. É certo que houve conversas prévias, mas isso nem sempre é suficiente para comandar os “apetites” dos projectistas.

É pena que tudo tenha acabado tão depressa e de modo tão súbito. Continua a ser importante, para o Algarve, que ele disponha de elementos de atracção interessantes fora do “sol e praia” e dos “escorregas aquáticos”, onde uma certa camada culturalmente mais elaborada pudesse encontrar “alimento”. Espero que, algum dia, a Câmara Municipal de Lagos acorde para essa virtualidade que me dizem, ainda hoje (2015), estar aberta.

*

No dia 9 de Fevereiro tive, no Porto, uma reunião com a Associação Industrial Portuense que havia convidado algumas outras associações empresariais do Norte para o encontro. O presidente Ludgero Marques, começou por afirmar a sua concordância com a minha preocupação de coordenação das acções de desenvolvimento, com a eficiência dos organismos e com a eficácia do seu trabalho. Achava que a avaliação era importante e que o julgamento da aplicação dos dinheiros públicos teria de ser feito; e, nesse acto, a sua associação tinha uma palavra importante a dizer; os empresários estavam ávidos de intervenção e queriam participar, nomeadamente no sistema de incentivos à actividade produtiva. Era evidente que tinha razão quanto ao desenho do próprio sistema, mas, obviamente, eles não poderiam participar na sua gestão. Aliás, tinham sido chamados a participar no primeiro. Mas, como sucede algumas vezes, nessa ocasião não tomaram a peito a consulta, vindo a criticar o resultado depois, quando verificaram que alguns sectores ou acções precisavam de mais dinheiro do que o que estava previsto. Queriam mais estradas! A expressão utilizada foi: “já temos a coluna, faltam-nos costelas”.

Outros encarregaram-se de criticar a atenção que a Península de Setúbal estava a merecer ao Governo; havia mais zonas carenciadas! Disse-se que parecia estar-mos “ à espera de acontecer o desastre para depois trazermos o remédio”. Estas manifestações de ciumeira eram e são correntes. Referiu-se que os preços unitários tinham baixado e, por isso, se estava a exigir sacrifícios demasiados aos empresários. Estavam, contudo, de acordo com a nossa aposta na qualidade, no *design*, no aumento da produtividade e na formação profissional. Mas queixavam-se em relação à carestia do crédito. Apoiavam a construção da rede de propano que precederia o gás natural. Mas alguns queriam mais apoios ao comércio, nomeadamente quanto à rede de frio e às frotas de veículos. A indústria dos curtumes estava a ser penalizada, porque não beneficiava nem do SIBR nem do PEDIP. Pedia-se urgência na construção da auto-estrada Porto-Valença e de algumas “costelas”. Faltavam quadros intermédios. O sector da educação era fundamental; o nível de formação dos escalões profissionais mais baixos era muito deficiente.

Este tipo de reuniões durava bem duas a três horas. Ouvindo queixas! Eu preferia ouvir sugestões construtivas, mas os meus interlocutores preferiam dizer como eram esquecidos. A minha maneira de dar a volta ao que poderia ser um penoso rosário de lamentações era ser eu a fazer as sugestões inspiradas nas situações que tinham sido invocadas. Dizia-lhes das estradas que estavam já em plano, dos bons sucessos que estávamos a ter em Setúbal e que era preciso replicar por todo o país e sublinhava, convictamente a importância da sua acção. Sem a sua colaboração empenhada, não conseguíamos avançar. Saíamos todos amigos no final, mas eu preferia ter ouvido propostas executáveis para resolver os problemas postos. Esta é a maior mudança que se tem de operar nos Portugueses: torná-los confiantes em si próprios e inventivos em relação às soluções que propõem para se desenvolverem.

*

O que se passava com os países da Europa de Leste interessava-nos muito, porque tudo iria ter repercussões em Portugal: os salários mais baixos, a melhor formação de base, a procura insistente de novos mercados... e, naturalmente, a concorrência que já se adivinhava em relação aos fundos estruturais comunitários que seriam, naturalmente, para eles orientados, porque a Europa não poderia deixar que países livres, contíguos ao seu espaço, fossem deixados a viver em situações de disparidade gritante em relação às da Comunidade. Já se estava a ver o que trazia a reunificação da Alemanha em matéria de fundos para fazer tudo: estradas, redes de água, de esgotos, de electricidade, de telecomunicações, escolas, universidades, transportes terrestres, fluviais, marítimos e aéreos... Tudo era preciso em quantidade. Por isso convidei para uma reunião o jornalista Carlos Fino, para que ele nos dissesse o que tinha visto durante as suas longas estadias nessa parte do mundo. Ela teve lugar no dia 15 de Fevereiro.

O Carlos Fino é um homem muito observador, falando russo e sabendo muito da cultura e da política desses países. Ele tinha vivido bastante tempo em Moscovo. E não andou distraído... Começou por nos avisar de que os Portugueses que por lá serviam em instituições como as embaixadas ou as delegações do ICEP (Instituto

do Comércio Externo de Portugal) se sentiam muito isolados. Era preciso fazer algo para que eles não se sentissem esquecidos. Por outro lado, o PCP estava a ocupar o lugar, nomeadamente através de “tradings”. As nossas autoridades não se deveriam demitir, particularmente dos domínios do comércio e da cultura. Havia problemas materiais enormes e de pessoal ainda maiores. Nós vivíamos com o eco da guerra do Afeganistão e todos os outros europeus já tinham revisto os tratados de comércio que tinham sido ultrapassados pela desagregação da União Soviética. Foi crítico em relação à visita do nosso Presidente da República que pecou por falta de preparação. A Espanha e a Itália já estavam bem implantados e a fazer negócio. Eles precisavam de matérias-primas e de bens para consumo de massa. A tendência observável era para uma economia mista, com alguma descentralização. Nas diferentes repúblicas havia oportunidades de negócio evidentes: a Ucrânia, com cinquenta milhões de habitantes era uma delas e das mais próximas. A Polónia já dispunha de uma lei muito liberal de comércio externo. Referiu que a nossa banca não tinha nenhuma delegação em Moscovo, ao contrário da dos outros países da Comunidade. Os nossos empresários deveriam ir a Moscovo para avaliar as oportunidades de negócio que se ofereciam. Recomendou a criação de empresas mistas. Os italianos estavam a revelar-se os mais agressivos comercialmente. Achava que era na ocasião de “ebulição” em que se estava que se deveria tentar ocupar algum espaço. Os alemães e os nórdicos estavam a fazer uma “invasão estruturada” como é comum com eles. A nossa presença estava a ser muito débil e, por isso, frágil. Deveria instalar-se, imediatamente, uma comissão mista para tratar do comércio e de outros assuntos co-relacionados. Os americanos estavam a entrar em força; recordou que a Macdonald’s tinha levado catorze anos para se consolidar naquele mercado. A importação ainda era feita por grandes empresas centralizadas. O nível geral de educação daqueles povos era elevado; havia 10 anos de escolaridade obrigatória. A grande fraqueza é que eles não eram aplicados no trabalho, tinham falta de disciplina laboral e, por causa disso, apresentavam indicadores de produtividade muito baixos. Todavia, a elite técnica era vasta. Estava-se a assistir a um renascimento religioso impressionante. O exército era, naturalmente, a parte mais conservadora da sociedade russa,

mas grassava nele um grande descontentamento, até porque era certa a redução do orçamento militar. O Presidente Gorbachev estava a ter grandes dificuldades para “gerir” a questão nacional e do império; a desagregação era evidente. Tinha havido inquéritos recentemente acerca das instituições e da confiança que os russos nelas depositavam: a polícia merecia pouca confiança; a igreja e o governo mereciam médio crédito e as organizações informais que estavam a surgir eram mais merecedoras de credibilidade. A experiência mostrava que a URSS era o menos democrático dos estados, aparecendo o partido como uma entidade muito corrupta. Havia impaciência; o programa de transição previsto para 6 anos era considerado como lento. Nessa altura, julgava-se mais provável que se acabasse numa confederação do que numa federação. Como se sabe hoje, a Federação da Rússia é bem mais pequena do que a URSS. Os judeus (3 milhões) e os arménios queriam sair rapidamente; as filas no consulado dos Estados- Unidos eram enormes. Falava-se com grande interesse no modelo capitalista japonês; parecia atrair muito os russos, talvez por haver, nas democracias orientais, um partido hegemónico, coisa a que eles estavam mais do que habituados. Em termos de modelos económicos pareciam-lhes sedutores os casos do Japão, da Índia e da Coreia do Sul. Parecia contemplarem com agrado uma co-gestão do espaço Europeu de Leste com a Alemanha. Gostariam de se aliar à Arábia Saudita, mas pretendiam ver neutralizadas a China e o Irão. Esperavam-se grandes correntes de emigração para o exterior. Parecia aceitarem ter de “gerir os bocados e as consequências” das duas guerras mundiais que não os tinham poupado. Aceitava-se que a Suécia tutelasse o Báltico e que a Comunidade Europeia se ocupasse dos Balcãs (recordo que estávamos em 1990; a convulsão nesta parte do mundo ainda não tinha ocorrido!). Recomendava que fomentássemos alianças com as periferias russas mais ricas. Deveríamos fazer parcerias com as grandes companhias europeias; as dimensões dos territórios em causa, nomeadamente para as obras públicas, aconselhavam a que se adoptasse o regime de sub-contratação de grandes grupos europeus. Havia muito que fazer! Os homens de negócios ocidentais deveriam “cultivar” a nova classe de homens de negócios russos (com o surgimento dos oligarcas, no tempo de Yeltsin, esta recomendação haveria de sofrer uma grande

volta!...). Existiam “think tanks” que estavam activos e a produzir pensamento interessante. Recomendou o estabelecimento de relações entre o ICEP e o INTERFAX, particularmente no domínio da informação comercial. Confessou que não se sentia estrangeiro nos países da Europa de Leste; mas que se sentia muito estrangeiro na Rússia central. Dizia que havia mais afinidade entre um polaco e um português do que entre um polaco e um russo. Achava que se havia qualquer coisa que poderia emergir era a Velha Rússia e os seus valores. A família estava a reganhar importância. E a personalidade de cada um não se afirmava pela posse das coisas; havia um sentido agudo da transitoriedade do homem.

Passámos em revista alguns sectores económicos com potencial interesse para nós. Ele achava que as empresas de construção portuguesas, associadas a outras, poderiam ter alguma hipótese. Os turcos já estavam a participar na reconstrução de galerias. Os matadouros para abate de animais eram uma necessidade, bem como as indústrias de equipamentos de transformação de alimentos. Os caminhos-de-ferro precisavam de uma grande volta! Tanto técnica, como logística, como na intendência. Ainda hoje! Aconselhou a fazermos uma investida cultural: na música rock, nos jogos de computadores e na arquitectura. Disse mesmo que a arquitectura soviética era “paupérrima”! Relembrou, para finalizar, que a ida de um banco não significava dinheiro; seria, sobretudo, informação.

Fiz um tão extenso relato da conversa que tive com ele porque, vista à distância de vinte e cinco anos, a evolução foi inacreditável. Mas há elementos que permanecem como invariantes da alma russa e do comportamento dos russos. Quem nos havia de dizer da rápida separação da periferia ocidental da URSS e da independência dos países que formam hoje a frente oriental da União Europeia?... Ficou patente que o Carlos Fino era um jornalista atento, capaz de formular sínteses inteligentes e recomendações sensatas. A mudança é que tomou o freio nos dentes!... Mas é bom reter que ele vaticinou que se haveria de assistir ao renascimento da Velha Rússia... da que vem do fundo dos tempos! Como se impunha, dei notícia do teor desta conversa ao Primeiro-Ministro e aos meus colegas dos Negócios Estrangeiros e do Comércio.

*

A reunião do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos de 20 de Fevereiro foi toda devotada ao GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) e às nossas exportações. O GATT reunia-se de tempos a tempos para acertar procedimentos e tomar resoluções em encontros (“rounds”) que tinham o nome do local onde eles tinham lugar. Em 1990 vivia-se o período do “Uruguay Round”.

A importância do GATT era grande e estava em crescendo. As suas funções estavam a alargar-se. O comércio era o pretexto para os encontros, mas neles tratava-se de muitas outras coisas, nomeadamente do direito de estabelecimento. Cada “Round” durava quatro anos. Que eu me lembrasse, nessa ocasião já tinha havido o “Kennedy Round” e o “Tokyo Round”. O “Uruguay Round” já ia no seu terceiro ano, aproximando-se, assim, uma “mudança de andamento”.

A nossa posição, nesses encontros, não poderia divergir muito das posições comunitárias. Dentro do GATT os países estavam agrupados em conjuntos mais ou menos homogêneos: nós estávamos no grupo que reunia os Estados Unidos, o Canadá, os países da Comunidade Europeia, os países da EFTA e o Japão; havia um grupo de países em vias de desenvolvimento, onde estava o Brasil e um grupo dos países realmente atrasados no qual se incluía, por exemplo, o Bangladesh. Eram estes grupos que “estruturavam” as negociações. Na realidade, o que se passava nas reuniões era uma modalidade do chamado “Diálogo Norte-Sul”.

Nós tínhamos de integrar o GATT, mas a verdade é que isso não nos garantia o acesso a nenhuns mercados específicos que pudessem ser exclusivamente nossos por via de negociações no seu seio. A resolução dos conflitos processava-se entre os grandes daqueles grupos: entre os Estados-Unidos e a Comunidade Europeia; entre os Estados-Unidos e o Japão, etc. A verdade é que a resolução dos nossos problemas não tinham enquadramento no GATT. As negociações eram sempre difíceis. Tranquilizava-nos o facto de nem os subsídios nem as ajudas estruturais recebidas da Comunidade afectarem o comércio. Mas os norte-americanos estavam empenhados em dismantelar a Política Agrícola Comum, por ser a sua agricultura muito eficiente e a Europa um mercado muito apetecível.

Havia, nessa ocasião, quinze “dossiers” abertos, no âmbito dos quais se processavam as negociações: i) a agricultura; ii) as medidas tarifárias; iii) as medidas não

tarifárias; iv) os produtos tropicais, v) os recursos naturais (acesso às pescas e sua liberdade; petróleo); vi) têxteis e vestuário; vii) salvaguardas; viii) acordos e arranjos); ix) artigos do GATT; x) subsídios e medidas compensatórias; xi) resolução de diferendos; xii) medidas de investimento com reflexos no comércio; xiii) direitos e propriedade intelectual; xiv) funcionamento do sistema GATT e xv) serviços. Nessa ocasião, somente a Comunidade Europeia e a EFTA tomavam o GATT a sério. Os Estados- Unidos infringiam as regras do GATT com grande à-vontade, confiados no seu peso económico. A nós interessava-nos, particularmente, o que se passava no grupo que discutia o dossier seis: têxteis e vestuário.

Durante os meus tempos à frente da Comissão de Coordenação da Região do Norte tinha ouvido, muitas vezes, discussões dos industriais têxteis acerca do que se passava nesses encontros e das preocupações que lhes causava o famoso “acordo multi-fibras” que poderia prejudicá-los severamente. Cada país via fixadas quotas para exportação (as quotas fixadas eram bilaterais) e isso poderia prejudicá-los, porque eram muito dinâmicos e não queriam ver cerceadas as suas ambições. Reclamavam contra a falta de reciprocidade; o “dumping” que era corrente em muitos países concorrentes, particularmente o “dumping social” que não tinha em conta os princípios da Carta Social Europeia que eles, por integrarmos a CEE, tinham de respeitar. A verdade é que nós tínhamos interesses divergentes dos países do norte da Europa, por eles serem, na prática, somente importadores de têxteis e confecções e nós repousarmos muito num sector que, ainda por cima, produzia com qualidade. Não poderíamos, de forma nenhuma, deixar transparecer que aceitaríamos uma compensação, mesmo que choruda, da Comunidade para dismantelar a nossa indústria têxtil. Isso tinha-se passado com o abate de barcos de pesca e, em meu entender, muito mal. Foi um daqueles “andaços” comunitários contra os quais nos devemos precaver. Felizmente, fomos teimosos, aprendemos a negociar com firmeza, podendo hoje (2015) dizer que dispomos de um bom sector têxtil, moderno e com um apurado sentido da qualidade que mantem os seus mercados e que diversificou enormemente a sua oferta. O que nós precisávamos era que nos fosse dado tempo para reconverter e reciclar o sector tal como veio a suceder. Honra seja feita aos empresários!

As decisões neste domínio passavam-me muito pela porta, por causa do Sistema de Incentivos de Base Regional. Uma tentação possível era apoiar os “pobrezinhos” só pelo facto de o serem; isso seria possível desde que eles não se aplicassem no que, então, se chamava os “têxteis de gama baixa”. Pode-se imaginar as pressões que eram exercidas para abrandar na exigência, somente com base no desenvolvimento regional. Este implica, também, que os beneficiários façam um esforço; na realidade... a maior parte do esforço. Nós não poderíamos cair em práticas laxistas e, muito menos, em “dumping social”. Nós queríamos passar sem grande envolvimento nesse “round” no sector dos têxteis. O grande embate, no sector da Agricultura, era entre os Estados-Unidos e a Comunidade. Como já referi, algumas vezes, a PAC foi desenhada para os seis países originais da CEE e, já nessa ocasião (1990), era absurda pelos privilégios que dava aos agricultores desse núcleo. Nós não beneficiávamos nada com ela. Por isso, o nosso interesse estava, nesse sector, com os Americanos.

O que nos preocupava era o sector têxtil. Na frente interna não poderíamos deixar agravar o problema tanto dentro do sector, como em termos espaciais, por via da concessão de subsídios errados. Na frente externa tínhamos que lutar junto da Comissão Europeia e no Parlamento Europeu, onde se começava a dar os primeiros passos em matéria de aprendizagem do processo de negociação. Tínhamos, nomeadamente, de aprender a “dramatizar” o tema: o “fantasma” do desemprego, da crise, da agitação social e do “afundamento” de uma vasta região que teria de ser pintado com cores muito fortes. Cada um de nós tinha o seu campo para o fazer.

Analisado este ponto que causava muita preocupação, passámos em revista o modo como estava a evoluir o nosso comércio externo. O ano de 1989 tinha sido inesperadamente bom; tínhamos subido, em volume, 21%. Isso tinha-se verificado generalizadamente, para todos os mercados, mas, especialmente, para Itália e para Espanha. Ao mesmo tempo tinha-se assistido a uma alteração da estrutura das exportações, com diminuição do peso dos produtos tradicionais. O investimento directo estrangeiro crescia. A estrutura das importações é que era a mesma de sempre... com o petróleo a ocupar um lugar de peso (cerca de 300 milhões de contos!). O Turismo estava a evoluir muito bem (quase “dava para o petróleo”...).

As alterações observadas tinham muito a ver com a mudança de atitude do mercado espanhol e com o forte investimento dos anos anteriores que começava a dar os seus frutos. É o que, manifestamente, nos está a faltar hoje (2015), nomeadamente por falta de confiança dos investidores. É certo que agora há uma nefasta influência vinda de fora; nessa ocasião convergiam perspectivas optimistas de fora e de dentro!...

Mas era preciso diversificar os nossos mercados. Alguns de nós recomendávamos uma mudança de atitudes e de forma de actuar do ICEP (Instituto do Comércio Externo de Portugal). Precisávamos, então e ainda hoje, de uma agressividade muito maior e de um grande grau de profissionalismo na promoção das exportações e na atracção de investimentos estrangeiros. É por isso que eu defendo tanto que se erga uma estátua, no Porto, a Afonso Martins Alho, que no final do século XIV negociava de igual para igual com o rei de Inglaterra, em nome do rei de Portugal. Na linguagem corrente passou a dizer-se “fino como um Alho”, quando se deveria, na realidade, adoptar a fórmula “fino como o alho!” Deveria haver, hoje, mais Alhos!... O aumento de exportações era acompanhado de um crescimento das importações. Estas viam entrar mais maquinaria e mais veículos que nós não produzíamos. E, também, mais bens de luxo, sem os quais nós deveríamos habituar-nos a passar. Mas isso será lutar contra comportamentos atávicos.

Mas, obviamente que nos preocupava a desaceleração da Formação Bruta do Capital Fixo, simultânea do crescimento das importações. De qualquer forma, havia razões para estarmos optimistas.

*

Não sei por que razão veio a Portugal o Ministro do Plano do Iraque, em Fevereiro de 1990. O seu presidente era Saddam Hussein. Mas eu era o seu homólogo, de modo que tive de o receber para a meia-hora tradicional de conversa protocolar e de ir a um jantar que ele ofereceu em minha honra, na embaixada do seu país em Lisboa. Esta era uma lindíssima vivenda situada na Lapa, em Lisboa, com uma varanda para o Tejo, onde fui tomar um sumo de frutas, antes da refeição. Descemos, depois disso, para um grande salão, onde estava uma enorme delegação devidamente alinhada para me ser apresentada. Nessa ocasião, ele pegou-me na mão e passámos

em revista cada um que declinou o seu nome e o que fazia. Mas, quando chegou a hora de ir para a mesa, eu fui com o ministro e o embaixador para uma divisão à parte, tendo-se todos os outros dirigido para uma sala diferente. Há, nesses países, uma enorme distância imposta entre os governantes e os seus altos-funcionários que, aliás, me surpreenderam pela sua postura e pelo excelente inglês que falavam. O que lhes teria acontecido a todos quando o seu chefe supremo foi apeado?

*

O funcionamento lubrificado da Administração Pública era, para mim, uma preocupação permanente. Nem tudo se resolvia com a descentralização de competências. Havia umas que deveriam ser desconcentradas para assegurar a uniformização daquilo que deveria ser uniforme. A regionalização resultaria da articulação entre as funções descentralizadas e as desconcentradas, num processo coordenado ao nível regional, não subindo a Lisboa senão o que reclamasse uma tomada de decisão a nível nacional.

Os sectores que mais precisam de ser descentralizados e desconcentrados são o da Educação e o da Saúde, nomeadamente pelo número de trabalhadores neles envolvidos. Há numerosas decisões administrativas que não faz sentido nenhum irem a Lisboa; há outras que não têm de ser iguais em todo o país; e há outras, ainda, que convém que sejam tomadas de acordo com os mesmos parâmetros. São estas as que devem ser desconcentradas, dentro do sector e articuladas com as descentralizadas. Era bom, por isso, trocarmos impressões, numa capital regional, acerca da forma de o fazer. Convidei, para isso, o meu colega da Educação para termos uma reunião, em Évora, com agentes regionais e nacionais em que fossemos afinando ideias sobre o tema. Eu pretendia que a Educação fosse o sector pioneiro; ele apresentava problemas muito variados. Por outro lado, o Alentejo era, tradicionalmente, uma zona “martirizada”. Eu gostaria que, neste particular, ela fosse uma região-piloto. A experiência com os PIDR (Planos Integrados de Desenvolvimento Regional) tinha decorrido muito satisfatoriamente. As relações entre instâncias nacionais e regionais mostravam-se promissoras. Por isso, fomos os dois a Évora, no dia 21 de Fevereiro de 1990, para analisarmos com os responsáveis regionais dos dois ministérios as possibilidades de avançar com o processo.

Estava-se em plena fase de implementação da nova lei orgânica do Ministério da Educação e havia, manifestamente, um entusiasmo visível em torno dela. Mas começou-se logo por reclamar subsídios à fixação de funcionários na periferia. O gigantismo do Ministério em Lisboa era um facto, mas os funcionários tinham ali fixado a sua residência, só se mudando se, para isso, recebessem uma compensação tangível. Por outro lado, os mais ambiciosos achavam que ir para fora de Lisboa os afastava demasiadamente das promoções e da “chama do poder”. Havia alguns investimentos físicos a fazer. Mas o que, realmente, contava eram os recursos humanos, a sua formação e a sua deslocação. Queriam arranjar três sub-unidades que coincidiam com as NUT (Nomenclatura das Unidades Territoriais), em relação às quais havia já muito trabalho feito, nomeadamente no que respeitava à obtenção de dados estatísticos. Eles eram: o Norte Alentejano; o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral. A primeira unidade, objecto de uma operação integrada, estava mais bem estudada do que as outras duas. O meu colega tomou a decisão de elaborar de imediato a Carta Escolar daquela zona, em relação à qual já se sabia razoavelmente o que se queria fazer. Foram logo ali definidos os termos de colaboração entre o GEP do Ministério da Educação e a Comissão de Coordenação Regional do Alentejo. O Ministro estava particularmente preocupado com as escolas isoladas, com as escolas profissionais e com os pavilhões gimno-desportivos, em falta na grande maioria dos estabelecimentos de ensino. Pedimos que fosse ensaiada uma solução de “nuclearização” das escolas; as escolas básicas deveriam albergar os nove primeiros anos de escolaridade. Já se sabia que as distâncias grandes iriam implicar uma tipologia de edifícios adequada às circunstâncias do Alentejo; era preciso defini-la. O envolvimento das Autarquias Locais era importantíssimo, porque sem elas seria difícil elaborar uma Carta Escolar praticável e com utilidade. Tudo deveria ser articulado com o PRODEP, onde estava grande parte dos meios que se tornava necessário mobilizar. Alguns queixavam-se acerca do não-funcionamento do sistema de informação vigente, o que emperrava todo o processo.

*

Como já referi, as questões comunitárias eram tratadas em Conselho de Ministros uma vez por mês, além naturalmente, do trabalho diário que competia a cada

um de nós. Em 22 de Fevereiro, analisou-se a posição que a Comunidade deveria tomar a respeito do levantamento das sanções à África do Sul. Era evidente que ela tinha de ser adoptada por unanimidade para ter significado político. Nós eramos de opinião que tinha de haver um sinal positivo inequívoco, seguido da visita de uma delegação da CEE. Entendíamos que seria bom estimular a cooperação científica e cultural em tudo quanto pudesse contribuir para a eliminação do “apartheid”.

A situação da Europa de Leste continuava a ocupar-nos em consonância com a importância que lhe era dada pelo Chanceler Kohl e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Genscher que, se anunciava, iriam visitar todas as capitais para explicar a posição alemã. Eu seguia o tema com particular atenção, nomeadamente por causa de uma possível reorientação dos fundos estruturais. Já se falava numa extensão da aplicação dos mesmos para além da Polónia e da Hungria.

As instâncias comunitárias tinham feito uma condenação fortíssima do comportamento da Indonésia a respeito de Timor Leste. Os Portugueses saudaram o facto. Na próxima cimeira de Dublin ir-se-ia analisar a questão do ritmo a que se passaria a construção (alargamento) da Comunidade Europeia e a definição das grandes linhas da sua política externa. Adivinhava-se já uma aceleração do processo de integração. Foi anunciada uma visita do Presidente Jacques Delors para tratar desta questão.

Foi referida a participação da Comunidade Europeia num encontro em Ottawa para tratar da adopção da chamada política de “Open Skies”. Mais tarde (2002/2003) quando me coube a tutela do sector, verifiquei como eram avessos a isso os nossos técnicos da aviação. Temiam perder o comando de uma vasta área da navegação aérea. Mas a mim parecia-me inevitável que a Europa se unisse nesse domínio e articulasse com os outros os meios de que dispúnhamos, valorizando sempre a nossa participação e procurando maximizá-la.

Iria haver um encontro CEE-ASEAN em que participariam cinco ministros dos Estados-membros. Já se estava a assistir a uma forte investida comercial dos países do Oriente. Nós não tínhamos grandes ilusões; aquele tipo de encontros tinha como propósito maior, por parte dos países orientais, obter mais concessões por parte da Europa, o maior bloco comercial do mundo. E ela ia-as fazendo... Por



FIG. *Honoris causa* de Jacques Delors (UNL, 1988/89).

outro lado, era o Comissário Matutes que representava a Comissão Europeia; ele tinha grande simpatia pessoal, mas era tido como um negociador “brando”, não opondo uma resistência tenaz às concessões crescentes pedidas pelos orientais. Por isso, era preciso que os cinco ministros da delegação europeia tomassem à sua conta o accionamento dos travões... A experiência mostra-nos, hoje, que mesmo sem concessões e sem pedir licenças formais eles vão entrando onde puderem... Então, no que se refere ao domínio das patentes, nem sabem ou fingem não saber o que isso significa. Sei de um industrial chinês que, diante da exibição inequívoca da cópia descarada de um produto europeu, perguntou ao que tinha investido somas avultadas para o produzir, se não estava lisonjeado por ele ter sido objecto de uma imitação tão escrupulosa!... Não se trata somente de um choque cultural. Estou convencido de que recorrem às diferenças de perspectiva como técnica de invasão deliberada. Isso exige aos ocidentais uma atenção redobrada.

Nessa ocasião era evidente que havia uma aliança tácita e tática entre o Presidente Delors e o Parlamento Europeu. Ele deveria cultivá-la de forma superior, porque a convergência de posições surgia como que naturalmente. Ora, nós sabemos que nada acontece por acaso. Os bons resultados que ele conseguia deveriam reclamar uma acção muito bem dirigida e feita com mão-de-mestre.

No plano das nossas relações com a Comissão enfrentávamos dificuldades com a construção da Via do Infante, no Algarve. Apesar de termos ripado o traçado o mais possível para o Barrocal, a verdade é que ele atravessava alguns trechos da Reserva Agrícola Nacional. E quem tinha que dar autorização para os desafectar estava muito coagido por um “lobby” bem organizado e aguerrido que insistia na solução de uma melhoria radical do traçado da EN 125, por achar que a proposta feita ficava muito longe dos centros das povoações. Há gente que quer auto-estradas desde que elas passem diante da sua porta; se for uns quilómetros ao lado, elas só têm inconvenientes... E, além disso, teriam de ser não-portajadas, evidentemente... Tomámos a decisão de mandar aprofundar os estudos de impacto ambiental com vista a reduzir ao mínimo as áreas a desafectar.

O Ministro da Defesa tinha tido uma reunião com os seus pares da NATO. Todos estavam preocupados com a reunificação da Alemanha. A situação na RDA esta-

va em deterioração acelerada, impondo-se uma re-organização urgente da sua administração. Assistia-se, nessa ocasião, a uma transferência diária, de 2000 a 3000 pessoas da RDA para a RFA.

A próxima cimeira de Dublin ia tratar das implicações sobre a economia da Comunidade devidas ao que se estava a passar na Europa de Leste. E era evidente que a Comissão e o seu Presidente estavam a tomar iniciativas cuja urgência se impunha. O “dossier” dos mercados públicos estava em análise. Nós tínhamos de o acompanhar muito de perto, porque isso nos iria tocar de perto.

Verificava-se que Portugal tinha sido pioneiro na adopção da perspectiva de programa em vez da de projecto. Verificámos que havia alguns países que experimentavam uma real dificuldade em praticá-la. Deveríamos tirar proveito disso.

Foi a primeira vez que se abordou a preparação da Presidência Portuguesa da Comunidade. O Ministro dos Negócios Estrangeiros comunicou que já tinha um projecto de programa que iria pôr à discussão brevemente.

*

Eu era o cabeça-de-lista dos Deputados do PSD por Vila Real. De modo que me reunia, de vez em quando, com os meus pares em exercício na Assembleia da República para me informar acerca dos assuntos que mais os preocupavam. Foi o que fiz no dia 22 de Fevereiro de 1990.

Havia ligações rodoviárias diversas que estavam em atraso; era preciso fazer acelerá-las. Uns tantos pavilhões gimno-desportivos ainda não tinham sido lançados. O seguro agrícola tinha preços incomportáveis para a cobertura que oferecia; eu lembrava-me das dificuldades que tinha tido, nesse particular, com o PDRITM; suponho que, em Portugal, ninguém fará seguros agrícolas enquanto as companhias fizerem reflectir todos os riscos sobre os agricultores; o pior é que os organismos financiadores começam a querer ver devidamente coberto pelo seguro tudo quanto apoiam...O Estado já estava a suportar parte do seguro agrícola; mas essa não era uma solução fácil de gerir. Era preciso mais informação sobre os sistemas de incentivos; tinha havido algumas sessões, mas nem todos haviam estado presentes; era a evidência de que a difusão de informação tem de ser sempre redundante; o pior é que não tínhamos gente para o fazer.

À falta de iniciativa portuguesa, quem estava a tirar vantagem da exploração dos granitos de Pedras Salgadas eram os Espanhóis que levavam os grandes blocos para serem exportados pelo porto de Vigo.

A situação nas minas da Borralha, em Montalegre, era insustentável. Eu tinha-as visitado; mas os preços internacionais do minério é que comandavam o funcionamento ou o encerramento. As minas representam um sector de actividade com maior risco do que se pode admitir à primeira vista. As variáveis que não estão sob o nosso controlo são sempre muitas.

Íríamos levar a cabo umas Jornadas sobre o Desenvolvimento do Distrito de Vila Real. Elas debruçar-se-iam, especialmente, sobre questões da agricultura, das vias de comunicação (sempre presentes!) e da educação e do insucesso escolar. Este preocupava-me, de modo particular, porque eu sabia que a maior parte dos estudantes não podia contar com apoio familiar; estavam muito isolados e, por isso, teria de ser a escola a suprir as carências que eles tinham fora dela. Havia um outro tema que os preocupava muito e a mim também; eram as chamadas “doenças sociais”! Nós pensamos correntemente que elas só atacam nos grandes centros; ora isso não é verdade. Também nos meios rurais se estava a assistir à expansão do consumo de drogas, do alcoolismo e da prostituição juvenil. E os meios para debelar estas moléstias não estavam facilmente ao nosso alcance.

*

A pedido dos “Verdes” fui ao Parlamento no dia 23 de Fevereiro para debater as “Medidas de prevenção e combate aos fogos florestais para 1990”. O Primeiro-Ministro tinha anunciado, em Ribeira-de-Pena, em Julho de 1989, que a época de fogos florestais estava a ser demasiadamente intensa. Eles queriam saber que medidas tínhamos tomado para os combater. Perguntavam (retoricamente) se as populações poderiam estar descansadas. Diziam que deveríamos esperar que a massa vegetal se desenvolvesse muito e que, portanto, as probabilidades de incêndio fossem elevadas. Fiz o rol de tudo quanto estava previsto. Queriam números fidedignos relativamente aos fogos que tinha havido. Pretendiam ter conhecimento do manual de incêndios florestais que havia sido produzido. Estavam interessados em conhecer como estávamos. Queriam muito saber que pistas de aterragem tencionávamos

construir ou pôr operacionais. Os relatórios que conheciam diziam que a percentagem de fogos com causas humanas era elevada, mas achavam que os incendiários apanhados eram poucos. Quais os meios de investigação dos potenciais criminosos, quais os números de captura dos mesmos e que castigos severos estavam previstos eram outras das perguntas que formularam?

Como se pode ver eram todas perguntas que não reclamavam grande preparação para serem formuladas. Os partidos deveriam ter gabinetes de estudo que caracterizassem os problemas e oferecessem sugestões, contrapondo estas às respostas dos ministros interrogados. Os fogos florestais representam um problema demasiado sério na Sociedade Portuguesa para não serem objecto de reflexão por parte de todos os responsáveis. Representam, mesmo, uma chaga que reclama o envolvimento de todos.

Antes da agenda do Conselho de Ministros de 1 de Março, voltámos à magna questão da modernização administrativa, enunciando uma série de medidas que cada ministério deveria tomar sem demora. Uma delas respeitava à melhoria sistemática dos locais de atendimento do público em relação aos quais havia muitas queixas. Também foi retomada a questão da imposição dos tacógrafos nos transportes rodoviários pesados. Era preciso disciplinar os transportes dentro do país, uma vez que os internacionais tinham que cumprir com a legislação europeia em vigor. Sucede isto com frequência. Sermos cumpridores lá fora e relapsos cá dentro! Porquê?

Falou-se nas comemorações dos 700 anos da Universidade de Coimbra, a quinta mais antiga do mundo!

E tomou-se a decisão de relançar o projecto VIDA, de combate à droga.

*

No Conselho de Ministros de 15 de Março, abordou-se a questão da imigração clandestina. Haveria, nessa altura, cerca de 100.000 estrangeiros legalizados, principalmente cabo-verdianos e brasileiros. Mas havia muitos mais clandestinos. Alguns vinham com vistos passados por cônsules honorários, um pouco por todo o lado. Os turcos, nessa ocasião, tomavam Portugal como trampolim para a França e para a Alemanha Federal. Havia, também uma imigração de prostituição da República Dominicana e das Filipinas. Estimava-se que, em 1989, tivessem

ficado em Lisboa cerca de 5.000 imigrantes ilegais. Havia, seguramente, alguma inércia nas fronteiras externas da Comunidade. A expulsão poderia ser feita por via administrativa ou por via judicial, esta naturalmente muito mais morosa; em qualquer caso, ela tinha de ser feita para qualquer país, mas este tinha de a aceitar. Nós tínhamos confiança no trabalho do nosso Serviço de Estrangeiros, mas havia que melhorar muito os aspectos relacionados com a deteção de documentação falsificada. Era evidente que eles vinham atraídos pelo trabalho, particularmente para o Algarve, onde havia carência de mão-de-obra. A informação era espalhada como se houvesse “tans-tans” na floresta...

Começava a surgir a imigração dos países europeus de leste (Polónia, Roménia, RDA e Hungria). As polícias secretas desses países não haviam sido desmanteladas. Por outro lado, a pressão do desemprego nesses países era enorme; só a Polónia tinha 1,7 milhões de desempregados!... Mas os que vinham desses países eram médicos, engenheiros, de um modo geral profissionais qualificados que aceitavam qualquer emprego, porque no seu país não tinham nenhum. Sabemos agora (2015) o que isso é, em sentido inverso!

Era evidente que os Cônsules Honorários não podiam conceder vistos sem consulta prévia. Mas o número de carimbos falsos que circulava era enorme!

O Reino Unido era conhecido pelos seus processos drásticos. O imigrante ilegal era imediatamente recambiado, de avião ou de navio, para o país onde havia embarcado.

Ficou decidido produzir legislação interna mais fácil de aplicar e de verificar.

*

Em 15 de Março tive uma reunião com membros da Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos. Recomendei que não fossem dadas “borlas” a Espanha. Eles nunca o fariam em relação a nós! O mundo inteiro tinha sido descoberto e conquistado por eles!... Se não tratarmos de nós próprios ninguém o fará de forma adequada...

*

O Domínio Público Marítimo é definido por uma largura de 50 metros a partir da linha máxima da preia-mar. O licenciamento dado para a sua ocupação é sempre feito a título precário. Um dia, no Brasil, um historiador informado disse-me com convicção: “Foi a melhor coisa que os Portugueses nos deixaram!” Em Portugal não há um metro de costa de propriedade privada. Isso não acontece em muitos países europeus. No Reino Unido os maiores proprietários da costa são o National Trust e a Coroa. Mas ambos são privados!

*

O Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos de 20 de Março foi inteiramente dedicado ao Vale do Ave. Tratava-se de uma zona onde imperava a indústria têxtil que se havia atrasado um tanto na sua modernização, mas que era muito importante para as exportações. Havia, localmente, uma grande tradição de empreendedorismo que fez surgirem muitas novas unidades sem grande investimento nem inovação. Era o aproveitamento da mão-de-obra existente. Não havia mulher que não soubesse costurar, nem homem que fosse alheio o manuseamento de teares e de outras máquinas. O modelo dos salários baixos não era promissor, mas foi por essa via que eles se defenderam; não havia ainda a concorrência fatal da China e da Índia naquele sector. De qualquer modo, os produtos têxteis portugueses, mesmo nessa época, já se salientavam pela qualidade; suportavam bem a concorrência da Turquia. Mas havia problemas ambientais muito sérios; os cursos de água e, especialmente, o próprio rio Ave eram o caneiro de efluentes não tratados de numerosas tinturarias e outras actividades agressivas. Por outro lado, não havia uma hierarquia das vias rodoviárias, movendo-se os motoristas num emaranhado de pequenas estradas e de caminhos rurais que penalizavam as actividades industriais instaladas. A tradição local é de minifúndio e mesmo de microfúndio; os trabalhadores fabris têm por regra, um pequeno quintal que os ajuda a melhorar a dieta familiar. De qualquer forma, é uma zona densamente povoada em padrão disperso, algo que complica toda a sorte de serviços que são prestados através de tubos, de cabos ou de rodovias. A acção estruturante come-

ça por ser de ordenamento, mas este tem de assentar numa visão estratégica para o desenvolvimento da área.

Como me competia fiz a apresentação dos problemas existentes, tal como eu os via, antes de se generalizar a discussão.

O Ministro da Indústria referiu os apoios que o PEDIP tinha concedido. Comparou as situações do Vale do Ave e da Península de Setúbal. Esta tinha sido industrializada com grandes empresas e com base numa população desenraizada. Aquele estava todo desordenado, mas coberto por inúmeras pequenas ou pequeníssimas unidades fabris cujos trabalhadores sempre tinham misturado a actividade na fábrica com a agricultura. E não havia desemprego! Mas estava-se a chegar a uma situação de bloqueio que implicava uma profunda reestruturação industrial. Toda a zona estava saturada e sem espaços vazios. Era preciso criar novas empresas e reorganizar as existentes, ajudando alguns a modernizar-se. A majoração dos incentivos não iria resolver o problema de base que era muito complicado. Poderíamos assistir ao colapso do existente, de um momento para o outro. Ora, havia muito poucos projectos com inovação tecnológica significativa; 25% dos incentivos eram concedidos a empresas têxteis que passavam nos critérios exigidos, mas não traziam reais inovações. E as chamadas missões de qualidade e design não conseguiam convencer os industriais a diversificar ou a modernizar-se... Pois se eles vendiam tudo o que produziam!... O pior poderia acontecer a todo o momento. E a maior parte não se dava conta da vulnerabilidade da sua situação. Se se majorassem os subsídios do PEDIP para indústrias alternativas cair-nos-iam em cima, porque não os estávamos a auxiliar directamente. Por outro lado, os critérios do PCEDED (especialmente macroeconómicos) distorciam a situação, penalizando o têxtil, mas beneficiando o vestuário, por ser uma produção final. As infra-estruturas, como já disse, apresentavam-se em situação grave e a educação e formação profissional não conseguiam impor-se, porque toda a gente tinha emprego!... Mas a comparação era sempre feita com a Península de Setúbal, onde o Governo estava a injectar "imensos" meios ...

Tomámos a decisão de agregar todos os fundos para não ser tão patente a diferença nos que eram orientados para as empresas. Sabíamos que havia numerosas

unidades que iriam falir: não tinham viabilidade técnica nem financeira. Tudo o que lá fosse injectado seria em pura perda. Havia algumas empresas que teriam viabilidade económica, mas que estavam financeiramente muito desequilibradas; seriam as que iriam à falência cheias de encomendas!... Era o terreno de acção para as sociedades de capital de risco que foram devidamente estimuladas e apoiadas para exercerem o seu papel.

Era importante apoiar a criação de um centro tecnológico dos têxteis. Foi o que se fez. Ainda hoje ele presta serviços relevantes.

Era imperioso fomentar a formação profissional. Para isso tornava-se necessário convencer os formandos a frequentar os cursos oferecidos. Mas eles estavam empregados!

Raras vezes testemunhei uma situação de caminho para o abismo mais evidente. Com os principais interessados a protestar por falta de apoio que eles queriam usar de forma que ampliaria ainda mais os efeitos do tombo! Por isso o Ministro da Indústria não queria majorar os incentivos do PEDIP. A diversificação era mais uma vocação do SIBR; o pior é que os fundos respectivos já estavam praticamente esgotados!...

Os grandes eixos rodoviários que hoje vemos atravessar toda a área ainda não existiam. Qualquer acção nesse domínio demoraria muito tempo a produzir efeito. Para mim o pior era serem as ligações quase todas do mesmo tipo; não havia hierarquização de vias dentro da rede; por isso esta se congestionava tão rapidamente.

Foi sugerido insistir na informatização, através das associações empresariais, o que deu rápidos efeitos.

As negociações do GATT ainda decorriam, como eu já disse; por isso, não iríamos ver alteradas as quotas bi-laterais que estavam a travar as nossas exportações. Sugeriu-se apoiar a participação de industriais em feiras, certames e missões ao estrangeiro, o que foi feito.

Houve quem mencionasse as aplicações ostentatórias dos ganhos obtidos, o que impacientava quem gostaria de ver esse dinheiro reinvestido, especialmente, na modernização das empresas e na diversificação do tecido produtivo.

Falou-se muito na despoluição do Ave. A jusante das Taipas ele estava em estado calamitoso. Foi criada uma unidade para conceber e executar um sistema geral

de saneamento básico. Mas as empresas tinham de tratar os seus efluentes que eram lançados livremente para os cursos de água. Ainda fui ver as obras de uma grande ETAR, cuja construção foi então decidida. O consumo de água era maioritariamente das empresas: 43% para as indústrias; 9% para uso urbano! Impunha-se celebrar protocolos com as indústrias com vista à despoluição.

As telecomunicações eram insatisfatórias. Mas, aí, era possível actuar com mais rapidez.

Acertámos na fórmula institucional para a coordenação de um conjunto vasto de acções, o que permitiu sair do impasse.

*

Em Março de 1990 discutia-se o modo de funcionamento do Conselho Económico Social. A sua constituição tinha sido decidida, mas havia muitos aspectos ligados ao seu funcionamento que deveriam ser regulados. Havia a questão da representatividade; muitas organizações queriam estar presentes. Alguns de nós pensavam que o número máximo deveria ser inferior a cinquenta; de outra forma, a coordenação do plenário seria complicada.

Tinha que haver, naturalmente, uma comissão especializada para a Concertação Social, mas havia quem propusesse mais duas comissões especializadas (económico-social e desenvolvimento regional). Em relação aos representantes das entidades patronais e sindicais o acordo girava à volta de quatro de cada lado (CAP, CIP; CCP e CONFAGRI - UGT e CGTP, com dois cada uma). Discutia-se a forma de designação dos representantes. Alguns de nós gostaríamos de ver reduzida ao mínimo a intervenção do Governo. Punha-se a questão da nomeação de suplentes. Acertámos em que o Conselho Económico e Social deveria ter direito de iniciativa. As competências do presidente deveriam ficar especificadas na lei. Em relação aos vice-presidentes havia quem sugerisse que eles fossem os presidentes das comissões especializadas.

Dado o peso imenso das Pequenas e Médias Empresas no nosso tecido produtivo, havia quem insistisse em que elas deveriam ter um representante específico; mas como haveria de ser designado? A creditação das organizações representadas punha problemas de forma. E, em relação ao regulamento interno, quem

haveria de o aprovar? O Governo, por decreto-lei, como em França? Ou deveria ser a Assembleia da República, o que tornaria qualquer ajustamento mais pesado de fazer? De qualquer forma, a proposta de regulamento deveria incumbir ao próprio CES. E quem faria a gestão corrente do Conselho? Eu defendi que fosse um funcionário permanente porque me parecia que o Conselho Permanente tinha muitas outras funções a desempenhar e eu sou a favor da extrema profissionalização das tarefas de gestão.

A preocupação de operacionalidade estava presente. A concertação social era imperiosa. Verificámos que os modelos adoptados nos outros países europeus eram muito variados. Nós pretendíamos a eficácia da participação da sociedade civil.

Nessa ocasião (1990), já só havia 900 comissões de trabalhadores no país; elas estavam, visivelmente, a perder estatuto e força negocial. Receávamos que pudesse vir a estabelecer-se um clima de tensão entre a comissão especializada de concertação social e o plenário do CES; havia que evitá-lo; mas a legislação não podia precaver tudo; muito repousaria no bom-senso dos representantes.

Deveria haver comissões especializadas “ad hoc” para promover consensos em matérias como a Educação, a Formação Profissional, a Saúde, o Ambiente? Ou os consensos deveriam ser conseguidos no seio das comissões especializadas?

Não gostaríamos que a representação caísse em segundas figuras das organizações representadas. Como evitá-lo? Os acordos promovidos dentro de cada comissão especializada deveriam ser definitivos e não ter de subir ao plenário. Se o fossem, qualquer processo seria alongado sem grande proveito para ninguém, em particular para os ministros que teriam de sustentar as discussões e que teriam de passar duas vezes pela mesma experiência. Isso era inconveniente.

A discussão varreu todos os aspectos possíveis de que nos lembrávamos. Mas deu resultado porque o Conselho Económico e Social já vai, neste momento (2015), com vinte e cinco anos de funcionamento e, que seja do meu conhecimento, a sua arquitectura institucional mantém-se inalterada.

*

Em 28 de Março, tive uma reunião com todos os Directores-gerais do Ministério para tratar da desburocratização sempre tão clamada e da constituição de cen-

tros de formalidades. Como sempre, havia os que gostariam de avançar e os que recomendavam cautela. A minha função era procurar o grau de elasticidade dos avanços possíveis e evitar vir a ter de dar razão aos excessivamente prudentes. Houve quem dissesse que o MPAT era o “ministério das grandes reflexões” que produzia muita informação que era complicado transmitir para fora. Muitas vezes era algo hermética só interessando aos “iniciados”; todavia, ela tinha, de facto interesse geral. Alguns defendiam a produção de manuais para o Cidadão, pelos próprios serviços; não tinham confiança nos tradutores (“traditori”)...

Mas havia quem receasse a constituição dos “centros de formalidades”! Apresentavam muitos riscos! Mas para os atenuar é que eu defendia que os funcionários se deveriam preparar adequadamente. Alertavam-me para o descrédito potencial dos centros. Eu insistia que se houvesse preparação e interconexão com os serviços relevantes, o risco diminuiria. Isso conduziu ao estabelecimento de uma rede de comunicações entre os serviços do MPAT, aguardando a oportunidade de o fazer em relação a outros.

Em alternativa foi sugerida a criação de centros de divulgação. A minha resposta foi de que deveriam ser ambos, porque havia muita gente a querer saber, mas havia também outros, dentro dos primeiros, que queriam decidir.

Nesse tempo, a rede ainda era meramente telefónica. O que se andou, em termos tecnológicos!... Ficou decidido que haveria, em cada direcção-geral, um “funcionário-antena” para coordenar a acção neste domínio.

Em relação à desburocratização foi sugerida a realização de cursos para os próprios funcionários. Eram eles os primeiros a travá-la por receios diversos. Perder poder ou trabalho... e outras ansiedades do género. No fundo, inseguranças!... Houve quem protestasse contra a burocratização induzida pela nova legislação que reclamava estudo e, portanto, cautelas... ou mais estudo!

Um campo inesgotável de desburocratização era a Administração Autárquica! Tinha que haver, simultaneamente, um esforço de simplificação da legislação (codificação, também, para tornar mais fácil a consulta) e outro de formação dos funcionários. Ficou decidido que desta última se solicitasse um esforço especial às Comissões de Coordenação. Isso foi feito. Há pouco tempo, soube que o responsável então designado na Comissão de Coordenação da Região do Norte, Dr. Ar-

mando Pereira, ainda hoje (2015) dá conselhos que parecem ser muito estimados pelas autarquias que a ele recorrem por nele terem confiança. Eu sei que se trata de um caso de exceção: doutorou-se na London School of Economics e sempre articulou o pensamento teórico com a prática. O certo é que nele têm confiança por ser muito competente. A competência não se dispensa! Não há reforma administrativa que passe sem ela e sem a sua descentralização.

Nessa ocasião, disseram-me que os Municípios tinham mais de 20 tipos de processos de licenças a passar. Isso exigia um conhecimento muito variado de quem, na maior parte dos casos, dispunha de poucos funcionários para o fazer. Tudo se concentrava num ou dois (os competentes...). Os outros só desempenhavam funções de verificação “maquinais”.

Houve quem dissesse que eu não deveria criar um órgão específico para a desburocratização. Esta teria de constituir um movimento em que todos os responsáveis participassem e que fosse animado em permanência pelo próprio ministro. Eu compreendi o alcance desta recomendação e aceitei-a. Era o que eu estava a fazer! Mas não podia delegar o encargo! O “combate” travava-se ao nível da formação e do estudo de cada tipo de licenças e dos processos com elas relacionados: toda a informação exigida era relevante? E seria utilizada? E seria difícil de obter e susceptível de quantificação? E poderia ser informatizada? Tudo isso tendo em vista a simplificação dos processos e a optimização dos seus custos.

Em relação aos centros de formalidades havia muito que debater, particularmente nas relações internas. Podia ser definido o rosto que o peticionário encontraria, mas, detrás dele, tinha de estar uma rede que conduzisse muitas informações de e para os locais certos. O que quer dizer que o processo tinha de ser muito bem preparado, antes de ser facultado o serviço.

Os “clientes” do Instituto de Investigação Científica Tropical eram de natureza diversa. Vinham através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e as perguntas respeitavam a pragas ou a doenças de que nós tínhamos conhecimento e os países tropicais não. Os pedidos eram sempre urgentes! Recomendiei que se demorasse o mínimo de tempo entre o MNE e o MPAT, o que foi estabelecido. Mas as perguntas chegavam sempre “en catastrophe”!

O Secretário de Estado da Administração Local tinha organizado a sua equipa com duas orientações: (a) a da área do ordenamento do território muito focada na Administração Central e (b) a da esfera da acção das Autarquias Locais. Em relação à última recomendei que se levasse a efeito uma meia-dúzia de casos-piloto distribuídos ao longo do território, para podermos tirar conclusões acerca da maior ou menor dificuldade da generalização dos processos.

Era preciso ter atenção para não criar burocracia para combater a burocracia. Eu preferia os pequenos passos dados dentro das organizações de que dispúnhamos e persuadindo-as a tornar fluídos todos os processos. O núcleo central, localizado no Ministério, deveria possuir o máximo de informação possível e estar apetrechado para a digerir. A avaliação do que fosse sendo feito era indispensável. Era imprescindível seleccionar as áreas para poder definir prioridades: as mais solicitadas ou as que mexiam com mais dinheiro? As primeiras visavam mais o Cidadão em geral; as segundas os campos que mais directamente impulsionavam o crescimento. Ambas eram politicamente sensíveis.

Nesta matéria está sempre presente a aplicação de novas tecnologias. Estas têm experimentado progressos inacreditáveis. Era preciso introduzi-las no sistema e conservar a abertura de espírito necessária para o fazer continuamente, o que reclamava a adopção de uma nova mentalidade pouco corrente na Administração Pública.

A ambição dos Centros de Formalidades tinha de ser estabelecida: Seriam meros centros de informação ou verdadeiros centros de decisão e, portanto, de co-responsabilização com os serviços cuja articulação era feita?

Em relação aos centros de formalidades do INSCOOP os problemas estavam tipificados. As solicitações dividiam-se em três grupos: i) Como constituir uma cooperativa?; ii) Como localizá-la?; iii) E como fazê-la funcionar? Os serviços tinham já preparadas as respostas para estes grupos de perguntas. Haviam mesmo elaborado um folheto sob a forma de uma banda desenhada, para poder alcançar públicos muito pouco letrados.

Incitei cada Direcção-geral a desenvolver internamente a sua própria equipa de desburocratização. O método seria questionar sistematicamente cada exigência

feita; o que não tivesse utilidade manifesta ou relevante seria dispensado. Mas a experiência mostrava que era grande o peso das exigências mútuas internas, dentro da própria Administração. Como sempre, o ministério que mais perguntas fazia e mais documentação exigia era o das Finanças. Compreendia-se porquê e sabia-se que a tradição era antiga. Mas tinha de haver alterações. Fiquei, naturalmente, de recolher os casos mais sensíveis para ser, eu próprio, o advogado da simplificação junto do meu colega. Era evidente que, em princípio, ele também estava a favor da desburocratização. Restava saber que cautelas lhes recomendariam os seus serviços para não se avançar com as sugestões formuladas...

Um outro departamento que, subitamente, ficou assustado com a “batata quente” que tinha nas mãos foi o do Ambiente. Foi quando verifiquei que “tudo influencia tudo”! Isso gera sempre o pânico! É preciso ser selectivo para ir resolvendo os problemas, que é o que se deve fazer nessas ocasiões. Lembro-me da informação que então foi dada. Para instalar uma unidade de piscicultura no Algarve era necessária a consulta a quinze (!...) entidades diferentes; o que correspondia a quinze licenças! Estimava-se em dois anos o tempo necessário para as obter... e nada garantia que uma delas não impusesse alterações ao projecto que as outras não aceitassem. Mas nunca consegui pôr os serviços a fazer reuniões conjuntas de todas as instituições potencialmente envolvidas para que tomassem uma decisão que a todos vinculasse. Cada uma queria “o seu tempo”. Por isso solicitei uma análise dos tempos médios de apreciação dos processos em cada “estação”. Só dessa forma poderíamos começar a propor uma racionalização dos processos. Era óbvio que a informatização se impunha com rapidez.

Houve quem me dissesse que a “vertente externa” seria a mais fácil; de onde eu deveria temer as maiores resistências era na frente interna! Eu suspeitava de que assim seria. Não sei se há alguma “Lei” da teoria da administração que o estabeleça, mas como contribuição para a formulação da mesma eu posso avançar com uma: “num processo de desburocratização as maiores resistências virão sempre de dentro do sistema a reformar!”... Di-lo quem tentou algumas vezes e ficou sempre insatisfeito com o grau de progresso conseguido.

*

Numa reunião sobre fogos florestais em 28 de Março com alguns dos meus colegas, houve um responsável que me disse que as crianças dos meios urbanos tinham uma ideia muito limitada do que era um pinheiro ou um eucalipto, como se plantam e crescem, quando podem ser abatidos e que contribuições dão para a riqueza do ambiente. Fiquei sempre com isso a matutar. Quando tive ocasião de propor a produção, na FLAD, do que me dizem ser a mais extensa publicação sobre temas de silvicultura em Portugal (a que faço referência noutro lado) logo tomei a decisão de incluir um volume que fosse um guia do jovem visitante da floresta, desejavelmente acompanhado pelos seus pais (4).

Foi nessa ocasião que me disseram que a colaboração entre bombeiros e técnicos florestais funciona melhor durante os fogos do que em qualquer outra ocasião ao longo do ano. Não é isso um indicador perverso?

*

Quando se trata de comemorações, antes de construir coisas novas, eu tenho sempre a preocupação de começar por ver o que se pode reabilitar por estar danificado ou mal aproveitado, dando vida nova ao que o tempo foi usando. Na reunião com os meus Secretários de Estado, em 28 de Março, passámos em revista o que que acabei por transmitir ao Vasco Graça Moura.

Seria bom darmos atenção redobrada às bibliotecas municipais, em alguns casos com acervos fracos. Os centros urbanos de muitas vilas e cidades antigas deveriam ser reabilitados; muitos beneficiavam de Gabinetes Técnicos Locais (GTL). O Instituto Geográfico e Cadastral dispunha de um património excelente, não obviamente do tempo dos Descobrimentos, mas, de qualquer forma, merecedor de divulgação. O Arquivo do Instituto de Investigação Científica Tropical é um “gigante adormecido” cheio de documentação à espera de quem a estude e divulgue. A constituição de um Instituto Universitário de Ciências e Técnicas do Mar constituiria um bom marco das comemorações. Já tinha havido uma edição do Prémio da Boa Esperança, atribuído aos Professores Pinto Peixoto e Carvalho Rodrigues; ele deveria continuar a ser atribuído como foi, de facto. Os projectos dos Parques

de Ciência e Tecnologia poderiam, muito bem, integrar as comemorações de um passado ilustre feitas com vistas para o futuro. O Observatório da Ajuda merecia bem um restauro material profundo e uma exploração consonante.

Como se pode ver, as ideias não deixavam de fluir. Sabíamos que nem todas seriam aproveitadas. Mas não deixávamos de falar sobre o tema, procurando motivos que nos fizessem tomar consciência das realizações passadas.

*

No Conselho de Ministros de 29 de Março fizemos a nossa habitual avaliação do que se havia passado no mês anterior, em matéria de Assuntos Europeus. Tinha havido uma grande reunião do Conselho da Europa que corra muito bem. Isso era importante por causa da integração na organização dos antigos países da Europa Central e de Leste que todos os Estados-Membros da Comunidade Europeia queriam atrair para a sua esfera de influência.

Havia sido preparado um memorandum sobre a presidência portuguesa que iria decorrer em 1992. Podem parecer exageradas as vésperas que fazíamos, mas não eram. Ele traduzia um rigor técnico muito expressivo e correspondia a uma imagem afirmativa do que queríamos para Portugal. Esta preocupação justificava-se particularmente, porque a nossa presidência iria ter lugar entre a da Holanda e a do Reino Unido, consideradas ambas como presidências fortes. Nós não poderíamos correr o risco de ser tidos como irrelevantes, entre parêntesis de dois membros que costumam desempenhar o seu papel com grande profissionalismo. Por isso, começou a ser desenhada uma comissão de natureza técnico-logística presidida pelo secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros para ir juntando peças para que tudo funcionasse bem. Ela seria complementada por uma comissão consultiva para a apoiar nos chamados “grandes dossiers”. Nós teríamos de coordenar a realização de cerca de 600 reuniões! Estava estimada uma área de cerca de 4.500 m² de área útil para a instalação do secretariado que deveria apoiar a Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus. Onde fazê-la? Foi então que surgiu a ideia do Ministro João de Deus Pinheiro para dar uma nova valência ao Centro Cultural de Belém, cuja história eu já contei noutro lado. Por isso, a fachada voltada para a Praça do

Império tem 14 gabinetes, um para cada primeiro-ministro, sendo o da esquina voltada para o Tejo reservado, desde o início, para o Presidente Mitterrand que seria o único Chefe de Estado a estar presente. Na gíria dos construtores ele passou a ser chamado “o gabinete do Mon Ami”, invocando a maneira como o Presidente Mário Soares costumava referir-se ao seu homólogo francês.

Foi decidido que a coordenação seria feita por um pequeno grupo. Se ele fosse grande só tornaria tudo mais complicado. Haveria, naturalmente, alguns conselhos informais de um ou outro sector. Eles não deveriam ter lugar todos em Lisboa. Seria uma boa ocasião para mostrar o país, porque iria haver transmissão televisiva europeia de alguns deles. Por isso impunha-se articular as decisões com os responsáveis do turismo. Tratava-se, em todos os casos, de operações logísticas de vulto, nomeadamente por razões de segurança.

Era preciso definir, quanto antes, os três ou quatro temas que estruturassem, estrategicamente, a nossa presidência. Isso passava-se no geral e em relação a cada sector. Não poderíamos deixar que tudo fosse considerado como importante, porque, então, nada o seria. Importava ter ideias claras em relação àquilo em que aplicaríamos as nossas energias. Quanto menos fossem, maiores seriam as possibilidades de ter sucesso. E a responsabilidade seria inteiramente do Governo, porque se tratava de assegurar a Presidência do Conselho de Ministros da Comunidade Europeia.

Os temas, obviamente, não poderiam ser somente os que mais interessassem a Portugal. Não os deveríamos esquecer, mas o Conselho era europeu!... Havia muitos temas gerais que seriam inevitáveis. O Uruguay Round (GATT); o mercado interno do automóvel, a conferência inter-governamental e o diálogo com o Parlamento Europeu; a escolha da sede da Agência Europeia do Ambiente, a que já fiz referência noutro lado; o alargamento; a reunificação da Alemanha e, no que mais nos tocava, o papel dos fundos estruturais europeus nessa operação, etc. Como se vê, não faltavam temas “quentes”. Mas já se admitia vir a falar nas redes transeuropeias de transportes (só aprovadas em 2014!), confrontando-se numa perspectiva minimalista que só procurava a “coerência” entre as redes nacionais (fosse lá o que isso fosse...) com outra mais robusta que pretendia mesmo resolver

os problemas (estrangulamentos) existentes e assegurar uma mobilidade franca em todo o território europeu. Foi esta a tese que venceu, mas que levou o seu tempo, dado que, entretanto, houve o alargamento e porque o assunto era muito político e não meramente técnico como alguns gostavam de fazer crer.

Ainda não estava escolhida a sede do Banco Europeu de Cooperação e Desenvolvimento (BERD). Mas nós não poderíamos visar tão alto! Ela foi para Londres e muito bem. Trata-se do maior centro financeiro da Europa.

Mas não foi somente da preparação da presidência portuguesa da Comunidade que se tratou. Já se assistia a um reforço da actividade económica no Centro da Europa. Era preciso mais esforços para que houvesse uma zona dinâmica a Sul (Portugal/Espanha/França/Itália). Estas coisas são mais difíceis de conseguir do que nós queremos...

A nós interessava-nos que as redes transeuropeias não fossem circunscritas aos transportes. A energia e as telecomunicações também deveriam ser incluídas, como o foram. Hoje (2015), elas estão dotadas com muito menos fundos do que os transportes, particularmente os ferroviários que, entre 2014 e 2020, levarão a maior parte do quinhão dos meios disponíveis.

Nessa reunião, eu fiquei encarregado de apresentar uma estimativa das nossas necessidades em matéria de fundos estruturais, o que fiz pontualmente.

Estimava-se que na reunião seguinte do Conselho, em Dublin, o Presidente Delors quisesse avançar no dossier da União Económica e Monetária, o que realmente veio a acontecer. Paralelamente, ter-se-ia de abordar o delicado tema do aprofundamento da união política que, como se sabe, avançou pouco.

Nessa ocasião, a expansão para Leste tornava o Parlamento Europeu muito reivindicativo em relação à sua intervenção. Sabia-se da vontade (que pesava muito) do Presidente Mitterrand de conferir maior peso ao Conselho, mas isso confrontava-se com a vontade do Parlamento.

Seguíamos com atenção a unificação monetária das duas Alemanhas. Ela seria feita na proporção de 1:1 (marcos) até certo montante dos depósitos. Havia uma diferença de produtividade enorme entre as duas partes; por isso teria de haver

um período de transição muito acompanhado. Sabia-se que o aumento dos fundos estruturais para apoiar especificamente a reunificação da Alemanha não seria fácil de obter, mas o montante global de então também seria difícil de manter; ir-se-ia pôr de novo a questão dos recursos próprios.

O que mais nos preocupava, nessa ocasião, era o afastamento entre os montantes dos compromissos e dos pagamentos. O Primeiro-Ministro costumava alertar-nos para a situação de “ter mais olhos do que barriga”. Começava a pairar um “rumor” inconveniente de que Portugal conseguia mais compromissos do que executava. Eu bem andava em cima dos que haviam prometido fazer, mas que estavam atrasados. As desculpas eram sempre muitas e muito criativas, como é costume. O pior é que havia uma grande competição em torno dos fundos estruturais e nós estávamos sob os olhos de muitos que achavam que nós tínhamos sido beneficiados. Não se tratava, na maior parte dos casos, de dificuldades materiais da construção; eram, quase sempre, dificuldades financeiras ligadas à formação da contrapartida nacional, em relação à qual há uma propensão recorrente para se ser optimista. No SIBR (Sistema de Incentivos da Base Regional) tinha havido uma “quebra” de 6 milhões de contos que, pura e simplesmente, não haviam sido executados! Uma clara situação de “mais olhos do que barriga”...

*

No dia 3 de Abril fui à Assembleia da República para intervir no encerramento do debate suscitado por uma interpelação do Partido Comunista sobre “questões comunitárias”, “com especial incidência nas circunstâncias políticas relativas à distribuição e aplicação dos fundos comunitários, à criação da União Económica e Monetária e à dimensão social do Mercado Interno”. O discurso que então fiz está publicado e figura também nas actas das Sessões da Assembleia. Por isso não o reproduzo aqui.

Independentemente dos aspectos políticos da intervenção, aquilo que eu queria focar era a importância que tinham tido os fundos estruturais para o desenvolvimento do país. Deveria fazer um breve resumo do que havia acontecido quanto às aplicações do FEDER. Mas tinha também de me referir ao balanço não-finan-

ceiro: esforços de organização, informação, mudança de atitudes... o balanço era muito positivo, tal como haviam sublinhado o próprio Presidente Jacques Delors e o Comissário Bruce Millan. Tínhamos avançado muito na adopção dos programas como instrumentos de agregação de projectos. Deveria fazer menção ao que se tinha passado com a reforma dos fundos na qual não havíamos perdido nada em relação ao já conquistado. Estávamos a atravessar uma fase crítica das negociações na qual depositávamos a maior confiança, face à experiência entretanto adquirida. Deveria sublinhar a importância de termos definido uma estratégia, com alguns elementos de risco, mas, sobretudo, muito bem fundamentada. Deveria, também, referir-me aos programas que estavam em preparação e aos instrumentos de acompanhamento e avaliação que havíamos definido. Tinha de dizer que as autarquias estavam envolvidas na gestão e no acompanhamento da execução do Quadro Comunitário de Apoio. Por ser um ponto sensível não podia deixar de me referir à linha de crédito prevista para apoiar as Autarquias na formação da sua contrapartida financeira, nomeadamente os adiantamentos previstos e feitos através de contratos e protocolos financeiros, naturalmente com as garantias e cauções que sempre se fazem em situações destas.

Foi um longo dia, em que tive de estar presente de uma ponta à outra do debate, dada a natureza transversal das funções que eu desempenhava.

Quem iniciou a interpelação foi o Deputado Rogério de Brito, bem informado em matérias europeias e sempre elegante na formulação das suas ideias. Ele dominava particularmente a legislação da Política Agrícola Comum, em relação à qual lhe ouvi observações muito ajustadas. Dava-se bem com o Ministro Álvaro Barreto com quem mantinha um trato muito urbano, sem deixar de defender os seus pontos de vista. Como é de regra, exagerou um tanto na forma como “pintou” as coisas: estávamos imersos num enorme vazio de informação; era preciso dar mais atenção ao Parlamento Europeu; havia uma interdependência assimétrica entre as economias dos Estados-membros; Portugal tinha aderido à comunidade na situação de economia mais atrasada; o “período de graça” estava a acabar e o Governo não tinha sabido geri-lo bem; não conhecia nenhuma estratégia global (havia, obviamente, o PDR); estávamos a acentuar o perfil económico tradicional;

o governo tinha uma visão excessivamente financista; não havia transparência; o capital estrangeiro estava a entrar sem barreiras e as privatizações só agravavam a situação; a política agrícola que estava a ser seguida parecia divorciada da nossa realidade socio-económica; eram precisos projectos para a expansão leiteira, para o arrendamento rural e para regulamentar o acesso dos pequenos agricultores aos fundos estruturais; o QCA iria condicionar o desenvolvimento do país e não beneficiava da participação das diversas forças; por isso queriam que lhes fosse garantida maior intervenção nos temas comunitários; chamou a atenção para a errada afectação do Fundo Social e acabou clamando pela instituição imediata das regiões administrativas. Como se vê pelo tom, eram só desgraças! Eu não gostava nada de ouvir o PCP a defender a criação das regiões administrativas. Dentro do PSD havia uns poucos que diziam que eles o faziam porque sabiam que iriam dominar a Região do Alentejo e a partir dela o país! E muitos acreditavam! Suponho que, nos nossos dias (2015), já ninguém tem medo do “papão”... Mas, naquela altura (1990), ainda se olhava com muita suspeita para o estilo de actuação do Partido Comunista.

O Governo tinha encarregado os Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Planeamento de sustentarem a discussão. Os outros partidos também intervieram, naturalmente.

O CDS estava preocupado com o défice democrático e com a conciliação de uma moeda forte (o ECU) com a contenção da inflação. O sistema monetário europeu merecia-lhes cuidado. E achavam que nós mantínhamos um maquinismo de “gestão perdulária” do orçamento!

O PS queria saber como via o Governo a concretização de uma união federal. A questão dos poderes dos três órgãos comunitários (Parlamento, Conselho e Comissão) vinha sempre à baila.

O partido interpelante (PCP) voltou a defender mais poderes para o Parlamento, mas à custa da Comissão e não do Conselho que deveria ser forte.

Os Deputados do PCP intervieram em quantidade. Lamentaram que a coesão económica e social tivesse deixado de representar um objectivo principal o que, obviamente, não era verdade.

O PS insistiu muito na Carta Social Europeia, como era seu costume.

O PRD entrou em minúcias relativamente ao SIBR e ao SIFIT. E queixou-se de que o Governo não os ouvia como devia.

Alguns aproveitaram para fazer perguntas concretas. Um Deputado do Algarve quis saber o que se passava com o financiamento da Via do Infante. Tinha que dar mostras de que se interessava por coisas tangíveis. E outro do Alentejo perguntou pela Barragem do Alqueva.

Foram todos devidamente esclarecidos.

*

Além de serem abordados na última reunião de cada mês do Conselho de Ministros, os Assuntos Europeus eram tratados sempre que havia matéria para decisão ou para reflexão.

Em 5 de Abril começámos a falar nas reformas estruturais profundas que a constituição da União Económica e Monetária (UEM) implicava. No, então recente, relatório Delors sobre a coesão tínhamos ficado confortados com as decisões, mas verificámos que queria abordar as questões da UEM em conjunto com os fundos estruturais e o fundo de coesão. Isso reclamava de nós uma atenção redobrada ao que se iria passar.

Nessa ocasião verificou-se que a ex- RDA era menos desenvolvida que Portugal, em termos de paridade de poder de compra. Isso tornava essa parte da nova Alemanha elegível para os fundos estruturais, ao abrigo das mesmas regras que nós tínhamos. E, dadas as dimensões do problema, era certo que iriam ser absorvidos muitos meios. Por isso nos preparámos para recomendar um aumento daqueles fundos e dos recursos próprios da Comunidade.

Ao mesmo tempo, assistia-se a uma grande ofensiva por parte dos Deputados do PS em relação às questões comunitárias. Mas estavam a fazê-lo sem estudar os temas a fundo o que tornava fácil responder-lhes. Eu não deixei de ficar perplexo por ver que o principal partido da Oposição, que haveria de ser governo mais tarde ou mais cedo, apresentava fragilidades de conhecimento de uma matéria que era para nós da maior importância.

Não é simpático dizê-lo, mas os nossos partidos políticos precisam de manter activos e competentes os seus gabinetes de estudo. Sem o fruto de um trabalho aturado, os seus Deputados só poderão “dar palpites”.

Nesse mesmo Conselho tratou-se do Serviço Militar Obrigatório. Estava em curso uma reestruturação profunda das Forças Armadas. Previa-se para Julho seguinte a apresentação ao Governo de um relatório sobre a matéria. Nesse ano, tinham sido inspeccionados 90.000 mancebos dos quais 40.000 tinham sido chamados para instrução militar. Nessa ocasião, pensava-se que o serviço militar deveria constar de um módulo obrigatório, para todos, de cerca de quatro meses, seguido de um módulo facultativo, com articulação com a formação profissional e conferindo, no final e após provas, um cartão profissional. Sabia-se que tinha de haver uma grande mudança. Como digo noutro lado, eu não aprovei a solução que acabou por ser dada ao problema.

*

Em 6 de Abril de 1990 recebi, no meu gabinete, o Senhor Chaban-Delmas, na altura Maire de Bordéus, mas uma “lenda” da França. Homem da *Resistência*, tinha sido Presidente da Assembleia Nacional e Primeiro-Ministro, mantendo-se sempre no seu cargo de Maire, como a permissão do “cumul de mandats” autoriza, durante 48 anos! Era de uma vivacidade impressionante, apesar de já não ser nenhum jovem. Ficou muito admirado por eu conhecer tanta gente que exercia funções à volta dele... Tinham sido as minhas funções de presidente da CRPM que explicavam tantas relações na esfera regional e universitária... além de eu gostar sinceramente de Bordéus, para onde emigraram tantos judeus portugueses e de onde eram naturais os irmãos Pereire, os grandes empreiteiros do Barão Haussman. Ele não sabia que eles eram de origem portuguesa!

No almoço que, a seguir, o Presidente Mário Soares lhe ofereceu fiquei ao lado da senhora Chaban-Delmas. Era conhecida a sua distinção. O que eu pude apreciar, também foi a sua curiosidade inesgotável acerca de Portugal. Tinha-se preparado para a visita e aproveitou o facto de eu ter respondido às primeiras perguntas para fazer mais um cento... No final insistiram os dois para que eu fizesse uma visita oficial a Bordéus. O que nunca veio a ter lugar...

*

No dia 9 de Abril tive uma reunião com a Associação Portuguesa dos Industriais de Madeira (APIM). Eles sabiam do meu interesse pela preservação da floresta e pela luta contra os fogos florestais e por isso haviam solicitado a conversa. O presidente começou por afirmar que a prevenção era mais fácil do que a luta, do que eu me permiti discordar. Infelizmente, quem tinha razão era eu. Passados 25 anos ando à volta das complexidades da primeira, tentando remover dificuldades básicas como a execução expedita do cadastro da propriedade florestal e a definir o conteúdo de uma nova profissão que se poderá vir a chamar “gestor florestal” ou “gestor do espaço rural”... Quanto à segunda as complexidades que subsistem são diversas das que atacávamos naquele tempo; hoje, não é por falta de equipamento sofisticado que os incêndios se expandem!... Achavam que as brigadas florestais eram fundamentais, por terem uma experiência mais especializada do que os bombeiros. Queriam que se usassem mais brigadas para a vigilância dos bosques. Propunham a contratação de muitos mais guardas florestais, especialmente de “rondantes” (os que fazem a ronda). Mas isso não era financeiramente praticável. Queriam mais torres de vigia dotadas de meios de comunicação eficazes. Invocaram a experiência escandinava da limpeza das matas que era praticada largamente, ao contrário da nossa, nomeadamente por esta se encontrar muito “desagregada”. Insistiam na construção de aceiros que já vínhamos a praticar e na concretização de muitos reservatórios de água. Lamentaram-se da falta de associativismo dos produtores, o que se mantém ainda, com raras exceções, aliás, bem-sucedidas. Reclamavam a intervenção na vigilância das Forças Armadas. Como se isso não tivesse custos!... É sempre intrigante, para mim, ouvir propostas de privatização das receitas e de socialização dos custos!...

Mas havia numerosas coisas em que estávamos de acordo: o descuido e a negligência nos comportamentos (fogos de artifícios, atear fogos em campismo ou em *picnics*, fumar nas matas ou em estradas que as atravessam); a necessidade de formação de bombeiros, nomeadamente em técnicas de rescaldo; a sensibilização feita nas escolas, nas igrejas, nos recintos desportivos... Chamaram a atenção para o facto de os incêndios florestais terem começado após as grandes

levas de emigração dos anos 50 e 60. É verdade, porque até então as matas eram roçadas periodicamente para obtenção de material para a “cama do gado”! Indispensável, por sua vez, como fertilizante dos campos. No fundo, reconduzindo à questão da gestão do espaço rural. Insistiram na plantação de folhosas no que eu estou de acordo. Mas esta não pode ser feita de modo aleatório. Temos de olhar para a floresta numa perspectiva de longo-prazo, instalando matas que tenham um período de exploração largo (30 anos e mais) e escala adequada à introdução de práticas de gestão adequadas.

Falaram no redimensionamento da propriedade florestal. Ela dificilmente acontecerá. Eu contentar-me-ei com o redimensionamento da gestão florestal, mantendo-se em larga extensão a estrutura fundiária. Estou hoje (2015) confiado em encontrar fórmulas praticáveis para motivar os proprietários florestais, particularmente do minifúndio disperso, a olhar para as suas matas de um modo mais moderno e a sugerir aos poderes públicos instrumentos mais motivadores para estimular os donos da terra (absentistas e não absentistas) a não as deixarem incultas e, portanto, muito vulneráveis.

O que me impressiona quando compulso estas notas que, então, tomei é que o seu conteúdo é exactamente o que eu oiço, como recomendações, nas reuniões em que agora participo. O que é que nos faz ser tão abúlicos?... E tão fatalistas?... E tão falhos de vontade?...

*

Em 9 de Abril tive uma reunião de despacho com o presidente do INE, Prof. Manuel Vilares. O ponto principal era preparar a primeira reunião do Conselho Superior de Estatística que iria ter lugar no dia 20 de Abril. O discurso que, então, proferi e que está publicado foi combinado naquele dia.

Importava sublinhar a importância da reforma acabada de fazer e o facto de estarem, pela primeira vez, representadas, numa instância do sistema, entidades da sociedade civil. A ligação ao mundo real e especialmente ao económico era de salientar. A estatística tinha custos e por isso, era adequado que se enaltecesse o seu papel como instrumento de progresso. Mas o SNE não se deveria limitar a

publicar números; deveria fazer estudos de análise, interpretações, explicações e levantamento de problemas. O nosso programa de actividades deveria ser do conhecimento público e articulado com o EUROSTAT e com os outros onze membros da Comunidade Europeia. Dessa forma o INE deixaria de ser um mero produtor de resultados primários para passar a publicar produtos derivados sintéticos, adequados às necessidades dos utilizadores. Deveria fazer menção especial aos sectores da Saúde e da Educação que iriam ser objecto de atenção e, por isso, absorver meios públicos expressivos.

Já fora da preparação daquela reunião, abordámos um tema em relação ao qual ambos tínhamos sido alertados. Havia pessoas que insistiam em que, no próximo Censo, se incluísse uma pergunta sobre religião. Ela não poderia ser de resposta obrigatória, mas facultativa. O Censo não poderia conter nenhuma pergunta obrigatória de carácter político ou religioso. Decidimos incluir uma questão facultativa sobre religião no inquérito-piloto que iria ser feito antes do Censo. Depois se veria como se haveria de proceder em relação ao próprio Censo.

*

No dia 11 de Abril reuni com a Secretária de Estado da Modernização Administrativa para tratar da criação dos Centros de Formalidades das Empresas que tão bons resultados haveriam de dar. No PDR tinha ficado uma recomendação visando a promoção da modernização da Administração Pública. Ela queria operacionalizá-la, nomeadamente através da formação dos funcionários; isso seria feito com auxílios do Fundo Social Europeu. No que respeitava à investigação sobre a Administração Pública, na qual instituições como a Fundação Getúlio Vargas são excelentes, ela não estava a conseguir que o INA (Instituto Nacional de Administração) desenvolvesse qualquer acção; achava que ele se estava a limitar às funções de rotina. É nestas coisas que conta muito a personalidade e a energia de um chefe e a vontade de se afirmar no lugar. Quando já se atingiu o topo de uma carreira e não há muito mais a demonstrar, a tendência é para não ousar. E nós precisamos muito de quem ouse...

*

No Conselho de Ministros de 12 de Abril o Ministro da Saúde fez um relato do que se tinha passado numa conferência realizada em Londres sobre droga, sob os auspícios das Nações Unidas. Era assustador o que se passava na Europa em relação ao tráfico e ao consumo de cocaína. Os três tipos de actuação possível eram a prevenção, o tratamento e a readaptação. Mas havia quem dissesse que tudo se deveria concentrar na primeira, porque as duas últimas não conduziam a resultados seguros. Uma vez entrado naquele mundo, o consumidor estava perdido e não era sensato estar a afectar dinheiros públicos em instrumentos caríssimos e duvidosos.

O principal objectivo da reunião de Londres tinha sido a harmonização da legislação. O tema foi debatido, tendo-se concluído pela necessidade de reforçar o projecto VIDA já em curso.

Entre muitas outras coisas nesse Conselho foi analisada a evolução da execução orçamental. A recolha dos impostos não estava a decorrer a contento e as despesas correntes tinham disparado, nomeadamente por causa das Autarquias Locais que dispunham de meios e estavam a usá-los para contratar pessoal novo. Ao contrário da Administração Central que tinha sido limitada quanto a esses meios e se via a braços com solicitações acrescidas. Foi aventada a hipótese de fazer um apelo à poupança junto das Autarquias; eu não acreditava na eficácia do mesmo. A acção teria de ser indirecta. Em Concelhos quase sem actividade económica, o Município é um empregador importante, pelo menos para certas categorias de funcionários. E a pressão que se exerce sobre o Presidente da Câmara é enorme! Tornava-se necessário protegê-lo, através de legislação muito rigorosa. A resposta verdadeiramente eficaz é a que corresponde ao desenvolvimento económico criador de empregos que aliviem aquela pressão. Mas mesmo isso não dispensa a existência de regras muito claras que relacionem o número de postos de trabalho com os recursos disponíveis. Se a Câmara quiser cobrar taxas locais para criar empregos locais, isso será da sua responsabilidade. Agora, orientar o fruto de impostos nacionais para essa criação é que merece as maiores dúvidas.

Nesse Conselho também se tratou de privatizações. A Lei-quadro correspondente tinha sido publicada havia uma semana. Estavam prontos os decretos-lei que

regulamentariam a privatização da UNICER e do Banco Totta. Em preparação encontravam-se os relativos à CENTRALCER, à Transinsular e ao Banco Português do Atlântico. Tinham passado quinze anos sobre a nacionalização. Já muito poucos tinham dúvidas acerca do desastre que ela significou. A CIMPOR viria a seguir.

*

O tema das instituições financeiras preocupava-nos. Por isso, no Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos de 17 de Abril, retomámos o assunto. Para enquadramento da discussão dispúnhamos do trabalho da Comissão presidida pelo Dr. Silva Lopes e da chamada Lei Sapateiro. Havia, ainda, a nova lei orgânica do Banco de Portugal, o novo diploma sobre o regime cambial, o livro branco sobre o sistema financeiro, o novo enquadramento das instituições de crédito e o novo regulamento do sistema financeiro.

A União Económica e Monetária que se aproximava, implicava entre outras coisas a liberdade de circulação financeira e uma independência acrescida do Banco Central. Estávamos a mover-nos num sistema sensível que reclamava as maiores cautelas.

As sociedades de “leasing” e de “factoring” viriam, sem dúvidas, a ser objecto de concessão, mas, em relação ao estabelecimento de novas seguradoras em Portugal, entendíamos que se deveria avançar com prudência.

Era claro que se teria de alterar, adaptando-o às novas circunstâncias, o regime legal das Sociedades de Desenvolvimento Regional (SDR) e das Sociedades Financeiras de Corretagem. Passados estes anos, é curioso ver a sorte diversa que elas tiveram.

Eu estava muito interessado nas SDR, com as quais contava para o financiamento das numerosas acções que eram necessárias para o arranque das zonas do interior. Mas havia, internacionalmente, uma experiência escassa acerca da sua operação. Era certo que a concorrência financeira de outro tipo de instituições mais experientes não fazia augurar-lhes um futuro muito auspicioso. Poderia suceder que elas tivessem uma sorte semelhante às Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM), em que algumas foram localmente activas, mas a maior parte irrelevantes.

tes. Temíamos que viessem a “cair no colo” do Governo e do Banco de Portugal. Talvez fosse mais interessante reconfigurar o seu modelo, limitando o apoio público a conceder-lhes. Ou, então, reforçar a acção do NORPEDIP e do SULPEDIP, nessa ocasião já em operação e com alguns resultados positivos.

A verdade é que, passados estes anos todos, não se manifestou interesse, por parte de investidores privados, em constituir instituições de crédito, especificamente orientadas para o desenvolvimento das parcelas mais remotas do território. Em relação às sociedades de investimento os problemas não eram menores. As iniciativas detectadas correspondiam a tentativas de constituir novos bancos privados. Na realidade, tudo o que elas podiam fazer, também os Bancos o faziam. Por isso a concorrência dos Bancos era enorme. Alvitrou-se fazer algumas alterações de natureza técnica, não autorizando a constituição de nenhuma nova SI, sem isso estar concluído. Havia numerosos pedidos para a sua transformação em bancos e isso não era julgado como conveniente. O perigo era semelhante ao do das SDR: irem parar ao regaço do Banco de Portugal...

Mas, além da forma institucional das novas instituições financeiras, do que nós estávamos carecidos era da falta de ideias arrojadas e de bons projectos. Se os houvesse, os bancos existentes eram capazes de responder às necessidades de financiamento correspondentes.

Pôs-se a hipótese de fazer evoluir as SDR para Sociedades de Capital de Risco. O que neste particular, nos preocupava mais era o caso da SOSET (Península de Setúbal), não por ela ser uma SDR, mas antes pela zona muito especial onde exercia a sua actividade.

Por outro lado, comparava-se a nossa situação, menos dinâmica, com outros casos estrangeiros, em que a fórmula das SDR tinha dado resultados positivos. Mas acabar com elas por razões políticas seria muito negativo.

Em relação às CCAM a situação não era tão negativa como os financeiros faziam crer, porque os bancos não gostavam de emprestar dinheiro aos empresários agrícolas, a menos que se tratasse dos muitos grandes. A desculpa era de que emprestar aos agricultores não era rentável para a banca comercial. Assim, as CCAM desempenharam o seu papel num vazio relacionado com a escala das ope-

rações que estavam em causa; a capacidade dos quadros das CCAM era muito desigual. O Ministério das Finanças tinha uma visão muito negativa acerca das Caixas porque o número de irregularidades verificado era muito grande. Por isso, recomendava que se começasse pela Caixa Central, garantindo-a de quadros competentes, o que veio a acontecer posteriormente. Mas, nessa ocasião, os créditos mal parados ou mal concedidos davam às Caixas uma imagem desgraçada. Assentámos em que se deveria impor uma disciplina muito rigorosa para poder contar com este instrumento cuja proximidade dos beneficiários era interessante. Assim, regras, “staff” devidamente preparado e maior contacto com o seu público preferencial deveriam ser os pontos em que se teria de insistir.

O Primeiro-Ministro entendia muito bem a dimensão do que estava em causa. Em matéria institucional a reputação das pessoas que estavam à frente das instituições era de uma importância crucial. Nós tínhamos andado muito, desde 1980! Esperava-se que fizéssemos alguma pedagogia num meio que reclamava diversidade institucional e que estava habituado a uma grande monotonia de processos. Tínhamos a consciência de que a falência de uma sociedade financeira acarretaria grande turbulência entre depositantes, clientes, funcionários e muita outra gente. Nós estávamos a atravessar uma fase em que os banqueiros eram poucos, quando precisávamos de que fossem muitos e muito criativos!

A componente institucional financeira é determinante num processo de desenvolvimento. Nós gostaríamos de que ela fosse muito diversificada, mas também muito competente, dinâmica e merecedora da maior confiança.

*

Em 1990, a Célula de Prospectiva da Comissão Europeia produzia relatórios muito interessantes e alguns dos seus membros participavam em encontros e debates onde eram analisados cenários possíveis para a evolução da Comunidade, da Europa e do Mundo. Era um conjunto de peritos admiráveis, dispondo de informação imensa que articulavam sempre com inteligência e criatividade. Em 20 de Abril, soube que, tal como eu havia proposto, o nosso Departamento Central de Planeamento tinha sido designado e aceite como o nosso interlocutor com a Célula. Passados uns tempos, o DCP passou a ser designado como Departamento de Planeamento e Prospectiva (DPP).

*

Já em 1990 se ouvia a queixa, nos corredores em Bruxelas, de que a Comunidade Europeia estava subjugada ao bloco franco-alemão. Veio isto a propósito da construção da União Económica e Monetária a que, nessa ocasião, se chamava o 13.º trabalho de Hércules!... Iria haver em Maio um Conselho Europeu Informal em Dublin. O ponto principal era analisar as consequências da reunificação da Alemanha. Havia as três seguintes alternativas operacionais: i) ou a RDA era considerada como um país terceiro, mas sem fronteiras com a RFA; ii) ou se considerava a RDA como já integrada na RFA, mas com restrições; iii) ou a RDA estava já em união plena com a RFA e era, portanto, parte da Comunidade Europeia. A discussão interessava-nos muito directamente. Estava em causa atribuir à RDA fundos de pré-adesão, tal como nós tínhamos beneficiado. Mas a França queria mais; deveria haver acesso aos fundos estruturais; mas, perguntava-se, já ou só após 1992, quando da discussão dos novos Quadros Comunitários de Apoio? Não estava, então, nada claro o conjunto de consequências que a reunificação implicava. Só uma coisa estava certa: a RFA queria que tudo fosse rápido e eficaz. Ainda se discutia, em fins de Abril de 1990, se se deveria ou não salvaguardar garantias, explicitando-as ...

Em relação aos países da Europa de Leste tinha de se garantir que não haveria concorrência desleal baseada em salários baixíssimos. Não se poderia pôr em causa o equilíbrio interno da Comunidade, tal como a conhecíamos, então.

A europeização da Defesa era de uma grande apetência para o eixo franco-alemão. Iria realizar-se em breve uma conferência da CSCE (Commission on Security and Cooperation in Europe). Era preciso que a sua preparação fosse feita em conjunto pelos 12 membros da Comunidade que eram os que, na altura, existiam. Nessa ocasião estavam em pleno curso as reformas institucionais: a concretização do Acto Único, o alargamento do processo de maioria; o reforço do papel da Comissão e do seu presidente, o reforço do Tribunal de Justiça, a prática de maior co-decisão com o Parlamento Europeu e de maior intervenção da sua parte até à capacidade de veto; os Direitos do Homem; a política externa comunitária comum, em vez da política externa comum aos doze, a Defesa e a Segurança... tudo coisas que hoje nos parecem terem sempre existido. Mas não foi assim! Tudo foi construído, pedra a pedra.

Nós tínhamos consciência de que só contávamos no Conselho de Ministros. Nos outros órgãos tínhamos pouco peso. Por isso importava a definição da chamada minoria de bloqueio; teria a oposição de ser de 3 ou de 4 Estados-membros?

A aplicação do princípio da subsidiariedade era para nós muito importante. Por tal entende-se a passagem da capacidade de decisão para um nível de decisão superior (nesse caso o comunitário) somente dos assuntos que não puderem ser resolvidos a um nível inferior (nesse caso o nacional). É um princípio tomista com ampla aplicação em todas as organizações. Para nós importava que ela passasse a ser uma regra “de facto”.

Tudo isto se discutia nas últimas reuniões de cada mês do Conselho de Ministros. As notas anteriores respeitam à reunião de 26 de Abril.

Nela eu dei conta de como estavam a avançar os diversos programas em cuja negociação eu intervinha: o CIENCIA não estava a oferecer dúvidas; em relação ao PRODEP estava fechada a negociação, aguardando-se a decisão; todos os programas regionais tinham sido enviados para Bruxelas, começando-se a negociação daí a duas semanas; o PEDRAA estava em processo de decisão; os projectos de telecomunicações rurais tinham seguido já para Bruxelas; estavam pendentes as infra-estruturas turísticas, tendo eu já tido sessões de trabalho com os Secretários de Estado da Cultura e do Turismo; o SIMC estava pronto para ir a Conselho de Ministros, aguardando-se por umas pequenas modificações propostas pela CCP em relação às aplicações relevantes; o projecto do gás natural teria decisão na semana seguinte; estavam em ultimção o PROTED, o RENAVAL e o dossier relativo às redes transeuropeias.

Foram, ainda, passadas em revista as transposições da legislação comunitária. Tinha de se fazer um enorme esforço para as manter em dia. De qualquer forma, não sendo dos primeiros nunca fomos dos do fim da lista!...

A questão das instalações que seria preciso mobilizar para a realização da presidência portuguesa fazia parte dos alertas do Ministro dos Negócios Estrangeiros. O Primeiro-Ministro insistia sempre na importância de assegurarmos uma boa coordenação interna do processo de integração. Por isso lhe dedicávamos tanto tempo. Em relação ao princípio da subsidiariedade ele acalentava, então, a espe-

rança de que ele viesse a fazer parte dos princípios incluídos nos tratados. Insistia com os diversos sectores para não se atrasarem na transposição das directivas; por serem as mais numerosas, as que estavam em maior espera eram as relativas aos domínios da agricultura, da saúde e das finanças; tinham de fazer um esforço especial para “deglutir” tanta norma!... Perguntava, muitas vezes, pelo andamento das obras no Centro Cultural de Belém; para os que não são engenheiros civis dá ideia de que as obras nunca saem das fundações; mas uma vez chegadas ao nível do solo elas brotam rapidamente... foi o que aconteceu e tudo esteve pronto a tempo!

Na discussão acerca da Coesão Económica e Social, já nessa ocasião estava patente que a Grécia era um mau utilizador dos fundos estruturais (beneficiámos disso algumas vezes...), que não conseguia compor facilmente as contrapartidas nacionais e que frequentemente fazia chantagem. Foi preciso esperar por 2015 para ver todos estes indícios em “tamanho natural”. A Espanha precisava muito do auxílio dos fundos estruturais, mas queria sempre figurar entre os grandes ... numa posição mais de Filipe II do que do Quixote (5). Tínhamos a segurança de que a coesão figurava como um dos objectivos dos Tratados em paralelo com o Mercado Interno. Era um propósito permanente e não transitório!

*

A primeira cimeira do Conselho Europeu em Dublin, em 1990, foi no dia 28 de Abril. Já me referi à sua preparação. No dia 3 de Maio soubemos como tinha decorrido o que mais nos preocupava que era a reunificação da Alemanha e as relações com os países da Europa de Leste. Em relação à primeira, a decisão foi proceder por etapas. Na primeira, que se admitia vir a durar um ano e meio, teria lugar a união formal da RFA e da RDA. Na segunda, entrar-se-ia numa etapa de transição durante a qual estariam em vigor algumas derrogações às directivas dos tratados. E na terceira, processar-se-ia a integração total da RDA na Comunidade Europeia. Na primeira fase, a Comunidade acompanharia a Alemanha. Os alemães haviam dispensado as ajudas de pré-adesão a que me referi noutra lado. Mas insistir-se-ia em empréstimos do Banco Europeu de Investimento. A segunda fase, seria uma transição clássica, tal como aquele que nós próprios estávamos a viver nos

sectores da Agricultura e da Indústria. Dar-se-ia uma atenção especial aos compromissos que a RDA tinha em relação ao exterior. O resto era a aplicação do chamado “acquis communautaire”, o acesso aos fundos estruturais e a questão do ambiente que se revelava de uma sensibilidade extrema. Uns anos depois e noutra capacidade, tive ocasião de visitar, próximo de Leipzig, uma extensíssima zona de exploração de lenhites pobres que eram a única fonte de energia de que dispunham. Tratava-se de muitos milhares de hectares de paisagem lunar que iriam custar muito dinheiro e muito tempo a recuperar.

Em relação aos países da Europa de Leste, não se punha em causa nenhuma das regras da concorrência vigentes nem seriam permitidos acordos unilaterais. Tudo tinha de ser resolvido no quadro da Comunidade.

*

As negociações com Espanha devem ser constantes, porque as condições que um dia ditaram um acordo podem ir variando. A repartição de recursos hídricos transfronteiriços tinha sido feita com base apenas em dois parâmetros: a queda e o volume dos caudais. Uma vez feita a divisão não se falou em mais nada: nem na qualidade da água, nem no regime de escoamento, nem em quaisquer outras variáveis. Algumas vezes sucederam cheias severas no Douro e no Tejo, porque se esvaziaram rapidamente albufeiras cheias em Espanha. Por outro lado, sabia-se que o caudal médio do Tejo tinha baixado de 12.000 milhões de metros cúbicos para 9.000 milhões. Nós temos de ter sob observação tudo quanto possa passar-se a montante e levar as questões à Comissão de Limites que hoje trata de muitas outras coisas. Mas a informação é fundamental para justificarmos as nossas posições. Por isso, há que reuni-la, incumbindo alguém de o fazer.

*

No princípio dos anos 90, a penetração comercial italiana, em Portugal era de um dinamismo invulgar. Cerca de 24% do nosso défice comercial tinha a Itália como responsável. Eram produtos acabados, mas, sobretudo, bens de equipamento que não se revelavam tão robustos como os alemães, contudo, suficientemente inovadores para aguentarem até à próxima mudança de tecnologia. E havia, obviamente, os carros...

Nós bem queríamos atrair o investimento dos empresários italianos para Portugal. Tínhamos conseguido os Merloni, a quem já me referi, mas não havia muitos mais. Para nosso escândalo, o grande projectista de automóveis Pino Farina tinha vindo a Portugal, mas as nossas associações não o receberam. Vá lá saber-se porquê?

Mas nós recusávamos, nesse mercado, sermos considerados como um mero apêndice da Espanha. Sabíamos que eles tinham muito interesse em África: primeiro em Moçambique e depois em Angola. Em relação a Moçambique a acção chegava a envolver instituições religiosas católicas!...

Fui incentivado a procurar fortalecer as nossas relações científicas e tecnológicas com instituições italianas. Sabia-se das minhas boas relações com os ministros da Ciência italianos e por isso queriam que eu as estreitasse.

*

Em Maio de 1990, o Ministro das Finanças pediu a compreensão dos colegas para a necessidade de uma grande contenção nas despesas correntes. E a mim, em especial, solicitou-me uma acção de persuasão das Autarquias Locais para que refreassem os seus gastos. Das Regiões Autónomas é que não havia nenhum sinal de austeridade. Sem o esforço de todos seria difícil assegurar o equilíbrio das contas públicas. Era certo que nós não queríamos fazer qualquer espécie de cortes no rendimento real das famílias. Por isso, só nos restava a contenção das despesas públicas. A seguir veio quem não pensava desse modo!...

O Ministro das Finanças gostava de se ver como o “guardião dos contribuintes”!...

*

A informatização dos Serviços da Administração veio trazer melhorias de resposta antes inconcebíveis. No Conselho de Ministros de 17 de maio, o Ministro da Justiça referiu que, no seu ministério, o processo estava a correr bem e como exemplo da mudança radical de resultados referiu que o registo de uma sociedade demorava, até ali, cerca de sete meses. Depois da informatização levaria 24 horas!

*

A tempo de serem tomadas decisões sobre a via a seguir – proposta de lei ou autorizações legislativas – em despacho com o Secretário de Estado da Administração Local, em 21 de Maio de 1990, fizemos o rol do que estava pendente: i) A nova lei dos baldios; havia duas propostas diferentes, ambas de Deputados do partido do Governo, o que complicava as coisas; ii) Código das Expropriações; iii) Lei dos solos; iv) Loteamentos, assunto que alguns juristas achavam ser necessária uma autorização legislativa; v) Lei das Finanças Locais; vi) Empresas Públicas Municipais; vii) Regime das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto; viii) Lei regulamentadora da criação de Freguesias; ix) Idem para as Vilas e Cidades. Como se pode ver, o trabalho não era brando!

*

No Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos de 22 de Maio de 1990 tratou-se do projecto do gás natural, o qual já tinha sido objecto de análise. Como era de regra, o tema foi apresentado pelo ministro da tutela, neste caso, o Eng. Mira Amaral, Ministro da Indústria e Energia. Fazia-o sempre com competência. Começou por se referir aos aspectos ambientais: os Estados-Unidos estavam a reconhecer a importância dos aspectos ambientais no sector; e a URSS a reconhecer a importância do mercado; a OPEP queria que a procura de gás lhe aparecesse estável e segura e o Japão estava muito preocupado com o ambiente. Dizer isto vinte e cinco anos depois mostra bem as voltas que o mundo deu... Mas todos, já então, concordavam que o gás natural era uma excelente solução para os problemas com que nos defrontávamos; era, especialmente, uma tecnologia limpa! Nessa altura, a Comunidade Económica Europeia era responsável por 13% das emissões poluentes; não era o maior poluidor, mas representava, seguramente, o mais consciente e aquele para quem mais se olhava à espera de inovação.

O projecto de gás natural, em Portugal, era um projecto arriscado, debaixo do ponto de vista financeiro. Mas não se deveria enveredar pela criação de uma empresa pública para o levar a cabo; não deveria ser o Estado a assumir o risco inerente e a promover o projecto. Tinha-se obtido uma ajuda comunitária para o

fazer, mas ela seria logo transferida. Deveria ser uma empresa privada escolhida em função de um concurso internacional. O gás natural não seria para viabilizar um só sector; deveria fazê-lo em relação a todas as empresas que o pudessem consumir. E tudo isso com o mínimo de riscos para o Estado.

O Governo tinha assegurado em Bruxelas que o projecto seria declarado como tendo interesse europeu. Beneficiaria de apoio do programa REGEN, que apoiava infra-estruturas energéticas. Estavam reservados 300 MECU para Portugal, Irlanda e Grécia. Nessa altura, faltava fazer as chamadas “procedures”; eram os serviços que deveriam fazê-las. Imaginava-se que tudo viesse a estar concluído em Julho, ocasião em que saberíamos quais seriam as verbas elegíveis. A fatia para Portugal seria resultante da concorrência entre aqueles três países. Nós seguíamos, obviamente, aquilo que eles faziam. Tínhamos de ser rápidos. Os Gregos estavam com dificuldades na formulação do seu projecto; assim, a verdadeira concorrência seria estabelecida com os Irlandeses; admitíamos que viessem a caber-nos 105 a 130 MECU. Os projectos candidatos ao REGEN tinham que passar pelo crivo do Comité Económico e Social e do Parlamento Europeu. As candidaturas só poderiam ser apresentadas em Bruxelas em Setembro/Outubro seguintes (seria a mesma data para todos os concorrentes), mas o concurso internacional poderia ser lançado imediatamente. Era óbvio que se tratava de um projecto muito adequado para se apresentar a financiamento pelo BEI (Banco Europeu de Investimento), mas este deveria ser concedido directamente ao concessionário; daí a pressa de se fazer o concurso.

O projecto tinha duas componentes: o terminal e a rede em alta pressão e a rede de distribuição formada ela própria por várias redes ao longo do País. Estimava-se que a primeira custasse 70 milhões de contos e sabia-se que a segunda poderia ser incluída no QCA e beneficiar do programa PROTED. Admitia-se que o FEDER pudesse contribuir com 20 milhões de contos a fundo perdido para a segunda componente.

Estava em definição o valor da participação do Estado. Admitia-se que pudesse ser de 20%, mas ainda não estava definido. O caderno de encargos dizia que a relação entre capitais próprios e capitais alheios deveria ser “equilibrada”, o que dava alguma latitude de variação.

O que os juristas tinham avançado em matéria de legislação a produzir definia o seguinte: i) uma Resolução do Conselho de Ministros a aprovar o caderno de encargos e os termos do concurso, ii) uma RCM a definir o consórcio vencedor e a delegar no Ministro da Energia a assinatura do respectivo contrato; e iii) uma RCM ou um Decreto-Lei a atribuir a concessão. Era este o nosso programa de produção legislativa. Entretanto, foram analisados outros aspectos da questão. As pequenas redes de distribuição não eram viáveis; foram previstas quatro grandes redes de distribuição mais ou menos coincidentes com as regiões administrativas. O terminal de gaseificação do gás liquefeito (importado) e a rede de alta pressão é que seriam objecto de concurso internacional. As quatro redes de distribuição teriam tratamento diferenciado.

Lisboa já dispunha de uma rede (CRGE – Companhia Reunida de Gás e Electricidade) que tinha sido transferida para a EDP; mas o negócio desta não era a distribuição de gás, por isso ela passou para a PGP (Petroquímica e Gás de Portugal, SA). Nessa ocasião, o PS punha em causa a nacionalização da CRGE, feita uns anos antes... Mas a distribuição de gás natural não era a mesma coisa que a distribuição do gás de cidade. Este teria de ser substituído por aquele. Mas a concessão deveria ser redefinida noutra base. Ficou decidido que as redes de distribuição de Setúbal, do Centro e do Norte poderiam ter concursos diferentes com entidades portuguesas a liderá-los, embora fosse permitido que elas fossem buscar parceiros estrangeiros com experiência no sector.

Eu fiquei de comunicar ao Comissário Bruce Millan a “arquitectura geral” do sistema e aquilo que iríamos candidatar aos fundos estruturais. Havia, naturalmente, uma grande urgência em fazermos a atribuição da concessão e lançar todos os projectos. Sabíamos existir uma grande apetência pela participação tanto de empresas industriais consumidoras como de algumas autarquias que queriam facultar o acesso ao gás natural aos seus habitantes. Nessa ocasião, ainda se discutia a possibilidade e conveniência de o Estado ficar com uma “golden share”, o que veio a acontecer. Assim, além de uma participação de 4 milhões de contos, a realizar em quatro a cinco anos, o Estado disporia desse instrumento definitivo. Os projectos de legislação estavam prontos e o calendário de acção estabelecido. Após o anúncio do concurso (que se queria que fosse rápido) previam-se 4 me-

ses para a resposta dos concorrentes, seguidos de dois meses para análise das propostas e anúncio do vencedor, seguido de mais dois meses para a assinatura do contrato de concessão. Os concursos para as quatro concessões de distribuição decorriam em paralelo. Houve quem contestasse a participação do Governo, por não ficar em posição de controlo da empresa; deveria limitar-se a ter um representante para o uso eventual da “golden share”. Logo foi avançada a hipótese de usar a rede de gasoduto como “common carrier” para outras redes como, por exemplo, a fibra óptica. Viriam a ser as próprias distribuidoras a contratar essa possibilidade. A ligação à rede europeia ficou desde logo prevista.

*

Quando analisava com o Prof. Manuel Vilarés o lançamento do recenseamento à população, a efectuar em 1990, ele disse-me a forma como na Dinamarca se acompanha a vida de cada Cidadão, apenas com três números que são mencionados em todos os actos que ele pratica: 1. O número de identificação pessoal (número único); 2. O número de identificação da empresa onde trabalha; 3. O número de identificação do alojamento onde vive.

Usando estes três números sabemos toda a história do indivíduo, desde os medicamentos que tomou ao longo da vida até aos locais onde viveu!... Esta é a forma do olho do “big brother” na democratíssima Dinamarca!...

*

Em 23 de Maio de 1990, tive um longo despacho com o Primeiro-Ministro. Na agenda figuravam, entre muitos outros assuntos: i) como envolver o Grupo Parlamentar do PSD no processo de regionalização; ii) fazer uma proposta de lei com as competências a atribuir às duas áreas metropolitanas, iii) elaborar uma proposta de lei sobre a criação de concelhos e freguesias, iv) qual o conteúdo dos temas a tratar em audiência próxima com a ANMP, nomeadamente assuntos fiscais e energia; v) aeroporto da Madeira que, por um conjunto de circunstâncias, eu tinha herdado, mas que, por pressão do Ministro das Obras Públicas, ele queria transferir para a ANA (Aeroportos e Navegação Aérea), o que não era muito do agrado do Governo Regional...

*

A segurança não é uma grande preocupação dos portugueses. Tem que ser imposta para que eles tomem o assunto a sério. Em fins de Maio de 1990 houve um acidente ferroviário na linha de Sintra. Foi, então, que se deu a orientação para se passar a fazer automaticamente o controlo da velocidade dos comboios. Ao escrever isto não posso deixar de relembrar o recente (2014) acidente ferroviário em Santiago de Compostela. A velocidade praticável deveria ser da ordem dos 70 km/hora. O maquinista seguia a mais de 200! O que esperava? Todo o mundo tem visto, repetidamente na televisão, as imagens do acidente. Há investimentos em relação aos quais se deve insistir na sua prioridade. No domínio da segurança, não deve haver hesitações. Tudo o que se fizer é justificado!

*

O Presidente do INSCOOP chegou ao termo do seu mandato. Por isso convidei o Dr. Canaveira de Campos, antigo Secretário-Geral do Ministério do Planeamento para ocupar o lugar. Fê-lo com tanta aplicação, entusiasmo e gosto que, mesmo depois da sua reforma, o encontrei em “celebrações” cooperativas, para as quais éramos ambos convidados. Em 31 de Maio, tivemos uma reunião para definir: a) como seria o centro de documentação a instalar na Casa António Sérgio, (b) como deveria ser feita a formação de cooperadores e de técnicos das cooperativas; (c) como se deveria lançar o ensino programado para formação à distância; (d) como associar politécnicos e universidades aos esforços de formação em curso; (e) como estimular a informação e divulgação sobre o sector; (f) como lançar um anuário comercial e fazer uma “central de balanços” que realizasse a análise em termos económicos das unidades do sector cooperativo; (g) que forma deveria assumir o boletim do INSCOOP e (h) quem se deveria convidar para integrar o conselho consultivo para orientação da linha editorial desse boletim. Eu achava que o sector tinha virtualidades nos sectores da habitação, do crédito agrícola e da produção agrícola. Nos restantes, a experiência estava a mostrar que não se deveria insistir, investindo tempo e dinheiro.

*

No dia 5 de Junho de 1990, reuniu-se o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos com o tema da União Económica e Monetária na agenda. Era preciso analisar as suas implicações sobre a nossa política interna para ser capaz de preparar as negociações comunitárias nas muitas facetas que o assunto suscitava. O Ministro das Finanças estava a organizar uma conferência sobre o tema; mas era certo que a União Política não era separável da União Económica e Monetária (UEM). Tornava-se evidente que a principal componente era a UEM; tanto a instabilidade monetária como a financeira eram muito negativas e, por isso, um quadro de estabilidade seria sempre preferível. O principal desafio era o desenvolvimento!

As sucessivas versões do PCEDED tinham vindo a favorecer a consolidação orçamental e a questão da dívida pública. Por isso, não deveríamos abrandar os esforços feitos naquele quadro.

A UEM não traria somente vantagens macro-económicas. Os benefícios micro-económicos estender-se-iam às empresas, às famílias, aos indivíduos... (O Ministro das Finanças repetiu a sua graça habitual: “Há a micro-economia e a má economia...”; a distinção a ter em contra era esta.). A UEM traria a redução dos custos de transacção e da incerteza; também a redução do custo de capital por atenuação do risco associado ao escudo. Haveria melhorias na inflação considerada como iníqua na distribuição dos rendimentos. Havia que avaliar os custos de transição e as formas de gestão dessa transição; esta, no relatório Delors, era prevista fazer-se por etapas. Para Portugal, o esforço seria muito grande na primeira fase. Em matéria de ambiente económico para Portugal, estimava-se que a UEM fosse favorável em termos de crescimento e de emprego. Havia expectativas de desinflação. Sabíamos que os orçamentos seguintes teriam de ser austeros. Em matéria de política de rendimentos, era certo que as reduções salariais teriam de ser consistentes com a política orçamental, monetária e cambial. O orçamento teria, por isso, de ser objecto de uma adaptação gradual. Numa expressão típica do anterior Ministro das Finanças, o nosso orçamento “ainda tinha alguma gordura para cortar”... Era evidente que a supervisão do nosso orçamento seria objecto de um exercício de supervisão multi-lateral, no âmbito comunitário.

Teríamos de estar preparados para um pequeno aumento dos impostos indirectos (ajustando, por exemplo, os preços do tabaco e dos combustíveis).

Tudo isso iria ter repercussões imediatas no que restava do Orçamento de Estado para 1990 e, obviamente, no de 1991. Preocupavam-nos, sobretudo, as despesas de funcionamento do sector público, nomeadamente das Autarquias Locais e outros sectores em que se admitia haver desperdícios. Quando se dizia isto, os olhos à volta da mesa do Conselho, voltavam-se para mim, como se eu fosse o responsável pelos orçamentos autárquicos... Houve mesmo um colega que explicitou o seu pensamento: autarquias locais, empresas públicas municipais e investigadores do sector público... numa expressão vectorial do responsável!... Sabia-se que os Autarcas, em 1989, tinham lançado todas as obras “eleitorais”... dizendo, em 1990, que não tinham dinheiro para nada. Isso tornava a minha defesa dos seus orçamentos um pouco mais complicada...

Era evidente que o Ministro das Finanças tinha razão quanto à formação das receitas autárquicas. Ele havia permanecido muito tempo nos Estados Unidos, onde as autarquias só podem gastar o que cobram. Insurgia-se contra a separação entre a responsabilidade de cobrar receitas e o seu uso. Por isso, lamentava os preceitos constitucionais, neste campo. A verdade é que, até agora (2015), não foi mudado o sistema... Seria uma revolução!...

Admitia-se que houvesse um ligeiro aumento da tributação directa por alargamento da base contributiva. Teria que se fazer uma projecção dos fundos estruturais. Por isso eu quis saber quais os instrumentos operacionais de que se dispunha para a concretizar. Todos se pronunciaram contra os cortes orçamentais homotéticos. É o que se faz sempre nestas ocasiões. Mas era certo que haveria compressão de despesas nas Autarquias Locais, na Assembleia da República e em outros órgãos considerados como demasiado providos, em termos orçamentais. O corte – foi-nos anunciado – seria global por ministérios. Dentro de cada um, seria o ministro respectivo a defini-los.

Considerava-se que não se poderia andar mais depressa no campo das privatizações, porque, se o pudéssemos fazer, a pressão sobre o orçamento seria menor. A palavra de ordem era para a redução de efectivos na função pública e para a oposição absoluta à contratação de pessoal indiferenciado.

O ajustamento a fazer tinha de ser imediato. A UEM começaria a 1 de Julho de 1990, menos de um mês depois!

Foram produzidas orientações para a preparação do Orçamento de Estado para 1991. Tinha que haver um forte aperto, particularmente em matéria de aquisição de bens e serviços. Haveria limitações na aquisição de bens de capital. O Orçamento não deveria ser preparado recorrendo às práticas incrementais correntes, mas reflectindo opções que fossem justificáveis. E teria de se estabelecer um mecanismo de incentivo automático à poupança.

Portugal haveria de aderir, no momento próprio, à UEM. Não queríamos uma Europa a duas velocidades e, muito menos, pertencer à mais lenta. Deveríamos aderir ao mecanismo da taxa de câmbio, por considerarmos que isso seria mais importante do que muitas outras medidas, incluindo os sistemas de incentivos. Deveriam ser os ajustamentos estruturais e tecnológicos a substituir os efeitos do ajustamento das taxas de câmbio.

As escolhas teriam de se fazer desde logo, não esperando pela preparação do novo Orçamento.

*

O Dr. Pedro Ferraz da Costa era, então, o presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP). Inteligente e preparado não costumava nem mastigar as suas palavras, nem mandar dizer por outros o que queria que se soubesse que ele pensava. Sabia ser cortês sem deixar de ser assertivo. Algumas vezes, contudo, deixava-se “embalar” no seu afã crítico. Devo dizer que sempre tive um trato cordial com ele, mas havia muita gente que não o suportava.

Veio falar comigo em 6 de Junho de 1990 para me dizer que achava que as transferências da Comunidade para Portugal eram reduzidas. Tínhamos, naturalmente, de dar internamente o melhor uso possível aos fundos que nos fossem atribuídos, mas, externamente, deveríamos empenhar-nos para conseguir regras menos constringentes para o seu uso. Em resumo, mais dinheiro e menos preceitos!...

A próxima presidência portuguesa deveria fazer da reforma dos fundos estruturais o seu grande tema! Por isso se permitia vir sugerir-me a sua opinião.

Aproveitou para dizer que a nova FORD-Electronics, a operar na península de Setúbal, não estava a conseguir contratar técnicos portugueses, porque havia uma situação de pleno emprego dos jovens que eles queriam recrutar. Era preciso formar mais, de modo acelerado! Quer dizer, para certas franjas de formação média e alta não havia desemprego naquela parte do país. Ele não podia imaginar como eu gostava de ouvir aquela expressão de carência! Era óbvio que a situação era muito diversa para os trabalhadores de baixa formação...

Incitou-me a convencer os meus pares de que, na desburocratização em curso, deveria ser dada prioridade ao Ministério da Justiça. E criticou severamente a legislação por que se regia o Instituto Nacional de Seguros; achava que ela era demasiadamente pormenorizada; até dizia onde eles deveriam aplicar as poupanças que faziam... Esta pecha da nossa forma de legiferar vem de trás!... Pouco campo para introduzir variantes por parte dos responsáveis intermédios...

*

No Conselho de Ministros de 7 de Junho tratámos de assuntos comunitários, nomeadamente da preparação da conferência sobre a UEM que estava a ser organizada pelo Ministro das Finanças. Particularmente importante para nós era a questão dos fundos estruturais após 1993. Já sabíamos que teria de haver convergência de objectivos entre a Comunidade e Portugal, para nos vermos apoiados com dinheiros comunitários. Queríamos que houvesse um mecanismo capaz de intervir em caso de ruptura. Era para nós muito importante que os pequenos países tivessem capacidade de intervenção clara no “dossier” dos fundos estruturais um vez que, seria certo, os grandes países queriam ter uma posição expressiva quanto à UEM. Ainda não estava definido o papel, nesta matéria, nem do Parlamento Europeu, nem do Conselho Europeu, nem do ECOFIN; por isso deveríamos estar atentos aos equilíbrios que seriam definidos. Era, também, preciso saber como seria a relação entre a União Económica e a União Política. Sabíamos que os Ministros dos Negócios Estrangeiros, através dos seus representantes pessoais, estavam a preparar um documento sobre a União Política.

Como se compreende, nós defendíamos, desde então, o desenvolvimento harmonioso da fachada sul da Europa. Um problema que subsistia estava ligado com as

relações entre os países da EFTA e a Comunidade Europeia, uma vez que, nessa altura, ainda havia alguns do primeiro grupo que não pertenciam ao segundo.

A circulação de pessoas era livre na Comunidade, mas queria-se que, em relação a países terceiros, houvesse uma política de emigração conjugada entre os doze, com uma política comum de vistos e fiscalização das fronteiras exteriores.

O tema das redes transeuropeias (transportes, energia, telecomunicações) prosseguia. Havia países que convergiam, mas também sucedia que um ou outro recuava, como era o caso da França.

Como sempre sucede na Europa, havia quem fosse a favor de uma Comunidade a várias velocidades. Nós não apostávamos nisso.

Falava-se, já nessa ocasião, de estimular a cooperação entre universidades europeias e mesmo de formar uma rede de universidades abertas e de apoio ao ensino à distância. O programa ERASMUS merecia o nosso inteiro apoio; nessa ocasião não se adivinhava o enorme sucesso que ele viria a ter.

Com a abertura a Leste, nós sabíamos que o desemprego na Comunidade iria crescer enormemente. E não nos enganámos!

Nós éramos a favor da criação da UEM conjugada com um desenvolvimento harmonioso, dentro do quadro da Coesão que começava a adquirir estatuto para ser mencionada com maiúscula. Mas também recomendávamos a unidade e coerência da política externa; ainda não se falava de uma política externa comunitária, mas recomendava-se compatibilização e convergência das políticas existentes.

Iria ser convocada uma segunda conferência intergovernamental para tratar da União Política.

A questão da distribuição das sedes das diversas instituições temáticas que se iam criando, mantinha-se na agenda.

*

Em 8 de Junho de 1990 teve lugar, nas instalações do Montepio Geral, um seminário internacional organizado pelo Ministério das Finanças e subordinado ao título “Unidade com Diversidade na Economia Europeia – a Fronteira Sul”.

Quem tinha coordenado a elaboração do estudo de base era o Prof. Jorge Braga de Macedo, a quem coube fazer a primeira intervenção. Começou por perguntar se um processo de integração acentuava as divergências ou promovia a convergência? O trabalho já tinha atendido aos recentes acontecimentos na Europa de Leste. Acentuou a importância da credibilidade da política económica, especialmente da de médio-prazo. Cada país-membro deveria ter uma política económica consistente com os objectivos da UEM Manifestou-se contra a prática do “stop and go”; defendia políticas claras conduzidas com firmeza e a necessidade de promover o equilíbrio entre os compromissos de médio-prazo e os compromissos políticos. Referiu-se à “pesada herança” das nacionalizações que tão grande dano tinham feito ao país. Em relação às políticas adoptadas, chamou a atenção para os malefícios das interrupções que criavam ruído e não ajudavam ao processo de convergência e à boa reputação que ele exigia dos actores. Deveria haver um acordo (explícito ou implícito) com todas as forças políticas que significasse um “consenso para a convergência”. A maximização dos fundos estruturais deveria ser articulada com uma boa reputação a longo-prazo acerca do seu bom uso. Era evidente que havia concorrência interna com outras regiões menos desenvolvidas da Espanha, da Itália, da Grécia, da Irlanda e, agora também da Alemanha de Leste. Daí a importância daquela reputação. A concorrência externa vinha agora também dos países da Europa de Leste. Achava que nós não a deveríamos temer excessivamente. Estava certo de que os Alemães compreenderiam a situação, porque “encontraram, nos seus próprios jardins, os desafios do desenvolvimento económico”. Defendeu menos Estado, mas melhor Estado, conciliado com a aplicação do princípio da subsidiariedade. Terminou com optimismo, desde que não se caísse na complacência, um outro nome para a inflação e a falta de rigor das contas públicas.

Os diversos intervenientes sucederam-se. Foram o Prof. Manuel Pinto Barbosa, o Prof. Mário Antão, o Prof. Bliss, a Prof^a. Ilzkovitz, o Dr. António Cabral, o Prof. Fernando Pacheco e o Prof. João César das Neves. Não irei individualizar as suas observações. Passá-las-ei em revista a todas.

A transição para a UEM implicava um ajustamento caracterizado por uma vasta indecisão. Tratava-se de promover um equilíbrio múltiplo da afectação dos

recursos comunitários. Observava-se um fraco grau de liberalização interna, característico das situações de transição para regimes democráticos. O alargamento iria reclamar um aumento da eficiência global. A Política Agrícola Comum representava uma imensa distorção da realidade; importava corrigi-la, a breve trecho. Em Portugal, o mercado imobiliário e o regime de rendas representavam um factor de rigidez não negligenciável. Seriam de esperar grandes sucessos mas devíamos, também, estar preparados para a ocorrência de grandes fracassos. Convinha caracterizar bem as situações de partida diferentes dos diversos Estados-membros. Era indispensável avançar no sentido da especialização da periferia e da promoção do ajustamento. Deveria dar-se atenção à penúria em que estávamos em matéria de pessoal qualificado. Tínhamos de assegurar que houvesse grandes influxos de capital estrangeiro. Os custos do ajustamento estrutural seriam significativos. O processo de “up-grading” deveria conhecer uma dinâmica elevada. Seria certo que haveria sempre custos mas ainda não havia estimativas quantificadas acerca das consequências. Punham-se interrogações acerca dos mecanismos a que se poderia recorrer para aliviar os custos. Seria aconselhável uma reforma da gestão. Deveria dar-se atenção à mão-de-obra dos países da Europa de Leste, porque ela era muita e com boa preparação. Por isso, se aconselhava a abrandar o recurso a actividades capital-intensivas. Relembrou-se que a agricultura no Leste da Europa era muito pouco capitalizada; como tal, não haveria problemas em termos de produtividade e qualidade em relação aos produtos agrícolas dos países da Comunidade; a natureza destes era diferente; tinha que ver com o absurdo sistema de compensações que o tempo tinha feito acumular. Aconselhou-se Portugal a aumentar a especialização em novos sectores e também nos tradicionais (o que acabámos por fazer, com visível sucesso). Vivíamos num contexto de incerteza: por isso, deveríamos adoptar uma postura humilde e estar sempre a fazer interrogações. Temia-se que a construção da UEM acentuasse mais as divergências do que promovesse a convergência. Não se verificava, ainda, uma grande mobilidade de trabalho intra-comunitário, mas deveríamos precaver-nos em relação ao aparecimento de diferenciais no nível de salários e nos padrões do bem-estar. Deveria fazer-se um esforço muito expressivo para identificar os mecanismos de desenvolvimento das regiões. Verificava-se

que Portugal e Espanha estavam a viver um processo de aproximação progressiva, mas que a Grécia tinha uma política fiscal que estava a fazer com que ela se afastasse do centro europeu (transcrever estas notas hoje – fins de Junho de 2015 – mostra bem como as origens da actual crise grega vêm de muito longe!...). Deveríamos assegurar uma correcta inserção dos fundos estruturais na política macro-económica (mas isso era, exactamente, o propósito do PCEDED). Temia-se que os benefícios fossem distribuídos de forma desigual, nomeadamente uma concentração de emprego no centro e desemprego na periferia. Era evidente que a UEM comportava a perda de autonomia de algumas políticas nacionais; era, assim, necessário confrontar isso com os benefícios potenciais. A importância das políticas estruturais era manifesta. O crescimento acima dos 2%, mais do que a média comunitária, o que nos asseguraria a convergência real, não poderia ser levado a cabo sem ajudas; donde o papel reforçado dos fundos estruturais. Mas não se passava sem a definição de uma estratégia do investimento público, tal como eu insistia a todos os níveis. Era evidente que ainda precisávamos de infra-estruturas; mas tinha também de se investir na educação, na formação profissional e em ciência e tecnologia.

Um dos oradores disse que não acreditava em desenvolvimento com o paciente a dormir. Ele tinha que estar bem acordado e participar activamente na operação. Era importante ouvir quem sabia. Ao longo do dia foram produzidas muitas recomendações sensatas.

*

Em despacho com o presidente do INE, Prof. Manuel Vilares, em 12 de Junho, definimos que o Centro de Estudos do INE deveria começar com duas séries: os Estudos Demográficos e os Estudos Económicos. Ainda hoje isso se faz.

Apoiei a criação de uma associação para orientação e suporte do recém-instalado ISEGI. Os oito sócios fundadores foram: o Banco de Portugal, o Banco Português do Atlântico, a UNISIS, a IBM, a Mundial Confiança, a Aliança Seguradora, a Arthur Anderson e a EDP. Cobria um espectro razoavelmente variado de instituições que absorveriam os formados pelo ISEGI. O propósito era preparar gente para o desempenho de novas funções que o mercado definisse.

*

No Conselho de Ministros de 13 de Junho, o Ministro das Finanças começou por nos dar a todos um “duche de água fria”: o crescimento da procura interna estava a ser excessivo; a política monetária estava a ser sensata, mas a política orçamental apresentava-se com muitas folgas e, por isso, pouco correcta, etc. Preocupava-o muito o excesso da procura e os “erros metodológicos” da construção do Índice de Preços no Consumidor... Eu estava habituado a este tipo de “ataques”; quando a inflação não descia tanto quanto se queria, a culpa era do ministro da tutela do INE que não acompanhava tão de perto como devia a evolução daquele índice. Lá tive eu de demonstrar que o processo estava sob vigilância apertada e que traduzia, realmente, os hábitos de compras do Portugueses, nomeadamente através do “cabaz” que tinha sido objecto de uma investigação muito cuidadosa e da expansão do papel dos hipermercados. Mas tinha havido uma liberalização total dos bens alimentares e isso havia repercutido os seus efeitos sobre o IPC. É evidente que havia outras explicações: o mau ano agrícola, a subida geral na Europa da carne de suíno, etc. Todavia, o défice de 90 estava a ser pior do que o de 89 e isso não era fácil de explicar, nomeadamente em Bruxelas, onde decorriam negociações que se estavam a revelar duríssimas. A dinâmica do investimento continuava a ser positiva. Mas a verdade é que nós nos tínhamos aplicado a arranjar meios orientados para a indústria e esta não estava a absorvê-los na totalidade. Por outro lado, estava a haver um recuo da contratação a termo. Mas como havia uma perspectiva inflacionista a pairar sobre o país, não era essa a ocasião para negociar qualquer acordo laboral.

Queríamos acelerar as privatizações. Tinha sido definida uma estratégia, neste domínio. Era agora o momento para lhes dar corpo, reduzindo desse modo a dívida pública. Nessa ocasião, Portugal tinha a mais alta taxa de poupança da Europa! Por sugestão do Ministro da Saúde, deveríamos lançar campanhas contra o consumo excessivo de açúcar e de sal, a começar pelas cantinas escolares, onde se adquirem hábitos que ficam.

Estava em afinação final o novo Sistema de Incentivos ao Comércio (SIMC). Não se deveria fazer uma coisa muito diferente dos outros sistemas de incentivos. Mas tinha de se olhar à solidez financeira das empresas beneficiárias, aos investimen-

tos elegíveis e à minimização dos procedimentos burocráticos. Pretendíamos ser, realmente, inovadores, mas a experiência estava a provar que o sector tinha empresários idosos e conservadores e que as suas associações também não dispunham de quadros muito actualizados. Era evidente que havia sempre “empresas de consultoria” dispostas a facultar a sua capacidade e dinamismo; mas isso não chegava para assegurar uma acção que tinha que durar no tempo, num processo de remodelação que deveria ser contínuo.

*

Em 21 de Junho de 1990 percorremos, em Conselho de Ministros, a lista dos diplomas que deveriam ser discutidos na Assembleia da República antes do final da legislatura. Tínhamos menos de um ano para o fazer. Eles seriam, pelo menos: a lei de bases da saúde, a lei de comunicação social que regeria a televisão, uma lei genérica sobre a agricultura, a alteração da lei das rendas, a lei de enquadramento do Orçamento de Estado, a regularização do regime jurídico das operações de tesouraria e a lei da identificação civil. Havia algumas outras, como o Estatuto da Região Autónoma da Madeira, o qual já se admitia que não seria votado até ao final da legislatura.

Nessa data, tivemos a informação de que a reunião do Uruguay Round do GATT tinha decorrido bastante bem para Portugal e que se estimava poder terminar as negociações em Dezembro seguinte. Havia a ideia de criar uma organização do comércio multi-lateral que operasse em termos mais eficazes do que o GATT.

Tivemos também a informação de que a produção de vinho para 1990 seria entre 14 e 16 milhões de hectolitros, quando o normal seriam 8 a 9 milhões de hectolitros! Mais de cinquenta por cento de acréscimo!

Eu tinha começado com os trabalhos preliminares sobre bioética. Havia agora a criação do Conselho de Bioética. Tinham os nomes dos seus membros que ser, agora, combinados com os Ministros da Justiça e da Saúde, o que foi feito.

O Conselho estava sensível a que se avançasse na protecção penal do Ambiente. Isso não tinha sido consensual, uns anos antes.

O problema do Índice de Preços no Consumidor era recorrente. Como não estava a baixar tanto quanto havia sido feito anteriormente, punham-se dúvidas acer-

ca da bondade da inclusão ou não do tabaco, da consideração da sazonalidade e, especialmente, do peso dos hipermercados no cabaz de compras dos portugueses. Punham-se interrogações acerca do estar-se ou não a fazer o mesmo que os outros países europeus... Mas estava, porque tudo era combinado no EUROSTAT. Sucedia é que não era impunemente que tinham sido liberalizados os preços dos bens alimentares... Ocupei muitas horas com o presidente do INE a analisar, produto por produto, como se estava a proceder, cotejando o que fazíamos com o que acontecia no resto dos sistemas estatísticos europeus.

*

A formação contínua é muito importante numa época em que os avanços tecnológicos são tão expressivos. Ela tem de ser incumbência, em primeiro lugar, das próprias escolas – faculdades, escolas superiores, escolas profissionais... – mas também das ordens e das associações profissionais. É que a velocidade de mudança está a revelar-se tão rápida que, sem um auxílio expresso dessas instituições não será possível proceder às actualizações que se impõem. Cada profissional deixado à sua própria capacidade para absorver todas as inovações que importam, dificilmente se manterá actualizado.

*

Os estudos de impacte ambiental das grandes obras públicas estavam a começar, entre nós. E também nos outros países da Comunidade. Contavam-se casos de exagero que tinham levado à suspensão de obras ou ao seu encarecimento desproporcionado. Hoje, os gabinetes de projectos estão bem preparados e as regras bem definidas, de modo que não há lugar para grandes contestações. Os próprios serviços do Ambiente, em Bruxelas, eram muito pressionados por movimentos ambientalistas que, algumas vezes, insistiam para marcar posição.

Em 25 de Junho de 1990 reuni-me com os meus colegas das Obras Públicas e do Ambiente para passar em revista as regras comunitárias, procurando que elas não entrassem o ritmo de execução das grandes obras, mas que, também, não nos expusessem a cortes de financiamento por causa do incumprimento das re-

gras em vigor neste domínio. Os casos mais em evidência eram a Via do Infante, no Algarve e o atravessamento do Parque da Serra de Aire e Candeeiros pela auto-estrada do Norte. As objecções eram, por vezes, muito arreliaadoras e custavam, além de tempo, dinheiro que não tinha sido previsto nos orçamentos feitos. Cada um tinha de ser responsabilizado pela sua área. Mas eu seria avaliado pelos resultados globais. Por isso tinha que promover a compatibilização de perspectivas.

*

Quando se falava em privado com os líderes da Oposição acerca dos assuntos europeus verificava-se que as suas posições não eram muito diferentes das do Governo. Com excepção, obviamente, do Partido Comunista, com quem não se falava do tema senão em termos muito formais. Outra coisa, porém, era a discussão no Parlamento, onde o Partido Socialista pretendia demarcar-se, mas, como o fazia sem grande convicção, a impressão que deixava era frouxa. E, como era um seguidor obediente das posições da Internacional Socialista, não nos surpreendia com nenhuma posição original, adaptada à nossa situação e aos novos tempos.

Porque, em 1990, se vivia, de facto, a entrada numa nova era, muito inspirada por Jacques Delors que era ele próprio socialista, mas com uma visão esperançosa da construção europeia. Nessa ocasião, insistia-se muito na questão da coesão económica e social. Nós éramos os primeiros interessados em manter o tema na agenda. Por isso não deixávamos de o fazer. Começava-se a falar muito em transportes. Na Cimeira de Dublin, realizada em Junho de 1990, a Holanda propôs o tema para análise, até porque na República Democrática da Alemanha, então em reunificação com a RFA, nas auto-estradas não se pagava portagens, mas, em contrapartida, impunha-se uma taxa aos camiões que atravessavam o seu território; era necessário uniformizar procedimentos. Estava-se, assim, a caminho do Mercado Único no sector dos transportes.

Nessa cimeira, os ingleses prometeram entrar no Sistema Monetário Europeu, o que não fizeram. Nós também prometemos, mas cumprimos. Nesse encontro, o grande tema foi a construção da União Política. A arquitectura institucional mantinha-se: o Parlamento, o Conselho, a Comissão e o Tribunal de Justiça. Mas

permanecia a importância das autoridades nacionais e insistia-se na democraticidade das instituições comunitárias; pretendia-se mesmo um reforço da legitimidade democrática, o que conduzia a um maior envolvimento nas decisões por parte do Parlamento Europeu. Alvitrava-se um sistema de co-decisão com a Comissão Europeia; mas quem sabia do funcionamento das instituições europeias assustava-se com essa proposta; temia-se a penalização dos processos de decisão. Por isso, nunca se deu seguimento à proposta. Pretendia-se um envolvimento maior dos parlamentos nacionais. E começava-se a falar no envolvimento do Parlamento Europeu na designação do presidente da Comissão. Todos os governos queriam ver reforçado o papel do Conselho, mas quem se preocupava com a eficácia do sistema propunha uma construção evolutiva sem alterações bruscas, porém, caminhando sempre no sentido de uma maior representatividade democrática conjugada com a eficiência operacional. Havia quem propusesse um alargamento das áreas com decisão maioritária. Por outro lado, tinha que se clarificar a regra de bloqueio. A ideia geral era que permanecesse a exigência da unanimidade para todos os actos constitutivos.

Já então (1990) se falava na conveniência da redução do número de comissários. E nessa ocasião eles ainda não eram vinte e oito!... Eram só doze Estados-membros, cinco deles com dois comissários...

Em relação às decisões do Tribunal de Justiça punha-se a questão de se aplicarem automaticamente as suas sentenças, o que alguns olhavam com reservas.

Fazia-se sentir, com pertinência, a questão da unidade e coerência da acção externa da Comunidade. Propunha-se fazer o enunciado das políticas comunitárias que correspondessem aos interesses dos então doze Estados-membros; deveria começar-se pela elaboração dos temas e das regiões, onde convergissem os interesses e onde devesse haver posições comuns. Tudo isto estava, obviamente, muito longe da adopção de soluções federalistas. Pretendia-se conseguir maior compatibilização das acções externas da Comunidade. Mas punha-se a questão: quem é que iria executar a política externa comunitária? A Comissão? A Presidência do Conselho? A “troika” (nessa ocasião este nome estava reservado para o país que exercia a presidência mais o antecessor e o sucessor)? Era evidente

que todos afirmavam que os interesses específicos de cada país não poderiam ser postos em causa, mas todos sabiam que havia sempre uns com mais peso do que outros. A minha opinião pessoal é que aos pequenos países convirão sempre soluções mais federalistas, desejavelmente com uma segunda Câmara (os senadores europeus), na qual cada país tenha um número semelhante de representantes. Mas disso não se falava então, pelo menos em termos formais.

Em relação à política de segurança não se tocava no que estava em funcionamento: a NATO e a CSCE (Commission on Security and Cooperation in Europe). Também as ameaças não eram tão grandes e tão complexas como são hoje (2015). De qualquer modo, insistia-se, que os avanços institucionais para a União Política deveriam ser sempre a doze. Não era tolerável a progressão a duas velocidades.

Nessa ocasião preocupávamo-nos, de forma excepcional, com o que seriam os fundos estruturais após 1993. O que se estava a fazer no país dependia demasiado deles para que isso não estivesse sempre no nosso pensamento. Eu era particularmente solicitado para contribuir com elementos para uma discussão que se sabia não vir a ser fácil. Ainda por cima pairava em Bruxelas uma opinião, obviamente lançada e acalentada por quem disso poderia tirar benefícios, de que Portugal não seria capaz de absorver (gastar segundo as regras) os fundos que lhe estavam destinados. Evidentemente, isso era contrariado todos os dias pelos resultados que apresentávamos.

Mas as preocupações do Conselho não se limitavam aos temas já referidos. O ambiente era um tema recorrente, nessa ocasião ainda muito dominado pela poluição marítima por hidrocarbonetos e, especialmente, pelas ameaças que pairavam sobre as regiões costeiras. Evoluiu-se muito neste domínio. Outro tema era a droga e o crime organizado, que lhe anda sempre associado. Já nessa ocasião havia preocupações contra o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo; hoje, a situação é bem pior. Para todos nós, o que se estava a passar na ex-União Soviética era insondável; sabia-se que a queda da produção tinha sido muito expressiva e que havia um grave problema com a autonomia de muitas repúblicas da federação. Sabíamos que o país tinha recursos imensos, mas as informações que nos chegavam indicavam que não havia capacidade de decisão. O sector da energia causava-nos preocupação espe-

cial. A situação financeira era catastrófica; eles não tinham possibilidades de pagar os empréstimos de curto-prazo de que necessitavam.

Já então (1990), o Conselho Europeu queria explicitar uma declaração sobre a evolução da situação na Grécia que causava cuidados a todos por se adivinhar uma falta de rigor generalizada, desde as contas públicas até à produção estatística. Curiosamente, hoje (2015), uma das condições impostas ao governo grego pelos credores respeita à independência do seu sistema estatístico. As estatísticas divulgadas eram as que convinham ao seu governo. Como eu tinha a tutela do sistema estatístico em Portugal e me havia preocupado especialmente com esse atributo do sistema, compreendo bem porque insistem hoje os governos dos outros países com o actual governo grego para que se entre num clima de verdade e de transparência. A falta dela conduz sempre ao desastre.

Todas estas coisas eram sempre faladas entre todos nós, cada um procurando carrear para a discussão a informação que ia recolhendo nos seus contactos.

*

No dia 2 de Julho de 1990 houve, em Bonn, uma reunião do chamado Grupo Europeu sobre o Médio Prazo. Ela teve lugar num antigo hotel da ainda capital da Alemanha, o Steigenberger, muito conhecido por ter albergado durante mais de quatro décadas muitas reuniões ministeriais.

O anfitrião era o Secretário de Estado alemão da Economia e Tecnologia, Otto Schlecht, mas o grande animador do encontro era Lionel Stoleru, à data “Secrétaire d’État auprès du Premier-Ministre, chargé du Plan”. O primeiro-ministro era, neste caso, Michel Rocard. Tratava-se, assim, de grandes figuras francesas, com quem dava gosto trabalhar. Eram membros daquela elite com que a França, ao tempo, guarnecia os seus altos cargos governativos: gente com uma preparação invejável, de grande cultura e com uma forma de expressão admirável; cartesiana, seguramente, mas também muito elegante. Nem todos os governos tinham alguém “chargé du plan”! A Grã-Bretanha enviou à reunião Lord Caithness, com quem eu tinha uma relação cordial; sucedia que ele não acreditava em planos de nenhuma sorte. Nem de médio-prazo, nem de outro prazo qualquer. Mas como era muito bem-edu-

cado, participava com galhardia, mesmo não crendo no objecto da discussão. O foco da discussão era o ambiente. Por isso, os participantes eram, muitos deles, os Ministros do Ambiente dos seus países que eu conhecia bem.

Stoleru justificou a necessidade da consideração do médio-prazo. O trabalho corrente dos doze era muito orientado para o dia-a-dia, quando havia muitos domínios nos quais se reclamava uma perspectiva mais alargada. A questão da Europa de Leste, por exemplo, reclamava uma tomada de vistas mais alargada no tempo. Propunha que concentrássemos as nossas reflexões em três tópicos: i) a economia e o ambiente; ii) a posição da Comunidade Europeia no mundo; e iii) as consequências sociais e económicas das mudanças demográficas que se estavam a operar na Europa. Como se vê, estes três vectores tinham natureza estratégica e constituíam, eles próprios, um quadro de referência que reclamava pelo menos o médio-prazo, para se poderem apreciar no seu desenvolvimento e conjugação. Pretendia que fossem preparados estudos de base consistentes e que nós os apreciássemos e discutíssemos sem publicidade. Importava, para já, acumular informação e pensamento. Quando estivéssemos prontos para comunicar o resultado das nossas reflexões, logo decidiríamos o modo de o fazer.

Os outros Colegas manifestaram-se sobre muitos pontos: as relações entre a economia e o ambiente reclamavam coordenação internacional; os aspectos transfronteiriços representavam um domínio sensível (todos podíamos dar exemplos disso); o excesso no uso de fertilizantes estava a conduzir a situações insustentáveis em algumas partes da Europa; deveríamos distinguir entre os problemas e as soluções europeias e globais, devendo naturalmente intervir aos dois níveis; foi reafirmada a necessidade da aplicação do princípio da subsidiariedade; mas havia, como seria de esperar, diferentes modos de apreciar os problemas, sendo importante convergir em instrumentos de acção que fossem aceitáveis por todos para os problemas comuns; nem todos aceitavam a aplicação do “princípio do poluidor-pagador”; a discussão foi viva em torno do consumidor que paga em vez do poluidor que o deveria fazer; para isso tinha de se aprofundar muito a reflexão, especialmente em relação ao “quanto a pagar” e ao “como fazê-lo”; tínhamos que avaliar as consequências económicas e o grau de aceitação pública dos instrumentos de acção que definíssemos.

Seria inevitável o crescimento das despesas com o ambiente; deveríamos afirmar-nos contra a “exportação” de um dado problema ambiental para países pobres que seriam ou não compensados por esse facto; dever-se-ia olhar mais para as alterações de comportamento do que para a recolha de novas receitas fiscais; deveríamos ter em vista a harmonização comunitária da fiscalidade, neste sector; a redução do consumo de energia e o acréscimo do peso das energias renováveis deveria representar um propósito comum; a internalização dos custos do ambiente tinha de constituir um objectivo; o problema do CO₂ era global e, como tal, deveria ser tratado.

Era óbvio que teria de haver mais esforço de investigação científica em muitos sectores. Os problemas ambientais adquiriam facilmente uma dimensão alarmista que havia que ajustar às dimensões próprias que tivessem e, para isso, era preciso estudar e investigar muito. Todos éramos favoráveis a esse esforço de aquisição de mais conhecimentos.

O aspecto dos comportamentos era para nós muito importante; tínhamos uma expectativa limitada em relação à aplicação de taxas e multas como instrumento para adopção de comportamentos correctos, tanto dos indivíduos como das empresas. O problema que considerávamos mais urgente era o da energia, a nuclear e as outras. Temíamos a ocorrência de qualquer acidente nuclear. Dispúnhamos de algumas informações muito pouco tranquilizadoras acerca do estado de algumas centrais nucleares dos países de Leste, como já tínhamos visto (Chernobyl, 1986). Mas também havia quem sublinhasse a pressão enorme que o ambiente estava a impor em certas actividades económicas. Tínhamos sido lentos a dar atenção às consequências ambientais da política económica; agora impunha-se que fizéssemos tudo de forma acelerada. Estávamos a dar-nos conta do total colapso ambiental da Europa de Leste. Mais tarde, eu próprio tive ocasião de ver o estado em que tinha ficado uma vasta zona anteriormente ocupada por uma mina de lenhite pobre situada nas vizinhanças de Leipzig!... Uma verdadeira paisagem lunar!

Havia que prestar mais atenção ao consumo de energia. Na Dinamarca, tinham conseguido crescer sem aumentar o consumo de energia. Todos os outros devíamos ter sob observação as condições em que crescíamos

Em relação ao efeito de estufa, não havia uma prova definitiva acerca das suas causas, mas já se dispunha de indicadores suficientes para ficarmos muito preocupados. Todos manifestaram a importância que os seus países atribuíam ao ambiente e a disposição em que estavam para não o deixar degradar. O ministro irlandês disse que já aplicavam uma taxa muito elevada sobre os combustíveis fósseis, mas que era preciso ter a consciência de que havia limites para esse valor; as taxas deveriam considerar o grau de desenvolvimento económico. Todos estávamos de acordo em que não se poderia protelar a resolução das questões e que isso deveria ser feito melhor no quadro da Comunidade, uma vez que o ambiente não conhecia fronteiras.

O ministro luxemburguês tinha visitado recentemente a China e sido surpreendido por um mapa com o centro ocupado pelo Império do Meio! Nele, a Europa era um ponto longínquo! E perguntava-se se a Europa “était vraiment de retour”? A Europa era o continente mais pequeno, com a população mais envelhecida, o mais poluído e o menos provido com recursos naturais. Seria a concentração científica e cultural suficiente para contrariar todos os outros factores? Quando era certo que à volta do Pacífico já viviam dois terços da população mundial. Recomendou que se apostasse no multilateralismo e se procurassem as alianças que fossem virtuosas para nós. Sublinhou, particularmente, a importância da Bacia do Mediterrâneo e dos ACP (African, Caribbean and Pacific Group of States) de uma maneira geral.

Havia quem estivesse razoavelmente optimista em matéria económica, mas pessimista em termos políticos (e militares). A Europa não estava a cuidar das suas relações com os Estados- Unidos; havia relações comerciais muito mais fortes entre a Comunidade Económica Europeia e os países da EFTA, do que entre a primeira e os Estados- Unidos e isso não era bom em termos geo-estratégicos.

Relembro que, nessa altura, éramos doze membros na Comunidade. Foi manifestada a vontade de a manter aberta a novas candidaturas. A Áustria estava prestes a entrar. Vinte e cinco anos depois (2015) somos 28 membros; os problemas passaram a ser de natureza diferente. Mas ninguém previa o que se iria passar na margem sul do Mediterrâneo.

Todos estávamos apreensivos em relação às negociações do Uruguay Round do GATT, particularmente no que respeitava aos preços dos produtos agrícolas. Tratava-se de dois proteccionismos que se confrontavam: o dos Estados- Unidos e o da Europa. Não era bom, para ninguém, que se empertigassem.

Stoleru era de opinião que as zonas regionais internacionais não eram fechadas; não se tratava de cortar o mundo em blocos separados mas de os organizar em conjuntos que se pudessem articular entre si; era impensável tentar gerir uma matriz de 160 X 160 países diferentes. Tinha de se reduzir a dimensão desse conjunto para poder sentar os seus representantes à volta de uma mesa.

Chamou-se a atenção para as inter-relações entre o crescimento económico equilibrado, o futuro do mercado do trabalho e a evolução da segurança social. Tudo isto num quadro de envelhecimento da população europeia. A migração interna europeia parecia estar a perder a força; as motivações para emigrar tinham-se atenuado muito, já não havia tantos portugueses, espanhóis ou italianos a quererem ir para França ou para a Alemanha. As coisas haveriam de se alterar de novo e a abrir caminho para outras migrações vindas de fora da Europa. Mas isso ainda deveria demorar alguns anos.

Estas reuniões, com carácter informal, eram úteis, porque não havia a pressão de decisões longamente preparadas que tinham de ser tomadas. A descrição que fiz é demasiadamente sumária para traduzir a riqueza das reflexões feitas. O objectivo do ministro alemão era fazer passar a ideia da importância das reflexões relativas ao médio-prazo, tendo combinado com o francês a forma de defender a questão. Eu não podia estar mais de acordo. Foi um dia rico de troca de experiências e no levantamento de questões que estavam, então, apenas a despontar. Hoje, todos estamos preocupados com elas. Não sucedia isso naquela altura.

*

O meu acompanhamento das acções contra os fogos florestais, que se iniciaram no X Governo Constitucional, continuou. Em 4 de Julho tive uma reunião com o Coronel Maia e Costa que me deu a notícia de que as Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro, de Coimbra e de Aveiro e os Institutos Superiores de Agricultura tinham constituído, entre si, uma comissão coordenadora da investigação

científica a desenvolver em matérias relacionadas com a protecção do nosso património florestal. A recomendação feita era para escolherem temas com tradução prática imediata, porque a situação era de emergência. Estava-se a elaborar e a contratar um programa de televisão de 45 segundos, susceptível de ser repetido ao longo do dia; como tinha sido a orientação relativamente à defesa do consumidor, deveria ser escolhido um actor com quem o público simpatizasse, sendo o texto fácil de fixar. Mesmo assim, o flagelo continuou e continua.

*

Periodicamente, o Ministro das Finanças fazia uma avaliação do modo como estava a decorrer a execução do Orçamento do Estado. Isso aconteceu em 5 de Julho. Estava tomada a decisão de não se elaborar nenhum orçamento suplementar para 1990, nem descongelar a reserva da procura; o descongelamento de uma área só poderia ser feito contra o congelamento de uma outra. Prometeu que, em breve, o Banco de Portugal anunciaria o programa monetário, que qualificou como apertado, relativamente aos últimos seis meses do ano. Anunciou que iria haver um corte do crédito interno dos bancos. Estava-se a sentir uma pressão expressiva sobre as taxas de juro. Constatava que tinha havido uma aceleração “espectacular” do PIDDAC. E, com ironia, perguntou-me se isso se devia a maior eficiência da máquina ou a uma expectativa de descongelamento que não haveria... Era evidente que a resposta era a primeira...

*

O Conselho de Ministros dos Assuntos Económicos de 10 de Julho foi ocupado na análise do sector do Ambiente. Era um tema que estava a afirmar-se ao longo dos anos, graças à receptividade dos jovens e a uma atenção que o Governo foi apurando. A Agência Europeia do Ambiente tinha sido criada. A sua sede ainda não estava fixada (viria a sê-lo em Copenhagen), mas nós havíamos participado sempre com entusiasmo nas realizações europeias do sector. Era preciso distinguir prioridades e havia gente que pretendia que fosse dada atenção equivalente a Estarreja ou ao Alviela e aos lagartos do Estoril ou aos texugos do Algarve. Deveria, em cada

departamento, atribuir-se a um serviço o encargo de ver como as considerações ambientais poderiam vir a afectar a sua acção.

Abordaram-se questões como: a fixação de taxas verdes, a incentivação da investigação científica no sector; o manuseamento de substâncias perigosas, a conservação de energia e a elaboração de um código de conduta; a protecção do litoral; o saneamento básico (nesse ano tínhamos 63% da população servida por abastecimento público enquanto a média comunitária era de 95%); o papel dos eco-conselheiros para as empresas, etc.

Eu, na minha intervenção, fiz o elenco do que me parecia ser então mais urgente: definir o formato dos estudos de impacte ambiental; torná-los obrigatórios para os grandes empreendimentos (era importante esclarecer que um estudo de impacte ambiental não se deveria limitar a constatar que tudo estava bem, mas conviria que propusesse as alterações necessárias para que tudo ficasse melhor); coordenar as acções de defesa contra a poluição por hidrocarbonetos ao longo da costa; atender com prioridade aos resíduos hospitalares; olhar de perto para a ria de Aveiro; elaborar programas de conservação da energia; definir uma política florestal que atendesse à erosão dos solos; dar prioridade ao tratamento dos efluentes das pocilgas, ...

Todos os Ministros das Obras Públicas olham com ansiedade as imposições que os ambientalistas costumam colocar à construção de novos empreendimentos. Contam-se sempre muitas histórias de exageros que descredibilizam quem quer impor exigências desagradáveis; talvez seja o “método do pêndulo”... Um dia chegar-se-á ao equilíbrio... mas será bom que haja abertura de um lado e moderação do outro para se chegar ao entendimento mais depressa.

*

Em 7 de Julho de 1990 foi comemorado o Dia Mundial da Cooperação. Nesse ano, tocou a vez ao sector agrícola e a escolha, muito acertada, foi começar por uma visita às instalações da AGROS e fazer a sessão solene ao meio-dia na Cooperativa de Vila do Conde. O presidente das duas era o meu velho amigo Fernando Mendonça, um grande lavrador da área, sempre pronto a assumir responsabilidades

sociais. A bacia leiteira de Vila do Conde é das mais importantes do país, tendo a acção da cooperativa ajudado a manter a vitalidade do sector e a progredir muito em termos tecnológicos. Hoje (2015), nós estamos muito à frente, em termos tecnológicos, no sector do leite, mas isso foi obra de muita gente, entre os quais estava o Comendador Fernando Mendonça.

A visita estava marcada para as dez horas de um sábado. Quando lá cheguei não havia ninguém e o portão estava fechado. Admiti que houvesse confusão em relação ao local, mas o motorista disse que havia feito um reconhecimento na véspera e que tinha a certeza de ser ali. Saí do carro para me certificar do erro. Eram dez horas em ponto! Qual não é o meu espanto quando vejo o “gigante” Mendonça, em passos largos dirigir-se para o portão a protestar: “Quando é que se viu um ministro ser pontual!?!...”

*

No dia 12 de Julho houve, no Parlamento, uma interpelação ao Governo, sobre política geral, feita pelo Partido Socialista. Além do Ministro das Finanças, fui destacado eu e o Ministro da Educação para intervirmos. O meu discurso está no livro respectivo. Quem fez o discurso de abertura foi o próprio Eng. António Guterres, Secretário-geral do PS. Ele é um excelente orador, com palavra fluente e uma exposição lógica e clara. Mas tínhamos de partir para férias com um crítica forte da Oposição à nossa maneira de governar. Havia muita retórica no que disse!

Começou por afirmar que as eleições autárquicas tinham feito mudar o nosso estilo. Estávamos em campanha eleitoral permanente, tendo substituído a acção pela conversa. Grassava, agora, o clientelismo! Não se faziam reformas estruturais. Havia uma grande separação entre o Governo e o PS; primeiro na maneira de entender os direitos dos Cidadãos; em seguida pela forma como se olhava para a reforma do Estado. Era necessário clarificar as regras de financiamento da vida política nacional (nunca tinha havido tantas!...) Sufocávamos os Municípios (eles nunca tinham disposto de tantos meios!...) Era preciso rever o Conceito Estratégico de Defesa. Em relação à conjuntura económica atacou a moderação da descida da inflação e do défice do sector público administrativo. Para o Governo nunca

era prioritário corrigir o que estava mal. Para o PS o prioritário era o desenvolvimento! Mas nós tínhamos uma estratégia errada para o fazer, porque apostávamos na manutenção de salários baixos e não estávamos a fazer nada para contrariar a dependência tecnológica.

As desigualdades regionais acentuavam-se. E não dispúnhamos de uma estratégia integrada para o desenvolvimento rural. Deveríamos dar incentivos às empresas que aceitassem trabalhadores (o que prolongaria a tendência para os baixos salários, evidentemente...). Para ele as prioridades estavam na Cultura, na Investigação Científica e no Ambiente. Estávamos a deixar cair os nossos monumentos e não tínhamos uma política para o idioma. Enfim, uma desgraça!

A demagogia em excesso é negativa. Pouca gente ligou a um discurso que ele queria que fosse marcante. Ainda teve de perder as eleições seguintes para poder tratar, directamente, das suas prioridades. Eu preferia que tudo fosse mais sóbrio! Mas, se calhar, sou eu que estou errado.

*

Em 13 de Julho, trabalhei com o Eng. António Pinto, Director-geral do Gabinete de Estudos e Planeamento, para lhe fixar os temas que eu gostaria de ver preparados durante os meses de verão, para poder entrar neles a fundo em Outubro seguinte. Foram eles: i) a nossa contribuição para o dossier das Grandes Redes Transeuropeias; ii) a preparação da presidência portuguesa da Comunidade Europeia e iii) a organização, em Coimbra, de uma conferência alargada sobre o cadastro urbano. Assim foi feito.

*

Preocupava-nos, naturalmente, a competitividade das empresas portuguesas. Uma das queixas correntes respeitava às relações com a máquina do Estado e à carga burocrática que sobre elas caía. Tudo isso vinha de um regime que não confiava nem nos Cidadãos nem nas suas organizações e no qual se tinha de verificar uma vez e outra, com redundância, que todos os passos estavam a ser dados de acordo com a lei.

Já tenho referido algumas situações inaceitáveis de que é exemplo o número de “dossiers” necessários para obter o licenciamento de um hotel ou de um loteamento turístico. Mais irritante do que a Administração reclamar do cidadão inúmeras provas e documentos é o facto de os diversos sectores dessa Administração não confiarem uns nos outros e de nenhum deles aceitar ser o coordenador que pudesse representar o rosto da Administração perante o peticionário. Ou de nenhum dos outros aceitar um deles como coordenador.

No fundo tudo radica no facto de na Sociedade Portuguesa não reinar a confiança e o sentido da responsabilidade de cada um. A Administração, em particular, olha para cada peticionário como alguém que está a querer ludibriá-la e a fazê-lo tão bem que ela tem de se acautelar para, mais tarde, não vir a ser chamada às responsabilidades. Estas considerações levar-nos-iam longe e, com atrevimento, chegaríamos mesmo à conclusão de que a falta de confiança é de cada um em si próprio... mas isto já é quase psicanálise...

Foi a insatisfação a respeito das relações das empresas com a Administração que levou a Secretária de Estado da Modernização Administrativa, a Dra. Isabel Corte-Real, a propor-me que reuníssemos com representantes das Associações Empresariais, da Ordem dos Advogados e da Câmara dos Solicitadores para ver como haveriam de ser constituídos o que ela designou como Centros de Formalidades que tão bons serviços têm vindo a prestar. A Dra. Isabel Corte-Real era uma governante admirável, sabendo da matéria que lhe estava confiada, aplicadíssima, discreta e actualizada; desempenhou muito bem o seu cargo. Tão bem o fez que, chegada ao fim, foi solicitada para dirigir o Instituto Europeu de Administração Pública de Maastricht, onde voltou a ter sucesso.

As Associações Empresariais mostraram a sua disponibilidade para albergar, elas próprias, centros de formalidades. Era bom para elas e para a Administração. Tenho ouvido testemunhos de muita gente, incluindo advogados, que têm elogiado o serviço que eles prestam. Ainda por cima, ofereceram pessoal para o fazer; ele teria de ser formado, o que a Secretária de Estado logo se comprometeu a fazer.

A Ordem dos Advogados, na altura representada pelo saudoso Dr. Morais Leitão, apoiando a criação dos Centros, referiu-se a indicadores que justificavam que se andasse depressa. Os atrasos nas Conservatórias dos Registos Comerciais

iam de 6 a 12 meses; atribuíam-se-lhes novas funções, sem formar o pessoal de modo que elas, pura e simplesmente, não as desempenhavam. Os notários estavam confinados por “*numerus clausus*”, inferior ao necessário e aguardando uma liberalização que tardava. A procuradoria ilegal era um crime e havia que evitá-la a todo o custo. As deficiências de formação profissional de quem desempenhava funções eram muito patentes, reclamando correcção pronta; elas respeitavam, especialmente aos estagiários para conservadores e para notários. A Secretária de Estado logo aproveitou a disponibilidade da Ordem para uma colaboração em relação a essa formação; ela promoveria os necessários contactos com o Ministério da Justiça.

Uma outra área a merecer reforma era a do licenciamento industrial que estava em fase final de reformulação.

O domínio do Ambiente causava aos empresários muitas inquietações. Eles queriam cumprir a legislação, mas ela era muita e os funcionários não sabiam aplicá-la. Novamente, era preciso formá-los. Houve um dos representantes que se referiu à “*utopia do interlocutor único*”... ele nunca existiria porque os colegas não aceitariam a sua autoridade e queriam ser ouvidos, cada um no seu pelouro. Achava que se os centros de formalidades fossem capazes de dar informações correctas acerca do que era preciso apresentar e aonde e que prazos estavam fixados para cada resposta, isso já seria um avanço enorme.

Por este apontamento pode ver-se como é difícil a modernização administrativa. Mexe com muitos interesses instalados e, especialmente, reclama a formação das pessoas. Fico admirado por se ter levado a bom termo uma imensa operação de formação em informática. Mas lamento que nos temas próprios de cada sector a modernização avance sempre a ritmo lento.

*

Independentemente das visitas que eu fazia às sedes das Comissões de Coordenação Regional, habitualmente para me reunir com os Autarcas das Regiões, eu mantinha encontros razoavelmente frequentes com os presidentes e vice-presidentes das Comissões, isolados ou em conjunto. Nestes últimos era para ver quais eram os problemas comuns. Tive uma dessas reuniões gerais em 18 de Julho.

Tinha havido um acréscimo de solicitações e, por isso, estava a haver falta de pessoal para atender a tudo. Mas as admissões não eram possíveis; só transferências de outros serviços. A minha insistência na elaboração dos PDM tinha determinado mais trabalho e isso era-me “cobrado”. Estava a assistir-se a uma vaga de projectos no domínio do saneamento básico e os atrasos nas aprovações dos projectos estavam a gerar protestos e a contribuir para uma baixa das taxas de execução a que estávamos habituados. Por outro lado, era preciso absorver as ajudas comunitárias; ou precaver a obrigação de devolver dinheiro, o que nunca nos tinha acontecido. A transferência de técnicos da Administração Central para a Regional era possível, mas não havia tantos voluntários como os que nós precisávamos. Por isso, pediam-me atenção em relação à transferência de novas funções para as CCR; sem pessoal para as desempenhar, o melhor era adiar esse robustecimento do escalão regional. Por outro lado, a instrução dos processos relativos a iniciativas municipais estava a ser deficiente, reclamando formação dos técnicos municipais; era preciso elaborar um programa para o fazer após as férias, nos sectores em que as carências se estivessem a revelar maiores.

Chamaram-me a atenção para a qualidade dos PDM que estavam a ser produzidos. Ela seria sofrível, na maior parte dos casos, porque os responsáveis só estavam a olhar para eles numa perspectiva de acesso ao FEDER e de melhoria do FEF, não se aplicando a reflectir a fundo sobre os atributos e as necessidades dos seus Concelhos. Eu lembrava-me, a este respeito, do ditado. “quem melhor fizer a cama, melhor se deita nela”. O importante, para mim, era que houvesse documentos de ordenamento devidamente aprovados. Como a Lei continha a possibilidade de revisão dos planos, seguramente que a versão revista seria melhor do que a primeira porque, entretanto, os responsáveis haveriam de constatar que valeria a pena aplicarem-se a fazê-los bem-feitos. Recomendei que, na medida que os técnicos pudessem, acompanhassem a elaboração dos PDM e que os presidentes fizessem reuniões regionais frequentes para fazer a avaliação do trabalho feito e detectar dificuldades que pudessem ser objecto de apoios especiais.

O fornecimento de dados para a elaboração dos PDM era crucial. Fiquei, eu próprio, de ver com os presidentes do Instituto Nacional de Estatística e do Instituto Geográfico e Cadastral a forma de os fornecer sem delongas, após a sua solicitação.

A modernização administrativa também passava pela nossa casa. Por isso eu insistia em que os presidentes das CCR cultivassem relações frequentes com a Secretária de Estado responsável que era criativa e sempre muito cooperante. Entusiasmei-os a estabelecerem relações de trabalho com o Instituto de Informática do Ministério das Finanças, nessa altura seguramente o nosso órgão da Administração mais avançado naquela área. Assim foi feito com benefícios evidentes para as Comissões. Eu próprio abri o caminho junto do Ministro das Finanças. Nessa ocasião era importante assegurar que havia compatibilidade entre os diversos equipamentos que se adquiriam. Mas, obviamente, não se podia dar uma ordem para comprar, para todos, uma determinada marca.

Havia dificuldades internas, mas também externas. Na relação com o meio circundante. A quase um ano das eleições legislativas, começavam a agitar-se as hostes dos diversos partidos. Nuns casos por via de queixas, noutros por mecanismos de associação a processos que se estavam a mexer, como sucedia com algumas OID. A técnica é sempre a mesma: quando as coisas estão em movimento, se se insistir publicamente que elas o façam a melhor ritmo, quem pressionar poderá dizer que foi a sua insistência que conduziu aos bons resultados obtidos. Tivemos disso em muitos lados.

Mas, nessa reunião, o que me deixou mais preocupado, foi a afirmação geral de que nós estávamos a transferir para os Municípios competências para os quais eles não tinham pessoal preparado para desempenhar. Não era um caso pontual. Era uma situação geral! Ora, a formação leva tempo! Por isso, eu ficava impaciente.

Elaborei um pouco mais sobre esta reunião para mostrar que não chega definir grandes orientações acertadas. A governação também tem uma “cozinha”, com necessidades de atendimento a muitos pormenores executivos que não são, seguramente, muito exaltantes mas que têm de ser resolvidos. E quem os esquecer não conseguirá alcançar os grandes objectivos a que se propuser.

*

Havia a intenção de apresentar à Assembleia da República uma proposta de Lei-quadro do Planeamento. Eu preparei-a cuidadosamente mas sabia que ela começaria por ter algumas resistências dentro do próprio Governo por razões de

competências entre alguns ministérios, neste caso, especialmente, com o das Finanças. Assim aconteceu.

Começou-se por questionar a oportunidade política da iniciativa que é uma maneira fluída de dizer que não se gosta dela. Depois achou-se que não se dava o devido relevo ao papel do Ministério das Finanças. Acrescentava-se, de seguida, que, embora a preparação do PIDDAC fosse da responsabilidade do Ministério do Planeamento, como se tratava de despesa, quem tinha a palavra final era o Ministro das Finanças. Voltava, assim, à tona a velha questão de dever ou não estar o Planeamento consagrado como ministério ou ser reduzido a uma Secretaria de Estado do Ministério das Finanças. Ora, o próprio Primeiro-Ministro, que havia sido Ministro das Finanças, já tinha definido as coisas ao ter, no seu próprio Governo e, nessa ocasião, pela segunda vez, um Ministério do Planeamento.

Estas coisas são mais correntes do que se pensa cá fora. Muitas vezes nem é a posição do próprio ministro mas a da administração que chefia. Especialmente nos grandes ministérios tradicionais, desenvolve-se uma lógica de afirmação em que a luta por velhos ou novos poderes é permanente. E há sempre um alto quadro que desenvolve perante o ministro uma argumentação de que ele se sente compelido a adoptar e a reproduzir na instância onde as coisas se decidirão.

Por outro lado, era evidente que, estando em curso um processo de regionalização, havia referências várias ao escalão regional e à sua intervenção no processo de planeamento. Um dos ministros fez-se eco dos que não gostavam das regiões e da regionalização e propôs que tudo quanto a elas se referisse deveria ser expurgado da proposta.

O Primeiro-Ministro definiu que a proposta de lei deveria, naturalmente, inserir-se na Constituição e não alterar a lei orgânica do Governo que definia a sua estrutura e as competências de cada departamento. Mas eu tinha visto quais eram as “sensibilidades” e tive-as em conta ao reformular o texto.

Estas manifestações ocorrem especialmente quando os governos estão em velocidade de cruzeiro. Quando os ataques vindos de fora são fortes e frequentes, a preocupação de união fá-las passar para segundo plano. Não deveria ser assim mas as coisas são o que são e é preciso aceitá-las com paciência. Depois, tudo passa e volta-se a tratar do que importa.

*

Como digo noutro lado, o Belmiro de Azevedo foi meu contemporâneo na Faculdade de Engenharia e, desde então, mantivemos relações de estima que, da minha parte, são acrescentadas por uma grande admiração. Fiquei sensibilizado quando me convidou para ser seu patrono no doutoramento “honoris causa” que lhe atribuíram. Por via dessa proximidade falamos, sempre, de todos os assuntos, incluindo os da governação. A maior parte das vezes em ocasiões informais. Mas, em 19 de Julho, solicitou-me uma audiência formal para me fazer recomendações que levava estruturadas num guião.

Como se sabe ele é senhor de uma grande inteligência, de uma capacidade de observação invulgar e fala com a segurança que o seu êxito justifica. Vou resumir as suas recomendações:

Era preciso avançar, urgentemente, com o processo de regionalização e passar para o nível regional o maior número possível de competências. Dever-se-ia, ao mesmo tempo, tratar da formação de quadros, porque a Administração estava recheada de elementos pouco preparados. A modificação que havia sido feita à lei das rendas não era suficiente; para podermos reanimar o mercado do arrendamento tornava-se necessário fazer muito mais. Era preciso criar mobilidade na Sociedade Portuguesa; todas as formas de rigidez são negativas; o próprio sistema fiscal deveria favorecer a mobilidade. Recusava todos os sistemas de incentivos; qualquer projecto que só seja viável com incentivos não deve ser feito, porque não é seguramente bom. Deveriam resolver-se com prontidão as insuficiências infra-estruturais que ainda se observavam – estradas, telecomunicações ...- e as carências em matéria de educação, formação e cultura. Havia condicionamentos burocráticos ao funcionamento da sociedade que eram intoleráveis. O Poder tinha que removê-los; o Poder existe para resolver problemas e criar soluções. Deveria ser fomentada a associação de Municípios para se ter escala. A Administração tinha de ser inovadora. Queixou-se das Autarquias Locais que, por regra, “saqueiam” os empresários, em vez de proporcionarem facilidades para atrair investimento para as suas terras. As grandes empresas não vivem sem as pequenas e vice-versa. Não se deveria dar “migalhas” a muitas iniciativas; o investimento deveria ser concentrado. Deveria “apostar-se nos

cavalos que corram”. O sistema de educação e de formação deveria ser renovado, começando pela universidade que tinha de ser “ventilada”... Um objectivo deveria ser fazer Ph.D. para as empresas; só dessa forma elas se robusteceriam de forma sustentada. Guarnecer o mundo empresarial com doutores deveria representar, para nós, um objectivo prioritário. O controlo da gestão tinha de ser estimulado; mas não havia profissionais para o fazer e para apontar os desvios; era preciso formá-los. O Estado, para ser melhor, tinha de ser menor. A situação de quase pleno emprego que se vivia deveria ser aproveitada para fazer o ajustamento indispensável na dimensão da Administração. Abominava os encargos fixos. Tinha de se fomentar a criação de novos empresários e o espírito de iniciativa empresarial. Era a favor de uma maior autonomia universitária, nomeadamente no que respeitava ao sistema do seu financiamento. Deveria atender-se à condição social dos alunos e dar bolsas a quem exibisse capacidades. As empresas deveriam ser incentivadas a dar bolsas. A lei do mecenato, tal como estava, não funcionava. A Educação deveria ser um sector privilegiado para o mecenato, recorrendo a um processo administrativo simples e rápido para concretizar as respectivas acções. Deveríamos encontrar 50 negócios importantes com parceiros estrangeiros, como instrumento para a modernização. Deu o exemplo do sector do mobiliário; tinha de se integrar na produção, que dominávamos, o *design*, o *marketing* e a logística. Só dessa forma daríamos o salto que precisávamos. O conceito de multinacional tinha desaparecido, sendo substituído pelo de rede internacional; era neste que se deveria apostar. Tinha de se dar mais importância à qualidade de vida e Portugal tinha, para isso, condições excelentes, nomeadamente em matéria de ambiente. Achava que se deveria fazer o “*matching*” entre potenciais parceiros portugueses e estrangeiros; isso poderia ser conseguido através de “bolsas de contactos”. Deveria haver um discurso coerente e único em relação ao investimento estrangeiro; não se deveria distinguir a nacionalidade dos promotores; eram as suas capacidades o que mais deveria interessar. A arte de gerir um negócio é mais importante do que a produção; por isso, insistia no controlo da gestão, no acompanhamento, na adaptação, na flexibilidade... Invocou a nossa tradição na mecânica fina e a importância das feiras

como ponto de encontro para a divulgação das nossas potencialidades. Sublinhou a importância das bolsas de sub-contratação. Apoiava a criação de centros tecnológicos como instrumentos para a inovação; referiu, particularmente, o das indústrias da madeira. Achava que se deveria procurar parceiros estrangeiros mais avançados para o lançamento dos centros tecnológicos. Queixou-se em relação ao funcionamento das sociedades de capital de risco; não estavam a assumir riscos... Estavam encostadas a bancos e funcionavam como gabinetes de estudos desses bancos; tinham-se burocratizado. Concordava com o apoio às “descontinuidades tecnológicas” que poderiam vir a ser fecundas. Insistiu na qualidade dos projectos e na agilidade das estruturas que para ele contribuíam. Apoiava as firmas de auditoria de projectos independentes.

Eu estava, obviamente, de acordo com as recomendações que ele fez. Muitas delas vieram a ter concretização, embora seguindo vias diversas. O que mais me impressionava era o seu genuíno empenhamento no desenvolvimento do país. Falou com entusiasmo contido, mas realista. Tinha pensado em tudo o que me queria transmitir. E, naturalmente, não me falou em nenhum dos seus negócios.

*

Em 20 de Julho recebi as duas grandes associações empresariais: a Associação Industrial Portuguesa e a Associação Industrial Portuense. O tema era o desenvolvimento do país. Vinham fazer sugestões. Entrevieram, especialmente, o Ludgero Marques, o Rocha de Matos e o Luís Todo-Bom. Eu conhecia-os a todos há muitos anos; o Ludgero Marques tinha, mesmo, sido meu aluno. Por isso, as relações eram cordiais, reinando a confiança. Vou referir as suas recomendações não distinguindo quem as fez:

Deveria haver uma concentração dos incentivos em projectos que, de facto, fossem viáveis. Só deveria contar a relevância desses projectos. Teria de se estabelecer uma separação visível entre o económico e o político. As coisas pequenas não são necessariamente más ou negligenciáveis; em todas as escalas existem bons projectos. Deveria ser melhorada, radicalmente, a nossa capacidade de exportação. Achavam que os investimentos feitos na indústria transformadora não

tinham contribuído, decisivamente, para a melhoria da sua estrutura; e era preciso que o fizessem. Os sectores tradicionais na exportação estavam a descer de importância; era preciso reanimá-los. Comparavam os dois países peninsulares: em Espanha estavam mais preocupados com o produto e com a investigação e o desenvolvimento; em Portugal dava-se mais atenção à produção; e isso era errado. Deveria fomentar-se a incorporação de I&D no produto. Estava-se a assistir a um crescendo de fusões de empresas na Europa; em Portugal o individualismo continuava a imperar. Deveríamos agarrar em meia dúzia de oportunidades de contacto entre empresários, de todos os tamanhos; há virtualidades nas parcerias entre grandes e pequenas empresas. Havia falta de técnicos e de quadros; tinha de se curar da formação profissional. A Educação é a base de tudo. Tinha de se passar, rapidamente, para o 12.º ano como nível de escolaridade mínimo. Deveria dar-se grande atenção ao equipamento escolar, particularmente no que respeitava ao equipamento de laboratórios. Os jovens deveriam familiarizar-se com ele desde muito cedo. O estrangulamento real do nosso desenvolvimento estava nas pessoas; elas deveriam ter mais formação. A indisciplina que grassava nas escolas preocupava-os; não conduzia a nada de sólido na educação e formação dos jovens; recomendavam que se olhasse muito a sério para esta questão. A qualidade dos técnicos que saíam das escolas não era grande coisa; “gastava-se o dinheiro e eles não aprendiam”; por isso a questão da disciplina os preocupava (Um Ministro da Educação, uns anos mais tarde, publicou um livro cujo título foi: “O difícil é sentá-los!”...). Havia muito desperdício. Os “currícula” não estavam adaptados às necessidades. A ligação das universidades às empresas era fundamental. Deveriam levar-se os professores às empresas e os empresários às escolas. Tinha de se insistir, particularmente, no “middle management” e no “high management”, porque havia que apostar na qualidade em todos os níveis e funções. Houve mesmo um deles que estabeleceu um calendário: (a) em 1990 era importante levar a cabo o processo de privatizações em curso; mas (b) em 1991, deveria já dispor-se de um tecido empresarial muito diferente do de 1989 e ter concluída uma rede de infra-estruturas decentes (particularmente estradas). A desburocratização era urgente. Deveria dar-se atenção especial às telecomunicações. Como seria

de esperar, recomendaram que se desse subsídios às associações empresariais para construírem parques de exposições e centros de congressos. Disseram que o apoio às empresas deveria ser muito selectivo; concentração e selectividade; a análise deveria ser feita por projecto e não por sectores; em todos os sectores havia projectos bons e maus. Queriam ver fortalecidas as relações entre o Ministério do Emprego (especialmente o IEFP) e o Ministério da Educação (já toquei neste ponto várias vezes). Deveria haver um apoio directo à exportação, por vários meios; para isso deveria haver uma cumplicidade institucional transparente. Para ter sucesso na exportação deveria curar-se da imagem não só do produto como, também, do país. A qualidade dos produtos e os circuitos de distribuição deveriam merecer atenção. Deveria apoiar-se a criação de empresas portuguesas no estrangeiro. Os PALOP teriam de merecer uma atenção especial, em todas as fases do processo produtivo. Para rematar, recomendaram que se reconhecessem as suas associações empresariais como Câmaras de Comércio e Indústria. Não havia divergência em relação à quase totalidade das propostas. E muito do que veio a ser feito a seguir coincidiu com estas recomendações. Era sempre bom ter o respaldo dos empresários nas medidas lançadas no âmbito do sector produtivo. A cooperação franca entre eles e o Governo é sempre indispensável.

*

O Eng. Carlos Pimenta havia sido um Secretário de Estado que eu muito estimava. Por isso, quando vinha de Bruxelas a Lisboa, eu tinha gosto em trocar impressões com ele. Visitou-me em 20 de Julho. A conversa era sempre livre, percorrendo uma variedade grande de tópicos.

Começámos por analisar as fragilidades que nos ameaçavam: entre 1992 e 1997 ainda haveria fundos estruturais para nos apoiar, mas, a partir de 1997, tudo era uma incógnita; por isso, deveríamos chegar àquele ano com o máximo de convergência com a média comunitária já realizado. Assistia-se a um grande fortalecimento do arco Barcelona-Turim; ora ele iria ser um nosso concorrente a ter em conta. O clube europeu estava em alargamento: Áustria, Suécia, Hungria, Checoslováquia (ainda se chamava assim) e outros; não antecipámos que seriam 28 em

2013! O caos urbanístico português impacientava-o; também a mim; mas ganhava-se muito dinheiro em especulação imobiliária e com os loteamentos urbanos das periferias de Lisboa e do Porto e os Autarcas não estavam a ser tão céleres como nós queríamos, na disciplina da ocupação do território. Nessa ocasião, a situação era mais grave no Porto do que em Lisboa; apesar de tudo, melhorou-se muito a situação. Deveríamos dar atenção à preservação do património e ao tratamento da paisagem; a História explicava que o nosso património histórico fosse escasso em comparação com o dos países mediterrânicos, nossos concorrentes na captação de fluxos turísticos. O Turismo é um bom sector, mas sempre frágil, em termos económicos; a procura pode ir, de súbito, para outras paragens. Deveria proibir-se, pura e simplesmente, todas as construções fora das zonas de expansão urbana devidamente aprovadas. Tinha de se proteger, imperativamente, tudo quanto não estivesse estragado, como era o caso da Costa Alentejana. Não deveríamos descurar as nossas relações de cooperação com os PALOP; ninguém mais está nas mesmas condições que nós para os ajudar a desenvolverem-se; a prioridade deveria ser dada à Educação e à construção de escolas nesses países. Entendia que eu deveria oferecer o nosso SNIG a Angola e a Moçambique, onde ele se poderia reproduzir com grande benefício para eles. Apoiava muito o que eu estava a fazer no âmbito do Instituto de Investigação Científica Tropical, mas queria mais; ele deveria constituir um verdadeiro “ponto de amarração” da nossa cooperação; deveríamos antecipar-nos à concretização da paz naqueles territórios, criando desde logo as estruturas de cooperação adequadas. O mar é uma das últimas fronteiras da Humanidade; Portugal está em boa posição para desempenhar um papel de relevo nesse domínio. Tinha de se estimular a “democratização” da tecnologia; a cooperação com os PALOP também implicava a cultura tecnológica. A reforma da Administração tinha de ocorrer rapidamente; o Cidadão dos anos 90 iria exigir cada vez maior qualidade dos serviços públicos; tínhamos de caminhar na direcção de um Estado inteligente, começando pelos sectores mais sensíveis. Preocupava-o o facto de não estarmos a ter uma renovação grande das elites. A participação crescente dos Cidadãos implicava que eles fossem cada vez mais preparados e atentos. O mercado iria evoluir no sentido de uma exigência

progressiva da qualidade; deveríamos preparar-nos para isso. Tal como outros, exprimia as suas dúvidas em relação à formação profissional que estava a ser dada; gastavam-se 100 milhões de contos por ano e os resultados não eram muito expressivos. Queixava-se da “falta de imaginação” das empresas públicas de transportes; deveria investir-se mais, mas de forma exigente nos transportes ferroviários e aéreos. Incentivou-me a apoiar a produção de uma História Natural de Portugal; em cinco programas de televisão, depois transferidos para livro. Queria que os jovens portugueses fossem despertados para a arte. E também recomendou a alteração da lei do mecenato “como forma de libertação” da sociedade civil. Eu estava de acordo com todas as propostas. E estimava muito estas conversas. Ele estava lançado numa carreira internacional no domínio do Ambiente, mas não deixava de seguir de perto tudo quanto se passava em Portugal. E pensava nas soluções...

*

Hoje, não há obra pública que não seja precedida de um estudo de impacte ambiental feito de acordo com as melhores práticas, mas em 1990 ainda se reagia à necessidade de os fazer com profundidade. Em Julho de 1990, eu já não tinha a tutela do Ambiente, mas conservava a dos fundos estruturais. Se houvesse atrasos na execução, os objectivos que tínhamos fixado não seriam alcançados e isso teria repercussões várias, nomeadamente no Tesouro. Em fins de Julho fui alertado para o facto de se estar prestes a entrar no que se chamava o pré-contencioso por causa do trecho de auto-estrada entre Torres Novas e Fátima, na travessia da Serra de Aire e Candeeiros pela A1. Tinha havido uma “lettre d’avis motivé” e, apesar de a designação francesa ser “chic”, eu fiquei muito preocupado. Toquei o alarme e a Junta Autónoma das Estradas aplicou-se e fez uma resposta esclarecedora. Quando se introduzem novas práticas e elas são exigentes, há sempre quem tente contorná-las. Tiveram de trabalhar à pressão (os Portugueses gostam disso...), mas conseguiu-se ultrapassar as objecções. Nas obras seguintes já não houve necessidade de fazer de bombeiro...

*

Chegado o verão, os fogos florestais começavam a assolar todo o território, especialmente o Centro e o Norte do país, onde há muito material para arder e o espaço rural foi deixado de estar ocupado e, portanto, vigiado. Já falei, várias vezes, no que estávamos a fazer, sem grande sucesso, para minimizar o flagelo. No dia 24 de Julho, tive uma reunião com o Coronel Maia e Costa, para fazer o ponto da situação. Tinha havido um grande incêndio na Pampilhosa. Dezenas de hectares haviam sido consumidos pelo fogo. Os bombeiros queixavam-se de que não existiam caminhos rurais para acesso das viaturas, nem pontos de água. Por isso, as Autarquias reclamavam mais apoios para construir estradões e pequenas barragens. Hoje, estou convencido de que não é pelo combate que se deve ir, mas pela prevenção que, em Portugal, é sempre mais difícil. Havia o problema da vigilância. As populações queixavam-se de que não havia a repressão adequada. Sabia-se quem eram os negligentes ou os pirómanos mas nada se fazia para os punir. Os Centros de Comando Operacional não tinham grande preparação. Era preciso dar-lha. Fiquei siderado quando ele me disse que a temperatura desenvolvida no coração de um grande fogo florestal era de 700^o!

Passados vinte e cinco anos (2015) assistimos, todos os verões, à repetição do flagelo. Estou agora ocupado em ver como se há-de fomentar a re-ocupação do espaço rural. Na minha adolescência não havia fogos florestais em Portugal. O terreno estava todo, ou quase todo, ocupado e, portanto, vigiado.

*

Em 25 de Julho visitou-nos, em Lisboa, o Ministro Espanhol das Obras Públicas e Urbanismo, Javier Saenz de Cosculluela, meu velho conhecido. Veio falar-me de obras públicas e, especialmente, de estradas. Reafirmou a consideração que tinham ao definir os seus eixos prioritários às ligações com Portugal. Debruçámo-nos sobre as propostas de grandes eixos europeus; ele disse que, no plano espanhol, tinham sido estabelecidas as diversas etapas por critérios internos; por acaso, em certos lanços coincidiam com as prioridades europeias. O plano em curso terminaria em 1992; no final do primeiro semestre de 1991 teriam pronto

para ir ao Parlamento um segundo plano de estradas. A sua preocupação ia para a conclusão da malha rodoviária espanhola. Mas vinha-me anunciar as datas de conclusão das ligações a Portugal, em que eu tinha insistido várias vezes: a ponte Tuy - Valença seria aberta a 15 de Janeiro de 1992 (foi mais tarde...); Ayamonte - Vila Real de Santo António, em 1 de Junho de 1991 estaria pronta; em relação à ponte de Salvaterra de Miño - Monção os trâmites constitucionais estavam prontos e em Setembro seria feito o anúncio da obra; em Monfortinho, o projecto seria feito por Espanha e o anúncio formal da obra teria lugar ainda em 1990; em relação a Barca d'Alva - La Fregeneda não havia convénio internacional, sendo preciso começar por aí; no Caia havia também necessidade de um novo convénio. Analisámos depois as consequências para nós, da redução enorme que tinha sofrido o programa transfronteiriço europeu; tinha passado de 850 MECU para 350 MECU! Mas, felizmente, tinha sido mantida a percentagem de cobertura de 70%. Nós não seríamos muito atingidos pelo corte súbito e severo. Deveríamos começar a insistir noutras redes: o caminho-de-ferro, a electricidade, o gás, as telecomunicações... E numa outra que me era muito cara: a das instituições de investigação. Mas, neste domínio, não tem sido corrente os Portugueses lembrarem-se de fazer parcerias com os Espanhóis, nem vice-versa. Vão ambos buscar parceiros no Reino Unido, na Alemanha ou em França... acabando por trabalhar juntos em terreno de terceiros.

*

Em 26 de Julho haveria Conselho de Ministros com uma parte dedicada aos assuntos europeus. Eu sabia que me seria solicitada uma informação pormenorizada da situação, de modo que preparei a lista seguinte, para informação dos meus Colegas e para solicitar apoio a algumas coisas que reclamavam atenção.

No dia seguinte eu iria assinar em Bruxelas 17 programas operacionais e o programa operacional da Madeira; tinha de ser definida a nossa ligação ao programa Regis (Programa Operacional de Desenvolvimento das Regiões Ultra-Periféricas Portuguesas), bem como a questão das contrapartidas aos subsídios concedidos à Madeira no âmbito do SIBR e do SIFIT que o Governo Regional estava a adiar; o

RECHAR iria ser aprovado nessa semana; o RENAVAL (2ª parte) estava em análise pelo Ministro da Indústria; o PRODIATEC estava em apreciação pelo Ministro da Juventude e pelo Secretário de Estado da Cultura, mas, de qualquer forma, seguiria naquela semana para Bruxelas, “para marcar vez”; de tudo o que estava previsto que apresentássemos à Comissão só ficava a faltar o ENVIREG e o STRIDE que seguiriam em Setembro.

Havia alguns despachos conjuntos que estavam “encalhados” nos gabinetes. Em matéria de contrapartidas nacionais havia um “buraco” na Escola de Turismo do Estoril que tinha de ser colmatado rapidamente. As obras do Centro Cultural de Belém estavam a andar, mas precisavam com urgência de um adiantamento de três milhões de contos.

Referi isto em pormenor para ilustrar como tudo tem de ser acompanhado de perto. Na reunião do Conselho analisámos as prioridades da Presidência Italiana e as medidas transitórias aplicadas à reunificação da Alemanha. Em relação às redes transeuropeias, verificámos que a Itália perfilhava inteiramente os pontos de vista do Governo Português. Soubemos do apoio favorável dado pela Comissão à adesão da Áustria e de Malta e à recomendação de diferimento da de Chipre. Estavam em curso os acordos de associação com os países do Leste Europeu. Nós tínhamos três situações de contencioso a caminho do Tribunal de Justiça: uma sobre os encargos cobrados na importação de mercadorias; outra relativa ao exercício das funções dos transitários; e uma terceira respeitante ao monopólio do álcool. Tínhamos que acelerar a transposição de Directivas Comunitárias, porque estávamos em atraso e isso era delicado, especialmente porque se avizinhavam conferências intergovernamentais. Discutia-se a questão do aumento do orçamento comunitário e do reforço dos fundos estruturais, de que éramos um beneficiário patente. A situação financeira na Rússia era catastrófica, mas ela tinha a maior relutância em aproximar-se do Fundo Monetário Internacional; todavia, à Europa não convinha que ela entrasse em situação de bancarrota; por isso, a Comissão havia constituído um grupo formado pelo FMI, pelo Banco Mundial, pela OCDE e pelo BERD para analisar a questão e propor soluções. Fomos informados que na Presidência Italiana seria dada uma atenção particular às questões da fiscalidade, especialmente sobre as poupanças.



FIG. Numa subida ao Pico, Açores.

Na mesma reunião do Conselho de Ministros (Julho) foi analisada uma versão do PIDDAC 91 já muito próxima daquela que iria constar da proposta de Orçamento. Mas ainda se estava em altura de protestos; todos clamavam por mais dinheiro, porque tinham projectos para muito mais do que lhes era atribuído; e isso era sempre feito com inteligência de argumentação e muito empenhamento; alguns chegavam a ser contundentes... Mas sabíamos que tudo iria terminar bem...

*

No dia 27 de Julho assinei, em Bruxelas, os 17 programas operacionais a que já me referi e fui recebido pelo Presidente Jacques Delors e pelo Comissário Bruce Millan. Foi, aliás, com este que foram assinados os programas. A reunião com o Presidente da Comissão é que não era corrente. Acompanhou-me o Secretário de Estado da Integração Europeia, Victor Martins, com quem conservei sempre excelentes relações. Fiz um breve relato acerca da situação geral relativamente aos fundos. Mas o objectivo principal do encontro era relativo à situação da Madeira e dos Açores que tinham sido objecto de um relatório feito por um alto-funcionário chamado Azzi e que nós queríamos ver mais ajustado aos nossos problemas. Em relação à Madeira, falei-lhe, especialmente, no aeroporto que necessitava de profunda reformulação e no desastre ecológico que tinha ocorrido no Porto Santo. Estava em causa o estabelecimento de medidas de transição de economias atrasadas para economias modernas; eram necessárias algumas derrogações. Havia apoio financeiro do REGIS mas não chegava. Era preciso uma ajuda mais expressiva às regiões ultra-periféricas economicamente muito débeis.

O Presidente Delors ouvia com a maior atenção o que lhe dizíamos mas havia sido competentemente preparado para a reunião. Tinha, diante dele, umas notas com toda a informação pertinente. Referiu que o Conselho Económico já havia aprovado a aplicação do princípio da solidariedade interna. Mencionou também a importância da solidariedade externa. Quanto mais progredíssemos mais seríamos desafiados. E os países da Europa de Leste solicitavam-nos. Propôs a elaboração de uma espécie de programa POSEIDON para a Madeira e para os Açores; “o coração da Europa também devia bater lá-bas”! Manifestou-se a favor da construção do novo aeroporto, prometendo a decisão de apoio para daí a 6 a 8 semanas.

Recomendou que aquele programa em que assentávamos se aproximasse o mais possível do regulamento geral; isso facilitaria a sua aprovação.

Insisto em dizer que se saía sempre com entusiasmo destes encontros com o Presidente Delors. Ele mostrava uma confiança no futuro e uma determinação na acção que eram contagiantes. Dessa vez, eu fiquei particularmente satisfeito pela clareza com que ele respondeu à questão do aeroporto de Santa Catarina: “il faut faire cet aéroport!”...

*

No fim-de-semana de 4 e 5 de Agosto fiz uma visita a empreendimentos em curso nos Açores. Entre os acontecimentos previstos estava, no domingo, uma subida ao Pico com algumas personalidades de destaque, regionais e nacionais para promover a actividade como atracção turística. No dia aprazado a montanha amanheceu com mil metros (!) de nuvens em cima... ainda se subiu um bom bocado, mas passou a não se ver nada, assumindo um risco despropositado uma coisa que só deveria mostrar-se atraente. Por outro lado, a televisão não conseguia filmar nada, a não ser nevoeiro... Adiámos a “expedição”... tendo acabado todos, devidamente enfarpelados, numa procissão que, essa sim, passou a ser notícia, aliás beneficiada por uma luz inigualável. Mas, quando olhávamos para cima, lá estava o capacete de nuvens sobre a montanha...

*

Por razões ligadas à prosperidade da Região do Norte e, especialmente, da Bacia do Ave, eu acompanhava de perto o que se passava no Uruguay Round, do GATT. Em princípio de Agosto de 1990, a situação era a seguinte: As negociações ou se haveriam de saldar por um grande êxito e isso aconteceria até Dezembro, ou haveria uma ruptura que, para o nosso sector têxtil, seria muito má. Temíamos o compromisso de última hora que os “grandes” haveriam de tentar e ao qual nos teríamos de acomodar; para nós aí residia o verdadeiro perigo; por isso estávamos a seguir as negociações com atenção, empenhando-nos nelas com o maior profissionalismo.

Havia dezasseis “dossiers” distintos. O da agricultura era crucial para os Estados-Unidos, para a Comunidade Europeia e para o Japão. Estava especialmente em causa o desmantelamento dos subsídios à exportação que interessavam particularmente aos Estados-Unidos que propunham a “zero option”; a Europa queria ajudar as exportações para se ver livre dos excedentes que a PAC tinha ajudado a criar. Tudo se encaminhava para a adopção de um desarmamento a longo-prazo e feito gradualmente; todavia, isso ainda não estava escrito...

Em relação ao sector têxtil, a Comunidade Europeia tinha subscrito e apresentado a proposta portuguesa e parecia possível um acordo com os Estados- Unidos; mas estes queriam uma cláusula de salvaguarda global e nós pretendíamos uma selectiva... adaptada à nossa situação que era muito diversificada.

O terceiro domínio que estava a causar emperramentos era o dos serviços, bancos, seguros, etc. Aqui eram os “developing countries” que estavam a pôr muitas reservas. Havia um grande diferencial de condições em relação aos países desenvolvidos.

De acordo com as informações que nos chegavam, deveria acentuar-se: uma tendência generalizada para a liberalização da economia; em relação aos sectores sensíveis essa liberalização teria de ser progressiva, se não haveria colapsos em muitos lados; a aplicação rigorosa das regras e disciplina do GATT; a reciprocidade de tratamento e um extremo rigor em relação ao “dumping” social que se praticava em muitas partes do mundo (e ainda se pratica...).

*

Eu tinha dado apoio à criação da ANJE (Associação Nacional dos Jovens Empresários) e, talvez por isso, mantive desde sempre boas relações com os seus responsáveis. Vieram falar comigo no dia 8 de Agosto. Gostariam de que eu apoiasse a sua candidatura ao Comité Económico e Social da Comunidade Europeia; achavam que o órgão era demasiado discreto, na sua actuação e eles queriam contribuir para a sua dinamização; havia outras associações a considerar, nomeadamente a dos jovens agricultores; eles propunham que a apresentação fosse rotativa. Estavam preocupados com o funcionamento das

instituições públicas que consideravam pouco eficazes. Criticavam, particularmente, a forma como se processavam os concursos públicos. Não gostaram do apoio dado à Ford-Volkswagen; preferiam que o montante tivesse sido distribuído a empresas portuguesas (visto a esta distância, eu acho que fizemos muito bem em ter dado aquele subsídio. A empresa tem contribuído de forma excelente para a nossa economia, por via das exportações, dos sub-contratos e da nova cultura empresarial que introduziu). Queixaram-se relativamente ao mau funcionamento das sociedades de capital de risco; o capital para iniciar as empresas não estava disponível, nomeadamente para os jovens empresários; aquelas instituições eram meras instituições financeiras; essas queixas eram vulgares. As sociedades de fomento empresarial também não estavam a funcionar bem, os critérios do PCEDED eram, aliás, muito difíceis de cumprir. Não queriam subsídios a fundo perdido, preferiam empréstimos, mas esses eram muito difíceis de conseguir. Sugeriram que um montante da ordem dos 3,5% do fruto das privatizações fosse orientado para o fomento empresarial: criação de novas empresas, ninhos de empresas, incubadoras de empresas, mesmo formação. Afirmaram que o ninho de empresas do Porto estava a funcionar muito bem, o que continuou a verificar-se, durante muitos anos. Compararam a reforma fiscal que tinha tido lugar e que achavam excelente com a do sistema judicial que consideravam ainda não ter acontecido; recomendaram que se lhe desse a maior atenção. As conservatórias do registo comercial estavam a funcionar com atrasos inaceitáveis (o que já me tinha chegado, por outras vias). As telecomunicações representavam um travão ao desenvolvimento, aparentemente, porque tinha de se importar os cabos e isso demorava muito. Recomendaram que se atendessem à poupança de energia (O Ministro da Energia considerava que uma das principais fontes de energia de que dispúnhamos era ... a poupança da energia!). Os juros cobrados pela banca eram considerados como muito altos, especialmente para quem não tinha grande poder negocial, como era o caso dos jovens empresários. Havia operações bancárias demoradíssimas como sucedia com a compensação de cheques; particularmente com os meios de que já se dispunha. Pretendiam maior apoio ao comércio externo; consideravam o fomento

das exportações como uma prioridade. Queriam ver incluídas, nos programas escolares, acções de incentivo à capacidade empreendedora dos estudantes. E gostariam de ver facilitada a constituição de novas Câmaras de Comércio e Indústria. Eu estava de acordo com muitas das recomendações feitas.

*

Em 2 de Agosto de 1990, o Iraque tinha invadido o Koweit, anexando-o de seguida. O preço do petróleo subiu, logo no dia seguinte. Isso tinha repercussões em todo o mundo, nomeadamente em Portugal. Foi o primeiro tema da reunião do Conselho de Ministros de 9 de Agosto. Já tinha havido o congelamento dos bens do Iraque e do Koweit na Comunidade Europeia. Foram analisadas as causas e as implicações do conflito. O Iraque pretendia uma subida dos preços do petróleo, o que era contrariado pelos Estados- Unidos. No dia seguinte haveria uma reunião da NATO. Qualquer intervenção militar só poderia ter lugar depois de se verificar que o embargo não havia resultado.

Nós dependíamos do Iraque em 13% das nossas importações de petróleo. Nessa altura tínhamos contratadas três cargas, até ao final do ano. O barril do petróleo estava, nessa ocasião, a 28 US dólares! A evolução da situação era imprevisível. Temia-se que o bloqueio conduzisse a uma fuga para a frente de que ninguém ariscava os resultados. Receava-se a invasão da Arábia Saudita. Nós dispúnhamos de reservas para quatro meses. Mas seria bom contemplar algumas restrições ao consumo. Era evidente que a questão nos transcendia. No âmbito europeu, nós éramos um consumidor marginal. Mas seria todo o Ocidente que haveria de sofrer as consequências da evolução da situação.

Na mesma reunião do Conselho tratou-se da questão dos fogos florestais que, em pleno verão, grassavam por todo o território, especialmente a norte do Tejo. A maior parte deles ocorria por negligência, mas havia muitos de origem criminosa. Não nos contentava a explicação de que toda a orla mediterrânica padecia do mesmo mal. Havia sempre uma causa humana para o fogo. A explicação para a transmissão fácil do fogo era a quantidade de material combustível existente nas matas que não eram limpas há muito anos. A floresta das Beiras era constituída

por pinhal plantado há cem anos; depois dos primeiros cortes tudo tinha sido espontâneo, conduzindo a uma mancha contínua, desordenada e caótica que era pasto fácil das chamas. Os fogos costumavam ser mais intensos em Julho e Agosto na Região do Centro e em Agosto e Setembro na Região do Norte. Tivemos notícia de que havia em França uma máquina que limpava 1,5 ha de terreno por dia; eles dispunham de uma máquina por comuna, mas não havia comparação nas condições climatéricas e, especialmente, na estruturação das matas. Acertámos em impor barramentos à ocupação para fins de construção nas áreas ardidas. Sabíamos bem que a intervenção da Polícia Judiciária não teria resultados imediatos. Havia alguma relutância em relação ao agravamento das penas, porque não era fácil encontrar os incendiários que teriam pegado fogo a tanta mata que tinha ardido! Estou a escrever em Agosto de 2015. A televisão continua a dar grandes reportagens diárias sobre os fogos que destroem uma riqueza para a qual temos enorme aptidão. Detesto a “silly season”!

Em 10 de Agosto, houve, em Coimbra, numa grande reunião sobre os fogos florestais que estavam a assumir proporções inquietantes. Participaram o Ministro da Administração Interna, o Ministro da Justiça, o Ministro da Agricultura e o Ministro do Ambiente, além de mim próprio. Foram convocados todos os Governadores Cívicos, alguns responsáveis pela Protecção Civil e o Presidente da Câmara de Vila Nova de Poiares que era, simultaneamente, autarca e responsável pela hierarquia dos Bombeiros. Ficou logo claro, desde o início, que não se tratava de uma reunião para afectar novos meios ao combate, mas para definir novas formas mais eficazes de combater os incêndios com os mesmos meios. Em certos círculos pairava a desconfortável impressão de que a mais meios andavam associados mais incêndios!... Por isso, convinha esclarecer que não iríamos tratar de decidir afectar mais recursos. Sabíamos que pairava a sensação de que todos os fogos eram de origem criminosa. Havia que contrariar essa ideia, até porque sabíamos que a negligência era a causa de um grande número. Fogos espontâneos é que não havia, seguramente... Mas a investigação criminal estava a ser feita; havia trocas de informação e tratamento da informação que tinham, todavia, de ser reforçadas. A coordenação da luta tinha de ser mais eficaz. Tínhamos um sistema

de penas suficientemente elevadas; o que não tínhamos era réus! Preconizava-se maior prevenção e coordenação das informações. A prevenção deveria ser global e específica, esta dirigindo-se às zonas com maiores riscos.

Dever-se-ia fazer a avaliação dos meios que havíamos criado. Relembro que as primeiras acções sistemáticas e de coordenação tinham começado em 1986, havia já mais de quatro anos. Era certo que tinha havido uma diminuição da população fixada no interior, o que se traduzia em menor ocupação do solo agrícola e florestal e, portanto, maior abandono das zonas vulneráveis. Mas estavam em curso dois projectos de florestação, um apoiado pelo Banco Mundial (Projecto Florestal Português) e outro por fundos comunitários (o PAF – Programa de Acção Florestal). Eles iriam permitir florestar 50.000 ha e beneficiar 130.000 ha já plantados, construir 4.900 km de caminhos de acesso e 315 barragens para abastecimento de água. Mas ainda estavam a ser preparados outros instrumentos de acção. Era preciso forçar o “lobby” da política florestal mediterrânica; quem mais sofria com os incêndios era Portugal, Espanha e a Grécia; a França e a Itália também tinham alguns fogos florestais, mas com menor expressão.

Todos preconizavam melhor coordenação dos meios; mas a coordenação sendo difícil em qualquer lado, em Portugal é um exercício “transcendente” ... Os descuidos das populações e os incêndios originados nas lixeiras deveriam ter prioridade na nossa atenção. O pior é que nas matas nacionais, confiadas à guarda do Estado, também havia incêndios!... Punha-se em dúvida que os bombeiros dispusessem dos meios adequados e que tivessem a formação conveniente. Havia que avaliar estes dois factores. Uma vez e outra repetiam-se as recomendações para uma maior coordenação; já havia as CEFF (Comissões Especiais para os Fogos Florestais) que, pelos vistos, tinham dificuldades na coordenação dos meios; é certo que elas actuavam sempre em situação de catástrofe, o que dificultava muito uma acção firme e serena. A rede de rádio da protecção civil funcionava adequadamente e poderia ser utilizada. Tinha havido tentativas de fogo posto por “very-lights”; impunha-se um controlo apertado da sua venda, pelo menos registando o nome de quem os comprava.

A renovação dos resíduos florestais era um quebra-cabeças. Não se fazia após o corte das árvores e permaneciam nas matas, aumentando a massa combustível. Impunha-se que se obrigasse à sua remoção. Talvez fosse conveniente produzir regulamentação acerca da permanência de árvores e de mato nas imediações das construções.

Pediam-se mais pistas para aterragem dos meios aéreos de combate. E alguns Governadores Civis insistiam muito na formação dos bombeiros e dos seus quadros. Tinha que se aperfeiçoar a forma de combater os diversos tipos de incêndios, porque eles são diferentes em encostas ou em plano, com vento ou sem ele, com mato rasteiro ou encorpado, etc. E, especialmente, o ataque aos fogos tem de ser coordenado, mormente se houver várias frentes. Novamente, a questão da formação, dessa vez de quadros. A impressão generalizada era de que, com floresta desordenada, seria muito difícil conseguir dominar os fogos adequadamente. Voltámos ao princípio: era preciso ocupar o espaço e geri-lo. E, por outro lado, combater a negligência que se estimava fosse responsável por mais de 40% dos fogos!...

Mas havia quem fosse mais radical: o que nós tínhamos era fogos a mais, porque eles eram postos. Chegava-se mesmo a dizer que mais de 95% deles era de origem criminosa!... Isto há 25 anos!... Mas continua hoje... Em princípios de Agosto tinha sido detectado um paraquedas incendiário lançado de uma avioneta sem referência sobre Porto-Brandão... É incómodo admitir que há crime generalizado, sob muitas formas. Mas a impunidade não ajuda nada a resolver o problema. Nem a impunidade, nem as longas reportagens sobre fogos florestais na televisão.

*

No dia 13 de Agosto, tive uma reunião com o Secretário de Estado da Cultura que me veio falar do seu programa de iniciativas. Tinha ido, recentemente, a S. João Baptista de Ajudá e gostaria de que Portugal apoiasse a Republica de Benim na construção de um porto de pesca; era preciso fazer o projecto. Recomendiei-lhe o Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Mas ele gostaria de ter um vasto programa de cooperação, envolvendo a televisão e escolhendo pontos estratégicos, além dos PALOP. Gostaria de que a Cultura tivesse um lugar importante durante

a presidência portuguesa da Comunidade Europeia. Dava, justamente, muito relevo à inventariação do património; propunha-se fazer, para isso, um protocolo com a Conferência Episcopal e com a União das Misericórdias. Falou-me dos Arquivos Distritais; recomendei-lhe, também, os Municipais.

Havia vários acontecimentos importantes no horizonte: a Europália, na Bélgica em Setembro de 1991 e “Lisboa – Capital da Cultura” em 1994. Eram ocasiões excelentes para projectar o nosso património e a nossa cultura. Teríamos, também, de participar na Exposição de Sevilha, com pavilhão próprio e um lugar de destaque na programação; o nosso Comissário foi o Vasco Graça Moura que teve uma actuação de muito mérito.

Queria dar um grande impulso ao teatro e fazer renascer o interesse por compositores como Viana da Mota. Estava muito entusiasmado com uma feira internacional de artes plásticas que iria ter lugar na Exponor, juntando 20 galerias nacionais com 30 estrangeiras; para ele, era muito importante esse confronto. Anos mais tarde, tive ocasião de ser eu próprio a organizar esse encontro que, realmente, chamava muitos expositores e compradores, fazendo-se negócio e projectando as galerias nacionais.

Queria apoio financeiro para recuperar teatros de cidades que pudessem sustentar programas com companhias que circulassem entre eles. Pretendia disseminar pelo país, centros de restauro. Além do Instituto José de Figueiredo e da Fundação Ricardo Espírito Santo, ambos em Lisboa, não havia mais nada com capacidade profissional assegurada. Hoje, felizmente, já não é assim. Merecia-lhe particular cuidado o sector do azulejo, para o qual se impunha uma sensibilização das Autarquias. Há muitas delas que não só têm depósitos de azulejos recolhidos em demolições como oficinas de restauro com profissionais que se formaram.

Apoiei-o no seu vasto programa de iniciativas, procurando os parceiros que lhe poderiam acrescentar mais meios financeiros e humanos.

*

O Dr. Manuel José Homem de Melo é uma personalidade invulgar. Sempre a par do que se vai publicando e do que vai acontecendo, tem uma perspectiva sempre fundamentada sobre a vida nacional e internacional. Encontrava-me com

ele, algumas vezes, não tantas como eu gostaria mas as que me eram possíveis. Uma delas foi no dia 14 de Agosto. Tinha publicado o livro “Portugal, a Europa e o Futuro”. O que se impunha era vencer a batalha do futuro. A ausência de guerra (nunca houve guerras entre democracias) no seio da Comunidade impunha, naturalmente, um esbatimento da soberania de cada um para haver a paz entre todos. Mas nós não poderíamos ser um mero apêndice da Europa: uma espécie de “Albânia democrática” da Comunidade. Seria bom que se comunicasse aos portugueses que iriam mesmo perder partes da soberania para ter acesso às vantagens de estarem integrados numa grande potência a nível mundial. Depois interessou-se muito pelos problemas ambientais, nomeadamente pelos lixos não tóxicos, domínio em que o país não estava muito bem. Manifestou a sua impaciência em relação a dois autarcas de um grande concelho da Área Metropolitana de Lisboa que traziam as suas pequenas guerras a público. Morreram ambos pouco depois!... Falava sempre com um entusiasmo contagiante.

*

A situação do Golfo preocupava a Europa. Em 23 de Agosto fizemos o ponto da situação. A agressão e anexação do Koweit eram um facto. Deveria ser impedido que se verificassem novas agressões. Tinham sido aplicadas sanções económicas; mas, se elas não funcionassem, só restava como solução a militar, o que nos desagradava. Deveria distinguir-se embargo de bloqueio; o que estava em causa era o primeiro. Mas se tivesse de haver uma acção militar ela deveria ser conduzida pela UEO (União da Europa Ocidental), nessa ocasião presidida pela França. Na altura, tratava-se, essencialmente, de um conflito árabe. Mas era evidente que o mundo ocidental estava particularmente atento ao que se iria passar no sector do petróleo. Preocupava-nos muito a hipótese de tudo deflagrar num conflito armado. As nossas fragatas seriam, nessa eventualidade, um peso-morto, porque não dispunham de defesas anti-mísseis e desajudariam em vez de ajudar. Sabíamos que os peritos da UEO estavam reunidos em Bruxelas para avaliar a situação. Por isso teríamos de esperar. Mas havia alguns Portugueses no local. Tanto quanto conseguimos apurar eram 21 no Koweit e cerca de 30 em Bagdad. Dos primeiros tínhamos notícia de que 9 queriam ser evacuados. Havia mais, mas estavam incontactáveis.

Certificámo-nos de que nenhum deles estava a ser utilizado como “escudo humano”, como é tão frequente naquelas paragens.

Em Portugal, dispúnhamos de reservas de produtos petrolíferos para 4 meses, havendo sido já definidos fornecimentos alternativos àquela origem. Mas estava a assistir-se já a um grande movimento especulativo. Não se considerou como indispensável a revisão dos preços dos combustíveis. Mas sabia-se que o que se estava a passar teria repercussões na inflação internacional e, por conseguinte, nas nossas perspectivas de crescimento. Logo foi tomada a decisão de não se fazer nenhum orçamento suplementar para o resto do ano; mas não se sabia definir com rigor a evolução possível. Não haveria libertação da regulação da procura. Como se vê, dado o alerta, travou-se às quatro rodas!...

*

Em 13 de Setembro de 1990 foi apreciada a situação dos assuntos comunitários. Os nossos diferentes projectos e programas estavam a correr bem, mas era necessário estar sempre em cima das coisas, acompanhando a sua execução. Nós insistíamos num discurso de modernidade e de esperança, onde também havia lugar para a solidariedade social. Mas queríamos o envolvimento de todos, especialmente dos mais dinâmicos que tivessem capacidade de iniciativa. Só o futuro é que é mobilizador; mas, apesar de sabermos isso, queríamos apresentar um balanço com o cumprimento das promessas feitas.

A reunificação da Alemanha continuava a ser por nós observada. Em relação ao conflito no Golfo, dispúnhamo-nos a dar ajuda humanitária sob fórmulas diversas, aos refugiados na Turquia, na Jordânia e no Egipto (a primeira linha).

Os problemas da concorrência tinham sempre grande sensibilidade na Comunidade Europeia. Os compromissos celebrados com o COMECON poderiam sofrer desvios significativos, o que nos causava apreensões.

Tinha sido apresentado um primeiro esboço relativamente ao acesso aos fundos estruturais. Ele deveria ser estudado pormenorizadamente, porque se reflectia sobre nós; para o período 1991/93 estavam propostos 3.000 MECU mais 1.000 MECU do FEOGA-GARANTIA, o que nos parecia ser insuficiente. Deveríamos ter uma posição definida até ao início de Outubro.

A presidência portuguesa, a pouco mais de um ano de vista, merecia o nosso cuidado quanto à programação das reuniões e à coordenação interna dos diferentes ministérios, quanto à logística e segurança e quanto à formação do pessoal. Estimava-se que ela envolveria cerca de 1300 funcionários cuja preparação em assuntos europeus deveria ser atendida. A missão da presidência seria nova, para nós. Não se tratava de fazer vencer os nossos próprios interesses, mas de conciliar os interesses de todos. Era nessa perspectiva que a nossa acção seria apreciada. O rol dos assuntos que se iriam pôr, em 1992, era variado. Incluiria de certeza os seguintes: o Mercado Interno, a União Política, a União Económica e Monetária, a nomeação da nova Comissão, a revisão das receitas da Comunidade feita na sequência da revisão dos fundos, com novas adesões e as relações com a EFTA, com os países da Europa Central e Oriental e com os países mediterrânicos. Teria de haver um contacto intenso entre a Comissão, o Secretário-geral do Conselho e as diversas Comissões do Parlamento Europeu. Deveríamos articular-nos particularmente com a Holanda que nos antecedia e com o Reino Unido que viria a seguir. Seria bom que não somente os ministros se conhecessem como os altos funcionários tivessem boas relações entre si. Mas foi lembrado que a presidência que iríamos exercer era a do Conselho de Ministros das instâncias europeias e nenhum outro.

*

Em 17 de Setembro iria abrir o novo ano lectivo. Era a maior operação de sempre! Tudo estava a decorrer com normalidade. Havia 45 novas escolas preparatórias e secundárias. E, no ensino superior, as vagas seriam mais de 50.000 no primeiro ano; tinham sido 38.000 em 1989/90 e 27.000 em 1988/89. Era um crescimento muito expressivo. Havia 57.400 candidatos.

Estava em curso uma reforma curricular, o sistema de gestão das escolas seria alterado e havia um novo estatuto dos professores. As condições de risco viam-se, por isso, agravadas. Todavia, tudo estava a decorrer com serenidade.

*

A preparação da proposta de Orçamento Geral do Estado ocupava várias sessões do Conselho de Ministros. Começava-se por definir as grandes linhas gerais e depois, por iteração, iam-se afinando as sucessivas versões, sempre com eloquentes defesas da parte de cada ministro, que não poderiam ser ainda mais apertadas do que já tinham sido. Cabia-me uma parte especial do exercício que era o PIDDAC. Embora o tecto fosse estabelecido sob proposta do Ministro das Finanças, a sua distribuição sectorial cabia-me a mim. Isso exigia intermináveis conversas com cada um dos Ministros, nas quais pesava muito a capacidade de realização anterior. Quem não havia sido capaz de concretizar o que prometera não justificava que para o sector fossem orientadas verbas que ficariam por utilizar ou experimentariam atrasos inconvenientes. Até porque as coisas eram diferentes de há meia dúzia de anos atrás; agora, as verbas do PIDDAC eram, em grande parte, contrapartidas nacionais de ajudas comunitárias; se elas não fossem aplicadas haveria uma série de consequências negativas que começavam no Tesouro mas acabavam no próprio país.

Como se estava em plena crise energética, decorrente da invasão do Koweit, a volatilidade no sector era grande. Na sequência das recomendações do ECOFIN, tinha sido estabelecido que as repercussões internas dos preços da energia não deveriam ser acomodadas na política monetária, mas sim na política orçamental, não devendo reflectir-se nos aumentos dos salários.

Visto um ano depois, o Orçamento para 1990 foi considerado como expansionista. O de 1991, apesar de ser um ano de eleições legislativas, deveria conter uma redução apreciável do défice.

Quanto ao PIDDAC foi fixado um tecto de 258 milhões de contos, com um congelamento de 10% libertado mais tarde, caso a caso e só se as condições o permitissem. Todos se queixaram! No Ministério dos Negócios Estrangeiros haveria um défice de 5 milhões de contos; no do Emprego e Segurança Social as transferências para esta última seriam insuficientes; no da Justiça não dava para pagar os salários...; no do Ambiente, os novos serviços previstos não poderiam ser criados; no da Educação foi referida “a impossibilidade matemática de resolver a inequação”... que era pior do que a Guerra do Golfo; no da Saúde dizia-se que quanto maior fosse a eficiência

maior seria a despesa; nas Obras Públicas tinham de ser adiadas imensas coisas; no do Comércio, não havia dinheiro suficiente para apoiar as exportações; eu, naturalmente, também referi o que não iria fazer se não me dessem mais meios; e por aí fora ...Tudo normal! Era assim que as coisas costumavam passar-se.

O Ministro das Finanças, qual S. Martinho, deu o exemplo, cortando um pouco da sua capa para cobrir as necessidades do Ministério da Educação, o que induziu o Ministro da Defesa a fazer o mesmo. Os outros não se deixaram comover. Devo dizer que foram produzidas algumas sugestões criativas para os outros aplicarem. Eu era particularmente visado por causa dos gastos das Autarquias. Mas, aí, havia os limites legais e nisso me apoiava eu. Mas havia orientações de fundo sobre as quais era preciso reflectir. O peso do pessoal no orçamento era grande e generalizado; em quase todos os ministérios tinha-se procurado assegurar a verba para o pagamento dos vencimentos, mas isso significava, obviamente, uma redução da sua actividade. As expansões da acção não seriam possíveis por causa das limitações decorrentes do peso dos salários. Este era um problema que vinha de trás e que continuou para a frente. A informatização dos serviços não produziu as reduções necessárias. A tendência é para o sistema estar sempre em expansão. Eu costumo dizer que são coisas de país pobre que não cria emprego noutra lado e olha para o Estado como o empregador ideal; mas quanto mais emprego público se criar menos meios ficam libertos para apoiar a geração de empregos privados e mais carga fiscal se tem de impor sobre os empresários, o que, no limite, leva à estagnação ou redução dos empregos no sector privado. Esta questão persiste como um peso que constrange a flexibilidade orçamental que seria interessante alcançar para poder apoiar, de forma mais consequente, algumas áreas inovadoras que são “potenciadoras do futuro”. Para complicar as coisas, se houver restrições em relação ao pessoal da Administração Pública, podemos ter a certeza de que sairão os melhores; os maus ficarão sempre! Por outro lado, os cortes homotéticos não funcionam porque não traduzem nenhuma ideia de modernização; prolongam o modelo existente com os piores agentes. Contemplou-se a hipótese de deixar sair os funcionários públicos com vínculo por dois anos e sem o perder, para ver se se reduziria a carga; mas era certo que iriam fazer a experiência os mais ousados e com mais iniciativa; o sistema não melhoraria com isso.

A reforma da Administração Pública é um tema muito sério e de difícil resolução. Sobretudo, que não se crie nenhum ministério para a fazer, porque nós já sabemos que isso não conduz a nada, a não ser ao desespero do respectivo ministro...

*

No dia 14 de Setembro de 1990 tive uma longa sessão de despacho com o Primeiro-Ministro. Dada a aproximação da apresentação da proposta, uma grande parte do tempo foi ocupado com a análise das Grandes Opções do Plano. Já estávamos na versão final. Era preciso estabilizarmos naquilo que deveria ser sublinhado, quer no documento quer no meu próprio discurso de apresentação da proposta no Parlamento. Mas também tratámos de um outro tema importante: a regionalização. Estava pronta uma proposta de Lei de Bases para apresentar à Assembleia na sessão que estava a começar. Analisámos em pormenor o articulado e vimos os pontos em que era preciso retocar o preâmbulo: era bom que ficasse claro que a regionalização era entendida como um instrumento de desenvolvimento e como um factor de coesão nacional e não de divisão. Dever-se-ia insistir nos mecanismos de transferência de recursos dentro de cada região e na obrigatoriedade de não criar novas burocracias. Não seria aceitável o recuo das fronteiras económicas do país. Eu estava de acordo com o teor das recomendações feitas.

*

No dia 17 de Setembro de 1990 recebi o Dr. Paulo Portas. Eu sou um velho amigo do pai dele, a quem me ligam laços profissionais diversos e cumplicidades funcionais múltiplas. Já descrevi os termos em que colaborei com ele no 1.º Governo Provisório. Ele era, então, jornalista e director de um periódico que “batia” aplicadamente no Governo ou, pelo menos, em alguns dos seus membros. Eu considero que nós podemos conversar com toda a gente, desde que não sejamos ingénuos, fazendo-o de “coração aberto”. Em política, o coração deve permanecer fechado, ouvindo-se mais do que falando. Por isso, ouvi-o. Perguntava: Qual é o papel que cabia na Europa para um país pequeno e periférico? Em Portugal, ninguém tem o coração na Europa! Alguns têm o bolso! Tinha as suas dúvidas em relação aos Portugueses serem muito europeus; achava que eles tinham uma noção mais utilitaris-

ta da Europa. Achava que nós não teríamos de ser mais europeus do que os outros. Portugal poderia não ser o melhor do mundo; mas era o nosso país. Entendia que os nacionalismos eram um factor moderno. E lamentava que nem a Defesa nem os Negócios Estrangeiros fossem sectores explicitamente considerados nas atribuições das instâncias europeias. Apelava para que se fizesse um discurso de verdade: iria haver um “choque” em 1993 e queria que isso fosse dito e discutido; nós éramos um país de deserdados que corriam o risco de ficar para trás. A noção que se tinha da Europa propendia mais para a cedência do que para a partilha. A política externa europeia, especificamente portuguesa, era relativa à África.

Lamentava que houvesse uma enorme indiferença em relação à política. Achava que as pessoas não se interessavam por ela. Entendia que havia demasiados “corporativismos” na Sociedade Portuguesa e que isso não estimulava as pessoas. Felicitou-me pelo impulso que eu tinha dado ao sector do ambiente, lastimando que um esforço similar não estivesse a ser dado ao património. Usou uma frase de grande efeito: “O Ambiente move, mas o Património comove!”..

Referiu o apetite crescente das pessoas em relação à informação e recomendou atenção à educação cívica. Verberou o apoio à resolução de situações de crédito mal parado. Disse mesmo que comprá-lo era imoral! A Justiça não era um assunto palpitante, mas deveria sê-lo. Ouvir e discutir os casos da Justiça acrescentariam ao sentido de responsabilidade das pessoas.

Fez uma pergunta retórica: quem definia o PBC? (PBC – Português Bem Comportado) ... E terminou dizendo que a época que o Governo estava a travessar era de escolhas. Por isso deveria fazê-las com lucidez.

Eu estava de acordo com algumas recomendações. Mas não com todos os comentários... Agradei-lhe o seu contributo para o meu conhecimento acerca do que sentiam os Portugueses. Não havia dúvidas acerca da inteligência do meu interlocutor, nem da sua capacidade de verbalização. Eu tinha de ter cautelas era com os “ódios de estimação” que ele cultivava em relação a alguns dos meus colegas. Hoje (2015), o país conhece-o bem e também não tem dúvidas nem em relação à sua inteligência nem a respeito da sua capacidade de comunicação.

*

Havia jornalistas que, no começo da sua carreira, eram conversáveis. Tirava-se vantagem de uma troca de impressões com eles. Alguns tornaram-se “vedetas” e ficavam insuportáveis. Mantinham, naturalmente, os seus dotes de inteligência. Mas nunca se sabia o que iriam fazer com o que ouviam, porque o importante era passar as suas próprias impressões expressas no quadro de uma conversa com o ministro. Um desses foi o Vicente Jorge Silva. Tem um “ego” do tamanho de uma casa. É pena, porque até mostra possuir sentido de humor.

Em 18 de Setembro recebi-o para o ouvir acerca do que ele pensava serem os principais problemas do país. Disse coisas acertadas: Na Sociedade Portuguesa havia uma dicotomia inconveniente entre os ricos e os pobres e o diferencial estava a acentuar-se. Os quadros haviam enriquecido, mas os trabalhadores mais modestos não. Havia grandes contingentes mais próximos do Terceiro Mundo do que do Primeiro. O empobrecimento mais danoso era o das massas urbanas. Deveríamos pensar muito no modelo industrial que mais nos convinha. O problema da habitação estava a ser complicado. A desertificação do interior era negativa a vários títulos, bem como a descaracterização do país e da paisagem. Lamentava a degradação de algum património. A integração europeia não excitava muito as pessoas; gostavam do dinheiro que vinha e, por isso, achavam a ideia positiva; funcionava como uma espécie de “ouro do Brasil”; quanto à ideia da Europa, as pessoas não tinham nenhuma... o país continuava a ser da segunda divisão; e, no entanto, tinha atributos que o poderiam transformar numa espécie de Califórnia da Europa. As hesitações quanto à integração europeia permaneciam; não se sabia nada acerca das implicações para o cidadão comum da construção da União Económica e Monetária e da União Política; ele estava alheado de tudo. Talvez fosse essa a altura certa para “enterrar o machado de guerra” em relação aos espanhóis... Tomei nota de todas as suas observações. A minha função seria encontrar soluções para resolver os problemas que ele havia apontado.

*

O grupo que estava formado para preparar a presidência portuguesa do Conselho de Ministros da Comunidade (1.º Semestre de 1992) reuniu-se em 19 de Setembro de 1990 para fazer um levantamento das nossas propostas. Estavam previstos quatro conselhos informais dos quais eram obrigatórios o ECOFIN, o dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e o da Agricultura. Deveria reservar-se o quarto para uma área em que não houvesse conselhos formais. A minha proposta foi para fazê-lo em relação aos fundos estruturais. Foi aceite, em princípio, mas havia outras candidaturas. A presidência italiana queria reflectir sobre a nova concepção dos fundos estruturais. Impunha-se articularmo-nos com eles. Mas, além daquele, havia três temas que nos interessavam: as relações com África, a política florestal e o estado do espaço nos países da Europa daí a 10 anos (2000 ou 2002...). Era importante para tratar da formação do pessoal de apoio. Mas, antes disso, havia que proceder à sua selecção e recrutamento. Deveríamos fazer a selecção em dois tempos: começar por ver quem servia e já estivesse dentro da Administração; numa segunda fase, procurar-se-ia o complemento fora dela.

Seria interessante, também, proceder à avaliação do Programa-Quadro Europeu para a Ciência. O nosso estava a decorrer bem, de modo que não estaríamos em má posição para tratar do assunto. Estava-se já, aliás, em mãos com a preparação do programa-quadro seguinte.

Um dos órgãos que teria de ser necessariamente reforçado era a REPER.

Deveria envolver-se mais na preparação os parlamentares europeus portugueses. Como a Holanda nos antecedia, era conveniente saber quais seriam os temas a que ela daria preferência na sua presidência. Predispus-me a convidar o Ministro da Ciência holandês, com quem eu mantinha relações cordiais, para vir a Lisboa tratar da cooperação entre os dois países e, pelo meio, dizer o que entendia fazer nesse domínio. Em complemento, conviria que viessem a Lisboa o Vice-presidente Pandolfi, com a pasta da Ciência e o Director-geral Fasella, com muito peso nas decisões.

Impunha-se que soubéssemos “quem era quem” no xadrez das organizações das presidências. Não se deveria fazer nada sem saber se estávamos a beliscar quaisquer prerrogativas ou sensibilidades. Assentámos em que a preferência seria dada a um Conselho Informal que englobasse a política regional, a reforma dos fundos

estruturais e as políticas estruturais. Assim envolveríamos todos os países e não somente os que beneficiavam de ajudas comunitárias ao seu desenvolvimento.

*

Em 20 de Setembro foi discutida a questão da cooperação. O mal era o de sempre: ela era estimada, mas pecava, simultaneamente, por falta de verbas. Portugal, em 1990, gastava 0,22% do PIB em cooperação! Era pouquíssimo, mas não havia possibilidade de ser mais. Particularmente sensível era a cooperação no domínio da Justiça. Éramos nós quem estava na melhor posição para o fazer. Se não fossemos nós, outros se adiantariam, porque se tratava do apoio à elaboração de leis e à organização do sistema judicial e, também, à formação dos respectivos agentes. Era evidente que a constituição de uma comunidade jurídica de língua portuguesa se revelava da maior importância política, mas tudo tinha de ser tratado com pinças... e com algum dinheiro! Mas este não abundava...

*

No dia 3 de Outubro, fui à Comissão Parlamentar do Poder Local, Ambiente e Administração do Território. Tinha sido convocado pelo Partido Comunista Português. Os temas eram as isenções fiscais e os problemas que daí resultariam para as Autarquias e as verbas do FEDER para elas orientadas. Acompanharam-me o Secretário de Estado da Administração Local e a Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional. Quem fazia as perguntas era a Deputada Ilda Figueiredo que estudava aplicadamente os problemas, mas punha as questões sempre de forma que inculcava que o ministro estava a esconder qualquer coisa ou que pretendia prejudicar as Autarquias, os Cidadãos e, afinal, também, o País... ela é que era a zeladora dos interesses da grei!... Pretendia que lhe fossem fornecidos todos os elementos que havia sobre a linha de crédito destinada às Autarquias, no âmbito do QCA. A saber: qual era a participação das Autarquias no âmbito dos diferentes programas do QCA; o que é que já estava aprovado por Bruxelas e o que ainda não o tinha sido; que comparticipações recebiam as Autarquias; quais as responsabilidades que teriam em 1991?

Afirmou com ênfase que as Autarquias deveriam ter meios e conseguir participações que se vissem. Qual seria o montante previsto para o endividamento? Haveria reposição da avaliação do IVA que tinha sido mal feita? E quanto à sisa? Não era correcto que ela não fosse estimada com rigor! Isso contribuiria para a asfixia das Autarquias. A legislação que tinha sido anunciada ainda não havia dado entrada no Parlamento. Quando é que eu tencionava mandá-la?

Queria o ponto de situação dos contratos-programa celebrados e uma perspectiva em relação ao futuro daqueles que era expectável que se celebrassem.

Tanto eu como os Secretários de Estado respondemos com pormenor a todas as perguntas. Não tinha havido sub-avaliação do IVA; as previsões estavam contidas no Orçamento de Estado; as contribuições autárquicas bem como a contribuição predial tinham as isenções fixadas na lei, os programas com apoio comunitário tinham sido todos enviados à Assembleia; só os regionais aguardavam sancionamento de Bruxelas para o serem; o QCA estaria todo em execução até ao final do ano; iríamos transferir para as Autarquias 40% dos adiantamentos; as GOP incluíam todos os programas regionais. Não ficou uma única questão por responder. Mas a Senhora Deputada voltou à carga: Que nós estávamos a contribuir para a asfixia financeira das Autarquias, devendo proceder às transferências com brevidade. Queria uma relação de todos os contratos-programa assinados com as Autarquias. Afirmou que os Municípios eram os únicos que estavam a trabalhar a sério para o desenvolvimento regional! Os Municípios estavam a desempenhar muitas funções que deveriam competir às instâncias regionais. Quando faríamos a regionalização? Já devia ter tido lugar!

Estava eu a par da grande contestação que grassava em torno dos programas transfronteiriços? Que critérios é que tinham sido usados na elaboração dos respectivos programas? Só de a ouvir, ficava-se cansado!

Tudo isto se passava em trabalho de Comissão que, nesse tempo, não era transmitido pela televisão. O tom habitualmente usado era o de uma conversa que se procurava que fosse esclarecedora. A quem se dirigia tanta agressividade? Era aos membros do Governo ou tinha apenas efeitos internos no seu Partido, para mostrar quem era mais capaz de fazer Oposição?

Tenho a impressão de que, em Portugal, ainda não se encontrou o tom certo nos trabalhos parlamentares. Isso tanto no plenário como nas comissões, porque nelas já se levam as declarações que se quer fazer, muitas vezes saindo-se da sala quando elas já foram registadas pela comunicação social e pelas actas. Há um nível de agressividade muito elevado e um patamar de esclarecimento muito baixo. Noutros Parlamentos (incluindo o europeu) há vivacidade nas discussões, mas não há – senão em casos muito excepcionais – lugar para berros e para faltas de decoro. O exemplo é péssimo! Eu assisti a imitações desses comportamentos na Assembleia Municipal do Porto... Imagino que eles ocorrem também noutros lados.

*

Em Outubro de 1990 iriam ter lugar as eleições presidenciais. Foi decidido que os membros do Governo não participariam em nenhuma acção da campanha. O Governo prosseguia normalmente.

Soubemos que o PS queria impedir a assinatura de um acordo de concertação social. Não tinha nada a ver com outra coisa que não fosse uma mera postura partidária. Não nos restava outra coisa que não fosse a denúncia da manobra.

A crise do Golfo estava a afectar os assuntos europeus, nomeadamente a integração de outros membros. Compreensivelmente muitos temas importantes para nós passaram para segundo plano. Mas nestas coisas do petróleo há sempre uns que perdem, mas outros que ganham; dessa vez, quem estava a ganhar com o assunto do preço do petróleo era o Reino Unido...

Já nessa ocasião nos preocupava a política mediterrânica da Europa. As coisas não se apresentavam com a gravidade dos dias de hoje (2015), mas percebia-se que não se poderia deixar o problema sem uma acção deliberada; as disparidades de desenvolvimento entre as duas margens agravaram-se e sobreviviam regimes autoritários que não auguravam nada de bom. Havia, já há muito, focos de instabilidade que não nos parecia deverem ser tratados por via de concessões comerciais; eram necessários ajustamentos estruturais, alguns deles fáceis de conseguir, porque se traduziam em obras: estradas, portos, barragens... Outros muito complexos, pois buliam com a própria organização política dos países em causa.

Como se impunha, nós interessávamo-nos muito pelo aprofundamento da Comunidade: O que era a união política? Como se assegurava a legitimidade democrática das instâncias europeias? Como se poderia aumentar a eficiência e a eficácia das instituições? Que política externa para a Comunidade e como concretizá-la? Tudo isto era objecto de análises frequentes.

Dever-se-ia reforçar o papel das conferências intergovernamentais ou definir o conteúdo de uma União? Sabíamos que nos conviria a subsidiariedade, mas quais seriam os seus limites? Em que é que consistia a cidadania europeia?

Falava-se muito numa participação acrescida do Parlamento Europeu, mas isso far-se-ia no controlo das políticas comunitárias, nas relações externas, ou na outorga de capacidade de iniciativa legislativa?

No Conselho a regra natural deveria ser a da maioria. Estimava-se que o Conselho dos Assuntos Gerais viesse a ser mais interventivo e mais coordenador. Já nessa ocasião se falava na redução do número de membros do colégio de Comissários; mas a Espanha (que tinha dois comissários e emparceirava com os “grandes”) opunha-se tenazmente a isso; teve que ceder num outro contexto, em que todos cederam.

Em relação à política externa, tinha até aí, sido muito difícil chegar a formulações minimamente consensuais; depois de um entusiasmo inicial estava-se a experimentar dificuldades em encontrar posições pragmáticas, face a casos concretos. A seguir às férias, tinham sido retomados os encontros do Uruguay Round. Continuavam as dificuldades em obter compromissos com os Estados- Unidos nos produtos agrícolas e nos serviços e com países terceiros, em relação aos têxteis. Estava-se, manifestamente, a “arrastar os pés”, para fechar tudo nas últimas semanas. Mas, para nós, a situação do sector têxtil estava a ser negativa, com os empresários a admitir que o Governo não estivesse a fazer o máximo, o que não era verdade. Outros interesses, com mais força, estavam apostados em jogar com o tempo.

O relatório, entretanto produzido, sobre as redes transeuropeias acolhia a posição portuguesa. Mas a Comissão não queria “atravessar-se” em matéria de financiamento. Nós insistíamos em que o “dossier” não fosse desagregado por sectores,

o que conduziria fatalmente ao pagamento de todos os modos de transporte que não o ferroviário, particularmente interessante para a Alemanha e para a França. Em matéria das grandes variáveis macroeconómicas, a inflação ainda era a prioridade. A dívida pública excessiva e o défice do sector público administrativo também eram mencionados, mas a pressão da procura causadora da inflação é que nos preocupava a nós e à Comunidade em relação a Portugal.

Em 4 de Outubro fiz uma reunião do chamado “conselho dos fundos”. Iria haver a apresentação, em breve, de muitas facturas para o PRODAC. A CP causava preocupação. O PEDIP/PRODEP seria homologado dentro de dias. Na OID do Norte alentejano tinha havido uma subida inesperada do custo do hospital de Elvas que passara de 0,7 para 1,2 milhões de contos, o que eu não iria conseguir explicar em Bruxelas... Em Março de 1991 teríamos de apresentar na Assembleia da República um documento de avaliação e quer os atrasos quer os aumentos de orçamento seriam muito negativos. Havia dificuldades de funcionamento em algumas unidades de gestão, na maior parte dos casos por insuficiências em número e em formação dos funcionários respectivos.

O segredo, em relação ao cumprimento do prometido, é fazer audições frequentes e tentar resolver os problemas que forem surgindo. Os Secretários de Estado dos diversos sectores deveriam estar informados de tudo antes de chegarem às reuniões deste Conselho onde, sem isso, só poderíamos prometer ir ver o que se passava...

*

Em 8 de Outubro tive uma reunião com o novo presidente do Instituto António Sérgio para tratamos da nova lei de enquadramento das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM). O Ministério das Finanças e o sistema bancário, em geral, olhavam para elas com muita suspeição, o que era justificado em muitos casos. Grande parte dos problemas decorriam da falta de profissionalismo da sua gestão, aconselhando-se por isso uma vasta operação de formação. Em alguns casos havia suspeição de parcialidade na concessão de créditos. Mas havia muitas situações em que as CCAM tinham feito um bom serviço, como eram exemplo o Douro e a área de Santiago do Cacém. Interessava-me expandir os bons exemplos e gizar uma lei-quadro que não permitisse a ocorrência de desvios. Ao mesmo

tempo, tinha de se tratar da formação, porque nada era mais irritante do que ouvir admitirem as faltas e reafirmarem a boa-fé, mas terem de constatar que não procederam bem, quando isso acontecia. A lei devia prevenir essas situações. Também tratei do que deveria ser a nossa contribuição para a definição de um estatuto de “cooperativa europeia”. Iria haver na agenda da reunião do Conselho Europeu, em Roma, um ponto sobre economia social. Nós deveríamos preparar um pequeno memorandum com aquilo que gostaríamos de ver aprovado ou, pelo menos, orientado. Era diferente do estatuto de empresa de economia social europeia. Seria bom que a distinção fosse clarificada e que se avançasse com o enunciado do que se esperava de ambas para o desenvolvimento, sobretudo das zonas rurais.

*

Por muito surpreendente que possa parecer, havia vereadores de Câmaras Municipais do Interior que residiam nas grandes cidades do litoral e que reclamavam ajudas de custo para se deslocarem às reuniões da Câmara. Não se pode decretar o bom-senso. Mas pode-se pôr na lei um mecanismo de banimento da insensatez. Alvitrei que isso fosse feito no âmbito da Lei n.º 100/84. Assim se decidiu fazer.

*

No dia 11 de Outubro participei nas reuniões que decorreram na Assembleia da República, ao abrigo do “Estatuto da Oposição”, tendo em vista a próxima apresentação das propostas de Orçamento de Estado e das Grandes Opções do Plano. O primeiro partido a ser ouvido foi o PS. Queria ter tido acesso aos documentos mais cedo. Achava que o processo de negociação em curso em matéria de concertação social iria ter reflexos no Orçamento. Mas afirmou que já conhecia as GOP há quinze dias, mas que ainda não tinha visto suficientemente a proposta de Orçamento. Achava que iria haver alterações ao quadro macroeconómico por causa da crise do Golfo, a começar pela procura interna; a inflação não se manteria seguramente nos 10% projectados. Não estavam de acordo com o quadro de evolução que consideravam optimista. O aparelho produtivo português continuava a ter um peso muito forte em sectores vulneráveis. Por isso, achavam irrealista o que consideravam como uma manifestação de triunfalismo.

mo infundado. Achavam que a convergência real não poderia ser avaliada através de indicadores quantitativos e macroeconómicos; mas não disseram como se deveria proceder... A percentagem dos vínculos precários tinha aumentado e a qualidade do emprego criados era considerada boa. Não concordavam com a análise feita em relação ao presente; a avaliação e a explicação da evolução deveriam ter em conta a especialização. Achavam que não estávamos a ter capacidade de auto-crítica. A evolução do aparelho produtivo e da sua especialização era muito menos favorável do que nós estávamos a admitir. Achavam que a análise feita em relação à União Política era muito mais intelectual do que política... Ora o PS defendia uma união política que ultrapassava em muito a união política e monetária. Achavam que não seria possível conseguir mais vantagens na coesão económica e social sem um maior envolvimento político. Achavam que a Comunidade Económica Europeia não se iria transformar numa imensa Santa Casa da Misericórdia!... O que as GOP diziam sobre rendimentos e preços era insuficiente; e qual seria a evolução da massa salarial da função pública? Mas essas eram matérias específicas para o Orçamento. O que se queria dizer por “acomodação” dos rendimentos e preços à evolução dos preços do petróleo? Seria a sua repercussão nos preços? Os novos estabelecimentos hospitalares iriam trazer exigências acrescidas em matéria de despesas correntes; tinham elas sido previstas? Queriam muito maior desagregação dos valores fornecidos em relação ao sector da Saúde. Seria que a crise energética iria determinar novas facilidades de crédito em relação à energia solar e a outras formas de energia alternativas? A evolução dos salários reais tinha de ser consonante, pelo menos, com a evolução da inflação. Preocupava-os, particularmente, a quebra proposta no montante das despesas de funcionamento.

O PCP começou por invocar a envolvente externa e suas implicações. Tinham as maiores dúvidas em relação às projecções macroeconómicas; achavam que elas eram demasiadamente optimistas. Particularmente a inflação que achavam que não seria realizável!...

Em relação ao PIDDAC protestaram contra a promessa feita em 1990 e a realidade que estavam a ver para 1991; havia uma diferença que computavam em 60 milhões de contos. O corte, segundo eles, tinha incidência particular nas estradas e

na educação, logo dois sectores que consideravam como prioritários. Tínhamos favorecido os sectores co-financiados pela Comunidade; e os outros? Lamentavam que houvesse uma redução da comparticipação nacional nas despesas co-financiadas: por quê? A aplicação da Lei das Finanças Locais mereceu, como de costume, alguns reparos; elogiaram os ensaios que tinham sido feitos “ em boa colaboração” com o Governo; mas não aprovariam qualquer alteração de critérios sem um novo trabalho prévio em conjunto; lembraram que, em 1986, o trabalho realizado tinha tido um razoável grau de consenso. Protestaram contra algumas isenções feitas em nome da incentivação do investimento produtivo, porque isso se traduziria em menos receitas para as Autarquias. Em relação à Defesa Nacional lembraram que existia uma lei de programação militar que terminaria em 1991; e depois? A verba a votar para a Defesa tinha de ser consoante com a Lei do Orçamento.

O PRD queria que eu tivesse distribuído uma nota sintética com as orientações das GOP. Afinal, eles teriam de promover uma articulação entre o documento qualitativa que eram as GOP e o documento quantitativo expresso pelo Orçamento. Não estavam a ver a tradução orçamental da prioridade conferida ao sector da Educação; queriam que o Governo explicasse. Pretendiam mais comentários sobre a revisão da taxa de inflação, sobre o cálculo do preço do barril de petróleo, sobre a taxa de câmbio do dólar pressuposta no cálculo da dívida, sobre o financiamento do défice, a melhoria do saldo primário, a valorização do escudo e a redução do défice do sector público. Estavam, assim, expostos os tópicos da intervenção do partido em Plenário.

O CDS queria que fossem cortados muitos serviços obedecendo ao propósito de “menos serviços, melhores serviços!”. Deveria ser enunciado um tema muito expressivo no campo da desburocratização e insistir-se nele; por exemplo, a “constituição de empresas”. O número exagerado de certidões necessárias só traduzia o clima de desconfiança que reinava nas relações entre a Administração e os peticionários.

Os “Verdes” afirmaram que o Ambiente e a Defesa eram as duas áreas importantes para eles. O campo de tiro de Alcochete era um exemplo da articulação entre os dois sectores. A evolução da inflação preocupava-os. A ecologia não poderia

ficar reduzida aos aspectos ambientais; era muito mais do que isso! Manifestaram preocupação pelo Parque Nacional da Peneda-Gerês e pelos fogos florestais. Preocupavam-nos, também as vias que estavam a ser construídas em número exagerado: a Auto-Estrada do Norte, a CRIL, a Via do Infante... Era demais! E reclamaram maior participação das associações ecologistas na preparação do PROT da Região do Algarve.

Como se vê, havia algumas perguntas que justificavam uma maior elaboração nas informações que eram dadas nos documentos em apreço. Também havia tomadas de posição de natureza ideológico-políticas que deveriam ser consideradas como normais. Havia algumas afirmações que tanto poderiam estar a ser feitas ali como em qualquer comício. Mas tudo o resto eram propostas para mais e mais investimento, numa ocasião em que nós pretendíamos fazer mais com menos, por razões que o tempo acabou por nos dar.

*

De 11 a 15 de Outubro vieram a Lisboa o Vice-presidente Filippo Pandolfi que tinha o Pelouro da Ciência e o Comissário Bruce Millan, com o do Desenvolvimento Regional. Tive que dividir a minha atenção entre os dois com quem, aliás, eu cultivava excelentes relações. Comecei o dia com uma reunião do Comissário Millan e com o Primeiro-Ministro. Depois fomos assinar o RESIDEM na pousada de Palmela, onde o Vice-presidente se juntou a nós para o almoço. De seguida, fiquei no local a trabalhar com este último; dou conta da conversa noutro lado. Regressei a Lisboa para abrir uma exposição relativa aos nossos projectos apoiados pelo FEDER e para ter uma conferência de imprensa sobre os mesmos. À noite fomos para o Funchal, o Comissário Millan e eu.

No sábado de manhã, houve uma reunião com todo o Governo Regional. A exposição inicial do Presidente Alberto João Jardim deu uma panorâmica geral muito convincente acerca do plano de desenvolvimento que pretendiam realizar. Era evidente que o novo aeroporto figurava à cabeça das suas pretensões. Mas alguns Secretários Regionais intervieram nos seus pelouros respectivos. Depois fomos para o terreno até ao princípio da tarde do dia seguinte.

O Presidente do Governo Regional organizava estas visitas de modo muito convincente. Os pontos da exposição oral eram sucessivamente ilustrados. De modo que, ao regressar a Lisboa, o Comissário disse-me que tinha ficado sensibilizado pelas questões específicas das Ilhas e que havia compreendido por que se atribuía tanta importância ao aeroporto.

Era tudo feito com simplicidade, mas também com muita elegância. No jantar para o qual convidou uma dúzia de notáveis tudo tinha intenção: os jovens que serviam eram alunos da Escola de Formação Profissional de Turismo; a toalha era feita pelas bordadeiras da Ilha; as flores eram exportadas para a Europa, mas os arranjos tinham sido montados por uma empregada do Palácio do Governo; nos aperitivos aproveitou para fazer uma exposição acerca dos quatro tipos de vinhos da Madeira... e assim sucessivamente! Nunca brincava em serviço, ao contrário do que alguns querem fazer crer. Eu nunca me preocupava com as visitas à Madeira. Tinha a certeza de que elas iriam correr bem.

Aproveitando a deslocação à Madeira fiz, nas próprias instalações do aeroporto, uma reunião para fazer o ponto de situação em relação à construção do novo. Fiquei a saber: que o projecto da obra já tinha ido para o Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes; que os estudos em modelo reduzido sobre operacionalidade e segurança estariam concluídos em Março de 1991; que o estudo económico e financeiro que comportava uma análise custo-benefício estaria pronto em Março de 1991; que o estudo ambiental deveria ser apresentado em Março-Abril de 1991 e que o concurso poderia ser lançado em Julho de 1991 com a apresentação da proposta seleccionada em Outubro e a assinatura do contrato em Novembro de 1991.

Sem datas não há cumprimento de programas. Todos estavam motivados e realmente comprometidos com a grande obra. O Comissário Bruce Millan assistiu à reunião.

*

Em 15 de Outubro de 1990 teve lugar a inauguração do novo edifício-sede da Comissão de Coordenação da Região do Centro, em Coimbra, construído numa solução em socacos num terreno difícil, mas com excelente vista. O Doutor Manuel Porto, que era o presidente, tinha-se empenhado na construção, muito

necessária, porque o edifício original era de boa traça, mas limitado no espaço disponível. Aproveitei a ocasião para, antes, fazer várias sessões de trabalho. A primeira foi o habitual encontro com os Presidentes das Comissões para tratar dos assuntos correntes. Não irei reproduzir o conteúdo das suas intervenções. Limitar-me-ei a apontar as conclusões que, então, tirei.

Seria bom termos um observatório que reunisse informação acerca de todas as operações integradas que tínhamos em curso. Em relação a muitos programas e projectos deveríamos juntar pareceres de muitas entidades e elas tinham prazos de resposta muito diversos, o que atrasava a aprovação de uns ou a homologação de outros; era preciso definirmos uma forma de encontrar o período de resposta da consulta aos outros departamentos, impondo períodos de aprovação tácita convenientes. Não poderia haver aprovações condicionais; para efeitos práticos isso era o mesmo que não as ter. Tínhamos de ensaiar fórmulas para encurtar prazos e para desburocratizar processos; não se pense que as dificuldades existem somente nas relações com o público; entre departamentos elas não são sempre fáceis, porque ninguém gosta de abdicar das suas prerrogativas (leia-se poder). Por razões que já foram várias vezes mencionadas, uma das áreas mais difíceis foi sempre a do Ambiente; pela simples razão de que os agentes envolvidos viviam no pânico de cometerem alguma imprudência, porque haviam descoberto recentemente que “tudo influenciava tudo!” e tomavam as suas cautelas... Os programas de desenvolvimento para serem realistas deveriam ter o médio-prazo como horizonte. Os programas tinham de ser acompanhados, mas, para isso, deveriam ser utilizadas fórmulas novas que permitissem fazê-lo sem atrasos nem grandes gastos. A inclusão das limitações impostas pela RAN e pela REN tinha de ser muito agilizada. Havia condicionamentos financeiros sérios, em alguns Municípios; era preciso saber a que eram devidos. Os prazos previstos na realização dos concursos impunham delongas inconvenientes; era preciso encurtá-los. Os “dossiers” de execução financeira continham procedimentos muito burocratizados; era preciso lubrificá-los.

Logo de seguida, houve uma reunião com o Ministro da Educação e com as autoridades académicas da Universidade de Coimbra. O Ministro da Educa-

ção queria ver a carta escolar da Região rapidamente elaborada. Considerava que ela era um espelho muito adequado das ligações entre a Educação e o Desenvolvimento Regional. Pretendia que se fizesse uma reserva sistemática de terrenos nos PDM, para responder às necessidades do equipamento escolar. Era evidente que isso não poderia ser feito por decreto; tinha de se convencer os Autarcas a que, na sua esfera de decisão, deveriam prever espaço para esse efeito. O Reitor defendeu a prática da cooperação, mas alertou para as inconveniências de se deixarem muitos protocolos na gaveta, como estava a acontecer com algumas instituições. As promessas contidas nesses acordos não deveriam ficar inconsequentes porque isso desacreditava as partes signatárias. Elaborou-se muito sobre as relações entre as três universidades e os seis politécnicos da Região do Centro e a harmonização da oferta que deveriam tentar fazer; por outro lado, a Comissão de Coordenação estava em boa posição para ser uma espécie de “clearing house” entre as necessidades sentidas e as possibilidades de resposta. Falou-se das dificuldades de relação entre entidades com “hiper-identidade” (como era o caso da Universidade de Coimbra) e outras que ainda padeciam de “hipo-identidade”. A insuficiência em matéria de quadros-médios devidamente formados comprometia o desenvolvimento. A questão dos “doutores para as empresas” voltou à baila. No Polo II da Universidade de Coimbra ir-se-iam articular três fontes de financiamento: o CIENCIA, o PRO-DEP e o PEDIP; eu não queria outra coisa... Já estavam a ser dados passos para a instalação de um laboratório de metrologia, como instrumento de aproximação da Universidade à Indústria. Foi invocada a ligação da Universidade de Hoheheim (Baden-Württemberg), que eu tinha, tempos antes, estabelecido. Todos os presentes se manifestaram a favor do apoio às empresas. Incentivou-se a Universidade a fazer um trabalho de *marketing* das suas múltiplas potencialidades. O dia terminou com os Autarcas da Região e com as forças vivas de Coimbra a visitarem as novas instalações inauguradas.

*

Era preciso falar com o Grupo Parlamentar do PSD a respeito das propostas do Orçamento do Estado e das GOP. As coisas foram-se acumulando de tal modo que não houve outra alternativa que não fosse fazê-lo às 10 horas da noite da 3ª feira, 16 de Outubro. As preocupações concentraram-se no valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e no famoso Mapa VII do PIDDAC que, obviamente, ainda não estava pronto; só seria revelado aquando da entrega da proposta no Parlamento. A principal intervenção foi a do meu amigo Dr. Silva Marques que, manifestamente, tinha um nível de preparação que se destacava. Convinha sempre ouvi-lo. Manifestou preocupações relativamente à reorganização dos serviços públicos que estava a ser feita com ajustamentos territoriais nos diferentes sectores e sem articulação uns com os outros; isso conduziria a grande fricção em termos práticos; tomei boa nota das suas recomendações em cada sector. Estavam as minhas piores suspeitas a confirmar-se. Constatou que se estava a transferir mais dinheiro para as Câmaras e que elas estavam a aplicá-lo a formar a contrapartida das obras comparticipadas com fundos estruturais. Isso era bom. Entrevieram muitos Deputados. As preocupações eram as mesmas.

*

Na reunião do Conselho de Ministros de 18 de Outubro de 1990 foi analisada a proposta da Lei-quadro das Regiões Administrativas. O Primeiro-Ministro disse que a sua discussão representaria o grande tema da sessão legislativa. Era preciso reconquistar o controlo político do processo, apresentando um documento sensato em que se fosse capaz de controlar a velocidade de implementação do processo. Houve ministros que saudaram o projecto. Houve uns poucos que disseram da sua discordância. Foi considerado que, politicamente, não era possível deixar de apresentar uma proposta de lei; mais de 70% da população dizia que a regionalização era muito importante. Houve um que afirmou que a Comissão Europeia favorecia a constituição das regiões, porque queria quebrar a força do Governo (Central)... Ficou claro, na discussão quem eram os conservadores, quem gostaria de evoluir e quem não tinha qualquer ideia acerca do assunto. Valerá um dia fazer a história deste processo. Dirá muito a respeito do comportamento das pessoas e dos grupos.

*

Em Outubro de 1990 preocupava-nos a definição da posição do Estado na Investimentos e Participações do Estado (IPE) que tinha nascido em circunstâncias muito especiais. Não se punha em causa que ela constituísse um grupo, mas alguns defendiam que deveria ter titularidade privada, portanto, com uma participação minoritária do Estado, mesmo que ela fosse expressiva. Impunha-se, no entanto, uma reestruturação. Na ocasião, a IPE era mesmo o melhor grupo empresarial português e um veículo activo da internacionalização da economia portuguesa. Por isso, havia quem não quisesse uma modificação muito radical que “ a transformasse numa sociedade de capital de risco “... Havia quem defendesse uma privatização progressiva do capital, mantendo o Estado uma “golden share”! A participação do Estado deveria ser entendida como instrumental. Mas havia quem se opusesse à ideia de que ela constituísse um grupo: Não tinha “lógica de grupo”! Defendia-se, pelo contrário, a privatização de algumas empresas que poderiam ser lançadas no mercado sem qualquer espécie de risco. Havia alguns activos financeiros que estavam na IPE e que deveriam ir passando para o sector privado. Havia uma oposição generalizada à constituição de uma SGPS, porque a Direcção-geral do Tesouro que seria, eventualmente, a responsável pela sua gestão, só tinha uma perspectiva contabilística e não sabia gerir empresas. Mas todos pretendiam o emagrecimento da IPE, até porque se precisava de dinheiro para outras coisas. E não se podia prolongar a situação de indefinição em que se estava. Não se queria permitir a “mistura” de grupos industriais com grupos financeiros (como vemos hoje – 2015 – que isso estava tão certo!...). O que interessava era ver de que modo é que seria mais adequado ir fazendo a privatização.

*

No dia 24 de Outubro houve na Assembleia da República a apresentação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento de Estado para 1991. Era a última operação deste tipo, na legislatura em curso. As intervenções constam do Diário das Sessões. Por isso deixo somente um brevíssimo apontamento.

No que me dizia respeito intervieram os Deputados da Oposição. Pelo PS fizeram-no os Deputados Manuel dos Santos, Gameiro dos Santos, Domingos de Azevedo

e Helena Torres Marques. Pelo PCP, os Deputados Octávio Teixeira e Manuel Filipe. Não referirei quem disse o quê.

Lamentavam ter sabido algumas coisas pela Comunicação Social. Tinham dúvidas acerca da estratégia de desenvolvimento escolhida. Queriam uma alteração da Lei das Finanças Locais, porque os meios transferidos para as Autarquias eram insuficientes. Pretendiam que eu fornecesse todas as informações que tinham estado na base do cálculo dos valores apresentados e dos critérios escolhidos. As Autarquias tinham vindo a perder uma parcela importante do FEF, ao longo dos anos (o que não era verdade). As derramas tinham diminuído muito. E tinha havido um enorme aumento das despesas para a Previdência Social por parte dos funcionários autárquicos que não tinha sido devidamente compensado. Voltaram com a questão das isenções. Em relação ao uso dos fundos estruturais apontaram o caso de algumas unidades de gestão de programas integrados ainda não estarem a funcionar em pleno. Criticaram os atrasos no domínio da obtenção de certidões de registo comercial (foi a informatização dos serviços que permitiu recuperar os atrasos muito arreliadores). Estavam preocupados com as negociações do GATT e as suas repercussões sobre o sector têxtil (também eu! ...). Não apareciam destacadas no PIDDAC, as verbas do PROAVE; não estava previsto nada? O Governo deveria negociar com Bruxelas a atenuação das contrapartidas nacionais; elas ainda eram muito altas, especialmente para as Autarquias.

Outros sublinharam a melhoria do texto das GOP. Constatavam que se tinha dado prioridade aos projectos co-financiados pelos fundos estruturais; e os sectores não elegíveis? Como poderiam sobreviver? O sector da habitação mereceu queixas; estavam a diminuir as verbas para apoio; o que aconteceria às camadas insolventes? Não havia uma única referência aos cidadãos deficientes que eram quase um milhão! Como é que os tínhamos esquecido?

Respondi a todas as perguntas. As verbas estavam no Orçamento. Era preciso procurá-las. Os deficientes, por exemplo, eram contemplados em diversas rubricas do Ministério do Emprego e da Segurança Social. Havia outras coisas irrespondíveis: por exemplo, as nossas taxas de participação pelos fundos estruturais já eram as melhores da Comunidade!... O que é que se poderia fazer mais? É evidente que a Oposição estava no seu papel. Poderia, todavia, aplicar-se um pouco mais...

*

No dia 31 de Outubro recebi o coronel Maia e Costa, presidente da Comissão Nacional Especial para os Fogos Florestais (CNEFF), para falarmos sobre a recente época dos fogos. Começou por me dizer que há quatro anos, quando havia aceite o lugar, possuía algumas certezas; mas, naquela altura, só tinha dúvidas!... Elas resultaram das muitas iniciativas desordenadas que tinham sido tomadas. Enumerou-as. Mantenho que uma das razões por que chegamos sistematicamente tarde ao desenvolvimento é por causa da nossa incapacidade para nos deixarmos coordenar ou, ao invés, pela dificuldade que temos em coordenar. Já Sertório o dizia há quase dois mil anos atrás... substituindo a palavra coordenar por governar, o que vai dar ao mesmo.

Estavam a aparecer vários centros de decisão o que não facilitava as coisas. Em 1990, tinham ardido 75.000 hectares de povoamentos florestais, mais 50.000 hectares de matos. Quem sabia recomendava mais coordenação e a constituição de um núcleo duro para o fazer. A coordenação entre os bombeiros e os outros serviços não estava a ser eficaz. Havia problemas na vigilância e nos rescaldos. E, já nessa altura, se sabia que a maior parte dos fogos era de origem criminosa, o que alguns teimavam em não aceitar e outros não se dispunham a investigar. Nesse ano, a zona da Covilhã, Lousã e Pampilhosa da Serra tinha sido particularmente fustigada. Em Manteigas, um pinhal havia sido vendido por uma altíssima soma; o Serviço de Parques não autorizou o corte de árvores; o pinhal ardeu... É preciso não ser obcecado em relação à “mão criminosa”... Mas não se pode ser eternamente ingénuo. Os grandes incêndios, pelo tempo escolhido e pela técnica usada, eram seguramente criminosos. A actuação da Polícia Judiciária era, nessa altura, modestíssima; não sei como é hoje (2015). O Serviço de Informações não era capaz de as dar ou mesmo de fazer análises conclusivas acerca do sucedido. E as populações pareciam estar cada vez mais alheadas do flagelo; por fatalismo? Por causa da calamidade atingir níveis grandes demais para elas se sentirem capazes de intervir? Nessa ocasião, havia falta de equipamento nos bombeiros e carências de formação dos comandos; hoje não é o caso nem de um nem de outro domínio. O rescaldo era particularmente sensível, porque precisava de mais meios e de coordenação. É um problema desencorajante!...

*

Nos primeiros dias de Novembro viriam a Portugal alguns ministros espanhóis a convite do nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros para uma reunião em que a regra era cada um falar na sua língua, com o resultado habitual de haver um ou outro espanhol que não compreendia nada do que se estava a passar. O encontro teria lugar no Marina Hotel, em Vilamoura, não podendo o tempo ter estado mais doce nem a luz mais suave.

Uns dias antes tinha havido uma reunião de preparação. Cada um dos ministros participantes só levaria um colaborador. A troca de impressões far-se-ia na tarde de 6^a feira, 2 de Novembro, com carácter sectorial. No sábado de manhã juntar-nos-íamos todos com o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

A mim cabiam-me o desenvolvimento regional e a ciência. No âmbito do primeiro, havia duas operações que nos interessavam: o aproveitamento do rio Xévoira que o Ministro Espanhol achava muito caro e a ligação rodoviária Zamora/Trás-os-Montes que, na ocasião se estimava em 25 MECU. Combinou-se não utilizar até 1993, fundos estruturais nas redes transeuropeias por já estarem todos comprometidos; obviamente que a Comissão Europeia queria que o fizéssemos... Ainda se falou nas instalações das alfândegas em Valença e em Vila Real de Santo António; pouco tempo depois a questão era diversa. O que fazer com as antigas instalações? Imagine-se que, nessa ocasião, ainda se falava em horários de abertura dos postos fronteiriços!...

Em relação à Ciência pretendíamos ver reforçada a cooperação de grupos de investigação dos dois países em alguns programas comunitários. Estava em curso o 3.^o Programa-quadro com uma boa dotação de meios; era preciso ter escala nas candidaturas para conseguir participar. Preocupava-nos uma certa preferência de apoio às grandes empresas europeias; queríamos, naturalmente, ver também apoiadas as PME. Pretendíamos mais meios para a formação de investigadores e focámos as prioridades comuns na biotecnologia, na mobilidade, nas ciências do mar e na desertificação. Eu insisti na importância da difusão da investigação junto da sociedade; cada universidade ou centro de investigação deveria ter, junto de si, uma unidade de transferência tecnológica. Alvitrei que tentássemos formar parcerias de laboratórios ou de centros; a ideia foi bem aceite mas eu sabia que ia ser muito

difícil concretizá-la naqueles domínios que tínhamos escolhido. As universidades portuguesas e espanholas o que queriam eram ligações às congéneres mais avançadas do norte da Europa... Enunciámos as vantagens da troca de estudantes de pós-graduação; ainda não tínhamos visto o sucesso do programa ERASMUS.

No sábado de manhã, a reunião geral foi muito dominada pelas comunicações e, portanto, pelos caminhos-de-ferro, pelo transporte aéreo, pelas pontes rodoviárias que faltavam e pela segurança marítima, em cujo âmbito foi apresentada a ideia de se fazer um exercício conjunto para teste de material de salvamento e protecção contra a poluição por hidrocarbonetos. O tempo viria a demonstrar que isso era realmente importante. O sector da Educação também mereceu destaque, especialmente o ensino dos dois idiomas em reciprocidade; parece-me que, até agora, tem tido mais sucesso o ensino do espanhol em Portugal do que o reverso. Pretendia-se instalar dois institutos de cultura portuguesa em Espanha, um na Universidade Complutense, em Madrid, outro em Granada; suponho que não houve meios suficientes para os concretizar. O Comércio Externo, como seria de esperar, ocupou-nos muito tempo.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros debruçou-se sobre a crise do Golfo, sobre a necessidade de dar um impulso acrescido às políticas mediterrânicas, sobre as relações transatlânticas, sobre o Uruguay Round (produtos agrícolas e têxteis) e sobre a América Latina. Nas minhas notas tenho um apontamento curioso: “talvez fosse bom para Portugal participar no Acordo de Schengen”!... Como tudo mudou tão depressa!...

O Ministro dos Assuntos Exteriores de Espanha fez um longo comentário sobre a situação na África Austral e manifestou o seu agrado pelo nosso encontro: tinha sido muito positivo.

*

Hoje (2015), eu sou o Chanceler das Ordens de Mérito Civil, tendo funções de análise e propositura de numerosas candidaturas que são tratadas nas reuniões do Conselho a que presido. Mas eu sempre atribuí muita importância ao reconhecimento público pela prestação de serviços ou pela tomada de iniciativas que beneficiaram a colectividade por terem sido interpretadas com

competência, dedicação, generosidade, vontade ou arrojo incomuns. Quem se salienta por qualquer um deles deve ser apontado como exemplar aos seus concidadãos. Isso faz-se de vários modos, entre os quais figuram as condecorações. Por isso, eu apresentava propostas nesse sentido ao Primeiro-Ministro que as comunicava ao Presidente da República. Em 2 de Novembro, foi solicitada aos outros ministros a indicação de quem achavam que deveriam distinguir nos seus ministérios. Estava-se a prever uma cerimónia pública para o fim do ano, para descongestionar a entrega do dia 10 de Junho, focando-a especialmente nos funcionários. Surpreende-me, hoje, apreciando as coisas do outro lado, ver como se atribui pouca importância a um gesto simples de reconhecimento quase sempre valorizado pelos distinguidos. Isso em simultâneo com manifestações insistentes para distinguir um ou outro que, não o merecendo, quer muito ser tratado por “senhor comendador”...

*

Em fins de Outubro de 1990, o Conselho Europeu discutia as condições em que deveria avançar a União Política. A nossa posição era de prudência. Preconizávamos o gradualismo, a flexibilidade, a subsidiariedade e a progressão sem rupturas. Tinha havido um ou outro estado-membro mais entusiasta que estava a aproximar-se da posição que Portugal sempre havia defendido. Sentíamos que era um “dossier” para “ir andando”...

Pelo contrário, a União Económica e Monetária ia avançando bem, com a oposição de Mrs. Thatcher, como seria de esperar. Os grandes princípios tinham sido aceites; estava ainda por definir como se faria a entrada na segunda fase, mas o calendário já estava estabelecido: 1994 – fim da primeira fase; 1997 – exame do resultado da segunda fase; 2000 – terceira fase – moeda única. Muita água ainda havia de correr...

Discutia-se um conjunto de novas competências, todas elas no sentido de reforçar a coesão social da Europa: educação, saúde, ambiente, ciência e tecnologia e redes transeuropeias. Tudo coisas em que tínhamos sido pioneiros, em matéria de proposituras de acção. Sabíamos, no entanto, que o Reino Unido teria a possibilidade de bloquear tudo o que exigisse unanimidade.

A situação nos países da Europa de Leste era dramática. A Hungria tinha gasolina para 4 dias; a Checoslováquia para 3; na Rússia havia racionamento de tudo e nada funcionava; não se sabia quem mandava!... Já tinha sido dado um montante de 15 milhões de dólares à Hungria (chegava para pouco...) e estimava-se que a Federação Russa precisasse de 20 milhares de milhões de dólares para resolver problemas urgentes. Tinha de se avisar, discretamente, as empresas portuguesas de que correriam grandes riscos de não serem pagas se exportassem para esses países; mas isso não poderia ser feito por anúncio nos jornais!...

Continuava a preocupar-nos o Uruguay Round. Insistíamos para que houvesse uma posição comum da Comunidade Europeia e não doze posições distintas de cada um dos seus membros.

A situação das centrais nucleares dos países da Europa de Leste preocupava-nos. Já com alguns anos e com manutenções feitas em condições que não conhecíamos e, nós vacinados com o caso de Chernobyl, ... ninguém na Europa se sentia tranquilo. Havia sido decidido avançar com a elaboração de um plano de protecção da floresta mediterrânica. Era um assunto que me dizia muito e pelo qual continuo a bater-me. No tempo dos Romanos, as margens do Mediterrâneo eram verdes, em larga extensão. Foi a acção do Homem que estragou muito...

*

O Investimento Directo e Estrangeiro (IDE) constituía um sector que tínhamos sempre sob observação. Os Portugueses são conhecidos pela sua capacidade de poupança, mas não havia meios internos capazes de perfazer os montantes de que nós gostaríamos de ver investidos, particularmente associados a actividades inovadoras, capazes de impulsionar o produto, o emprego e as exportações. Nós favorecíamos a celebração de “joint ventures” com quem trouxesse tecnologia avançada e mercados novos. Por isso, olhávamos com particular simpatia os investidores oriundos da Finlândia, da Suécia e da Alemanha que correspondiam bem àquele perfil. O Presidente da Finlândia, por exemplo, tinha-nos visitado, no final de Outubro, para reforçar os laços que nos uniam. A mão-de-obra portuguesa era, por eles, estimada e os quadros, de uma maneira geral, considerados como responsáveis. As queixas correntes respeitavam ao excesso de burocracia e aos atrasos que ele determinava.

Depois da crise do Golfo tinha havido uma pequena retracção do IDE, particularmente na área imobiliária. Mas as coisas pareciam estar a retomar. As principais responsabilidades de coordenação do sector estavam confiadas ao Ministro do Comércio e Turismo, através do ICEP.

Em princípios de Novembro, fomos informados de que as negociações com o grupo Ford-Volkswagen prosseguiam. Nessa altura, estava em causa produzir um veículo de sete lugares; depois as coisas evoluíram muito. Como era necessário recorrer a incentivos financeiros que vinham dos fundos estruturais, eu estive muito ligado às negociações. Estas começaram com o Comissário Bruce Millan, mas o Comissário que veio à inauguração já foi Monica Wolf-Mathies, sua sucessora, uma antiga sindicalista alemã que tinha a particularidade de estar sempre a olhar para tudo, deixando o interlocutor com a desconfortável sensação de ela não estar com a atenção que a conversa reclamava.

Naquela altura, o que estava em causa, em matéria de incentivos, era 40% das aplicações relevantes ou uma “lump sum” de 1,5 bilião de dólares. Até 30% do valor das aplicações relevantes a Comissão não punha reservas; acima desse valor era preciso negociar com o Comissário encarregado da Concorrência, Leon Brittan, e com a DG IV; tinha que se evitar a consulta aos outros países. O pior é que, nessa altura, já não havia qualquer disponibilidade nem no SIBR, nem no SINPEDIP. Teriam de ser mobilizados todos os eventuais saldos de outros projectos e a margem de 15% do FEDER que tínhamos de reserva. Já haviam sinalizado o terreno em Palmela, onde a fábrica acabou por ficar; era necessário tê-lo preparado logo no primeiro trimestre de 1991, o que significava dispormos, nessa altura, de escassos cinco meses.

Como sempre acontece nestas ocasiões, havia quem não gostasse do projecto, achando que o ICEP se deveria preocupar preferencialmente com os médios e os pequenos projectos. Eu achava que nos deveríamos preocupar com todos e dei o meu apoio para que fossem encontrados os meios necessários para concretizar aquele grande projecto. Passados que são 25 anos, fico contente por ver que ele vingou, prosperou e tem dado excelentes exemplos às outras empresas, nomeadamente no campo da inovação, da capacidade gestonária e das relações laborais. O papel do investimento estrangeiro em Portugal era insubstituível como, aliás,

já tinha sido o motor do desenvolvimento da Irlanda e de Espanha; o que ele trazia de exemplo na forma de actuação, no *marketing*, na competição industrial, na agressividade que era necessário demonstrar... era imperdível.

Como de costume, eles também gostariam de beneficiar de incentivos fiscais; mas também, como era costume, o Ministro das Finanças fechava os ouvidos a essa hipótese.

Houve a recomendação sensata de propor que todas as infra-estruturas a construir por nós fossem devidamente contabilizadas e incluídas no valor da contrapartida portuguesa.

O Ministro das Finanças era o menos entusiasta em relação ao projecto, ao investimento estrangeiro e a tudo o que pudesse vir a estimular a procura... Queria “arrefecer” um pouco a economia e dizia que os investidores estrangeiros expulsavam os investidores nacionais. Era evidente que estes seriam sempre bem-vindos e estimados, mas os de fora, além de dinheiro para o investimento, traziam as outras coisas que acima referi. Para ele, compreensivelmente, tudo o que contribuísse para a inflação era inconveniente. Mas, nestas coisas, o caminho tem de ser definido com o consenso de todos; e os outros viam algumas vantagens em arriscar. Os projectos de investimento estrangeiro que estavam em apreciação não eram “correntes”; todos traziam para Portugal tecnologias que nós ainda não possuíamos. A emulação também funcionando, foi a ocasião de invocar o argumento de que os espanhóis estavam a dar tudo por tudo para recuperar o projecto para eles; por alguma coisa ...

Na conversa que tivemos também sobre o assunto, o Primeiro-Ministro citou Jean Monet: “tornar possível aquilo que à partida parece impossível”. Percebemos para onde ele se inclinava...

Era evidente que todas as outras intenções de investimento estrangeiro nos agradavam: no Turismo (golf, hotéis, marinas) e na metalurgia do cobre ... Esta estava em pleno curso em Neves-Corvo (concentrados, metalurgia e refinação) em condições excelentes naquele momento mas sempre sujeitas às vicissitudes do preço internacional dos metais... Fiquei contente com o despacho que conduziu à instalação de uma unidade moderna que tem sabido manter-se actualizada e prosperar.

*

Numa sessão de despacho com o Presidente do INE, em 6 de Novembro, foram tratados assuntos muito variados. Tínhamos sido solicitados para colaborar com o Governo de Macau que pretendia fazer uma remodelação completa do seu sistema estatístico. E estávamos a preparar-nos para corresponder ao pedido de Angola para conduzir o seu recenseamento demográfico. O INE tinha sido visitado por uma missão da Roménia que pretendia o seu apoio para reformulação do sistema estatístico romeno.

A construção do ISEGI estava a correr bem. Até já tinham começado as aulas, mesmo sem as instalações estarem completamente prontas.

Tinha de se marcar a divulgação da informação sobre as contas nacionais. Havia algumas divergências em relação aos valores das estimativas feitas pelo Banco de Portugal. Já tinham discutido os resultados tanto com os técnicos do Banco como com os do Ministério das Finanças. As diferenças respeitavam às exportações e importações.

O INE não aceitava as críticas do Gabinete de Estudos do Ministério das Finanças. Em causa estava a diferença entre exportações e importações que se reflectiria no valor do PIB, em relação ao ano de 1989. O que prevaleceria era, evidentemente, a autonomia e independência do INE; mas a cortesia mandava que eu avisasse o Ministro das Finanças acerca do pequeno diferencial existente. A dificuldade residia em terem sido produzidas declarações, pelo Gabinete de Estudos, antes de os valores finais haverem sido apurados. Coisa que acontece com frequência... Estava à bica a realização do nosso próprio recenseamento demográfico. Ele iria ter lugar a 15 de Abril, mas era evidente que a sua preparação decorria há muito. Havia que verificar se o Parlamento já teria ou não fixado a data. O recenseamento demográfico não é a operação estatística mais complexa, mas é, seguramente, a mais ampla e aquela de que toda a população se apercebe melhor. Por isso, tem de ser rodeada de todas as cautelas.

*

No dia 7 de Novembro fui ao Parlamento duas vezes para discutir o Orçamento de Estado e as Grandes Opções do Plano, a primeira na Comissão Parlamentar do

Poder Local, Administração do Território e Ambiente e a segunda na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência. Na véspera, fui falar com os Deputados do PSD para auscultar as suas preocupações. Soube então que o projecto de Lei dos Baldios estava agendado para o dia 15 e que a alteração à Lei Eleitoral das Autarquias seria votada na generalidade no dia 8. O PS e o PCP queriam fazer acelerar o processo de regionalização; os Deputados do PSD estavam a tentar travar a discussão até ter dado entrada a nossa proposta; mas todos achavam que durante a legislatura corrente se deveria cumprir a promessa feita, aprovando a Lei-quadro. Estavam muito ansiosos com a lei da criação de novas Freguesias, porque seis meses antes das eleições não poderia ser formada nenhuma nova autarquia. O diploma sobre loteamentos urbanos subiria ao plenário para discussão no dia 9, mas avisaram-me que tanto o PS como o PCP também tinham projectos sobre o assunto. A Lei dos Baldios deveria ser analisada em conjunto com esta Comissão Parlamentar e com a da Agricultura. Em relação às Áreas Metropolitanas haviam sido aprovados na generalidade os projectos do PS e do PSD; o PCP tinha retirado o seu; o prazo para auscultação das Autarquias Locais havia-se esgotado a 30 de Outubro; iriam tentar trabalhar com base no projecto do PSD, acolhendo algumas achegas do PS e do PCP; gostariam de aprofundar o assunto com o Secretário de Estado da Administração Local que estava, aliás, ao meu lado. A questão mais complexa era o exercício da presidência do Conselho Metropolitano; o PS propunha uma presidência rotativa entre os Presidentes de Câmara; eu devo dizer que acho este tipo de solução menos interessante por ser menos responsabilizador no exercício do cargo. O PCP estava muito interessado na produção de uma Lei-quadro das empresas públicas municipais; o Governo não estava nada entusiasmado com a ideia, porque, a aprová-la, isso representaria um sinal para avançar com a constituição das mesmas; e nós tínhamos a maior das dúvidas acerca da bondade da sua criação; preferíamos contribuir para fazer uma lei a regular a participação dos Municípios em empresas privadas; mas isso não satisfaria aqueles que queriam mesmo criar empresas públicas com mais emprego público e com redução da intervenção do sector privado. Mas o PSD acabou por apresentar um projecto de lei sobre o assunto. O PCP também insistia na possibilidade de haver presidentes de Juntas de Freguesia com regime de permanência; tinha mesmo chegado a

apresentar um projecto de lei. Havia uma Associação Nacional das Freguesias, a ANAFRE; como seria de esperar, as suas relações com a ANMP não eram as mais fluídas; questões de protagonismo... O PCP e o PS preparavam-se para defender o aumento das competências e dos meios financeiros orientados para as Freguesias; que o PCP que tem poucas probabilidades de ser Governo o faça, eu até compreendo; agora que o PS não se ponha no papel do Governo (o que, de facto, veio a acontecer daí a cinco anos...) e insista em coisas a que teria dificuldades em responder positivamente, é que eu não entendo muito bem... A criação de novos Municípios era uma questão recorrente. Nesse dia deram-me a lista que já corria: Carnaxide, Odivelas, Olivais, Sacavém, Moscavide, Queluz, Fátima, Vizela, Canas de Senhorim, Ermesinde e mais não sei quantas. E havia um mecanismo-travão! Se ele não existisse a lista teria mais de cem!... Era evidente que o PCP fazia contas para ver onde é que passaria a dominar; mas o PS fazia o mesmo!... Era só a lógica partidária a funcionar, esquecendo todas as implicações financeiras e funcionais do que propunham... E demonstrando um desconhecimento total da História! Passos Manuel deveria estar a torcer-se na tumba, depois de ter arrostado com o processo das reformas que fez no séc. XIX... O PCP tinha um projecto de lei sobre a tutela administrativa; a que havíamos aprovado teria pouco mais de um ano! O PCP também queria intervir na gestão dos programas operacionais e na alteração do decreto-lei vigente sobre contratos-programa. O PS queria regular por lei a intervenção nos centros históricos. Este foi o rol de ideias que se preparavam para virem a estruturar o trabalho da Comissão nos últimos meses de legislatura. Havia, de facto, muito a fazer, mas eu não teria escolhido aqueles temas!...

Passou-se à apreciação da proposta de Orçamento, com as recomendações que consideravam pertinentes. Tinha-se aproveitado a Lei do Orçamento para introduzir uma pequena modificação na Lei-quadro das Autarquias Locais, a respeito dos critérios de distribuição das verbas do FEF. Isso era possível e corrente fazer-se. Aprovaram a distribuição por critérios simples das verbas para os Municípios do Continente e das Regiões Autónomas, deixando à responsabilidade destas a sua distribuição pelos seus Concelhos. Apreciavam que, em 1991, houvesse a aplicação plena da Lei das Finanças Locais. Achavam que tinha havido melhorias expressivas tanto nos critérios de distribuição do FEF como na aplicação dos res-

tantes preceitos. Entendiam que a lógica do FEF era a da perequação dos meios existentes, beneficiando os Municípios sem receitas próprias, o que estava certo. A conversa foi útil para mim e suponho que também para eles, porque ficaram cientes dos esforços que tinham sido feitos para melhorar as transferências de verbas para os Municípios.

Na discussão na Comissão, o rol de “desgraças” começou por ser apresentado pela Deputada Ilda Figueiredo do PCP. As Autarquias estavam com graves carências; os indicadores de utilização dos equipamentos de saúde (consultas, internamentos, mortalidade infantil, etc.) assim permitiam constatar; os centros de saúde não dispunham de um mínimo de condições, com os tectos a cair; as escolas também estavam todas a cair... Faltavam informações no Orçamento: referia-se uma verba global para as obras nas sedes das Juntas de Freguesia, mas não se dizia quais eram. Criticou muito as isenções fiscais; iria estar atenta às indemnizações que se teriam de processar nos termos da Lei das Finanças Locais! Queria o Relatório do Ordenamento do Território e do Ambiente já! Protestou contra a alteração dos critérios de distribuição do fundo de equilíbrio financeiro; não havia nenhuma justificação para a fazer!

O PSD ripostou dizendo que apoiava as alterações e propondo que se fizesse uma consulta às Câmaras para ver o que diziam; estavam certos de que haveria apoio. O PS afirmou que esperaria por uma declaração da ANMP. Sem ela não se sentia confortado. Mas era de facto possível propor alterações na Lei do Orçamento que tinha tanta força como a Lei-quadro das Autarquias Locais; ainda por cima para fazer um ajustamento de critérios aconselhado pelo aprofundamento do estudo sobre os critérios de distribuição!... Queriam uma reforma de fundo das competências e dos recursos e não uma alteração pontual dos critérios. Houve um outro Deputado que apoiou as Grandes Opções considerando o documento “interessante, pedagógico e merecedor de alguma divulgação”... Mas o Governo tinha feito agravar as desigualdades sociais; era a dimensão social que faltava nos documentos em apreço. Tinha que se insistir na modernização do aparelho produtivo. Saudava, no entanto, a afirmação de que a regionalização iria avançar. A Deputada Ilda Figueiredo achava que sem reuniões com a ANMP não estava em condições de se fazer a discussão. Lamentava que o Governo estivesse a “embru-

lhar uma reforma de fundo” na discussão do Orçamento. Relembro que se tratava somente da alteração de alguns critérios de distribuição do FEF feita, aliás, em consulta com a ANMP, que compreendeu que era no sentido da melhoria que tinham sido feitas as mudanças.

Esta discussão que acabo de relatar teve lugar de manhã. Às seis da tarde ocorreu o encontro com a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência.

Começaram por saudar o aumento expressivo das verbas orientadas para a Ciência, o que os deixava optimistas. Lamentavam a parcela orientada para as ciências sociais; deu-se preferência ao “quantitativo”; também importava o “qualitativo” por elas representado. E apontaram o desequilíbrio espacial na distribuição dos projectos apoiados; mas era no litoral que estavam as instituições de investigação!... Queriam saber quantos contratos iriam ser assinados com instituições do Interior e que apoio de cooperação iria ser dado aos PALOP. O Deputado António Barreto queria uma reunião conjunta com a Comissão de Economia e Finanças para os sensibilizar para uma maior dotação da Ciência; pretendia um comentário meu acerca dos programas europeus e queria saber qual o número de doutoramentos feitos nos últimos anos; insistiu na obrigatoriedade das teses de mestrado serem escritas em português e não em inglês, como estava a começar a ser moda; as estatísticas relativas ao sistema científico estavam atrasadas; tinha ele próprio respondido ao respectivo inquérito relativo a 1990 há poucos dias, o que significava que só daí a muitos meses se conheceriam as respostas. Houve mais duas ou três perguntas só para marcar posição.

A discussão no Parlamento é muito cheia de tácticas, no sentido futebolístico do termo, para não dizer de pequenas fintas. Para isso se modificar seria preciso que os Deputados fossem apoiados nos seus grupos parlamentares por gabinetes que estudassem as questões e que soubessem o que vai pelo mundo. Não se procedeu ainda a uma profunda mudança em relação ao que se praticava na Monarquia Constitucional e na Primeira República... com os maus resultados que se sabe... É evidente que ela não existiu durante o Estado Novo. Já é tempo, agora de introduzir alguma inovação nos processos de actuação...

*

No dia 13 de Novembro fui a Londres participar no jantar anual da Anglo-Portuguese Society. Trata-se de uma associação de que fazem parte empresários, académicos e pessoas com ligação a Portugal que se encontram uma vez por ano num hotel elegante, convidando um membro do Governo Português e o seu homólogo britânico para lhes dirigirem uma curta alocução. Tudo feito com simplicidade, mas com muito rigor formal. As pessoas mostravam conhecerem-se umas às outras e exteriorizavam um grande afecto por Portugal, onde, aliás, vinham com frequência, sabendo de tudo quanto se passava; a maior parte conhecia-me da televisão. O meu contraparte britânico era Michael Portillo, nessa ocasião muito em evidência, porque se admitia que fosse o delfim da Senhora Thatcher e porque tinha de aguentar todos os dias com a discussão sobre a famosa “poll tax” que acabou por ser a causa da demissão do Governo. Apesar do nome espanhol, que era o do pai, ele tinha um aspecto, um sotaque e uma postura muito britânicos. Ambos evitámos falar na questão, mas isso foi denunciado, entre risos da plateia, pelo nosso anfitrião... Faz-me sempre impressão ver como gente que esteve na ribalta tanto tempo e com tanta projecção, desaparece da cena tão definitivamente como aconteceu com ele e com outros que conheci.

*

A política da Juventude tinha, para nós, um carácter transversal, cruzando todos os sectores. Em 1990, Portugal ainda poderia ser considerado como um país demograficamente jovem. Havia 1,5 milhão de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos. Justificava-se, por isso, que se procurasse fazer um discurso político voltado para os jovens. Havia, como sempre, a questão da participação; os jovens não são muito inclinados a fazê-lo; mas nós ambicionávamos ter uma política dos jovens, feitas com jovens e para os jovens. Além do mais eles eram, então, uma força política apreciável: nas eleições de 1991 iriam votar cerca de 600.000 novos eleitores jovens!

Havia, obviamente, políticas dirigidas aos jovens: a da Educação; a da Formação Profissional; as políticas comunitárias concebidas no mesmo sentido; o programa PETRA que visava o fomento da iniciativa dos jovens; o combate à droga; a pre-

servação do ambiente, o acesso à habitação e o crédito respectivo, etc. Mas nós pretendíamos que todas elas fossem integradas, de forma a mostrar, em conjunto, como nos preocupava a preparação das gerações seguintes.

Ao contrário do que sucede hoje (2015), naquela altura o casamento “estava na moda”! Nesse ano haveria 75.000 casamentos, bem mais do que três anos antes, em que tinha havido somente 50.000. É evidente que hoje se operou uma grande mudança de costumes que, sobreposta às restrições materiais severas por que passamos, faz o número ser radicalmente diverso.

Na Europa estava-se a entrar num novo período de agitação dos jovens a que não era alheia a instabilidade política; em França tinha caído o Governo Mauroy; em Itália a reforma do meu amigo Ruberti na gestão das universidades não havia sido recebida pacificamente; na Bélgica as causas eram mais amplas e radicavam na disputa entre flamengos e valões... A verdade é que, nos nossos parceiros, sentia-se no ar um vento de intranquilidade. Quem estuda estas coisas costuma dizer que há ciclos de 20 anos nessa agitação. Tendo havido uma grande em 1968 deveria esperar-se que, à volta de 1990, surgisse nova crise; ela aí estava! A expansão do ensino superior ia ocorrendo. Nessa ocasião, eram já 180.000 estudantes a frequentá-lo. Mas estimava-se que 55% dos alunos tinham pais com a escolaridade obrigatória ou menos; estava, por isso, a haver um movimento de ascensão social pelo menos quanto ao nível de formação. Preocupava-nos, contudo, a qualidade do ensino; o seu alargamento não podia ser acompanhado de um abaixamento de nível. A nossa rede associativa juvenil era muito extensa e estava estruturada, mas a reforma educativa em curso bu- lia com muitas coisas, desde os “currícula” à gestão das escolas.

As universidades privadas estavam em plena expansão. Tinham descoberto o “negócio”... O pior era que as expectativas criadas nas camadas mais modestas eram enormes. Os alunos dessas universidades, na sua maior parte, vinham dessas camadas, impondo aos pais sacrifícios imensos para lhes darem um diploma que, muitas vezes, era em domínios que não conduziam a empregos sólidos e compensadores. E isso gerava frustrações!...

Tinha havido uma sondagem recente acerca dos “problemas da juventude”. E o maior prendia-se com a estabilidade da situação de cada um e das famílias.

Era evidente que tinha de haver expectativas mobilizadoras para se verificar progresso; mas elas não poderiam ser excessivas, correndo-se o risco de conduzirem a frustrações.

Esta é, seguramente, uma das áreas da governação que mais depende da auscultação permanente, exigindo muita criatividade na definição de acções ajustadas e eficazes.

*

O ano tinha sido mau em matéria de fogos florestais. Sucediãem-se as reuniões de avaliação da situação e de procura de medidas que minorassem o flagelo. Como tinha sido eu a tomar a iniciativa, em 1985, de conjugar as contribuições dos vários sectores, continuei a fazê-lo. Em 15 de Novembro, reuniram-se comigo os Ministros da Administração Interna, da Agricultura e do Ambiente para vermos o que é que se poderia fazer para se ser mais eficaz na prevenção de modo a reduzir o esforço do combate. Comecei por apresentar os números que tinha sido possível juntar para caracterizar a situação. Fizeram comentários e deram sugestões, os meus Colegas. Refiro-as em conjunto:

Deveríamos dar atenção à formação dos bombeiros e seus quadros. Tínhamos de desenvolver competências em relação à defesa da floresta mediterrânica. O problema das lixeiras escondidas no meio das matas tinha de ser atacado. Havia as CEFF municipais que em alguns (poucos) Municípios funcionavam bem mas, na maior parte, só se lembravam de Santa Bárbara em Julho, quando a floresta começava a arder. Havia manifestas faltas de coordenação nos escalões locais e distritais. A prevenção dos fogos não era feita. Aquando da elaboração dos planos de ordenamento municipal deveria ser dada atenção à prevenção dos fogos florestais. Tendo correntemente um inspector a responsabilidade sobre cerca de 150 corporações, seria conveniente criar a figura de inspectores-adjuntos que auxiliariam o primeiro na sua complexa tarefa. Tinham sido construídos mais de 5.000 km de caminhos e de aceiros florestais, contribuindo desse modo para resolver o problema da acessibilidade e da criação de zonas “corta-fogo”; mas não tinham sido suficientes; tinham de ser procurados instrumentos de acção mais eficazes.

O país costuma esquecer, em Setembro, as devastações que sofreu durante o verão. Todavia, este é um problema que deve ser de preocupação constante.

*

Nos dias 20, 21 e 22 de Novembro, teve lugar na Assembleia da República a discussão, na generalidade, da proposta de Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano de 1991. As intervenções estão todas no Diário das Sessões. Farei um apontamento breve daquilo a que assisti.

O Ministro das Finanças disse que as dificuldades relativas à contenção da inflação não poderiam ser minimizadas. Falou na participação na União Económica e Monetária e referiu-se ao período de transição. Insistiu na política gradual de desinflação que vínhamos seguindo. Aludiu às consequências da crise no Golfo. E falou na consolidação financeira no médio-prazo. Disse que este ano poderíamos ser menos restritivos nos investimentos do PIDDAC. Mencionou que, graças a uma maior eficiência da colecta, estava a haver um aumento de valores arrecadados. Mas não se abrandava em relação ao rigor do Orçamento. Previa-se uma diminuição da dívida pública. Disse que a nova Lei Orgânica do Banco de Portugal configurava uma autonomia reforçada. Acrescentou que o programa de reprivatizações era para continuar. Sublinharei as observações que tocavam a minha área de responsabilidades.

O PRD lamentou que as assimetrias regionais e sociais permanecessem e que os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal levassem a maior parte do PIDDAC. Tinham de ser combatidas as faixas de pobreza, nomeadamente as existentes no distrito de Braga. Queria uma discussão aprofundada das GOP; achava que entre as GOP e o OE não deveria haver só umnexo de causalidade mas antes uma verdadeira integração; o argumento tinha de ser o país e o seu desenvolvimento; o Governo identificava, nas GOP, uma estratégia mas não oferecia opções para discussão. Era preciso uma análise aprofundada das finanças dos Municípios.

O PS criticou a política de Habitação. Disse que havia uma desarticulação entre as propostas das GOP e a sua tradução orçamental. O SIBR deveria ter enfatizado mais a especialização dos apoios, de acordo com os sectores, nomeadamente o têxtil e

o vestuário. A política europeia deveria ser partilhada com a Oposição. Criticou os novos critérios do FEF. Queriam uma revisão da Lei das Finanças Locais.

O PCP disse que as GOP tinham uma redacção melhorada, mas que constituam um instrumento de propaganda do Governo. Continuava a asfixia financeira das Autarquias Locais, Achava que havia numerosos subsídios de valor ridículo que não passavam de propaganda eleitoral. O orçamento não promovia o desenvolvimento regional. Em relação ao FEF tinha sido feita uma “consulta-relâmpago” às Autarquias; deveria ter havido uma revisão, em sede de Parlamento, da Lei das Finanças Locais.

O CDS disse que as GOP e o OE deveriam constituir uma versão actualizada do Programa do Governo. A política europeia deveria ter merecido maior aprofundamento. A integração dos países da EFTA e dos países do Leste Europeu reclamava um re-exame da política europeia. Em relação à União Política Europeia tinham de ser evitados os factos consumados.

O PSD, pela boca do Deputado Silva Marques, disse que “tinha detectado um resquício de discernimento na Oposição”...

Uma discussão pacífica!...

*

Em Novembro de 1990 realizou-se uma cimeira da CSCE (Commission on Security and Cooperation in Europe) que foi considerada como histórica. Havia participado 32 países europeus, os Estados- Unidos, o Canadá e a Albânia, na qualidade de observador.

Tinha sido assinado um acordo de desarmamento europeu, com redução ou eliminação de armas convencionais. Elas passariam para níveis de 35% a 40% do que tinham sido antes. Havia, assim, uma redução de disparidades de armamento entre a NATO e o Pacto de Varsóvia. Iria haver um segundo pacto, em 1992, dessa vez em Helsínquia. Era uma espécie de “certidão de óbito” da guerra fria: a NATO e o Pacto de Varsóvia tinham deixado de ser adversários patentes; o confronto havia sido substituído pela consulta. O Pacto de Varsóvia iria acabar como organização militar.

Era reafirmada a adesão à democracia pluralista, à economia de mercado, aos Direitos do Homem, à livre iniciativa... Também eram sublinhados os direitos das minorias.

Os documentos eram seguramente importantes. Mas, dizia quem lá tinha estado, que o mais impressionante era o espírito que se vivia à volta da mesa das negociações.

Mas não convinha deixarmo-nos embalar com muita facilidade. Havia grandes dificuldades nos países do Centro e do Leste da Europa e os problemas das minorias não tinham soluções fáceis. Hoje não precisamos de que nos contem como foi: a televisão refere frequentemente esses problemas e dá testemunho de como ainda estão muitas feridas para sarar. Nos últimos vinte e cinco anos (2015) contam-se por milhares os mortos que tombaram e as tensões que não se conseguiram acalmar.

Importante nessa reunião foi, também, o facto de a Comunidade Europeia ter falado, pela primeira vez, com voz única. E não foi irrelevante que a presidente do Conselho da Europa também tivesse usado da palavra na sessão final, depois do encerramento dos trabalhos. Vivia-se, de facto, nesses meses, um período de entusiasmo e de esperança, quase empolgante. Afinal estava-se a celebrar o fim da Guerra Fria!

*

Nos dias 23 e 24 de Novembro teve lugar em Turim uma reunião informal dos ministros encarregados do desenvolvimento regional e do ordenamento do território. Ela teve lugar no Castelo de Rivoli, situado nos arrabaldes de Turim e recentemente restaurado; transformaram-no num centro de congressos e numa galeria de arte moderna. Ele tem uma localização surpreendente! Já havia nevado nos Alpes, de modo que a vista das montanhas em contraste com a paisagem do vale era inolvidável. O anfitrião era o Ministro Romita, com a responsabilidade pelos fundos estruturais. Oriundo de Turim era de uma afabilidade fora do comum e muito respeitado pelos seus colegas, como tive ocasião de ver, por várias vezes, em Roma e em Bruxelas.

Deu-nos as boas-vindas, sublinhando a importância que atribuía ao ordenamento do território e ao desenvolvimento regional. A duplicação dos fundos estruturais, que tinha sido conseguida, reclamava medidas de acompanhamento adequado.

Havia muitos problemas nas áreas urbanas; deveríamos por isso dar-lhes mais atenção. Entendia que tínhamos de proceder à revisão dos instrumentos de intervenção. Era certo que as relações entre as regiões comunitárias iriam ser mais intensas. As regiões fronteiriças desapareceriam no seu encravamento e afastamento. O sistema urbano europeu deveria ser visto no seu conjunto, concedendo atenção prioritária às chamadas “cidades intermediárias” (Cidades de média dimensão que pudessem desempenhar funções centrais de nível elevado de modo a assegurar o seu acesso ao maior número possível de europeus; Intermediárias e não intermédias). Interrogava-se acerca dos instrumentos políticos a mobilizar. Insistia, muito justamente, na integração de todas as políticas; deveria procurar-se a adaptação das outras políticas à política regional. Para ele era prioritária a redução das disparidades de desenvolvimento existentes. Era evidente que a definição dos instrumentos de acção acarretava a necessidade de estabelecimento dos meios de financiamento que eles reclamavam. Mas o esforço maior era, seguramente, o de coordenação das acções. Eu não podia estar mais de acordo. O ministro francês Jacques Chérèque defendeu a concertação multi-lateral regular e directa entre responsáveis nacionais e comunitários. Estávamos imersos num ambiente internacional com grande evolução; por isso era importante concertarmos a nossa acção. Disse “gouverner c’est prendre des risques, même le risque de se tromper!” (Mendès-France dizia, quase com as mesmas implicações: “Gouverner c’est choisir”...). A evolução interna da Comunidade deve-nos incitar à vigilância. A Itália nessa ocasião tinha três ministros que se ocupavam dos fundos estruturais: i) o Ministro do Orçamento (Al Bilancio), o qual não abdicava da sua supervisão; ii) o Ministro dos Fundos Estruturais que era, nessa ocasião, Romita que fazia a sua coordenação e iii) o Ministro per il Mezzogiorno que tratava do desenvolvimento do sul da Itália, da Sicília e da Sardenha, sendo, nessa ocasião, Marongiu. Quando eu queria tratar de alguma coisa com o Governo italiano, na área do desenvolvimento regional e dos fundos estruturais, tinha que os visitar aos três; ficariam sensibilizados se eu o não fizesse; isso significava que eu que costumava demorar menos de uma manhã ou de uma tarde em qualquer outra capital europeia; em Roma, com sorte, teria de lá estar pelo menos um dia e meio... Marongiu sublinhou a importância do desenvolvimento harmonioso da Europa.

Era preciso promover a convergência entre as regiões “fortes” e “fracas” da Comunidade. Para isso era preciso reforçar os fundos estruturais e usar uma aproximação por programas. Havia uma questão de assistência técnica que só seria adequadamente resolvida através da celebração de parcerias. Deveria haver uma simplificação dos procedimentos comunitários. Era urgente atacar o problema nas zonas mais débeis, procurando modernizar as suas estruturas de produção. Aconselhava a que se fizesse um acompanhamento próximo da evolução, a todos os níveis a que se actuasse. E deveria haver uma estratégia comum, em toda a Comunidade, no que respeitava à política das ajudas ao desenvolvimento.

O Comissário Bruce Millan também estava no encontro. Começou por abordar a reforma dos fundos em curso. O primeiro relatório dos fundos indicava que nós tínhamos conseguido “a tremendous achievement”, tanto numa perspectiva multi-anual como numa perspectiva multi-fundos. Dentro dos regulamentos vigentes, nós tínhamos ampla margem de trabalho, mas talvez fosse possível melhorá-los. A mudança de tática da aproximação por projectos para outra por programas tinha trazido algumas dificuldades. Era certo que estavam a ser observados alguns atrasos na transferência dos dinheiros entre a Comissão e as Regiões, mas propunha-se ensaiar novas maneiras de apressar a apreciação e de cortar nesses atrasos. Um dos problemas sentidos resultava de certos projectos serem pequenos, “very small amounts of money”, que reclamavam o mesmo tempo dos grandes. Por isso, ele era favorável (como nós...) a um recurso mais generalizado às subvenções globais (“global grants”). Queria reforçar a assistência técnica e, para isso, iria reformá-la. As parcerias eram muito importantes, tanto ao nível comunitário/nacional, como ao regional/local. Mantinha-se a obrigatoriedade de adicionalidade como expressão material do interesse de ambas as partes envolvidas. No seu entender, havia demasiadas iniciativas comunitárias; mas elas correspondiam às inúmeras pressões de colegas responsáveis por outros pelouros e do Parlamento Europeu. Após 1993 haveria obrigações adicionais ao nível comunitário.

Em suma, ele considerava que tinha havido um bom desempenho do sistema e dos fundos existentes. A aproximação da União Económica e Monetária reforçava a atenção que tinha de ser dada à coesão económica e social.

Intervieram todos os outros ministros presentes. Eu fazia sempre intervenções ilustradas com referências a casos práticos. Era já longa a minha experiência no sector e eu tinha descoberto que a menção de casos reais de mais sucesso ou menos sucesso acrescentava muito às recomendações que eu fazia. Devo dizer que estas sessões eram cansativas, porque eu insistia em estar sempre atento e seguir de perto o que diziam os meus colegas, para traduzir os problemas que tinham de enfrentar. Direi de seguida o sentido das intervenções sem referir os seus autores. Era preciso dar mais liberdade aos Estados-membros para definir a sua própria política regional. Deveria haver concentração de esforços nas zonas mais débeis da Comunidade. Os programas deveriam ser flexíveis. Ter-se-ia de ligar a política regional à política de concorrência. A gestão dos programas deveria ser descentralizada para as regiões. Não seria conveniente estimular os contactos entre Bruxelas e as regiões; as instâncias nacionais deveriam ter nisso um papel de coordenação relevante (eu estava de acordo). Era preciso avaliar a capacidade de absorção dos fundos e aumentar a assistência técnica aos mais débeis. Tinha de ser aumentada a produtividade. Deveria haver melhor coordenação entre as direcções-gerais em Bruxelas. Tinha de ser dada uma atenção especial ao caminho-de-ferro; 80% da carga italiana era transportada “sobre pneus”! As condicionantes ambientais tinham aumentado muito ao longo dos últimos cinco anos. A Grécia queixava-se da sua falta de capacidade para absorção dos fundos; queria procedimentos mais rápidos e menos iniciativas comunitárias. Os programas estavam a revelar-se muito rígidos; impunha-se flexibilizá-los e ser mais rápido em matéria de procedimentos. Em relação à celebração de parcerias era preciso ter cuidado com a elevação das perspectivas regionais que poderiam ir além das possibilidades (era a Espanha que fazia esta recomendação...). O controlo do financiamento, o acompanhamento e a avaliação deveriam ser conduzidos por especialistas independentes. O papel da Comissão de Aconselhamento (“advisory committee”) era muito importante. O Comissário afirmou que pretendia que houvesse menos interferência da Comissão. Tinha-se de depositar mais confiança nos agentes locais. As formas de aproximação integradas eram mais difíceis, mas era o que estava nos regulamentos e, por isso, tínhamos de os seguir.

Além dos três ministros italianos que já referi havia um quarto com a responsabilidade dos “Affari Regionali”! Naquela ocasião, o seu responsável chamava-se Maccanico. Insistiu que se desse, no processo, um papel mais importante às regiões. Estava em causa pronunciarmo-nos sobre o documento Europa 2000 produzido pela Comissão. O ordenamento do território era um instrumento fundamental. Deveriam ser constituídas redes e procurar um funcionamento em rede. A mobilidade era um tópico fulcral; daí a importância da política de transportes. Deveria ser dada uma atenção especial à Bacia Mediterrânica que, além de ser a maior concentração mundial de património cultural e artístico, tinha problemas de desenvolvimento muito agudos. Isto mesmo sem atender aos problemas de desenvolvimento da margem sul. O Mercado Único iria gerar mais comércio entre os países-membros e mais movimento de pessoas e de cargas. O Comissário Van Miert estava a desenvolver um modelo de transportes e o Vice-presidente Bangeman a avaliar as consequências do mercado único. Deveria haver uma cooperação maior entre os Comissários e os serviços que cada um tutelava. Um observatório urbano permanente contribuiria para uma melhor tomada de decisões. Deveria haver maior integração dos sistemas de transportes ao nível europeu; e ser dada uma grande atenção aos pontos de articulação inter-modal. Estava a atender-se às regiões transfronteiriças terrestres; mas era preciso também olhar para os portos. Os exercícios de prospectiva deveriam ser mais praticados. Ter-se-ia de fazer um esforço de aproximação geográfica em todas as suas dimensões. Mas, para se ser eficaz, deveria haver um grande esforço de selecção. Selecção e coordenação! Eu elaborei muito sobre “redes”. Era importante perceber as tendências de evolução. Mas o documento Europa 2000 nunca teve a ambição de ser um “master plan”; era um guião que deveria explicitar tendências de evolução mas não fixar caminhos rígidos. As fronteiras marítimas e as ilhas deveriam merecer muita atenção. O “Channel Tunnel” iria transformar a Grã-Bretanha numa “semi-Island”!... O Documento Europa 2000 deveria dar grande atenção ao turismo e à política cultural. Os “países de passagem” deveriam ser objecto de uma análise especial. Há muitos interesses diferentes no terreno e os responsáveis pelo ordenamento do território deviam “cosê-los” e conferir-lhes inteligibilidade nas suas inter-relações. O ordenamento do território deveria ser, simultaneamente, normativo e activo e, manifestamente, teria de ser voluntarista.

“O ordenamento do território é como fazer a mala para uma grande viagem: não se pode esquecer nada de importante e tem de se fixar o lugar de cada coisa!”... Deveria atender-se à especialização das cidades e à sua complementaridade. As cidades pequenas e médias têm papéis muito importantes e não podem ser esquecidas. Mas não poderia ser a Comissão a elaborar uma política europeia das cidades; deveriam ser as regiões a fazê-la; não se podia esquecer a profissão de fé que todos fazíamos de respeitar o princípio da subsidiariedade.

O Ministro Romita, na sessão final, propôs um conjunto de recomendações: Os fundos constituíam um domínio que deveria estar sempre sob observação, mas constituía um “dossier” que tinha de ser desdramatizado. Mais importante era definir o que fazer para alcançar os objectivos de desenvolvimento e de harmonização. As redes urbanas não deveriam constituir responsabilidade da Europa, mas seria importante que ela acompanhasse a evolução e aconselhasse. Um dos objectivos era o bom funcionamento do Mercado Interior. Deveria dar-se atenção às áreas metropolitanas mas, também, às cidades “intermediárias”... A responsabilidade política deveria conter a definição de orientações para o uso do solo. A protecção do ambiente era um imperativo.

Articulando os dois pilares do nosso encontro – o desenvolvimento regional e o ordenamento do território – disse, em relação ao primeiro, que deveria haver uma melhoria dos procedimentos, tanto da Comissão como dos Estados-membros. Os fundos regionais deveriam ser reforçados mas, nas outras políticas, havia que sublinhar o carácter regional de cada uma. O documento EUROPA 2000, elaborado pela Comissão, constituía um bom documento como quadro de referência; o Mercado Interno não poderia conduzir a agravamentos dos desequilíbrios existentes; a sugestão de manter observatórios do desenvolvimento deveria ser generalizada, criando-os onde eles não existissem.

À margem da reunião aproveitei para falar com os representantes europeus de assuntos bi-laterais. Com o Comissário Millan tratei dos projectos da Ford-Volkswagen e de uma ida aos Açores, no princípio do verão seguinte. Com o Director-geral Eneko Landaburu, agradei uma série de diligências que ele tinha facilitado depois de se ter “feito caro” durante umas semanas. Com um adjunto do Comissário, tratei das redes de informação estabelecidas e da sua melhoria.

Há sempre um jantar formal na noite do primeiro dia. Em Itália fico sempre fascinado por descobrir por trás de fachadas austeras, mesmo simples, a existência de interiores barrocos do maior luxo e requinte. Foi o que aconteceu no jantar de 23 de Novembro. Quando chegámos ao destino encontrámos uma fachada quase banal; por dentro era de uma sumptuosidade inacreditável. O Ministro Romita era um conhecedor profundo dos vinhos da Toscânia. Como fiquei ao lado dele tive ocasião de aprender muito acerca dos que foram servidos.

*

Como se sabe, no princípio do ano de 1990, a parte do Ambiente que constituía uma Secretaria de Estado no meu ministério havia sido autonomizada passando a ser o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, cujo titular foi o meu amigo Prof. Fernando Real. A transferência de competências ocorreu sem o menor incidente. Mas havia coisas que reclamavam acerto. Por isso fizemos várias reuniões. Uma delas teve lugar no dia 27 de Novembro, com a Secretária de Estado do Planeamento presente.

Havia obras que teriam de passar da responsabilidade da Direcção-geral dos Recursos Naturais para a Direcção-geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola. Era o caso das obras do Mira, da Vigia, de Odivelas (Esta última era um processo com 23 anos!) e do Azibo, cuja rede primária estava a ser objecto de reabilitação, porque as juntas dos canais precisavam de ser tomadas. Não deve haver sistema de rega em Portugal que tenha sido mais estudado do que o do Azibo; nacional e internacionalmente pelas entidades financiadoras; foram definidos os blocos de regadio, fixadas as culturas adequadas, estabelecido o preço da água... um exercício exemplar! Mas os agricultores não foram capazes de se unir numa associação de regantes e tirar benefício da passagem do sequeiro para o regadio. Hoje, a albufeira está rodeada de vivendas e serve de lago para recreio de habitantes e de visitantes. Quanto tempo será preciso para dar uma utilidade maior àquela água? Percorremos a lista das obras incluídas no Plano de Desenvolvimento Regional. Havia muitas, tanto para irrigação como para saneamento. Vimos como lubrificar os processos. Particularmente o sector das mini-hídricas tinha procedimentos complicados que havia que aligeirar, particularmente na sua componente ambiental.

Preocupava-nos muito o programa VALOREN que apresentava projectos com dois anos de atraso! Ele terminaria daí a doze meses. Combinámos fazer um despacho conjunto autorizando a recrutar, temporariamente, técnicos da EDP e de uma ou outra universidade, o problema tinha a ver com a competência dos analistas das candidaturas. Os que estavam a tratar do assunto, arrastavam os pés, porque percebiam pouco da matéria... O pior é que o dito despacho conjunto metia muita gente: os Ministros das Finanças, do Planeamento, da Indústria, da Educação e do Ambiente... Mas era a maneira de ultrapassar o bloqueio. Tinha de se ter tudo pronto até Janeiro, dando aos novos avaliadores dois meses para realizar uma tarefa-relâmpago.

Em relação aos projectos de saneamento básico das Autarquias, os avaliadores precisavam de dois meses. Se o projecto incluísse uma barragem (necessariamente pequena) as coisas eram mais exigentes; precisavam de um reforço técnico ou mesmo de grupos de trabalho polivalentes para resolverem as questões. Eu estava preocupado, porque, se não tivéssemos as obras executadas, havia que devolver dinheiro a Bruxelas e quem ficaria mal com isso era eu e o meu Ministério. Isso não chegou a acontecer!

O Manual de Saneamento Básico que eu ainda havia decidido mandar elaborar iria começar a ser publicado no princípio de 1991. Os primeiros quatro volumes seriam publicados durante o primeiro trimestre. Os três restantes viriam depois. Fiquei de enviar ao Ministro do Ambiente uma lista de todos os projectos que precisavam de uma avaliação rápida. Ele decidiu recrutar 8 a 10 técnicos competentes a gabinetes privados para fazerem de “avaliadores-bombeiros”. Combinámos que se estabeleceria um prazo de dois meses para se obterem respostas.

Em Portugal os ministros têm de ir até estes pormenores dos processos. Não podem ficar pelo traçado das grandes linhas!...

*

Estava convocado um Conselho de Ministros Informal para o dia 29 de Novembro. A ausência de agenda visava dar aos ministros tempo para fazerem as avaliações ou as projecções que entendessem. Estava-se quase no fim do ano. O seguinte teria eleições no verão. Tratava-se, por isso, de fazer balanços e recomendações.

Na véspera fiz a lista dos temas que me propunha abordar: Ao longo do primeiro semestre não deveríamos esquecer que iríamos ter eleições. Conviria não ficarmos paralisados com receio de fazer alguma coisa inconveniente. Deveríamos, pelo contrário, agir com determinação. Para isso importava que não houvesse atrasos na publicação do decreto-lei de execução orçamental. Não poderíamos ficar à espera de um instrumento essencial. Ele tinha de estar pronto no dia 2 de Janeiro! Era evidente que o Ministro das Finanças queria exactamente o oposto: atrasar o mais possível o decreto-lei de execução orçamental!...

Havia muitas queixas em relação à burocracia no Ministério da Justiça. Tinha que se ver qualquer coisa de palpável em breve.

No sector da Habitação, o arrendamento deveria ser facilitado, tendo em mente os jovens casais que não estavam em posição de comprar casa.

Deveria haver uma aceleração na tramitação dos dinheiros de Bruxelas para Portugal; ele tinha um longo percurso que passava por instituições belgas, o Lloyds, em Londres, o BPA e, depois, o Tesouro. Permanecia tempo de mais nas diversas “estações”. Em Bruxelas diziam-me que eles já tinham saído, mas não chegavam aos destinatários porque estavam atrasados... Quem ficava com má imagem era o Governo... e eu, em particular.

Na segurança rodoviária havia que fazer muitos progressos. Os Portugueses matavam-se (e ainda se matam...) nas estradas por uma variada série de razões. A polícia fiscalizava os documentos mas não punia as infracções nem fazia uma coisa que me parecia essencial que era analisar os acidentes e definir uma estratégia de actuação, tendo em conta os resultados dessa análise.

Havia poucos instrumentos de poupança e mal divulgados. O comum dos portugueses, aliás muito dados a poupar, não tinha literacia financeira geral nem específica no domínio da poupança.

A luta contra os fogos florestais tinha de permanecer na agenda.

A juventude deveria merecer atenção variada e, seguramente, que os meus colegas iriam sugerir iniciativas nos seus sectores. Eu achava que se deveria promover a sua educação cívica, com prioridade.

A modernização administrativa estava a decorrer, mas viam-se poucos resultados. A cooperação era nitidamente um ponto forte do Governo. Deveria ser feito um

balanço e explorá-lo, porque havia uma boa parte da população com origem ultramarina sensível ao aprofundamento desses laços.

Na Ciência tínhamos algumas coisas positivas a mostrar. Iria haver uma avaliação, pela OCDE, do nosso sistema científico e estávamos seguros de que ela seria positiva. O parque de ciência e tecnologia de Lisboa estava a avançar. Os resultados dos concursos lançados nas áreas prioritárias do CIENCIA iam começar a sair. Esta parte era importante para uma pequena fatia da população que, contudo, fazia muito a opinião.

Dever-se-ia insistir na divulgação das consequências para Portugal da constituição do Mercado Único, fazer o balanço dos fundos estruturais e divulgar o que se estava a fazer para preparar a Presidência Portuguesa da Comunidade, no primeiro semestre de 1992 (As presidenciais do primeiro-semester são sempre mais interessantes do que as do segundo, muito afectadas pelas férias grandes e do Natal).

Avançar com a concretização do resto do Quadro Comunitário de Apoio (gás natural, programa transfronteiriço, STRIDE, aeroporto de Santa Catarina, PRODIA-TEC, ETC.).

Realizar um seminário sobre ordenamento do território, domínio em que tantas coisas tinham sido realizadas. Dar relevo ao código de expropriações, aos loteamentos urbanos, ao licenciamento municipal e aos muitos contratos-programa que estavam em marcha.

Tornar generalizado o grande movimento de desconcentração em que todos os ministérios estavam empenhados.

Foram estas as principais sugestões que anotei e apresentei no dia seguinte.

*

Realizou-se, no dia 29 de Novembro, o previsto Conselho de Ministros Informal. Desta vez, como era dia de semana estávamos todos de fato e gravata... O Primeiro-Ministro começou pelo enunciado do enquadramento da discussão. Estávamos a dez meses do fim da legislatura. Que discurso deveríamos adoptar no tempo que nos restava?

A cena internacional tinha sido dominada pela crise do Golfo, com o crescimento dos preços do petróleo e as bolsas instabilizadas. Havia a perspectiva de uma guer-

ra “com data marcada e transmissão pela televisão...” Era um quadro totalmente novo. Estávamos a assistir à degradação da situação económica, social e política dos países da Europa de Leste. As negociações do GATT tinham gerado sequelas, especialmente no Vale do Ave; a resposta aos problemas cabia especialmente, aos Ministérios do Planeamento, da Indústria e do Emprego. Estávamos a assistir ao alargamento da Comunidade, mas também ao seu aprofundamento. Iria haver eleições presidenciais em Janeiro e era certo que o Dr. Mário Soares seria eleito para um segundo mandato. Deveríamos preparar-nos para as tentativas do PS e do PCP para dificultar a vida do Governo, procurando tirar a maioria ao PSD nas eleições legislativas do fim do verão. O pior que poderia acontecer ao país seria ter um governo fragilizado que não pudesse tomar decisões. Tínhamos de conservar a serenidade e continuar a governar com a determinação que nos reconheciam.

Como era de esperar todos os ministros intervieram. Faço uma alusão geral ao que disseram os meus colegas sem referir quem o fez: Não há gratidão em política! As pessoas votam em função das expectativas, mas estas têm de ser apresentadas por quem tiver credibilidade. Nós tínhamos. O nosso eleitorado-alvo era o “central”; a média-burguesia urbana dependia muito dos “fazedores de opinião”, sendo importante que estivesse segura de que não iria perder estatuto. A política tem de ter um rosto; o Primeiro-Ministro era o rosto de uma equipa que tinha sido eficaz. Era importante a coesão do Governo. Tínhamos que apostar na imaginação e no sonho. Como o poder desgasta sempre, deveríamos surgir com um aspecto renovado. Não poderíamos menosprezar o “marketing” das medidas que tínhamos tomado e daquelas que nos propúnhamos tomar. Tínhamos de elevar o nível das expectativas a criar. Não deveríamos misturar a eleição presidencial com a nossa corrida nas legislativas. Nós éramos pela Europa, mas também pela defesa intransigente de Portugal. Éramos, ainda, pelo Ambiente e sua conservação. Deveríamos apontar o progresso dos indicadores sociais, mas mostrar insatisfação. Tínhamos de dar relevo à Presidência Portuguesa da Comunidade e ao que estava a ser preparado para que ela fosse um sucesso. Deveria ser dada uma atenção especial às elites, fazedoras de opinião e aos jovens que iriam votar, aos milhares, pela primeira vez. O acesso ao ensino superior constituía um tema a abordar.

Deveríamos sublinhar como contivemos a inflação e como garantimos um clima de segurança generalizado. A relação das pessoas com o Estado e a facilitação da vida deveriam merecer atenção. Os problemas do Interior constituíam preocupação para todos nós. O discurso deveria ser de esperança num país com melhor nível de vida. Tínhamos conseguido aproveitar bem as ajudas comunitárias que recebêramos. Tinha havido um grande acordo nos domínios da formação profissional e outro no da higiene e segurança no trabalho. O combate à pobreza era para nós prioritário. A modernização das empresas portuguesas era fundamental e urgente para assegurar o caminho ascendente que vínhamos a percorrer. Mas o custo do dinheiro era alto!... Continuaríamos com as privatizações. A Saúde dizia muito aos portugueses! Por isso era preciso salientar a melhoria conseguida nos indicadores e falar no acréscimo de qualidade e na instalação de novos equipamentos modernos. Deveria sublinhar-se a importância da componente social do desenvolvimento. Era certo que se estava a observar uma menor predisposição dos Cidadãos para a participação política; isso tinha de ser contrariado. A reforma da Política Agrícola Comum iria evoluir num sentido que se aproximava mais dos nossos interesses. O país iria, em breve, ser declarado indenne em termos de peste suína africana e clássica; isso era importante não só para o mundo rural, mas para todos os consumidores. O desporto deveria merecer atenção. Iria ocorrer, em Junho de 1991, o Campeonato do Mundo de Futebol de Juniores e essa era uma ocasião importante. Deveria ser dada atenção aos desportos na praia que eram baratos e muito mobilizadores (visto hoje – 2015 – é extraordinário o avanço que conseguimos fazer!...). Observava-se uma grande indiferença dos jovens perante o discurso político; era preciso torná-lo inteligível e atraente para eles. O voto-alvo deveria ser, naturalmente, o voto flutuante. Era preciso procurar detectar qual seria o sentido do discurso da oposição para, naturalmente, o contrariar. Eu só reproduzi, aqui, uma pequeníssima parte dos comentários e das sugestões feitas. O Primeiro-Ministro esteve atentíssimo e fez uns breves comentários finais. O nosso objectivo era continuar com a obra que tínhamos encetado. Havíamos aprendido, naturalmente, com a mudança dos tempos, especialmente porque privilegiávamos o diálogo. Era importante fazer o discurso da esperança,

evitando confrontações inúteis. Este tipo de Conselhos tinha, obviamente, funções de promoção da coesão do grupo e de entusiasmo e motivação na sua acção. E permitia fazer o levantamento de algumas ideias criativas. Eram estimulantes!

*

No dia 30 de Novembro teve lugar, na Comissão Parlamentar de Economia e Finanças, a discussão na especialidade da proposta de Orçamento de Estado. Cambia-me sustentá-la em vários domínios. Só houve propostas para aumentar as despesas. Se houvesse a “Lei Travão”, de Afonso Costa, nenhum Deputado, em sede de discussão da OE, poderia propor medidas que aumentassem as despesas públicas ou diminuíssem as receitas sem pedir, previamente, a autorização da Comissão de Finanças e do Ministro das Finanças que nunca seria concedida... Ilustrarei as intervenções, sem nomear os seus autores:

A “investigação e desenvolvimento” tinha verbas claramente insuficientes. Não tinham visto explicitadas as verbas para o Instituto Ricardo Jorge. O Instituto Português de Oncologia tinha dotação suficiente para a investigação? Quais tinham sido as respostas das Autarquias a respeito do FEF? Eu deveria esclarecer minuciosamente quais os novos critérios usados para a cobrança de derramas. Não estariam, por trás, manobras divisionistas dos Municípios? Quais os programas operacionais que estavam a funcionar? Por que havia alguns que ainda não tinham arrancado? Havia ou não possibilidade de serem transferidas todas as verbas? As receitas próprias tinham aumentado muito! Onde estavam as informações que davam conta disso? Tinha que haver mais solidariedade para com os Municípios pobres. Tinha de se repor tudo aquilo em que os Municípios haviam sido prejudicados. As compensações pelas isenções voltaram à baila. Em relação à regularização das dívidas à EDP, era inadmissível que o Governo retivesse verbas dos Municípios sem haver uma decisão dos Tribunais. Era preciso arranjar verbas para a construção de muitas sedes de Juntas de Freguesia. As novas competências dos Municípios deveriam ser acompanhadas dos meios necessários para as desempenhar (e eram...). Estávamos a colocar os Municípios entre a espada e a parede... Deveríamos fazer uma nova Lei das Finanças Locais em estreita cooperação com a ANMP. O parecer do Conselho Superior de Ciência e Tecnologia

havia sido produzido pela sua secção permanente; ela estava devidamente mandada para o fazer? Ou tratava-se de um parecer elaborado à pressa?

O programa CIENCIA era uma solução “salvífica” que não resolvia os problemas de fundo do sector. E as ciências sociais não eram apoiadas? Admitia um Deputado que pudessem ocorrer desperdícios, de dinheiro e de energia, por falta de articulação com o PEDIP (como se sabe estavam estabelecidas regras para a fazer). Se iria haver um parque de ciência e tecnologia em Lisboa e outro no Porto, como é que se iria fazer a distribuição dos cientistas? Saltavam, também, os casos particulares do distrito A e B, que não eram contemplados como deviam ser (eram os distritos dos intervenientes, obviamente...). A verba prevista para acorrer a situações de calamidade era insignificante. Queixava-se um Deputado do PS de que o PSD dividia a história da década de 80 entre uma fase “antes de Cavaco e outra depois de Cavaco”, por causa dos fundos estruturais; ora, tinha sido o PS o responsável pela entrada na Comunidade Europeia!... Nas GOP existia um défice de realismo e de profundidade de análise; o seu optimismo era insustentável e desmobilizador; dar-se uma ideia de facilidade era errado. A estrutura produtiva não estava a evoluir positivamente, as vantagens comparativas de Portugal repousavam somente nos salários baixos! Nada do resto estava a melhorar. O Governo exibia um défice de humildade e de capacidade de auto-crítica em relação ao passado que era nefasto. O défice estendia-se, também, à credibilidade dos objectivos fixados. Não estavam explicitadas as causas do arrastamento de execução do PIDDAC em 1990; quais eram? (o PIDDAC não estava atrasado; em 28 de Novembro estava executado a 68%; o primeiro semestre é sempre pior do que o segundo por questões ligadas ao arranque dos novos projectos).

Nestas memórias eu tenho-me referido, uma ou outra vez, ao carácter excessivamente “politiqueiro” das intervenções na Assembleia. Está fora de causa que o Governo promova cursos para formação de políticos. Mas baixou bastante o nível de qualidade das intervenções, desde que impuseram o regime de exclusividade aos Deputados. Quando lá estavam grandes profissionais liberais (habitualmente advogados ou economistas de Lisboa) havia discursos com excelente nível. Depois, deixou de haver. Para mim, esta preparação tem de se passar no seio dos

partidos que devem começar pela escolha criteriosa dos que integram as suas listas. Mas, depois, deve haver muito maior coordenação dentro dos grupos parlamentares e preparação de todos quantos intervêm. Devem ser evitadas as actuações demasiadamente “paroquiais”, de que se percebem muito bem os intuitos. O tempo é escasso e há muitas coisas importantes a tratar.

*

O Primeiro-Ministro Cavaco Silva entendia-se bem com o Presidente Felipe Gonzalez, cuja grande capacidade e simpatia pessoal eu tive ocasião de apreciar por diversas vezes. No princípio de Dezembro de 1990 realizou-se uma cimeira luso-espanhola em que participaram poucos membros de um lado e de outro. Esta tinha corrido muito bem. Havia uma grande convergência de pontos de vista tanto em assuntos comunitários como em matérias bi-laterais. O programa transfronteiriço iria avançar tal como o havíamos preparado; era curioso, mas, nessa ocasião, Portugal e Espanha eram os dois países comunitários com mais longa fronteira. O bolo reservado em Bruxelas para o efeito ficou dividido em 42% para Portugal e 58% para Espanha.

*

Como já referi tinha de haver uma lei para autorizar o recenseamento demográfico a realizar em 1991. O debate no Parlamento correu sem incidentes. O PRD interessou-se muito pela situação dos deficientes e pelo modo como as diversas situações poderiam ter tradução no inquérito. O PCP focou-se na questão sobre religião, a que já me referi. De qualquer modo, o número de perguntas feitas no nosso recenseamento era dos maiores, em todo o mundo, o que me desagradava. Mas todos os sectores queriam saber mais acerca do que se passava no seu âmbito e o presidente do INE sabia que as probabilidades de ele presidir a outra operação congénere seriam escassas... Daí que se juntassem duas forças favoráveis ao alongamento. A mim cabia-me contrariá-lo. Apesar de a ANMP ter feito parte da Comissão que preparou o recenseamento, eu insisti para que ela fosse ouvida, formalmente.

*

Em 11 de Dezembro tive um longo despacho com o Presidente do INSCOOP. Ele já tinha adquirido muita experiência no lugar, de modo que a conversa era sempre produtiva. Achava (e eu também) que deveríamos dar atenção prioritária às cooperativas agrícolas e às de habitação, por serem esses os domínios que tinham provado serem os mais úteis. As de consumo haviam sido submersas pela avalanche dos hipermercados; as de educação mostravam-se algo obscuras; as de cultura tinham fortuna muito diversa... Eram aqueles dois domínios os sectores em que a organização cooperativa mais útil se poderia revelar. Por isso fazia sentido olhar para eles com mais atenção, procurar reforçar as relações com o “Associativismo Agrícola” e com a Federação Nacional das Cooperativas de Habitação. Deveria pôr-se em paralelo a poupança individual e a poupança cooperativa. No campo das cooperativas agrícolas, os Açores tinham um peso muito expressivo. Recomendei que se estreitassem os laços de cooperação, fazendo-o sempre através do gabinete do Ministro da República.

Tinha havido recentemente, em Roma, a 2.^a Conferência Europeia das Empresas de Economia Social, NN90. Nós não tínhamos participado, mas, pelas informações que o Dr. Canaveira de Campos tinha obtido, ela teria produzido recomendações com interesse. Havia que estudar a fundo o relatório respectivo e as suas conclusões. Tinha sido definido o estatuto da cooperativa europeia, mas ainda não estava aprovado; isso obrigava-nos a rever o nosso próprio Código Cooperativo num ponto ou noutro.

*

Em 12 de Dezembro vi, com o Secretário de Estado da Cultura, quais seriam as obras de restauro a merecer prioridade nos meses seguintes. O PRODIATEC ficaria aprovado em Janeiro seguinte, sabendo-se já quem era a respectiva comissão de gestão. Serralves estava com o projecto praticamente acabado; era preciso arrancar com as obras. Havia uma lista de castelos para recuperar bem como o nó do Palácio de Queluz. Tanto o Convento de Cristo como o Mosteiro de Tibães reclamavam acertos com a ENATUR que estavam demorados. Iria haver 17 novas bibliotecas municipais em 1991. A Cadeia da Relação do Porto estava em obras

no seu salão nobre e na biblioteca, ao abrigo de um protocolo celebrado com o Dr. João Macedo Silva, da RAR; o resultado ficou insuperável. Falei-lhe no meu interesse pelos arquivos, nomeadamente dos distritais que tão usados são (alguns deles) pelos historiadores.

*

Da mesma forma que existiam as cimeiras com Espanha queríamos conduzir um exercício semelhante com o Brasil. Fomos em 13 de Dezembro informados de que a primeira se realizaria em 27 e 28 de Janeiro de 1991. Eu não participei em nenhuma nem sei se acabaram por se realizar ou não. O que nós queríamos que fosse tratado era um rol de assuntos que foi enunciado: a cooperação entre empresas e instituições; a integração europeia e as relações com o Brasil; Portugal, Brasil e África; os sectores: agricultura e agro-pecuária, pescas, turismo, telecomunicações, transportes marítimos, privatizações, novas tecnologias, investigação e desenvolvimento, ambiente; cooperação com os países hispanos da América Latina. Eu estava particularmente interessado na televisão de alta definição.

As coisas com o Brasil têm sempre uma falta de consequência que me desaponta. Quando os responsáveis se encontram tudo é abertura e facilidade. Quando se passa do discurso à prática nada sucede. Será que estamos condenados somente à “espuma”?...

*

No dia 14 de Dezembro, por incumbência do Presidente da República, Grão-Mestre das Ordens Honoríficas, impus as insígnias de Comendador da Ordem de Mérito Agrícola, Comercial e Industrial (classe do Mérito Agrícola) ao Senhor Fernando Nicolau de Almeida. A cerimónia teve lugar na chamada Sala do Tribunal no Palácio da Bolsa, no Porto. Ele ficou conhecido como o enólogo do “Barca Velha”, mas, na realidade, foi muito mais do que isso. Ele mostrou as possibilidades extraordinárias do Douro para produzir vinhos de mesa. Foi também o primeiro grão-mestre da Confraria do Vinho do Porto, cargo que desempenhou com a maior eficácia e graça; pôs o padrão muito elevado! Guardo uma grande recordação da cerimónia, porque, tendo ele uma família numerosa e muitos amigos,

todos o rodearam das mais lisonjeiras mostras de afecto e de admiração. Raras vezes tenho participado em actos onde todos os participantes estivessem tão felizes! E isso reflectiu-se, naturalmente, na resposta que o condecorado deu ao meu discurso que está publicado noutro lado.

*

No dia 13 de Dezembro houve no Palácio da Bolsa, no Porto, um encontro de quinze grandes empresários exportadores. Do lado do Governo estava o Ministro do Comércio e Turismo, o Secretário de Estado do Comércio Externo e eu. Convidei também o Eng. Eurico de Melo, que já não estava no Governo, mas era uma personalidade muito respeitada por todos os participantes. Nós íamos mais para ouvir do que para falar. O Ministro do Comércio fez uma intervenção inicial e ele e o Secretário de Estado juntaram curtas intervenções no final. Mas, tal como eu referi, no início esta seria uma reunião de “aprendizagem”, com a muita experiência acumulada na sala. Referirei, de seguida, as observações e recomendações que fizeram; elas são, em grande extensão, muito actuais:

O Ministro do Comércio começou por dizer que a internacionalização da nossa economia constituía um imperativo. O mundo, nessa ocasião, era bipolar: de um lado os Estados- Unidos, pólicia do mundo; do outro, a União Soviética, em situação de pré-caos; levaria uma geração ou mais para fazer a recuperação da economia soviética. O mundo árabe tinha uma mentalidade muito diferente da nossa. O Terceiro Mundo era uma zona de “cansaço” da solidariedade; todos os meios de auxílio eram desbaratados. A Comunidade Económica Europeia estava sujeita a um dever de solidariedade perante o renovado pedido de auxílio dos países de Leste; mas todas as surpresas que daí vinham eram negativas... Para Portugal, tínhamos como objectivos externos o aprofundamento da nossa posição na Europa a 12; deveríamos continuar a defender a coesão económica e social e a política externa e de segurança comum (PESC). A situação da Alemanha e sua reunificação iria, seguramente, custar mais do que se admitia. Os países da EFTA eram parceiros que nós conhecíamos. Tínhamos que encontrar um “modus-vivendi” com a Espanha, mas , até aí, a evolução tinha sido positiva para Portugal. Não deveríamos esquecer a vertente atlântica das nossas

relações, nomeadamente com os Estados- Unidos e com África. O Magreb não deveria ser negligenciado; e, também, as comunidades portuguesas e os empresários de ascendência portuguesa. O desenvolvimento recente de Portugal devia-se à afirmação das nossas empresas; mas estas exibiam ainda grandes vulnerabilidades. Elas não controlavam partes significativas do Mercado Interno Europeu. Era preciso continuar com o processo de modernização e adquirir dimensão, nomeadamente por via da formação de grupos; era preciso adquirir dimensão internacional. Para isso impunha-se dar atenção ao conjunto “flexibilidade–inovação–competitividade”. A periferia não ajudava muito à modernização. Por isso se tinha de olhar para o investimento e para a procura externa. Foi, mesmo, enunciado um conjunto de prioridades; i) Reforço da competitividade; ii) Captação de investimento estrangeiro; iii) Internacionalização e investimento português no estrangeiro; iv) Turismo de qualidade; v) Modernização intensiva do comércio; vi) Desenvolvimento da Cooperação.

Era às empresas que competia captar o investimento estrangeiro, escolhendo os parceiros. Os sistemas de incentivos de que dispúnhamos eram de duas naturezas: (a) um geral (SIBR, SINPEDIP e outros) e (b) um contratual para investimentos de mais de 10 milhões de contos. Não existia discriminação de nenhuma natureza entre os investidores portugueses e os estrangeiros. Nós tínhamos de recuperar do nosso atraso tecnológico. Havia um ponto crucial: a aposta nos mercados exteriores. As empresas portuguesas não estavam internacionalizadas e não sabiam criar marcas e defendê-las. Deveríamos ser nós a deter os nossos próprios canais de distribuição e investir nos países desenvolvidos, designadamente na Europa. Tinha sido aberta uma linha de crédito para investimento português no estrangeiro, no valor de dois milhões de contos. Ela deveria ser usada, nomeadamente, para a criação de marcas nacionais. Mas a resposta tinha sido insuficiente. Por quê? Agradecíamos sugestões. Elas vieram:

Estava a haver poucos pedidos para participação no capital de empresas. Os pedidos eram muitos, mas de crédito, pequenos (15.000 a 200.000 contos) e muito diversificados. A experiência com os PALOP revelava-se muito dependente de questões socio-militares insusceptíveis de resolução pelos empresários; relativamente a África havia falta de informação; o investimento feito, até então, não



FIG. Aeroporto Internacional do Funchal. Madeira.

tinha tido uma “perspectiva comercial”. Para investir em Angola e Moçambique precisavam de mais capital de risco, porque este era elevado. Recomendavam que fossem grupos de empresas que formassem uma quadrícula em que se amparassem mutuamente. O retorno seria lento; precisavam da “companhia” do Governo na assunção de riscos. Em África havia muitos problemas com o fornecimento de matérias-primas; por isso, era difícil pôr e manter as empresas a funcionar. Nós tínhamos pouco peso junto do Banco Mundial, porque eles viam que certos financiamentos concedidos, por exemplo, a Moçambique impunham como condição a compra de maquinaria na França ou na Bélgica; conosco isso não acontecia. O ambiente de recessão começava a espalhar-se interna e externamente, muito devido à expectativa em relação à situação no Golfo. O custo da energia representava uma variável fundamental. Em Portugal, naquele momento, havia pouco dinheiro disponível e era caro, nomeadamente em comparação com a situação em Espanha. O dinheiro das empresas estava a ser encaminhado para negócios especulativos. Seria interessante conseguir atrair estrangeiros para investir em Portugal e, ao mesmo tempo, incitar os Portugueses a ir investir no estrangeiro. A burocracia portuguesa era muito desencorajadora para os investidores estrangeiros. Havia alguns que achavam muito preocupante a nossa perda de competitividade, que estimavam entre 5% e 6%. Era imprescindível abrir novas linhas de crédito mais claras e mais acessíveis. Alguns queixavam-se de que não tinham dimensão para partir e investir no estrangeiro sem apoios do Estado. As “joint ventures” que eram propostas aos portugueses eram sempre minoritárias; os estrangeiros ficavam sempre com o comando das empresas. A legislação em Portugal era muito móvel; deveria ser mais estável; não se podia estar a alterar a legislação com frequência. Muitos achavam que nós “produzíamos caro” e, portanto, com dificuldades de concorrer em muitos mercados. A maior parte das nossas empresas ainda estava na fase de vender no estrangeiro através de agentes locais que coordenavam (controlavam) as operações; para fazer investimentos de distribuição no estrangeiro faltava-nos dimensão. As verbas do ICEP para a promoção dos produtos portugueses eram exíguas. Devia-se concentrar os esforços, escolhendo os mercados mais importantes. Alertaram para os inúmeros artigos estrangeiros produzidos com “dumping” e que concorriam com os nossos (o caso da China, particularmente). Em certos países, como o Brasil, havia

mesmo bloqueio aos produtos portugueses. Era preciso mais informação sobre os concursos feitos no estrangeiro. Havia um que estava a montar uma rede de distribuição em Espanha sem apoio do Estado (eu não achava isso mal ...). Temiam as negociações na ronda do Uruguay do GATT. Um achava que estávamos a fazer muito investimento público; uma boa parte deveria ser orientada para apoio às empresas. A taxa de intermediação dos bancos era muito elevada. As telecomunicações eram deficientes, em Portugal, mormente para gerir empresas localizadas noutros países. Era preciso dispor de uma base de dados sobre os outros países. Havia dificuldades de importação de matérias-primas com pagamentos diferidos e isso era inconveniente para nós.

O Ministro do Comércio fez comentários em relação ao custo do dinheiro e aos ganhos de produtividade que importava fazer. Disse que a burocracia era o Adamastor do nosso tempo, mas que estávamos apostados em derrotá-lo. O Secretário de Estado acrescentou que o “lobby” português estava mal organizado, particularmente, junto do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento, do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento e de outras instâncias financeiras internacionais. Disse que se tinha mantido uma competitividade artificial com equipamento obsoleto; agora que se tinha mesmo de comprar outro novo, o dinheiro estava caro!... Achava que não deveríamos satisfazer a vontade dos investidores estrangeiros que queriam ser maioritários. A verdade é que tinham entrado, até Setembro, 400 milhões de contos de investimento estrangeiro, dos quais somente 44 milhões o tinham feito por via contratual.

Agradei a todos o empenhamento que tinham demonstrado para nos ajudar a procurar as melhores vias para estimular a economia portuguesa. O que me impressiona neste relato que se refere a uma reunião havida em 1990 é que ele poderia muito bem respeitar a uma outra que tivesse ocorrido em 1980, em 2000, em 2010 ou hoje!... Como se muda a Sociedade Portuguesa ou as suas partes motoras?

*

Em 18 de Dezembro tive uma sessão de despacho com a Secretária de Estado por causa do aeroporto de Santa Catarina na Madeira. Eu tinha ficado com a tutela do GARAM (Gabinete dos Aeroportos da Região Autónoma da Madeira), porque a

ANA (Aeroportos e Navegação Aérea) havia sido de uma inflexibilidade total, na sequência do grande desastre aéreo a que já me referi. Tinham levado a situação ao extremo do corte de relações. E a verdade é que tive de ouvir dos dois lados coisas que denunciavam uma grande acrimónia entre as duas partes. Só me restava ultrapassar as dificuldades, fixando o grande objectivo de construir o aeroporto e fazer tudo para que ele estivesse pronto o mais rapidamente possível. Assim se fez! Mas, naquela data, ainda havia que decidir sobre expropriações e sobre uma revisão urgentíssima da solução. O presidente do GARAM, Dr. Casimiro Pires, não admitia que a solução fosse outra que não a do Prof. Edgar Cardoso. Mas havia muitas vezes a recomendar cautela devido à sua avançada idade e ao seu método de trabalho, sempre muito em cima da obra e inovando continuamente, com o conseqüente agravamento dos custos. Ultrapassou-se a dificuldade atribuindo o projecto ao célebre projectista, mas com o inestimável e determinante apoio do Eng. António Segadães Tavares, um engenheiro de primeira água, capaz de resolver os mais complexos problemas, como teve ocasião de demonstrar largamente ao longo da construção da pista, uma obra notabilíssima que o país fica a dever à sua inteligência e competência. O estudo económico-financeiro ficaria pronto em Março; o estudo ambiental havia sido entregue recentemente a uma empresa especializada; um estudo operacional seria solicitado ao Comandante Turquat (de quem já falei noutro lado) e os seus resultados ser-nos-iam presentes até ao fim de Março.

*

Em 20 de Dezembro fomos surpreendidos com a demissão de Shevardnadze, de Ministro das Relações Externas da URSS. Estava a desmoronar-se o edifício... No Conselho Europeu de Roma tinha sido reafirmado que a coesão económica era um dos fundamentos da União Política. Deveria dar-se mais ênfase à segurança do que à defesa. As redes transeuropeias continuavam a ser consideradas como um instrumento importante de coesão; em relação com elas estava a política de transportes, nomeadamente aquela que tornaria menos afastados os países periféricos. Nessa ocasião, as pressões sobre a Comunidade eram consideradas como grandes (hoje são maiores!...); por isso deveriam ser revistas as perspec-

tivas financeiras e aumentados os recursos da Comunidade. Admitia-se que as conferências inter-governamentais que se aproximavam não fossem fáceis. Os “resquícios” das mesmas ainda deveriam chegar à nossa presidência (1.º semestre de 1992). Em 1994 iriam realizar-se as eleições para o Parlamento Europeu; devíamos pensar no assunto, com tempo.

*

Entrámos no Conselho de Ministros de 27 de Dezembro de 1990 quase em estado de choque pela vaga de acidentes nas estradas portuguesas durante a época do Natal. Tinham sido excedidos todos os limites! Todos se pronunciaram:

Foi invocado o excesso de consumo de bebidas alcoólicas, o deficiente controlo dos veículos e a necessidade de se ser mais exigente na sua revisão periódica. Foi dito que a capacidade da Direcção-Geral de Viação era limitada, que a instrução automóvel era deficiente, que não havia preparação para guiar em pisos molhados...

Eu propus que dividíssemos o problema em três partes: a estrada, o veículo e o condutor. Em todas elas havia que actuar. Concordaram.

As causas dos acidentes tinham muito a ver com a alcoolémia, o cansaço e o descuido. O resultado estava à vista. Estavam envolvidos milhões de contos que as companhias de seguros haveriam de fazer tudo para não pagar ou para pagar o mínimo que pudessem. Era preciso fazer uma análise da causalidade. Os limites de velocidade impostos eram irrealistas e, portanto, não eram generalizadamente respeitados; havia que os rever. Também ocorria falta de fiscalização. Os acidentes eram, na sua maior parte, devidos a manobras perigosas; por isso deveria ser nestas que se teria de concentrar a acção. Mas o excesso de velocidade estava entre as principais causas. A frota automóvel nacional tinha crescido muito; havia muitos carros novos e mais potentes; a adaptação dos condutores tinha sido mais lenta do que o aumento do parque automóvel. Deveria concentrar-se a atenção nos condutores. Era aí que se poderiam obter resultados mais rápidos e mais expressivos. Deveria fazer-se, também, um esforço para melhorar a sinalização nas estradas e a fiscalização dos veículos.

Talvez haja hoje (2015) algumas melhorias ligeiras na sinistralidade. Fazem-se mega-operações no Natal, na Páscoa, nas férias grandes... Mas continua a haver acidentes a mais e com as mesmas causas de sempre. As estradas, essas, melhoraram de forma sensível. Os veículos também. Os condutores, nem tanto...

*

No dia 3 de Janeiro fizemos uma avaliação dos assuntos europeus pendentes em curso. Todos os países estavam, naturalmente, preocupados com a situação do Golfo; de tal maneira, que tinha sido convocada uma reunião especial dos Ministros dos Assuntos Exteriores. Estavam em processo de depuração as sugestões das potenciais prioridades da presidência portuguesa; todos os ministros tinham enunciado muitas. Já estavam a decorrer as acções de formação do pessoal que iria ficar encarregado das diversas acções, incluindo a segurança e as comunicações.

As prioridades da presidência luxemburguesa, então em curso, tinham sido: o debate sobre a União Política; as relações com os países da EFTA, incluindo o seu acesso às “quatro liberdades” e a sua participação na coesão económica e social; a Carta Social; tinham já apresentado 46 iniciativas neste domínio; algumas delas acabariam, seguramente por vir a ser aprovadas durante a presidência portuguesa. A Comissão estava ocupada na atribuição de ajudas à União Soviética; as notícias que de lá vinham não eram nada tranquilizadoras.

O POSEIMA (Madeira e Açores) iria ser aprovado em breve. Esta sigla correspondia ao seguinte título: Programa de Opções Específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade da Madeira e dos Açores!... Acabou por ser aprovado em Junho seguinte. Relembro que a iniciativa para o elaborar foi do Primeiro-Ministro Português, na Cimeira de Rhodes.

No âmbito do Mercado Interno, estava em curso um programa de harmonização fiscal nos sectores da banca e dos seguros. No âmbito da PAC (Política Agrícola Comum) e em relação aos preços agrícolas tinham sido definidas medidas de compensação para as regiões desfavorecidas.

Estavam em avaliação as relações entre a Comunidade Europeia de um lado e a Turquia e os países mediterrânicos do Norte de África, por outro. O Uruguay Round retomaria as negociações a 15 de Janeiro.

As discussões sobre o Mercado Interno estavam a avançar bem, salvo no que respeitava à circulação de pessoas. As redes europeias começavam a suscitar interesse; seria um tema importante na próxima conferência intergovernamental sobre a construção do Mercado Interno. O Vice-presidente Bangeman admitia mesmo criar um fundo autónomo para financiar a construção das redes.

A defesa dos direitos de autor em matéria de programas de computadores tinha que ser regulada.

A segurança rodoviária estava a representar um tema que interessava a todos os Estados-membros.

No campo do desporto estavam em discussão a livre circulação dos desportistas, o “doping”, a corrupção e a violência no desporto; estava em estudo a elaboração de um Código de Ética no desporto.

Uma coisa que eu não sabia que poderia acontecer teve lugar com a atribuição da presidência luxemburguesa, no domínio das pescas ao Estado-membro que se lhe seguia: a Holanda. Desse modo, ficámos em “troika” já em Janeiro de 1991, com a Holanda, que assegurou a presidência naquele sector por um ano. Compreendia-se bem por quê: o Luxemburgo não tinha mar...

O Luxemburgo era um nosso aliado natural. Por isso o Primeiro-Ministro português iria fazer uma visita oficial ao país, durante a presidência que ele exerceria. As patentes dos medicamentos têm reflexo sobre o preço dos mesmos. Por isso, nós não éramos favoráveis ao alargamento do seu período de vigência. Sabíamos que os custos da investigação eram elevados, mas o que estava estipulado, naquela matéria, deveria ser suficiente para a sua amortização.

*

Havia propostas para introduzir compensações para os trabalhadores municipais que estivessem encarregados de funções penosas: coveiros, lixeiros, etc. Eu achava que se deveria fazer qualquer coisa, tomando nós a iniciativa. Lembrava-me de uma conversa com uma vice-presidente de um conselho regional, em França, ao lado de quem fiquei num jantar. Para ser simpática, disse-me que gostava muito dos trabalhadores portugueses que estavam na sua empresa. Aceitavam, sem hesitar tarefas a que os franceses torciam o nariz. Perguntei-lhe o que fazia a sua empresa. Respondeu: “Pompes funèbres!”...

*

É muito difícil acabar com uma instituição que tenha ganho raízes. A EPPI (Empresa Pública dos Parques Industriais) tinha pavilhões ou terrenos em quase uma dúzia de cidades. E dispunha de um quadro de pessoal. Só foi possível extingui-la, incumbindo um alto funcionário do Ministério das Finanças de o fazer. Ele foi destacado para a missão e executou-a de modo exemplar. Não se podia designar alguém para o fazer sem fixação de um prazo razoável mas improrrogável.

Os franceses, nos últimos anos, acabaram com numerosos consulados por esse mundo fora. Quem executou a missão foi sempre alguém sem ligação à cidade em causa e dispendo de apenas seis meses para cortar todos os vínculos!...

Em 4 de Janeiro recebi o excelente funcionário que veio dar-me conta do que havia feito. Estava quase tudo vendido ou protocolado para venda; os credores tinham sido pagos quase todos (1,5 milhões de contos); já estava de posse dos documentos de quitação dos empréstimos contraídos; o dinheiro das vendas estava todo depositado, depois de ter negociado a taxa de juro... Estava a escrever o seu relatório final.

*

Em princípios de Janeiro de 1991 toda a gente começou a ficar muito preocupada com a situação no Golfo. Havia um risco real de guerra, naquela parte do mundo. Portugal não iria ter, seguramente, forças no teatro de operações, mas deveria preparar-se para fornecer apoio logístico e humanitário. Já tinham sido solicitadas 240 camas de hospital, 3 ambulâncias e seis equipas médicas para acompanhamento de feridos em viagens Riyadh – Paris e Riyadh – Lisboa. Havia sido solicitada a utilização da Base das Lajes, de um avião C 130 e de um navio. Seria a maior concentração militar desde a Segunda Grande-Guerra, com tecnologia avançadíssima e um enorme potencial de destruição. Estimava-se que o número de mortes (se houvesse guerra) poderia atingir as 50.000!

Nessa ocasião a orientação foi para evitar a criação de quaisquer alarmismos desnecessários. O primeiro a dever manter a serenidade tinha de ser o Governo. Já se sabia que o conflito seria aero-terrestre. Os países europeus que dispunham de forças significativas que pudessem ser deslocadas para o local eram a França

e o Reino Unido. Os outros só poderiam coadjuvar a acção. O conflito poderia tocar-nos directamente por via do petróleo. Mas, nessa ocasião, nós tínhamos reservas para 120 dias. Talvez por indução da duração de outras guerras, em zonas próximas, estimava-se que, se efectivamente houvesse guerra, ela fosse curta (eu lembrava-me, sempre, de que em Agosto de 1914, tanto na França como na Alemanha, se admitia que os soldados já iriam passar o Natal com a família!...). Era absolutamente imprevisível a evolução dos preços do petróleo e, portanto, as consequências económicas.

*

Por que me impacientam os que só se lembram de Santa Bárbara quando troveja, em 9 de Janeiro convoquei uma reunião da Comissão Nacional Especial dos Fogos Florestais (CNEFF) com vista a preparar com tempo a luta contra um flagelo que sabíamos ser recorrente.

Nela decidimos elaborar um protótipo de plano de luta contra os fogos florestais a nível municipal. Sugeri e foi aceite que o caso concreto que serviria seria o de Vila Nova de Poiares. Situado no meio do país, rodeado de matas por todos os lados, já tendo sido fustigado algumas vezes, tinha para mim a vantagem enorme de ser o Presidente da Câmara, Jaime Soares, também comandante dos bombeiros e um homem muito dedicado em ambas as posições. Cooperante, inteligente, sempre de bom humor e sabendo da matéria, era o parceiro ideal. Assim foi feito. Ele foi-se afirmando no sector e é hoje (2015) o presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses. Era evidente que os bombeiros tinham de estar envolvidos neste exercício que seria animado pela CNEFF mas com a colaboração da Inspeção Regional da Região do Centro. Ocupámo-nos a analisar uma “tipificação” dos corpos de bombeiros e do equipamento que seria ajustado a cada grupo. Já nessa ocasião havia exageros.

Uma das preocupações era a coordenação na luta contra o fogo dos diversos intervenientes. E a prevenção, da qual tudo ou quase tudo depende. Nessa ocasião, ainda se estava muito focado nas infra-estruturas florestais (estradões, aceiros, pequenas barragens). Foi dada a informação de que alguns fogos tinham sido ateados por pastores sem terra... O pior é que há muitos outros a fazê-lo. Unamu-

no, impressionado com a morte de alguns intelectuais do seu tempo, dizia que os Portugueses eram um povo de suicidas. Se vivesse hoje diria, com certeza, que somos um povo de “incendiários”!... Havendo tantos e com tantas desculpas para andarem por aí a atear fogos!... Na “saison” e fora dela!

*

A emulação é terrível em Portugal! As pessoas vão buscar energias não se sabe aonde para mostrarem que também são capazes de fazer o que outros fazem ou mesmo de os superar. Em 10 de Janeiro, recebi a direcção da Associação Industrial Portuense, capitaneada pelo Eng.^o Ludgero Marques, que me veio falar na construção de um grande conjunto de iniciativas na Feira. Designaram-no por Europarque e compararam-no imediatamente com o Centro Cultural de Belém. Tinham de fazer uma coisa semelhante ou melhor! Sabiam que eu tinha tido intervenção neste último; por isso vinham falar comigo para os apoiar na realização do seu propósito. Tinham de conseguir realizar, à volta do Porto, grandes congressos ou manifestações que envolvessem muita gente. E tudo tinha de exibir a maior qualidade.

O terreno estava em vias de se obter: a Câmara da Feira daria 40 hectares e a AIP compraria mais 30. O modelo que tinham na cabeça era o “Convention Center” de Minneapolis! O entusiasmo e a determinação eram dignos de admiração! Mas traziam muitas ideias. Queriam fazer o Instituto Empresarial Portuense, tendo como modelo as Écoles de Commerce francesas, pertencentes às Câmaras de Comércio e Indústria. Diziam que as empresas eram, fundamentalmente, recursos humanos; o resto era susceptível de ser comprado no mercado! Queriam absorver algumas funções que o Estado desempenhava e que seriam mais eficientemente realizadas por eles, nomeadamente no campo da promoção externa das nossas produções. Queriam, também, envolver-se na gestão de portos e aeroportos. Algumas das propostas que fizeram foram para a frente, com fortuna diversa.

*

Nós acompanhávamos o que já se tinha transformado na Guerra do Golfo. Tinham sido destruídos os sistemas de comunicações; em duas horas e meia ha-

viam ocorrido 1700 saídas de aviões; as tropas terrestres já tinham começado a avançar para o Kuwait. Os nossos abastecimentos estavam garantidos e não havia grandes riscos, para nós, em matéria de terrorismo (!...). Era importante acalmar as pessoas que viam os telejornais todos os dias; tínhamos que manter a serenidade em Portugal. Mas as ameaças de terrorismo existiam. Havia quatro fontes potenciais: i) a do próprio Iraque, o Abu- Nidal, muito hierarquizado, ii) a Organização de Libertação da Palestina, iii) os Líbios e iv) os Iranianos. Os três últimos eram muito baseados em “free-lancers”, mas fanáticos da “guerra total”. Nessa ocasião eram os interesses americanos e israelitas os alvos mais procurados. Ainda não se tinha estendido a rede.

Em Portugal, assistia-se a uma convocatória de manifestações pelo PCP, através do Conselho para a Paz e a Cooperação, que fez sempre o contrário do que o seu nome indicava. Mas, desde que estivessem interesses americanos em jogo, aí estavam eles a promover a agitação. E já tinha caído o muro de Berlim!...

Na ocasião foram dadas informações que retive: o exército iraquiano era considerado como “carne para canhão”; as milícias eram do partido do Presidente; e a guarda presidencial, a força em que ele tinha confiança, era composta por 500.000 homens. Tinha-se a certeza de que, em caso de derrota do Iraque, que era o mais certo, se deveria temer a retaliação “para lavar o sangue”. Tinha-se a certeza de que, nessas circunstâncias, seria inevitável o recrudescimento do terrorismo, como veio a ser. Já nessa ocasião, a grande incógnita era o Irão. Sabia-se que grande parte do Mundo Árabe não estava a favor do Iraque.

Foi decidido dar protecção consular aos que demonstrassem ter raízes portuguesas; e havia alguns sefarditas nessas circunstâncias. Felizmente, não se verificou nenhuma pressão sobre o escudo, nem nenhuma corrida aos bancos.

*

A modernização das empresas portuguesas é um tema que preocupa todos os governos. O nosso não fugiu à regra. Especialmente as pequenas e médias empresas. Algumas nascem de uma inovação e essas, pelo menos enquanto viver o fundador, pertencem a um universo diferente. Mas, aquelas que foram fundadas por quadros médios que saíram de empresas antigas, ou as que já estão na segunda ou

terceira geração de proprietários e que se mantiveram à parte da evolução, precisam muito de ser estimuladas para se actualizarem, quer em tecnologia quer, especialmente, nas pessoas. Havia uma instituição vocacionada para o seu apoio: o IAPMEI. Mas com dois sistemas de incentivos, o SIBR e o SINPEDIP, ela ficou afogada em trabalho. Não tinha tempo para pensar no médio-prazo...

Verificava-se que o investimento por posto de trabalho estava a crescer, o que era um bom indicador e que havia maior selectividade industrial. O certo é que nunca tinha havido tantos meios para apoiar a modernização como naquela altura. Havia quem criticasse isso. Era importante remover os entraves burocráticos à constituição de novas empresas. E, também, ao seu desaparecimento; já falei, noutro lado, acerca do emperramento da nossa legislação falimentar. Hoje (2015), não está muito melhor... Nós gostaríamos de ver desenvolvida a subcontratação, cada empresa fazendo somente aquilo que sabia fazer muito bem. Por isso insistíamos na trilogia: informação, formação e cooperação empresarial. Uma das debilidades respeitava à estrutura financeira das PME; era preciso ajudar a robustê-la... se elas quisessem, obviamente. A cooperação inter-empresarial tinha de defrontar o extremo individualismo dos empresários e a sua falta de confiança. Inspirámo-nos na experiência dinamarquesa para estimular os mecanismos de cooperação inter-empresas. Mas mesmo as empresas de “trading” trabalhavam cada uma para o seu grupo; dificilmente garantiam a venda de produtos de mais de uma empresa. Ora, a verdade é que elas impõem investimentos grandes e uma actividade incessante em muitos mercados, cada um dos quais reclama conhecimentos específicos. Cada empresa de “trading” não deveria estar enfeudada à sua empresa industrial; deveriam essas empresas ser autónomas em relação às empresas industriais; e seria bom que também fossem grandes importadoras, assegurando um “comércio de compensação”, como é mais facilmente conseguido. O que têm de ter é um “braço financeiro forte”; de outro modo não são capazes de responder aos negócios em que se metem.

Era evidente que se tornava necessária a assistência técnica e tecnológica. Para isso houve que robustecer, ou mesmo fundar, centros tecnológicos. Alguns deram muito boa conta do recado; outros, nem tanto. De qualquer forma o balanço é positivo. Para isso muito contou a presença, dentro das empresas, de uma nova

camada de engenheiros e outros técnicos bem preparados; e da acção das redes de extensão industrial.

Nós éramos a favor de um apoio ao Comércio. Até tínhamos instituído um sistema de incentivos próprio. Mas esse grupo era o mais conservador e o menos propenso à mudança. Era, todavia, importante para fomentar a procura interna.

Queríamos muito ver a trabalhar os fundos de capital de risco. Algumas instituições do ramo, como o NORPEDIP, funcionavam bastante bem. Mas a maior parte reproduzia as atitudes e os comportamentos da velha banca comercial. Ajudava pouco à mudança. Havia casos em que era exigido o pagamento de juros à cabeça, o que conduzia a situações absurdas que só negócios especulativos poderiam suportar. Pode-se dizer que elas não tinham grande capacidade negociadora financeira; não discutiam os empréstimos de que precisavam; e, por isso, eram presas fáceis dos bancos mais agressivos ou mais garantistas no seu modo de operar. Era frequente ver os pequenos empresários soçobragem na mão dos bancos por não terem sabido negociar os empréstimos que contraíam.

A verdade é que, nessa altura, as empresas portuguesas estavam a fazer um grande esforço de investimento. É certo que havia incentivos para isso e elas aproveitaram-nos. O ponto fraco era, de facto, a estrutura de capital de muitas PME. Havia um predomínio dos empresários em nome individual, o que denuncia bem a história da constituição dessas empresas. Havia poucas relações entre a indústria e a agricultura e o comércio, o que não é, felizmente, o caso de hoje (2015). Mas impunha-se preparar melhor a classe empresarial portuguesa e os seus gestores. Verificava-se uma tendência enorme para a imitação. Se alguém tinha sucesso com um determinado produto, era certo que outros se seguiriam a fazer o mesmo, estragando o negócio de todos. Não havia empresas industriais a dominar partes expressivas de quaisquer mercados. E isso em vésperas da constituição do Mercado Único. Nós apontávamos como exemplos, a Holanda para a sub-contratação inter-empresas e a Itália, para o “marketing” e para as ligações entre a indústria e o comércio. Insistíamos na importância da “marca”.

Uma coisa em que eu venho insistindo e que ainda não consegui ver realizada é a constituição de “lobbies” (no sentido americano) fortes junto do Banco Mundial, do Banco Africano de Desenvolvimento, do Banco Interamericano de Desenvolvi-

mento, do Banco Europeu de Investimento, do BERD, da FAO, da NATO e de muitas outras instituições que asseguram o financiamento ou encomendam bens e serviços que nós estamos em posição de fornecer, desde que nos organizemos para isso. Nós éramos a favor das privatizações e da aceleração do respectivo processo. Precisávamos de grandes grupos privados. Os públicos já haviam demonstrado a limitação da sua acção. Ao contrário do que queriam os partidos da esquerda, era muito importante que os grupos que se esboçavam ganhassem dimensão e solidez financeira. Havia quem se queixasse muito em relação ao valor da taxa de juro, admitindo que a sua evolução estava nas mãos do Governo. Era preciso estar a repetir continuamente que isso cabia formalmente ao Banco de Portugal que gozava de independência. Mas, uma coisa é a verdade formal, outra a verdade política... Daí a necessidade de explicar, uma vez e outra...

*

Entretanto a Guerra do Golfo prosseguia. E ao contrário do que se tinha admitido um mês atrás, os movimentos fundamentalistas começaram a dar mostras de estarem activos! E próximo de nós! A agitação, em Portugal, estava a ser conduzida pelos habituais grupos anti-americanos (partidos políticos, sindicatos e outros). Ainda não havia, em fins de Janeiro de 1991, razão para fazer ajustamentos nos preços do petróleo, nem outras correcções em relação aos pressupostos consagrados nas GOP. Nessa ocasião, o preço do petróleo variava entre 19 e 20 dólares por barril (!)

*

A questão da gestão escolar era de importância geral. Por isso se discutia. Parecia haver consenso em que nos chamados Conselhos de Escola a maioria relativa deveria ser de professores. E que o período de mandato do director não deveria ser de menos do que dois anos. Em relação ao presidente do Conselho Pedagógico, não havia dificuldades se ele fosse um independente. Nessa altura, havia 14.000 centros educativos com alguma autonomia de decisão. Em relação aos níveis mais baixos eu pretendia sempre ver mais envolvidas as Autarquias; a dificuldade era sempre a mesma: tinham receio de que houvesse novas competências que determinassem custos e, para isso, queriam compensações. Eu queria era vê-los a

tratar de assegurar que todos os jovens fossem à escola, que a maior parte subisse o máximo que as suas qualidades permitissem, que os equipamentos desportivos das escolas (alguns deles dispendiosos) pudessem apoiar a população não discente que não dispusesse de instalações cá fora e que a Autarquia curasse de outras necessidades materiais e culturais dos alunos.

*

Já falei noutro lado, na minha sugestão para se criar um Parque das Descobertas, em Barão de S. João. As coisas evoluíram no mau sentido, devido a uma proposta muito desajustada do arquitecto paisagista convidado. Mas, em 29 de Janeiro, ainda reuni com o Ministro-adjunto, o Secretário de Estado da Agricultura, o Presidente da Comissão de Coordenação Regional do Algarve e o Vasco Graça Moura que tinha a responsabilidade de coordenação da Comissão dos Descobrimentos. Estabelecemos, então, as etapas que se deveriam percorrer: 1.) designar, por despacho-conjunto um grupo de pessoas que elaborassem um estudo preliminar, incluindo a viabilidade económica do projecto e a sua forma institucional; 2.) montar as coisas no terreno de maneira que fosse viável executar o projecto, uma vez apreciados os estudos anteriores; e 3.) criar um conselho científico para acompanhar a execução do projecto. Definimos, então, as personalidades que deveriam integrar esse conselho, todas naturalmente muito sabedoras dos cinco ramos que nele estariam representados. Um dia fui, de propósito, ao Algarve para receber no local a Comissão dos Descobrimentos que tinha reunido ali perto. Disse-lhes da minha intenção. Recebi mostras do maior aplauso. Tenho pena por tudo ter empancado da forma como aconteceu. Ainda tenho esperança de que, um dia, um presidente da Câmara de Lagos tenha conhecimento da ideia e a leve para a frente, não encontrando entraves burocráticos de parte nenhuma. E que faça coisas simples! O objectivo é poder passear lá dentro e aprender!...

*

Chegámos a fins de Janeiro, assistindo a uma Guerra do Golfo em relação à qual ninguém poderia dizer se acabava dentro de semanas ou de meses. Sabíamos que o Presidente da República Dr. Mário Soares, tinha feito uma diligência junto de

Yasser Arafat, no sentido de o sensibilizar para a urgência do fim do conflito; mas foi decidido que nenhum dos ministros comentaria o facto. Entretanto, a guerra prosseguia activíssima; os jornais anunciavam a realização de 27.000 raids sobre o território iraquiano! Como é que ficou algo de pé? Era evidente que tudo iria ter consequências sobre a Comunidade Europeia e sobre cada um dos seus membros. Por isso estávamos todos atentos.

*

Havia em circulação um “non-paper” sobre a aplicação do princípio da subsidiariedade; havia versões da Comissão, do Conselho e dos países-membros. Era preciso fazê-los convergir. Já nessa ocasião se confrontavam duas correntes: uma “reducionista” comandada pelo Reino Unido (e à qual, curiosamente se juntava o Partido Socialista Português) e uma outra, “evolucionista” que juntava todos os outros países. Nós éramos a favor de que a subsidiariedade ficasse consignada no tratado, mas sujeita a controlo jurídico por parte do Tribunal e a controlo político por parte do Conselho Europeu.

Havia temas novos a serem propostos para abordagem comunitária: a protecção civil, a educação, a juventude e o turismo. Mas, a Comissão Europeia ia dizendo que a novas competências deveriam corresponder novos recursos, o que estava, obviamente, certo. Em relação à política externa e de segurança comum, as decisões teriam de ser tomadas por unanimidade, como era a opinião generalizada. As redes transeuropeias vinham à baila muitas vezes Mas, tal como sucedeu ao longo de muitos anos, a Administração da Comissão estava muito desperta para o modo ferroviário, mas muito pouco para todos os outros, incluindo a energia e as telecomunicações, nas quais nós insistíamos particularmente.

Nessa ocasião, ainda se olhava com reservas a associação do Parlamento Europeu à designação dos comissários e do presidente da Comissão; hoje vemos os candidatos a prestarem provas, um ou outro não tendo sido aprovado. O equilíbrio final teve de conciliar as posições das diversas “famílias” políticas europeias. Aqui é que se pode falar de “alta política”... Houve, nessa ocasião, a discussão de uma proposta que contemplava a aprovação pelo Parlamento Europeu do programa da Comissão; foi, então, que isso apareceu. Começou a esboçar-se um movimento

para que fosse definida uma política de defesa e segurança comum, a adoptar de forma muito gradual e com muita flexibilidade. O memorandum que o Governo Português apresentou, na ocasião, foi considerado como um bom documento e, por isso, uma achega muito positiva. Para nós, a coesão era um facto adquirido. Em relação à construção da União Económica e Monetária tinha havido consenso em relação ao Relatório Delors. Nele estava referida a necessidade de uma política monetária comum, exercida por um Banco Central Europeu (estávamos em 1991...). Invocava-se a necessidade de não haver défices orçamentais excessivos. A supervisão teria de ser multilateral. Estava fora de questão que houvesse financiamento monetário. Era, para nós, óbvio que o Banco Central Europeu fosse uma instituição independente e que teria de haver uma moeda única. Parecia-nos importante que o avanço fosse em uníssono para as diferentes fases. Ele acabou por ser criado em 1 de Junho de 1998.

Dada a importância crescente do sector, parecia-nos que deveria ser explicitada a política comunitária do Ambiente.

Para nós era muito importante que, nos documentos produzidos, fosse feita uma referência específica à coesão. Mas era preciso dar-lhes um conteúdo prático e eficaz. Daí a importância de elaborar sobre o conceito e de encontrar os instrumentos apropriados para a acção. Era evidente, no entanto, que coesão e alargamento das competências da Comunidade implicavam um aumento dos recursos comunitários.

Nós tínhamos experiência da concretização de planos integrados plurianuais. Por isso, não podíamos senão testemunhar a sua eficácia, mostrando abertura à sua adopção generalizada; mas havia países da Comunidade que não eram muito abertos a isso; e dentro do nosso próprio Parlamento sentavam-se, ainda, alguns dos que achavam que havia planos e programas a mais...

A inflação era, então, uma preocupação grande. Por isso se reclamava uma grande atenção às finanças públicas.

Na ocasião nós não tínhamos gostado muito que, no Parlamento Europeu, não tivesse havido uma palavra de condenação de Saddam Hussein. Por isso estávamos algo reticentes em relação à outorga de mais competências ao Parlamento. Na altura em que deveria tomar posições fortes, começavam a esboçar-se com-

promissos fluídos e tudo ficava nas meias-tintas. Isso não era bom para a Europa. Estando para breve a realização de duas conferências intergovernamentais sobre a União Económica e Monetária e sobre a União Política, foram os Ministros das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e eu próprio encarregados de produzir uma lista dos pontos que nós sugeriríamos que fossem tratados em cada uma delas. Assim foi feito.

*

As expropriações constituem sempre um problema. Quem quer fazer obra rapidamente é favorável aos procedimentos expeditos. Os cidadãos, em geral, não gostam nada de ser expropriados e, quando o são, lutam compreensivelmente por indemnizações muito grandes na esperança de que venham a ser justas. Muitas vezes sugere-se a criação de comissões arbitrais. Mas estas, entre os promotores das obras, têm reputação de perdulárias, sendo sistematicamente, favoráveis aos expropriados e impondo custos exagerados às instâncias públicas promotoras das obras. Em qualquer caso, um processo de expropriação é sempre longo na perspectiva do promotor e sempre demasiadamente rápido para quem quer garantias em relação ao seu património.

Em fins de Janeiro de 1991 estava em discussão o Código de Expropriações. Como era compreensível – ainda por cima numa época de lançamento de grandes obras – o Ministro das Obras Públicas queixava-se, porque havia alguns “gargalos” difíceis de ultrapassar na construção de estradas e o Ministro da Energia reclamava contra a travagem de obras importantes como a passagem de linhas eléctricas de alta tensão ou as condutas de gás natural. Queriam que houvesse procedimentos expeditos para poderem avançar rapidamente com as obras. É evidente que a noção de “justo valor” representa uma utopia, tal é o número de variáveis que estão em jogo, algumas delas intangíveis. O Ministro das Finanças estava preocupado com o valor das indemnizações a pagar. A mim acenavam-me com a ameaça de não se vir a gastar todos os apoios comunitários pelos quais eu respondia. Mas era eu que estava a propor uma revisão do dito código que deveria conciliar as garantias dadas aos expropriados com a necessidade de lançar obras fundamentais para o desenvolvimento do país. Tratava-se de dar corpo a uma autorização

legislativa que tinha um prazo e que se debruçava sobre três pontos inovadores: i) a requisição; ii) a reversão e iii) a indemnização. As duas primeiras tinham profundas implicações políticas. O que estava postulado no código, então vigente, em relação à terceira havia sido declarado inconstitucional, no ano anterior. Os tribunais tinham total liberdade para fixar as indemnizações conduzindo, muitas vezes, a valores incomportáveis das indemnizações. A expropriação deveria conciliar a fixação de uma indemnização “justa” com a necessidade de o Estado conseguir concretizar os seus planos de realização de obras. Era esse o exercício que me cabia coordenar. Não era fácil!...

Acabou por se criar um grupo constituído pelos Ministros das Finanças, das Obras Públicas e por mim próprio para elaborar uma nova proposta, mais simplificada e sem estar ferida de inconstitucionalidades. O objectivo era de que a nova lei já estivesse em vigor em 1 de Janeiro de 1992. Ter-se-ia de fazer, em conjunto, uma leitura cuidada da proposta de lei e da do decreto-lei que a iria operacionalizar, de modo a que não oferecesse tantos reparos aos “garantistas” e tantas reservas aos operacionais.

*

Já o referi algumas vezes. A extinção de um organismo é mais difícil do que a sua constituição. Isto vem a propósito do Gabinete da Área de Sines. Em 1 de Fevereiro de 1991 recebi o General João de Almeida Viana a quem eu tinha incumbido a tarefa da extinção. Vinha comunicar-me que tinham entrado oito reclamações de crédito no Ministério das Finanças a que não havia a menor hipótese de responder. Desanimado dizia-me: “Isto é extinguir a liquidação!”. Lá recomeçamos de novo com paciência. Uma das funções do ministro é incutir ânimo quando tudo parece embrulhado!... Acabou por se “desembrulhar” o assunto...

*

Já fiz, anteriormente, referência a algumas reuniões informais do Governo com objectivos múltiplos: fomentar a coesão do grupo, fazer o levantamento de ideias inovadoras e motivadoras e preparar o futuro. Estávamos em princípios de Fevereiro; as eleições seriam daí a meio ano; mas havia que preparar um pro-

grama eleitoral realista baseado numa experiência consistente e que, para isso, teria que ter a vantagem de ser exequível. Mas era também importante dar um impulso expressivo aos últimos seis meses de Governo, porque era conveniente que ficasse claro que a Guerra do Golfo não nos deixava paralisados. Tínhamos energia e propúnhamo-nos prosseguir com uma acção em que vínhamos demonstrando eficácia e coerência. Ambas deveriam transparecer no discurso a adoptar. Como sempre, só o futuro é mobilizador; mas, neste caso, o passado dava um aval respeitável. Todavia, era naquele que se deveria insistir; por isso, era importante recolher ideias novas.

Estávamos a crescer e, por isso, era expectável que os Portugueses pudessem viver melhor. Nós éramos, no entanto, um governo social-democrata; assim, não deveríamos esquecer a redução das desigualdades e o combate contra as bolsas de pobreza que ainda persistiam. A segurança é um valor que todos os Portugueses estimam; teria, por isso, de constituir um propósito assumido.

Era preciso estabelecer uma lista das acções a desenvolver, analisando os efeitos positivos e negativos de cada uma. Nos seis meses que tínhamos pela frente não era o tempo de iniciar medidas de longo fôlego. Estas iriam para o programa eleitoral seguinte. Mas era importante que nos mostrássemos activos, não repouso na obra feita. Assim, deveríamos, naturalmente, acompanhar as acções de médio-prazo que havíamos encetado no princípio da legislatura, mas tomar uma séria de outras que ainda fossem passíveis de execução no tempo de que dispúnhamos. Era aconselhável, também, que todos fossem aos locais acompanhar o que se tinha feito e auscultar as necessidades. Para mim isto era a rotina, porque, pelo menos, as sextas-feiras e os sábados eram correntemente passados em “trabalho de campo”; sempre aprendi muito nessas ocasiões e tirei proveito dos contactos que ia fazendo. Era evidente que o Ministro da Administração do Território tinha que conhecer o território muito bem, tal como os agentes que nele estavam localizados. Devo confessar que foi sempre com gosto que os visitei nos seus locais de trabalho e que insisto em dizer que conheço todos os Concelhos do país, tendo tido reuniões nos edifícios das próprias Câmaras, numa enorme parte. Era importante que transmitíssemos a ideia de que estávamos insatisfeitos, querendo, portanto, mais. Não permanecíamos instalados confortavelmente no po-

der. O nosso desígnio era “servir”, empenhando-nos na melhoria do bem-estar dos Portugueses. A estabilidade não era só um valor caro aos Portugueses. Revelava-se decisiva para a governação do país. Por isso a procurávamos assegurar em todas as circunstâncias.

Deveríamos estar atentos às manobras do PCP que, nessa altura, se ocupava com manifestações pacifistas e com o estímulo da habitual acção sindicalista. A Intersindical manifestava-se aplicadamente. Mas a UGT detestava ser ultrapassada por ela. E isso era-nos, obviamente, conveniente. Tal como ainda hoje (Outubro de 2015), o PCP procurava demonstrar ao PS que sem ele não haveria alternativa ao PSD (hoje são dois, o PCP e o BE). É interessante observar que aos eleitores não escapam estes movimentos de tentativa de envolvimento... a que se furtam com desenvoltura.

Era preciso ver quais os sectores ou tópicos que se tinham tornado sensíveis. O Ambiente era um deles. Por isso se deveria mostrar uma atenção especial que tocava particularmente os jovens. E nas eleições seguintes votariam, pela primeira vez, mais 65.000 jovens, o que não era negligenciável.

Curiosamente, as pessoas estavam a ser sensíveis ao ordenamento do território, muito graças aos desmandos inacreditáveis que tinham sido feitos especialmente nos arrabaldes de Lisboa e do Porto e no Algarve.

Pela primeira vez, sentiu-se que havia Presidentes de Câmaras da Oposição que não estavam muito abertos a serem visitados para tratar de assuntos dos seus Municípios. A coisa era tão ostensivamente generalizada que não podia deixar de ser objecto de uma orientação geral. Isso, nunca me impediu de eu ir, onde quisesse, se tivesse algum assunto para tratar.

A inflação continuava a ser o nosso calcanhar de Aquiles. Os indicadores mostravam algum crescimento de bem-estar material; havia uma razoável paz fiscal; as desigualdades sociais não se agravavam; havia um clima de tranquilidade... Mas a inflação descia pouco... Se calhar, o próprio crescimento fomentava a inflação... Por isso, havia que ter muito cuidado com a celebração de novos acordos económicos e sociais respeitando, naturalmente, o acordo que havia sido celebrado. Era, por outro lado, importante manter as políticas monetária e cambial muito rigorosas. E cumprir, escrupulosamente, a política orçamental. O investimento

nas empresas públicas tinha que decrescer, pelo menos 10%; os financiamentos que lhes haviam sido concedidos, eram sempre considerados como excessivos pelo Ministro das Finanças!...

Nós estávamos a adquirir visibilidade crescente, na cena internacional, nomeadamente nas instâncias europeias. Era preciso que os nossos concidadãos dessem por esse bom desempenho.

o sector da Saúde, o que mais era objecto de notícia diária era o atraso no pagamento aos fornecedores de bens e serviços. Tinha de se atender a este desajustamento que nos penalizava muito. Mas era evidente que as propostas do PS se revelavam demagógicas, mesmo aos olhos dos cidadãos comuns. A sobriedade da acção foi uma recomendação com a qual nos identificávamos muito. Ela é apreciada pela população; o espalhafato gera desconfiança e isso não é bom.

Já nessa ocasião se olhava para a proliferação das universidades privadas com alguma apreensão. Mas elas constituíam um instrumento de mobilidade social muito procurado. Eram, sistematicamente, os alunos menos qualificados que para elas se viravam; e a sua menor classificação de entrada tinha muito a ver com o nível cultural dos seus ambientes de origem. É por isso que o combate às desigualdades e a promoção de oportunidades deve começar desde cedo...

Nessa reunião eu foquei especialmente: i) a segurança na sua componente de acidentes de viação e de fogos florestais, pelas quais nos salientávamos negativamente no quadro europeu; ii) a informação que era dada aos Cidadãos eivada sistematicamente de um pessimismo que a situação não justificava; iii) a política comunitária de que estávamos a tirar tão bom-proveito e iv) a necessidade de insistir na qualidade da produção, dos serviços, da administração, de tudo!... Apoiei, naturalmente, as sugestões feitas para aumentar o número e valor das bolsas de estudo e do fomento da investigação científica. Os benefícios a recolher seriam certos.

Os nossos compatriotas residentes no estrangeiro foram objecto de numerosas sugestões de apoio, fundamentalmente no sentido de não deixarem de integrar a nossa comunidade. Isso ia no sentido do que eles queriam, mas também era a expressão do nosso sentimento.

Nessa ocasião (1991), não se estava mal, em matéria de criação de novos empregos: as estatísticas diziam que eram criados 500 novos postos de trabalho por

cada dia útil. Era evidente que isso dava muita tranquilidade e boas expectativas aos novos. A impressão generalizada era que, para dar valor ao que se estava a fazer, faria jeito que muitos fossem lá fora e vissem o que se passava ou, então, que os nossos emigrantes fizessem alguns depoimentos em relação ao que eles encontravam no país, quando vinham de férias. Ver para crer era importante!...

Nós estávamos a passar de uma cultura de oposição sistemática para uma outra de estabilidade. Foi sol-de-pouca-dura!... Já voltámos, de novo, ao século XIX... Os jornais, então, eram de uma agressividade que assustava. Só conheciam o “bota-abaixo” da revolução ... É certo que foram obrigados a ser servis durante quarenta anos!... Mas, depois, vingaram-se!...

Quero deixar registada uma nota que então tomei e que me deixou perplexo. Nas nossas escolas, em 1991, havia 93 etnias diferentes! Religiões diferentes, cores diferentes, culturas e hábitos diferentes. Nenhuma tensão! Os Portugueses são mais do que acolhedores. Estiveram em toda a parte. Conviveram com a diferença. Respeitam os outros na sua diversidade. Isto é um valor imenso!...

Alguém disse que, em Portugal, a vida política gira mais à volta de personalidades do que à volta de ideias. Mas isso é terrível! A consequência é ter de se dar muita importância aos fazedores de opinião, na esperança de que através da sua credibilidade se faça passar as boas ideias. É por isso que eu sou muito defensor da constituição de clubes de discussão, de tertúlias ou encontros nos quais se adquirira o hábito de ouvir antes de falar.

Preocupava-nos, particularmente, o eleitorado das periferias urbanas. Seria ele que iria determinar o resultado das eleições. E ele era móvel! Por isso, qualquer erro nosso poderia ser fatal. A verdade era que a sua qualidade de vida não tinha melhorado expressivamente. Manifestamente, por falta de instituições de enquadramento de toda a natureza: desportiva, cultural, de solidariedade social... É por isso que, ao fazer o diagnóstico da situação de uma cidade, eu insisto sempre em saber o número, tipo e abrangência das instituições privadas que nelas curam das necessidades que os poderes públicos não têm vocação para assegurar.

*

Num dos Conselhos de Ministros para os Assuntos Económicos foi abordada a questão da cooperação empresarial com os PALOP. Nós sentíamos que tínhamos vantagens comparativas expressivas, nas nossas empresas, para assegurar uma boa cooperação com as pequenas unidades nascentes naqueles países. Ainda não se exprimia essa facilidade designando-a por capacidade de gestão “inter-cultural” (6); mas o sentido era esse.

Em relação aos PALOP, estava-se a assistir a um desanuviamento político que se impunha aproveitar. Isso acontecia, estávamos nós convencidos, porque eles acreditavam no Governo Português; havia, portanto, que aproveitar a maré. Para sermos bem sucedidos deveríamos enfronhar-nos mais nos “fora” internacionais de apoio financeiro ao desenvolvimento: BAD (Banco Africano para o Desenvolvimento), PNUD, SADCC e, naturalmente, o Banco Mundial. Era indispensável que as nossas empresas mostrassem interesse pelos mercados africanos. Angola e Moçambique eram, obviamente, os dois “gigantes” mais interessantes. Mas os pequenos países tinham a vantagem de ser, a vários títulos, mais fáceis, constituindo uma espécie de “montra” do nosso estilo de cooperação. Angola dispunha (e dispõe...) de recursos imensos e as relações políticas estavam a melhorar (1991). Moçambique tinha recursos, mas eles não eram, ao tempo, susceptíveis de exploração, porque a guerra interna era muito desestabilizadora. O número de empresas mistas estava a crescer e a participação em feiras, tanto em Luanda como em Maputo, constituía sempre um sucesso. Todavia, os meios de que dispúnhamos para a cooperação eram exíguos... Apesar disso, Portugal tinha vindo a ganhar proporcionalmente mais do que outros. Os contratos estavam estabelecidos e correspondiam sensivelmente a dez vezes a nossa contribuição, o que era muito bom. Éramos a favor da criação de um fundo de cooperação financeira; as Finanças guardavam sempre, a este respeito, um prudente silêncio...

Eu era a favor de uma intensificação da nossa acção, através do BAD, do PNUD e de uma instância que existia na OCDE e que dava pelo nome de CAD/OCDE (Comité de Ajuda ao Desenvolvimento) da qual havíamos saído, em tempos; conviria analisar as condições de um regresso. E insistia no envolvimento da Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores. Mas esta não dispunha de meios finan-

ceiros para arriscar. A parte substancial da cooperação deveria ficar à conta das empresas; observava-se que havia alguns pequenos empresários portugueses disponíveis; só que queriam obter grandes lucros em pouco tempo e retirar antes que a roda da fortuna passasse a andar ao contrário. Uma questão de confiança. Estava a assistir-se ao aparecimento de uma nova classe média nos PALOP, com novos hábitos de consumo. Como se sabe, o processo acelerou!...

ra evidente que tinha sido o saneamento político das relações entre Estados que havia permitido o estabelecimento de um clima de confiança que, por sua vez, autorizou relações empresariais relativamente estáveis. Mas era certo que se tratava de uma situação que transcendia a esfera meramente empresarial. O caminho, todavia, estava certo: primeiro a confiança, depois o negócio.

Por curioso que pareça, era muito importante aumentar a oferta de bens alimentares nesses países. As estruturas produtivas correspondentes haviam sido totalmente destruídas. Era preciso recomeçar tudo desde o princípio. Nós próprios tínhamos de aprender a tirar benefício das instituições multilaterais. Havíamos estado muito tempo arredados da sua frequência. Por isso, impunha-se retornar e aprender.

Todos atribuíamos muita importância à cooperação em matéria de formação. É a que resultados mais duradouros proporciona.

Costumamos pensar só nos PALOP, quando se fala em cooperação. Mas, nessa ocasião (1991), havia na África do Sul, 600.000 Portugueses! Aí, seria o campo privilegiado da actuação das empresas; os Estados só poderiam criar um ambiente favorável.

*

Em 5 de Fevereiro tive uma reunião com os cinco presidentes das Comissões de Coordenação Regional e com os Secretários de Estado. Eram sessões de rotina, mas orientadas pelas minhas preocupações.

Dessa vez começámos pela questão da qualidade dos projectos e das candidaturas apresentadas para financiamento por fundos nacionais ou comunitários. Eu tinha lido alguns deles, tendo ficado estarrecido com a falta de respeito profissional pelo próprio trabalho dos técnicos com nome na praça. Os estudos demográficos via-se que tinham sido coligidos por um estagiário que não sabia sequer interpretar as

tabelas que enchiam copiosamente os “dossiers” de candidatura. Eu talvez tenha sido um pouco brusco, mas recomendei que, nesses casos, se enviassem os trabalhos para trás. Houve tantos desses profissionais liberais que souberam do meu agastamento e que, por isso, me começaram a tratar com distanciamento; não me importei nada com isso; a maior parte deles não singrou nas suas carreiras. Insisto no termo que é forte: não tiveram respeito pelo seu próprio trabalho.

Nessa ocasião, o tratamento dos resíduos sólidos começava a interessar as Autarquias. Hoje (2015), sabe-se que a Roménia e a Bulgária tratam somente cerca de 10% dos seus lixos e que a Bielorrússia não chega a tratar 1%! Nós avançámos rapidamente, porque as pessoas passaram a ser sensíveis ao sector e a reclamar acções por parte dos Autarcas; e eles têm vindo a responder, na maior parte dos casos por atribuição de funções a empresas privadas que se especializaram no sector.

Eu recomendei, em permanência, que aumentassem o grau de tecnicidade dos serviços. Foi, por isso, com satisfação que ouvi, nessa reunião, os presidentes das Comissões comunicarem-me que já não existiam “contínuos” nos seus serviços. Não sei se os jovens que me lerem em 2020 saberão o que eram os contínuos. Antes do 25 de Abril eles enxameavam os corredores das repartições, devidamente fardados de azul-marinho no inverno e de cotim no verão; encarregavam-se de transportar papéis de um lado para o outro, de ir ao correio e de prestar alguns pequenos serviços; sempre era um “lugarzinho” no Estado... Depois do 25 de Abril continuaram a encher os corredores, mas “libertaram-se” das fardas; passou-se, então, a poder admirar um guarda-roupa variado que, no verão, incluía sempre vistosas camisas havaianas... Mas, como não foram admitidos novos membros para a classe, esta foi-se extinguindo lentamente. Em 1991 havia muitos organismos que já não dispunham de contínuos. Mas, em contrapartida foram admitidas algumas contínuas. Muitas delas, para arredondar o vencimento, vendiam peças de vestuário ou de alimentação às funcionárias; ou, então, faziam “crochet”... Uma vez ouvi chamar a uma determinada repartição o “Palácio da Malha”!... Todas as contínuas “tricotavam”...

Tínhamos um controlo apertado das admissões, especialmente dos que eram destinados a funções indiferenciadas. Passaram a não ser admitidos. Tudo isso

era reduzido a indicadores que nos permitiam fazer comparações ou avaliações da evolução. Estou a ser irónico, mas devo deixar claro que, em muitos lugares por onde passei, vi funcionários dedicados que tomavam muito a sério as suas funções. Enquanto ministro tive ocasião de propor alguns deles para agraciamento com os graus adequados das ordens honoríficas.

*

A preparação da presidência portuguesa da Comunidade Europeia ocupava-nos algum tempo porque queríamos que tudo saísse bem. Havia um núcleo no Ministério dos Negócios Estrangeiros que articulava três grupos: i) um para acompanhar a organização; ii) outro para articulação do funcionamento dos diferentes grupos de trabalho e iii) um outro, ainda, para lidar com os aspectos estratégicos da nossa acção. Em 6 de Fevereiro trabalhei com um dos responsáveis que, na Presidência do Conselho, acompanhava o assunto. Analisámos quais os interesses portugueses que deveríamos salvaguardar e os interesses de outros que “desabariam” sobre a presidência portuguesa. Era certo que a reforma da PAC (Política Agrícola Comum) deveria ser abordada; mas havia interesse em fazê-lo no âmbito da reforma dos fundos estruturais. Punha-se a questão de saber se seria vantajoso para o tema instituir ou não um Conselho formal dos Ministros Responsáveis pelos Fundos Estruturais. Reuniões informais já tinha havido algumas; tratava-se de avaliar o interesse de formalizar esse Conselho. Os Ministros das Finanças não olhavam para isso com nenhuma simpatia...

Tínhamos que definir quantos seriam os conselhos informais durante a nossa presidência. Era evidente que um deles teria de se realizar no Porto. Por isso quiseram saber da minha opinião acerca do local mais conveniente para o fazer. Mas, para evitar o “ruído”, ficou estabelecido que ninguém falaria, em público, acerca destes temas, senão o Primeiro-Ministro. De outra forma as prioridades seriam numerosíssimas, cada um puxando a brasa para o seu sector.

*

Já falei na importância que conferíamos à desburocratização das relações entre a Administração e as empresas e à constituição dos chamados centros de formali-

dades. Em 7 de Fevereiro tive uma reunião com a Secretária de Estado da Administração Administrativa e o Eng^o. Luís Todo-Bom, nessa ocasião Director-geral da Associação Industrial Portuense. Ele alvitrou a hipótese de se ser um pouco mais ambicioso e passar os centros de formalidades a centros de informação. Mas isso levantava uma série de problemas na esfera da concorrência com os advogados, reclamava ter um advogado competente sempre ao serviço e estabelecer um protocolo com a Ordem dos Advogados, tudo coisas que se afiguravam demoradas e complexas. Assentámos em que o essencial da actividade tinha a ver com as formalidades já tipificadas que se sabia muito bem como resolver.

A Associação queria absorver mais funções para cujo exercício lhe fosse dado apoio: i) absorver o programa dos euro-gabinetes; ii) constituir um sistema de informação para a indústria e iii) proporcionar atendimento de informação relativamente ao PEDIP. É evidente que todas estas funções reclamavam formação de pessoal competente para as informações que davam serem, garantidamente, seguras e imediatas. Não adiantava muito estar a recolher as perguntas, ir pô-las a alguém na rectaguarda e dar as respostas de modo diferido. Mas ele insistia na celebração de parcerias com as associações empresariais que as quisessem. Era evidente o seu empenhamento em valorizar o papel das associações. As minhas renitências tinham a ver fundamentalmente com a competência de quem estava “na linha da frente”, quer dizer no balcão de atendimento. Ele propôs que o promotor tivesse de garantir um sistema de rectaguarda, através do registo electrónico de informação devidamente actualizado, a formação dos operadores e a ligação ao sistema central de informações. A Administração daria o necessário apoio financeiro à instalação inicial, assegurando que ele fosse atractivo. Assim, o Estado transferia para outra entidade (uma associação empresarial) a prestação de um serviço com qualidade, prestada sem fins lucrativos. Essa entidade prestaria contas trimestralmente.

Havia a experiência dos eurogabinetes e do SII (Sistema de Informação à Indústria) que era considerada como modelar. Tinham que ser serviços de qualidade, funcionando em rede com outros. O meu problema era sempre a fidedignidade das informações que se davam, o que pressupunha uma formação aturada dos informadores. Hoje a situação está pior: o funcionamento generalizado de “call

centers” e a formação aligeirada dos que guarnecem os seus balcões tem conduzido a grande insatisfação.

Era importante a adopção de uma “linguagem” empresarial e não burocrática. Isso tornava o exercício mais exigente. Ele concordava que seria difícil formar adequadamente mais de trinta agentes por ano, o que limitaria a rede a 6 a 8 postos no país inteiro. Era crucial a escolha das organizações que oferecessem garantias de que o programa funcionaria logo no primeiro ano. Fizemos uma lista de uma dúzia de entidades para vir a estabelecer um núcleo de seis com as quais se pudesse arrancar com o processo. Entre elas estavam, naturalmente, a Associação Industrial Portuguesa, a Associação Industrial Portuense, a Associação Industrial do Minho e a Associação Industrial do Distrito de Aveiro, onde se localizava a maior parte das empresas industriais. Mas havia outros candidatos a considerar.

Combinámos que o processo seria evolutivo, em função da prática adquirida e dos resultados que fossem sendo obtidos. Dar-se-ia preferência às associações empresariais, sendo o programa lançado a título experimental, mas aberto ao acolhimento de novos parceiros. Haveria uma avaliação anual dos resultados. Era óbvio que sem registo electrónico da informação nada se conseguiria fazer. Teria de ser por aí que nós deveríamos começar. Estávamos em 1991; esta observação, hoje (2015), parece referir-se quase ao tempo da pedra lascada... Mas em 1989 também não havia telemóveis, nem “internet”...

A rectaguarda de todo este processo seria assegurada pelo Secretariado da Modernização Administrativa. O segredo do sucesso estava na persistência e na resolução aplicada e imediata de todos os problemas. Por isso eu enalteço sempre o trabalho discreto, mas muito eficaz da Dra. Isabel Corte-Real. Havia, simultaneamente, de incentivar todas as direcções-gerais, potencialmente envolvidas, a desenvolver bases de dados devidamente carregadas nos seus computadores.

Com estas cautelas todas começou-se o processo de instalação dos centros de formalidades que tão bons resultados haveriam de proporcionar e que, hoje, entraram na rotina das relações das empresas e de profissionais liberais, entre os quais os advogados, com a Administração.



FIG. Centro Cultural de Belém em construção.

*

Nós acompanhávamos o que se ia passando na Europa de Leste e na Rússia. Não se tratava somente de ajuizar o peso dos que seriam os nossos concorrentes junto dos apoios comunitários. Interessava-nos avaliar o que seriam as ameaças vindas daquele lado. A Rússia não tinha desmobilizado os serviços de espionagem da URSS. Interessava-se não só pelas informações de natureza política, importantes para formatar o seu poder de negociação, como também as informações tecnológicas, especialmente aquelas que pudessem ter repercussões económicas, uma vez que ela tinha a consciência de que, salvo em matérias militares, a sua capacidade científica e tecnológica não era famosa.

Nós tínhamos a certeza de que poderia haver uma conjugação de factores muito desfavoráveis: o descalabro na URSS; o terrorismo na Europa; o realinhamento desconhecido para nós, dos países árabes; o prolongamento da recessão nos Estados- Unidos; a continuação e eventual prolongamento da Guerra no Golfo... Cada uma destas coisas já era má. A conjugação seria um desastre completo. Olhá-vamos com expectativa para Israel, fazendo votos para que eles não se envolvessem nos países do Norte de África. A mesma coisa se passava em relação à Turquia e à hipótese de um contágio da sua instabilidade ao sul da Europa. Sabíamos que a década de 90 iria ser de instabilidade e de insegurança. Não tanto como acontece hoje (2015), mas, de qualquer modo, cheia de incógnitas.

Para poder desenhar políticas internas adequadas, tínhamos de olhar para o que nos rodeava. Por isso ao desenvolver as GOP, ouvíamos sempre quem nos pudesse dizer algo sobre o enquadramento do país e da Europa. Era certo que Portugal não constituía um alvo preferencial dos ataques terroristas. Mesmo assim, houve, num hotel do Algarve, um ajuste de contas entre agentes estrangeiros. Por isso, era possível que nos pusessem entre fogos em que não éramos ouvidos nem achados. Tínhamos que estar informados acerca das ameaças potenciais. Até porque, em relação a Espanha, sabíamos que já tinha sido detectada a acção do Abu Nidal, que era um ramo dissidente da OLP e que existiam grupos terroristas prontos a actuar e com base no seu território. Havia quem descansasse e brincasse com a situação, dizendo que os terroristas também precisavam de gozar férias e que Portugal era o melhor sítio do mundo para o fazer... Estávamos convencidos de

que o nosso país não representava um alvo importante para acções terroristas; estas visavam, especialmente, os Estados-Unidos, o Reino Unido e a França. Mas também acabaram por ter lugar em Espanha... Nos nossos dias ninguém pode dizer que está ao abrigo do terrorismo internacional.

Sabíamos que o Maghreb estava em situação instável e que, em Marrocos, os movimentos de protesto tinham mais raízes nos meios universitários do que no proletariado. Isso tornava a situação mais complicada.

Quem prepara as Grandes Opções a médio-prazo não pode confinar as suas reflexões ao traçado das estradas ou mesmo ao fortalecimento da base económica das diversas regiões. Tem de ver mais longe.

*

Decidida que tinha sido a construção do Centro Cultural de Belém e de nele alojar infra-estruturas específicas para o desempenho de algumas funções do Estado – como era exemplo a presidência portuguesa da Comunidade Europeia – impunha-se analisar os modelos possíveis para a sua gestão e optar pelo que mais conviesse. Para isso foi iniciado um estudo de instituições congéneres. Deveríamos associar à gestão do Centro algumas entidades privadas, como sucede no Centro Georges Pompidou, no South Bank, no Barbican Centre ou no Munich Cultural Center ... nas quais há, em todas elas, preponderância do Estado? Ou deveríamos inovar? De uma coisa estávamos certos: não queríamos nenhuma entidade estrangeira a gerir o Centro! Haveria módulos que poderiam, com vantagem, ser totalmente confiados, por concessão a entes privados. Tal era o caso do hotel e das galerias, objecto dos módulos 4 e 5, ainda não construídos (2015). Era certo que os módulos 2 e 3 teriam saldo de gestão previsivelmente negativos e que o módulo 1 dependeria muito dos valores das taxas de utilização que fossem praticados.

Poderia optar-se por fazer consórcios entre instituições públicas e privadas, Houve quem sugerisse a cedência da gestão à SGII – Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, SA. – que tinha sido constituída ((D.L. n.º 65/89, de 1 de Março) para se encarregar da construção em prazo conveniente. Mas ela estava muito focada na construção e não vocacionada para a sua gestão. Também houve quem

tivesse sugerido a abertura de um concurso internacional para assegurar a gestão dos cinco módulos previstos. De qualquer modo, tinha de ser designada, com urgência, a entidade que seria responsável pela recepção de três módulos cuja construção estava muito avançada. Havia, ainda, que decidir se a gestão seria do conjunto ou de cada módulo, separadamente. Antes de se fazer o concurso teria de se decidir sobre isso. Começou-se a orientar a discussão para duas alternativas: i) uma sociedade de capitais públicos ou mistos ou ii) uma fundação. Esta última tinha a vantagem de ser uma opção mais “personalizada”, com maior capacidade de actuação política, gozando de uma certa autonomia e assegurando alguma estabilidade. Permitia, além disso, um certo controlo nacional sobre a gestão do centro. Havia quem não gostasse da solução. Fomo-nos encaminhando para a hipótese de fundação, depois de ter analisado outras soluções. Para concretizar a fundação poderíamos fazê-lo através de um decreto-lei. Havia que pensar no tipo de vantagens fiscais a conceder aos fundadores, se houvesse outros além do Estado. Mas o tempo urgia; o calendário para preparar tudo era exigente. Ficou logo decidido que os módulos 4 e 5 deveriam ser orientados, desde o princípio, para a iniciativa privada. Punha-se, a seguir, a questão de se entregar à instituição a criar as seguintes possibilidades: a propriedade plena, os direitos de superfície ou somente a exploração. O que nós pretendíamos era encontrar um modelo que não acarretasse encargos para o Estado. Havia quem recomendasse que a fundação, se fosse por ela que se optasse, não deveria ter privados, mas somente o Estado. Assentou-se em que os módulos 1, 2 e 3 fossem geridos pela mesma entidade por razões de facilidade da exploração. De qualquer modo, queríamos que a gestão fosse profissionalizada e entregue a quem soubesse do ramo.

Os modelos internacionais eram muito variados. O Centro Cultural de Atlanta era de gestão totalmente privada, mas o Smithsonian Institute, de Washington, era gerido por uma fundação. Tinha-se receio de que não houvesse receitas em nível adequado. O “mercado da cultura” em Portugal era escasso, nessa altura; por isso se temia que as receitas não viessem a ser expressivas. Muito mudaram as coisas até hoje (2015)! Em Lisboa e no Porto! Como se sabe, acabou por se criar uma fundação – Fundação das Descobertas – pelo Decreto-Lei n.º 361/91, de 3 de Outubro.

Foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 391/99, de 30 de Setembro, especialmente para lhe mudar o nome para Fundação Centro Cultural de Belém que era a designação pela qual se conhecia o complexo.

A troca de impressões que resumi teve lugar no dia 14 de Fevereiro de 1991. Mas foi aí que foi definida a forma institucional adoptada para a gestão do Centro.

*

A preparação da presidência portuguesa da Comunidade Europeia continuava em todos os ministérios. No dia 20 de Fevereiro reuni-me com os Directores-gerais do Gabinete de Estudos e Planeamento e do Desenvolvimento Regional para definir orientações para as reuniões em que eles participavam, em nome do Ministério. Para nós era muito importante seguir de perto a reforma dos fundos estruturais que estava em curso e que nós temíamos que não viesse a processar-se a nosso favor. Impunha-se, por isso, definir os limites da revisão. Estávamos de acordo com a necessidade de programação, da obediência ao princípio da subsidiariedade e da celebração de parcerias. Queríamos aligeirar a burocracia, evitando a dupla programação (QCA e programas operacionais) e, também, a análise projecto a projecto, em que se perdia tanto tempo! Para nós fazia mais sentido conceber quadros comunitários de apoio a cinco anos com programas operacionais a três anos, com dois de reserva, em caso de necessidade. Esta última recomendação vinha no sentido de conferir alguma flexibilidade à programação que, no caso de ser rígida, conduziria à necessidade de propor muitas reprogramações. Não éramos muito entusiastas em relação aos programas abertos, por se correr o risco de estar a negociar coisas que não se sabia muito bem o que eram. Mas queríamos que houvesse formas institucionais de gestão e de acompanhamento mais leves e com menos burocracia. Pretendíamos que a discussão com as instâncias europeias se focasse mais nos objectivos do que nos mecanismos. Propúnhamos que os objectivos regionais fossem reduzidos a três tipos de regiões: (a) as menos desenvolvidas; (b) as que estivessem em declínio e (c) as rurais. Haveria, também, as zonas urbanas em declínio que importavam tanto a países como a França e o Reino Unido. Concordávamos com a manutenção dos três fundos existentes, em relação aos

quais já havia muita experiência. Não víamos muitas razões para mudar, com tudo o que isso acarreta. Achávamos que a política regional deveria ser definida a 12. Temíamos o alheamento daqueles que fossem deixados de fora; se não mesmo a sua oposição. Em relação aos aspectos financeiros recomendei que não tomássemos nenhuma iniciativa de mudança, porque nos convinhram as regras estabelecidas nas quais nos movíamos muito bem. Deveríamos, por isso, esperar pelas sugestões dos outros e, especialmente, da Comissão, analisando, então, o que nos seria ou não conveniente. Era importante, para nós, que o princípio da coesão fosse mantido e que se privilegiassem as acções estruturais; estas é que poderiam mudar as coisas... Insistíamos em ficar dentro das redes transeuropeias. Com estas bases assentes, todos remaríamos no mesmo sentido.

*

Em relação aos órgãos de comunicação social, o importante é estar sempre ao ataque. Se se adoptam posições defensivas em relação aos temas que eles escolhem, rapidamente se perde o pé. O melhor é tomar as decisões acerca daquilo de que se quer falar e fazê-lo com destemor, não se deixando levar para os campos que eles escolhem. Foi isso que a experiência me ensinou: fazê-lo sem arrogância, mas com firmeza.

*

O Partido Socialista tinha-se reunido, em finais de Fevereiro, em Aveiro, para discutir questões do âmbito da Administração do Território. Procurei informar-me do que tinha mobilizado a atenção dos participantes. Afinal, andaram entretidos com um falso problema: a divisão do distrito numa parte norte e noutra sul!... Assisti-se, mais vezes do que seria desejável, a queimar muita cera com fracos defuntos. Por que se embarca tão facilmente em questões sem relevância?

*

Já disse, noutro lado, a falta de fé que tenho na acção de um Ministro da Reforma Administrativa. Ele fica, correntemente, a esbracejar sozinho, desesperado, porque os seus colegas ligam pouco ao que ele propõe. Cada ministro é que tem

de curar da reforma do seu sector, em permanência com os seus Secretários de Estado. Era o que eu tentava fazer, mantendo reuniões frequentes sobre o assunto, nas quais participava o Secretário-geral do Ministério que estava encarregado de dar sequência ao que fosse resolvido. Houve uma no dia 26 de Fevereiro. Era necessário proceder à elaboração de programas sectoriais de modernização administrativa, em conjugação com cada uma das Secretarias de Estado. Havia Autarquias muito inovadoras em alguns sectores; era importante assegurar a difusão de informação acerca desses casos. A Direcção-geral do Ordenamento do Território já tinha produzido um texto sobre a modernização nos seus domínios e na sua relação com as Autarquias. Era preciso divulgá-lo. Nessa ocasião havia somente sete Secretarias de Estado com programas de modernização administrativa. Eram poucas! As nossas estavam incluídas. Fui alertado para as dificuldades de informatização dos serviços; estava-se realmente no princípio do processo; e devíamos contar com a necessidade de numerosas acções de formação do pessoal técnico e administrativo.

A informação sobre o acesso aos fundos comunitários era importante e urgente. Tinha de merecer prioridade.

Punham-se questões relativamente ao desenvolvimento do quadro único do pessoal do ministério, no qual tantos insistiam, mas que alguns gostavam de ver parcelado. Depois havia um tema em que eu teimava, de forma recorrente: a existência de um código de ética que deveria orientar a actividade de todos os funcionários do ministério.

Havia sectores ou operações que eu gostava de ver agregados: as publicações, as bases de dados e o seu acesso; a informatização dos diversos serviços...

O crescimento do número de bolsas atribuídas pela JNICT aconselhava a que ela fizesse parte do pelotão da primeira linha, nesses domínios, nomeadamente no que respeitava ao seu pagamento que deveria realizar-se, escrupulosamente, no dia em que estava fixado; para isso a informatização dos serviços auxiliaria muito. A Direcção-geral do Desenvolvimento Regional era, seguramente, uma das que maior número de contactos tinha com o público. Era indispensável que tudo decorresse sem falhas.

A preparação e o implemento do PIDDAC constituíam operações de uma complexidade enorme que, ainda por cima, deveriam ser actualizadas em permanência. Não prescindiam, por isso, os serviços encarregados, de uma modernização que assegurasse que funcionavam sem atritos nem hiatos.

Preocupava-nos o envelhecimento dos quadros. A animação recente do sector privado fazia com que não concorressem jovens bem-preparados aos postos da administração pública. Por isso não havia o rejuvenescimento dos responsáveis que nos convinha.

*

A Guerra no Golfo continuava. A posição do Governo tinha-se mantido coerente ao longo de todo o processo, sem necessidade de fazer viragens ou ajustamentos. Havendo sinais de que ela estava próximo do seu termo, começaria então o “pós-crise” que era complicado. O material soviético na frente da guerra havia sido todo destruído. Tinha ficado nítida a vitória da logística que havia tornado os Estados-Unidos a única super-potência no mundo. A nossa Força Aérea tinha efectuado cerca de duzentos mil quilómetros de voos de apoio às forças aliadas.

*

Em finais de Fevereiro e como de costume, foi feito o ponto de situação em matéria de questões comunitárias. As discussões sobre a União Política continuavam. As nossas posições no Conselho dos Assuntos Gerais reflectiam as contribuições dos ministros nas suas áreas respectivas. Começava a discutir-se o tema da protecção civil e da segurança. Para nosso gosto, estava-se a falar pouco em coesão económica e social; o tema estava a ser remetido para as discussões sobre a União Política, quando nos interessava que fosse para a União Económica e Monetária, mais rápida, mais próxima e mais “tangível”... A discussão sobre as grandes redes transeuropeias continuava; a nós interessava-nos que elas fossem aprovadas por maioria e não por unanimidade (como já disse só foram aprovadas em 2014!...). A maior participação política do Parlamento Europeu vinha a ser reclamada cada vez mais; nessa ocasião ainda se discutia o envolvimento do Parlamento na nomeação do Presidente da Comissão e dos membros do Colégio dos Comissários.

Estavam a decorrer negociações sobre o sector têxtil entre a Comissão e a Turquia; não podíamos perder de vista este tema que tantas repercussões poderia vir a ter sobre a situação na Região do Norte e, especialmente, no Vale do Ave; tinha havido uma iniciativa do Deputado Europeu João Cravinho sobre a “reestruturação têxtil”; era urgente contactá-lo. Portugal deveria tomar uma iniciativa neste sector. A Turquia só queria abertura comercial e não subsídios... a técnica dos “pequenos passos”... Estava em apreciação a forma de intervenção das associações empresariais no processo de decisão europeu, que não estavam presentes em Bruxelas a não ser por intermédio das suas próprias congéneres europeias. Mas, cada associação empresarial queria ter a sua própria delegação europeia. Acabaram por fazê-lo. Com grandes gastos para cada uma e sem benefício expressivo para o conjunto; isto é muito corrente, entre nós! No âmbito da agricultura, o “pacote de preços” estava prestes a ser discutido; no nosso entender, ele era o “bode expiatório” de uma reforma falhada da PAC... Só interessava aos velhos países agrícolas fundadores da Comunidade. Havia quem se queixasse das exigências progressivas impostas no sector do Ambiente.

*

Em 1 de Março, recebi o Eng^o. Belmiro de Azevedo por causa das florestas. Ele, nessa ocasião, estava muito interessado no sector e vinha alertar-me para as dificuldades postas pela inexistência de um cadastro florestal! Ainda hoje (2015) me ocupo do assunto. Não é fácil levar as pessoas a tratar das suas próprias coisas. Nessa ocasião ainda havia direitos sucessórios expressivos. Vinha sugerir que, no sector das florestas, quem as dividisse pagasse o máximo de imposto e quem as unisse o mínimo. Eu estava de acordo.

*

Nos dias 8 e 9 de Março houve, em Roma, um encontro dos ministros que integravam o chamado Grupo Estratégico Europeu que eu integrava e que era particularmente animado pelo Secretário de Estado francês Stoleru, a quem já me referi, nestas memórias. O anfitrião era o Ministro Pomicino, um romano cheio de bom

humor, que começou a reunião por uma afirmação forte: “A Europa tem a obrigação de reforçar o seu papel no Mundo!”. Obviamente, estávamos todos de acordo. Era para isso que nos havíamos reunido.

A primeira longa intervenção foi do Secretário de Estado espanhol António Zabala. Ele era, nessa ocasião, Secretário de Estado de Planificación y Presupuestos do Governo de Felipe Gonzalez. Foi, posteriormente, Secretário de Estado de Hacienda. Mantive sempre relações cordiais com ele, com quem vim a renovar contactos quando, já ambos fora dos governos, fomos consultores da OCDE para questões do desenvolvimento em países da Europa de Leste. Conservo dele uma excelente recordação: inteligente, informado e com uma capacidade de exposição fora do comum. Sei que passou ao sector privado, no qual tem feito uma excelente carreira. Começou por se referir aos problemas demográficos que dividiu em várias categorias, pondo à cabeça os de natureza externa: as relações com os países circundantes; a Europa iria perder população; dentro de 30 anos não teria mais do que 500 milhões de habitantes, enquanto a África toda passaria, então, a ter 1.600 milhões. Isso desequilibraria tudo. No plano interno, a Europa debatia-se com um problema de baixa fecundidade e de envelhecimento. A esperança de vida iria aumentar, significativamente. Tínhamos que enfrentar a questão de uma mão-de-obra envelhecida, sem alimentação da pirâmide etária pela base. Haveria escassez de recursos humanos europeus. Impunha-se recuperar a taxa de fecundidade e definir uma política ordenada de imigração. Teríamos de estar preparados para enfrentar gastos sociais crescentes. Haveria diminuição do contingente em idade escolar, mas assistir-se-ia, por outro lado, ao aumento das exigências da qualidade da formação. Os gastos em pensões subiriam, bem como os dos serviços de saúde. A relação entre o número de activos e passivos agravar-se-ia, o que poria problemas de financiamento aos sistemas de protecção social. Estimava que, entre 2010 e 2020, esses problemas seriam mesmo muito sérios. Deveríamos, por isso, aproveitar o período 1991-2010 para estudar e encontrar soluções para as consequências da diminuição da relação activos/passivos. Ter-se-ia de olhar para os sistemas de segurança na velhice; eles deveriam ser nacionais ou comunitários? Assistir-se-ia ao encarecimento da mão-de-obra nos países menos desenvolvidos e à diminuição da sua competitividade. Nessa ocasião,

as taxas de desemprego eram maiores na Europa do que nos Estados-Unidos e no Japão. Achava que não estávamos a aproveitar todas as virtualidades da nossa população activa. Mas não havia somente os problemas das transferências inter-geracionais; eles também existiam entre países. Isso teria consequências sobre a capacidade de aforro. Por outro lado, a propensão para o consumo da população idosa é mais alta do que a da população activa. Assistiríamos ao incremento das correntes migratórias intra-comunitárias. Haveria incapacidade para absorver toda a mão-de-obra disponível. Mas, a longo-prazo e para certos níveis de crescimento da actividade económica, poderia haver escassez de mão-de-obra. Uma solução poderia ser cobrir a brecha com população extra-comunitária. Estimava em 60 milhões de activos os necessários, o que poderia conduzir a valores da ordem dos 190 milhões de extra-comunitários (famílias de 3, 2 elementos por activo). Se não se viesse a preencher essa brecha, ter-se-ia de reduzir o nível de actividade na Comunidade Europeia. Era imperativo promover o desenvolvimento nas áreas adjacentes à Comunidade para diminuir as tensões que sobre elas se exerceriam; especialmente vindas dos países de África aonde existiria excesso de população e escassez de actividade económica. (Hoje estamos a meio-caminho na década 2010-2020; assistimos ao que então foi vaticinado...).

Mas houve quem reagisse dizendo que não nos deveríamos fixar tanto nos problemas demográficos e que não estava a ser a variável demográfica a influenciar a política de pensões. Um dos presentes insistia em que a solução estava no aumento da produtividade dos sectores como meio de limitar os défices da segurança social. Preconizava melhor educação e formação e mais investigação científica. Para os problemas das pensões e da segurança social tinham de ser contempladas soluções de repartição e soluções de capitalização. Esta poderia ser colectiva e individual, sendo obviamente possível conjugá-las. Não havia conflito entre repartição e capitalização; elas poderiam ser complementares.

Stoleru achava que não se deveria fazer um novo discurso sobre a emigração. Isso, em França e nessa ocasião, era “un discours de fermeture”, não tomando em conta as tensões de longo-prazo. Entendia que estávamos muito na defensiva e que deveríamos contemplar como interessante abrir as portas à mão-de-obra de qualidade dos países da Europa de Leste. Iríamos assistir a migrações internas na Europa: os velhos

para o sul e os novos para a “banana azul”. Mas era evidente que, na altura em que um emigrante velho do norte ia para o sul, levava consigo as doenças próprias da sua idade; deveria, por isso, haver uma perequação de custos sociais. O sistema de segurança social na Europa era o mais sofisticado do mundo. Mas teríamos, diante de nós, uma decisão séria: ele deveria ser objecto de uma harmonização ou obedecer à aplicação do princípio de subsidiariedade, permanecendo nacional? Em França, nessa ocasião, seriam necessários 37,5 anos de descontos para se ter a reforma por inteiro; mas ele estimava que esse valor subisse rapidamente para os 38, 39 ou mesmo mais anos. Interrogava-se acerca da viabilidade de um Sistema Social Europeu.

Eu intervim para sublinhar a importância do aprofundamento dos estudos demográficos, citando diversos exemplos.

O anfitrião, Pomicino, citou os valores do desemprego em Itália; a sua média era de 10,5% mas com 4% no Norte e 19% no Sul. Afirmou que o trabalhador do sul preferia viver da segurança social do que migrar para o norte. Via uma solução nas políticas de desenvolvimento regional. Em relação ao Sistema Social Europeu, afirmou que o Governo italiano via com bom olhos a definição de grandes linhas que conduzissem à harmonização; mas seria preciso um longo período para a alcançar!... Dever-se-ia conciliar a justiça social com a riqueza económica. Mas recomendava o aprofundamento dos conhecimentos técnicos acerca da questão da repartição/capitalização colectiva e individual.

O ministro alemão constatou o aumento rápido da população idosa e não activa em relação ao contingente activo. A estrutura demográfica seria modificada expressivamente por efeito das migrações. Era inevitável o aumento da idade de reforma; não o surpreenderia que ela passasse dos 58 para os 65 anos. Recomendava que fosse garantida a possibilidade de continuar a trabalhar (como eu estava de acordo com ele!...). Mas a produtividade também tinha de aumentar, bem como a formação de capital.

O ministro grego falou em alemão para corroborar o que o orador anterior havia dito. O ministro dinamarquês começou por lamentar que não tivéssemos feito, há vinte anos atrás, o que devíamos. Não acreditava em medidas públicas de incentivo da fertilidade; recomendou que elas fossem deixadas para o sector privado... Deveria prevalecer a aplicação do princípio de subsidiariedade; a harmonização

seria muito difícil. Verificava que as famílias do sul da Europa eram mais abertas a tratar dos velhos que as do norte. Lembrou que, tanto na Finlândia como na Islândia, a população fez tudo o que devia sem recurso a imigrantes. Isso teria muito a ver com os níveis dos salários pagos (Eu achava que tinha também a ver com muitas outras coisas...).

O ministro Evans, do Reino Unido, achava que se tinha de olhar para as soluções nacionais antes de começar a pensar em harmonizações comunitárias. Insistiu na flexibilidade dos mercados de trabalho. Chamou a atenção para o perigo de fazer passar estas questões do foro nacional para o da comunidade.

O ministro Vignon, da França, recomendou prudência em matéria de harmonização das políticas. Preferia usar o termo convergência. Sublinhou a importância do envelhecimento como indicador de uma mudança rápida das nossas estruturas.

O ministro holandês manifestou a sua descrença nos estudos sobre as grandes correntes demográficas. A educação é que era a chave dos problemas que a idade punha à sociedade. Cada país deveria tratar do seu próprio sistema de segurança social; quanto mais sã fosse a sua economia melhor poderia ser o seu sistema de segurança social. Não apoiava a harmonização dos sistemas sociais: “it is a too long bridge...!”

O ministro luxemburguês também preferia a aplicação do princípio da subsidiariedade.

O ministro da Irlanda disse das suas preocupações com o desemprego e com a emigração; os irlandeses saíam facilmente! Não acreditava que a harmonização fosse possível. Eles não poderiam garantir nada comparável com os alemães.

Um professor italiano convidado (Fiaccavento) pronunciou-se a favor do aumento da produtividade, em vez do aumento das quotizações, como forma de resolver os problemas da segurança social.

Para encerrar este tópico das nossas discussões, o António Zabalza acrescentou algumas considerações: estávamos a enfrentar uma situação de instabilidade temporal, de instabilidade territorial e, em alguns países, de uma conjugação das duas. A primeira resultava de um conflito entre objectivos de curto-prazo e de longo-prazo. A segunda decorria das disparidades de desenvolvimento das diversas regiões europeias, em termos económicos e demográficos. A terceira tinha a

ver com o déficit de mão-de-obra preparada; a produtividade tinha limites; pouca gente muito produtiva não garante tudo; o mercado não resolve tudo... Com isto passámos a um novo tema: “As alterações no Leste e o futuro da Europa”. Para estruturar a discussão os ministros do Reino Unido, da França e da Dinamarca haviam preparado, em conjunto, um documento que iriam apresentar. Havia países, como a Checoslováquia que tinha andado melhor do que o previsto. A Rússia tinha andado bem pior. Havia a necessidade de proceder à reforma da política de preços e estimular a abertura das economias. Os países ocidentais poderiam oferecer apoio técnico e financeiro e acesso a novos mercados. Mas cada país de Leste deveria comprometer-se a fazer as suas próprias reformas. A maior contribuição para que estas se efectuassem tinha que vir de dentro. Eles deveriam abrir os seus mercados não em nosso benefício mas no deles próprios. As reformas do Leste estavam a ser mais rápidas do que se imaginava mas as dificuldades também estavam a ser maiores do que o que se pensava.

Stoleru perguntava-se: pode-se desenhar a Europa de amanhã? Ou deve-se? Ou é preciso? Havia um “cimento” exterior que tudo ligava que era a perspectiva de virem todos a aderir à Comunidade Europeia. Deu como exemplo o caso da Federação Jugoslava; ela não existia senão como interlocutor com a Comunidade Europeia. No interior estava-se a desfazer, como se foi vendo...

Havia duas exigências a respeitar: i) A condicionalidade que consistia em tornar-se democrático e aderir à economia de mercado; tratava-se do dinheiro do contribuinte europeu que estava a ser usado para apoiá-los; as ajudas deveriam estar condicionadas à observância daqueles requisitos; ii) A coordenação das ajudas deveria ser exigida e feita através da elaboração de um plano global. Era preciso ter cuidado com a centralização e a burocratização tradicionais. Qual seria o organismo que iria substituir o COMECON? A discussão prolongou-se, ouvindo peritos que tinham muito mais informação do que nós próprios.

Como se pode imaginar, esta troca de impressões interessava-me particularmente: os fundos que estavam na cabeça das pessoas para ajudar o Leste não eram novos; eles teriam de sair do bolo que nos estava destinado...

O ministro alemão afirmou que era preciso tempo, muito tempo... para que se pudesse assistir a um verdadeiro “boom” naqueles países. Testemunhou que o fluxo

financeiro entre as duas Alemanhas estava a ser fortíssimo. Impunha-se introduzir meios técnicos muito modernos porque o atraso era grande. Achava que se tinha de recorrer a um tratamento de choque e não esperar pela adopção gradual de novas práticas. O esforço para a introdução de uma economia de mercado deveria ser feito especialmente por eles.

O ministro Claes começou por afirmar que o Leste não era uma entidade homogénea. Não havia nenhum modelo seguro para a transformação de um sistema dirigida num sistema de mercado. Existia uma ligação estreita entre os nossos objectivos políticos e económicos mas a estrutura bipolar na qual tínhamos vivido durante cinquenta anos já não existia. O nosso objectivo era que eles adoptassem sistemas democráticos. Por outro lado, não nos interessava nada termos um “fundamentalismo” generalizado no nosso flanco sul, como consequência da guerra no Golfo. Com excepção da Checoslováquia e da Alemanha de Leste, não havia uma grande tradição democrática nos outros países de Leste; o que tinha imperado eram os nacionalismos e a “balcanização”. Portanto, tínhamos de começar de muito fundo para consolidar regimes democráticos. Para complicar o exercício havia taxas de desemprego elevadíssimas e uma grande perda do poder de compra; além de verdadeiros exércitos de funcionários que nunca tinham conhecido outra situação. Havia ramos inteiros da economia que necessitavam de racionalização. Não seria fácil introduzir a noção de “desemprego para formação”, porque ela lhes era completamente estranha. Mas todos nós éramos a favor da ajuda. O nosso propósito era duplo: democratização e economia de mercado. Em alguns países isso seria praticável. Mas na Rússia, por exemplo, o processo, estimava-se, levaria gerações. Não acreditávamos que tudo fosse uma questão de dinheiro, porque eles não seriam capazes de o gastar. Apostávamos, antes, na formação técnica e gestonária. Ele não acreditava que alguns deles quisessem mesmo a integração na Comunidade; julgava que prefeririam a celebração de tratados de associação que lhes permitissem dar tempo ao tempo. Como se sabe, não foi assim. Nessa ocasião o Ministro Claes dizia que não era possível qualquer comparação com o Plano Marshall. Tinha que se começar com a formação como instrumento de uma mudança de mentalidade. Todos afastávamos a adopção de uma posição pessimista. Queríamos mesmo alcançar aqueles objectivos ambiciosos, Mas era importante começar por eles re-

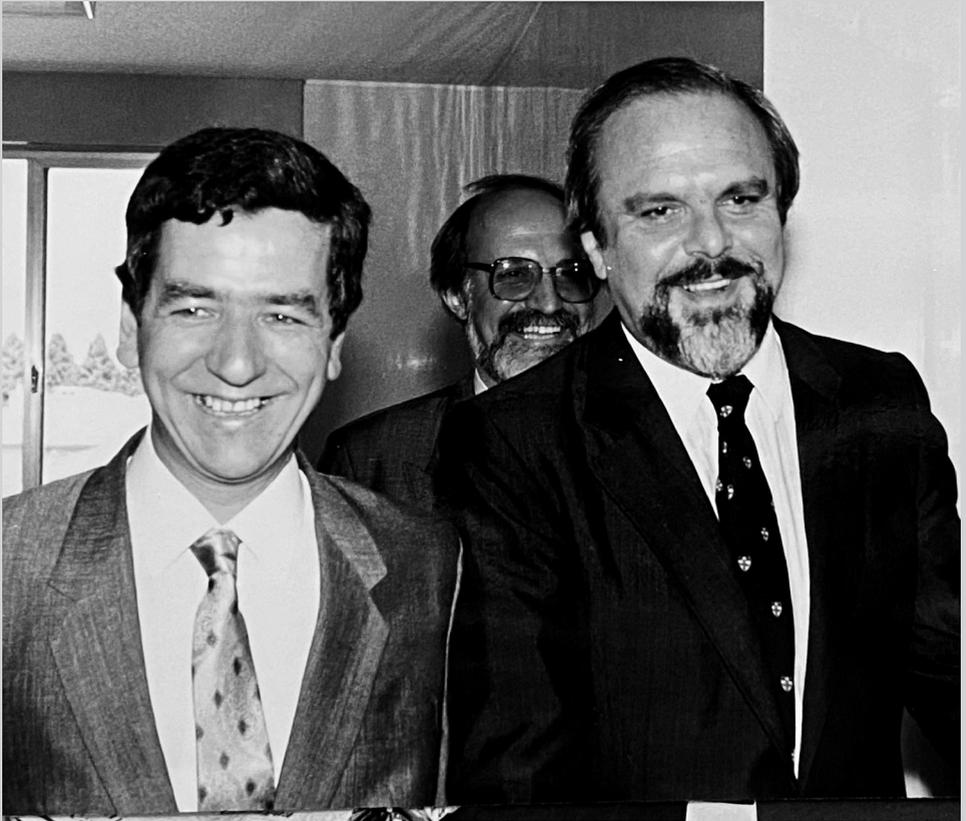
conhecerem a ineficiência do regime que tiveram durante 50 anos. Sabíamos que não haveria resultados espectaculares diante de nós.

A Irlanda insistia em que a Comunidade se aprofundasse (União Económica e Monetária, União Política, etc.) antes de se alargar. (Já referi que numa visita a Francisco Ordonez, Ministro Espanhol das Relações Exteriores, eu lhe tido dito o mesmo, tendo-me ele respondido que, politicamente, isso seria muito difícil. Hoje, não estou nada convencido de que ele tivesse razão. Os acordos de associação em que alguns pareciam interessados talvez tivessem sido melhor solução do que a integração...).

O mesmo recomendou o Ministro Grego.

O do Luxemburgo constatou que os problemas postos pela Europa de Leste eram muito mais complicados do que nós tínhamos admitido. Relembrou o caso da Áustria cuja reunificação já tinha sido difícil, apesar da ocupação soviética de parte do seu território só ter durado 15 anos. O processo que tínhamos diante de nós iria ser longo e duro. Afirmou que não havia qualquer forma de solidariedade entre os países de Leste. Havia rivalidades entre eles e, mesmo, dentro deles. Subsistia uma enorme variedade de atributos entre eles. A solução, preconizava ele, seria “la planification à la française” na qual “le plan est la carotte et le baton”. Recomendava que as ajudas aos países de Leste deveriam começar pelo fornecimento de equipamentos que abririam a porta para o estabelecimento de verdadeiras relações entre o Leste e o Ocidente, porque estas, de facto, não existiam.

O ministro Pomicino começou a esboçar as conclusões do encontro. Os nossos objectivos, neste domínio, poderiam sintetizar-se: democracia e economia de mercado. Mas, recomendava, o nosso interesse pela Europa de Leste não nos deveria fazer desviar a atenção de outras partes do mundo, nomeadamente de África. O tempo seria lento e o processo não se revelaria uniforme. Nós deveríamos insistir no condicionamento da ajuda. Os países teriam de assegurar a introdução de formas jurídicas e institucionais adequadas (propriedade privada, concorrência, etc.). Deveria dar-se uma atenção especial aos sistemas de transportes e de telecomunicações que assegurariam mais rapidamente a integração. A formação representaria um instrumento de enorme importância. O processo iria reclamar muito investimento e muita coordenação. Tinham que



**FIG. Com o Professor Manuel Vilares,
Presidente do Instituto Nacional de Estatística
e com o Professor Paulo Gomes,
Diretor Regional do Norte do mesmo instituto.**

ser estimulados os mecanismos de poupança nesses países, porque a Europa e os Estados Unidos eram, ambos, importadores de capital e não exportadores. Tinha que se assegurar a cobertura de riscos muito altos e o acompanhamento (“monittoraggio”) de tudo quanto promovêssemos.

A Espanha ofereceu-se para organizar a reunião seguinte, em Outubro, tendo proposto dois temas: i) a continuação da discussão sobre a construção europeia, a médio-prazo e ii) o aforro na Europa e a ligação entre a poupança e o investimento na Europa, a médio-prazo. Na discussão sobre esta última questão houve quem tivesse contraposto as atitudes perante a poupança e o dispêndio: os Estados-Unidos vivem a curto-prazo; o Japão a longo-prazo e a Comunidade Europeia a médio-prazo...

Foi sugerido que houvesse uma disponibilidade dos países presentes para tratar mais aprofundadamente os aspectos metodológicos e estruturais da Europa a médio prazo e a questão da poupança. Um tanto por interesses pessoais, do primeiro grupo ficamos encarregados Portugal, Espanha e a França e do segundo a Dinamarca os Países Baixos e o Reino Unido. Todos estiveram de acordo em que se deveria dar continuidade ao trabalho do grupo que nos tinha ocupado tão produtivamente durante dois dias.

*

O sector das telecomunicações merecia-nos muita atenção, porque não se podia aspirar a ser muito competitivo sem elas funcionarem de forma eficiente. Em 1991, o sector caracterizava-se por nunca ter havido concessionários privados a nele operar. O Estado estava envolvido nos CTT (Correios, Telégrafos e Telefones), nos TLP (Telefones de Lisboa e Porto) e na Marconi. A “carne” tinha ficado na Marconi; as outras duas com os “ossos”. De qualquer forma, havia uma divisão artificial das actividades do sector. Sabia-se que os CTT estavam a investir mais para darem bons resultados à Marconi do que para si próprios. Havia, por isso, que reestruturar todo o sector. Uma das hipóteses seria congregar os três operadores num único grupo empresarial. Haveria uma “holding” das telecomunicações que tomaria conta das participações do Estado nas três empresas. Era certo que a concorrência vinda de fora iria aumentar muito, a partir de 1993. Em termos tec-

nológicos, tanto os CTT como os TLP estavam mais avançados do que a Marconi. Nós queríamos atrair operadores privados para o sector das telecomunicações. Sabíamos que eles andavam a tentar auscultar as nossas intenções. E, no nosso entender, não se tinha avançado tanto como noutros países europeus, por não haver agentes privados dentro daquelas empresas. E, todavia, elas figuravam entre os grandes investidores nacionais. Havia que começar a pensar em abrir o conjunto ao capital privado, estrangeiro e nacional. Conviria, entretanto, ir actualizando as tarifas, porque, nessa ocasião, só os CTT tinham um défice de 12 milhões de contos. Pretendia-se chegar ao equilíbrio num prazo de cinco anos. As telecomunicações é que equilibravam o conjunto. Tanto os CTT como os TLP tinham, nessa altura, grandes carências de investimento. A recuperação dos serviços só se faria com uma injeção de meios muito elevada. Por isso se olhava para qualquer sugestão que eu pudesse fazer, em matéria de fundos estruturais. Mas estes estavam já todos afectados. Havia somente o PROTER, destinado a apoiar as telecomunicações rurais e contemplando a montagem de 165.000 postos individuais. Havia, ainda, o STAR para as entidades públicas e o SISAT para as privadas. Mas tratava-se de pouco dinheiro para os grandes investimentos que se impunha fazer. Havia já sectores complementares que eram de livre acesso ao sector privado: o telemóvel; o “bip-bip” (ninguém sabe hoje o que isso era...) e outros serviços complementares. Admitia-se, justamente, que o telemóvel pudesse ser o embrião de um grupo privado de telecomunicações. Ainda se pensou no banco postal que é popular na Holanda, na Alemanha e em outros países. Mas a Caixa Geral de Depósitos olhava para essa hipótese com muito pouca simpatia. Havia algum receio em relação à fusão das três empresas face aos maus resultados de outras experiências da mesma índole.

*

Em 19 de Março recebi o Prof. Manuel Vilares, presidente do Instituto Nacional de Estatística para definirmos coisas importantes:

A informação sobre dados sociais deveria ser produzida ao nível das NUT II e, em muitos casos, das NUT III. Precisávamos, urgentemente, de estimativas fidedignas da população para 1989, porque havia PDM em elaboração e os dados com

que estavam a trabalhar respeitavam a 1981! O chamado “momento censitário” tinha sido definido para o dia 15 de Abril; eu deveria fazer uma visita ao INE, nesse dia, com grande projecção pública. Os estudos demográficos decorrentes do Censo 1991 deveriam ser produzidos rapidamente; até 15 de Junho deveríamos ter publicados os dados sobre a população por freguesia e por sexo. Deveríamos elaborar um estudo sobre “A População Portuguesa”, a publicar durante o ano de 1992. Seria bom dispormos de uma história das instituições portuguesas que, ao longo do tempo, tinham sido encarregadas de produzir estatísticas (desde os “numeramentos”...). Alguns sectores reclamavam informações acerca do investimento por sectores e por NUT III; era preciso produzi-las. Constituía um facto que sobre o sector da Agricultura se sabia mais do que sobre a Indústria; então, sobre os serviços é que se sabia pouco; recomendei que se fizessem reuniões com as confederações, começando exactamente pela Confederação do Comércio Portuguesa (CCP) para tentar colmatar uma lacuna de preenchimento urgente. Passámos muito tempo a ver quais os arranjos institucionais a que teríamos de proceder para se dispor sempre dos dados mais recentes que pudéssemos.

*

A revisão constitucional de 1989 tinha determinado a criação do Conselho Económico e Social (CES), com funções consultivas e de concertação em matéria de política económica e social. Tínhamos preparado a proposta de Lei respectiva. Fui encarregado de a apresentar à Assembleia da República e de sustentar a respectiva discussão. O meu discurso de apresentação está publicado no livro correspondente (Discursos VI). A discussão teve lugar no dia 19 de Março de 1991. Intervieram muitos Deputados da Oposição; nenhum da bancada do PSD.

O Deputado Manuel dos Santos anunciou logo a morte do CES antes de ter eliminado três órgãos. Na minha apresentação, dizia ele, eu tinha falado muito mais em planeamento do que em acompanhamento e diálogo social. A solução proposta pecava por excessiva governamentalização. Sugeriu a inclusão de mais representantes.

O Deputado Carlos Lilaia referiu-se à comissão especializada do ordenamento do território e do desenvolvimento regional, achando que não havia condições para

a pôr a funcionar. Referiu-se à experiência do Conselho Nacional do Plano que tinha sido extinto. Sublinhou o facto de competir ao Governo a execução do Plano. O Deputado Octávio Teixeira achava que se deveria ter criado mais comissões permanentes no CES. A solução pecava por excessivo “presidencialismo”. Teceu considerações acerca da representatividade das instituições que integravam o CES. Queria maior participação na formulação das medidas económicas e sociais e a audição de um “grande leque de interesses económicos”. Disse que eu me deveria ter referido à proposta que sobre o mesmo assunto o PCP tinha apresentado. Pretendia maior explicitação das funções do CES. Não queria paridade entre os delegados do Governo, dos sindicatos e dos empresários. A resolução de conflitos não poderia ficar sujeita a um poder discricionário. As comissões de trabalhadores deveriam ter também representantes, bem como os jovens e os reformados. Achava que três comissões permanentes eram pouco; deveria haver tantas quantas fossem necessárias. Queria poder de iniciativa para o CES; ele era um órgão autónomo e não dependente do Governo. Insistia em que houvesse uma conciliação das duas propostas (a do governo e a do PCP). Era interessante ver como o PCP, conformado em não pertencer ao chamado “arco de governação”, tentava, por todos os meios, colocar “pedras” que achava poder vir a comandar nos diversos “tabuleiros” que se fossem constituindo; e, naturalmente, também chamar a atenção para a importância da sua própria voz. Não perdiam nenhuma oportunidade para se tentarem afirmar... Muito combativos!

O Deputado José Apolinário pretendia maior participação juvenil, nomeadamente de jovens empresários (ele era, nessa ocasião, da JS). Para justificar a sua proposta lembrou que, ao longo dos últimos anos, se tinham instalado no País mais de 6.000 jovens agricultores. Deveria haver uma representação formal do Conselho Nacional da Juventude.

O Deputado Narana Coissoró disse que as funções do CES se sobrepunham às da própria Assembleia da República. Depois, muito no seu estilo, acrescentou: “quando o Anti-Cristo vier, há-de fazê-lo sob a forma do próprio Cristo!”...

O Deputado João Proença disse que a proposta do PCP era demasiadamente reguladora (O que é que esperava? ...). Fez observações acerca dos representantes do Governo no CES, da marginalização a que tinha sido votada a ANMP, do

esquecimento das Regiões Administrativas, etc. Também reclamou o direito de iniciativa para o CES.

A proposta do Governo foi aprovada e a instituição tem vindo a prestar bons serviços, tanto em relação às propostas de Orçamento do Estado como no campo da concertação social.

*

Já referi que tínhamos instalado no Ministério um núcleo para a modernização administrativa coordenado pelo Secretário-geral e animado por mim próprio. No dia 20 de Março de 1991, convidei a Secretária de Estado para a Modernização Administrativa para vir participar na nossa reunião. O Secretário-geral começou por dizer o que se estava a passar no seguimento das minhas instruções. Ele reunia os contributos das 22 direcções-gerais do MPAT para formar um Plano Sectorial de Modernização Administrativa. O programa estava especialmente virado para o exterior, privilegiando as relações com os administrados. Procurava dignificar, qualificar e mobilizar os profissionais da Administração, gerir melhor os recursos disponíveis e reforçar a sua acção. Algumas direcções-gerais já se tinham candidatado à celebração do protocolo de modernização administrativa; nesses casos seriam elaborados guiões acerca do que se deveria fazer em cada situação analisada. A prioridade era o atendimento do público (essa era uma das minhas preocupações; os Portugueses são naturalmente simpáticos e acolhedores; mas, postos atrás de um balcão ou de um “guichet”, tornam-se arrogantes e insupportáveis: a “história dos pequenos poderes”...). Estavam a ser preparados planos de formação profissional. E, havia, além das direcções-gerais, uma preocupação com a desburocratização das Autarquias; nessa ocasião já se haviam celebrado nove protocolos para conduzir experiências-piloto noutros tantos Municípios. Os eleitos locais o que pretendiam era apoio jurídico. Mas tinha de se ter cuidado a este respeito: as próprias Autarquias deveriam constituir núcleos para esse efeito ou, se o volume de actividade não o justificasse, poderiam avençar um advogado local que se fosse especializando em Direito Administrativo. Estava fora de causa formar um serviço central de consultoria nesse campo. Isso não excluía a existência de um pequeno secretariado de apoio aos Autarcas, no seio da Direcção-geral

de Administração Autárquica que, em nenhum caso, se deveria transformar num serviço de contencioso. Por outro lado, eu pretendia que fosse conduzida uma acção de reformulação e simplificação da contabilidade autárquica, para afastar a desculpa de que não a têm em ordem por ser muito complicada.

No campo do ordenamento do território pretendia-se conseguir uma simplificação da acção legislativa, eliminando toda a burocracia inútil e sem consequências. A formação e actualização dos funcionários era importante, mas a informação dos peticionários também. O Director-geral queria criar brigadas móveis que fossem fazer formação junto das Autarquias. E estavam em conversações com o Instituto de Informática para levar a cabo uma ampla modernização dos serviços. Falou muito no rejuvenescimento dos quadros.

A JNICT tinha poucos contactos com o grande público. A sua “clientela” era pouco numerosa e especialmente bem preparada. Mas era evidente que o seu pessoal deveria estar apto para um atendimento exigente e apetrechado para fazer face a um “dilúvio” de processos a que não estava habituado. Os princípios eram: confiar, descentralizar, responsabilizar, simplificar, sistematizar e comunicar. Aprovei, naturalmente, estas traves da estruturação do atendimento. Mas lá veio a questão da formação do pessoal de atendimento. Particularmente das telefonistas que estavam na primeira linha e que tinham de saber para quem dirigir os que pediam para ser atendidos (Ainda hoje eu acho que não se faz um esforço suficiente para formar as telefonistas; e estas são o “primeiro rosto” das casas...). O organismo tinha uma super-especialização funcional, ainda por cima, mutável. O esforço de adaptação tinha, por isso, de ser contínuo. Havia um problema de espaço para o atendimento; era preciso encontrá-lo; não podiam ser dadas respostas no corredor... Havia dificuldades acrescidas porque havia regras diferentes para o Orçamento do Estado, o PIDDAC, o FEDER, o FSE e os diversos programas comunitários; regras diferentes e datas diferentes; teria de haver uma especialização interna dos funcionários. A área das bolsas era, compreensivelmente, a mais solicitada. Pretendia-se adoptar procedimentos administrativos mais simplificados. Mas nós sabíamos que a “clientela” da JNICT não era fácil...

Na Secretaria de Estado da Administração Local a equipa de desburocratização estava a funcionar bem. O Secretário de Estado queria impor um limite temporal

à sua acção (Verão de 1991), posto o que realizaria um seminário para avaliação do que havia sido feito. Daí partiria para um novo plano de acção. Depositava a minha esperança no trabalho de desconcentração em curso para as CCR, porque a avalanche de processos era enorme: cerca de uma centena por dia! Isso submerge qualquer serviço!... Foi, novamente, invocada a questão do rejuvenescimento dos quadros (nessa ocasião a idade média dos quadros da DGOT era de 46 anos. Confiava-se em que os PDM viriam a dar larga autonomia às Autarquias); nessa ocasião, estavam 270 planos a ser feitos, estando já em funcionamento 243 comissões técnicas. Uma vez aprovados, muitos assuntos teriam resposta a nível local.

A Secretária de Estado da Modernização Administrativa assistiu a tudo. Aquela, disse, era a décima primeira reunião do género a que assistia. Estava particularmente satisfeita por ver a importância que atribuíamos às relações com o público. Ela estava a trabalhar no enquadramento dos planos sectoriais. Gostaria que incluíssemos um programa de deontologia e ética, assente nos valores que deveriam estruturar a função pública. Ela tinha mandado elaborar um guião para a modernização administrativa, nomeadamente para a formação para o atendimento; dispunha mesmo de um “vídeo” para o efeito. As questões da gestão pública são, naturalmente, mais complexas do que as da gestão privada. Havia fixado o fim do primeiro semestre para ter concluída uma carta ou um código deontológico e de ética na função pública.

Repito o que já disse noutro lado: em vez de um Ministro para a Modernização Administrativa que produz orientações a que os outros ligam pouco, o melhor é comprometer todos os Ministros na acção e encarregar um Secretário de Estado (ou uma Secretária de Estado...) para fazer o trabalho paciente de animar comissões que se instalem em cada um dos ministérios.

*

Em 4 de Abril analisámos a evolução recente das questões comunitárias. Tinha havido, em Bruxelas, uma conferência sobre a União Política. Os temas habituais haviam sido discutidos: a legitimidade democrática; o papel do Parlamento Europeu na nomeação da Comissão; a redução do número de Comissários (nessa ocasião o objectivo era haver um por país; o que dava doze comissários); o pro-

cesso de co-decisão com o Parlamento; a possibilidade de veto do Parlamento para assuntos muito especiais; a política externa comum; a defesa e a segurança comuns. Como se vê, os assuntos tiveram evolução. Lenta e muito discutida mas, de qualquer modo, progressiva.

Também se analisou a construção regional na Comunidade Europeia. Havia os países que estavam a dar uma força expressiva às regiões, como era o caso da Alemanha, da Itália, da Dinamarca e da Bélgica ao contrário do que estavam a querer que elas só tivessem funções meramente consultivas, como era o caso da França e de Portugal (não me parece que ficássemos muito bem ao lado do país com maior tradição centralizadora da Europa...). De qualquer modo, a nível comunitário, havia a necessidade de constituir uma instância para discutir os problemas regionais: (a) a criação de um órgão das regiões; (b) o reforço de um grande órgão consultivo, (c) a possibilidade de estender o Conselho Económico e Social a uma formação regional, adicionando aos quatro grupos já existentes um quinto de carácter espacial; (d) a criação de um congresso europeu, incorporando o Parlamento Europeu e os Parlamentos Nacionais. Nas discussões havidas, Portugal tinha vindo a apoiar as orientações (c) e (d).

O estatuto do Tribunal de Contas Europeu ainda não estava estabilizado, bem como o do Comité Económico e Social. Queriam tornar-se instituições. Portugal dava o apoio a essa aspiração, não sei se com grande convencimento se por mera conveniência táctica, deixando a outros “mais pesados” o encargo de definir os estatutos respectivos.

O Conselho do Mercado Interno não tinha aprovado a resolução sobre as redes transeuropeias por causa da oposição de Espanha. Havia sido distribuído um “dossier” contendo: i) a decisão política já formulada; ii) um relatório com a visão do grande espaço organizado; iii) o lançamento de algumas acções que dessem concretização à rede e iv) o enunciado das competências da Comissão Europeia em matéria de redes, a verter no tratado. A Espanha não tinha aprovado ou porque queria mais meios ou porque não gostava de ser condicionada no desenho do traçado dos grandes eixos que atravessavam o seu território e no estabelecimento de prioridades para o fazer, tendo em vista a ligação a Portugal. Eu alerta sempre para esta propensão espanhola para pôr à frente de tudo o que julga serem os

seus próprios interesses. É preciso saber História, nomeadamente a recente, para ver como é que eles costumam reagir.

O Vice-presidente Bangeman tinha vindo a gerir bem o dossier das redes transeuropeias. A posição espanhola surpreendeu todos. Apesar da cordialidade aparente das relações luso-espanholas, ficámos com a impressão de que se tratava de uma posição de princípio: “ na Ibéria mandam os Espanhóis!”... É por isso que devemos procurar afirmarmo-nos sempre pelo mais exigente: a ciência, a inovação, a facilidade de contactos em todo o mundo...

Discutia-se o acordo de Schengen. Portugal e Espanha poderiam vir a ser membros em Junho seguinte (1991), com a entrada em vigor um ano depois. Schengen não contrariava as relações nem com os PALOP nem com o Brasil.

A preparação da Presidência Portuguesa da Comunidade representava um tema recorrente. Revisitávamo-lo todos os meses. Havia sido feita uma reunião com o Secretário-geral do Conselho. Tinha-se verificado, então, que estávamos em grau mais avançado de preparação do que era habitual. Tinha sido estabelecido um esquema de cooperação com o Secretariado-geral do Conselho, acertando o calendário dos diferentes Conselhos e avançando as suas possíveis agendas. Havíamos imposto a exigência do uso da Língua Portuguesa, em todas as reuniões a efectuar durante a nossa Presidência.

Nessa ocasião existia um contencioso entre os funcionários da Comissão e os do Conselho, suponho que por razões de estatuto e regalias. Esperava-se que ele fosse resolvido durante a presidência holandesa. Mas corria-se o risco de ver o caso arrastar-se para a portuguesa. O Comissário para os assuntos do pessoal era o Comissário Cardoso e Cunha que deixou, aliás, uma grande recordação entre todos os funcionários pela maneira como resolveu numerosas situações complicadas. Manteríamos um contacto próximo com ele a este respeito.

Em Bruxelas costuma ler-se com muita atenção o que se publica na comunicação social em cada país-membro, nomeadamente em matéria de assuntos comunitários. Deveríamos, por isso, transmitir uma imagem de segurança relativamente à resolução de todos os temas que éramos chamados a resolver. A Presidência exercida por nós tinha que constituir uma oportunidade para mostrar como éramos capazes de desempenhar tão altas responsabilidades.

Como seria de esperar, todos os ministros queriam aproveitar a ocasião para resolver assuntos pendentes ou obter mais apoios para as suas áreas. O Ministro do Emprego e da Segurança Social queria avançar no capítulo da Política Social, dispondo já de uma proposta praticamente elaborada. O da Indústria, que tinha recebido o Vice-presidente Bangeman, queria fazer valer o ter executado o PEDIP a 100% para prolongar os mesmos instrumentos de actuação após 1991; e pretendia que a questão dos têxteis passasse para a agenda comunitária. Já tinha entregue um “dossier” bem fundamentado ao qual se haviam juntado a Espanha e a Grécia; mas ele gostaria era de ver traçado um programa para os têxteis para toda a Comunidade Europeia; não era a vertente industrial que o afligia, mas a social, porque seria necessário apoiar muitos despedimentos. O da Agricultura estava preocupado com os preços a definir para os produtos agrícolas; o financiamento da integração alemã estava a complicar o financiamento da secção-garantia do FEOGA e isso reflectia-se e causava complicações maiores do que as habituais. O Ministro do Ambiente informou que as directivas aprovadas para as águas residuais tinham contemplado algumas derrogações para Portugal por causa da capacidade de depuração do Oceano Atlântico (na realidade ela é muito diversa da dos mares fechados como o do Norte ou o Mediterrâneo...); subsistia a localização da Agência Europeia do Ambiente que acabou por ir para Copenhagen; permanecia a necessidade de contenção na produção do CO2 e de incentivação da florestação.

Nessa ocasião, Portugal era o país europeu com menos fraudes no que tocava à utilização de fundos comunitários. Tínhamos de manter essa imagem. Nós próprios éramos os mais interessados em denunciá-las e puni-las; a última coisa que nos ocorreria era encobri-las.

Já nessa ocasião se dispunha de elementos que confirmavam que a reunificação da Alemanha, no sector agrícola, estava a custar mais do dobro do que tinha sido estimado.

*

A minha principal proposta de mudança da hora tinha como objectivo principal a coincidência dos períodos de trabalho com os nossos parceiros económicos

da Europa. Eles começam a trabalhar muito cedo e nós mais tarde; eles não têm praticamente intervalo para o almoço; em 1991 ainda era costume nós fazermos uma pausa de duas horas. Desse modo, num país que deveria potenciar as suas oportunidades de contacto com os importadores espanhóis, franceses, alemães e italianos, nós conseguíamos encurtar o período de contacto para umas escassas quatro horas por dia em vez das oito que seriam adequadas.

Um dos grandes opositores à mudança era o Secretário de Estado do Emprego e Segurança Social, Dr. António Bagão Félix. Recebi-o em 8 de Abril para tomar nota das suas objecções. Começou por dizer que os Portugueses no horário de inverno tinham de adicionar 35 minutos às 12 horas para ter o meio-dia solar; no verão, com a mudança de hora, já existente, isso sobe para 1 hora e 35 minutos. Com o adiantamento que eu propunha o meio-dia solar ocorreria às 14h30, o que não poderia deixar de ter repercussões sobre as pessoas (metabolismo, etc.). No inverno, se se viesse a adoptar a minha proposta, no dia 21 de Dezembro o nascer do sol seria às 8h55 o que seria uma violência para as crianças. E no verão o sol iria pôr-se às 22h22 o que acarretaria problemas para a agricultura e para a energia, além de outros para os pais daquelas mesmas crianças que teriam dificuldade em metê-las na cama a tempo de dormir o suficiente para irem para a escola no dia seguinte. Considerou a minha proposta como uma “espanholização” dos horários, em termos nocturnos, sem grandes vantagens de manhã. Achava que deveria ser toda a Europa a passar para o nosso horário e não o contrário. Já nos chegava a “hora velha” e a “hora nova” que o horário de verão nos trazia com as suas mudanças de hábito. Não consegui convencê-lo da bondade de haver sempre gente do outro lado do telefone para atender toda a sorte de contactos que mantemos com a Europa, nomeadamente os comerciais. Não pude deixar de lamentar os jovens galegos que padecem, aparentemente alegremente, de todas as torturas ardilosas a que são submetidos... Pobres crianças!... A verdade é que a ideia não foi para a frente, tendo o mais frequente argumento sido a dificuldade dos pais para meter as crianças na cama a tempo e horas... Hábitos são hábitos e, em Portugal, não é fácil mudá-los! Que mudem os outros!...

*

Em 9 de Abril tive de ir à Assembleia da República para participar na resposta a uma interpelação do Partido Comunista sobre política geral, centrada nas questões do crescimento económico e social do país. A minha intervenção, nessa sessão, está publicada no volume VI dos meus Discursos; por isso não a reproduzo.

A parte principal da interpelação coube ao Deputado Carlos Carvalhas que afirmou que em Portugal havia crescimento, mas não desenvolvimento. As desigualdades persistiam com 20% da nossa população a viver no Quarto Mundo. Invocou declarações do Bispo de Setúbal. Referiu-se à ausência de uma política de apoio à juventude. Estávamos a assistir à polarização da riqueza. A época que atravessávamos era de ouro para os especuladores que se enchiam de dinheiro. Não havia nenhuma estratégia global de crescimento e de desenvolvimento; nem uma dimensão espacial nem ambiental desse crescimento. Tudo isso era o resultado da adopção de políticas neoliberais. Queria medidas expressas para fomentar a competitividade no sector agrícola. Além da dependência energética, também sofríamos de uma dependência tecnológica. As assimetrias de desenvolvimento eram acompanhadas de despovoamento e de envelhecimento de uma larga parte do país. As estradas deveriam ser acompanhadas de outras medidas de desenvolvimento regional. Referiu-se à concentração da investigação científica na Região de Lisboa; o resto do país era irrelevante, nesta matéria. Lamentou estar a regionalização bloqueada. Vivíamos com um alto nível de sub-emprego. Não estávamos a valorizar a nossa identidade cultural que deveria ser forte. Preconizava um grande investimento na Ciência e Tecnologia e muito maior participação dos cidadãos na vida nacional.

O Deputado Lino de Carvalho (PCP) afirmou que o Governo tinha vindo a agravar as assimetrias regionais e referiu-se a um relatório do Parlamento Europeu em que se dizia que o QCA deveria ter dado maior apoio ao interior. Criticou a distribuição regional do SIBR (Sistema de Incentivos de Base Regional) e a afectação de um montante expressivo de subsídios ao projecto da Ford-Volkswagen.

O Deputado Carlos Lilaia (PRD) referiu-se às “alucinações” provocadas pelo crescimento e teceu considerações sobre o desenvolvimento e a autonomia nacional, lamentando que estivéssemos a perder autonomia em matéria de decisão econó-

mica. Para os serviços avançados continuávamos a depender do capital estrangeiro. Perguntou onde estavam os polos tecnológicos e os centros de excelência no domínio da investigação; achava que eles não surgiriam sem a intervenção do Estado. O país estava em obras! Mas as mudanças estruturais estavam a ser adiadas. Considerou, contudo, que “este Governo tem sido um governo feliz”! Não poderia era deixar-se adormecer.

O Deputado Manuel dos Santos interveio para fazer comentários irónicos acerca do Primeiro-Ministro como Homem - Providência...

O Deputado Nogueira de Brito manifestou o seu espanto por estarem a ser atribuídas verbas do PEDIP a investidores estrangeiros; eles deveriam fixar-se sem incentivos nenhuns!...

Como se vê, poucas sugestões construtivas. Insisto em que se faça uma profunda mudança das práticas parlamentares. Mantemos demasiadamente viva a tradição dos fins do séc. XIX e da Primeira República. Agora agravada com um excesso de mediatização. Deveria haver mais trabalho interno e discreto para a população ficar convencida de que os Deputados desenvolvem um labor aturado e sério para resolver os grandes problemas nacionais.

*

A questão dos têxteis preocupava-nos por questões óbvias. Acompanhámos as negociações do Uruguay Round, mas queríamos andar mais depressa. Em princípios de Abril pôs-se a hipótese de solicitarmos a intervenção da Comissão da Comunidade Europeia. Sucedia que a Grécia e a Espanha tinham problemas semelhantes, tendo o Ministro da Indústria Grego enviado uma carta ao seu colega português, sugerindo-lhe uma diligência conjunta. Mas a nós não nos interessava nada ir de mão dada nem com gregos nem com espanhóis. Quanto muito eles poderiam acompanhar-nos na nossa diligência. Mas nós não podíamos aguardar pelas delongas de uma diligência comum, nem a índole dos problemas a tratar era semelhante. Nós tínhamos um sector integrado e generalizadamente avançado. Os outros enfrentavam problemas específicos ou no sector da produção de algodão (Grécia) ou num outro qualquer de índole particular. Em suma, estimariámos que eles viessem connosco, mas não achávamos conveniente nem que fosse uma diligência a três nem que fossemos atrás de

qualquer um deles. Resolver os problemas diplomáticos associados a esta posição não era fácil. Mas foi isso que decidimos fazer.

*

No dia 11 de Abril de 1991 fui à Assembleia da República apresentar a proposta de Lei-Quadro das Regiões Administrativas. O texto da minha intervenção está publicado no livro dos Discursos VI. Por isso não o reproduzo. Sublinho que fui ao Parlamento por decisão do Governo, apresentar uma proposta que tinha sido aprovada pelo Governo e quando o Governo entendeu oportuno. Para meu gosto isso deveria ter acontecido há muito! Mas como, seguramente, já se deu por ela eu sou muito paciente... Sei esperar anos, mas não desisto facilmente.

Depois do meu discurso, o primeiro a intervir foi o Deputado Carlos Lilaia (PRD). Perguntou como é que eu me sentia; parecia-lhe que eu tinha adormecido com a falta de vontade do Governo em regionalizar. Pediu explicações relativamente à aplicação do princípio da subsidiariedade, ao que se entendia por organização unitária do Estado e às funções do representante do Governo. O PRD sempre tinha sido a favor da regionalização e, por isso, da criação de regiões administrativas.

O Deputado Narana Coissoró referiu-se à data da apresentação da proposta, acrescentando que ela era tardia, porque desse modo o Governo não teria de implementar a sua proposta. Teceu considerações acerca da desconcentração e da descentralização lembrando que a primeira não significava criar pequenos Terreiros do Paço espalhados pelo país. Inquiriu-me outra vez acerca da aplicação do princípio da subsidiariedade (era sempre o mesmo: não fazer subir a resolução de um dado problema acima da instância que lhe poderia dar resposta). Considerava que as atribuições regionais poderiam ser aumentadas. Dizia, provocatoriamente, que nós o que queríamos era mais centralização e que, por isso, a proposta era um “fogo fátuo”... (eu não estou nada de acordo com estas liberdades de linguagem... mas no Parlamento usa-se e abusa-se deste tipo de figuras que tão mau resultado deram nas Cortes do séc. XIX e no Parlamento da Primeira República...).

A Deputada Natália Correia sublinhou a diferença (a meu favor) entre o conteúdo do meu discurso e o da proposta de lei. Recomendou atenção ao património das regiões; achava que a divisão regional tinha de ser precedida por levantamentos

etnológicos e culturais aprofundados. A perspectiva económica era uniformizante; só a cultural é que era diversificante. Ela falava bem e com “pose”; o conteúdo era quase sempre mais “poético” do que político...

O Deputado Carlos Brito (PCP) lamentou o atraso da proposta (“vem tarde e a más horas!”...). O Governo não estava a dar provas de rigor e de prudência. O conteúdo da proposta não correspondia ao que havia sido prometido. Recorria-se demasiadamente a fórmulas do tipo “empenhar-se-á” ou “apresentará”, quando o que interessava era um compromisso firme.

O Deputado Jorge Lacão (PS) (que ainda está hoje, 2015, na Assembleia!...) lamentou que o Governo tivesse levado mais do que cinco anos a apresentar a proposta de Lei-Quadro! Quanto tempo precisaria para apresentar a proposta de lei da criação das regiões? Há muito que tinham desaparecido as razões da espera. A proposta havia sido sempre anunciada e sempre adiada. Entretanto, as assimetrias agravavam-se. Queria uma análise dos efeitos da aplicação do PDR. Achava que a conduta recente do Primeiro-Ministro se inseria na tipologia do Estado-espectáculo. Achava que as regiões não seriam sedes de contra-poder. Admitia que o seu partido votasse favoravelmente a proposta, manifestando a esperança de que, ainda dentro da legislatura que corria, se viesse a aprovar a Lei de Bases da criação das regiões.

O PDR quis, ainda, saber se ao Governo competia ratificar os projectos de desenvolvimento regional, se o delegado do Governo nas Regiões tinha o poder de requisitar as Forças Armadas, em caso de atentado ou situação semelhante. Queria viabilizar, desde logo, os projectos da criação de cinco regiões.

Há perguntas que atrasam mais um projecto do que adiantam. Meter o “estado de sítio” ou a requisição das Forças Armadas no meio da regionalização, quando se diz que se lhe é favorável, dá para semear a confusão. Pede-se sempre serenidade e bom-senso!...

*

Em 16 de Abril tive notícia de que o Presidente Jacques Delors havia declarado em Estrasburgo que gostaria de fazer o anúncio da reforma dos fundos estruturais durante a primeira cimeira de 1992 que teria lugar em Lisboa, durante a presi-

dência portuguesa. Os regulamentos seriam elaborados até ao fim de 1992 (ele iria deixar o cargo logo a seguir). Assim, em 1993, deveríamos contar com uma revisão do QCA e dos Programas Operacionais. Se tudo se viesse a passar desse modo, entraríamos em 1994 sem descontinuidades de processo. Não me passou pela cabeça que fossem outros a tratar disto tudo, apesar das eleições de 6 de Outubro seguinte.

*

Eu procurava difundir os “ideais cooperativos”, concentrando-me nos sectores em que havia tradição no sector e naqueles que eu julgava oferecerem melhores perspectivas para a sua expansão (a habitação e o sector agrícola). Por isso apoiei a produção de um livro contendo a caracterização das cem maiores cooperativas do país. Escolhi para fazer a sua apresentação pública uma antiga instituição portuense – a Cooperativa dos Pedreiros – cujo presidente me merecia um grande respeito; era a própria encarnação daqueles ideais que praticava com a maior elevação e a maior modéstia. O Senhor Joaquim de Oliveira Guedes conseguia reunir a consideração dos empresários e das autoridades com o que eu posso chamar, sem exagero, a veneração dos cooperadores. É que estes sabiam que, para ele, estavam sempre em primeiro lugar.

*

Em 22 de Abril, o Presidente do INSCOOP veio comunicar-me que a Conferência Europeia de Economia Social havia decidido realizar o seu terceiro encontro plenário em Portugal, durante a presidência portuguesa da Comunidade. Seria no princípio de Abril e congregaria cerca de 200 delegados. Era importante assegurar que o Primeiro- Ministro fosse à abertura. Visto hoje, é estranho que um governo que ia ser sujeito a eleições daí a menos de meio ano estivesse a marcar reuniões para dentro de um ano!... Tal era a convicção de que iríamos ganhar... o que veio, de facto, a acontecer; a Oposição ainda estava muito perturbada, sem ter encontrado uma estratégia nem discurso.

Iria celebrar-se o Primeiro Encontro dos Países de Expressão Portuguesa. Era uma área em que eles teriam muito a lucrar se conseguíssemos formar os qua-

dros do movimento. Quis ouvi-lo acerca do que deveria dizer-lhes. O meu discurso está publicado no VI dos Discursos (22 de Maio de 1991).

Tinha de se estabelecer o programa para celebração do Dia Mundial da Cooperação. Foi o que foi feito nesse despacho.

As cooperativas de consumo estavam a sofrer a concorrência imbatível dos hipermercados, perdendo protagonismo tanto em ambiente urbano como em rural. Queríamos dar-lhes alguma visibilidade, nomeando um representante para o Conselho Económico e Social. Mas a Confederação do Comércio Português achava que elas não eram empresas; por isso, o meu Colega do Comércio e Turismo tinha dificuldades em propor a designação. O seu declínio subsequente estava anunciado. Havia, por outro lado, algumas cooperativas agrícolas que seriam viáveis se fossem bem geridas, mas que, naquela ocasião, estavam com problemas enormes de tesouraria, sem encontrar crédito em parte nenhuma. Eu temia que alguma Caixa de Crédito Agrícola Mútua se “atravessasse”, o que acabaria por complicar ainda mais a situação.

*

Em 22 de Abril trabalhei com o presidente do GARAM (Gabinete para os Aeroportos da Região Autónoma da Madeira) que estava sob a minha tutela, porque assim havia sido decidido, face à relutância dos sucessivos Ministros das Obras Públicas. Os dois aeroportos regionais foram considerados como problemas de desenvolvimento regional. E, por isso, me vieram parar às mãos, devo dizer que, com grande gosto e satisfação, porque se conseguiu levar a cabo um projecto considerado difícil.

Estava em curso a pré-qualificação das empresas para a construção do Aeroporto de Santa Catarina. E prosseguia a análise para a melhoria do de Porto Santo. O pior é que só dispúnhamos de 350.000 contos para esta última obra e isso não chegava. Nenhuma das duas tarefas poderia ser conduzida pelo GARAM. Elas eram demasiado complexas, o gabinete era modesto e, por isso, tínhamos de encontrar solução através do destacamento de um técnico já identificado que só não possuía capacidade para analisar a parte do projecto ligada à electrónica e informática. Foi-se buscar uma assessoria fora da Administração. Estimava-se

que em Maio estivessem definidos os critérios e os termos de referência para a pré-qualificação de modo a dispormos em Setembro de propostas de selecção das empresas concorrentes.

O estudo económico e financeiro do aeroporto de Santa Catarina estaria pronto até ao fim do mês. As informações que o presidente do GARAM tinha mostravam que os resultados eram mais favoráveis no princípio. O projecto de construção havia sido enviado para o Conselho Superior de Obras Públicas e para a Direcção-geral de Aviação Civil com o pedido de resposta rápida. A reunião do Comité Técnico Internacional para analisar a operacionalidade e segurança do aeroporto e no qual se integrava o Comandante André Turquat, de quem já falei nestas memórias, reunir-se-ia daí a pouco mais de um mês, a 3 e 4 de Junho.

Eu gostava muito de ver uma ideia, que tinha ultrapassado tantas hesitações e obstáculos, ir tomando forma de maneira segura e irreversível. Não posso deixar de evocar tudo isso, na minha cabeça, quando sucede aterrar ou levantar voo daquele aeroporto.

*

A primeira vez que se falou no aproveitamento da Cidadela de Cascais para fins turísticos foi no Conselho de Ministros de 26 de Abril de 1991. Hoje há lá um estabelecimento hoteleiro modelar, naquela que foi a antiga residência real tão querida a D. Luís e a D. Carlos e, depois, a presidencial muito frequentada pelo Marechal Carmona, estando atualmente impecavelmente reabilitada e com uma marina que foi também objecto de grandes melhorias. Eu já tinha lá feito, em 1986, uma reunião de Ministros da Ciência com vista à criação de um Instituto de Ciências do Atlântico que não teve sequência. Na ocasião, estava tudo muito decadente e nostálgico de melhores dias. Hoje é um gosto passear na velha fortificação.

Em Abril de 1991 nós estávamos preocupados com os portos que constituíam um estrangulamento estratégico grave ao nosso desenvolvimento. E por eles passavam mais de 80% das nossas importações e exportações!... Havia uma queixa generalizada dos importadores e dos exportadores acerca dos custos praticados. Também estavam detectados alguns estrangulamentos de ordem física e falhas no funcionamento. Havia intenções de expansão tanto em Lisboa como em Lei-

xões que, nessa ocasião, estavam em situação de saturação. A Administração dos Portos era, então, feita por juntas autónomas ou por administrações dos próprios portos. O poder de sindicatos e da organização laboral dentro dos portos era, nessa ocasião, muito expressivo; o objectivo era impedir que a concorrência se estabelecesse dentro dos portos; pretendiam conservar o monopólio do trabalho portuário. A organização laboral distribuía a cada operador os contingentes de mão-de-obra que bem entendia. Assistia-se à mera transferência para o cliente das facturas que lhe apresentavam; o próprio cliente não tinha consciência do que pagava nos portos. E à organização laboral interessava muito que o cliente continuasse a absorver tudo. Faltava, manifestamente, uma entidade patronal interessada em discutir os custos dos transportes portuários. A limitação do custo da mão-de-obra dependia somente da auto-contenção dos operadores portuários que estavam, naturalmente, pouco interessados em conter-se. Os trabalhadores portuários tinham um poder quase monopolista. Não havia entidade patronal que fosse capaz de lhes fazer oposição, obrigando-os a negociar. Isso não era somente mau para a economia, era-o, também, para a segurança do Estado.

As empresas tinham "stocks" limitados, por razões financeiras, o que fazia com que a manutenção de um porto encerrado mais do que cinco dias tivesse repercussões enormes sobre a sua capacidade de produção. Essa foi uma época em que os empresários do Norte descobriram o porto de Vigo que usaram, preferencialmente, durante muitos anos e os do Sul, Cádiz. Há muito tempo que já não vão para lá (2015). Impunha-se levar os "carregadores" (os que gerem ou recebem as cargas) para os portos, fazendo-os interessar-se pelos custos; isso não significava fazer concessões. As associações empresariais estavam hesitantes em envolver-se, porque temiam meter-se com sindicatos poderosos; acabaram por presidir, alguns anos depois, às mesas das assembleias gerais, por minha iniciativa.

Nessa ocasião impunha-se: i) encontrar um esquema de definição de preços máximos nos portos; ii) definir uma forma de arbitragem obrigatória para a fixação dos salários, iii) acabar com o monopólio dos trabalhadores portuários e iv) fazer aproximar as associações industriais da gestão dos portos. Havia pactos muito fortes estabelecidos entre os trabalhadores e essa solidariedade era internacional; por isso era fácil fazer paralisar a carga e descarga num porto se isso con-

viesses às “redes” que ultrapassavam fronteiras. Sabia-se de tudo isso!... A situação económica dos portos era péssima mas a financeira não era assim tão má devido à aplicação financeira dos resultados obtidos ao longo do tempo (nesse tempo os juros dos depósitos a prazo eram elevados...). Havia uma “lei dos portos”, mas ela estava prestes a ser declarada inconstitucional. Era, por isso, preciso refazê-la. Sabia-se que havia trabalhadores assistindo a operações em que não interviam, mas que estavam a ser pagos por estarem presentes. No porto de Lisboa havia um corpo de funcionários enorme, muitos deles unidos por laços familiares. E como seria de esperar os serviços médicos eram folgadíssimos... Era evidente que, com todos estes pesos, os preços praticados não eram preços livres. Por ser um sector que “queimava”, era mesmo importante começar a meter as mãos no fogo.

*

Preocupava-nos, também, o sector dos Seguros. Ao contrário do que pode parecer, os seguros não são um grande negócio. Havia um peso excessivo dos encargos gerais e a evolução das tarifas não havia sido suficiente para os cobrir.

Em 1991, podia-se dizer que Portugal era um país sub-segurado. Os Portugueses não experimentavam a necessidade de se proteger de acidentes ou do infortúnio. Confiavam demasiadamente na sua boa-estrela.

Nessa ocasião, assistia-se ao aumento da quota das companhias estrangeiras devido, sobretudo, à ineficiência das empresas nacionais. Impunha-se uma especialização em núcleos de mercado ou em segmentos de produtos e clientes. Deveria caminhar-se no sentido da oferta integrada de serviços financeiros e, para andar mais depressa, deveria abrir-se o campo para a fixação de companhias estrangeiras; por efeitos da concorrência, as nacionais ir-se-iam modernizando. Pretendia-se criar uma Companhia de Resseguros e um Fundo de Garantia Automóvel. Também tinham de ser revistos os mecanismos de regulação dos sinistros. Deveria caminhar-se no sentido de absorver na nossa legislação os preceitos da legislação comunitária, o que, mais tarde ou mais cedo, teríamos de fazer.

Os estatutos do Instituto de Seguros de Portugal tinham de ser actualizados. Deveria ser definida a área dos seguros obrigatórios, nomeadamente no campo dos acidentes de trabalho. Sabia-se que no que tocava ao seguro automóvel, os preços

em Portugal eram mais baixos do que nos outros países da Comunidade, pelo menos no seguro obrigatório. Em matéria de fundos de pensões eles estavam a crescer, em vários sectores. Havia notícia de que existia um para as pensões dos emigrantes. Nessa ocasião, havia 4 milhões de Portugueses a viver no estrangeiro! O que nós não conseguíamos era que o sector dos seguros se interessasse pela agricultura ou pela pecuária. Já fiz várias vezes referência a esta situação.

*

Em 3 de Abril fui à Assembleia da República para discutir em comissão uma autorização legislativa para elaborar uma lei sobre a revisão dos estatutos da Ordem dos Engenheiros. Nesse tempo tudo subia à instância máxima! Mesmo uma simples revisão dos estatutos. Fui destacado para acompanhar o assunto.

Quem representava o Partido Socialista era o Eng.º Eduardo Pereira, com quem eu havia tido relações cordiais quando ele ocupou o cargo de Ministro da Administração Interna. Mas a função dele, neste caso, era criticar a proposta que o Governo tinha apresentado, aliás muito baseada naquilo que a própria Ordem pretendia. Ele falou da Directiva Comunitária que regulava o exercício da profissão e reclamava a sua regulamentação urgente; queria maior precisão em muitos dos preceitos, o que me parecia não ser do interesse da própria Ordem. Pretendia que o Governo designasse um grupo de trabalho para definir o conteúdo da legislação a produzir, quer dizer, queria que o Partido Socialista também participasse na feitura da Lei. O Deputado António Filipe (PCP), além de considerações gerais, preocupou-se muito com a situação dos diplomados pelos Institutos Superiores de Engenharia (a famosa questão do Dec. Lei n.º 73/73 a que já me referi). Nessa ocasião, o antigo Ministro das Obras Públicas, João Maria de Oliveira Martins, era Deputado; recomendou que cada categoria profissional usasse como entendesse o seu direito de associação.

*

Aproveitando a tarde do feriado do Primeiro de Maio fui à Golegã visitar o museu do Escultor Martins Correia com quem matinha relações amistosas há muito tempo. Como todos os escultores ele desenhava muito bem e era inovador no

que tocava aos materiais que usava. A visita foi guiada pelo próprio, tendo vindo, também, o Presidente da Câmara da Golegã que pretendia, compreensivelmente, ampliar o museu desafogando as peças acumuladas e, especialmente valorizar os desenhos e as pinturas de cavalos que tanto diziam aos locais e aos visitantes da região. Lembro-me bem de uma “cabeça” da Natália Correia, de latão com esmaltes; peça notável!

*

No Conselho de Ministros de 2 de Maio congratulámo-nos com a celebração dos acordos de paz em Angola. A rubrica dos documentos tinha sido feita ao fim de 13 meses de laboriosas negociações. Iria haver um só exército de 40.000 homens; o MPLA tinha mais de 200.000 e o da UNITA tinha mais de 50.000. Era uma grande contracção! Viviam-se uma época de grandes esperanças. Já tinha embarcado para lá uma equipa técnica do STAPE (Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral) para preparar as eleições. Elas foram feitas, mas foi sol de pouca dura...

Tínhamos que fixar o calendário dos acontecimentos da presidência portuguesa da Comunidade Europeia (1.º semestre de 1992). O rigor de qualquer presidência começa no calendário; até final do mês ele deveria estar fechado. O próprio programa estava em estado avançado de preparação; ele iria ser apresentado publicamente pelo Primeiro-Ministro; mas antes teria de haver o acordo da Comissão Europeia. A Conferência da União Política estava a correr sem sobresaltos. O Luxemburgo havia apresentado um documento bem estruturado que, em nosso entender, pecava por excesso em questões de Defesa e Segurança e por defeito em matérias como a Coesão; a posição geográfica e o grau de desenvolvimento, entre outras coisas, contam muito para a definição de prioridades... O texto já estava consolidado, não havendo lugar para proceder a alterações de fundo. De qualquer modo, as redes transeuropeias estavam tratadas de modo razoavelmente positivo, contemplando a criação de novos eixos e não permitindo somente complementar as redes já existentes. A co-decisão com o Parlamento era, naturalmente, abordada; havia acordo generalizado em que as grandes leis fossem objecto desse procedimento.

A Espanha tinha apresentado uma proposta relativa à coesão; ela era habilidosa, mas dificilmente passaria, porque penalizava a Itália e a Irlanda; para nós ela era indiferente; mas bastava aquelas duas oposições para augurar grandes dificuldades ao seu avanço. Insistia na ideia de se ter somente um fundo para atenuar as disparidades existentes. A distribuição de meios assentava na combinação de três critérios: a população, a superfície e o grau de prosperidade relativa. A Comissão oscilava em fundir tudo num único fundo ou criar mais fundos especializados.

Havia, diante de nós, algumas questões de alta sensibilidade negocial: i) O acordo de Schengen; o maior problema respeitava à extradição para penas com sentença de prisão perpétua; a adesão ao acordo tinha algum peso político e, por isso, deveria ser analisado com cuidado, em todas as suas componentes; mas era, evidentemente, um assunto da competência da Assembleia da República. ii) As negociações entre a Comunidade Económica Europeia e a EFTA estavam a caminhar com algumas dificuldades, especialmente no domínio das pescas; em causa estava, especialmente, o acesso às águas da Noruega e da Islândia; mas também havia a questão do livre acesso dos trabalhadores à Suíça e o chamado Fundo Autónomo EFTA. iii) As negociações com os países de Leste com vista àquilo que, ao tempo, se chamava a sua associação; as dificuldades respeitavam particularmente ao sector têxtil.

O POSEIMA estava em andamento razoável. Mas o Parlamento Europeu tinha apresentado 117 emendas, muitas delas da autoria do Deputado Socialista dos Açores que, como seria de esperar, não nos avisou do que ia fazer nem tentou negociar antes de as formalizar. Este tipo de procedimentos não deveria ter lugar, mas sucede com alguma frequência.

O Conselho de Ministros da Indústria havia reconhecido, recentemente, a especificidade da situação portuguesa em relação a Espanha e à Grécia; o peso regional do sector era mais importante em Portugal do que naqueles dois países. Os Franceses queriam aproveitar para se juntar a nós neste tema.

O Fundo CECA acabaria no ano 2001. Nós sugerimos que as coisas fossem encaminhadas para a constituição de um fundo específico ligado à coesão.

A hipótese de que as negociações do GATT (Uruguay Round) viessem a fechar, durante a nossa presidência da Comunidade Europeia, era mais do que certa. Deve-

ríamos preparar-nos para isso e, desejavelmente, tirar algum partido da situação. Nós queríamos que houvesse alguma flexibilidade acrescida nas regras do cofinanciamento dos empreendimentos financiados pela Comissão Europeia; havia alguns beneficiários portugueses que tinham muita dificuldade em conseguir as contrapartidas, quer nos seus montantes quer nos seus calendários...

As relações com o Tribunal de Contas Europeu não eram isentas de atritos. Compete-lhe, como ao nacional, a fiscalização da legalidade das despesas e, quando muito, uma apreciação acerca da eficácia dos investimentos, mas nunca a bondade das escolhas feitas. Algumas vezes há uns juizes ousados que gostam de prolongar um pouco mais a sua acção inspectiva... Não se deve tolerar isso, em nenhuma circunstância.

*

No dia 10 de Maio houve uma missa celebrada pelo Papa João Paulo II no estádio do Belenenses. Um entusiasmo indescritível!

*

As minhas relações com o Ministro do Ambiente não eram só as próprias de uma velha estima. Havia muitas coisas que cruzavam com os fundos e, além disso, eu tinha a experiência de ter ocupado o cargo durante quase seis anos e poder dar-lhe opiniões fundamentadas. Ele visitou-me em 15 de Maio. Informou-me de que a decisão sobre a barragem de Odeleite, pela qual eu tanto me tinha esforçado, seria tomada dentro em breve. Em relação ao gabinete que coordenava a grande obra do Saneamento da Costa do Estoril, informou-me que estava inclinado para a constituição de uma empresa pública na qual tivessem assento a EPAL, as Câmaras Municipais envolvidas e uma instituição de crédito. Eu preferia que esta não entrasse, por ter funções de natureza muito distinta das dos outros parceiros. A lei orgânica do novo Ministério estava a ser ultimada. Punha-se o problema da constituição dos órgãos regionais respectivos. Ele não queria retirar as Direcções-regionais do Ambiente e Recursos Naturais das Comissões de Coordenação, face às interligações que elas tinham nas suas funções com todas as outras que estas desempenhavam. Fazia sentido a sua preocupação. Por isso, quando eu tinha sido

Ministro do Ambiente elas lá haviam encontrado alojamento, sendo a sua coordenação da responsabilidade dos presidentes. Citava-me exemplos de órgãos que não haviam sido regionalizados: as comissões de gestão do ar, os parques naturais, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, os centros de apoio ao consumidor... A preocupação dele, além da economia de meios, tinha a ver com a necessidade de encontrar responsáveis regionais de nível elevado e de procurar instalações e toda a “parafernália” necessária. Mas eu não gosto nada de ambiguidades nas cadeias de responsabilidade. No fundo, o que ele me estava a propor era que os presidentes das Comissões Regionais também fossem os responsáveis regionais pelo Ambiente e pelos Recursos Naturais, o que eles tinham sido desde 1985 até então, mas respondendo a uma só tutela. Disse-lhe das dificuldades que daí poderiam advir, mas percebi que ele não dispunha de outra solução praticável no imediato. Tirei-lhe um peso de cima quando aceitei “experimentalmente” a solução durante uns tempos. Ela era, de facto, ambígua e repousava, especialmente, no bom senso dos presidentes das Comissões em quem eu tinha toda a confiança. Mas, na realidade era o Ministério do Planeamento que ia prestar (e pagar...) ao do Ambiente o serviço de alojar os seus serviços regionais e de providenciar a sua coordenação por um alto-quadro da sua administração.

A criação de novos arranjos ministeriais acarreta sempre a formulação de novas leis orgânicas, mostrando a experiência que isso demora tempo e reclama numerosas compatibilizações de atribuição de competências. Mas era evidente que eu não iria fazer nenhum “finca-pé” sobre esta matéria...

*

No dia 16 de Maio fui ao Parlamento para justificar o pedido de autorização legislativa relativo ao Código de Expropriações. A grelha atribuída dava 15 minutos ao Governo para intervir. Era pouco para assunto de tão grande importância. O título completo respeitava à autorização para legislar sobre o regime geral de expropriação e da requisição por utilidade pública. A minha intervenção está incluída no volume VI dos “Discursos”.

A Deputada Ilda Figueiredo (PCP) não concordava com um pedido de autorização legislativa. Queria uma proposta de lei formalmente apresentada. Não

concordava que eu tivesse auscultado a Associação Nacional de Municípios Portugueses e não tivesse trabalhado nos mesmos termos com o Parlamento. Achava isso um comportamento inadmissível! Dizendo tudo com o seu ar “enxofrado” habitual. Lá tive de explicar que a consulta prévia à Associação dos Municípios, actores principais das medidas a estabelecer, visava preparar uma lei exequível; com eles interessava-me, especialmente, assegurar que tudo quanto fosse fixado seria praticável. Da Assembleia da República o Governo pretendia apenas obter orientações gerais. Não a convenci, seguramente, porque ela não era susceptível de convencimento.

O Deputado Laurentino Dias (PS) disse da importância do diploma em causa. Queria que fosse precisado com mais rigor o conceito de requisição, nomeadamente no que respeitava à sua duração no tempo; queria distinguir a situação de transitoriedade e excepção do que designou como um bom regime de transição. Tomei boa nota das suas recomendações.

*

O sector da Educação envolvia-nos a todos. Em Maio de 1991 tínhamos 170.000 alunos no ensino superior. O lema do ministério era “Educação para todos” e, por isso, o sector tornou-se transversal. A procura para os estratos etários acima dos 12 anos baixava sistematicamente; era preciso desencadear uma acção junto dos pais, dos empresários, dos autarcas e da sociedade em geral. O custo da “não-educação” em Portugal era altíssimo! Por isso todos se deveriam empenhar na extensão da educação.

*

Nós continuávamos a preparar a presidência portuguesa da Comunidade Europeia, durante o primeiro semestre de 1992.

Em meados de Maio de 1991 sabia-se o que estava a decorrer em Bruxelas e que iria, seguramente, prolongar-se até ao período em que teríamos responsabilidades. Os temas complicados eram os seguintes: i) A política social; havia uma base bem elaborada mas alguns países contestavam muitas das medidas. ii) Na coesão económica e social estava-se a assistir a um “jogo do empurra”; por isso tínhamos

que definir muito bem o que queríamos para obter compromissos firmes; havia Estados-membros que mais do que não serem sensíveis à matéria, não queriam gastar dinheiro com ela. iii) O aumento dos fundos estruturais que tão importantes estavam a ser para nós; teríamos sorte se eles crescessem 50% a 60%, com regras mais flexíveis.

*

Em 16 de Maio tivemos a notícia de que a formação do novo exército angolano que integrava tropas oriundas do MPLA e da UNITA estava em marcha, aparentemente em clima tranquilo. Como conselheiros o MPLA tinha escolhido peritos portugueses e britânicos. Os portugueses é que constituíam o elemento comum; ainda hoje (2015) mantemos essa posição. Aparentemente, eles entendem-se bem connosco.

*

No dia 22 de Maio de 1991, iniciou-se, em Lisboa, o 1.º Encontro Cooperativo dos Países de Expressão Oficial Portuguesa. Na sessão de abertura fiz uma intervenção que está publicada (Discursos VI). Por isso não a transcrevo.

*

No dia 22 de Maio fui à Comissão Parlamentar do Poder Local para tratar dos Censos 91. Depois da minha exposição inicial falou a Deputada Ilda Figueiredo (PCP) para me recriminar por só vir naquela ocasião à Comissão. Haviam pedido a minha vinda há dois meses! Era incrível a demora! Queria saber por que razão o Decreto-Lei regulamentador do Censos só havia sido publicado em 4 de Maio. Em relação às Freguesias, eram eles, os Deputados que estavam a fazer todo o trabalho; a ANAFRE não tinha sido ouvida. Em relação ao conteúdo do próprio inquérito, tinha observações a fazer: Por que se discriminavam as mulheres, perguntando-lhes quantos casamentos haviam feito? Era para os estudos sobre a fecundidade? A discriminação era intolerável! Falou, depois, acerca dos critérios de distribuição do FEF. Houve outras observações acerca do segredo estatístico e da forma de o garantir, através dos delegados regionais. Houve, ainda, recomendações no sentido de melhorar e de controlar a qualidade do Censo.

Fui, de seguida, à Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano por causa da constituição do Conselho Económico e Social que me estava confiada. O representante do PCP queria que, no projecto de diploma, se separassem as referências às atribuições e às competências do Conselho. Queriam, também que o CES gozasse de algum poder de iniciativa; de outro modo, haveria a “governamentalização” do próprio CES. A capacidade de iniciativa estava assegurada na nossa proposta. No que respeitava à composição do CES houve uma longa troca de impressões: O PCP queria que houvesse paridade de representação entre o Governo, os empregadores e os trabalhadores. Também deveria haver representantes das Regiões Administrativas quando elas fossem criadas. Quanto à designação do presidente ela deveria ser feita entre três personalidades de reconhecido mérito. O PS, em relação aos parceiros sociais, disse que, no Conselho, 50% dos seus membros deveriam ser empregadores e empregados ou, de outra maneira a representação das confederações patronais e sindicais deveria compor 50% (pelo menos) do Conselho. Deveria haver representações das regiões e da ANMP. O sector empresarial do Estado deveria estar representado, mas não por designação do Governo; teriam de ser as próprias empresas públicas a designá-los. A proposta que eu havia apresentado “fechava os buracos todos”... Não dava margens para novos representantes. Faltavam representantes da Juventude (A demagogia à solta é insensata!...)! A arbitragem deveria ser possível; começando pelo presidente com recurso para o plenário. Os quatro vice-presidentes não deveriam ser personalidades independentes. O PSD estava de acordo com a paridade de representação do Governo, confederações empresariais e confederações sindicais. Mas, perguntava-se: e as profissões liberais? E os jovens? E o CEN (Conselho Empresarial do Norte)? Não deveria haver representações de organizações que já estivessem representadas por outras. Se houvesse que sacrificar alguns representantes, deveriam ser os do sector empresarial do Estado. O PCP não queria que se indicasse as entidades, mas somente os sectores. Estava de acordo com a contenção que fixava o CES à volta de 60 elementos, mas, contrariando o que um camarada havia dito, não via razão para a paridade entre Governo, empregadores e empregados.

O PS lamentou a ausência de mecanismos de concertação regional ou sectorial. O PSD ficou muito admirado por serem os próprios ministros a ir ao Conselho Económico e Social. Pediu confirmação porque estava convencido de que seriam representantes dos ministros. Se fosse agora (2015) veria que são mesmo os próprios ministros a irem lá!

Fiquei, algumas vezes, com a impressão de que não havia reuniões preparatórias no seio de cada partido, tendo em vista os encontros com os ministros. Cada Deputado dizia, mais ou menos, o que entendia e lhe parecia estar na linha do que o seu grupo parlamentar pensava...

*

As muitas componentes das competências do Gabinete da Área de Sines, tornavam longuíssima, no tempo, a sua extinção. Ainda em 23 de Maio de 1991 tratava eu da reafecção da sua área florestal. Para isso reuni com o Secretário de Estado da Agricultura, com o Presidente do Gabinete da Área de Sines e com o Director-geral das Florestas. Impunha-se vermo-nos livres, com urgência, da responsabilidade sobre tão vasta extensão. Tratava-se de floresta de produção, muito dominada pelo montado de sobro e pretendia-se privatizar a curadoria sobre a floresta. Tinha-se realizado um concurso mas nenhum dos concorrentes havia sido seleccionado.

A Herdade da Quinta Nova não tinha sido afectada à Direcção-geral das Florestas, porque havia procura para fins turísticos e ela figuraria no PDM de Sines com esse propósito. A Herdade do Burrinho estava já afectada à Direcção-geral das Florestas, mas a de Morgavel ainda não. Refiro isto para se ver até que pormenor se tinha de ir no desmantelamento do Gabinete.

*

Em Junho de 1991 havia, em Portugal, 17 000 polícias. Para os comandar existiam 850 oficiais, ou seja 1 oficial por 20 polícias. A Escola Superior da Polícia formava 20 oficiais por ano em cursos de quatro anos com mais um de estágio; posto isso, o recém-formado poderia ser chefe de esquadra.

Os Portugueses de hoje (2015) não imaginam quanto se evoluiu neste domínio. Eu sei que os porta-vozes são escolhidos entre os que melhor comunicam, Mas, nos nossos dias, não se pode deixar de admirar o profissionalismo daqueles que vêm à televisão explicar como actuou a polícia numa manifestação ou para garantir a segurança de um jogo de futebol.

*

No dia 17 de Junho de 1991 festejou-se o vigésimo aniversário da criação da Comissão de Planeamento da Região do Norte, entretanto transformada em Comissão de Coordenação da Região do Norte. A comemoração consistiu numa sessão simples feita no jardim e para a qual foram convidados todos os então e passados funcionários da Casa e todos os Autarcas da Região. Resolvi fazer a história da instituição, do que ela havia feito e das pessoas que por lá tinham passado. Perturbou-me muito ver gente com os olhos marejados de lágrimas e algumas mesmo a deixá-las cair. A Comissão não havia sido, durante aqueles anos, uma mera repartição... Tinha representado para muitos um local de formação e de realização pessoal e para todos uma casa acolhedora, onde cada um contava. Tenho para mim que os Portugueses não estão fadados para as grandes organizações. Sentem-se bem naquelas em que todos se conhecem uns aos outros e em que é possível estabelecer laços de afecto. É evidente que a concorrência existe, as pequenas disputas também ocorrem, as invejas manifestam-se... mas ninguém é reduzido a um número! Todos se sentem gente. Há que pensar neste ponto quando se desenharem “organigramas”...

*

Era preciso sensibilizar os órgãos de Comunicação Social para a importância dos Censos à População que iriam realizar-se em breve. Escolhi fazê-lo no Porto. À escala nacional, em Lisboa acontecem demasiadas coisas e é difícil que a imprensa dê relevo ao mais importante. Dá-o seguramente ao mais palpitante, mormente se ele for picante. Mas sublinhar o que mais interessa ao país é matéria de opinião e esta, raramente, coincide com a dos jornalistas.

Reuni-me com eles ao princípio da tarde, tendo o Prof. Manuel Vilares feito uma fundamentada exposição apoiada em material gráfico sucinto que distribuiu com vista a sublinhar o que estava em jogo. Tudo a tempo de se prepararem notícias circunstanciadas para o dia seguinte. O Presidente do INE não pôde deixar de ficar desapontado ao constatar, no dia seguinte, a diferença entre a dimensão do esforço feito e a do resultado obtido. Disse-mo com desalento. Eu devo dizer que não fiquei surpreendido!... Ninguém tinha insultado ninguém, nem mordido ninguém, nem dito frases de grande efeito... só se tinha pedido que chamassem a atenção da população para a importância de responderem adequadamente aos papéis que iriam ser distribuídos, porque dessa forma, se saberia melhor quem eram os Portugueses, e assim, eles poderiam ser mais bem administrados... Isso não é palpitante... nem dá brindes...

*

No dia 19 de Junho fui à Assembleia da República para intervir na sessão da interpelação ao Governo, pelo Partido Socialista, “para apreciação da actividade global do Governo”. O meu discurso está publicado (“Discursos VI”) e por isso não o reproduzo. Tratava-se da última intervenção crítica antes das eleições. Por isso a sessão tinha importância manifesta. Quem arrancou com os trabalhos foi o “leader” da Oposição, o Eng.^o António Guterres que começou de mansinho. Havia estabilidade, crescimento e desenvolvimento. A estabilidade devia-se ao Governo PSD. Mas este não sabia responder a perguntas directas. O debate público era feito por homens empenhados, mas não bastava que a economia crescesse; eram precisas mudanças estruturais e muito mais desenvolvimento. O seu partido queria democracia, verdadeiro desenvolvimento, reformas sociais e uma atenção muito especial à Língua Portuguesa. Deveria haver uma nova relação entre o Governo e a Economia, através de uma concertação estratégica com os seus actores. Havia políticas que deveriam ser articuladas, mas que tinham vivido desavindas. Sublinhou a importância de nos especializarmos. Estava-se a assistir ao agravamento das desigualdades e das injustiças sociais; era preciso contrariar isso. Deveria haver uma maior selectividade das prestações sociais. E, sempre e de forma muito empenhada, a afirmação dos

nossos interesses na construção europeia. A primeira intervenção do Governo foi a minha. Depois dela a discussão generalizou-se.

O Deputado Carlos Brito (PCP) disse que estávamos a assistir a uma conversa de surdos. O PS falou de política geral; eu tinha feito um balanço sectorial. O Primeiro-Ministro só ia ao Parlamento de meio em meio ano para fazer discursos abrangentes. E as liberdades? O crescimento tinha tido correspondência nos níveis de bem-estar? Não se favoreceram os velhos ricos e os novos ricos? Não se mantém a velha pobreza? E a nova pobreza? A encoberta? Citou António Sérgio para afirmar que a política era mais importante em relação às pedras vivas do que às pedras mortas. Ora as pedras vivas estavam a viver pior. Este tipo de discursos, cheio de perguntas retóricas faz algum efeito nas galerias, mas não ajuda a resolver nada. O Deputado Octávio Teixeira (PCP) acusou-me de me ter refugiado em temas circunscritos, optando pela quantidade, mas iludindo a qualidade. Queria que eu me tivesse «referido ao emprego e invocou dois relatórios, um do INE e outro do DCP, para suportar a afirmação que fez dizendo que, afinal, o que tinha sido criado em Portugal era emprego “part-time” e não emprego efectivo. Os comunistas querem sempre pôr o Estado a criar postos de trabalho directos e para a vida. Fez considerações acerca da distribuição da riqueza que não era indiferente para eles; a criação de riqueza não chegava. Era evidente que eu estava de acordo com isso. Referiu-se, também, à taxa de crescimento do investimento. Tínhamos começado com mais de 15%, mas agora estávamos com menos de 6%. Porquê? Nos fundos comunitários havia muitas ineficiências que nos estavam a fazer perder milhões (Era bem o contrário)! Criticou-me pelo facto de 50% do SIBR, no distrito de Setúbal ter sido só para três empresas; queria que tivessem sido distribuídos por muitas pequenas empresas. Aqui estava eu em completo desacordo com ele; os subsídios deveriam ir, como foram, para empresas que ajudassem a relançar todo o tecido produtivo por via do estabelecimento de relações inter-industriais mobilizadoras de outras iniciativas. As operações de desenvolvimento integrado estavam a perder os elementos que promoviam a integração. Finalizou criticando-me por não ter falado da inflação.

O Deputado Nogueira de Brito (CDS) disse que eu havia feito o discurso da estatística, das obras públicas e da estabilidade. Ora isso não chegava! Por trás das esta-

tísticas que referiam ter existido crescimento haveria uma verdadeira correcção estrutural da nossa economia? E a balança comercial? Continuávamos a fazer assentar a nossa estrutura nas actividades tradicionais? Ou fazíamos repousar tudo no projecto Ford-Volkswagen? A experiência mostrou que este projecto induziu alguns outros investimentos e introduziu formas muito inovadoras de gerir e de produzir; vinte e cinco anos depois (2015) podemos medir o impacto virtuoso que o tão criticado projecto teve. Achava que eu havia feito um discurso “fontista”, em relação às obras públicas; mas as obras feitas não tinham tido reflexo na nossa actividade produtiva. Achava que se havia construído muito, mas sem grande impacto. E fazia uma pergunta retórica: Não havia por trás das obras públicas uma preocupação conjuntural de inaugurações? Deveríamos apresentar também um “apêndice inaugural” das obras públicas. Tudo isto dito com graça, fazendo sorrir as outras bancadas. Mas, na realidade, sem qualquer acrescentamento de informação ou de inteligência sobre os problemas que nos afligiam.

A Deputada Ilda Figueiredo ficou-se no campo social, no emprego das mulheres, na precariedade desse emprego e na falta de apoio à família. Em relação ao Poder Local, eu havia cometido a falta imperdoável de, em vésperas de realização do Censo 91, não ter tido uma palavra de elogio ao trabalho das Juntas de Freguesia. Para quando a definição do regime de permanência dos Presidentes das Juntas? E a velha questão das isenções de impostos que tanto prejuízo causava às Autarquias Locais? O FEF deveria ter um aumento intercalar, passando de 158 milhões de contos para 180 milhões, de modo a que as Câmaras pudessem cumprir com as suas contrapartidas às ajudas comunitárias. E era inadmissível que eu continuasse a insistir com a desclassificação das estradas, passando-as para os Municípios que não dispunham de meios para as sustentar; deveria manter-se a grande rede nacional!

Além de serem os velhos “peixes fritos” com que costumava brindar-nos, nada disto vinha a propósito da “apreciação” que estava a ser feita. O que era preciso era encher o tempo atribuído e dizer mal do Governo.

O Deputado Rogério de Brito (PCP) tinha outra postura. Sabia de agricultura e concentrava as suas observações nesse sector. Lamentou que ele já tivesse consumido 60 milhões de contos sem se verem os resultados. A insuficiência

produtiva agrícola do país tinha diminuído, o déficit da balança alimentar aumentado, a produção bruta total decrescido, o VAB também, o rendimento agrícola e dos agricultores de igual forma! Como se podia falar das virtualidades da política agrícola?

O Deputado Álvaro Brasileiro (PS) queria saber se havia ou não havia salários em atraso na fábrica de concentrado de tomate da Golegã! Tinha que invocar no local esta “intervenção de fundo”!...

O Deputado Armando Vara (PS) disse que o meu discurso não trazia novidades. Ele achava que as assimetrias de desenvolvimento regional estavam a aumentar, que se agravava a tendência “desertificante” do Interior e que o combate que eu estava a travar nesse domínio estava a ser um caso de insucesso. Deveria aplicar-me a construir a regionalização e a reforçar os poderes dos Municípios.

O Deputado Corregedor da Fonseca (MDP-CDE) criticou-me dizendo que o meu discurso traduzia uma ideia falsa de modernização. Estava em consonância com a postura neoliberal do Governo, sem as preocupações sociais que tinham no Reino Unido o seu exponente. Faltavam casas; era preciso construí-las. Faltavam empregos; impunha-se criá-los e não de forma temporária. Em relação ao ensino era ofensivo traçar-se um panorama optimista. Falando de pobreza invocou um estudo da FLAD que dizia que em Portugal havia 11% de ricos e muito ricos e 50% de pobres e muito pobres. Invocou um outro estudo da CARITAS. Como era possível a minha atitude positiva e a invocação da estabilidade? Eu não tinha dito uma palavra sobre a inflação, sobre a pobreza, nem sobre a greve então em curso (que eu não me lembro agora qual era...).

Insisto em dizer que no Parlamento se tem de fazer um esforço muito maior de estudo das questões e de preparação das intervenções. De outra forma descredita-se a política e isso é muito mau. Pela linha geral que tracei do que foi aquela manhã, pode-se ver que o país não lucrou grande coisa com tanta crítica feita com tão pouca reflexão. E não me venham com a história de que é assim em todos os parlamentos do mundo... Temos que fazer um esforço decidido para melhorar as coisas e justificar o que se gasta com tantos representantes e com uma máquina tão pesada.

*

No dia 24 de Junho de 1991, dia de S. João, foi inaugurada, no Porto, a nova ponte ferroviária sobre o Douro que tem o nome do Santo. Presidiu à cerimónia o Ministro das Obras Públicas e eu fui convidado por ter conseguido arranjar o esquema de financiamento que permitiu construí-la.

O projectista, Prof. Edgar Cardoso estava, naturalmente, presente e não escondia a sua enorme satisfação. A ponte foi considerada, por muitos especialistas de outros países, como uma obra plástica excepcional. A forma dos pilares foi afeiçoada pelo autor a canivete sobre um modelo reduzido!... Suportam aquele grande vão com o mínimo de matéria e o máximo de resistência. Além de ser um grande engenheiro, o autor era também um artista plástico de excepção. As suas obras nunca deixam ninguém indiferente. Por isso se suportavam as manifestações do seu feitio abrasivo...O Porto possui uma colecção de pontes à cota alta, verdadeiramente notáveis. Duas delas são da sua autoria.

*

A segunda travessia do Tejo na área de Lisboa constituía uma pretensão antiga. A “Ponte 25 de Abril” estava completamente saturada e ainda não se dispunha de ligação ferroviária entre as duas margens, o que fazia agravar as condições da ligação entre elas. Estavam detectadas três alternativas que havia de sopesar: i) a no final da IC18 e a Caparica, que talvez fosse a mais rentável, economicamente, mas que estava fora de causa, em termos ambientais; ii) a que ligaria a zona do Beato ao Barreiro e que se apresentava com potencialidades modais diversas e uniria os centros de geração de tráfico mais expressivos e iii) a que ligaria Sacavém ao Montijo que foi a que acabou por ser adoptada.

No dia 26 de Junho tive uma reunião no Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes com o GATTEL (Gabinete de Apoio à Travessia do Tejo). Ainda se estava no começo da análise do que ainda era só uma ideia e não um projecto. Ficou esclarecido que aqueles corredores eram meramente indicativos, sendo possíveis as variantes dentro de cada um deles. O caderno de encargos do projecto estaria elaborado até ao fim do ano. Ele só seria possível de concretizar se houvesse o auxílio de fundos estruturais; donde a necessidade da minha intervenção.

Para mim era evidente que o ordenamento do território era um factor importante da decisão de localização; disse-o e todos concordaram. Foi-me comunicado que estavam a começar a hierarquizar os corredores por ordem de preferência, o que deveria estar concluído em fins de Julho. Estavam preparados os índices de dois documentos que se encontravam em elaboração; os índices respeitavam aos pontos que deveriam ser tratados. Estavam preocupados com a especulação fundiária que, naturalmente, se seguiria no anúncio do corredor preferido; havia, por isso, que preparar legislação de “congelamento” do preço dos terrenos para as três alternativas. Já se sabia que a taxa de cobertura expectável seria de 45% por se tratar de um investimento estratégico. Ainda se falou, nessa reunião, de uma solução mista, rodo e ferroviária como sendo a resposta mais interessante aos problemas a que tínhamos de dar resposta; eu apoiei desde logo essa versão, porque os problemas a resolver eram de ordem muito variada, aconselhando a inclusão do modo ferroviário.

*

Tudo quanto respeitava à construção europeia nos interessava. Em fins de Junho de 1991 analisámos as ligações entre a co-decisão e a legitimidade democrática, o lugar a ocupar pela política externa e pela segurança no quadro das responsabilidades comunitárias, a coesão e o princípio da suficiência de meios e as questões sociais. Todos eles nos importavam de forma directa.

As conferências intergovernamentais avançavam. Nelas tinha ficado evidente o isolamento britânico em matéria social, o que não nos agradava nada. Para muitos de nós, a evolução natural da Comunidade seria no sentido do federalismo; mas isto era sacrilégio para muitos, particularmente para o Reino Unido que ficava virado do avesso quando se pronunciava a palavra!... Para nós continuava a ser da maior importância o reforço da Coesão Económica e Social. Decidimos que não deveríamos dar a nossa aprovação a quaisquer “dossiers” que ainda não estivessem discutidos até ao fim; é um grande erro aceitar compromissos antes do tempo; só concordávamos com tudo quando tudo tivesse suscitado a anuência de todos; a precipitação é sempre inconveniente.

Estava a avançar-se na discussão do espaço económico europeu; a negociação sobre as pescas com a Noruega estava a prosseguir; a existência do fundo de coesão tinha sido admitida pelos países da EFTA que queriam entrar para a Comunidade; a livre circulação de pessoas era um princípio adquirido que a Suíça, muito interessada em alguns domínios da cooperação, rejeitava em absoluto.

Nessa ocasião (1991), admitia-se que o Acordo de Schengen pudesse entrar em vigor em Julho de 1992; mas as ratificações tardavam e era preciso que houvesse, pelo menos, cinco.

Nós queríamos que, durante a presidência portuguesa, todas as reuniões tivessem tradução para Português. Isso não acontecia sistematicamente, sendo curioso ouvir, algumas vezes, as traduções feitas para Português do Brasil; aparentemente os tradutores de Portugal não concorriam em número suficiente e, como sabemos, os brasileiros estão sempre em toda a parte...

Nessa ocasião, eu dei notícias acerca dos programas transfronteiriço e Régis e insisti na importância de figurar nos tratados em revisão uma referência à Coesão. Por outro lado, disse a todos os meus colegas com intervenção em programas operacionais que tínhamos necessidade de nos reunirmos de novo, porque as “componentes” estavam, em alguns casos, a divergir; a coordenação, para ser eficaz, obriga a muitas reuniões de “convergência”...

Por essa altura estava em pleno trabalho a comissão de avaliação das propostas relativas ao projecto do gás natural. Estavam em causa as instalações no porto, o acesso ao terminal, o próprio terminal e o gasoduto. Havia, então, duas propostas: i) uma liderada pela Petrogal em associação com espanhóis e italianos e ii) outra juntando à Gás de Portugal, a Gas de France, a Total e uma outra empresa portuguesa. A competição estava renhida! Nos acessos e no terminal uma proposta era mais interessante do que a outra, mas em relação ao gasoduto era o inverso. Uma facilitava mais as ligações à rede espanhola. Uma tinha estimado consumos superiores à outra. Esta última propunha armazenamento subterrâneo em cavernas já existentes, o que era economicamente mais interessante. Mas as condições financeiras de uma delas eram expressivamente melhores. Em matéria de preços havia muitas lacunas. Uma só considerava como fonte de abastecimento o gás da Argélia; a outra não se referia a nenhuma fonte. Apesar da complexidade da



FIG. Numa reunião do Conselho Nacional do PSD
com Luís Mira Amaral, José António Silveira Godinho e Teresa Gouveia.

questão foi possível à comissão de avaliação pronunciar-se por unanimidade por uma das soluções; sem nenhuma declaração de voto! Isso dava natural conforto ao Governo para tomar a sua decisão.

*

No princípio de Julho soubemos como havia decorrido o Conselho Europeu do Luxemburgo que correspondia ao encerramento do seu semestre de turno da presidência da Comunidade. Ele tinha sido dominado pela situação na Jugoslávia que se estava a esboroar. Isso havia feito passar matérias como a construção da União Económica e Monetária, da União Política e da Coesão para segundo plano, para quando estivessem discutidos todos os “dossiers” pertinentes. Mas tinham sido abordadas as redes transeuropeias e a Coesão Económica e Social, que lhe estava associada. O Mercado Único havia trazido consequências positivas para todos os países; só em Portugal, o investimento privado tinha aumentado dez vezes! Mais uma vez, a Política Agrícola Comum havia sido criticada; em Portugal e em Espanha não se tinha sentido qualquer efeito verdadeiramente expressivo. Esperava-se que a estabilidade monetária trouxesse benefícios para todos. Alvitrava-se a criação de um novo fundo especificamente orientado para o Ambiente e para os países mais atrasados que tinham, manifestamente, maiores dificuldades em alcançar os objectivos gerais fixados. Sabia-se que, para o Chanceler Kohl, a coesão era um dado adquirido: ele próprio tinha o problema dentro de casa... Como seria de esperar, para poder corresponder a tantas novas competências era preciso meios. Por isso a questão das receitas da Comunidade tinha vindo, de novo, à baila.

*

Estava a aproximar-se o fim da legislatura. O que tinha de ser feito estava feito. Não era, então, que iriam ser tomadas medidas estruturais. Mas era uma época em que, nos jornais, se atacava o governo, ultrapassando todas as marcas; as mentiras e as deformações da verdade eram diárias; não se podia deixá-las sem rebater, repondo as coisas nos seus devidos termos. É evidente que a política representa uma luta que oxalá fosse somente de ideias; em Portugal, a falta de

rigor é corrente, mas, em vésperas de eleições parece valer tudo. Os jornalistas prestam-se ao jogo, porque têm de vender papel e porque têm, também, as suas simpatias e expectativas.

Começava um trabalho de natureza diversa. A Oposição fazia muitas propostas, um bom número delas irrealistas. Era, por isso, preciso estar atento às falsidades e às fantasias, se não mesmo às demagogias. As calúnias também costumavam fazer parte dos instrumentos usados. Mas, por outro lado, nós próprios tínhamos de fazer campanha. Deveríamos ser rigorosos e parcios nas promessas que tinham de primar pelo realismo, para serem credíveis. Também não deveriam ser muitas, porque seríamos chamados a responder por elas. Vistas as coisas a esta distância, fico admirado por não me ter passado pela cabeça que poderíamos perder as eleições. Isso não aconteceu, mas devo dizer que eu não esperava outra coisa. Partimos para a campanha eleitoral com a maior confiança, o que é meio-caminho andado para as ganhar. Deveríamos insistir na estabilidade de que tínhamos disfrutado ao longo dos últimos seis anos e que havia permitido fazer tantas coisas positivas; mas quem tinha feito eram os Portugueses; o Governo havia-se limitado a criar as condições de enquadramento necessárias. Por outro lado, a Oposição primava pela inconsistência; e as pessoas davam por isso.

Os Portugueses deveriam partir para férias confiantes. Era isso, sobretudo, que interessava consolidar naquelas poucas semanas, mostrando-nos disponíveis para conversas e para contactar com os eleitores, sem os perturbar com grandes disputas partidárias. Por outro lado, já não adiantava muito estar a legiferar sofregamente; invocava-se, frequentemente, os últimos Diários da República do Governo, da Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo; o afã de deixar o seu testamento político não foi compensado pela durabilidade das medidas que tomou. Por isso lucraríamos em ser sóbrios e tranquilos.

*

Eu tinha sido o cabeça de lista pelo PSD pelo distrito de Vila Real na legislatura que então findava. O Prof. Cavaco Silva perguntou-me se eu estava na disposição de repetir, ao que eu anuí. De modo que comecei em 19 de Julho, antes de férias, a falar com as estruturas locais do partido para fazer o inventário

dos pontos que seriam mais abordados durante a campanha eleitoral e para os quais era preciso ter respostas em custos, em datas e em formas de os solucionar. Começámos pelos mais evidentes: o hospital de Lordelo, em Vila Real; os itinerários principais IP4 e IP3; o seu cruzamento a outras ligações; a lixeira da Régua; o IFADAP e o seu funcionamento emperrado e a magna questão do Vinho do Porto, de “stock” e novo e o seu preço de aquisição. Este último ponto era muito controverso por causa da situação da Casa do Douro; tratava-se de um problema estrutural que só havia de ter solução muitos anos depois; vou poupar o Leitor aos pormenores de uma história pouco edificante. Para saber a essência do problema poderá ler a tese do Doutor Vital Moreira (7). O resto é muito mau... De qualquer modo, recomendaram-me que falasse com lavradores, com exportadores e com a própria Casa do Douro, o que eu cumpri escrupulosamente. Mas aconselharam-me a distinguir o “discurso” do Baixo-Corgo do de Cima-Corgo; preparei-me para isso.

No Barroso havia problemas com o escoamento da carne de vitela devido à concorrência posta pela importação de carnes; mas aquela representava uma boa parte da base económica local e as dificuldades experimentadas eram muito negativas. Havia, também, o problema das minas da Borralha que não se apresentavam com viabilidade; além disso, os Serviços de Verificação de Incapacidades Permanentes (SVIP) dos mineiros estavam a operar com atitudes de prepotência evidentes, quando a situação aconselhava exactamente o contrário.

Em Vila Pouca de Aguiar subsistia o problema de uma grande nave industrial que deveria ir a hasta pública, mas no próprio dia era retirada, não se sabia muito bem porquê. Nas Pedras Salgadas havia uma antiga concessão de jogo. Falava-se em retirá-la. Isso transformar-se-ia num problema político.

Havia uma escola (C+S) em Murça que estava desactivada e que poderia servir de base para um Palácio da Justiça que era um equipamento que todos os Autarcas queriam. Mas a grande insistência era nas estradas, nas variantes, nos acessos aos itinerários principais...

Fiquei surpreendido por darem importância ao Ambiente e, especialmente, às pedreiras e aos detritos que elas escoavam para os cursos de água.

Nessa ocasião era importante fazer campanha através das rádios locais. Por isso, me predispus a falar com todas sempre que passasse por uma sede de Concelho. Nessa reunião participou o Pedro Passos Coelho, então “leader” da JSD e com os pais a residirem em Vila Real. Estava impressionado com o nível de optimismo reinante. O cabeça de lista do Partido Socialista era médico, sendo natural que se viesse a debruçar especialmente sobre questões da Saúde; por isso eu deveria preparar-me particularmente neste sector para contrapor argumentos de quem vinha de dentro dele. Preocupava-o, particularmente, a questão do hospital; o antigo estava num caos e representava, por isso, um perigo; mas a empresa construtora do novo passava por sérios problemas financeiros e, por isso, não conseguia terminar as obras, porque não pagava aos trabalhadores.

Em resumo, os sectores em que eu me deveria aplicar mais eram o das ligações rodoviárias e o da Saúde, porque representavam os dois que mais importavam às pessoas.

*

Em fins de Julho soubemos da formalização do pedido de adesão da Suécia à Comunidade Europeia. Sabia-se que se lhe seguiriam os da Noruega e da Finlândia; o primeiro não chegou a concretizar-se por vontade dos Noruegueses.

A “troika” (o país da presidência mais o seu antecessor e o seu sucessor) haviam realizado uma missão à Jugoslávia; muita água ainda haveria de cair sobre os Balcãs: mas, hoje (2015), a Eslovénia e a Croácia já são estados-membros e as conversações com a Sérvia vão avançando, apesar das dificuldades do “dossier”.

Tinha havido uma reunião da ASEAN, em Kuala Lumpur, onde se havia discutido a cooperação com países terceiros. Surgiam sempre os condicionalismos respeitantes à observância dos preceitos da Carta dos Direitos do Homem que era, generalizadamente, desrespeitada nesses países.

Nós achávamos que a “troika” estava muito interventiva. Mas ela actuava por mandato do Conselho!... Para nosso gosto, deveria haver mais contenção.

Conhecemos, então, as prioridades da Presidência Holandesa.

Nem sempre acontecia, mas, nessa ocasião, os governos de Portugal e da França manifestavam uma convergência apreciável. A Ministra Élisabeth Guigou manti-

nha relações cordiais connosco e entendeu as razões pelas quais dávamos tanta importância à concretização da Coesão e das redes transeuropeias. Mostraram-se abertos à realização de acções contra os fogos florestais (eles também os tinham no sul) e contra a poluição marítima da qual eles eram vítimas frequentes na sua costa ocidental.

Nessa ocasião havia a ideia de fazer um congresso com parlamentares nacionais dos diferentes Estados-membros e com o Parlamento Europeu. Não sei se, algum dia, se concretizou a proposta...

*

Como se estavam a aproximar as eleições, a parte pública partidária da nossa acção começava a ocupar-nos mais tempo. O secretário-geral do PSD era, então, o Eng.^o José Bernardo Falcão e Cunha, com quem eu mantive sempre relações cordiais. Reunimo-nos, “en petit comité”, com os cabeças-de-lista, no dia 25 de Julho. Tratava-se de definir, em linhas gerais, o tom do discurso político durante a campanha eleitoral, de escolher as acções de pré-campanha e de estabelecer o conteúdo da campanha. Em relação ao primeiro importava salientar a obra feita pelo Governo, mas, especialmente, a que havia sido realizada pelos próprios portugueses e que representava a ponte para um futuro melhor. A estabilidade política e governativa tinha permitido fazer obra. Na realidade, as eleições eram para Deputados, mas eram elas também quem definiriam o Chefe do Governo; ora, o que estava em funções já tinha prestado provas, com resultados insofismáveis. No que respeitava às segundas não conviria perturbar muito as férias dos Portugueses. O ano tinha decorrido bem, as pessoas estavam contentes; deveríamos ser discretos, mas, de qualquer forma, ir passando algumas ideias. O meu Ministério havia preparado uma lista com as obras realizadas ao longo de quatro anos; era ela que deveria constituir o guião dessa acção difusa, especialmente conduzida junto das estruturas locais do partido.

Em relação à campanha, ela arrancaria a 14 de Setembro. Haveria à noite um comício em Vila Real no qual eu deveria estar presente e usar da palavra como cabeça de lista do partido pelo distrito. Foram depois definidos os “auxiliares” da campanha, uma parafernália em relação a cujos resultados eu tinha e

mantenho as maiores dúvidas. Mas era hábito produzi-los, todos os partidos os faziam e, por isso, nós não deveríamos destoar. Espero que se tenha perdido o costume; era dinheiro deitado à rua!... Nessa ocasião, além do balanço dos quatros anos de Governo, do programa eleitoral e do manifesto eleitoral, tinha-se produzido o seguinte: tríptico eleitoral, auto-colantes, tarjas de papel, sacos de plástico, bandeiras, bonés e panamás, *t-shirts* brancas e pretas, aventais de plástico, palas para automóveis e mais não sei quantas bugigangas todas com o símbolo do partido... Tomou-se a decisão de só fazer um comício por distrito. Como já disse, eu acho que se deve estar sempre a mudar a forma de fazer as companhias eleitorais. A rotina é má em tudo; mas, na comunicação, torna-se desastrosa. Por isso se tem de inovar continuamente.

*

A reunião com o presidente Jacques Delors, no dia 25 de Julho decorreu no melhor dos ambientes. Ficou estabelecido que a nossa proposta de reunião dos ministros da política regional fosse especialmente orientada para o ordenamento do território, dando sequência a uma que se tinha realizado em Nantes e à qual já me referi. Ele mencionou-a expressamente, dizendo que poderia ser a sua continuação, “mas com conclusões...”. Era o “grande desenho espacial” da Europa que estava em jogo. A Comissão Europeia deveria apoiar a sua realização. Ela significaria “une valeur ajoutée intellectuelle” que deveria produzir ideias praticáveis a serem submetidas ao Conselho a realizar em Março ou Abril. Em relação às grandes redes ele compreendeu por que é que a sua realização à custa dos fundos estruturais penalizaria os países periféricos. Por isso, acolheu a ideia de encontrar uma forma alternativa de as financiar. Esta só acabou por ser definida em 2013, chamando-se “Connecting Europe Facility”! Mas demorou muito tempo! É, aliás, corrente este demora; mas não deveria sê-lo!...

*

Em fins de Agosto de 1991 nós estávamos realmente estupefactos com a situação na União Soviética. Ninguém sabia qual o grau de envolvimento das forças armadas em tudo quanto se estava a passar. E compreendia-se mal, então, o papel

do Presidente Gorbatchev; perguntávamo-nos: Estava envolvido e depois insolidarizou-se, ou foi de outra forma? Isto hoje está tudo esclarecido, mas naquela ocasião havia só perplexidades. Adivinhávamos que na Jugoslávia as coisas poderiam descambar numa guerra civil. Apesar dos acordos de Brioni receava-se o pior. O que, de facto, veio a acontecer em muitas partes. Escapou a Eslovénia, que rapidamente se pôs à parte dos outros países e era mais homogénea.

Nessa altura o país estava em choque com os fogos florestais. Foi um ano de seca prolongada e muito ventoso; os incêndios espalhavam-se e reacendiam-se. O número de suspeitos de atear os fogos era maior do que em qualquer dos três anos anteriores. Já havia, então, 90.000 hectares de área ardida. Em anos posteriores foi muito pior. O equipamento dos bombeiros estava muito danificado por tanto uso. Entretanto, havia 200.000 hectares de floresta nova. Pretendia-se ajuda comunitária para a recuperação das áreas ardidas e aventava-se a hipótese de constituir um corpo de sapadores florestais; mas a luta tinha de ser muito descentralizada, por isso se preferia a formação dos voluntários e suas estruturas. O serviço de informações não tem sido particularmente útil, neste domínio; nem nessa ocasião, nem hoje.

Também uma greve dos pilotos dos portos havia paralisado o país durante essa semana. A data tinha sido escolhida, obviamente.

*

Quando nos meus tempos de assistente na Faculdade de Engenharia eu resolvi “mudar de agulha”, passando das Estruturas para o Planeamento Territorial, decidi mergulhar a fundo na matéria. Para tal fui assistir ao congresso anual da Regional Science Association, em Haia, em finais de Agosto de 1967. Passado quase um quarto de século, ele reuniu-se em Lisboa e eu fui convidado para presidir à sessão de abertura, que teve lugar na FIL, em 27 de Agosto de 1991. A minha intervenção, subordinada ao título “A década de 90: oportunidades para a política e para o desenvolvimento regional na nova Europa”, está publicada (“Discursos VI”). Por isso não a reproduzo. Mas não quero deixar de evocar aqui, as recordações que me assaltaram enquanto estive na sessão. No congresso de 1967, eu havia conhecido o Prof. Walter Isard, da Universidade da Pensilvânia, o grande animador da

Association e académico muito respeitado neste domínio. Estudei o seu grande livro (8) e li muitos dos seus artigos. Estava-se no começo da “matematização” da Regional Science. Passados poucos anos, a revista que publicavam era mais sobre modelos matemáticos do que sobre a aplicação de modelos aos problemas de desenvolvimento regional... Isto acontece algumas vezes, deixando-se certos académicos fascinar pela abstracção ou pela elegância formal dos modelos, esquecendo-se que por trás das fórmulas há gente... e que são os seus problemas que importa resolver. Mas não pude deixar de reflectir sobre quanto a minha vida havia mudado depois de eu ter participado no congresso de Haia.

*

Eu continuava a dar atenção ao Sector Cooperativo. Na primavera seguinte (1, 2 e 3 de Abril) iria ter lugar, em Lisboa, a 3ª Conferencia Europeia da Economia Social. No dia 28 de Agosto de 1991, abordei com o Dr. Canaveira de Campos, presidente do INSCOOP, as numerosas questões que a sua organização punha, a começar pelo seu orçamento. Eu tinha a convicção de que seria eu próprio a abri-la ou a fechá-la, mas ele não estava assim tão seguro disso, de modo que começou por dizer que “eles querem uma Resolução do Conselho de Ministros” ou, pelo menos, um despacho conjunto do ministro da tutela e do Ministro dos Negócios Estrangeiros... eu não indaguei quem eram eles e o despacho foi feito... Mas, de facto, acabei por ser eu a conduzir a conferência e a encerrá-la. Nesse dia, soube que o Estatuto Europeu das Cooperativas estava prestes a ser aprovado, mas que ainda se digladiavam os representantes de posição antagónicas. Estava em causa consagrar só um único estatuto para as diversas organizações cooperativas ou distinguir entre cooperativas, mutualidades e associações, elaborando para as consagrar, três estatutos diferentes. Nós pendíamos para a segunda posição por ter de ser, necessariamente, muito vago, um estatuto único. Como a proposta de orçamento oscilava entre 10.000 e 15.000 contos eu pedi para que fosse elaborada uma versão discriminada que autorizasse precisar melhor o montante global dos custos. Começámos a falar na criação de uma sociedade de garantia de crédito para as mutualidades; tratar-se-ia de uma pequena empresa, mas não adiantava nada estar a elaborar sobre o assunto sem ter uma conversa com o Ministro das Finanças. Assim se fez.

*

Apesar das férias, o fim de Agosto de 1991 foi particularmente agitado. A situação na União Soviética continuava a evoluir sem se saber muito bem para onde. Por outro lado, estava a haver uma aceleração das negociações entre a Comunidade Europeia e os novos países da Europa Central e do Báltico. Tínhamos reconhecido os três últimos e designado um embaixador não-residente que já havia sido acreditado. Era certo que eram estas as questões que iriam dominar as reuniões ministeriais durante o semestre. Só durante a presidência seguinte, que era a nossa, se iria conseguir voltar aos temas correntes. E, entre estes, estava a avaliação dos fundos estruturais e a revisão das perspectivas financeiras. Gostaríamos de o fazer, porque tínhamos um bom conhecimento da matéria e poderíamos imprimir o ritmo adequado a uma matéria para nós tão importante.

*

No princípio de Setembro já se estava muito mais focado na campanha eleitoral do que na tomada de iniciativas novas. Havia sido feito o levantamento das nossas realizações ao longo dos últimos quatro anos. Era preciso lembrá-las aos líderes de opinião, em entrevistas às rádios locais e em agremiações que visitássemos. Deveríamos desdobrar-nos em contactos, estando atentos aos argumentos dos nossos adversários e rebatê-los. Havia sido impressos 3 milhões de prospectos que adquiririam outro valor se fossem entregues em mão pelos candidatos. A campanha não deveria ser agressiva nem feita pela negativa; dever-se-ia privilegiar o diálogo, a concertação e o equilíbrio. Tínhamos feito obra e, por isso, queríamos que nos julgassem por ela; estimávamos ter realizado 95% a 98% do que estava no nosso programa. Deveríamos recordar tudo isso, mas apresentar propostas para o futuro. Só elas é que mobilizam os eleitores. Não deveríamos tolerar qualquer assomo de demagogia por parte da Oposição; teria de ser denunciado. A estabilidade deveria ser um valor a realçar; antes de 1985 tinha havido 16 governos, em 11 anos; depois somente 2, em 6 anos. Os governos fracos não interessavam a Portugal. Por outro lado, o aprofundamento da integração na Comunidade Europeia punha desafios e exigências para responder aos quais já havíamos mostrado capacidades. Deveria ser sublinhado o papel determinante

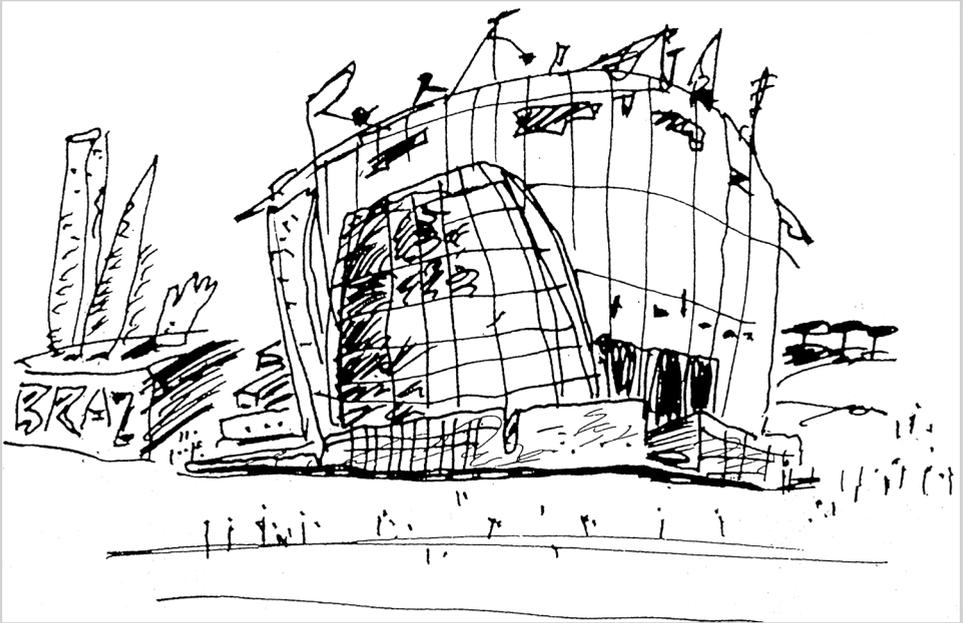


FIG. Esquisso do Pavilhão de Portugal na EXPO'92.
Manuel Graça Dias e Egas José Vieira, Arquitetos.

do investimento público e privado para o nosso crescimento e desenvolvimento. Os valores associados à segurança são, entre nós, muito estimados; deveríamos sublinhá-los. Sabíamos que o PCP não estava a atravessar um bom momento; não deveríamos tirar desforço disso; mas não poderíamos descurar o flanco. Era certo, contudo, que quem iria fazer esforços para nos tirar a maioria seriam o PS e o CDS; apesar de pequeno, este último era, nessa ocasião, muito abrasivo. Deveríamos construir discursos racionais, porque não nos parecia que viesse a imperar a emoção; confiávamos em que as pessoas nos escutassem. Havia, obviamente, alguns indecisos; mas parecia que predominavam numa faixa entre o PS e o PCP, muito por força dos acontecimentos na Europa de Leste. Seria importante que começássemos a campanha com força e determinação, mas sem cair na ratoeira de fazer promessas concretas em cada tema que visitássemos; esta recomendação é importante, porque muitos não resistem à tentação de ser populares.

*

Por me saberem um “maníaco” das pratas e da História e, especialmente, por ter a coordenação dos fundos estruturais, vieram-me falar em 3 de Setembro da intenção do Duque de Wellington (Brigadeiro Arthur Valerian Wellesley, 8.^o Duque de Wellington) de vender uma boa parte da baixela de prata que D. João VI havia dado ao seu antepassado, quando acabaram as Invasões Francesas e, graças à acção das forças anglo-lusas, se ter consolidado a independência nacional. O desenho das peças é da autoria de Domingos Sequeira e a manufactura foi portuguesa. Em Apsley House, em Londres, está em exibição uma grande parte dela, mas a sua dimensão original era verdadeiramente extraordinária, conservando-se guardada uma enorme quantidade de peças. Por outro lado, os originais dos desenhos estão em Lisboa.

Havia a notícia de que o vendedor queria um milhão de libras líquidos pelo conjunto, o que significava outro tanto, porque o Tesouro Britânico não abdicaria dos impostos devidos. Estes só não seriam cobrados se as peças fossem para uma colecção pública do Reino Unido. Já tinha sido feita uma avaliação e o valor era considerado como justo salvo a questão dos impostos que complicava tudo. O avaliador português aconselhou, compreensivelmente, a compra da colecção

completa. Mas havia a ameaça de ela ser dispersa, por conselho de uma grande leiloeira londrina que, obviamente, estava a zelar pelos interesses do vendedor (e dos seus próprios...). Havia já identificados compradores árabes para algumas peças avulsas! Esta era uma situação angustiante. Aquela colecção deveria ficar em Londres como tinha sido a vontade do Rei Português ou, então, em Lisboa, onde havia sido concebida e executada.

Foram feitas diligências para criar um espaço “extra-territorial” em Lisboa, onde se considerasse que se aplicaria a lei britânica. Mas não “pegou”!... Novas insistências junto do Tesouro britânico que, como todos os Tesouros, só tinha olhos para o que entrava... Também não deram resultado...

O Secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, andava entusiasmado com a hipótese de se fazer no Palácio da Ajuda uma grande exposição permanente conjunta dos desenhos e da baixela. A diligentíssima Subsecretária de Estado, Natália Correia Guedes, desenvolvia todos os contactos possíveis e impossíveis.

O Duque veio a Lisboa e falou comigo e com o Secretário de Estado. Agradava-lhe a ideia de vir a baixela para Portugal, mas não abdicava do milhão de libras. O resto não era com ele.

Se fosse hoje eu teria animado a constituição de um fundo (“Croud Funding”) que recolhesse as contribuições dos Portugueses, em particular de alguns mecenas. Mas, nessa ocasião, isso seria mal-entendido, porque as prioridades eram, realmente, muito diferentes.

Mas estas movimentações todas também tiveram o seu efeito virtuoso no Reino Unido. A baixela não foi dispersa e conseguiu-se o milhão de libras requerido. Não houve impostos a pagar, porque ela foi para um museu público onde, todavia, não está exposta em toda a sua magnificência, com a desculpa de que já estão em exibição (Apsley House) peças iguais.

Fiquei com uma pena imensa! Só me consolou o facto de saber que o conjunto não tinha sido disperso e que se mantém em solo britânico!...

*

O Vasco Graça Moura era o Comissário da Exposição de Sevilha, de 1992, que tanta projecção se esperava que granjeasse. O pavilhão português impressionava

pela sua arrojada concepção arquitectónica e, especialmente, pelo que iria exhibir durante aqueles meses. Eu tive a sorte de o visitar várias vezes, porque os ministros espanhóis que tinham de realizar reuniões comunitárias ou internacionais, durante a exposição, fizeram-nas sempre em Sevilha aonde eu ia de carro, ao contrário de todos os outros.

No dia 3 de Setembro de 1991, o Vasco veio propor-me que, acabada a exposição, o pavilhão fosse remontado no Porto. Ele media 3.827 m² e poderia inscrever-se num quadrado de 4.000 m². A Exposição terminaria no dia 12 de Outubro do ano seguinte (1992) e o pavilhão teria de estar desmontado até Março de 1993. Sabia-se que a desmontagem custaria 400.000 contos. A acrescentar a isto haveria os custos do transporte e de reinstalação. Não devo enganar-me muito se estimar para toda a operação um montante da ordem de um milhão de contos. Fiz uma ou outra diligência no Porto, mas ninguém se mostrou interessado na montagem do pavilhão na cidade.

*

Os Portugueses tornaram-se muito sensíveis às questões da Saúde. Qualquer coisa de errado que se passe num hospital ou num Centro de Saúde tem logo honras de primeira página. Se for em épocas de baixa de notícias (Agosto ou as férias de Natal), então, passa à categoria de “breaking news” nos noticiários das televisões. Não é só de agora (2015). Já em 1991 o sector era política e, portanto, mediaticamente, muito sensível.

Embora não fosse eu o responsável pelo sector, não poderia ir passar quinze dias em campanha eleitoral no distrito de Vila Real sem saber na ponta da língua, quais eram os problemas com que se defrontavam localmente e quais as soluções preconizadas. Para isso convidei para uma reunião um médico sabedor da situação, o qual me pôs a par do que se passava:

Em matéria de instalações, desde 1985, quando havia sido inaugurado, estava a funcionar bem o Centro de Saúde de Mondim de Basto. Nessa altura foi elaborado um plano a médio-prazo para Murça, Chaves, Vila Real, Valpaços, Régua e Mesão Frio. Restavam por fazer Sabrosa e Alijó. Cinco tinham sido construídos com a ajuda da NORAD (Noruega): Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar, Boticas, Mon-

talegre e Santa Marta de Penaguião. Dos constantes daquele plano o Centro de Chaves seria inaugurado daí a dois dias; o de Murça era objecto de discussão por não se justificar o internamento, mas estaria pronto em Dezembro; o de Vila Real, em Novembro; o de Valpaços, em Maio-Junho do ano seguinte e teria internamento, ao abrigo de um protocolo com a Misericórdia. Na Régua estava a ser concluído o projecto, prevendo-se arrancar as obras até ao fim do ano e dispondo-se já de uma dotação que cobriria 2/3 da construção. O de Mesão Frio veria o respectivo concurso aberto até ao fim desse mês de Setembro. Sabrosa arrancaria em 1991. Alijó dispunha de um antigo hospital da Misericórdia, considerado como muito bom. Em resumo, dentro de um ano e meio, todo o distrito ficaria com instalações consideradas como bastante boas.

Em matéria de médicos, havia 45 a menos. O quadro respectivo nunca havia estado totalmente preenchido. Tinha sido aberto um concurso para 11 vagas das quais somente duas haviam sido preenchidas. Os concursos repetiam-se, ficando desertos ou guarnecidos em 1/10 das vagas. Além disso, saíam muitos médicos do distrito; podia-se dizer que, em matéria de centros de saúde, só Vila Real e Chaves é que não tinham problemas; todos os outros Concelhos experimentavam desguarnecimento dos quadros.

No que respeitava a enfermeiros havia 35% de falhas. Os profissionais, sempre que podiam, pediam transferência para os hospitais onde ganhavam melhor. Os pequenos Municípios ficavam, por isso, sem apoio.

No que tocava a técnicos paramédicos (análises, raios X, etc.) conseguiam os descongelamentos que pediam, mas nunca apareciam candidatos para os preencher. Naquela ocasião estava a decorrer um concurso para 29 vagas. Tinham receio de que não aparecessem candidatos.

O Gabinete de Saúde Pública da Administração Regional de Saúde fazia o controlo da parte sanitária do distrito; não havia queixas relativamente a focos poluidores, mas mantinham uma apertada vigilância através de protocolos celebrados com as Câmaras Municipais. Insistiram que eu soubesse que estavam a fazer a aplicação plena do Decreto-Lei da Água (74/90) por cuja elaboração eu havia sido largamente responsável.

No domínio da mortalidade infantil queixaram-se de que tinha havido alguns acidentes que atribuíam à falta de infantários.

Munido com estas informações que, naturalmente, juntei a muitas outras, parti para a campanha. A minha suspeita tinha razão de ser: a Saúde e as estradas foram os sectores que mais frequentes perguntas suscitaram.

*

No dia 12 de Setembro tivemos a informação de que dos 400 funcionários do Arquivo de Identificação, 130 estavam de baixa por doença! Destes, 70 tinham apresentado atestados passados pelo mesmo médico! Suponho que não é preciso fazer comentários nem acerca dos respectivos dirigentes, nem dos funcionários, nem a respeito do médico.

*

No dia 14 de Setembro, depois do jantar, arrancou em Vial Real a campanha eleitoral, com um grande comício na Avenida Carvalho Araújo. A noite prestava-se! Parece-me que nunca ouvi tantos bombos!... Ou, pelo menos, nunca estive tão próximo de tantos! Cumprindo as orientações dos estrategas da campanha, tudo foi feito como se tratasse de uma eleição para primeiro-ministro e não para deputados à Assembleia da República. Não sei se estou de acordo em que isso deva ser assim... A prática política deve ser pedagógica e os Portugueses precisam muito de distinguir o que é que está em jogo, nas diversas eleições. É evidente que a campanha revelou-se muito eficaz, mas ainda não foi dessa vez que se transmitiu a importância de ver no Parlamento representantes informados, lúcidos e empenhados das populações.

*

Nas duas últimas semanas de Setembro, eu passei mais tempo em Trás-os-Montes do que em Lisboa. Mas ia ao gabinete para despacho de assuntos urgentes. Um dos encontros que tive foi com o Prof. Manuel Vilares, presidente do INE, em 24 de Setembro. Impunha-se fazer uma análise fina da evolução dos preços dos produtos alimentares. O Ministro das Finanças achava sempre que a inflação não

descia porque aqueles eram mal medidos, o que não correspondia à verdade. Mas para justificar plenamente os nossos resultados havia que apurar os procedimentos e ter uma informação mais minuciosa acerca daqueles que eram, de facto, os responsáveis pelo abrandamento da descida geral.

Uma outra variável que impunha um esclarecimento mais pormenorizado era o desemprego que deveria ser medido em sentido lato e em sentido restrito. Nesse dia ia concluir-se um texto sobre o desemprego restrito que, posteriormente, deveria ser publicado.

Como sempre, falámos dos resultados que iam sendo apurados em relação ao Censo 91. Já se sabia que os alojamentos tinham crescido 25% em relação ao Censo 81; daí o consumo de cimento, o emprego no sector da construção e a euforia do sector. Os resultados preliminares do Censo seriam dados a conhecer na primeira semana de Outubro; era evidente que não tinha nada a ver com a data das eleições; aliás, era tanta a informação colhida que alguma haveria de ser passível de comentários negativos. Mas eu não sabia ainda o conteúdo dessa primeiríssima informação.

Para mim, a informação realmente negativa era a que me foi dada de que o Censo 91 tinha custado muito mais do que o previsto. Era preciso encontrar meios para ir absorvendo o diferencial. Tínhamos sido solicitados para apoiar a realização do Censo demográfico em Angola. Como também queriam um Censo eleitoral recomendei que associassem os dois, por razões económicas. O financiador seria o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento ou a Comunidade Europeia. Mas teríamos de ser nós (leia-se o INE) a tratar de tudo, incluindo o financiamento.

O ISEGI, em relação ao qual já me referi, seria inaugurado em Outubro, de maneira a que o ano lectivo já começasse nas novas instalações.

Como era recorrente, voltámos a conversar acerca das instalações do INE. Apesar da evolução tecnológica ter contribuído muito para a economia do espaço, a verdade é que este não chegava. As actividades tinham-se diversificado muito e fazia-se na altura, muito mais do que alguma vez se havia feito. Durante o meu terceiro mandato como ministro da tutela do INE ainda foi elaborado um projecto de expansão para uma área adjacente, mas não havia meios disponíveis para o construir. Até hoje!

*

No dia 6 de Outubro, depois de votar no Porto, fui para Lisboa, onde cheguei quase em cima da hora do fecho das urnas. Começaram logo a dar os resultados dos chamados “inquéritos à boca das urnas” que nos davam, novamente, a maioria absoluta dos votos. O entusiasmo nas ruas era indescritível.

*

No dia 19 de Outubro, um sábado de manhã, reuniu-se o Conselho Nacional do Partido Social Democrata para apreciar os resultados das eleições e para indicar quem designava, como partido vencedor, para ocupar o lugar de Primeiro-Ministro e formar Governo. O clima, como seria de esperar, era de euforia e o resultado não punha dúvidas a ninguém.

CAPÍTULO XX

- (1) **FERNANDES, R. M. Rosado** (2006). *Memórias de um Rústico Erudito. Viagem à volta de Lentos, Terras e Políticos*. Lisboa: Edição Cotovia.
- (2) **OCKRENT, Chistine** (2014). *Les Oligarques*. Paris: Ed. Robert Laffont.
- (3) **FICALHO, Conde de** (1880). *Flora dos Lusíadas*. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- (4) **SILVA, Joaquim Sande (Coord.)** (2007). *Árvores e Florestas de Portugal*. Lisboa: Fundação Luso-Americana – Público, 9 volumes.
- (5) **FIGUEIREDO, Fidelino de** (1936). *As duas Espanhas: lições feitas no instituto de Altos Estudos nos dias 28, 29 e 30 de janeiro de 1932*. Lisboa: Edições Europa.
- (6) **SCHNEIDER, Susan & BARSOUX, Jean-Louis** (1997). *Managing Across Cultures*. England: Financial Times – Prentice Hall.
- (7) **MOREIRA, Vital** (1997). *Auto-regulação profissional e administração autónoma: a organização institucional do vinho do Porto*. Coimbra: Coimbra Editora.
- (8) **ISARD, Walter** (1960). *Methods of Regional Analysis: an Introduction to Regional Science*. Cambridge: The MIT Press (4th Printing – 1966).

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

A maior parte das fotografias reproduzidas pertencem à coleção do autor. Outras, porém, foram graciosamente cedidas por pessoas ou entidades a quem agradecemos a especial atenção com que o fizeram. São estas as seguintes:

AEP. Associação Empresarial de Portugal – ANA. Aeroportos da Madeira – ANMP. Associação Nacional de Municípios Portugueses – Associação Comercial do Porto/ Palácio da Bolsa – Câmara Municipal de Tavira – Câmara Municipal do Porto – CCDRN. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CITEVE. Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário – Confraria dos Enófilos do Dão – Contemporânea, Lda. Ateliê de Arquitetura – DGADR. Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Direção Regional de Cultura do Alentejo/ Pousada do Crato – EDIA. Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. – EXPONOR. Feira Internacional do Porto – Fernando Guerra – Fundação de Serralves – Jorge Dias – IBET. Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica – INA. Instituto Nacional de Administração – Laura Soutinho – LIPOR. Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto – Museu dos Transportes e Comunicações – Museu Nacional de Etnologia – RISCO. Ateliê de Arquitetura e Desenho Urban – TAGUSPARK – Universidade do Porto – UTAD. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Volkswagen Autoeuropa.

PLANO GERAL DA OBRA

VOLUME 1 – INTRODUÇÃO E CAPÍTULOS I A IX

CAP. I / INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA;

CAP. II / A UNIVERSIDADE;

CAP. III / O SERVIÇO MILITAR;

CAP. IV / OS PRIMEIROS TEMPOS DE DOCENTE;

CAP. V / OS TEMPOS DA HOLANDA;

CAP. VI / OS TEMPOS DE LONDRES;

CAP. VII / O REGRESSO AO PORTO;

CAP. VIII / O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA;

CAP. IX / NOVO REGRESSO AO PORTO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 2 – CAPÍTULOS X A XIV

CAP. X / A IDA PARA O MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO;

CAP. XI / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1985-87);

CAP. XII / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

CAP. XIII / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL;

CAP. XIV / A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NO X.º GOVERNO CONSTITUCIONAL.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 3 – CAPÍTULOS XV E XVI

CAP. XV / NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

CAP. XVI / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 4 – CAPÍTULOS XVII A XX

CAP. XVII / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1987-1989)

CAP. XVIII / O AMBIENTE E OS RECURSOS NATURAIS NO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XIX / A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XX / A SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 5 – CAPÍTULOS XXI A XXIII

CAP. XXI / ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1989-1991)

CAP. XXII / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXIII / A CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XI.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 6 – CAPÍTULO XXIV

CAP. XXIV / NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 7 – CAPÍTULOS XXV E XXVI

CAP. XXV / A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XXVI / O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 8 – CAPÍTULOS XXVII E XXVIII

CAP. XX/ A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA PRIMEIRA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XX/ NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 9 – CAPÍTULOS XXIX E XXX

CAP. XXIX/ A ADMINISTRAÇÃO LOCAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1991-1993)

CAP. XXX/ O PLANEAMENTO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 10 – CAPÍTULOS XXXI A XXXV

CAP. XXXI/ A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA NA SEGUNDA METADE DO XII.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (1993-1995)

CAP. XXXII/ UM NOVO REGRESSO AO PORTO

CAP. XXXIII/ O “CAVAQUISMO”

CAP. XXXIV/ A REGIONALIZAÇÃO

CAP. XXXV/ A PREPARAÇÃO DO PROGRAMA ELEITORAL DO PSD PARA AS ELEIÇÕES DE 1995

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 11 – CAPÍTULOS XXXVI E XXXIX

CAP. XXXVI/ NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL (DE ABRIL DE 2002 A ABRIL DE 2003)

CAP. XXXVII/ AS OBRAS PÚBLICAS NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXXVIII/ OS TRANSPORTES NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

CAP. XXXIX/ A HABITAÇÃO NO XV.º GOVERNO CONSTITUCIONAL

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

VOLUME 12 – CAPÍTULOS XL A XLIX

CAP. XL/ O ÚLTIMO REGRESSO AO PORTO

CAP. XLI/ A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

CAP. XLII/ AS AUTO-ESTRADAS DO MAR

CAP. XLIII/ AS VIAGENS

CAP. XLIV/ A BIBLIOFILIA

CAP. XLV/ A MINHA ACTIVIDADE COMO EDITOR

CAP. XLVI/ COMEMORAÇÕES, EVOCAÇÕES, EXPOSIÇÕES E CONFERÊNCIAS

CAP. XLVII/ ALGUMAS PESSOAS NOTÁVEIS QUE CONHECI

CAP. XLVIII/ GENTE SEM A QUAL EU PASSO BEM

CAP. XLIX/ CONTRARIEDADES E INSUCESSOS

CODA

POSFÁCIO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÚLTIMA NOTA

AGRADECIMENTOS

UM DEPOIMENTO

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Trilhos. Memórias.
Por vezes, quase um diário.
(VOLUME 4 DE 12)

DESIGN E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rui Mendonça

TEXTO

Luís Valente de Oliveira

REVISÃO DO TEXTO

Norma Pott

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Greca Artes Gráficas

DEPÓSITO LEGAL 00000/22

ISBN 978-972-8961-17-6

DATA 09/2022

EDIÇÃO

Edições Gémeo
Rua da Reboleira, 49
4050-492 Porto



AS EDIÇÕES GÉMEO
MANIFESTAM O SEU RECONHECIMENTO
A TODAS AS PERSONALIDADES E INSTITUIÇÕES
QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EDIÇÃO
DESTE DOCUMENTO.

VOLUME 4/12 CONTINUA

Este documento faz parte de uma obra composta por doze volumes, não devendo qualquer um deles ser entendido autonomamente. É possível consultar no final de cada um o Plano Geral da Obra.

Existe, também, uma edição limitada em suporte digital com embalagem especial em madeira (gentilmente produzido pela SPSS).

A obra completa em suporte digital e de papel está alojada na Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

OBRA COMPLETA (12 VOLUMES)

<https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6>

VOLUME 4

https://doi.org/10.24840/978-972-8961-17-6_04

